

MANUAL DO PROFESSOR

Maria Lúcia de Arruda Aranha
Maria Helena Pires Martins

FILOSOFANDO

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

1º, 2º e 3º anos
Ensino Médio

Componente curricular:
FILOSOFIA

MODERNA

Maria Lúcia de Arruda Aranha
Licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Professora de Filosofia na rede particular de ensino de São Paulo.

Maria Helena Pires Martins
Doutora em Artes pela Universidade de São Paulo.
Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

FILOSOFANDO
INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

1º, 2º e 3º anos
Ensino Médio

Componente curricular: FILOSOFIA

MANUAL DO PROFESSOR

6ª edição

São Paulo, 2016

MODERNA

Coordenação editorial: Ana Claudia Fernandes
Edição de texto: Leonardo Canuto de Barros, Ana Patricia Nicolette, Carlos Zanchetta, Maria Clara Antonelli
Assistência editorial: Rosa Chadu Dalbem
Preparação de texto: Giseli Gobbo
Gerência de *design* e produção gráfica: Sandra Botelho de Carvalho Homma
Coordenação de produção: Everson de Paula
Suporte administrativo editorial: Maria de Lourdes Rodrigues (Coord.)
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Marta Cerqueira Leite, Otávio dos Santos
Capa: Mariza de Souza Porto
Foto: *Na primavera* ou *A vida local* (1972), pintura de Gérard Fromanger. Bridgeman Images/Keystone Brasil - Coleção particular
Coordenação de arte: Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Ana Carlota Rigon
Editoração eletrônica: Ana Carlota Rigon
Edição de infografia: Luiz Iria
Coordenação de revisão: Elaine Cristina del Nero
Revisão: Barbara Arruda, Cecília Oku, Nancy H. Dias, Renato Bacci, Salete Brentan, Sandra Brazil, Simone Garcia, Viviane T. Mendes
Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron
Pesquisa iconográfica: Camila Lago, Elena Ribeiro
Coordenação de *bureau*: Américo Jesus
Tratamento de imagens: Denise Feitoza Maciel, Marina M. Buzzinaro, Rubens M. Rodrigues
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira Silva, Fabio N. Precendo, Hélio P. de Souza Filho, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Viviane Pavani
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aranha, Maria Lúcia de Arruda
Filosofando: introdução à filosofia, volume único / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. — 6. ed. — São Paulo: Moderna, 2016.

Componente curricular: Filosofia
Bibliografia.

1. Filosofia 2. Filosofia - Introduções
I. Martins, Maria Helena Pires. II. Título.

16-01032 CDD-101

Índices para catálogo sistemático:
1. Filosofia: Introdução 101

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 – Belenzinho
São Paulo – SP – Brasil – CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2016
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

Apresentação

Algumas vezes, certamente, você já se colocou questões filosóficas: somos seres livres? O que é a justiça? Em que consiste a felicidade? Deus existe? Qual é o sentido da vida? Por que democracia e não ditadura? O que é o poder? O que são preconceitos? Quais são os limites da violência? Qual é a diferença entre ser e dever ser? O que é belo? Essas indagações, contudo, podem ser enriquecidas se você entrar em contato com o pensamento de alguns filósofos e se familiarizar com o modo pelo qual eles problematizaram o saber estabelecido.

Esta obra lhe oferece a opção de iniciar esse percurso de modo que a discussão de temas clássicos da filosofia desperte indagações e dúvidas sobre questões do tempo presente, marcado por grandes contrastes sociais e contínuos avanços tecnológicos.

De fato, as contradições do mundo contemporâneo têm provocado novos debates em campos como ética, política, estética e teoria do conhecimento, para os quais o convidamos a participar. Por isso, a variedade de textos, imagens e propostas de atividades visa não apenas à compreensão de conteúdos filosóficos, mas principalmente ao desenvolvimento de competências necessárias para a sua reflexão filosófica autônoma, sempre relacionada com o contexto em que vivemos.

Um ótimo estudo!

Organização didática

Esta obra tem uma organização temática que não exclui a história da filosofia como referencial constante para a análise dos temas. A abordagem propicia tratar dos assuntos de forma contextualizada, aproximando-os dos debates do mundo contemporâneo.

O livro é constituído de 31 capítulos, agrupados em 7 unidades. Veja, a seguir, sua organização interna:

Abertura de unidade

Introduz o estudo de forma motivadora, propondo uma breve reflexão sobre questões centrais da unidade.





Abertura de capítulo

Apresenta propostas que motivam a reflexão sobre a relevância do tema do capítulo.

Etimologia

Esclarece a origem e o significado de termos essenciais para a compreensão do texto.



Para saber mais

Amplia o entendimento de assuntos relevantes do capítulo, trazendo informações complementares.



Quem é?

Pequena biografia dos principais pensadores.

Para refletir

Proposta para reflexão sobre alguma questão relevante relacionada ao capítulo.

Glossário

Esclarece o significado de termos importantes para o entendimento do texto.



Infográfico

Amplia o estudo de um tema relevante do capítulo, apresentando uma abordagem reflexiva e contemporânea, além de promover o exercício da leitura de múltiplas formas de linguagem.

Leitura complementar

A seção apresenta textos que ampliam e aprofundam as reflexões relacionadas ao tema estudado.



Atividades

Propostas ao fim de cada capítulo, as atividades visam desenvolver habilidades e competências necessárias ao estudo da filosofia e à formação crítica do indivíduo como pessoa e cidadão.





Colóquio

No final de cada unidade, a seção apresenta textos de pensadores com visões diferentes sobre o mesmo tema, ou porque divergem ou porque se completam.



Explorando outras fontes

No final de cada unidade, a seção apresenta propostas de leituras filosóficas de filmes, documentários e obras literárias.

Bibliografia

Traz as referências bibliográficas que contribuíram para o desenvolvimento dos capítulos.



Índice de nomes

Permite a localização rápida dos filósofos e pensadores estudados na obra.



Sumário geral

UNIDADE I | DESCOBRINDO A FILOSOFIA

Capítulo 1 A experiência filosófica 12

1. Filosofia de vida ... 13
2. É possível definir filosofia? ... 14
3. O processo do filosofar ... 14
4. Para que serve a filosofia? ... 15
5. Reflexão filosófica ... 16
6. O exemplo de Sócrates ... 17

Leitura complementar: Luc Ferry: *Aprender a viver* ... 19

Atividades ... 20

Capítulo 2 As origens da filosofia 21

1. A consciência mítica ... 22
2. A mitologia grega ... 22
3. O mito hoje ... 24
4. A filosofia nasceu no Ocidente ... 25
5. Primeiros filósofos: os pré-socráticos ... 28
6. Heráclito e Parmênides ... 29
7. Avaliação do período dos pré-socráticos ... 30

Atividades ... 31

Colóquio: Contraste e aproximação ... 32

Explorando outras fontes ... 33

UNIDADE II | A CONDIÇÃO HUMANA

Capítulo 3 Natureza e cultura 36

1. O mundo humano dos símbolos ... 37
2. A cultura como construção humana ... 39
3. Diversidade cultural ... 40
4. Uma nova sociedade? ... 40

Leitura complementar: Pierre Lévy: *Educação e cibercultura* ... 42

Atividades ... 43

Capítulo 4 Linguagem e pensamento 44

1. A fotografia como linguagem ... 45
2. O que é linguagem? ... 45
3. A linguagem verbal ... 50
4. Funções das linguagens ... 51
5. Linguagem, pensamento e cultura ... 52

Leitura complementar: Sírio Possenti: *Somos todos Chico Bento* ... 54

Atividades ... 55

Capítulo 5 Trabalho, consumo e lazer 56

1. Trabalho: humanização ou tortura? ... 57
2. Concepções sobre o trabalho ... 57
3. Trabalho como mercadoria: a alienação ... 58
4. Disciplina: o olhar vigilante ... 59
5. De olho no cronômetro ... 62
6. Crítica à sociedade administrada ... 63
7. Da fábrica para o escritório ... 64
8. Sociedade de consumo ... 64
9. Uma "civilização do lazer"? ... 67
10. Para onde vamos? ... 68

Infográfico: Pan-óptico contemporâneo – fim da privacidade? ... 60

Atividades ... 69

Colóquio: O trabalho alienado ... 70

Explorando outras fontes ... 71

UNIDADE III | CONHECIMENTO E VERDADE

Capítulo 6 O que podemos conhecer? 74

1. O ato de conhecer ... 75
2. Modos de conhecer ... 75
3. A verdade ... 77
4. Podemos alcançar a certeza? ... 77
5. Teorias sobre a verdade ... 80
6. A verdade como horizonte ... 80

Leitura complementar: André Comte-Sponville: *Conhecimento e verdade* ... 81

Atividades ... 82

Capítulo 7 Ideologias: as ilusões do conhecimento 83

1. Conceito geral de ideologia ... 84
2. Conceito marxista de ideologia ... 84
3. Ideologia em ação ... 86
4. Outras concepções de ideologia ... 88
5. Questionamento e conscientização ... 89

Leitura complementar: Karl Marx; Friedrich Engels: *A ideologia alemã* ... 90

Atividades ... 91

Capítulo 8 Lógica: aristotélica e simbólica 92

1. Por que estudar lógica? ... 93
2. Começando pelas falácias ... 93
3. Fundamentos da argumentação ... 94
4. Argumentação silogística ... 96
5. Tipos de argumentação ... 98
6. Lógica simbólica ... 99
7. Lógica proposicional ... 100
8. Importância da lógica ... 101

Leitura complementar: Wesley C. Salmon: *Descoberta e justificação* ... 102

Atividades ... 103

Capítulo 9 A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média 104

1. Teoria do conhecimento ... 105
2. Filosofia pré-socrática ... 105
3. Sofistas: a arte de argumentar ... 106
4. Método socrático ... 107
5. Platão: o mundo das ideias ... 108

Infográfico: Cavernas contemporâneas ... 110

6. Filosofia de Aristóteles 112
7. Europa cristianizada: fé e razão 114
Leitura complementar: Platão: *Teoria da reminiscência* 119
Atividades 120

Capítulo 10 Filosofia moderna e crise da metafísica 121

1. As mudanças na modernidade 122
2. Racionalismo cartesiano: a dúvida metódica 122
3. Empirismo britânico 124
4. Crítica à metafísica 128
5. Kant: o criticismo 130
6. Hegel: idealismo dialético 132
7. Comte: positivismo 134
8. Marx: materialismo e dialética 136

Leitura complementar: David Hume: *Dúvidas céticas* 138
Atividades 139

Capítulo 11 Filosofia contemporânea 140

1. A crise da razão 141
2. Arthur Schopenhauer 141
3. Kierkegaard: razão e fé 141
4. Nietzsche: o critério da vida 142
5. Contexto histórico do século XX 143
6. Fenomenologia de Husserl 144
7. Pragmatismo e neopragmatismo 145
8. Filosofia analítica 146
9. Escola de Frankfurt: teoria crítica 149
10. Habermas: racionalidade comunicativa 150
11. Pós-modernidade 151
12. Foucault: verdade e poder 152
13. Jacques Derrida: desconstrucionismo 154
14. Gilles Deleuze: a criação de conceitos 155

Atividades 157
Colóquio: Racionalismo e empirismo 158
Explorando outras fontes 159

UNIDADE IV | FILOSOFIA MORAL

Capítulo 12 Moral, ética e ética aplicada 162

1. Os valores 163
2. Moral e ética 164
3. Caráter histórico e social da moral 164
4. Dever e liberdade 165
5. Compromisso moral 165
6. A bússola e a balança 166
7. Valores: relativos ou absolutos? 167
8. Ética aplicada 168
9. Bioética 169
10. Ecoética 170
11. Ética dos negócios 171
12. O que esperar? 172

Leitura complementar: Debora Diniz; Dirce Guilhem: *Bioética e escolhas morais* 173
Atividades 174

Capítulo 13 Ninguém nasce moral 175

1. Aprender a autonomia 176
2. Teoria de Piaget 176
3. Teoria de Kohlberg 178
4. Outras tendências de educação moral 183
5. A construção da personalidade moral 183

Leitura complementar: Barbara Freitag: *Kohlberg e o programa de educação moral* 184
Atividades 185

Capítulo 14 Podemos ser livres? 186

1. Mito, tragédia e filosofia 187
2. Liberdade incondicional e livre-arbítrio 187
3. Determinismo positivista 188
4. A liberdade em Espinosa 190
5. Alain: uma perspectiva racionalista 191
6. Fenomenologia: a liberdade situada 191

Leitura complementar: Maurice Merleau-Ponty: *A liberdade* 194
Atividades 195

Capítulo 15 A felicidade: amor, corpo e erotismo 196

1. Quero ser feliz... 197
2. A "experiência de ser" 197
3. Tipos de amor 198
4. Relação corpo e alma 200
5. Sexualidade e erotismo 202
6. Individualismo e narcisismo 204
7. Felicidade e autonomia 205

Leitura complementar: Aristóteles: *A felicidade* 206
Atividades 207

Capítulo 16 Teorias éticas: abordagem cronológica 208

1. Diversidade de teorias éticas 209
2. A reflexão ética grega 209
3. Ética helenista 211
4. Concepções éticas medievais 212
5. O pensamento moderno 213
6. Moral iluminista 214
7. Utilitarismo ético 215
8. As ilusões da consciência 216
9. Heidegger: a autenticidade 217
10. Ética contemporânea: o desafio da linguagem 219
11. Ética e responsabilidade 220

Atividades 221
Colóquio: A relação corpo e mente 222
Explorando outras fontes 223

UNIDADE V | FILOSOFIA POLÍTICA

Capítulo 17 A construção da democracia 226

1. Conceito de política 227
2. Poder e força 227
3. Institucionalização do poder do Estado 228
4. Estado e legitimidade do poder 228
5. Regimes democráticos 229
6. Vivemos uma democracia? 230
7. Áreas de exercício democrático 230
8. Desvios do poder: totalitarismo e autoritarismo 233
9. Religião e democracia 236
10. Desafios da democracia 239

Leitura complementar: Francis Wolff: *Quem é bárbaro?* 240

Atividades 241

Capítulo 18 Direitos humanos 242

1. Entre a vigência e a eficácia 243

Infográfico: Direitos humanos e homoafetividade 244

2. Direitos humanos no cotidiano 246
3. Noção de justiça 247
4. Direito natural: jusnaturalismo 247
5. Positivismo jurídico: crítica ao jusnaturalismo 249
6. Declaração Universal dos Direitos Humanos 250
7. As três gerações dos direitos humanos 250
8. Características dos direitos humanos 251
9. Democracia e direitos humanos 252

Leitura complementar: Carlos Skliar: *O que é o racismo?* 253

Atividades 254

Capítulo 19 Política antiga e medieval 255

1. Política como teoria 256
2. Atenas no período clássico 256
3. Os sofistas e a retórica 256
4. Teoria política de Platão 256
5. Teoria política aristotélica 259
6. Conceito grego de bom governo 260
7. Idade Média: política e religião 260
8. Patrística: Agostinho, bispo de Hipona 261
9. Escolástica: Tomás de Aquino 262
10. Tempos de ruptura 262

Leitura complementar: Francis Wolff: *Da política até a* Política *de Aristóteles* 264

Atividades 265

Capítulo 20 Da construção do Estado moderno ao liberalismo 266

1. Formação do Estado moderno 267
2. Maquiavel e a autonomia da política 267
3. Soberania e Estado moderno 269
4. Hobbes e o poder absoluto do Estado 270
5. Locke e a política liberal 271
6. Montesquieu e a autonomia dos Poderes 271
7. Rousseau e a soberania inalienável 272
8. Liberalismo clássico 273
9. Liberalismo inglês: o utilitarismo 274
10. Liberalismo francês: igualdade ou liberdade? 274
11. Hegel: uma nova concepção de Estado 275
12. Contradições do século XIX 275

Leitura complementar: André Comte-Sponville: *Por que a política?* 276

Atividades 277

Capítulo 21 Teorias socialistas 278

1. Fortalecimento do proletariado 279
2. Socialismo utópico 279
3. Teoria marxista 280
4 Anarquismo: principais ideias 283
5. Socialismo do século XX 284
6. Escola de Frankfurt: teoria crítica 285
7. Fim da utopia socialista? 285

Leitura complementar: Karl Marx: *Prefácio à obra* Contribuição à crítica da economia política 286

Atividades 287

Capítulo 22 Política contemporânea 288

1. Contexto histórico 289
2. Liberalismo social 289
3. Neoliberalismo 290
4. Desafios da democracia contemporânea 292

Atividades 295

Colóquio: Duas visões sobre a representação política 296

Explorando outras fontes 297

UNIDADE VI | FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS

Capítulo 23 Ciência, tecnologia e valores 300

1. Que caminho devo tomar? 301
2. Senso comum 301
3. Método científico 303
4. Comunidade científica 303
5. Ciência e valores 304
6. Responsabilidade social do cientista 305

Leitura complementar: Gérard Fourez: *O porquê da filosofia em um programa de ciências* 306

Atividades 307

Capítulo 24 Ciência antiga e medieval 308

1. Filosofia e ciência 309
2. Platão: geometria e teorias cosmológicas 309
3. Aristóteles: física e astronomia 310
4. Alexandria e a escola helenística 312
5. Herança grega no Ocidente cristão 312
6. Influência árabe 314
7. Decadência da Escolástica 314

Leitura complementar: Umberto Eco: *Um método para chegar a uma verdade provável* 315
Atividades 316

Capítulo 25 Revolução Científica e método das ciências naturais 317

1. Uma nova mentalidade 318
2. Características do pensamento moderno 318
3. Galileu e o método 318
4. Síntese newtoniana 320
5. Caráter histórico das teorias científicas 321
6. Método experimental 321
7. Ciência como construção 324
8. Desenvolvimento das ciências da natureza 324
9. Crise da ciência 327

Infográfico: O que há lá fora? 328

10. Cosmologia contemporânea 330
11. Novas orientações epistemológicas 330
12. Ambiguidade do progresso científico 332

Leitura complementar: Alan Chalmers: *A política da atividade científica* 333
Atividades 334

Capítulo 26 O nascimento das ciências humanas 335

1. Origens das ciências humanas 336
2. Dificuldades metodológicas das ciências humanas 336
3. Diversidade de métodos 337
4. Antropologia 337
5. Sociologia 338
6. Psicologia: tendência naturalista 338
7. Tendência humanista na psicologia 339
8. Ciências cognitivas 342

Atividades 343
Colóquio: Discussões a respeito do domínio humano sobre a natureza 344
Explorando outras fontes 345

UNIDADE VII | ESTÉTICA

Capítulo 27 Estética: introdução conceitual 348

1. Conceito e história do termo estética 349
2. O belo e o feio: a questão do gosto 350
3. A atitude estética 352
4. A recepção estética 352
5. A compreensão pelos sentidos 352

Leitura complementar: Luc Ferry: *A solução da antinomia do gosto: do indivíduo ao sujeito* 353
Atividades 354

Capítulo 28 Cultura e arte 355

1. Cultura *hip-hop* 356
2. Os sentidos de cultura 356
3. Diferenças entre arte e cultura 357
4. Indústria cultural e cultura de massa 358
5. Arte e cultura 359

Leitura complementar: Diogo Bercito: *Não matarás* 360
Atividades 361

Capítulo 29 Arte como forma de pensamento 362

1. Arte é conhecimento intuitivo do mundo 363
2. Funções da arte 366
3. O conhecimento pela arte 368

Leitura complementar: Nicolas Bourriaud: *Estilos de vida e técnica* 369
Atividades 370

Capítulo 30 A significação na arte 371

1. A especificidade da informação estética 372
2. A forma 372
3. O conteúdo 374
4. A educação em arte 376
5. A importância de saber ler uma imagem 376

Leitura complementar: Susan Sontag: *Contra a interpretação* 377
Atividades 378

Capítulo 31 Concepções estéticas 379

1. Arte grega e o conceito de naturalismo 380
2. A estética medieval e a estilização 381
3. Naturalismo renascentista 383
4. Racionalismo e academismo: a estética normativa 383
5. Os empiristas ingleses 383
6. Kant e a crítica do juízo estético 384
7. Estética romântica 385
8. Modernidade e formalismo 385
9. Pós-modernismo 386
10. Pensamento estético no Brasil 388
11. Outras estéticas 388
12. Como ficamos? 390

Atividades 391
Colóquio: Ainda a beleza 392
Explorando outras fontes 393

Bibliografia 394
Índice de nomes 397

UNIDADE I

Descobrindo a filosofia

Em meados do século XIX, um grupo de pintores franceses iniciou um movimento artístico ao questionar o tradicionalismo dos acadêmicos, presos à rigidez de convenções pictóricas. Até então, as telas criadas em estúdios fechados, sob condições artificiais, acentuavam luz e sombra e o contorno das figuras, de acordo com ideias preconcebidas de como as coisas deveriam parecer, e não de como realmente eram percebidas.

Claude Monet, um dos maiores expoentes desse movimento, o impressionismo, abandonou seu ateliê e, *in loco*, começou a produzir imagens de paisagens. Sua impressão dos lugares, captada no movimento das nuvens, sentida no soprar do vento e no passar das horas, foi registrada em pinceladas rápidas que buscavam flagrar alterações sutis de luminosidade nas cenas observadas. Revelando nuances incríveis, a arte de Monet interpretou o mundo por meio das cores e da luz.

Você pode se perguntar: mas o que isso tem a ver com filosofia? O texto a seguir fornece elementos interessantes para estabelecer um paralelo entre a atividade do artista e a do filósofo.



HERITAGE IMAGES/DIOMEDIA - MUSEU D'ORSAY, PARIS

Esta primeira Unidade do livro é composta de dois capítulos introdutórios, que têm como principal objetivo discutir as especificidades do pensamento filosófico e o surgimento da filosofia. Para introduzir o tema de maneira dinâmica, sugerimos que se faça uma breve análise da pintura de Monet (abertura da Unidade) discutindo oralmente com a classe e depois prosseguindo com a leitura dos textos. As questões propostas também podem ser discutidas em conjunto e ampliadas, para serem relacionadas ao universo dos alunos. Por exemplo, pode-se pedir que descrevam como seria a sala de aula se Monet a tivesse pintado. Com esse exercício, os alunos perceberão que há algo "desconhecido" no espaço que antes julgavam ser plenamente conhecido e familiar. Eles terão feito um exercício análogo à reflexão filosófica: questionar o que se considera certo/verdadeiro.

Capítulos

1 **A experiência filosófica**, 12

2 **As origens da filosofia**, 21



Estação de Saint-Lazare (1877), pintura de Claude Monet. Museu d'Orsay, Paris. O artista não estava interessado em representar a estação ferroviária como um espaço de circulação, e sim em registrar o efeito conjunto proporcionado pela mistura de luz, vapor e cores.

Filosofar não deveria ser sair de dúvidas, mas entrar nelas. [...] Há coisas que nenhum bom professor de filosofia deveria esconder de seus alunos: [...] que não existe "a" filosofia, mas "as" filosofias, e, sobretudo, o filosofar. [...] E que em determinadas questões extremamente gerais aprender a perguntar bem também é aprender a desconfiar das respostas demasiado taxativas. Filosofamos partindo do que sabemos para o que não sabemos, ou melhor, repensando e questionando o que acreditávamos saber.

SAVATER, Fernando. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 209-210.

Questões

1. O que há de rebeldia e originalidade na arte impressionista de Claude Monet?
2. Há semelhanças entre o filosofar e a arte? Justifique.

Ver sugestões de respostas e comentários na parte III do Suplemento para o professor.

CAPÍTULO 1

A experiência filosófica



DENIS DARZACQ/AGENCE VU/AFP

A queda (2006), foto de Denis Darzacq.

Os principais objetivos deste capítulo são: discutir a importância de conceitos para o filosofar, caracterizar o que é um problema filosófico, comparar a filosofia com outras abordagens do real. Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: filosofia de vida, filosofia do especialista, saber, ciência, reflexão filosófica e doxa.

Pode-se discutir como se dá o início da reflexão filosófica, se é pelo espanto, pela perplexidade, pela estranheza diante dos fenômenos enigmáticos que inquietam o nosso olhar. Para a filosofia clássica grega – e, mais especificamente, para Platão (c. 428-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384-322 a.C.) –, a filosofia nasce com o "espanto de admiração", ela surge quando os homens tentam satisfazer uma espécie de vontade forte de atingir a verdade, motivados pela sensação de estranheza do não saber. Seguindo a ideia de que o espanto é motor da reflexão filosófica, pode-se sugerir que os alunos investiguem aquilo que lhes causa essa sensação (a morte, o surgimento da vida, os fenômenos naturais etc.).

O que você vê? Um homem caindo?

Nem sempre o real é o que nos parece ser.

Olhe de novo: uma certa estranheza no "modo de cair" põe em dúvida nossa constatação inicial. Intrigados, nos perguntamos sobre o significado desse movimento: o que é isso? O que vejo de fato?

Essa fotografia faz parte de uma sequência de imagens de dançarinos-malabaristas de rua em Paris. Nela, o fotógrafo conseguiu flagrar o momento exato em que um dançarino está no meio de uma pirueta. Essas fotos constituem a série *A queda*, que lhe rendeu o prêmio do evento internacional World Press Photo 2007. Nessa série, Darzacq imprimiu às imagens de aparente queda livre sua percepção das mobilizações de jovens, a maioria estudantes, que em 2006 agitaram a França em protesto contra o subaproveitamento da juventude no mercado de trabalho.

Servindo-nos da sensação de espanto que essa foto provoca, podemos fazer uma analogia com a filosofia. É ela que propicia um olhar de estranheza diante de tudo que nos parece óbvio: a experiência filosófica pressupõe constante disponibilidade para se surpreender e indagar.

1 Filosofia de vida

As questões filosóficas fazem parte do nosso cotidiano. Qualquer decisão que tomamos se baseia sempre em reflexões que podem ser de natureza filosófica. Por exemplo, existem critérios bem diferentes para fundamentar nossas escolhas, como votar em um candidato, trocar de emprego, praticar algum esporte ou ir ao teatro durante o tempo livre. Essas escolhas pressupõem valores que nos orientam, ainda quando não temos muita clareza a respeito deles. Ora, quando paramos para refletir sobre o que é melhor para nossa vida, estamos fazendo um exercício filosófico.

Do mesmo modo, quantas vezes você já se perguntou sobre conceitos como amor, amizade, fidelidade, solidão e morte? Certamente, já discutiu sobre esses assuntos com seus amigos e observou que nem sempre os pontos de vista coincidem.

A disposição para o filosofar decorre do fato de sermos pessoas racionais e sensíveis, capazes de dar sentido às coisas. Chamamos de *filosofia de vida* a esse filosofar espontâneo.

Filosofia do especialista

A filosofia de vida é, na verdade, uma "pré-filosofia", apenas uma disposição para o filosofar, que pode cumprir-se ou não. Já a *filosofia do especialista* ocupa-se com o rigor do conceito, o que pressupõe intimidade com a história da filosofia. De fato, desde a Antiguidade, os filósofos são conhecidos por, diante do saber cotidiano, levantarem *problemas*, questionarem o que parece óbvio e criarem conceitos para compreender o que os surpreende.

Então, que tipo de pensar é esse do filósofo? Não é melhor nem superior a todos os outros, mas *diferente*, porque se propõe a *problematizar* nossos pensamentos e nossas ações. Dessa atitude resulta a *experiência filosófica*. Os filósofos estão sempre questionando o mundo e a si mesmos, pois não aceitam certezas absolutas e soluções rápidas. Por isso, delimitam os problemas que os intrigam e buscam o *sentido desses pensamentos e ações*.

Se observarmos com atenção as tiras abaixo, constataremos que tanto o personagem que pretende pesquisar o significado da vida em um *site* como aquele que não quer ter o seu sono perturbado respondem de maneira pragmática aos questionamentos filosóficos de seus interlocutores, sem perceber que as perguntas a eles direcionadas constituem problemas filosóficos permanentemente abertos à discussão, para os quais não existe resposta unânime.

Pragmático: no contexto, aquilo que diz respeito à aplicação prática, à utilidade.



FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2003 THAVES/ DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS

Frank & Ernest (2003), tirinha de Bob Thaves.



LUANN, GREG EVANS © 2001 GCE INC./DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

Luann (2001), tirinha de Greg Evans.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

2 É possível definir filosofia?

Talvez você esteja se perguntando: como então definir o que é filosofia? O filósofo alemão Edmund Husserl diz saber o que é filosofia, ao mesmo tempo que assume desconhecê-la. E completa afirmando que apenas os pensadores secundários estão contentes com suas definições. Ou seja, explicitar o que é filosofia já é, em si, uma questão filosófica. Portanto, mesmo quando os pensadores se arriscam a dar respostas, sabem que são sempre imprecisas e provisórias.

Etimologia

Filosofia. Do grego *philos*, "amor", "amizade", e *sophia*, "sabedoria". Logo, significa "amor à sabedoria" ou "amizade pelo saber". Pitágoras (século VI a.C.), filósofo e matemático grego, teria sido o primeiro a usar o termo *filósofo*, por não se considerar um "sábio" (*sophos*), mas apenas alguém que ama e procura a sabedoria.

Filosofia não é um saber

A estranha afirmação de que a filosofia não é um saber significa que ela não constitui uma doutrina, no sentido de uma teoria ou um conjunto de conhecimentos estabelecidos de uma vez por todas. Ao contrário, o filosofar é uma atitude que pressupõe constante disponibilidade para a indagação.

Platão e Aristóteles disseram que a primeira virtude do filósofo é *admirar-se*, ser capaz de se surpreender com o óbvio e questionar as verdades dadas. Essa é a condição para *problematizar*, o que caracteriza a filosofia como busca da verdade, e não como sua posse.

Filosofia não se confunde com ciência

Nos seus primórdios, o que chamamos de ciência grega fazia parte do corpo da filosofia. O sábio era aquele que refletia sobre todos os setores da indagação humana. Ao se debruçar sobre as questões da natureza – a *physis*, para os gregos –, o fazia do ponto de vista filosófico.

Apenas no século XVII o método das ciências experimentais, iniciado por Galileu Galilei, possibilitou a ruptura entre a filosofia e a ciência. Lentamente constituíram-se as chamadas *ciências particulares* (física, astronomia, química, biologia) e, há menos tempo, as *ciências humanas* (psicologia, sociologia, economia), entre outras.

Surge daí a questão: o que restou à filosofia se ela, ao longo dos anos, foi esvaziada de seus conteúdos? Na verdade, a filosofia continua tratando da mesma realidade apropriada pelas ciências. Enquanto as ciências se especializam e observam "recortes" da realidade, a filosofia jamais renuncia a analisar seu objeto do ponto de vista da totalidade. Isso porque é uma *visão de conjunto*, em que o problema filosófico nunca é examinado parcial e isoladamente, mas sempre conforme a relação estabelecida com o contexto em que se encontra inserido, ou seja, a filosofia se apresenta como reflexão crítica e problematização do saber e do agir.

Por exemplo, se a física e a química utilizam determinado método, questionar o que é ciência, o que é método e qual a sua validade não é da alçada do próprio cientista. Essas indagações fazem parte da filosofia das ciências. O mesmo acontece na área das ciências humanas, quando nos perguntamos a respeito do sentido do trabalho ou do lazer para o ser humano, ou ainda quando levantamos questões éticas e políticas sobre essas atividades.

3 O processo do filosofar

Immanuel Kant, filósofo alemão, assim se refere ao filosofar:

> [...] não é possível aprender qualquer filosofia; [...] só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir os seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os.
>
> KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 407. (Coleção Os Pensadores)

Nessa conhecida citação de Kant, destacamos duas expressões: "só é possível aprender a filosofar" e "certas tentativas filosóficas já existentes". Com elas o filósofo destaca que aprender filosofia só tem sentido pelo esforço pessoal de "exercitar o talento da razão", mas que esse exercício não se separa da referência às conquistas anteriores do pensamento filosófico.

Ao mesmo tempo, adverte que, ao estudar o pensamento dos grandes filósofos, cada um pode exercer o direito de refletir por si próprio, de confirmar ou rejeitar as ideias e os conceitos com os quais se depara. Em outras palavras, a filosofia é sobretudo a experiência de um pensar permanente. Por isso, no seu encontro com a tradição filosófica, é preferível não recebê-la passivamente como *produto*, como algo acabado, mas compreendê-la como *processo*, reflexão crítica e problematizadora da realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Para que serve a filosofia?

Afinal, qual é a "utilidade" da filosofia?

Vivemos num mundo que valoriza as aplicações imediatistas do conhecimento. O senso comum aplaude a pesquisa científica que visa à cura do câncer ou da aids; a matemática no ensino médio seria importante pela exigência do vestibular; a formação técnica do advogado, do engenheiro, do fisioterapeuta é reconhecida por preparar para o exercício dessas profissões. Diante disso, não é raro alguém indagar: para que estudar filosofia se não vou aplicá-la em minha vida profissional?

De acordo com essa linha de pensamento, a filosofia seria "inútil", já que não serve para qualquer alteração imediata de ordem prática. No entanto, ela é fundamental para compreender o ser humano e o mundo. Por meio daquele "olhar diferente", a filosofia busca outra dimensão da realidade além das necessidades imediatas nas quais o indivíduo encontra-se mergulhado.

Por isso mesmo, a filosofia costuma ser vista como perigosa quando, por exemplo, desestabiliza o *status quo* ao se confrontar com o poder. É o que afirma o historiador da filosofia François Châtelet:

> Desde que há Estado – da cidade grega às burocracias contemporâneas –, a ideia de verdade sempre se voltou, finalmente, para o lado dos poderes [...]. Por conseguinte, a contribuição específica da filosofia que se coloca a serviço da liberdade, de todas as liberdades, é a de minar, pelas análises que ela opera e pelas ações que desencadeia, as instituições repressivas e simplificadoras: quer se trate da ciência, do ensino, da tradução, da pesquisa, da medicina, da família, da polícia, do fato carcerário, dos sistemas burocráticos, o que importa é fazer aparecer a máscara, deslocá-la, arrancá-la...
>
> CHÂTELET, François. *História da filosofia*: ideias, doutrinas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s/d. p. 309. v. 8.

Os comentários e as sugestões de respostas para as questões do quadro "Para refletir" estão na parte III do Suplemento para o professor, no final do livro.

Para refletir

Sempre há os que ignoram os filósofos. Muitos deles, porém, foram perseguidos, exilados ou até mortos por causa de suas ideias, como Sócrates, Giordano Bruno e Galileu. Frequentemente, os ditadores fazem calar os filósofos pela censura, porque bem sabem o quanto a filosofia pode ameaçar seu poder. Em que sentido os filósofos ameaçariam os poderosos ditadores?

É bem verdade, alguns dirão, que sempre houve e ainda haverá pensadores que bajulam os poderosos e emprestam voz e argumentos para defender tiranos. Nesse caso, porém, estamos diante das fraquezas do ser humano, seja por estar sujeito a enganos, seja por sucumbir ao temor ou ao desejo de prestígio e glória.

***Status quo*:** expressão latina que significa o estado atual das coisas; situação vigente.



REPRODUÇÃO - THE WASHINGTON POST

Foto de autoria desconhecida tirada em 1936 no porto de Hamburgo, na Alemanha. O operário da indústria naval August Landmesser, de braços cruzados em meio à multidão, se recusa a fazer a saudação nazista. Tal recusa pode ser interpretada como aquele "olhar diferente" que contraria o *status quo* e que vê além da situação imediata.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Reflexão filosófica

Existem inúmeras definições de filosofia, que muitas vezes se contrapõem, por isso a perplexidade que, vez ou outra, atinge o filósofo ao rever suas próprias definições. Isso se deve ao núcleo problematizador do filosofar. Assim, responder à pergunta "O que é filosofia?" já é uma questão filosófica das mais complexas.

Partimos dessas advertências para dizer que qualquer definição "delimita", no sentido de estreitar um significado muito mais amplo. O conceito de reflexão, por exemplo, não é exclusivo da filosofia. O que, portanto, distingue a reflexão filosófica das demais?

Na tentativa de "delimitar", pelo menos provisoriamente, vamos examinar a proposta do filósofo brasileiro Dermeval Saviani*, que conceitua a filosofia como uma reflexão *radical*, *rigorosa* e *de conjunto* sobre os problemas apresentados pela realidade.

- **Radical**

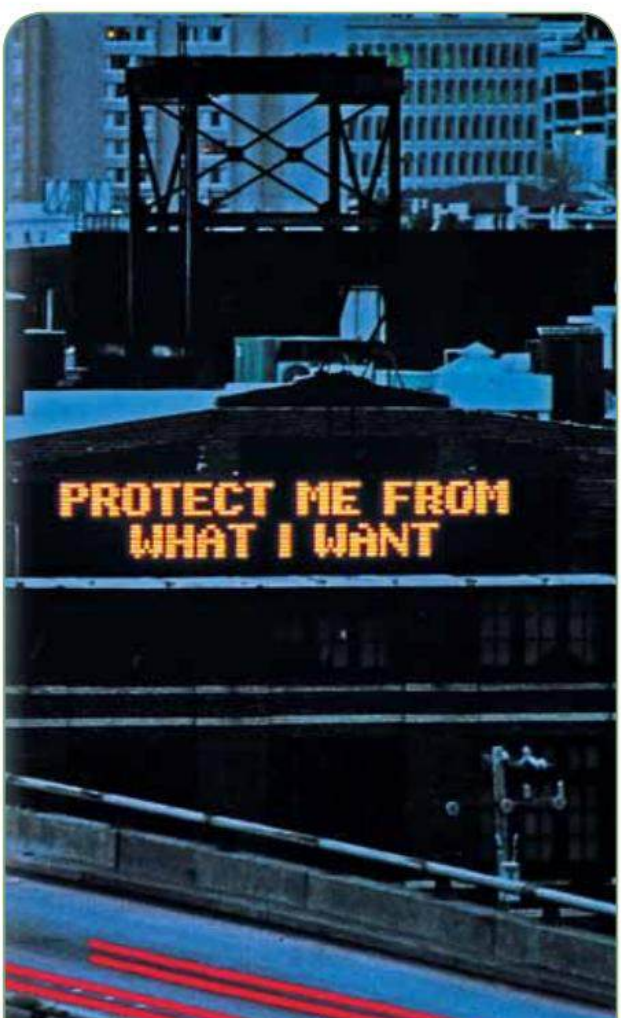
A filosofia é radical, não no sentido corriqueiro de ser inflexível, mas porque busca explicitar os conceitos fundamentais usados em todos os campos do pensar e do agir. Por exemplo, a filosofia das ciências examina os pressupostos do saber científico: é ela que reflete sobre o que é ciência; como a ciência se distingue da filosofia e de outros tipos de saber; quais são as características dos diversos métodos científicos; qual a dimensão de verdade das teorias científicas e assim por diante.

Etimologia

Reflexão. Do latim *refletere*, "fazer retroceder" ou "voltar atrás". Logo, refletir é retomar o próprio pensamento, pensar o já pensado, voltar para si mesmo e questionar o já conhecido.
Radical. Do latim *radix*, "raiz", "fundamento", "base".

- **Rigorosa**

O pensamento filosófico é rigoroso por ser argumentativo e por manter a coerência de suas diversas partes. A linguagem *rigorosa* evita a ambiguidade das expressões cotidianas, o que permite a interlocução com outros filósofos com base em *conceitos* claramente definidos. Por isso são criadas expressões novas ou alterados os sentidos de palavras usuais. Por exemplo, enquanto o termo *ideia* no grego arcaico (*eidos*) significava a intuição sensível de uma coisa (aquilo que se vê ou é visto), Platão criou o conceito de *ideia* para referir-se à concepção racional do conhecimento. Para ele, as pessoas e as coisas belas são percebidas por meio dos sentidos, mas a *beleza* é uma ideia pela qual é compreendida a essência, ou seja, aquilo que faz uma coisa ser bela. É por meio do rigor dos conceitos que os caminhos da reflexão se inovam. E isso não significa que um filósofo "suplante" outro, porque qualquer um deles pode – e deve – ser revisitado sempre.



Proteja-me do que eu desejo (1988), instalação de Jenny Holzer, em Londres.

Jenny Holzer é uma artista conceitual que ao final da década de 1970 e durante a década de 1980 fazia intervenções nos espaços públicos de diversas cidades. Suas frases instigantes propiciam a reflexão filosófica: o que significa *Protect me from what I want* (Proteja-me do que eu desejo)? Quero que alguém de fora me proteja ou sou eu mesmo que devo fazê-lo? E por que (ou quando) haveria eu de me proteger do meu desejo? Qual é a relação entre desejo e razão? Independentemente do modo como respondemos a essas indagações, trata-se de uma discussão a respeito da liberdade humana em suas possibilidades e limites.

© HOLZER, JENNY/AUTVIS, BRASIL, 2016 – GALERIA BARBARA GLASTONE, NOVA YORK
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

* SAVIANI, Dermeval. *Educação*: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 29-33. (Coleção Educação Contemporânea)

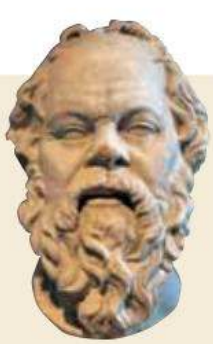
- **De conjunto**

A filosofia é um tipo de reflexão totalizante, de conjunto, porque examina os problemas relacionando diversos aspectos entre si. Mais ainda, o objeto da filosofia é *tudo*, porque nada escapa a seu interesse. Por exemplo, o filósofo se debruça sobre assuntos tão diferentes como a moral, a política, a ciência, o mito, a religião, o cômico, a arte, a técnica, a educação e tantos outros. Daí o caráter *transdisciplinar* da filosofia, ao estabelecer o elo entre as diversas expressões do saber e do agir. Por exemplo, o avanço da biologia genética desperta a discussão filosófica da *bioética*; a produção artística provoca a reflexão *estética* e assim por diante.

6 O exemplo de Sócrates

Lembremos a figura de Sócrates. Dizem que era um homem feio, mas quando falava exercia grande fascínio sobre seus interlocutores. Procurado pelos jovens, passava horas discutindo em praça pública, a ágora de Atenas. Interpelava os transeuntes, dizendo-se ignorante, e fazia perguntas aos que julgavam entender determinado assunto: "O que é coragem?"; "O que é beleza?"; "O que é justiça?"; "O que é virtude?".

Quem é?



PETER HORREE/ALAMY/GLOW IMAGES - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Busto de Sócrates, cópia romana do século I d.C.

Sócrates (c. 470-399 a.C.) nasceu e viveu em Atenas, na Grécia. Filho de um escultor e de uma parteira, Sócrates conhecia a doutrina dos filósofos que o antecederam e de seus contemporâneos. Discutia em praça pública sem nada cobrar. Não deixou livros, por isso conhecemos suas ideias com base nos escritos de seus discípulos, sobretudo Platão e Xenofonte, mas também do comediógrafo Aristófanes, que, apesar de ridicularizá-lo na peça *As nuvens*, deixa transparecer seu método e algumas concepções. Acusado de corromper a mocidade e negar os deuses oficiais da cidade, foi condenado à morte. Esses acontecimentos finais são relatados no diálogo de Platão intitulado *Defesa de Sócrates*. Em outra obra, *Fédon*, Sócrates discute com os discípulos sobre a imortalidade da alma, enquanto aguarda o momento de beber a cicuta. Sócrates é o protagonista na maioria dos diálogos platônicos.

Geralmente os interlocutores respondiam às perguntas socráticas utilizando exemplos de pessoas corajosas, virtuosas etc., ou, então, descreviam as características de um tipo de coragem ou de virtude, o que não era suficiente para o filósofo. Em seguida, concluíam não haver saída senão reconhecer a própria ignorância. Desse modo, a discussão tomava outro rumo, na tentativa de explicitar melhor o conceito.

O interessante no método socrático é que este nem sempre leva a uma conclusão efetiva, mas ainda assim contribui para que cada interlocutor abandone sua doxa, um conhecimento impreciso e sem fundamento, e alcance o conhecimento verdadeiro.

Etimologia

Doxa. Termo grego que designa opinião.

"Só sei que nada sei"

O método de Sócrates levava ao reconhecimento da própria ignorância. Não se tratava, porém, de um julgamento destinado apenas aos seus interlocutores. Esse era igualmente o ponto de partida de sua própria sabedoria, baseada na busca incessante da verdade, em que sempre nos deparamos com novas indagações. Ao dialogar, Sócrates não era um professor que "ensinava verdades", mas alguém que estimulava cada um a pensar por si mesmo.

A maneira pela qual o filósofo chegou a essa descoberta é relatada em certa passagem do diálogo *Defesa de Sócrates*, registrada por seu discípulo Platão. Ao se referir às calúnias de que foi vítima, Sócrates se lembra da ida ao templo de Apolo, em Delfos, local em que as pessoas consultavam o oráculo para saber sobre assuntos religiosos, políticos ou, ainda, sobre o futuro. Lá, quando seu amigo Querofonte consultou a Pítia, indagando se havia alguém mais sábio do que seu mestre Sócrates, ouviu uma resposta negativa.

Surpreendido com a resposta dada pelo oráculo, Sócrates resolveu investigar por si próprio aqueles que se diziam sábios. Sua fala é assim relatada por Platão:

Oráculo: divindade consultada ou sacerdote responsável pela consulta, assim como a própria resposta dada pela divindade.

Pítia: também chamada Pitonisa. Sacerdotisa que, em transe, proferia a resposta do deus Apolo às perguntas formuladas pelos devotos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fui ter com um dos que passam por sábios, porquanto, se havia lugar, era ali que, para rebater o oráculo, mostraria ao deus: "Eis aqui um mais sábio que eu, quando tu disseste que eu o era!". Submeti a exame essa pessoa – é escusado dizer o seu nome: era um dos políticos. Eis, atenienses, a impressão que me ficou do exame e da conversa que tive com ele; achei que ele passava por sábio aos olhos de muita gente, principalmente aos seus próprios, mas não o era. Meti-me, então, a explicar-lhe que supunha ser sábio, mas não o era. A consequência foi tornar-me odiado dele e de muitos dos circunstantes.

Ao retirar-me, ia concluindo de mim para comigo: "Mais sábio do que esse homem eu sou; é bem provável que nenhum de nós saiba nada de bom, mas ele supõe saber alguma coisa e não sabe, enquanto eu, se não sei, tampouco suponho saber. Parece que sou um nadinha mais sábio que ele exatamente em não supor que saiba o que não sei". Daí fui ter com outro, um dos que passam por ainda mais sábios e tive a mesmíssima impressão; também ali me tornei odiado dele e de muitos outros.

PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 15. v. 2. (Coleção Os Pensadores)

Ao ler essa passagem, compreendemos como a máxima socrática "Só sei que nada sei" surgiu enquanto ponto de partida para o filosofar. Podemos então propor as seguintes observações:

- Sócrates está em praça pública, não é um pensador alheio ao mundo.
- Seu conhecimento não é um saber acabado, porque está em processo de se fazer, e tem por conteúdo a experiência cotidiana.
- Guia-se pelo princípio de que nada sabe e, dessa perplexidade primeira, inicia a interrogação e o questionamento de tudo que parece óbvio.
- Sua crítica ao saber dogmático não implica que ele próprio seja detentor de um saber. Desperta as consciências adormecidas, mas não se considera um "farol" que ilumina: o caminho novo deve ser construído pela discussão e pela busca das soluções.
- Sócrates é "subversivo" porque "desnorteia", perturba a "ordem" do conhecer e do fazer, por isso incomoda tanto os poderosos.

Terminamos este capítulo com Sócrates interrogando as pessoas que transitavam pela praça pública, instigando-as a questionar suas certezas. Entretanto, o filósofo teria resposta para tudo? É certo que não, pois vimos que nem sempre esses diálogos conduziam a uma resposta definitiva.

É por isso que convidamos os leitores para um primeiro contato com os filósofos, a fim de conhecer seus conceitos. Trata-se de um exercício que poderá ser fecundo para seu filosofar autônomo.

Escusado: desnecessário; supérfluo.
Dogmático: no contexto, saber baseado em crença não justificada, sem questionamentos.



FINE ART IMAGES/HERITAGE IMAGES/GLOW IMAGES - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

A morte de Sócrates (1787), pintura de Jacques-Louis David. Segundo Sócrates, o conhecimento de si mesmo o leva a descobrir "que nada sabe", chave para superar a opinião e abrir-se à indagação filosófica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Aprender a viver

"[...] adquiri, ao longo dos anos, a convicção de que para todo indivíduo, inclusive para os que não a veem como uma vocação, é valioso estudar ao menos um pouco de filosofia, nem que seja por dois motivos bem simples.

O primeiro é que, sem ela, nada podemos compreender do mundo em que vivemos. É uma formação das mais esclarecedoras, mais ainda do que a das ciências históricas. Por quê? Simplesmente porque a quase totalidade de nossos pensamentos, de nossas convicções, e também de nossos valores, se inscreve, sem que o saibamos, nas grandes visões do mundo já elaboradas e estruturadas ao longo da história das ideias. É indispensável compreendê-las para apreender sua lógica, seu alcance e suas implicações... [...]



ÉDOUARD MANET - INSTITUTO DE ARTE DE CHICAGO



© BRAQUE, GEORGES/AUTVIS, BRASIL, 2016. GIRAUDON/ BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

À esquerda, *Mulher lendo* (1879-1880), pintura de Édouard Manet. À direita, *Mulher lendo* (1911), pintura de Georges Braque. Os artistas Manet e Braque representaram o mesmo tema em suas telas, mas o resultado que observamos é diferente um do outro. Não existe hierarquia entre essas pinturas, pois cada uma responde a anseios e questionamentos de seu próprio tempo.

Além do que se ganha em compreensão, conhecimento de si e dos outros por intermédio das grandes obras da tradição, é preciso saber que elas podem simplesmente ajudar a viver melhor e mais livremente. [...]

Aprender a viver, aprender a não temer em vão as diferentes faces da morte, ou simplesmente, a superar a banalidade da vida cotidiana, o tédio, o tempo que passa, já era o principal objetivo das escolas da Antiguidade grega. A mensagem delas merece ser ouvida, pois, diferentemente do que acontece na história das ciências, as filosofias do passado ainda nos falam. Eis um ponto importante que por si só merece reflexão.

Quando uma teoria científica se revela falsa, quando é refutada por outra visivelmente mais verdadeira, cai em desuso e não interessa a mais ninguém – à exceção de alguns eruditos. As grandes respostas filosóficas dadas desde os primórdios à interrogação sobre como se aprende a viver continuam, ao contrário, presentes. Desse ponto de vista seria preferível comparar a história da filosofia com a das artes, e não com a das ciências: assim como as obras de Braque e Kandinsky não são 'mais belas' do que as de Vermeer ou Manet, as reflexões de Kant ou Nietzsche sobre o sentido ou não sentido da vida não são superiores – nem, aliás, inferiores – às de Epicteto, Epicuro ou Buda. Nelas existem proposições de vida, atitudes em face da existência, que continuam a se dirigir a nós através dos séculos e que nada pode tornar obsoletas. As teorias científicas de Ptolomeu ou de Descartes estão radicalmente 'ultrapassadas' e não têm outro interesse senão histórico, ao passo que ainda podemos absorver as sabedorias antigas, assim como podemos gostar de um templo grego ou de uma caligrafia chinesa, mesmo vivendo em pleno século XXI."

FERRY, Luc. *Aprender a viver*: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 15-17.

Erudito: que tem instrução vasta e variada, geralmente por meio de leituras. No contexto, o estudioso que se debruça sobre a história das ciências.

Questões

1. Luc Ferry indica dois motivos pelos quais todos deveriam estudar ao menos um pouco de filosofia. Quais são eles?
2. Em que sentido estudar a história da filosofia é diferente de estudar a história da ciência?
3. Por que é válido comparar a história da filosofia com a história da arte?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Por que é possível dizer que não existe "a" filosofia, mas "as" filosofias?
2. O que significa a máxima socrática "Só sei que nada sei"? Explique por que ela se refere a Sócrates e também à própria filosofia.
3. Na Grécia antiga, os filósofos se ocupavam de todas as áreas do conhecimento de seu tempo. Quando ocorreu a Revolução Científica do século XVII, as ciências da natureza e posteriormente as ciências humanas foram se separando do corpo da filosofia. Atualmente, de que objeto se ocupa a filosofia?

Aplicando os conceitos

4. Com base na tira do personagem Calvin e na citação, responda às questões propostas.



O melhor de Calvin (1993), tirinha de Bill Watterson.

Aquilo que colocou Sócrates em destaque foi o seu método, e não tanto as suas doutrinas. Sócrates baseava-se na argumentação, insistindo que só se descobre a verdade pelo uso da razão. O seu legado reside sobretudo na sua convicção inabalável de que mesmo as questões mais abstratas admitem uma análise racional. O que é a justiça? Será que a alma é imortal? Poderá alguma vez ser certo maltratar alguém? Será que é possível saber o que é certo fazer e, ainda assim, proceder de outro modo? Sócrates pensava que estes problemas não eram meras questões de opinião.

RACHELS, James. *Problemas da filosofia*. Lisboa: Gradiva, 2009. p. 17-19.

a) Explique em que sentido tanto o texto de Rachels quanto a tira do personagem Calvin têm como tema central a argumentação.

b) Supondo que o quadrinista Bill Watterson quisesse representar a fala de Calvin como se fosse a de um adulto, critique esse comportamento tendo em vista o que estudamos a respeito do significado do filosofar.

5. Esta citação trata de uma das contribuições da filosofia. Comente-a.

A técnica só fornece *meios* de ação ao homem. Ela emudece quanto aos *fins* que devem guiar nossa conduta. [...] No mundo atual, o esplendor de nossos *poderes* humanos faz com que se ressalte, numa visão trágica, a ambiguidade de nossos *desejos*. Somente a filosofia levanta o problema dos *valores*.

HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Compêndio moderno de filosofia*: a ação. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. p. 28. v. 1.

Trabalho em grupo

6. No trecho abaixo, de autoria de Platão, o protagonista Sócrates afirma que é acusado de corromper a juventude. Leia-o e, em grupo, discuta: quais seriam, nos dias atuais, os acusadores de Sócrates?

[...] os jovens [...] seguindo-me espontaneamente, gostam de ouvir-me examinar os homens, e muitas vezes me imitam [...] e então encontram grande quantidade daqueles que acreditam saber alguma coisa [...]. Daí, aqueles que são examinados por eles encolerizam-se comigo [...] e dizem que há um tal Sócrates, perfidíssimo, que corrompe os jovens.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. p. 42.

Dissertação

7. Elabore uma dissertação inspirada no texto de Aristóteles transcrito a seguir.

Foi, com efeito, pela admiração que os homens, assim hoje como no começo, foram levados a filosofar. [...] Pelo que, se foi para fugir à ignorância que filosofaram, claro está que procuraram a ciência pelo desejo de conhecer, e não em vista de qualquer utilidade.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 214. (Coleção Os Pensadores)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 2

As origens da filosofia



BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL – MUSEU NACIONAL DE LIVERPOOL

Minerva (Atena), escultura romana do século I d.C.

Para os povos antigos, o mito era um componente importante da cultura, permeando todos os segmentos sociais e suas instituições. Para os gregos da Antiguidade, as divindades eram personificações de elementos da natureza, das virtudes e dos defeitos da humanidade. Os deuses gregos, habitantes do monte Olimpo, eram imortais, embora tivessem comportamentos semelhantes aos dos homens: às vezes benevolentes, mas também agiam por inveja ou vingança.

Atena é a deusa grega da sabedoria e da justiça, entre outras virtudes que lhe eram atribuídas. A coruja, sua ave predileta, com frequência a acompanha nas representações que os artistas dão à sua imagem. Mais conhecida como coruja de Minerva – nome latino da deusa Atena –, tornou-se símbolo da filosofia, por ser Atena a deusa da razão. São inúmeras as interpretações em torno desse símbolo. A coruja é uma ave noturna sempre alerta; de visão aguda, é capaz de enxergar no escuro, além de girar quase completamente a cabeça, o que lhe permite olhar por todos os ângulos. O filósofo alemão Georg W. Friedrich Hegel faz a seguinte aproximação entre a filosofia e a ave de Minerva:

> [...] a filosofia [...] como pensamento do mundo, só aparece quando a realidade efetuou e completou o processo da sua formação. [...] é na maturidade dos seres que o ideal se ergue em face do real [...]. Quando a filosofia chega com a sua luz crepuscular a um mundo já a anoitecer, é quando uma manifestação de vida está prestes a findar. [...] Quando as sombras da noite começaram a cair é que levanta voo o pássaro de Minerva.
>
> HEGEL, Georg W. Friedrich. Prefácio. In: *Princípios da filosofia do direito*, São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. XXXIX.

Ao afirmar que, como a coruja, a filosofia alça voo ao entardecer, Hegel está argumentando que o trabalho filosófico se inicia após o trabalho do dia, ou seja, depois dos fatos decorridos, o que mostra que a reflexão filosófica se apoia na realidade vivida.

Os principais objetivos deste capítulo são: caracterizar o pensamento mítico, distinguir mito de filosofia, identificar a relação entre o surgimento da pólis e o nascimento da filosofia e compreender a identidade e as divergências relativas ao princípio conhecido como *arkhé*.
Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: mito, logos, pólis, *physis* e *arkhé*.

Pode-se discutir a metáfora presente nessa abertura, em que mito e filosofia se mesclam. Trata-se de uma representação da filosofia por meio da figura mítica da coruja de Minerva (Atena), deusa da razão.

1 A consciência mítica

O mito é a forma mais remota de crença, por meio da qual os povos se relacionam com o sobrenatural. De modo geral, o mito está impregnado do desejo humano de afugentar a insegurança, os temores e a angústia diante do desconhecido, do perigo e da morte. Para tanto, os relatos míticos se sustentam pela crença em forças superiores, cuja existência não precisa ser comprovada. São elas que protegem ou ameaçam, recompensam ou castigam.

Etimologia

Mito. Do grego *mythos*, significa "palavra expressa", "narrativa". A consciência mítica é predominante em culturas de tradição oral, que transmitem o conhecimento verbalmente.

Examinando racionalmente os mitos, tendemos a concluir que não passam de lendas, histórias fantasiosas, portanto inverossímeis. No entanto, para os gregos antigos, os povos indígenas e outras comunidades tradicionais, trata-se da maneira como se responde às perguntas sobre a origem dos deuses e do mundo. Podemos dizer que o mito vivido é uma *verdade*. Não na concepção atual do que é a verdade, mas como relato que não necessita de comprovações, porque o critério de adesão ao mito é a crença, a fé.

O mito é, portanto, uma intuição compreensiva da realidade, cujas raízes se fundam nas emoções e na afetividade. Expressa o que desejamos ou tememos, representa a nossa atração ou repulsa pelas coisas. Esse "falar sobre o mundo" (mítico) está impregnado do desejo humano de compreendê-lo, afugentando a insegurança, os temores e a angústia diante do desconhecido e da morte.

2 A mitologia grega

A passagem da consciência mítica para a filosofia deveu-se a um longo processo de transformações políticas, sociais e econômicas que culminaram no aparecimento dos primeiros sábios gregos no século VI a.C. Vamos investigar as características do pensamento mítico, que predominava antes do advento da filosofia na Grécia e que ainda permanece vivo nos costumes das sociedades tradicionais.

A civilização grega teve início por volta do século XX a.C. (entre 2000 e 1900 a.C.), quando invasores de origem indo-europeia ocuparam a Península Balcânica, entre o Mar Tirreno e a Ásia Menor. Por conta do terreno acidentado, a nova civilização espalhou-se por diversas regiões que, embora autônomas, preservaram alguma identidade cultural, como a língua e as crenças.

A religião dos gregos era politeísta e os deuses eram imortais, embora apresentassem características humanas.

Na Grécia antiga, os mitos eram recitados de memória em praça pública pelos aedos e rapsodos, cantores ambulantes e poetas, como Homero e Hesíodo. Porém, nem sempre é possível identificar a autoria desses poemas, por resultarem de produção coletiva e anônima.

Periodização da história da Grécia antiga

Esta linha do tempo não foi organizada em escala temporal.



Vaso micênico (c. 1400 a.C.). Museu Metropolitano de Arte, Nova York.



Representação de homem e centauro em estatueta grega (século VIII a.C.). Museu Metropolitano de Arte, Nova York.



Pintura em ânfora grega (século VI a.C.) representando a disputa de Hércules e Apolo pela posse do tripé de Delfos. Museu Metropolitano de Arte, Nova York.

FOTOS: ART RESOURCE/PHOTO SCALA, FLORENÇA - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Civilização micênica
(do século XX ao XII a.C.).
Desenvolveu-se desde o início do segundo milênio a.C. O período leva esse nome pela importância da cidade de Micenas, de onde, por volta de 1250 a.C., partiram Agamêmnon, Aquiles e Ulisses para sitiar e conquistar Troia.

Período homérico
(do século XII ao VIII a.C.).
Na transição de um mundo essencialmente rural, os senhores enriquecidos formaram a aristocracia proprietária de terras, que fez recrudescer o sistema escravista. Nesse período teria vivido Homero (século IX ou VIII a.C.).

Período arcaico
(do século VIII ao VI a.C.).
Com a formação das cidades-Estado (pólis), ocorreram grandes alterações sociais e políticas, bem como o desenvolvimento do comércio e a expansão da colonização grega. No início desse período teria vivido Hesíodo. No século VI a.C., surgiram os primeiros filósofos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Homero

Os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia* são atribuídos a Homero, embora existam controvérsias a respeito da época em que o poeta teria vivido – século IX ou VIII a.C. – ou até mesmo se ele existiu. Para alguns intérpretes, a dúvida sobre sua existência se justifica pela diversidade de estilos dos dois poemas, o que indicaria terem sido recolhidos por diversos autores em períodos históricos diferentes.

Na vida dos gregos, as epopeias desempenhavam um papel pedagógico significativo. Narravam episódios da história grega – o período da civilização micênica – e transmitiam os valores culturais mediante o relato das realizações dos deuses e dos antepassados. Por expressarem uma concepção de vida, desde cedo as crianças memorizavam passagens desses poemas.

As ações heroicas relatadas nas epopeias mostravam a constante intervenção dos deuses, ora para auxiliar o protegido, ora para perseguir o inimigo. Nessas histórias, o indivíduo é presa do destino, concebido como imutável.

O herói vivia, desse modo, na dependência dos deuses e do destino, faltando a ele a noção de vontade pessoal, de liberdade. Mas isso não o diminuía diante das pessoas comuns, ao contrário, ter sido escolhido pelos deuses era sinal de reconhecimento e de que ele se diferenciava por deter a virtude do *guerreiro belo e bom*, que se manifestava pela coragem e pela força, sobretudo no campo de batalha.

Diferentemente do que hoje entendemos por virtude, para os gregos esse valor correspondia à excelência e à superioridade, objetivo supremo do herói guerreiro. Essa virtude se expressava igualmente na assembleia dos guerreiros, pelo poder de persuasão do discurso.

Para saber mais

A obra *Ilíada* trata do último ano da guerra de Troia. Segundo a tradição mítica, o conflito foi motivado pelo rapto da grega Helena por um príncipe troiano. Ilíada é uma palavra aportuguesada da expressão *Ílion*, o nome grego atribuído à cidade de Troia.

A *Odisseia* narra o retorno de Ulisses ou Odisseu à sua terra natal, Ítaca. Essa viagem foi repleta de peripécias, por isso costumamos dizer que uma aventura mirabolante é uma odisseia.

Para refletir

O conceito de *virtude* variou entre os filósofos, mas em geral designa uma disposição ética para realizar o bem, o que supõe autonomia e não mais imposição do destino. Você saberia indicar algumas virtudes desejáveis para o convívio entre as pessoas nas sociedades contemporâneas?

Hesíodo

Hesíodo é outro poeta que teria vivido por volta do final do século VIII e princípios do VII a.C. Na sua obra *Teogonia*, relatou as origens do mundo e dos deuses, em que as forças emergentes da natureza vão se transformando nas próprias divindades. Por isso a teogonia é também uma cosmogonia, na medida em que narra como todas as coisas surgiram do Caos para compor a ordem do Cosmo.

Ainda que suas obras refletissem o interesse pela crença nos mitos (de caráter geral), Hesíodo desenvolveu um estilo pessoal, capaz de revelar particularidades do poeta, que tendem a superar a poesia impessoal e coletiva das epopeias. Essas características novas são indicativas do período arcaico, que então se iniciava.

Em *Teogonia*, Hesíodo relata que no princípio surge o Caos que dá origem às divindades primordiais: Gaia ou Geia (a Terra) e Eros. Gaia gerou Urano e, unida a ele, deu origem aos gigantes, ciclopes e titãs.

Caos: para os gregos, é o vazio inicial.

Etimologia

Virtude. Do latim *vir*, *virtus*; primitivamente, *vir* significa "o homem viril", "forte", "corajoso".
Teogonia. Do grego *théos*, "deus", e *gonos*, "origem"; significa "genealogia dos deuses".
Cosmogonia. Do grego *kósmos*, "Universo", e *gonos*, "origem"; designação dada às teorias que têm por objeto explicar a formação do Universo.

Para saber mais

A partir da conquista romana, no século II a.C., os deuses gregos foram apropriados e reelaborados pelos romanos. Por exemplo, a divindade grega Cronos foi identificada com Saturno, Zeus com Júpiter, Atena com Minerva, Afrodite com Vênus, Eros com Cupido, Ares com Marte.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 O mito hoje

Perguntamos então: e nos dias atuais, o desenvolvimento do pensamento reflexivo teria decretado a morte da consciência mítica?

Vimos que o mito fez parte da vida humana desde seus primórdios, mas ainda persiste no nosso cotidiano como uma experiência possível do existir, expressa por meio de crenças, temores e desejos que nos mobilizam. Hoje, porém, os mitos não predominam nem emergem com a mesma força com que se impuseram nas sociedades antigas ou tradicionais, porque o exercício da crítica racional nos permite legitimá-los ou rejeitá-los quando nos desumanizam.

A filosofia e outros modos de compreensão, como o senso comum, a arte, a ciência e a religião, não podem negar que o mito continua na raiz da nossa capacidade de compreender o que nos rodeia. A função fabuladora persiste nos contos populares, no folclore, na literatura, nas artes em geral e em várias expressões da vida diária. Por exemplo, certas palavras são ricas de ressonâncias míticas – casa, lar, amor, pai, mãe, paz, liberdade, morte. Logo, conferir-lhes uma definição objetiva não esgota seus significados simbólicos.

O mesmo sucede com histórias em quadrinhos, filmes, novelas ou contos de fada, nos quais, por exemplo, o maniqueísmo exprime o arquétipo da luta entre o bem e o mal, presente nas narrativas míticas. Quando o mal é vencido, os temores dos indivíduos se apaziguam, sejam eles crianças, sejam adultos.

Outro registro em que o mito está vivo encontra-se em personalidades como artistas, políticos e esportistas, que os meios de comunicação se incumbem de transformar em imagens exemplares. Desse modo, representam todo tipo de anseio humano: sucesso, poder, liderança, atração sexual etc. Hoje, com a atribuição acelerada de fama a figuras midiáticas, essas influências tornam-se múltiplas, embora também mais fugazes.

Nosso comportamento é igualmente permeado por rituais de passagem, mesmo que secularizados, isto é, não religiosos: comemorações de nascimento, casamento e aniversário, entrada do Ano-Novo, festas de formatura e de debutante, trote solidário de calouros etc. Examinando as manifestações coletivas no cotidiano da vida urbana do brasileiro, descobrimos componentes míticos no Carnaval e no futebol, ambos como manifestações do imaginário nacional e da expansão de forças inconscientes.

Maniqueísmo: atitude de quem estabelece uma oposição simplista entre algo (ou alguém) que representa o bem e outro que representa o mal.

Etimologia

Arquétipo. Palavra derivada do grego *arkhé*, que significa "princípio", "origem". No contexto, tem o sentido de princípio explicativo ou de conteúdo simbólico do inconsciente.

ALPHA/GLOBE PHOTOS ZUMA PRESS/GLOW IMAGES



Cena do filme estadunidense *V de vingança* (2005), dirigido por James McTeigue. Nesse filme, adaptado de uma série de quadrinhos homônima, o protagonista – conhecido como V – acumula características presentes em personagens de narrativas míticas, como o poder, a liderança e o impulso heroico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Aspectos sombrios dos mitos são vislumbrados nos preconceitos – expressões negativas de convicções não fundamentadas. Por exemplo, a crença de Hitler na pureza da "raça" ariana desencadeou movimentos apaixonados de perseguição que culminaram no genocídio de judeus, ciganos e homossexuais.

Onde quer que a filosofia surja, ela se opõe ao mito. Não para destruí-lo, mas no sentido de caminhar em outra direção, com base em pressupostos diferentes. Na nova racionalidade, o pensamento e a ação não possuem o caráter de sobrenaturalidade que caracteriza o mito.

Para refletir

Os arianos são um subgrupo indo-europeu das estepes da Ásia que se expandiu pela Europa. Segundo a concepção racista do nazismo, deles descenderiam os alemães, constituintes de uma "raça pura". Você já notou como as doutrinas racistas consideram inferiores pessoas ou grupos que são apenas diferentes?

4 A filosofia nasceu no Ocidente

O pensamento filosófico surgiu na Grécia, no século VI a.C., mais propriamente nas colônias gregas, com os primeiros pensadores: Tales de Mileto, Pitágoras de Samos e Heráclito de Éfeso. Embora reconheçamos a importância de outros sábios que viveram no Oriente durante o mesmo período, suas doutrinas ainda não eram propriamente filosóficas.* Em que aqueles sábios se distinguem dos pensadores gregos?

A diferença está no fato de que os sábios orientais não se aprofundaram em questões abstratas. Eles se concentraram na formulação de doutrinas que estimulavam a boa conduta para facilitar o convívio harmônico. Em outras palavras, tratava-se de uma sabedoria vinculada a aspectos práticos do comportamento humano, e não propriamente teóricos ou argumentativos. Além disso, muitas vezes esse saber não se desprendia do componente mítico-religioso.

Em contraposição, os primeiros filósofos gregos, mesmo quando sofriam influências religiosas, problematizavam a realidade: buscavam explicitar o princípio constituinte das coisas. Questionavam, por exemplo: qual é o *ser* de todas as coisas? Quando as coisas mudam, existe algo que permanece idêntico? O que é o movimento? Que tipos de mudança existem? As respostas dadas a essas questões sustentavam-se pela razão (logos). O logos integra toda teoria que precisa ser fundamentada com argumentos. Por isso, dizemos que a Grécia foi o berço da filosofia.

É interessante observar que a primazia concedida pelos gregos ao racional ocorreu igualmente com a geometria. Foram os filósofos gregos Tales e Pitágoras que ampliaram e deram um sentido diferente a esse tipo de conhecimento, não apenas por interesse prático, mas também para elaborar demonstrações racionais e abstratas. Embora egípcios, hindus e chineses de épocas mais recuadas também identificassem diversas propriedades geométricas, essas eram apenas aplicadas a conhecimentos empíricos – com base na experiência –, visando construir estruturas muitas vezes grandiosas.

Logos: palavra; linguagem; razão; discurso; norma ou regra; aquilo que é fundamental. O conceito apresenta várias acepções. Termos derivados: diálogo; dialética; lógica.

Para saber mais

Sábios que viveram no Oriente no século VI a.C.: Confúcio e Lao-Tsé (China), Sidarta Gautama, o Buda (Índia) e Zaratustra (Pérsia, atual Irã).

Uma nova ordem humana

Alguns autores chamaram de "milagre grego" a passagem da mentalidade mítica para o pensamento crítico racional e filosófico, destacando o caráter repentino e único desse processo. Outros estudiosos, porém, criticam essa visão simplista e afirmam que a filosofia na Grécia não foi fruto de um salto, de um "milagre" realizado por um povo privilegiado, mas o coroamento de um processo gestado ao longo do tempo.

No período arcaico (do século VIII ao VI a.C.), a Grécia passou por transformações muito específicas nas relações sociais e políticas, proporcionando a lenta passagem do mito para a reflexão filosófica. A nova visão do mundo e do indivíduo que então se esboçava resultou de inúmeros fatores, analisados pelo estudioso francês Jean-Pierre Vernant, como apresentamos na sequência.

* Para mais informações sobre a sabedoria oriental, consultar: YUTANG, Lin. *A sabedoria da China e da Índia*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1966.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a) A redescoberta da escrita

Na Grécia, a escrita já existira no período micênico, mas desapareceu no século XII a.C., para ressurgir apenas entre os séculos IX e VIII a.C., por influência dos fenícios. Nesse ressurgimento, a escrita assumiu uma nova função. Enquanto os rituais eram cheios de fórmulas mágicas, os escritos passaram a ser divulgados em praça pública, sujeitos à discussão e à crítica. Isso não significava que a escrita se tornasse acessível a todos, muito pelo contrário, já que a maioria da população era constituída de analfabetos. O que ocorria era a dessacralização da escrita, ou seja, sua desvinculação do sagrado.

A vantagem da escrita é que ela fixa a palavra para além de quem a proferiu, o que exige maior rigor e clareza, e estimula o pensamento crítico. Desse modo, a escrita traz a possibilidade de maior abstração, de reflexão aprimorada.

b) A moeda

Na época da aristocracia rural, a economia grega era pré-monetária, pois a riqueza estava baseada em terras e rebanhos. As relações sociais, impregnadas de caráter sobrenatural, eram fortemente marcadas pela posição social de pessoas consideradas superiores em razão da origem divina de seus ancestrais. No entanto, o desenvolvimento do comércio marítimo favoreceu a expansão do mundo grego e a colonização da Magna Grécia (sul da Península Itálica e Sicília) e da Jônia (hoje litoral da Turquia). A moeda, surgida por volta do século VII a.C., facilitou os negócios e enriqueceu os comerciantes, o que acelerou a substituição dos valores aristocráticos por valores da nova classe em ascensão.

Além desse efeito político de democratização de um valor, a moeda sobrepunha aos símbolos sagrados o caráter racional de sua concepção: a moeda é uma convenção humana, noção abstrata de valor que estabelece a medida comum entre valores diferentes.





FOTOS: THE GRANGER COLLECTION/ GLOW IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Faces de moeda de prata usada no comércio ateniense (c. 440 a.C.), nas quais foram gravadas as representações da deusa Atena e da coruja de Minerva.

c) A lei escrita

Até então, a justiça dependia da interpretação da vontade divina ou da arbitrariedade dos reis, mas os legisladores Drácon, Sólon e Clístenes sinalizaram uma nova era, porque, com a lei escrita, a norma se tornava comum a todos e sujeita à discussão e à modificação.

As reformas da legislação fundaram a pólis sobre nova base, porque, ao expressarem o ideal igualitário da democracia nascente, a unificação do corpo social enfraqueceu a hierarquia do poder aristocrático das famílias.

Assim afirma Jean-Pierre Vernant:

> Os que compõem a cidade, por mais diferentes que sejam por sua origem, sua classe, sua função, aparecem de uma certa maneira "semelhantes" uns aos outros. Esta semelhança cria a unidade da pólis. [...] O vínculo do homem com o homem vai tomar assim, no esquema da cidade, a forma de uma relação recíproca, reversível, substituindo as relações hierárquicas de submissão e de domínio.
>
> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. p. 42.

d) O cidadão da pólis

O nascimento da pólis (a cidade-Estado grega), na passagem do século VIII para o século VII a.C., foi um acontecimento decisivo. O fato de ter como centro a ágora (praça pública), espaço onde eram debatidos assuntos de interesse comum, favorecia o desenvolvimento do discurso político. Elaborava-se desse modo o novo ideal de justiça, pelo qual todo cidadão tinha direito ao poder. A noção de justiça assumia caráter político, e não apenas moral, ou seja, não se referia apenas ao indivíduo e aos interesses da tradição familiar, mas à sua atuação na comunidade.

Assim ficava garantido o princípio da *isonomia*, a igualdade perante a lei, do mesmo modo que o da *isegoria*, a igualdade do direito à palavra na assembleia. De fato, a pólis se construiu pela autonomia da

Assembleia: em grego se diz ágora; é o local de reunião para decidir assuntos do interesse de todos os cidadãos. Designa também a praça principal da pólis, onde se instalava o mercado.

Etimologia

Isonomia. Do grego *ísos*, "igual", e *nómos*, "lei"; significa "igualdade de direitos".
Isegoria. Do grego *ísos*, "igual", e *agoreúein*, "discursar em praça pública (ágora)"; significa "igualdade para discursar na assembleia".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

palavra, não mais a palavra mágica dos mitos, enunciada pelos deuses e, portanto, consensual, comum a todos, mas a palavra humana do conflito, da discussão, da argumentação.

Expressar-se por meio do debate fez nascer a política, que permite ao indivíduo tecer seu destino em praça pública. Da instauração da ordem humana surgiu o *cidadão da pólis*, figura inexistente no mundo das sociedades tradicionais e das aristocracias rurais.

Para refletir

Poderíamos dizer que atualmente a isonomia e a isegoria são princípios extensivos a todos os cidadãos em nosso país?

e) A consolidação da democracia

Os regimes oligárquicos ainda não tinham sido extirpados, mas algumas das cidades-Estado gregas já estavam consolidando os ideais democráticos, inspiradas no modelo de Atenas. O apogeu da *democracia* ateniense ocorreu no século V a.C., quando Péricles governava. Os cidadãos livres, fossem ricos ou pobres, tinham acesso à assembleia. Tratava-se de uma *democracia direta*, em que não eram escolhidos representantes, e cada cidadão participava diretamente das decisões de interesse comum.

É bom lembrar, porém, que a maior parte da população se achava excluída do processo político. Grupos como o de escravos, mulheres e estrangeiros (metecos), mesmo que estes últimos fossem prósperos comerciantes, não eram considerados cidadãos. Apesar disso, o que vale enfatizar é a mutação do ideal político e uma concepção inovadora de poder, a democracia.

Vernant analisa a importância da política na Grécia antiga:

> É no plano político que a razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pôde tornar-se entre os gregos o objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos. O declínio do mito data do dia em que os primeiros sábios puseram em discussão a ordem humana, procuraram defini-la em si mesma, traduzi-la em fórmulas acessíveis à sua inteligência, aplicar-lhe a norma do número e da medida. Assim se destacou e se definiu um pensamento propriamente político, exterior à religião, com seu vocabulário, seus conceitos, seus princípios, suas vistas teóricas. Esse pensamento marcou profundamente a mentalidade do homem antigo; caracteriza uma civilização que não deixou, enquanto permaneceu viva, de considerar a vida pública como o coroamento da atividade humana. [...] Dentro de seus limites como em suas inovações, [a filosofia] é filha da cidade.
>
> Idem, ibidem. p. 94-95.



Estudantes manifestam-se contra o racismo em frente ao templo de Atenas, na antiga acrópole ateniense. Foto de 2014. O direito do cidadão de expressar-se num ambiente público, como ocorre atualmente em manifestações, caracterizou o nascimento da política na Grécia.

MILOS BICANSKI/GETTY IMAGES

5 Primeiros filósofos: os pré-socráticos

A filosofia grega antiga corresponde a um longo período que começou por volta do século VI a.C. e se estendeu até o século III d.C. Os primeiros filósofos foram chamados de *pré-socráticos* devido a uma classificação posterior da filosofia antiga que tinha como referência a figura de Sócrates.

Perdeu-se grande parte das obras dos primeiros filósofos, restando-nos apenas fragmentos e comentários feitos pelos filósofos posteriores, que constituem a doxografia. O centro de suas investigações era a natureza, por isso são conhecidos como naturalistas, ou filósofos da *physis* (termo grego para "mundo físico", "natureza"). Sabemos também que geralmente escreviam em prosa, abandonando a forma poética característica das epopeias, dos relatos míticos.

Que novidades trouxeram os primeiros filósofos? Naquele momento, em vez de explicar a ordem cósmica pela interferência divina, os filósofos buscavam respostas por si mesmos, por meio da razão. Portanto, as questões tornaram-se cosmológicas: o sufixo "logos" denota o predomínio da razão, da explicação argumentativa.

Etimologia

Doxografia. Do grego doxa, "opinião", e *gráphein*, "escrever". É a compilação de doutrinas, princípios e ideias de pensadores. Pode-se conhecer um filósofo não só por suas obras, mas também pelo testemunho de pensadores do seu tempo ou posteriores.

Para saber mais

Períodos da filosofia grega

Pré-socrático (século VI a.C.). Os primeiros filósofos ocupavam-se com questões cosmológicas, iniciando a separação entre a filosofia e o pensamento mítico.

Período clássico (séculos V e IV a.C.). Ampliação dos temas e maior sistematização do pensamento. Época dos sofistas, de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Pós-socrático (do século III a.C. ao III d.C.). Durante o período helênico, preponderou o interesse pela física e pela ética. Surgiram as correntes filosóficas do estoicismo, do hedonismo e do ceticismo.

Período helênico: civilização e cultura que se desenvolveram fora da Grécia por influência do pensamento e cultura gregos.

O princípio de todas as coisas

A principal indagação dos filósofos pré-socráticos era o *movimento*. Para os gregos, o conceito de movimento tem um sentido bem amplo, podendo significar mudança de lugar, aumento e diminuição, qualquer alteração substancial quando alguma coisa é gerada ou se deteriora. Então alguns se perguntavam: o que faz com que, apesar de toda mudança, haja algo na realidade que sempre permaneça o mesmo? Assim, sob a multiplicidade das coisas, eles buscavam a identidade, um *princípio original e racional* (em grego, *arkhé*). Nesse contexto, o termo *princípio* pode ser entendido como "origem" ou "fundamento".

Observe como a filosofia nasce de um problema, de uma indagação nova, que procura ir além do já sabido. Por isso, existe uma ruptura entre mito e filosofia, porque o mito é uma narrativa cujo conteúdo não se questiona, enquanto a filosofia problematiza e convida à discussão. A filosofia rejeita explicações baseadas no sobrenatural. Mais ainda, busca a coerência interna e a definição rigorosa dos conceitos, organizando-se em um pensamento abstrato.

Dissemos que todos os pré-socráticos buscavam o princípio de todas as coisas, mas que, por pensarem de modo autônomo, divergiam entre si no elemento em que o identificavam.

Os mais antigos filósofos viveram na Jônia e, posteriormente, na Magna Grécia. Costuma-se classificá-los como monistas ou pluralistas, conforme o número de elementos constitutivos definidos por eles: um ou vários.

a) Os *monistas* identificavam apenas um elemento constitutivo de todas as coisas. Por exemplo, para Tales de Mileto (c. 640-548 a.C.), a *arkhé* é a água. Além dele, destacaram-se Anaximandro (c. 610-547 a.C.), Anaxímenes (c. 588-524 a.C.), que viveram em Mileto, e Heráclito (c. 544-484 a.C.), que se estabeleceu em Éfeso, ambas as cidades pertencentes à Jônia. Encontram-se ainda nessa tendência Pitágoras (século VI a.C.) – que nasceu na Jônia mas mudou-se para a Magna Grécia – e Parmênides (c. 544-450 a.C.), também estabelecido na Magna Grécia.

b) Para os *pluralistas*, não existe um único princípio compondo todas as coisas da *physis*, mas múltiplos. Os filósofos mais representativos dessa tendência são Empédocles (c. 483-430 a.C.), Anaxágoras (c. 499-428 a.C.) e os atomistas Leucipo (século V a.C.) e Demócrito (c. 460-370 a.C.). Por exemplo, para Empédocles, nascido em Agrigento, cidade da Magna Grécia, na atual Sicília, tudo que existe deriva de quatro elementos: terra, água, ar e fogo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A FILOSOFIA NA GRÉCIA ANTIGA



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Observe no mapa os principais filósofos gregos que correspondem ao período pré-socrático. Identifique em que região (Jônia ou Magna Grécia) e em que cidade eles se estabeleceram. Em seguida, observe que os filósofos do período clássico (Sócrates, Platão) viviam em Atenas. Embora Aristóteles tenha nascido em Estagira, cidade da Macedônia, foi em Atenas que fundou sua escola. Localize também os filósofos do helenismo, que se deslocaram da Grécia continental e se espalharam pelas ilhas.

Fonte: ABRÃO, Bernadete Siqueira et al. *Enciclopédia do estudante*. História da filosofia: da Antiguidade aos pensadores do século XXI. São Paulo: Moderna, 2008. p. 17. v. 12.

6 Heráclito e Parmênides

Entre os pré-socráticos citados, muitos deles foram fundamentais para a história da filosofia e ainda despertam o interesse de estudiosos e leigos, como Pitágoras e Demócrito. No entanto, optamos por destacar Heráclito e Parmênides pela influência que exerceram no pensamento posterior, claramente percebida em Platão e Aristóteles. Essa importância decorre da maneira rigorosa com que levantaram e discutiram algumas questões, como o movimento e a imobilidade ou a unidade e a multiplicidade do ser.

Heráclito: tudo flui

Heráclito nasceu em Éfeso, na Jônia, e procurou compreender a multiplicidade do real. Ao contrário de seus contemporâneos – como Parmênides –, Heráclito não rejeitava as contradições e queria apreender a realidade na sua mudança, no seu devir. Todas as coisas mudam sem cessar, e o que temos diante de nós em dado momento é diferente do que foi há pouco e do que será depois: "Nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio", pois na segunda vez não somos os mesmos, e também as águas mudaram.

Para Heráclito, o ser é o múltiplo, não apenas no sentido de que há uma multiplicidade de coisas, mas por estar constituído de oposições internas. O que mantém o fluxo do movimento não é o simples aparecer de novos seres, mas a luta dos contrários, pois "A guerra é pai de todos, rei de todos". É da luta que nasce a harmonia, como síntese dos contrários.

Para ele, o dinamismo de todas as coisas pode ser explicado pelo fogo primordial, expressão visível da instabilidade, símbolo da eterna agitação do devir: "O fogo eterno e vivo, que ora se acende e ora se apaga".

Assim diz Marilena Chaui:

> Não se trata do fogo (ou do quente ou do calor) que percebemos em nossa experiência. O fogo-quente-calor de nossa experiência é uma das qualidades determinadas e múltiplas do mundo, juntamente com o frio, o seco, o úmido. O fogo primordial – que Heráclito também chama de logos – é aquilo que, por sua própria natureza e força interna, se transforma em todas as outras e é nelas transformado sem cessar.
>
> CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 68-69. v. 1.

Para saber mais

Costuma-se dizer que Heráclito teve a intuição da lógica dialética, que no século XIX foi elaborada por Hegel e depois reformulada por Marx na teoria do materialismo dialético. A lógica dialética admite a contradição entre uma tese e sua antítese.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



PHOTOTHÈQUE R. MAGRITTE, MAGRITTE, RENÉ/AUTVIS, BRASIL, 2016. BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

A ponte de Heráclito (1935), de René Magritte. Nessa tela, a ponte se interrompe ao tocar a névoa, mas o seu reflexo mostra uma ponte completa, o que faz o espectador duvidar da própria percepção. Essa ponte duvidosa atravessa o rio que, segundo Heráclito, está em constante transformação, assim como o indivíduo que nele se banha. A pintura parece dizer que até mesmo a ponte se transformaria, expondo a multiplicidade das coisas.

Os eleatas: a imobilidade do ser

Parmênides e Zenão (c. 490-430 a.C.) atuaram na cidade de Eleia, sul da Magna Grécia, e eram conhecidos como filósofos *eleatas*. Principal característica da escola: admitir a imobilidade do ser.

Alguns estudiosos atribuíram a Xenófanes (c. 570--475 a.C.) a fundação da Escola Eleática. Nascido na Jônia, Xenófanes viveu exilado na Magna Grécia como um sábio errante, um aedo, que recitava suas obras em vários lugares. Era conhecido pelas críticas à religião pública (de Homero e Hesíodo) e às convenções, o que o caracteriza também como um cético.

Parmênides influenciou de modo decisivo o pensamento ocidental. Sua importância decorre da guinada em busca do princípio de todas as coisas: para ele, as coisas são *entes*.

Assim explica o filósofo espanhol Julián Marías:

> As coisas [...] mostram aos sentidos múltiplos atributos ou propriedades. São coloridas, quentes ou frias, duras ou moles, grandes ou pequenas, animais, árvores, rochas, estrelas, fogo, barcos feitos pelo homem. Mas consideradas com outro órgão, com o pensamento (*noûs*), apresentam uma propriedade sumamente importante e comum a todas: antes de ser brancas ou vermelhas, ou quentes, *são*. São, simplesmente. Aparece o ser como uma propriedade essencial das coisas, [...] que só se manifesta para o *noûs*.
>
> MARÍAS, Julián. *História da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 26.

Com esse pressuposto, Parmênides criticou a filosofia heraclitiana. Ao "tudo flui" de Heráclito, contrapôs a imobilidade do ser: é absurdo e impensável afirmar que uma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo. À contradição, opõe o princípio segundo o qual "o ser é" e "o não ser não é". O ser, para Parmênides, é único, imutável, infinito e imóvel.

Não há como negar, entretanto, a existência do movimento no mundo, pois as coisas nascem e morrem, mudam de lugar e se expõem em infinita multiplicidade. Para Parmênides, porém, o movimento existe apenas no *mundo sensível*, e a percepção pelos sentidos é ilusória, porque se baseia na opinião e, por isso mesmo, não é confiável. Só o *mundo inteligível* é verdadeiro.

Uma das consequências da teoria de Parmênides é a identidade entre o ser e o pensar: ao pensarmos, pensamos algo que é, e não conseguimos pensar algo que não é. Desse modo, os eleatas abriram caminho para a ontologia (estudo do ser), área da filosofia que será objeto dos filósofos do período clássico.

7 Avaliação do período dos pré-socráticos

Os pré-socráticos deram o primeiro impulso à atividade do filosofar: buscaram a unidade na multiplicidade, examinaram a relação entre o ser e o pensar, desenvolveram a dialética – a arte da discussão –, deram os primeiros passos em direção à lógica e estimularam a argumentação.

Observe como as discussões dos filósofos foram adquirindo maior nível de elaboração e rigor, se comparadas às primeiras reflexões da filosofia nascente. Vale lembrar que os últimos filósofos pré-socráticos já adentravam o século V a.C. Tanto é que Anaxágoras foi mestre de Péricles (c. 495-429 a.C.) e, pelos diálogos de Platão, sabemos que Sócrates, quando jovem, teria encontrado Parmênides.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. O que foram as epopeias e qual o seu significado cultural na Grécia antiga?
2. Considerando o pensamento grego, que transformação representou a passagem da cosmogonia para as explicações cosmológicas?
3. O que distingue os filósofos monistas dos pluralistas?

Aplicando os conceitos

4. Leia a seguir o que a deusa Atena disse a Ulisses, ao perceber sua apreensão diante do enfrentamento de mais uma luta em sua jornada. Interprete a citação tendo em vista a concepção de ser humano transmitida pelas epopeias: a proteção divina diminuía a virtude do guerreiro?

> Desventurado! e dizer que tantos confiam em aliados inferiores a mim, mortais de menor inteligência que a minha: eu sou uma divindade e te guardarei, do início ao fim, em todas as vicissitudes.
>
> HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 236.

5. O trecho a seguir trata da permanência das estruturas míticas. Leia e responda às questões.

> Pesquisas recentes trouxeram à luz as estruturas míticas das imagens e comportamentos impostos às coletividades por meio da *mass media*. Esse fenômeno é constatado especialmente nos Estados Unidos. Os personagens dos *comic strips* (histórias em quadrinhos) apresentam a versão moderna dos heróis mitológicos ou folclóricos. Eles encarnam a tal ponto o ideal de uma grande parte da sociedade, que qualquer mudança em sua conduta típica ou, pior ainda, sua morte provoca verdadeiras crises entre os leitores; estes reagem violentamente e protestam, enviando milhares de telegramas aos autores dos *comic strips* e aos diretores dos jornais. Um personagem fantástico, Superman, tornou-se extremamente popular graças, sobretudo, à sua dupla identidade: oriundo de um planeta destruído por sua catástrofe, e dotado de poderes prestigiosos, ele vive na Terra sob a aparência modesta de um jornalista, Clark Kent; Clark se mostra tímido, apagado, dominado por sua colega Lois Lane. Essa camuflagem humilhante de um herói cujos poderes são literalmente ilimitados revive um tema mítico bastante conhecido. Em última análise, o mito do Superman satisfaz às nostalgias secretas do homem moderno que, sabendo-se decaído e limitado, sonha revelar-se um dia um "personagem excepcional", um "herói".
>
> ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 159.

a) Segundo o autor, como o homem contemporâneo lida com os componentes míticos dos meios de comunicação de massa?

b) Aponte características positivas e negativas da persistência dos mitos na atualidade.

6. Observe a imagem de uma das inúmeras manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 em várias cidades brasileiras e responda às questões.



GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Manifestação na Praça Sete, região central de Belo Horizonte (MG), em junho de 2013.

a) Sob quais aspectos podemos dizer que durante as manifestações as ruas se tornaram ágoras?

b) Apesar da semelhança entre as manifestações de rua e a ágora grega, que diferença persiste entre elas?

Debate

7. Em grupo, analise a importância do confronto *verdade* × *opinião* entre os primeiros filósofos. Em seguida, busque exemplos para explicar de que maneira atualmente continua existindo esse tipo de confronto entre os filósofos.

Dissertação

8. Elabore uma dissertação sobre o tema "A filosofia é filha da cidade", justificando a vinculação entre a fundação da pólis e o nascimento da filosofia.

Vicissitude: atribulação; adversidade; transtorno.

***Mass media*:** conjunto dos meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão etc.).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Contraste e aproximação

No primeiro texto, o professor Danilo Marcondes destaca como o nascimento da filosofia afastou o *pensamento mítico*, enquanto no segundo o filósofo francês Gusdorf argumenta que convivemos de certa forma com ele, apesar do desaparecimento de algumas de suas características. Não se trata, porém, de textos contraditórios, mas complementares. Depois da leitura, responda às questões.

Texto 1

"Um dos aspectos mais fundamentais do saber que se constitui nessas primeiras escolas de pensamento, sobretudo na Escola Jônica, é seu caráter crítico. Isto é, as teorias aí formuladas não o eram de forma dogmática, não eram apresentadas como verdades absolutas e definitivas, mas como passíveis de serem discutidas, de suscitarem divergências e discordâncias, de permitirem formulações e propostas alternativas. Como se trata de construções do pensamento humano, de ideias de um filósofo – e não de verdades reveladas, de caráter divino ou sobrenatural –, estão sempre abertas à discussão, à reformulação, a correções. O que pode ser ilustrado pelo fato de que, na Escola de Mileto, os dois principais seguidores de Tales, Anaxímenes e Anaximandro, não aceitaram a ideia do mestre de que a água seria o elemento primordial, postulando outros elementos, respectivamente o ar e o *ápeiron*, como tendo esta função. Isso pode ser tomado como sinal de que nessa escola filosófica o debate, a divergência e a formulação de novas hipóteses eram estimulados. A única exigência era que as propostas divergentes pudessem ser justificadas, explicadas e fundamentadas por seus autores, e que pudessem, por sua vez, ser submetidas à crítica."

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 27.

Texto 2

"A consciência mítica primitiva, que garantia a coerência rígida das primeiras comunidades humanas, desapareceu em face do progresso da crítica racional e das técnicas sustentadas pela ciência. Mas esta primeira consciência extensiva e unanimista foi substituída por uma consciência mítica segunda, mais secreta, e como que nos bastidores do pensamento racional. [...]

O papel crescente da literatura e sua progressiva difusão devem ser relacionados com o recuo das crenças religiosas. A exigência mítica teve de se fixar em meios novos de expressão. O aspecto formal da literatura importa menos do que sua significação material. O estilo valoriza os elementos mais arcaicos do ser no mundo, cuja permanência justifica o sucesso do poema e do drama, assim como motiva a expansão das obras-primas da literatura universal. O prodigioso desenvolvimento do romance, que é o aspecto mais significativo da vida literária contemporânea, deve-se sem dúvida ao fato de que o romance põe o mito ao alcance de todos sob o revestimento de uma história fácil de seguir. Eliade assinalou a sobrevivência dos arquétipos míticos como claves da literatura. 'As provações, os sofrimentos, as peregrinações do candidato à iniciação, [...] por exemplo, sobrevivem no relato dos sofrimentos e dos obstáculos que o herói épico ou dramático deve superar (Ulisses, Enéas, Parsifal, este ou aquele personagem de Shakespeare, Fausto e outros), antes de atingir os seus fins. [...]'. O próprio romance policial, que constitui um dos aspectos mais singulares do folclore contemporâneo, prolonga, sob as aparências do duelo entre o detetive e o criminoso, a inspiração dos romances de capa e espada, que foi mais remotamente aquela dos romances de cavalaria, e remonta a muito mais atrás ainda na noite dos tempos, isto é, até as raízes do inconsciente."

GUSDORF, Georges. *Mito e metafísica*. São Paulo: Convívio, 1979. p. 268-269.

Ápeiron: para Anaximandro, é a matéria indeterminada e ilimitada que dá origem a todos os seres materiais.

Unanimista: que é unânime; que resulta de acordo geral.

Eliade: Mircea Eliade (1906-1986), historiador romeno estudioso das religiões.

Clave: chave.

Questões

1. De acordo com o texto de Danilo Marcondes, explique por que podemos contrapor mito/dogmatismo e filosofia/crítica.
2. Como o mesmo autor exemplifica a característica crítica da filosofia?
3. Como Gusdorf nos revela a presença atual dos mitos?
4. Com base no texto de Gusdorf, explique como os arquétipos reaparecem em novelas e filmes de ação.

Livro Macunaíma

Autor: Mário de Andrade | **Editora:** Agir | **Ano:** 2008

Nessa obra, o escritor Mário de Andrade constrói a figura do anti-herói brasileiro: o personagem Macunaíma. Nascido em uma tribo amazônica, o protagonista desse romance modernista é caracterizado por cometer pequenas maldades, mentir e pela sua extrema preguiça. Ao crescer, se apaixona por Ci, a Mãe do Mato, que lhe presenteia com a pedra muiraquitã. Macunaíma tem esse amuleto roubado por Venceslau Pietro Pietra, que mora em São Paulo. A fim de recuperá-lo, o anti-herói parte para a capital paulista e se depara com as transformações decorrentes da industrialização no início do século XX. A obra é um retrato da formação do povo brasileiro e das mudanças que atravessaram o país ao longo desse período.

Fique atento

- À construção de uma espécie de mito do povo brasileiro. Mário de Andrade afirmava que seu livro era uma rapsódia, assim como os mitos gregos recitados em praça pública.
- Ao tom irônico do texto e à maneira como trabalha com arquétipos.

Analise e responda

1. Conforme Georges Gusdorf, a consciência mítica encontrou novos modos de expressão, como a literatura. Com base nisso, identifique semelhanças entre o romance *Macunaíma* e a cosmogonia mítica.
2. *Macunaíma* é resultado das questões levantadas pelo modernismo brasileiro e, como outras formas de arte, atende às necessidades de seu tempo. Sabendo disso, explique o tratamento dado aos arquétipos na obra.

Filme A vila

Dir.: M. Night Shyamalan | **País:** Estados Unidos | **Ano:** 2004 | **Dur.:** 120 min

Temendo a violência das grandes cidades e buscando viver bem, um grupo funda uma pequena comunidade na Pensilvânia. Os habitantes adotam um estilo completamente alheio à vida globalizada e os dirigentes da comunidade impedem o contato de seus membros com outras sociedades. Conseguem manter o isolamento inventando para os mais jovens que, na floresta às margens da vila, vivem perigosas criaturas. Tudo começa a mudar quando, devido a uma emergência médica, alguns deles tentam sair do local e passam a desconfiar de que os temíveis seres da floresta não existem.

Fique atento

- À ocultação da verdade como estratégia para manter a ordem da comunidade intacta.
- Às semelhanças e diferenças entre as criaturas da floresta e as figuras mitológicas.

Analise e responda

1. Estabeleça uma relação entre o questionamento dos jovens no filme e a atitude filosófica.
2. No mundo atual, quais são os empecilhos para que se assuma uma postura filosófica?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE

II

A condição humana

No alvorecer da humanidade, interagir com a natureza e conhecê-la era uma questão de sobrevivência. Hoje, o ser humano desenvolveu tecnologias que permitem transformá-la para atender demandas nem sempre essenciais.

Pensar a respeito do assunto leva, inevitavelmente, às perguntas: o que nos faz humanos? O que há de comum entre as pessoas que vivem na correria dos grandes centros urbanos e aquelas que formam sociedades tradicionais, nas quais o tempo é medido pelos ciclos da natureza e o conhecimento é transmitido pela tradição?

O texto e as imagens a seguir apresentam elementos interessantes para iniciarmos a reflexão desta unidade.

Os capítulos desta unidade fornecem uma visão introdutória da antropologia filosófica, que será ampliada ao longo do livro. Sugerimos iniciar o trabalho desta abertura com a leitura dos textos para depois identificar e analisar as imagens. O objetivo das questões é relacionar os conteúdos apresentados propondo uma reflexão sobre a construção das identidades (individual e coletiva). Se a opção for estabelecer um debate com a classe a partir das questões, sugerimos verificar, antecipadamente, os respectivos comentários na parte III do Suplemento para o professor.

Capítulos

3 **Natureza e cultura**, 36

4 **Linguagem e pensamento**, 44

5 **Trabalho, consumo e lazer**, 56



FABIO COLOMBINI

Professora ensinando estudante a confeccionar cesta artesanal em escola da aldeia Guarani Tenondé Porã, em São Paulo (SP). Foto de 2012.



ERIC BACCEGA/AGÊ FOTOSTOCK/AGB PHOTO LIBRARY

Mulher himba em supermercado da cidade de Opuwo, na Namíbia. Foto de 2015. Os himba vivem do pastoreio e preservam práticas tradicionais, como morar em cabanas cônicas, construídas com uma armação de galhos e argila, e cobrir o corpo com uma pasta avermelhada chamada *otjize*, que protege a pele do sol e do ar seco do deserto.

O homem não pode encontrar-se, não pode ter consciência de sua individualidade, senão por intermédio da vida social. Para ele, contudo, esse meio significa mais que uma força externa determinante. Como os animais, o homem se submete às regras da sociedade mas, além disso, participa ativamente da produção e da mudança das formas da vida social.

[...]

Em todas as atividades humanas encontramos uma polaridade fundamental que pode ser descrita de várias formas. Podemos falar de uma tensão entre a estabilização e a evolução, entre uma tendência que leva a formas fixas e estáveis de vida e a outra para romper esse plano rígido. O homem é dilacerado entre as duas, uma das quais procura preservar as velhas formas, ao passo que a outra forceja [empenha-se] por produzir novas. Há uma luta que não cessa entre a tradição e a inovação, entre as forças reprodutoras e criadoras.

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 349; 351.

Questões

1. Segundo o filósofo alemão Ernst Cassirer, como o homem pode tomar consciência da sua individualidade?
2. Que relação existe entre as ideias do filósofo expressas no texto e a(s) imagem(ns)?
3. Amplie a reflexão: de que forma as palavras de Cassirer podem nos auxiliar a pensar a respeito da nossa identidade?

CAPÍTULO 3

Natureza e cultura

Os principais objetivos deste capítulo são: caracterizar a noção de cultura, distinguir a linguagem humana da linguagem animal, compreender a relação cultural entre tradição e ruptura, identificar as transformações da cultura no mundo contemporâneo. Ao longo do capítulo, podem-se destacar os termos antropologia, linguagem simbólica, natureza, cultura, tradição, sociedade da informação.

"No homem, tudo é natural e tudo é fabricado." Pode-se debater em sala de aula o significado dessa afirmação. Para o ser humano nunca há "pura natureza", porque a vida humana é carregada de sentido, de significados que damos a todo momento ao que vemos e sentimos. Por exemplo, a fome e o ato de comer decorrem de nossa natureza biológica, mas o que comemos e como comemos fazem parte de nossa cultura. O mesmo acontece com relação à sexualidade, que para o ser humano transforma-se em erotismo, pois, além de sua natureza biológica, o sexo é compreendido como linguagem, como expressão de sentimentos.

Matrilinear: sistema de filiação e de organização social no qual só a ascendência materna é considerada para a transmissão do nome, dos privilégios, da condição de pertencer a um clã ou a uma classe.

Transcendente: no contexto, transcendência é o ato de superar ou ir "além de".

Entre os habitantes das Ilhas Trobriand existem povos que se organizam em torno da figura materna, em um sistema matrilinear. Esse costume é incomum nas sociedades globalizadas, em que predomina a constituição familiar fundamentada na autoridade paterna. Apesar de ter sido colocada em xeque pelas conquistas sociais das mulheres, a tradição paternalista é ainda muito forte. Como advertiu a filósofa Simone de Beauvoir: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher"*, indicando que não são fatores biológicos que determinam a forma como a mulher é compreendida no interior da sociedade. Isso fornece elementos para a reflexão a respeito do que é biológico e do que é cultural nos gêneros.

No trecho abaixo, o filósofo Maurice Merleau-Ponty amplia a discussão sobre a influência da natureza e da cultura nas condutas humanas e sinaliza a dificuldade em separar essas duas esferas.

> Não basta que dois sujeitos conscientes tenham os mesmos órgãos e o mesmo sistema nervoso para que em ambos as mesmas emoções se representem pelos mesmos signos. O que importa é a maneira pela qual eles fazem uso de seu corpo [...]. O uso que um homem fará de seu corpo é transcendente em relação a esse corpo enquanto ser simplesmente biológico. Gritar na cólera ou abraçar no amor não é mais natural ou menos convencional do que chamar uma mesa de mesa. Os sentimentos e as condutas passionais são inventados, assim como as palavras. Mesmo aqueles sentimentos que, como a paternidade, parecem inscritos no corpo humano, são, na realidade, instituições. É impossível sobrepor, no homem, uma primeira camada de comportamentos que chamaríamos de "naturais" e um mundo cultural ou espiritual fabricado. No homem, tudo é natural e tudo é fabricado, como se quiser, no sentido em que não há uma só conduta que não deva algo ao ser simplesmente biológico – e que ao mesmo tempo não se furte à simplicidade da vida animal.
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 256-257.

Crianças do arquipélago Trobriand, em Papua-Nova Guiné. Foto de 2014. Para alguns povos dessas ilhas, a ascendência materna determina o modo como a sociedade se organiza.



MICHAEL GEBICKI

* BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difel, 1967. v. 2.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 O mundo humano dos símbolos

Este capítulo dá início à unidade que aborda alguns temas de antropologia filosófica, como cultura, linguagem, trabalho, consumo e lazer. Trata-se de reflexões que propõem investigar *o que é o ser humano*, quais são as características do seu pensar e agir, como constrói sua existência e o processo de aculturação pelo qual ele passa.

Aculturação: no contexto, processo por meio do qual cada indivíduo apreende, desde a infância, a cultura da sociedade em que vive.

Para saber mais

O termo *antropologia* origina-se do grego *anthropos*, "homem", e logos, "teoria", "ciência". Esse conceito, inicialmente usado pela filosofia, foi apropriado pela ciência, sobretudo a partir do final do século XIX. Surgiram então a antropologia científica, a etnologia, a etologia etc., que se ocupam do *estudo de campo* de diferentes culturas nos mais variados aspectos. Esses níveis de estudo investigam, por exemplo, os diversos tipos físicos e biológicos, comparando duas ou mais culturas e o comportamento humano com o de outros animais. Investigam também os diferentes tipos de civilização existentes ao longo da história.

Linguagem, a porta de entrada para o humano

Comecemos por identificar o que há de comum e de desigual entre o ser humano e os animais. As especificidades do nosso gênero deixam claro que as diferenças existentes não estão apenas nos graus diversos de inteligência, pois, enquanto os animais permanecem mergulhados na *natureza*, somos capazes de transformá-la em *cultura*. E a cultura torna-se possível graças à nossa capacidade de simbolizar. Alguns exemplos, a seguir, nos ajudarão a compreender melhor como se dá o processo de humanização.

Segundo relatos, por volta de 1920 foram encontradas na Índia duas meninas que teriam crescido entre lobos. Essas crianças não possuíam quaisquer das características humanas: não choravam, não riam e, o mais importante, não falavam. Seu processo de humanização só teve início quando passaram a participar do convívio em sociedade.

Um exemplo notável para esclarecer esse processo ocorreu nos Estados Unidos com Helen Keller (1880-1968), célebre escritora que, nascida com deficiência visual e auditiva, não teve condições de aprender a falar. Assim permaneceu até a idade de 7 anos, quando seus pais contrataram a professora Anne Sullivan, responsável por introduzir Helen ao mundo humano das significações. De início, pelo sentido do tato, Anne dedilhava sinais nas mãos da menina e relacionava-os com os objetos, sem saber se a criança percebia a relação entre sinal e coisas. Certo dia, ao bombearem a água de um poço, Helen deu o passo definitivo na direção da linguagem.

Na autobiografia, a escritora relata:

> [...] minha professora colocou minha mão sob o jorro. À medida que o fluxo gelado escorria em minha mão, ela soletrou na outra a palavra *água*, primeiro devagarzinho e depois mais depressa. Fiquei quieta; toda a minha atenção concentrava-se no movimento de seus dedos. De repente senti uma nebulosa consciência de algo como que esquecido – uma impressão de retorno do pensamento; e de alguma forma o mistério da linguagem me foi revelado. Soube então que *á-g-u-a* significava a maravilhosa coisa fria que deslizava pela minha mão. [...] Saí do poço ansiosa por aprender. Tudo tinha um nome, e cada nome dava origem a um novo pensamento.
>
> Citado em: SAGAN, Carl. *Os dragões do Éden*: especulações sobre a evolução da inteligência humana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 90.

No mesmo dia, Helen associou inúmeras outras "palavras" a objetos que podia tocar. Com o tempo, aprendeu a falar, a ler e a escrever. Tornou-se uma escritora e conferencista conhecida mundialmente.

Esses relatos nos propõem algumas reflexões: seria a linguagem o elemento que caracteriza fundamentalmente a cultura humana e distingue o ser humano do animal? Mas os animais também não utilizam certo tipo de linguagem?

A linguagem dos animais

Sabe-se que as abelhas utilizam uma espécie de dança para indicar umas às outras onde encontraram pólen, o que caracteriza um tipo de comunicação. Animais como macacos e cães, organismos mais complexos que os insetos, muitas vezes nos surpreendem com reações semelhantes às dos humanos. Esses animais são capazes de demonstrar amor e raiva, alegria e tristeza, além de tantas outras características comuns aos humanos, descobertas no nosso convívio com eles. Por isso mesmo, indagamos: será que meu cachorro pensa? E se pensa, em que o "pensamento" dele se distingue do meu?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir



RAUL ARBOLEDA/AFP

Ativistas protestam contra as touradas em Medellín, na Colômbia. Foto de 2015. O país sul-americano herdou essa prática dos colonizadores espanhóis, mas há um amplo movimento contrário a ela. Em 2012, o prefeito de Bogotá proibiu a realização de touradas na capital colombiana.

Os animais têm direitos? Não uns em relação aos outros (o leão não viola os direitos da gazela que ele devora, nem o pardal os da minhoca). Mas nós, sim, temos deveres para com eles: o dever de não os fazer sofrer inutilmente, de não os exterminar, de não os humilhar, de não os martirizar... O sofrimento comanda, é isso que a compaixão significa. Os animais são capazes de compaixão? Ao que parece, não. O que não nos dispensa de ser humanos com eles, que não o são.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 44.

Com seu colega ao lado, discuta a respeito dos direitos dos animais, assunto que, cada vez mais, ganha espaço no mundo contemporâneo. Procurem informações sobre atitudes promovidas pela sociedade em defesa da vida animal.

No caso das abelhas, estamos diante de uma linguagem rudimentar, programada biologicamente, idêntica em todos os indivíduos da espécie. No exemplo do cão, o rosnar também é uma reação instintiva de defesa. No entanto, ele é capaz de outros comportamentos mais elaborados, como entender os comandos de seu dono, o que supõe certo tipo de inteligência.

Para entender a linguagem animal, foram realizadas diversas pesquisas com chimpanzés. Na década de 1960, o casal de psicólogos Beatrice e Robert Gardner, sabendo que a faringe e a laringe do chimpanzé não são apropriadas à linguagem humana, recorreu à linguagem de sinais empregada por deficientes auditivos. Realizaram então a façanha de ensinar de 100 a 200 expressões a uma chimpanzé batizada de Washoe, que foi capaz de formar frases com sujeito e predicado para pedir água, comida ou brinquedo.

No entanto, mesmo que identifiquemos nas respostas dadas pelos animais algo de semelhante à comunicação humana, trata-se de uma linguagem rudimentar, que não alcança o nível de elaboração simbólica de que somos capazes.

De fato, alguns animais, geralmente organismos mais complexos, têm uma inteligência que lhes permite agir diante de fatos concretos. Mas apenas o ato humano pode ser considerado voluntário e *consciente da finalidade*, isto é, o ato existe antes como pensamento, como possibilidade, e a execução resulta da escolha de meios necessários para atingir os fins a que se propõe. Isso é possível porque a inteligência humana utiliza a linguagem simbólica.

A linguagem humana intervém como forma abstrata que nos permite reorganizar a experiência vivida em outro contexto, conferindo-lhe novo sentido. É pela palavra que nos situamos no tempo, para lembrar o que ocorreu no passado e poder vislumbrar o futuro. A linguagem, utilizando a representação simbólica e abstrata, nos possibilita agir sobre o mundo e transformá-lo. Portanto, esse tipo de representação é um divisor de águas entre a natureza dos homens e a dos animais. Somos seres que falam, e a palavra encontra-se no limiar do universo humano.

Inteligência: de modo amplo, capacidade de resolver problemas práticos de maneira flexível e eficaz. No sentido estritamente humano, capacidade de solucionar problemas por meio do pensamento abstrato (raciocínio, simbolização).

Limiar: no contexto, o primeiro momento; começo; início.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A esse respeito, confira a interpretação dos filósofos frankfurtianos Theodor Adorno e Max Horkheimer:

> O mundo do animal é um mundo sem conceito. Nele, nenhuma palavra existe para fixar o idêntico no fluxo dos fenômenos, a mesma espécie na variação dos exemplos, a mesma coisa na diversidade das situações. Mesmo que a recognição seja possível, a identificação está limitada ao que foi predeterminado de maneira vital. No fluxo, nada se acha que se possa determinar como permanente, e, no entanto, tudo permanece idêntico porque não há nenhum saber sólido acerca do passado e nenhum olhar claro mirando o futuro. O animal responde ao nome e não tem um eu, está fechado em si mesmo e, no entanto, abandonado; a cada momento surge uma nova compulsão, nenhuma ideia a transcende. [...] Na alma do animal já estão plantados os diferentes sentimentos e necessidades do homem e, inclusive, os elementos do espírito, sem o apoio que só a razão organizadora confere.
>
> ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 230-231.

Recognição: reconhecimento de uma coisa ou pessoa.
Compulsão: tendência irresistível de realizar determinado ato.

2 A cultura como construção humana

O mundo que resulta do pensar e do agir humanos não pode ser chamado de natural, pois se encontra modificado e ampliado por nós. Diferentemente dos outros animais, nós saímos do universo onde apenas a natureza atua e mergulhamos também na dimensão cultural.

A palavra *cultura* pode significar cultura da terra ou cultura de uma pessoa letrada, "culta". Em antropologia, cultura significa tudo o que o ser humano produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Se o contato com o mundo é intermediado pelo símbolo, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo.

As culturas são múltiplas, dada a infinita possibilidade humana de simbolizar. Variam as formas de pensar, de agir, de valorar; são diferentes as expressões artísticas e os modos de interpretação do mundo, como o mito, o senso comum, a filosofia ou a ciência. A ação cultural, por ser coletiva, é exercida como tarefa social, na qual a palavra adquire sentido ao ser inserida em um diálogo.

É evidente que essa condição de certo modo fragiliza o ser humano, pois ele não se encontra, como os demais animais, em plena harmonia com a natureza. Ao mesmo tempo, o que seria fragilidade transforma-se justamente na característica humana mais nobre: a capacidade de produzir sua própria história e de se tornar sujeito de seus atos.

Tradição e ruptura

Ao nascer, a criança encontra-se diante de valores já estabelecidos, porque a cultura é um sistema de significados construídos ao longo de uma tradição e transmitidos por gerações mais velhas a gerações mais novas. A codificação deu-se antes de seu nascimento: a língua que a criança aprende, bem como a maneira de se alimentar, a postura corporal, o jeito de andar, correr, brincar, o tom de voz nas conversas, as relações familiares etc. Até na emoção, que nos parece uma manifestação tão espontânea, ficamos à mercê de regras que educam a nossa expressão desde a infância. É a educação que nos insere no mundo da cultura e permite a transcendência humana.

Para refletir



O melhor de Calvin (1990), tirinha de Bill Watterson.

A reação da mãe de Calvin diante da sua intenção de sair nu denota uma atitude modelada pela cultura a que pertencem. Discuta com seu colega como variam, conforme o tempo e o lugar, as regras sobre o cobrir-se e o desnudar-se.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todas as diferenças existentes no comportamento modelado em sociedade resultam da organização das relações entre os indivíduos. É por meio delas que se estabelecem os valores e as regras de conduta, norteadores para a construção da vida social, econômica e política.

E a questão da individualidade diante do peso da herança social? Haveria sempre o risco de perda da liberdade e da autenticidade? Martin Heidegger, filósofo alemão contemporâneo, alerta para o que chama de mundo do "se", pronome reflexivo que equivale ao impessoal "*a gente*". Veste-se, come-se, pensa-se, não como cada um gostaria, mas como a maioria o faz. Será que esses sistemas de controle da sociedade aprisionam o indivíduo numa rede sem saída?

A massificação e a homogeneização de comportamentos podem decorrer da aceitação acrítica de valores impostos pelo grupo. Essa herança social sufocaria, portanto, a autenticidade. Mas, por outro lado, a vida mais autêntica se constrói *na* sociedade e *por meio* dela. Justamente aí encontramos o paradoxo de nossa existência social.

Para refletir

Um ermitão pode se considerar verdadeiramente solitário? Na verdade, o afastamento radical da comunidade em que vive revela, em cada ato seu, a negação e, portanto, a consciência e a lembrança da sociedade rejeitada. Seus valores, erguidos contra os da sociedade, se situam também com base nela. Nesse caso, perguntamos: a recusa de se comunicar não seria ainda um modo de comunicação?



PARAMOUNT/EVERETT COLLECTION/EASYPIX BRASIL

Cena do filme estadunidense *Na natureza selvagem* (2007), dirigido por Sean Penn. Ele retrata a vida do jovem Christopher McCandless, que abandona uma rotina confortável decidido a se isolar no Alasca. A recusa dos valores da sociedade e a subsistência dessa sociedade rejeitada, apesar das tentativas de afastá-la, são uma constante no filme.

Como o processo de humanização ocorre por meio de relações interpessoais, a consciência de si emerge justamente dos impasses e confrontos com o outro. Por isso, é importante manter viva a contradição fecunda de polos que se opõem – herança social e individualidade –, mas não se excluem. Ou seja, ao mesmo tempo que nos reconhecemos como *seres sociais*, também somos *pessoas singulares*, o que nos distingue das demais.

3 Diversidade cultural

Muitas vezes nos causam estranheza os costumes de outros povos ou de pessoas de diferente nível social ou religião. Mas não é preciso ir tão longe: no interior de uma mesma família pode haver estranheza quando os filhos pensam ou agem fora dos padrões de educação recebidos dos pais, por exemplo. Como reagimos diante da grande diversidade cultural desvendada pelo mundo globalizado?

O estranhamento em si não é empecilho para as relações humanas, a não ser quando se torna motivo de exclusão ou de preconceitos. São as atitudes de discriminação que impedem o reconhecimento de todos os seres humanos como pertencentes à mesma humanidade. O grande risco da não aceitação do diferente encontra-se em gerar violência e exclusão, como ocorre nos casos de xenofobia, homofobia, racismo, de preconceito de classe social ou contra a mulher.

Etimologia

Xenofobia e **homofobia**. Os prefixos gregos *xenos* e *homo* significam respectivamente "estrangeiro" e "semelhante". E o sufixo *phóbos*, "medo", "pavor". Trata-se, portanto, de conceitos que representam a rejeição a estrangeiros (geralmente imigrantes) e a homossexuais.

4 Uma nova sociedade?

Em todos os tempos e lugares sempre ocorrem mudanças introduzidas de maneira gradativa, embora as chamadas sociedades tradicionais fixem hábitos mais duradouros que organizam a vida de maneira padronizada, com estilos de comportamento resistentes a alterações.

No entanto, os parâmetros que orientam o modo de pensar, valorar e agir de nossa sociedade começaram a entrar em crise no final do século XIX, processo acelerado na segunda metade do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sociedade da informação

Vivemos a sociedade da *informação* e do *conhecimento*, que está transformando de maneira radical todos os setores de nossas vidas. A influência da mídia e da informática acelerou o processo de globalização, com uma rede de comunicação que nos coloca em contato com qualquer pessoa ou grupo em qualquer lugar do planeta.

Os textos que circulavam nos livros, revistas e jornais se integraram às imagens e aos sons, primeiro pelo cinema e pela televisão e, em seguida, por todos os canais que as descobertas tecnológicas tornaram disponíveis no campo da automação, robótica e microeletrônica.

Os computadores pessoais hoje são janelas para o mundo. Possibilitam troca de arquivos, acesso a bancos de dados internacionais, divulgação de pesquisas, correio eletrônico e discussão em tempo real de variados temas na mídia digital e nas redes sociais. Aparelhos eletrônicos cada vez menores são continuamente modernizados, desde celulares com inúmeros recursos até as mais inovadoras ferramentas, que surgem a cada momento e nos surpreendem por suas múltiplas possibilidades.

As grandes transformações iniciadas no final dos anos 1960 e meados da década de 1970 criaram, entre outras inovações, uma estrutura social dominante: a sociedade em rede. O desafio dos tempos de hoje é selecionar a informação e refletir sobre seu significado.

No trecho a seguir e também na "Leitura complementar" do capítulo, Pierre Lévy, filósofo dedicado a estudar a relação entre sociedade e informação em tempos de comunicação em rede (o ciberespaço), apresenta elementos fundamentais para a reflexão sobre o tema.

> Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade. Portanto, qualquer atribuição de um sentido único à técnica só pode ser dúbia. A ambivalência ou a multiplicidade das significações e dos projetos que envolvem as técnicas são particularmente evidentes no caso digital. O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral, e a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e do *software*, entre os grandes conjuntos geopolíticos. Mas também responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas faculdades cognitivas. Encarna, por fim, o ideal de cientistas, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede [...].
>
> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 24.

Para refletir

Em um país como o Brasil, onde o analfabetismo ainda apresenta índices elevados, em plena era da informação, é grande o número de pessoas que não têm acesso a computadores, os "analfabetos digitais". Discuta esse tema com seus colegas.



TOM TOLES © 2013 TOLES/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

A charge faz alusão às denúncias de Edward Snowden, ex-analista da Agência de Segurança Nacional estadunidense (NSA – National Security Agency). O episódio marcou 2013, quando Snowden revelou documentos secretos apontando que a NSA monitorava, em rede, informações sigilosas a respeito de figuras políticas e grandes empresas espalhadas pelo mundo. Em nome da segurança, é questionável o prejuízo da privacidade individual, o que indica a necessidade de códigos internacionais que legislem sobre o uso dessas informações.

Mineração de dados (2013), charge de Tom Toles.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Educação e cibercultura

"Qualquer reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura deve ser fundada em uma análise prévia da mutação contemporânea da relação com o saber. Em relação a isso, a primeira constatação diz respeito à velocidade de surgimento e de renovação dos saberes e *savoir-faire*. Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estará obsoleta no fim de sua carreira. A segunda constatação, fortemente ligada à primeira, diz respeito à nova natureza do trabalho, cuja parte de transação de conhecimento não para de crescer. Trabalhar quer dizer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos. Terceira constatação: o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos), imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínios (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos). Essas tecnologias intelectuais favorecem:

- novas formas de acesso à informação: navegação por hiperdocumentos, caça à informação através de mecanismos de pesquisa, [...] exploração contextual através de mapas dinâmicos de dados;
- novos estilos de raciocínio e de conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência.

Como essas tecnologias intelectuais, sobretudo as memórias dinâmicas, são *objetivadas* em documentos digitais ou programas disponíveis na rede (ou facilmente reproduzíveis e transferíveis), podem ser *compartilhadas* entre numerosos indivíduos, e aumentam, portanto, o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos.

O saber-fluxo, o trabalho-transação de conhecimento, as novas tecnologias da inteligência individual e coletiva mudam profundamente os dados do problema da educação e da formação. O que é preciso aprender não pode mais ser planejado nem precisamente definido com antecedência. Os percursos e perfis de competências são todos singulares e podem cada vez menos ser canalizados em programas ou em cursos válidos para todos. Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. [...]

Sem fechamento dinâmico ou estrutural, a *web* também não está congelada no tempo. Ela incha, se move e se transforma permanentemente. A World Wide Web é um fluxo. Suas inúmeras fontes, suas turbulências, sua irresistível ascensão oferecem uma surpreendente imagem da inundação de informação contemporânea. Cada reserva de memória, cada grupo, cada indivíduo, cada objeto pode tornar-se emissor e contribuir para a enchente. A esse respeito, Roy Ascott fala, de forma metafórica, em *segundo dilúvio*. O dilúvio de informações. Para melhor ou pior, esse dilúvio não será seguido por nenhuma vazante. Devemos, portanto, nos acostumar com essa profusão e desordem. A não ser em caso de catástrofe natural, nenhuma grande reordenação, nenhuma autoridade central nos levará de volta à terra firme nem às paisagens estáveis e bem demarcadas anteriores à inundação."

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 157-158, 160-161.

***Savoir-faire*:** expressão de origem francesa que, literalmente, significa "saber fazer"; habilidade; competência. (Pronuncia-se /savuár-fér/.)

Ciberespaço: espaço das comunicações por redes de computação.

Hiperdocumento: *softwares* interativos que usam áudio, vídeo, foto ou textos, permitindo ao usuário criar seus próprios caminhos de navegação para aprofundar-se no assunto.

Questões

1. Como o ciberespaço tem revolucionado o modo de viver e o relacionamento entre as pessoas?
2. Em que medida as modificações produzidas pela cibercultura têm alterado o processo de educação?
3. Com a classe dividida em dois grupos, escolha entre expor os benefícios e as conquistas da cibercultura ou explicitar seus riscos.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1 Em que sentido a inteligência humana é distinta da inteligência animal?

2 Explique por que os dois polos "sociedade" e "indivíduo" são indissociáveis e o que ocorre quando um deles se sobrepõe ao outro.

Aplicando os conceitos

3 Leia o poema abaixo e, em seguida, responda às questões.

Se às vezes digo que as flores sorriem
E se eu disser que os rios cantam,
Não é porque eu julgue que há sorrisos nas flores
E cantos no correr dos rios...
É porque assim faço mais sentir aos homens falsos
A existência verdadeiramente real das flores e dos rios.

Porque escrevo para eles me lerem sacrifico-me às vezes
À sua estupidez de sentidos...
Não concordo comigo mas absolvo-me,
Porque só sou essa coisa séria, um intérprete da natureza,
Porque há homens que não percebem a sua linguagem,
Por ela não ser linguagem nenhuma.

PESSOA, Fernando. O guardador de rebanhos. In: *Poemas de Alberto Caeiro*. 10. ed. Lisboa: Ática, 1993. p. 56.

a) Como o eu lírico encara a relação entre cultura humana e natureza?

b) Partindo das discussões sobre natureza e cultura, justifique por que você concorda ou discorda do eu lírico.

4 Leia a citação e responda às questões:

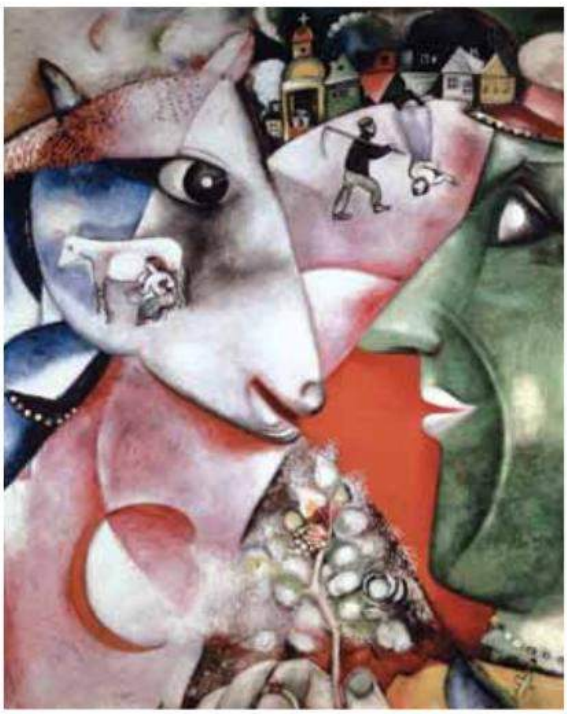
A cultura – palavra e conceito – é de origem romana. A palavra "cultura" origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido [...] da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 265. (Coleção Debates)

a) Com base na etimologia da palavra "cultura", explique por que seu sentido é mais abrangente do que o sentido de "pessoa culta".

b) Considerando a etimologia da palavra cultura no sentido de "tomar conta", discuta com um colega sobre a importância da defesa da ecologia no momento em que vivemos.

5 Marc Chagall (1887-1985), pintor russo de nascimento, viveu em Paris, onde sofreu influência do cubismo, do fauvismo e do surrealismo. Nunca se esqueceu da infância na aldeia em que nasceu, como mostra a tela reproduzida abaixo. Observe que duas diagonais dividem o quadro em partes antagônicas: à esquerda, o animal; à direita, o homem; acima, o casal de camponeses e suas casas; abaixo, a natureza vegetal. Nas duas cenas opostas, a presença humana entrelaça-se com a natureza na expressão da cultura. Interprete a tela usando conceitos de tradição e ruptura.



© CHAGALL, MARC. AUTVIS, BRASIL, 2016. SUPERSTOCK/GLOW IMAGES – MUSEU DE ARTE MODERNA DE NOVA YORK

Eu e a aldeia (1911), pintura de Marc Chagall.

Trabalho em grupo

6 Em grupo, selecione ilustrações de pessoas que pertençam a segmentos sociais diferentes e a épocas distintas. Examine o modo de sentar, de cumprimentar, de dançar, de expressar alegria ou tristeza etc. Por fim, o grupo deve escrever um texto relacionando *padrões culturais* e *educação*.

Dissertação

7 Elabore uma dissertação relacionando o tema do capítulo e a citação do antropólogo Claude Lévi-Strauss transcrita a seguir.

O homem é um ser biológico ao mesmo tempo que um indivíduo social. Entre as respostas que dá às excitações exteriores ou interiores algumas dependem inteiramente de sua natureza, outras de sua condição.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 41.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 4

Linguagem e pensamento

Os principais objetivos deste capítulo são: tratar sobre a importância da linguagem como instrumento para o pensar e o expressar-se; identificar diferentes formas de linguagem desenvolvidas pelo ser humano; conhecer como a linguagem se estrutura; identificar e utilizar as funções exercidas pela linguagem; e relacionar linguagem, pensamento e cultura.

© GABO MORALES/TRËMA



Conforme o Censo 2010 divulgado pelo IBGE, seriam necessários 5,8 milhões de habitações para que todos os brasileiros vivessem em locais adequados. É interessante observar que esse número é inferior ao número de domicílios vagos ou em construção no ano de 2010: 6,07 milhões. A concentração de moradias vazias em grandes cidades, como São Paulo, denuncia um processo de gentrificação, com a valorização dos imóveis dificultando a permanência da população de baixa renda.
Fonte: *Número de casas vazias supera déficit habitacional do país, indica Censo 2010*. Agência Brasil. Disponível em <www.brasil.gov.br/governo/2010/12/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-do-pais-indica-censo-2010>. Acesso em 2 dez. 2015.

Foto da série *A tropa de elite* (2011), criada pelo coletivo Trëma, do qual faz parte o fotógrafo Gabo Morales.

Essa foto faz parte de uma série denominada *A tropa de elite*, que retrata moradores da antiga comunidade de Pinheirinho, uma ocupação irregular localizada em São José dos Campos (SP), cujo número de habitantes era estimado em 9 mil pessoas. Homens e mulheres da comunidade transformaram objetos comuns em equipamentos de defesa e entraram em conflito com a Polícia Militar, na tentativa de resistir à ordem de reintegração de posse, realizada em janeiro de 2012. Essas imagens tornaram-se emblemáticas da luta por moradia em nosso país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 A fotografia como linguagem

O fotógrafo está sempre buscando princípios como luz, cor, textura, contraste, tema e enquadramento, esperando que eles marquem seu estilo e diferenciem sua foto das demais. Alguns elementos da linguagem fotográfica são: o ponto de vista (como os elementos de uma foto são selecionados e dispostos); o plano (geral, médio ou primeiro plano, que dependem da distância entre a câmera e o objeto fotografado); a iluminação; o tom (transição das áreas claras para as sombreadas); a textura e o movimento.

Nessa foto, da série *A tropa de elite*, vemos uma figura humana sobre fundo branco. Trata-se de um homem adulto, na meia-idade, vestido com camisa, calças *jeans* e botas desgastadas de cano alto e usando um capacete de motociclista. Sobre a camisa e pendurada ao pescoço, traz o que parece ser uma bolsa ou mochila vazia. O braço esquerdo e parte do corpo estão encobertos por meio cilindro de plástico azul. A mão direita empunha um cabo de vassoura com uma broca na ponta e pregos nas laterais da mesma extremidade.

Esse homem está vestido e armado para se defender e lutar, mas não tem a pose de combatente. Pelo que se pode ver de seu rosto sério, depreendemos que está mais resignado do que combativo. O fundo neutro e o isolamento do fotografado só aumentam a sensação de inutilidade da luta desigual com a Polícia Militar.

Da perspectiva da linguagem fotográfica, o fotógrafo usou o ponto de vista central, o plano geral, que abrange toda a figura, e a iluminação frontal e rebatida, a fim de eliminar qualquer sombra do chão, o que contribui para criar a textura das roupas, das botas e do barril de plástico azul, usado como se fosse um escudo.

Quem é?

Gabo Morales (1983) é um fotógrafo natural da cidade de São Paulo, especializado em fotos documentais e em retratos. O artista busca enfatizar temas relacionados às fronteiras sociais, culturais e geográficas. Foi o vencedor do Prêmio Fundação Conrado Wessel de Arte de 2014, com a série de fotos *A tropa de elite*, criada junto ao coletivo Trëma, grupo de fotógrafos com interesse em manifestações identitárias e tradicionais de comunidades brasileiras.



GABO MORALES

Gabo Morales. Foto de 2014.

2 O que é linguagem?

A linguagem é um instrumento que nos permite pensar e comunicar o pensamento, estabelecer diálogos com nossos semelhantes e dar sentido à realidade que nos cerca.

Quando nos referimos à linguagem, a primeira da qual nos lembramos é a linguagem verbal, tanto a oral quanto a escrita. Por meio dela, nomeamos objetos, formamos conceitos e articulamos nosso pensamento sobre o mundo, quer sobre o mundo subjetivo de sentimentos e desejos, quer sobre o mundo objetivo exterior a nós.

A linguagem verbal, contudo, não é a primeira linguagem que aprendemos em nossa vida nem a única que usamos para dar significados ao mundo. Desde bebês, conseguimos nos comunicar por meio do choro, de olhares, de gestos e de balbucios, que são compreendidos por todos aqueles que nos cercam e cuidam de nós.

Estrutura da linguagem

Toda linguagem é um *sistema de signos*. O signo, segundo definição do filósofo Charles Sanders Peirce, é uma coisa que está no lugar de outra sob algum aspecto.[1] Por exemplo, o choro de uma criança pode estar no lugar do aviso de desconforto, de fome, de frio ou de dor; ou pode estar no lugar simplesmente da frustração por não ter conseguido o que queria. O choro pode ser signo de todas essas coisas e, para decifrá-lo adequadamente, precisamos saber o contexto em que ele ocorre e ter familiaridade com a criança que assim se expressa.

Os números e as palavras também são signos, isto é, estão no lugar das quantidades reais de objetos ou do próprio objeto. Ainda para Peirce, o homem só pensa por signos e por outros símbolos exteriores.[2] Quando digo "Há quatro assaltantes lá fora", estou me referindo à quantidade e à existência real de quatro pessoas, armadas ou não, que conduzem (ou estão prestes a iniciar) um roubo do lado de fora de onde estamos. Conforme o contexto, a afirmação pode funcionar como simples constatação de um fato ("Está acontecendo um assalto, mas fiquem calmos") ou como aviso de perigo ("Chamem a polícia! Corram! Escondam-se!"), na esperança de que algo possa ser feito para resolver o problema.

[1] PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 46.

[2] Idem. *Escritos coligidos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 82. (Coleção Os Pensadores)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é?



CHARLES PEIRCE - NOAA, ESTADOS UNIDOS

Charles Sanders Peirce. Foto da década de 1870.

Charles Sanders Peirce (1839-1914), filósofo e lógico estadunidense, é fundador do pragmatismo e da semiótica. Pensador enciclopédico, é também conhecido por suas contribuições para a história da lógica e para a matemática, epistemologia, história das ciências, psicologia, cosmologia, ontologia, ética e estética. Dedicou-se a pesquisar três centros de interesse constantes: a reflexão sobre a linguagem, a significação e, sobretudo, o signo. O pragmatismo foi fundado para desembaraçar a filosofia das fórmulas vazias em favor do que é verdadeiramente significativo. Contrário à separação entre matéria e espírito, Peirce propõe que a ideia que temos de qualquer objeto é igual à soma de todos os seus efeitos práticos imagináveis, ou seja, essa soma dos efeitos práticos é tudo o que conhecemos do objeto e basta para guiar nossa ação no mundo. Depois de alguns anos, preferiu usar o termo "pragmaticismo" para sua teoria, a fim de diferenciá-lo do pragmatismo do filósofo e psicólogo William James.

Tipos de signos

Se o signo está no lugar do objeto, isto é, se o substitui, ele é uma representação do objeto. Um objeto pode ser representado de várias maneiras, dependendo da relação que existe entre ele e o signo. Vejamos um exemplo: um carro pode ser representado por uma fotografia, por um desenho, pela palavra "carro", pelo som de seu motor acelerando *brrrrummbrrrrumm*. Cada um desses signos (fotografia, desenho, palavra e som do motor) mantém uma relação diferente com o objeto carro.

Quando a relação é de *semelhança*, temos um signo do tipo *ícone*. O desenho do carro é um ícone quando apresenta semelhança com sua forma; a representação do carro por meio do *brrrrummbrrrrumm* também é um ícone, pois tem uma semelhança sonora com o ruído do motor em aceleração.

Se a relação é de *causa* e *efeito*, uma relação que afeta a existência do objeto ou é por ela afetada, temos um signo do tipo *índice*. A fotografia do carro é um índice de sua existência porque toda fotografia é resultado da ação da luz refletida por um objeto e captada pela câmera. Ou seja, o objeto fotografado esteve em frente à câmera no momento em que a fotografia foi feita. Outros exemplos: a chuva pode ser representada pelo signo indicial nuvem (causa da chuva) ou chão molhado (consequência da chuva); a fumaça ou o cheiro de queimado são signos indiciais de fogo; os sinais matemáticos (+, –, × e ÷), quando colocados ao lado de números, são signos indiciais das operações que devem ser efetuadas; a febre é signo que indica doença. Todos esses signos *indicam* o objeto representado.

Se a relação é *arbitrária*, regida simplesmente por convenção, temos o *símbolo*. As palavras são o melhor exemplo de símbolo, mas há muitos outros: nas culturas ocidentais, a cor preta é símbolo de luto; o uso da aliança no dedo anelar da mão esquerda simboliza a condição de casado; o desenho de um coração simboliza amor, amizade. Esses signos são aceitos pela sociedade como representação dos objetos luto, casamento e sentimento de amor e mantêm-se por convenção, hábito ou tradição.

Como só o ser humano é capaz de estabelecer signos arbitrários, regidos por convenções sociais, dizemos que o mundo humano é simbólico.



ALICE KOHLER

Pintura corporal em criança da etnia Kayapó (2012), foto de Alice Kohler. O desenho indígena, tanto na pintura corporal quanto na cestaria e na cerâmica, em geral é geométrico. Quando aplicado ao corpo, é decorativo, mas também simbólico, distinguindo sexo, etnia e posição social.

Representação: o que está presente na consciência, ou seja, o conteúdo concreto de um ato de pensamento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os animais são capazes de entender apenas ícones e índices. Os cachorros, por exemplo, utilizam o signo indicial cheiro. Eles são capazes de reconhecer o cheiro do dono em uma roupa, em um lugar. E o cheiro indica a presença do objeto (dono) que ele procura. Ele reconhece, ainda, o tom de voz e as ações que indicam passeio, castigo ou hora de comer.

Podemos explicar um signo por meio de outro, inclusive misturando linguagens. Para explicar o signo-palavra "casa" para uma criança, podemos fazer um signo-desenho de uma casa. O desenho, nesse caso, é um segundo signo que *interpreta*, dá sentido ao primeiro, pela semelhança com o objeto representado. Um sinônimo explica igualmente um signo: "casa" pode também ser interpretada por meio da palavra "lar". O segundo signo (lar) interpreta o primeiro em sentido bastante específico de "minha casa" ou "lugar onde moro e considero meu refúgio". Essa explicação é diferente da oferecida pelo desenho, que se refere mais à arquitetura do que à relação afetiva que mantemos com o lugar onde moramos.

Outros elementos da linguagem

Precisamente por ser um sistema de signos, toda linguagem possui um *repertório*, ou seja, uma relação de signos que a compõem. Na linguagem da fotografia, como vimos ao analisar o retrato da série *A tropa de elite*, que abre o capítulo, o repertório é muito pequeno: compõe-se do ponto de vista, do plano, da iluminação, do tom, da textura e do movimento. O ponto de vista pode ser central, lateral, na altura do objeto fotografado, acima ou abaixo dele; o plano varia conforme a distância que se toma em relação ao objeto; a iluminação pode ser natural ou artificial, direta ou suave; o tom admite a transição de luzes que vão do claro ao escuro; as texturas da imagem podem parecer macias, lisas, ásperas ou suaves; e o movimento pode ser brusco, leve, ou o objeto pode estar em repouso.

Com os seis elementos – ponto de vista, plano, iluminação, tom, textura e movimento – é possível tirar diferentes tipos de fotografias, como retratos, documentais, de publicidade, de moda, de ação, de fotojornalismo, artísticas, entre outras.

O repertório das linguagens verbais (ou línguas, como são chamadas), ao contrário, é bastante amplo e costuma ser relacionado em dicionários. A linguagem musical tonal, para compor seu repertório, dentre todos os sons possíveis, seleciona alguns, denominados dó, ré, mi, fá, sol, lá, si, acrescidos de semitons (sustenidos ou bemóis).



© SEBASTIÃO SALGADO/AMAZONAS IMAGES

Iguana marinha (2004), foto de Sebastião Salgado tirada em Galápagos (Equador). Nessa foto, a textura se revela importante elemento da linguagem fotográfica. A imagem parece transmitir visualmente a experiência tátil que experimentaríamos ao tocar o réptil.

Além do repertório, também é preciso que se estabeleçam as *regras de combinação* dos signos. Quais podemos usar juntos, quais não podemos? Na linguagem fotográfica, ponto de vista, plano, iluminação, tom, textura e movimento podem ser usados como o fotógrafo quiser. Na linguagem verbal, do ponto de vista semântico, não podemos combinar signos que tenham sentidos opostos: subir/descer, nascer/morrer etc. Não podemos dizer "O menino é gordo magro", porque esses adjetivos são antônimos. Mas podemos dizer "O menino é mais gordo do que magro".

Como último passo, a linguagem deve estabelecer as regras de uso dos signos. Em que ocasiões devemos chamar as pessoas de senhor/senhora ou de você? Precisamos usar preto em um funeral ou podemos usar qualquer roupa discreta?

Só quando conhecemos o repertório de signos, as regras de combinação e as regras de uso desses signos é que podemos dizer que dominamos uma linguagem.

Semântico: refere-se ao significado das palavras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No caso das línguas verbais, o uso de todas essas regras configura o que se convencionou chamar de norma ou variedade padrão. Em toda língua, no entanto, há diversas variantes dialetais, ou seja, modos como a língua é realmente usada por alguns grupos ou comunidades. Esses falares desviam da norma-padrão, mas também têm suas próprias normas. Podem ser chamados de dialetos, abrangendo os diferentes falares populares que vão depender da região geográfica, da etnia, da classe social, da faixa etária e assim por diante; e podem compreender, além disso, as linguagens técnico-profissionais, que usam termos que têm sentidos específicos em cada área. Podemos citar, ainda, variantes que se diferenciam pela faixa etária dos falantes, como a dos adolescentes, que geralmente inclui muitas gírias, e a dos idosos, que utilizam palavras antigas e em desuso. É importante frisar que "todas as línguas e variedades dialetais fornecem a seus usuários meios adequados para a expressão de conceitos e proposições lógicas; assim, nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas tanto na percepção quanto na produção de enunciados".[3]

Observe a tirinha de Mauricio de Sousa reproduzida abaixo. O personagem Chico Bento não domina as regras de combinação e de uso da variedade padrão da língua portuguesa, mas domina as regras do falar caipira do interior do estado de São Paulo, que é um resquício do nheengatu, língua derivada do tupi e falada nessa região durante certo tempo. Na variante caipira, por exemplo, a letra **E** e o dígrafo **LH** são substituídos pela vogal **I** ("discunfiado", "oia"); observe, também, a maneira curiosa como é pronunciada a palavra "árvore" ("árve").

Esses dialetos são mais comumente usados na fala, na oralidade, do que na escrita. Tanto na escola como no trabalho, a linguagem escrita segue mais de perto a norma-padrão, quer em termos de vocabulário, quer em termos de regras de combinação e uso.

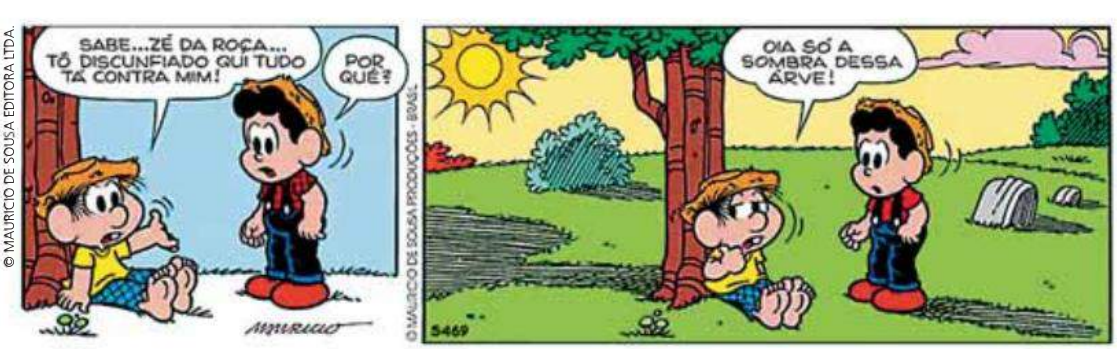
[3] CAMACHO, Roberto G. *Norma culta e variedades linguísticas*. Disponível em <www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40354/1/01d17t03.pdf>. Acesso em 4 jan. 2016.

Para refletir

Faz-se uma distinção clássica entre língua e fala. Leia o texto de Roland Barthes (1915-1980), linguista, semiólogo e sociólogo francês, para compreender que distinção é essa.

> Língua e fala: cada um destes dois termos só tira evidentemente sua definição plena do processo dialético que une um ao outro: não há língua sem fala e não há fala fora da língua; é nessa troca que se situa a verdadeira práxis linguística, como o indicou Maurice Merleau-Ponty. [...] Língua e fala estão, portanto, numa relação de compreensão recíproca; de um lado, a língua é "*o tesouro depositado pela prática da fala nos indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade*", e, por ser uma soma coletiva de marcas individuais, ela só pode ser incompleta no nível de cada indivíduo isolado; a língua existe perfeitamente apenas na "massa falante". Só podemos manejar uma fala quando a destacamos na língua; mas, por outro lado, a língua só é possível a partir da fala: historicamente, os fatos de fala precedem sempre os fatos de língua (é a fala que faz a língua evoluir), e, geneticamente, a língua constitui-se no indivíduo pela aprendizagem da fala que o envolve (não se ensina a gramática e o vocabulário, isto é, a língua, de um modo geral, aos bebês). A língua é, em suma, o produto e o instrumento da fala, ao mesmo tempo: trata-se realmente, portanto, de uma verdadeira dialética.
>
> BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1971. p. 19.

Explique por que a língua é "o tesouro depositado pela prática da fala nos indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade". Reflita sobre como você aprendeu a língua materna; em seguida, responda: na escola ensinam a língua ou a fala?



Turma da Mônica (2014), tirinha de Mauricio de Sousa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A construção da significação

Até aqui discutimos a questão da linguagem e dos signos como se a construção da significação fosse um assunto pacífico e todas as pessoas usassem os signos e os compreendessem da mesma maneira. Infelizmente não é assim que acontece.

Como já dissemos, todo signo tem um significado próprio, estabelecido por convenção social. Esses são os significados que constam do dicionário. Muitas vezes, entretanto, o signo tem mais de um significado, já que seu uso foi sendo modificado ou ampliado em tempos e lugares diferentes. É o caso da palavra "manga", que pode significar: parte do vestuário que recobre o braço; fruta tropical com determinadas características; flexão do verbo mangar, que significa zombar.

Portanto, só podemos saber com qual significado o signo está sendo usado a partir da frase em que está inserido, a qual oferece o primeiro contexto da comunicação. Assim, saberíamos o significado da palavra manga em frases como estas: "A manga está muito curta"; ou "Quando esta manga amadurecer, eu lhe dou um pedaço"; ou, ainda, "Ele constantemente manga do irmão".

A situação social na qual a frase é dita corresponde ao segundo contexto que nos auxiliará na decodificação do signo e da mensagem. Ainda no mesmo exemplo, se estivermos em um pomar ou diante de uma barraca de frutas, não teremos dúvida quanto ao significado da frase: "Aquela manga está verde". Outro exemplo de como a situação social condiciona o deciframeno de uma mensagem é o do aluno que responde "Faltam dez minutos" ao colega que lhe perguntou as horas durante a aula. Ele sabe perfeitamente bem que o colega quer saber quanto tempo falta para a aula terminar e lhe dá essa resposta.

Não basta, portanto, ter o domínio do código para interpretar corretamente os signos e as mensagens. É preciso ter conhecimento das situações sociais, isto é, da cultura na qual a linguagem é utilizada e a comunicação ocorre.

Para refletir

Por que se pode dizer que a aquisição da linguagem é a senha de entrada no mundo humano?

Tipos de linguagem

O ser humano criou e continua criando vários tipos de linguagem que lhe permitem pensar as diversas facetas da realidade e, também, se expressar e se comunicar com seus semelhantes. Temos a linguagem matemática, a da informática, as línguas diversas, as linguagens artísticas (arquitetônica, musical, pictórica, escultórica, teatral, cinematográfica) e as gestuais, da moda, espaciais e outras. Os avanços da tecnologia nos obrigam a adaptar as linguagens já existentes e a criar novas, mais adequadas às necessidades da contemporaneidade.

Será que todas essas linguagens se estruturam da mesma forma? O repertório de signos e as regras de combinação e de uso desses signos são similares?

Logo à primeira vista, fica claro que algumas dessas linguagens têm estrutura mais flexível do que outras.

Tomando a moda como exemplo de linguagem flexível, percebemos que seu repertório de signos é alterado com muito mais rapidez do que os sons e as palavras que compõem uma língua. Há signos que caem em desuso, como o espartilho, e há outros que são introduzidos a cada nova estação, como as sandálias abotinadas.



URBAN DATA



KUMI YAMASHITA – COLEÇÃO PARTICULAR

À esquerda, projeção urbana de raios *laser* sobre parede de edifício em Barcelona, na Espanha, durante apresentação do grupo estadunidense Graffiti Research Lab. Foto de 2007. À direita, *Constelação* (2011), desenho de Kumi Yamashita composto por um único fio contornando pregos. As duas obras utilizam técnicas e materiais artísticos que não são usuais, revelando a multiplicidade da linguagem do desenho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quanto às regras de combinação, elas também são variáveis. Hoje é possível usar botas e outros calçados pesados com roupas de tecidos leves, criando um grande contraste. A sobreposição de peças do mesmo gênero, como blusas usadas umas sobre as outras, continua na moda. Há alguns anos, isso seria inadmissível e considerado de mau gosto. Em relação ao uso, podemos dizer o mesmo: hoje os *shorts* e o *jeans* podem ser usados em ocasiões mais formais. Roupas femininas que eram consideradas de uso íntimo, como a combinação, desde o final do século XX passaram a ser usadas como peça principal, à vista de todos.

A flexibilidade característica da linguagem da moda decorre do fato de que ela não se estabelece, como as línguas faladas, por meio de um processo de cristalização social. Ao contrário, ela é ditada por um pequeno grupo de costureiros, desenhistas e editores de moda que, por estarmos em uma sociedade capitalista, incentivam mudanças que estimulem o consumo.

No outro polo, podemos usar como exemplos as linguagens de computador (a *Visual Basic* e a *Javascript*, entre outras), que são fortemente estruturadas e bastante inflexíveis. Essas linguagens têm um número limitado de signos e de regras de combinação, e o computador só responderá dentro desses limites. Por exemplo, se errarmos uma letra de um endereço eletrônico, a mensagem não será enviada.

As linguagens artísticas constituem um meio-termo. Por um lado, respeitam a especificidade de cada campo artístico; por outro, tendem a explorar esse campo e as possibilidades de cada linguagem até seu limite máximo. E é exatamente a essas explorações que devemos o desenvolvimento e a criação de novos estilos e técnicas. Em relação à linguagem do desenho, por exemplo, é possível desenhar com um único fio preto contornando pregos galvanizados para formar uma trama contínua, da qual sobressai a figura de uma mulher, como fez Kumi Yamashita; e até mesmo com raios *laser* sobre as paredes de edifícios (ver página anterior).

É importante lembrar, neste ponto, que as linguagens só se desenvolvem em função de projetos. As linguagens artísticas, por serem mais flexíveis, podem se estruturar e reestruturar a partir de projetos específicos. No caso das artes visuais, as regras da perspectiva só foram descobertas e usadas na pintura porque o projeto do Renascimento era o de retratar o mundo como ele é visto e, para isso, era importante inventar uma técnica para representar a tridimensionalidade (altura, largura e profundidade) sobre uma superfície bidimensional (altura e largura).

3 A linguagem verbal

Como o ser humano é o único capaz de criar signos arbitrários, podemos dizer, com o filósofo francês Georges Gusdorf, que a palavra é a senha de entrada no mundo humano.[4] Por isso, vamos examinar com maior profundidade o que é a linguagem verbal.

A linguagem é um sistema simbólico. O ser humano cria símbolos, isto é, signos arbitrários em relação ao objeto que representam e que são convencionais: para serem usados precisam ser aceitos por todos os membros da sociedade. Tomemos a palavra "casa". Não há nada no som nem na forma escrita dessa palavra que nos remeta ao objeto por ela representado (cada casa que, concretamente, existe em nossa rua). Designar esse objeto pela palavra "casa", então, é um ato arbitrário. Como não há relação alguma entre o signo "casa" e o objeto por ele representado, necessitamos de uma convenção, aceita pela sociedade, de que aquele signo representa aquele objeto. Só a partir dessa aceitação podemos nos comunicar, sabendo que, ao usarmos a palavra "casa", nosso interlocutor entenderá o que queremos dizer. A linguagem, portanto, é um sistema de representações aceito por um grupo social que possibilita a comunicação entre os integrantes do grupo.

Porque o laço entre representação e objeto representado é arbitrário, podemos dizer que essa ligação é necessariamente uma *construção da razão*, isto é, uma invenção do sujeito para poder se aproximar da realidade. A linguagem, portanto, é produto da racionalidade.

A linguagem é um dos principais instrumentos na formação do mundo cultural porque nos permite transcender nossa experiência. No momento em que *damos nome a qualquer objeto da natureza, nós o individuamos, o diferenciamos* do resto que o cerca; e ele passa a existir para a nossa consciência. Com esse simples ato de nomear, distanciamo-nos da inteligência concreta animal, limitada ao aqui e agora, e entramos no mundo do simbólico. O nome é símbolo dos objetos que existem no *mundo natural* e das entidades abstratas, que só têm existência no nosso pensamento (por exemplo, ações, estados ou qualidades, como tristeza, beleza, liberdade).

Transcender: no contexto, significa "ir além de".

[4] GUSDORF, Georges. *A fala*. Porto: Despertar, s/d. p. 7-8. (Coleção Humanitas)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O nome tem a capacidade de tornar presente para nossa consciência o objeto que está longe de nós. O nome, ou a palavra, *retém na nossa memória*, enquanto ideia, aquilo que já não está ao alcance dos nossos sentidos: o cheiro do mar, o toque da mão da pessoa amada, o som da voz do pai, o rosto de um amigo querido. Temos o entendimento de que o simples pronunciar de uma palavra *representa*, isto é, torna presente em nossa consciência o objeto a que ela se refere.

Não precisamos mais da existência física das coisas: criamos, por meio da linguagem, um mundo estável de ideias que nos permite lembrar o que já foi e projetar o que será. Dessa forma, é instaurada a temporalidade no existir humano. Pela linguagem, o ser humano deixa de reagir somente ao presente, ao imediato; passa a poder pensar o passado e o futuro e, com isso, a construir seu projeto de vida.

Por transcender ou ir além da situação concreta, do fluir contínuo da vida, o mundo criado pela linguagem se apresenta mais estável e sofre mudanças mais lentas do que o mundo natural. Pelas palavras, podemos transmitir o conhecimento acumulado por uma pessoa ou sociedade, podemos passar adiante essa construção da razão que se chama *cultura*.

4 Funções das linguagens

E para que servem as linguagens?

O linguista contemporâneo Roman Jakobson propôs uma abordagem bastante ampla das funções comunicativas da língua verbal, que também pode ser usada para as demais linguagens. Na década de 1950, após ter conhecido os trabalhos de Charles Peirce, Jakobson percebeu a necessidade de uma semiótica que firmasse a linguagem como elemento de comunicação humana por excelência.

Quem é?

Roman Jakobson (1896--1982) nasceu em Moscou, na Rússia. Seus estudos de linguística e literatura abrangeram os textos escritos, a poesia e o folclore. Em 1915, com outros estudantes, fundou o Círculo Linguístico de Moscou. Em 1920, foi para Praga, onde deu continuidade às suas pesquisas, que o levaram a definir o fonema como unidade autônoma. Em 1939, refugiou-se da perseguição nazista na Dinamarca, indo, mais tarde, para os Estados Unidos, onde lecionou em Harvard e no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Seus conceitos estão até hoje presentes na semiótica da cultura.



ARCHIVES CHARMET/ART IMAGES ARCHIVE/ GLOWIMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Roman Jakobson. Foto de 1951.

Jakobson distingue seis fatores fundamentais na comunicação verbal, que dão origem a seis *funções linguísticas* diferentes. Esses fatores podem ser esquematicamente representados da seguinte forma:

	Contexto	
Emissor	Mensagem	Destinatário
	Contato	
	Código	

Esse esquema corresponde a outro, das funções linguísticas originadas por cada um desses fatores:

	Referencial	
Expressiva	Poética	Conativa
	Fática	
	Metalinguística	

Vejamos mais detalhadamente do que se trata cada uma dessas funções:

- A função *referencial* é orientada para o contexto da comunicação, isto é, refere-se ao que está ao nosso redor, como as afirmações: "Hoje faz frio"; "Isto é uma entrevista"; "Este sapato está apertado".
- A função *expressiva* ou *emotiva* está centrada no emissor que declara sua atitude afetiva sobre o assunto do qual está tratando, como em uma poesia lírica ou em xingamentos.
- A função *conativa* é orientada para o destinatário, invocando-o ("Ei, você aí!") ou dando-lhe uma ordem.
- A função *fática* tem por objetivo estabelecer, manter ou interromper a comunicação (as expressões "bem", "pois é" ou "escuta" usadas no início da frase, sem ligação com o que vem depois).
- Na função *metalinguística*, a mensagem discute o uso do próprio código, esclarecendo-o, como quando perguntamos o significado de uma palavra. Também pode ser o caso de uma linguagem comentar outra linguagem, como, por exemplo, a leitura de uma obra de arte.
- A função *poética* é aquela que visa à mensagem em si, colocando em evidência sua própria forma. A mensagem poética ou estética é sempre estruturada de maneira ambígua em relação ao código que lhe é subjacente, como trata com maior profundidade a unidade sobre estética desta obra.

Na verdade, essas funções não se apresentam separadamente em cada mensagem, mas combinam-se entre si. A diversidade das mensagens depende da hierarquização das várias funções, com predominância de uma sobre as demais.

Semiótica: teoria geral dos signos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



MAGRITTE, RENÉ. AUTVS BRASIL, 2016 - GALERIA ISY BRACHOT, BRUXELAS - PARIS

A perspicácia (1936), pintura de René Magritte. Nesse autorretrato, o artista fez uma referência ao próprio ato de pintar, um exemplo de função metalinguística.

Considerando a linguagem do ponto de vista funcional, Jakobson dá conta não só dos aspectos cognitivos da língua, mas também de aspectos afetivos que fazem parte de quase toda situação comunicacional.

Ampliando essas funções para outras linguagens, podemos dizer que tanto a linguagem da moda quanto as obras de arte expressionistas fazem uso da *função expressiva*. Já os manuais técnicos e todas as obras realistas apresentam uma preponderância da *função referencial*. A propaganda, as preces e a arte romântica estão centradas sobre o destinatário, tendo *função conativa*. A introdução de qualquer peça musical ou o apagar das luzes em uma encenação teatral tem o objetivo de testar ou estabelecer o contato com o destinatário, tendo, portanto, *função fática*. Quando fazemos uma paródia ou adaptamos um texto para teatro ou cinema, estamos usando a *função metalinguística*. Já a *função poética* necessariamente está presente em todas as obras de arte.

Agora, podemos responder para que serve uma linguagem: para nos comunicar com os outros seres humanos no tempo presente e, ainda, para revisitar o passado e prever ou supor o futuro; para expressarmos nossos afetos positivos ou negativos; para falar da realidade que nos circunda; para despertar uma reação no destinatário; para discutir o código que estamos usando ou outro qualquer; para reafirmar o contato com o outro, sem o que não haverá comunicação; e para fazer arte. Dispomos de toda essa riqueza quando temos o domínio de uma ou várias linguagens.

5 Linguagem, pensamento e cultura

Do mesmo modo como existem diversos tipos de linguagem, existem diferentes tipos de pensamento. Há o *pensamento concreto*, que se forma a partir da percepção sensível, ou seja, da representação de objetos reais, é imediato, sensível e intuitivo; e o *pensamento abstrato*, que estabelece relações (não perceptíveis), que cria os conceitos e as noções gerais e abstratas, é mediato (precisa da mediação da linguagem) e racional. Por exemplo, percebemos algumas laranjas sobre a fruteira, num espaço dado, com disposição, cor e odor determinados. Essa percepção, portanto, é concreta, sensível (as laranjas estão ali), imediata (dispensa raciocínio) e individual (diz respeito somente às laranjas da fruteira).

Já quando realizamos a soma 4 + 4, estamos lidando com uma noção geral de quantidade. Não encontramos o número 4 na natureza. Encontramos certa quantidade de laranjas, abacates, meninos etc., representados abstratamente pelos números que são construção da nossa razão.[5]

Leia o que afirma o filósofo polonês Adam Schaff (1913-2006):

> [...] o processo de pensamento como processo cognitivo se verifica não só com o auxílio de meios linguísticos (signos verbais), mas também em unidade orgânica com os processos linguísticos. Poder-se-ia muito bem permutar as expressões "pensar" e "experimentar processos linguísticos", pois em ambos os casos nos referimos ao mesmo processo de pensar, com a única diferença de ênfase em um de seus aspectos.
>
> SCHAFF, Adam. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 281-282.

Para cada tipo de pensamento, há um tipo de linguagem mais adequado. Vejamos alguns exemplos na página seguinte.

Etimologia

Concreto. Do latim *concretus*, "o que se forma por agregação".
Abstrato. Do latim *abstractus*, "separado", "levado por força".

[5] As questões relacionadas ao conhecimento são abordadas na unidade III, "Conhecimento e verdade".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para o pensamento abstrato e conceitual, que se afasta do sensível, do individual, a língua se apresenta como condição necessária, por ser um sistema de signos simbólicos que, como já dissemos, nos permite ir além do dado vivido e construir um mundo de ideias.

Ora, cada língua possui uma estruturação própria quanto ao repertório e às regras de combinação e de uso. Isso quer dizer que cada língua organiza a realidade de modo diferente das outras, pois estabelece repertório e regras diferentes.

Exemplo clássico é a língua esquimó, que tem seis nomes diferentes para designar vários estados da neve. Em português, temos apenas a palavra "neve". Outras alternativas não são previstas na língua portuguesa. O fato importante a ser ressaltado, entretanto, é que, se uma língua tem maior número de palavras para recortar a realidade, a existência dessas palavras leva a uma percepção diferente da realidade. O esquimó percebe os diferentes estados da neve (recém-caída, cristalizada, começando a derreter etc.) e nós percebemos somente se há neve ou não. Mesmo porque a neve é uma presença quase contínua para o esquimó e um evento raríssimo no Brasil.

Outro exemplo interessante é a expressão "ter paciência", usada na língua portuguesa, e a expressão japonesa "fazer paciência". Usar o verbo "ter" significa que a paciência já existe dentro de nós, em estoque maior ou menor; quando se usa o verbo "fazer", entretanto, indicamos que a paciência não habita dentro de nós, que precisamos de uma ação voluntária para "criar" paciência. São modos culturais diferentes de lidar com um sentimento.

Podemos dizer que a estruturação da língua influencia a percepção da realidade e os níveis de abstração e generalização do pensamento, como afirma Adam Schaff.[6]

Outros tipos de linguagem, entretanto, em especial as linguagens artísticas, são mais adequados ao pensamento concreto, como veremos na unidade VII, sobre estética, quando trataremos da arte como forma de pensamento e de conhecimento. O pintor, por exemplo, está mais ligado ao mundo visual das cores e formas, e o músico está mais atrelado ao mundo dos sons que ao dos conceitos.

Além de estruturar o pensamento, a linguagem mantém estreita relação com a cultura. Se, por um lado, as várias linguagens fixam e passam adiante os produtos do pensamento sob a forma de ciência, técnicas e artes, elas também sofrem a influência das modificações culturais. Nas línguas, há modificações semânticas e de repertório com base nas novas descobertas e no desenvolvimento da técnica. Nas artes, a reestruturação da linguagem responde a mudanças de valores, de anseios e de buscas no seio da cultura de cada sociedade.

A importância da linguagem

Sabemos que a linguagem é um produto bastante sofisticado que só a razão humana pode criar. Por isso, sua aquisição é um marco referencial da humanidade. A linguagem é simbólica, estruturada, adequada à cultura dentro da qual se desenvolve, apropriada ao tipo de pensamento que pretende comunicar ou expressar. Ela permite que o ser humano vá além do mundo vivido, do presente, e siga em direção ao mundo das ideias, da reflexão; permite que ele ultrapasse sua realidade de vida e entre no mundo das possibilidades. Que exerça, enfim, a atividade produtiva de criar sentidos para o mundo e para sua vida.

[6] SCHAFF, Adam. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974. p. 252.

Para refletir

Do ponto de vista icônico, a fotografia ao lado é a representação de pessoas em um aniversário. Elas posicionam-se ao redor de uma mesa, sobre a qual há um bolo com vela acesa.

Do ponto de vista indicial, o próprio meio – ou seja, a fotografia – indica a existência dessas pessoas em frente à câmera no momento em que a foto foi batida.

Do ponto de vista simbólico, podemos fazer várias outras interpretações: é a comemoração de um aniversário em família; pelas vestimentas, percebe-se que as pessoas se prepararam para essa ocasião; a aniversariante é a garotinha posicionada diante do bolo com o auxílio de uma cadeira; e essa imagem retrata a sua primeira festa de aniversário.

Pensando nisso, como a composição da imagem intervém em sua decodificação? Qual é a principal função de fotos nos álbuns de família?



REPRODUÇÃO – COLEÇÃO PARTICULAR

Foto de festa de aniversário de criança com um ano, tirada em São Paulo (SP), em 1944.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Somos todos Chico Bento

"[...] Vou discutir a representação dessa fala [de Chico Bento]. Construções como das mata, dos rio, das coisa são traços sintáticos da fala popular. Mas pexe, intendi, sinhora, ajudá, acontecê, e mesmo i nóis e num são soluções discutíveis.

Não é que Chico Bento não fale assim. A questão é que praticamente todos falamos assim. O alçamento de 'es' átonos é comum, e a queda dos 'erres' de infinitivos e das semivogais (pexe) é quase categórica – na fala. Além disso, a solução é irregular... Por que não genti, nece(i)ssidadi, mixidu, achano e pió?

A tradição literária representou em itálico certas marcas de falas regionais (tá, dotô). Poucas e bem características, quase estereotípicas. [...]

O que não é aceitável é aplicar grafias erradas apenas à fala de Chico Bento. Fazendo isso, insiste-se na tese errada de que só os grupos que ele representa falam assim. Ora, muitas marcas da fala de Chico Bento são comuns a todos, mesmo aos cultos.

[...] Escrevemos bom, tomate, pouco, vou, lavar, vender, partir, mas falamos bõw, tomate/tomati/tumati/tomatchi, poco, vô, lavá, vendê, partí. Os franceses escrevem *roi* e falam ruá, os ingleses escrevem *enough* e falam enâf, os italianos escrevem *figlio* e falam filio, os falantes de espanhol escrevem *calle* e falam caje, caxe, caye, calhe.

Escritas ortográficas não representam pronúncias ou sotaques. Sua função é ser um código, comum a um povo, ou a vários, em boa medida independente da pronúncia real. Funciona como representação unitária da língua, que os fatos insistem em mostrar que não é uniforme.

Deveria ser óbvio. É o que aprendemos nas primeiras séries. Mas insistimos em achar que 'nós' falamos como se escreve, que só os outros falam 'errado'. Logo, a fala errada deles deve ser mostrada (ridicularizada?). E a maneira mais eficaz é escrever errado (só) o que eles falam.

TVs fazem isso com frequência. Entrevistando pobres ou transcrevendo grampos, exibem palavras em itálico ou entre aspas. E tratam da mesma forma eventuais nós vai e muito fazê, pegá, poco.

[...] É uma tese politicamente correta? Isso é o menos importante. O fundamental é que [...] quase todos deveriam ter aprendido o que é ortografia. É uma questão de cultura elementar, de preparo intelectual que permitia compreender as diferenças entre fala e escrita e que a língua falada culta é, em numerosos casos, igual à dos menos letrados. Se os 'sábios' soubessem disso, o fato contaria a favor do 'povo'."

POSSENTI, Sírio. Somos todos Chico Bento. *O Estado de S. Paulo*, 27 maio 2012. Disponível em <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,somos-todos-chico-bento-imp-,878527>. Acesso em 2 dez. 2015.

Questões

1. Qual é o tema desse texto do professor Sírio Possenti?
2. Quais as diferenças entre a língua falada e a escrita?
3. Qual é a função da linguagem predominante no texto?
4. O texto foi escrito no registro padrão ou popular?
5. Explique o título do artigo: por que somos todos Chico Bento?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Descreva o processo de significação.
2. Por que são criadas linguagens de diferentes tipos e para que servem?

Aplicando os conceitos

3. Reflita sobre a linguagem que você usa na internet, especialmente nas redes sociais. Ela é um dialeto? Por quê? Ela é composta só de signos verbais ou de visuais também? Em comparação com a linguagem usada na sua comunidade, quais as particularidades da linguagem da internet?
4. Qual é a relação entre as regras de uso de uma língua e a cultura na qual ela é usada?
5. Indique quais frases abaixo fazem uso da norma-padrão e quais fazem uso de variedades populares.
   a) Cara, se você não pode apostar em si mesmo, então o que está fazendo?
   b) O diretor/produtor/escritor/ator de 55 anos, Spike Lee, conhecido por seus filmes incendiários e ousados, nunca teve medo de tratar de assuntos polêmicos como racismo e política.
   c) Você é um idiota completo. Pensa que pode fazer o que te dá na telha!
6. Identifique as funções das seguintes mensagens e justifique sua resposta.
   a) "Trabalhadores do mundo: uni-vos!" (Frase de Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto comunista*.)
   b) Aproveite esta oportunidade única de economizar R$ 200,00 na compra do produto X e ainda concorra a um carro 0 km! Faça o seu pedido já!
   c) Ah, tenha dó! Quem você pensa que é?
   d) Professor, pode, por favor, explicar o que quer dizer dodecafônico?
   e) Tá me ouvindo? Por que não responde?
   f) Vou lhe contar um segredo. Ontem, depois da festa da Chris, eu fiquei com um cara de fora da cidade.
   g) Penetra surdamente no reino das palavras.
   Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
   Estão paralisados, mas não há desespero,
   há calma e frescura na superfície intata.
   Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.

   ANDRADE, Carlos Drummond de. Procura da poesia. In: *A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Trabalho em grupo

7. Em grupo, analise uma peça de publicidade veiculada pela mídia televisiva e pela mídia impressa.
   a) Compare a linguagem verbal usada na mídia televisiva e na mídia impressa.
   b) Faça um levantamento dos principais elementos que compõem as imagens televisivas e as impressas: são imagens fotográficas, filmográficas ou videográficas? São desenhos ou pinturas?
   c) Em seguida, identifique denotativamente os objetos, animais, vegetais, minerais, pessoas (homens, mulheres, crianças, idosos, idosas) e cenários que aparecem na imagem.
   d) Determine como a mensagem verbal direciona a leitura conotativa (significados complementares) do texto visual. Isso é feito pelo uso de determinadas palavras e estruturas linguísticas e pela reiteração de determinados significados.
   e) Dentro do contexto da peça publicitária escolhida, quais significados os signos visuais adquirem?
   f) Analise o contexto social da comunicação: qual é o tipo de mídia impressa? Em que tipo de programa televisivo a publicidade é inserida? Em que horário é exibida? A que público elas se dirigem?
   g) Qual a significação das peças publicitárias nas diferentes mídias?
   h) Quais funções da linguagem são usadas para persuadir sobre a veracidade do que está sendo apresentado?
   i) A publicidade analisada é eficaz para levar o consumidor a adquirir o produto ou serviço anunciado?

Pesquisa

8. Faça uma pesquisa sobre a linguagem da história em quadrinhos (HQ).
   a) Quando ela surgiu?
   b) Quem criou a primeira HQ?
   c) Quais são as linguagens utilizadas?
   d) Qual é o repertório de signos?
   e) Como os signos podem ser combinados entre si?
   f) Que tipos de HQ existem?

Dissertação

9. Na sua obra *Política*, Aristóteles afirma: "Como costumamos dizer, a natureza nada faz sem um propósito, e o homem é o único, entre os animais, que é dotado de linguagem". Com base nas discussões deste capítulo, disserte sobre essa afirmação de Aristóteles.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 5

Trabalho, consumo e lazer



CHARLES CLYDE EBBETS/BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK - COLEÇÃO PARTICULAR

Almoço no topo de um arranha-céu (1932), Nova York, foto de Charles Clyde Ebbets.

A foto acima, do fotógrafo estadunidense Charles Clyde Ebbets, choca por retratar onze homens almoçando a mais de duzentos metros de altura, sem que fizessem uso de qualquer equipamento de segurança. Sentados sobre uma viga no topo do Rockefeller Center, em Nova York, esses operários parecem tranquilos, como se o risco fizesse parte do curso cotidiano da vida. Leia a seguir uma estrofe da canção *Construção*, de Chico Buarque, composta durante a ditadura militar, e perceba o que há em comum entre a fotografia e a letra.

.....

E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Construção*. In: Construção. Rio de Janeiro: Phonogram, 1971.

.....

As estrofes repetem-se com variações em que predominam as proparoxítonas, com metáforas que remetem aos operários da construção civil, vítimas diárias dos acidentes de trabalho. Simbolizam também a morte – real ou metafórica –, diante da qual as pessoas parecem indiferentes.

Após a leitura deste capítulo, analise a fotografia e a canção, aplicando os conceitos aprendidos.

Os principais objetivos deste capítulo são: caracterizar o sentido humanizador do trabalho; identificar as condições de alienação na produção e no consumo; compreender a relação entre trabalho e lazer; comparar diversas concepções de trabalho ao longo da história; e identificar as transformações na sociedade pós-moderna. Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: trabalho, alienação, fetichismo, reificação, disciplina e razão instrumental.

Ao lado da denúncia de acidentes de trabalho fatais, as metáforas da canção podem ser interpretadas como a morte simbólica: quando o trabalho deixa de ser condição humanizadora devido à exploração do trabalhador e ao risco de alienação. Como a canção foi composta durante a ditadura, pode simbolizar a morte dos que lutaram contra ela e cujo destino trágico era ignorado ou visto com indiferença pela população envolvida pela ideologia dominante.

1 Trabalho: humanização ou tortura?

O trabalho é a atividade pela qual a natureza é transformada mediante o esforço coletivo para arar a terra, colher seus frutos, domesticar animais, modificar paisagens e construir cidades. Do trabalho surgem instituições, como a família, o Estado, a escola; e obras de pensamento, como o mito, a ciência, a arte, a filosofia.

Podemos dizer que o ser humano se faz pelo trabalho, porque, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade. Ao se relacionar com os demais, aprende a enfrentar conflitos e a exigir de si mesmo a superação de dificuldades. Ao passar por esse processo, ninguém permanece o mesmo, porque o trabalho modifica e enriquece a percepção do mundo e de si próprio.

Porém, o trabalho desperta sentimentos ambíguos. Enquanto para alguns representa um desafio instigante e prazeroso, para outros não passa de uma obrigação a que prefeririam não dedicar tanto tempo.

Talvez você já tenha visto camisetas que trazem estampados o simpático (e preguiçoso) gato Garfield e a frase "Odeio segunda-feira!" representando o sentimento quase universal de desânimo diante do trabalho. De fato, enquanto o próximo e desejado final de semana não chega, busca-se alento no *happy hour*, como se a "hora feliz" só existisse no tempo após o trabalho.

Confirmando esse sentido negativo, a própria palavra *trabalhar* deriva do latim *tripalium*, tripálio, um instrumento formado por três paus, próprio para atar os condenados ou para manter presos os animais difíceis de ferrar. A origem comum identifica o trabalho à tortura.

Se a vida humana depende do trabalho, que causa tanto desprazer, poderíamos concluir que, no contexto do trabalho como tortura, o ser humano estaria condenado à infelicidade.

Essas duas concepções trazem um impasse: o trabalho é tortura ou emancipação? Se voltarmos nosso olhar à história para ver como as pessoas trabalham e o que pensam sobre essa atividade, teremos uma percepção mais clara dessa contradição.

Para refletir

Para se emancipar, a mulher precisou ter amplo acesso ao mercado de trabalho, não só para garantir sua autonomia financeira em relação ao homem – pai ou marido –, mas também para construir uma nova identidade e tornar-se mais livre em suas escolhas. Com os seus colegas, procure exemplos que indiquem se essa mudança ocorre – ou não – no ambiente em que vivem.

2 Concepções sobre o trabalho

Desde as mais antigas civilizações existe a divisão entre os que mandam e os que apenas obedecem e executam, o que abriu caminho para a divisão social, para as relações de dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho.

Entre os antigos gregos e romanos, que viviam em sociedades escravagistas, era nítida a separação entre atividades intelectuais e braçais, com a evidente desvalorização destas últimas. Um dos indícios da divisão social era a educação, por ser ela privilégio dos que possuíam bens.

Teorias da modernidade

Até a Idade Média, a riqueza se restringia à posse de terras, mas ao final desse período e durante a Idade Moderna as atividades mercantis e manufatureiras adquiriram importância, pois a burguesia emergente derivou de antigos servos libertos.

O desenvolvimento das máquinas exercia grande fascínio e a técnica transformava o trabalho. No século XVII, Pascal inventou a primeira máquina de calcular, Torricelli construiu o barômetro e Edmund Cartwright inventou o primeiro tear mecânico. No mesmo espírito, Galileu Galilei inaugurou o método das ciências da natureza, que recorria à técnica e à experimentação.

O que diziam os pensadores da modernidade a respeito dessas mudanças, que atravessaram o século XVII e podem ser notadas até hoje?

Francis Bacon (1561-1626), com o seu lema "Saber é poder", criticou o conteúdo metafísico da física grega e medieval, por não apresentar resultado prático ao homem, realçando o papel histórico da ciência nascente e do saber instrumental, capaz de agir sobre a natureza e controlá-la.

Escolhendo um caminho semelhante, René Descartes (1596-1650) antevia o momento em que os seres humanos viriam a se tornar "senhores e possuidores da natureza".

Começava aí o ideal prometeico da ciência. Embora Bacon e Descartes seguissem linhas de reflexão diferentes e em certos pontos antagônicas, ambos destacavam que a ciência e a técnica são capazes de "dominar a natureza".

Modernidade: (ou Idade Moderna) é o período que começa no Renascimento em oposição à tradição medieval, valorizando o espírito crítico e a racionalidade científica. Principais representantes no século XVII: Francis Bacon, Galileu Galilei e René Descartes.

Prometeico: relativo a Prometeu, figura da mitologia grega que roubou o fogo dos deuses para dá-lo aos seres humanos. Simboliza a valorização da técnica e do trabalho humano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No campo político e econômico, estavam sendo elaborados os princípios do liberalismo. Quais as consequências das ideias liberais para o trabalho? Superando as relações de dominação entre senhores e servos, foi instituído o *contrato* de trabalho entre indivíduos livres, o que significa o reconhecimento do trabalhador no campo jurídico.

Uma das novidades das ideias liberais é a valorização do trabalho. Assim escreveu John Locke (1632-1704):

> Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. [...] Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros.
>
> LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 51-52. (Coleção Os Pensadores)

3 Trabalho como mercadoria: a alienação

Existem vários sentidos para o termo alienação. Em todos eles, há em comum a noção de perda: do ponto de vista jurídico, perde-se a posse de um bem; para a psiquiatria, o alienado mental perde a dimensão de si na relação com os outros; segundo Rousseau, o poder popular é inalienável, porque só a ele pertence. Vejamos agora o sentido político elaborado pelo marxismo.

No século XIX, o conceito de alienação foi utilizado por Karl Marx (1818-1883) ao analisar a exploração dos operários nas fábricas criadas a partir da Revolução Industrial. As condições de extensas jornadas de trabalho, em péssimas instalações, os salários baixos e a arregimentação de crianças e mulheres como mão de obra mais barata denunciavam uma grave questão social. Esse estado de coisas desencadeou os movimentos socialistas e anarquistas.

Nesse panorama, Marx reforçou a temática do trabalho como condição de liberdade: é pelo trabalho que o ser humano se confronta com as forças da natureza e, ao mesmo tempo que as modifica, transforma a si mesmo, humaniza-se.

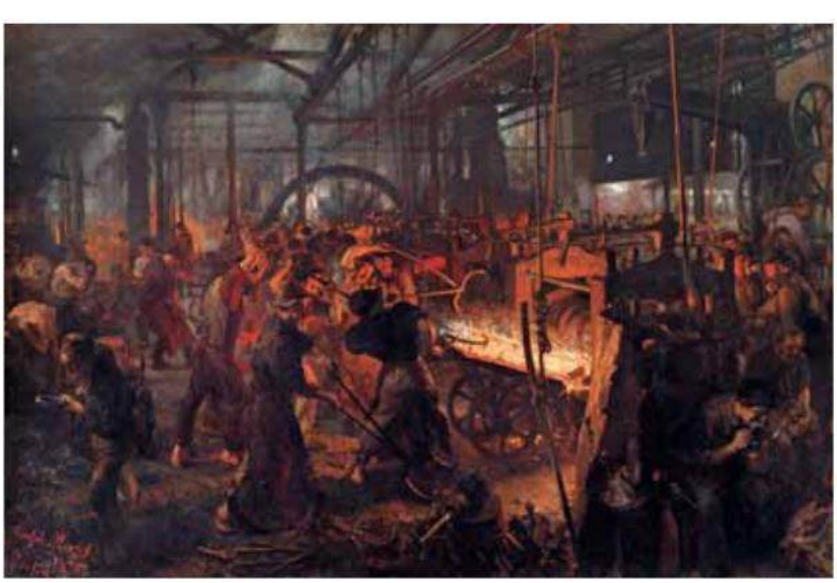
Em contrapartida, negou que a nova ordem econômica do capitalismo fosse capaz de possibilitar a igualdade entre as partes, porque o trabalhador perde mais do que ganha, já que *produz para outro*: a posse do produto lhe escapa. Nesse caso, é ele próprio que deixa de ser o centro de si mesmo. Não escolhe o salário – embora isso lhe apareça ficticiamente como o resultado de um contrato livre –, não escolhe o horário nem o ritmo de trabalho e é comandado de fora, por forças que não mais controla.

O resultado é que o trabalhador torna-se "estranho", "alheio" a si próprio: trata-se do fenômeno da alienação.

Para Marx, portanto, a alienação não é puramente teórica. Como na economia capitalista prevalece a lógica do mercado, tudo tem um preço, ou seja, ao vender sua força de trabalho mediante salário, o operário também se transforma em mercadoria.

Vale frisar que a alienação não se aplica apenas à produção do trabalhador, mas também às formas do consumo, como veremos mais adiante.[1]

[1] O tema da alienação encontra-se ampliado no capítulo 21, "Teorias socialistas".



SUPERSTOCK/GLOWIMAGES - MUSEU MUNICIPAL DE BERLIM, ALEMANHA

A usina de laminação de ferro (1875), pintura de Adolph Menzel. Nessa tela, o calor do ferro fundido, única fonte de iluminação no interior da fábrica, parece agitar o corpo exausto dos operários. Todo o cenário pintado pelo artista revela as condições insalubres a que os trabalhadores estavam submetidos no século XIX.

Etimologia

Alienação. Do latim *alienare*, "afastar"; *alienus*, "que pertence a outro"; *alius*, "outro". Portanto, alienar, sob determinado aspecto, é tornar alheio, transferir para outrem o que é seu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Disciplina: o olhar vigilante

Pensadores contemporâneos investigaram as mudanças decorrentes do capitalismo e do nascimento das fábricas, analisando-as sob outro ângulo, o da instauração da era da disciplina. Conforme Michel Foucault, um novo tipo de disciplina facilitou a dominação mediante a "docilização" do corpo.

Para exemplificar, vamos recuar até a França do século XVIII. A historiadora francesa contemporânea Michelle Perrot retoma o relato de um inspetor de manufaturas, no qual ele descreve uma oficina têxtil com cerca de 100 metros de comprimento, pavimentada por lajes e iluminada por cinquenta janelas com tela branca:

> No meio dessa sala [em] um canal coberto com lajes entreabertas cada fiandeira vai, *em silêncio*, tirar a água de que precisa [para a fiação]. Essa oficina, à primeira vista, surpreende o visitante pela quantidade de pessoas aí empregadas, *pela ordem*, pela limpeza e *pela extrema subordinação* que aí reina... Contamos 50 rocas duplas [...] ocupadas por 100 fiandeiras e o mesmo tanto de dobradeiras, tão *disciplinadas como tropas*.
>
> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 57-58.

A historiadora destaca em itálico a nova maneira de trabalhar, representada por dois modelos disciplinares: o religioso (silêncio) e o militar (hierarquia, disposição em fileiras). A disciplina é mantida pelos supervisores, que avaliam a qualidade do serviço, evitam brigas e fazem cumprir os severos regulamentos por meio de proibições (não falar alto, não dizer palavrões, não cantar), regras de horários (começa a "tirania" do relógio para entrada, saída e intervalos) e ainda penalidades, como multas, advertências, suspensões, demissões, de acordo com a gravidade da "falta".

Na nova estrutura, o "olhar vigilante" sobressai de maneira decisiva. A organização do tempo e do espaço imposta na fábrica não é, porém, um fenômeno isolado. Para Foucalt, nos séculos XVII e XVIII, formava-se a "sociedade disciplinar", com a criação de instituições fechadas, voltadas para o controle social, como prisões, orfanatos, reformatórios, asilos de miseráveis e "vagabundos", hospícios, quartéis e escolas.

Assim escreveu Michel Foucault:

> Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo [...]. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).
>
> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 126-127.



JIM GOLDBERG/MAGNUM PHOTOS/LATINSTOCK

Penitenciária de Stateville, inspirada no *Panopticon*, de Jeremy Bentham. Estados Unidos, 2002.

Para descrever os mecanismos disciplinares, Foucault retomou a descrição que o jurista Jeremy Bentham (1748-1832) fez de um projeto denominado *Panopticon* (literalmente, "ver tudo"), em que imagina uma construção de vidro, em anel, para alojar loucos, doentes, prisioneiros, estudantes ou operários. Controlados de uma torre central com absoluta visibilidade, o resultado é a interiorização do olhar que vigia, de modo que cada um não tenha consciência da própria sujeição.

Quem é?



JEAN-PIERRE FOUCHET/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Michel Foucault. Foto de 1967.

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, desenvolveu um método de investigação histórica e filosófica que chamou de *genealogia*. Examinou a mudança dos comportamentos no início da Idade Moderna, sobretudo nas instituições prisionais e nos hospícios. Ele buscava compreender os processos de produção dos saberes que tornaram possível o controle por meio do que chamou de *microfísica do poder*. Suas principais obras são *História da loucura na Idade Clássica*, *As palavras e as coisas*, *História da sexualidade*, *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pan-óptico contemporâneo – fim da privacidade?

Além de alterar a maneira como os indivíduos se relacionam, as recentes tecnologias digitais da informação possibilitam a coleta e o armazenamento de todo tipo de dado pessoal que geramos, muitas vezes sem o nosso consentimento. Como consequência, a relação entre público e privado mudou, criando um olhar onipresente que dissimula o controle social.

Vida digital

Na internet, qualquer pessoa pode bisbilhotar a vida dos outros usuários, assim como está sujeita a isso, uma vez que disponibiliza ali imagens e informações. A vida virtual de uma pessoa é também do interesse de empresas. Redes sociais, buscadores e outros serviços da internet lucram vendendo as informações que coletam dos usuários: comentários, *e-mails*, perfis, cadastros e tudo o que compartilham.

Em 2013, dos 85,6 milhões de brasileiros que tinham acesso à internet (desses, 49 milhões usavam o celular para acessar esse serviço), 90% possuíam perfil em alguma rede social.



No primeiro trimestre de 2015, 93% do faturamento da principal rede social proveio da publicidade, que se utiliza, principalmente, de informações pessoais compartilhadas pelos usuários da rede.

Pela legislação, somente o paciente pode decidir pela divulgação de seus exames. No entanto, 35% das 500 maiores empresas do mundo admitiram ter adquirido informações médicas para contratar ou promover funcionários.



Controle no trabalho

Programas que monitoram as atividades dos funcionários e vasculham até seus *e-mails* pessoais são bastante difundidos nas empresas. O que justificaria essa prática é saber se os funcionários estão realmente trabalhando ou se distraindo durante o expediente.

No Brasil, o uso indevido da internet no ambiente de trabalho pode levar à demissão por justa causa.



Fontes: SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. *Privacidade ameaçada*. São Paulo: Ediouro, n. 77, out. 2008; Receita do Facebook com publicidade sobe 46% e chega a US$3,32 bilhões. *O Globo*. Disponível em <www.oglobo.globo.com>. Acesso em 19 out. 2015; ABRANET. Disponível em <www.abranet.org.br>. Acesso em 19 out. 2015; IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2013*. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 19 out. 2015; What's wrong with public video surveillance? *ACLU*. Disponível em <www.aclu.org>. Acesso em 19 de out. 2015; Patient Privacy Rights. Disponível em <www.patientprivacyrights.org>. Acesso em 19 out. 2015.

Interesses empresariais

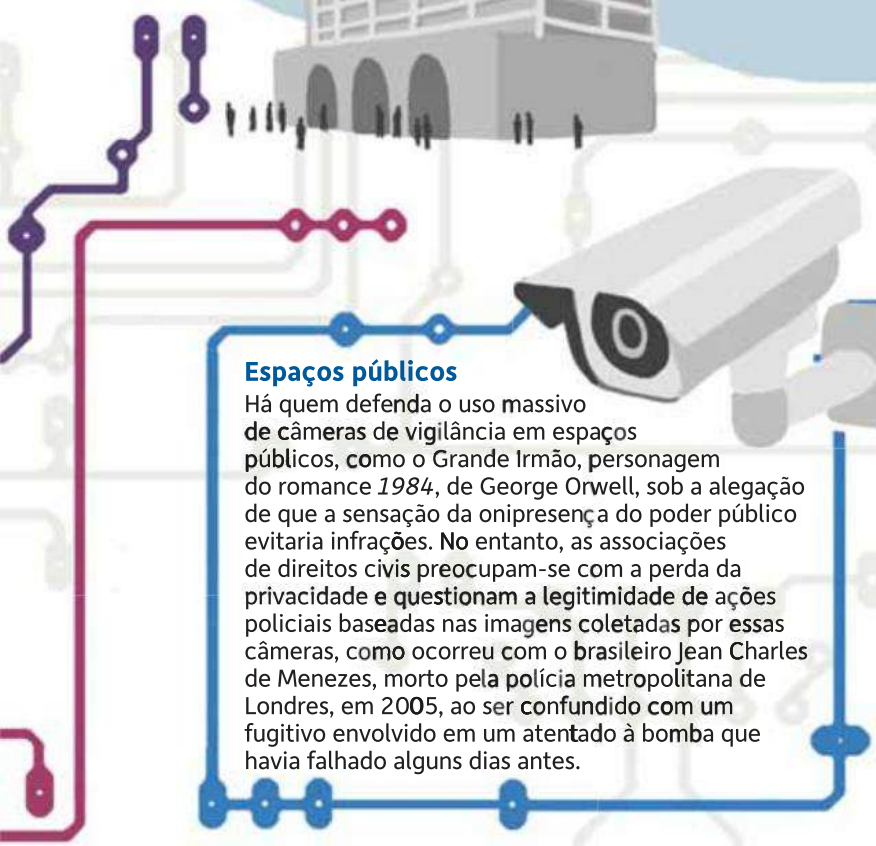
Para as empresas, descobrir o que as pessoas pensam e fazem é comercialmente estratégico. Por isso, investem em meios de saber tudo sobre nós: compram bancos de dados de outras empresas, montam cadastros detalhados e até nos observam nas lojas.

Vigilância governamental

Até mesmo em sociedades democráticas, órgãos governamentais, como a Receita Federal, a polícia e os serviços secretos, investigam seus cidadãos. Escutas telefônicas, vigilância dos espaços públicos e da internet seriam intervenções legítimas em prol da segurança pública e contra fraudes financeiras. Mas sempre há risco de intromissão excessiva na privacidade das pessoas, mesmo visando a interesses públicos.



ILUSTRAÇÕES: NELSON PROVAZI



Espaços públicos

Há quem defenda o uso massivo de câmeras de vigilância em espaços públicos, como o Grande Irmão, personagem do romance *1984*, de George Orwell, sob a alegação de que a sensação da onipresença do poder público evitaria infrações. No entanto, as associações de direitos civis preocupam-se com a perda da privacidade e questionam a legitimidade de ações policiais baseadas nas imagens coletadas por essas câmeras, como ocorreu com o brasileiro Jean Charles de Menezes, morto pela polícia metropolitana de Londres, em 2005, ao ser confundido com um fugitivo envolvido em um atentado à bomba que havia falhado alguns dias antes.

2.000.000.000.000.000.000.000 *bytes*

Essa é a previsão da quantidade de dados que serão compartilhados na internet em 2019. Não é por acaso que a especialidade de coletar e analisar esse tráfego imenso se chama "mineração de dados".





Questão

Hoje o cidadão comum vive sob a vigilância dos sistemas eletrônicos que estão em todos os lugares: nos prédios residenciais e empresariais, nas lojas, nos *shopping centers*, nas ruas e estradas. Quais são as vantagens desse aparato? Quais são seus riscos?

5 De olho no cronômetro

E no século XX, teriam melhorado as relações de trabalho, após as críticas que lhes foram feitas? O poeta brasileiro Mário Quintana, no poema *Das ampulhetas e das clepsidras*, diz o seguinte:

.....

> Antes havia os relógios d'água, antes havia os relógios de areia. O Tempo fazia parte da natureza. Agora é uma abstração – unicamente denunciada por um tic-tac mecânico, como o acionar contínuo de um gatilho numa espécie de roleta-russa. Por isso é que os antigos aceitavam mais naturalmente a morte.
>
> QUINTANA, Mário. Das ampulhetas e das clepsidras. In: *Porta giratória*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1997. p. 61.

.....

Dialogando com o poeta, acrescentamos que somos "feitos" de tempo: sem memória (passado) e sem projetos (futuro), o nosso presente deixaria de ser propriamente humano. Portanto, o que dizer de um tempo de velocidade preestabelecida que não respeita a cadência do próprio corpo nem as diferenças individuais? Na era capitalista, eficácia, organização e padronização transformam-se em palavras de ordem e todo movimento passa a ser controlado externa e artificialmente. Mas se artificializamos demais os ritmos vitais, nem poderemos "morrer bem", já que vivemos tão mal!

Foi isso que aconteceu quando os proprietários das fábricas, na busca de maior produtividade, implantaram sistemas de "racionalização", que, em última análise, significam economizar tempo, transformando-o em mercadoria. Como foi possível tal proeza?

Taylorismo: o trabalho "em migalhas"

O estadunidense Frederick Taylor, no início do século XX, elaborou uma teoria conhecida como *taylorismo*. Partindo do princípio de que os operários são indolentes e não sabem usar seus gestos de modo econômico, Taylor estabeleceu um "controle científico" por meio da medição com cronômetros, para que a produção fabril fosse cada vez mais simples e rápida.

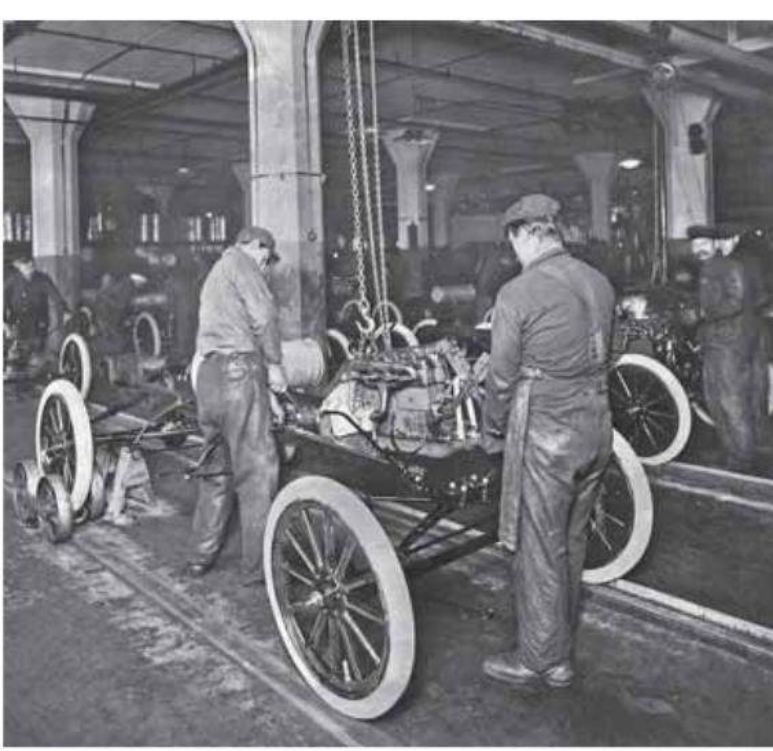
Defendeu a criação de um setor de planejamento responsável pelo "saber como produzir", que deixava nítida a separação entre a concepção e a execução do trabalho, isto é, entre o projeto e sua realização, entre o pensar e o fazer.

A mesma intenção de aumentar a produtividade levou Henry Ford, também estadunidense, a introduzir a esteira da linha de montagem e o processo de padronização ou estandardização da produção em série na sua fábrica de automóveis.

A divisão de tarefas reduz a atividade a gestos mínimos, o que aumenta a produção de maneira notável, mas também torna o ofício um trabalho "em migalhas": cada operário produz apenas uma parte do produto. Um dos problemas desse processo é que, além da monotonia que reduz a ação a operações simples, detecta-se a fragmentação do conhecimento. Enquanto o antigo artesão cuidava de todas as etapas da confecção de um produto, o operário perde a noção do todo e, com isso, o conhecimento prático da fabricação de um objeto.

A chamada racionalização do processo de trabalho trouxe em si uma irracionalidade básica, ao desvalorizar o ritmo do corpo, o sentimento, a imaginação, a inventividade humana. Não é fácil submeter o operário ao trabalho rotineiro e repetitivo, mas com o taylorismo a coação visível de um chefe foi substituída por maneiras mais sutis de constrangimento. Por exemplo, as orientações vindas do "setor de planejamento" tornam a ordem impessoal, o que facilita a submissão do operário. Ao lhe retirar toda iniciativa, modela seu corpo segundo critérios exteriores, "científicos", e faz que ele interiorize a norma.

BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK



Linha de montagem do modelo Ford T, em Highland Park, Michigan, nos Estados Unidos. Foto de 1913. A produção de carros e os lucros de Henry Ford aumentaram vertiginosamente, submetendo o operário ao trabalho fracionado e repetitivo.

6 Crítica à sociedade administrada

Sobre a questão do trabalho alienado, debruçaram-se inúmeros filósofos, entre os quais os pensadores da Escola de Frankfurt, que elaboraram a corrente filosófica chamada *teoria crítica* na década de 1930 na Alemanha.

Para os frankfurtianos, o capitalismo chegou ao impasse diante da técnica – apresentada de início como libertadora –, mas que, afinal, revelou-se artífice de uma ordem tecnocrática e opressora. Na "sociedade da total administração", conforme a expressão de Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1903-1969), os conflitos são dissimulados e a oposição desaparece.

A técnica aplicada ao trabalho tem provocado a alienação do trabalhador e o esgotamento dos recursos naturais. De fato, a exaltação do progresso indiscriminado não tem respeitado o que atualmente chamamos de desenvolvimento sustentável. A relação do ser humano com a natureza, que deveria ser de harmonia, passa a ser de dominação.

A razão instrumental

Ao submeter-se passivamente aos critérios de produtividade e desempenho no mundo competitivo do mercado, regido por princípios aparentemente "racionais", o indivíduo perde muito do prazer de sua atividade. Por isso, Max Horkheimer, na obra *Eclipse da razão*, distingue dois tipos de razão: a *cognitiva* e a *instrumental*. A razão cognitiva, como o nome diz, busca conhecer a verdade e diz respeito ao saber viver, à sabedoria. Por sua vez, a razão instrumental é operacional e seu ponto central consiste em agir sobre a natureza e transformá-la.

A razão instrumental é a razão pragmática, que serve para qualquer fim, sem averiguar se traz benefícios ou malefícios aos indivíduos. Na sociedade capitalista, os interesses definem-se pelo critério da eficácia, uma vez que a organização das forças produtivas visa atingir níveis sempre mais altos de produtividade e de competitividade.

No entanto, quando a técnica é fator preponderante, a pessoa deixa de ser fim para se tornar meio de qualquer coisa que se encontre fora dela. O ser humano torna-se instrumento para a exploração indiscriminada dos recursos ambientais e perde o exercício de suas características propriamente humanas.

Horkheimer critica o predomínio da razão pragmática, que provoca a alienação do trabalhador e o esgotamento de recursos naturais, e adverte:

> A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem.
>
> HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 1976. p. 109.

Essas críticas não negam a importância da razão instrumental, que permite produzir a técnica, mas visam recuperar o que se perde em termos de humanização quando a razão técnica prevalece sobre a razão cognitiva e vital. O cerne da questão está na reflexão moral e política sobre os fins das ações humanas no trabalho, no consumo, no lazer, nas relações afetivas, a fim de observar se estão a serviço do ser humano ou de sua alienação.



ASCOM/ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/IBAMA - GO

Fornos de carvão em situação irregular em distrito do município de Catalão (GO), destruídos por equipe comandada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Foto de 2014. Além de causar danos ao meio ambiente, derrubando árvores nativas e expelindo gases nocivos, as carvoarias exploram a mão de obra empregada em níveis similares ao do trabalho escravo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 Da fábrica para o escritório

A partir das décadas de 1970 e 1980, mudanças radicais nas formas de trabalho repercutiram no modo de vida tanto das cidades como do campo. Com a implantação de novas e revolucionárias tecnologias de automação, robótica e microeletrônica, inovaram-se os padrões de produtividade.



DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/G. CIGOLINI/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

Formas únicas da continuidade no espaço (1913), do pintor e escultor italiano Umberto Boccioni (1882-1916). O artista foi também um teórico do futurismo. Essa tendência estética enaltecia a máquina e a velocidade, numa época em que a locomotiva e o carro tornavam a comunicação mais rápida. Nessa escultura, Boccioni expressa, em uma massa de bronze, a ilusão de fugacidade e rapidez.

Ao implementar sistemas mais flexíveis, as fábricas quebraram a rigidez do fordismo e do taylorismo. Esse novo processo privilegiou o trabalho em equipe, a descentralização da iniciativa, com maior possiblidade de participação, além da polivalência da mão de obra, já que o trabalhador passou a controlar diversas máquinas e processos ao mesmo tempo.

Na segunda metade do século XX, notou-se o deslocamento da mão de obra para o setor de serviços: há mais trabalhadores no comércio, no transporte e nos serviços de escritório em geral do que nas fábricas ou no campo. Isso não significa que as atividades agrícolas e industriais tenham perdido importância, mas que elas também passaram a depender do desenvolvimento de técnicas de informação e comunicação.

No nosso cotidiano, consumimos serviços de publicidade, pesquisa, comércio, finanças, saúde, educação, lazer, turismo etc. Nos escritórios, a comunicação é ampliada e torna-se cada vez mais ágil, quase instantânea, veiculada em âmbito mundial pela expansão das redes de telefonia e das infovias.

Os recursos da microeletrônica têm facilitado a nova estrutura do *teletrabalho* (trabalho a distância), que possibilita maior autonomia e flexibilidade de horário, desobrigando as pessoas de se dirigirem diariamente a locais fixos, o que, em alguns casos, viabiliza o trabalho no próprio domicílio.

Infovia: linhas digitais por onde trafegam dados da rede eletrônica.

Microeletrônica: tecnologia que lida com a concepção, o desenvolvimento e a construção de sistemas eletrônicos, como *tablet* e celular, em que são utilizados elementos miniaturizados.

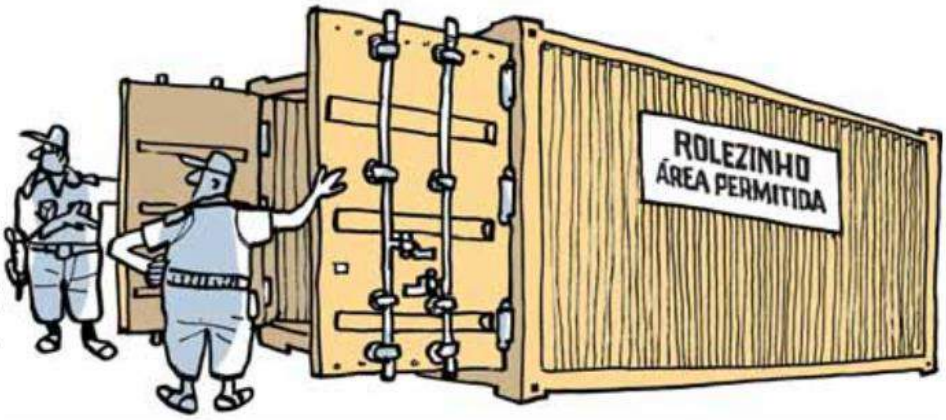
8 Sociedade de consumo

Consumir é um ato humano por excelência, que permite atender a necessidades vitais, próprias da sobrevivência, como alimentar-se, vestir-se e abrigar-se. Mas não só. O consumo abrange tudo o que estimula o crescimento humano em suas múltiplas e imprevisíveis direções e como tal oferece condições para desenvolvermos nossa humanidade de maneira mais ampla.

Pelo consumo consciente participamos como pessoas inteiras, movidas pela sensibilidade, imaginação, inteligência e liberdade. Por exemplo, não comemos e bebemos apenas para saciar a fome ou a sede, mas porque adquirimos refinamento, preferências, além de lançarmos mão da criatividade para inventar novos pratos e bebidas saborosos.

O consumo assume um caráter simbólico quando emprestamos significado àquilo que desejamos adquirir: satisfação física, intelectual ou espiritual, que pode variar da aspiração ao *status* social ao simples desejo de comodidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



LAERTE/FOLHAPRESS

Charge da cartunista Laerte sobre os "rolezinhos", encontros em *shopping centers* marcados por jovens de classes sociais mais baixas. A charge de 2013 é uma crítica aos critérios muitas vezes preconceituosos adotados para definir quem pode circular livremente nesses centros de consumo.

No entanto, o consumo também envolve a relação com outras pessoas, como a decisão de comprar apenas de empresas que não exploram mão de obra escrava nem abusam de trabalhadores subempregados; não adquirir produtos piratas; evitar o hábito do consumo exacerbado que leva ao desperdício; e agir tendo em vista a sustentabilidade do planeta, entre outras expressões de conscientização do consumidor.

Além da compra de produtos, vale lembrar que "consumimos" também ideias veiculadas pela mídia. A preferência pela leitura de determinada revista, jornal ou *blog* pode orientar fortemente nosso modo de pensar, caso não busquemos fontes diferentes que comparem e interpretem o mesmo fato. Por isso, a pluralidade de veículos difusores de notícias é salutar na democracia, e toda censura ou concentração da mídia nas mãos de poucos é considerada perniciosa.

A indagação que levantamos é a de saber se somos capazes de decidir de maneira autônoma, para que o consumo nunca seja um fim em si, mas sempre um meio para outra coisa qualquer. Caso contrário, ele se transforma em consumismo.

Consumo alienado

No mundo da produção e do consumo, o investimento em publicidade tem em vista a divulgação de um produto para torná-lo conhecido do consumidor, facilitando o escoamento adequado da produção. No entanto, muitas vezes o objetivo principal é provocar artificialmente a "necessidade" da compra. Assim nasceu a sociedade de consumo com seus patrocinadores e anunciantes, com facilidades de crediário e campanhas publicitárias veiculadas, no início, pelo rádio, e hoje, por inúmeros veículos digitais. Desse modo, não só é lançado um produto na praça, mas também são "produzidos" o consumidor e suas "necessidades".

O consumo alienado degenera em *consumismo* quando se torna um fim em si e não um meio, provocando desejos nunca satisfeitos. A ânsia do consumo perde toda relação com as necessidades reais, o que leva as pessoas a comprar além do necessário e, às vezes, mais do que seu poder aquisitivo permite.

Herbert Marcuse, um dos filósofos da Escola de Frankfurt, confere o nome de *unidimensionalidade* à perda da dimensão crítica, o que impede o indivíduo de perceber a exploração de que é vítima. O filósofo alerta para a distinção entre necessidades vitais e falsas necessidades, para que a satisfação dos indivíduos não se reduza a uma "euforia na infelicidade".

Para refletir

Com base nas informações do texto abaixo, discuta com um colega sobre os riscos da concentração das mídias nas mãos de poucos.

> No Brasil, o Sistema Central de Mídia é estruturado a partir das redes nacionais de televisão. Mais precisamente, os conglomerados que lideram as cinco maiores redes privadas [...] controlam, direta e indiretamente, os principais veículos de comunicação no país. Este controle não se dá totalmente de forma explícita ou ilegal. Entretanto, se constituiu e se sustenta contrariando os princípios de qualquer sociedade democrática, que tem no pluralismo das fontes de informação um de seus pilares fundamentais.
>
> DONOS DA MÍDIA. *As redes de TV*. Disponível em <www.donosdamidia.com.br/redes>. Acesso em 25 nov. 2014.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Assim diz Herbert Marcuse:

> A maioria das necessidades comuns de descansar, distrair-se, comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence a essa categoria de falsas necessidades. Tais necessidades têm um conteúdo e uma função sociais determinados por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum; o desenvolvimento e a satisfação dessas necessidades são heterônomos. Independentemente do quanto tais necessidades possam ter se tornado do próprio indivíduo, reproduzidas e fortalecidas pelas condições de sua existência; independentemente do quanto ele se identifique com elas e se encontre em sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início – produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão.
>
> MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 26.

O comércio facilita a satisfação dos desejos ao possibilitar o parcelamento das compras, promover liquidações e ofertas de ocasião, estimular o uso de cartões de crédito, de compras pela internet etc. As mercadorias saem de moda rapidamente porque seu *design* se tornou antiquado ou porque um novo produto se mostrou "indispensável", seja televisão, geladeira, computador, celular, carro etc.

Etimologia

Heterônomo. Do grego *hetero*, "diferente", e *nómos*, "lei". Aquele que é comandado por outrem, que está sujeito a uma lei exterior. O contrário de autônomo.

Para saber mais

Ao olhar as vitrines, se pudéssemos examinar os "bastidores" da fabricação de muitas roupas "de marca", encontraríamos tecelagens que produzem rápido à custa da exploração de mão de obra barata, principalmente de mulheres. É o que ocorre em países como Guatemala, Honduras, Argélia, Turquia, Malásia e tantos outros, inclusive o Brasil.

Sociedade pós-moderna: o hiperconsumo

Nem todos os pensadores, porém, encaram o fenômeno contemporâneo do consumo e do lazer de massas como predominantemente alienados e alienantes, conforme preconizaram os frankfurtianos.

É o caso do filósofo francês Gilles Lipovetsky (1944), que prefere não demonizar o consumo, mas aceitá-lo como fenômeno do nosso tempo. Ele observa que, desde o final dos anos 1970, devido às técnicas de *marketing* e de preços mais baixos, os bens se tornaram acessíveis a um maior número de pessoas, inclusive para as de menor poder aquisitivo, ávidas de compras nas grandes lojas de departamento.

Surgiu, então, uma nova fase de consumo mais intimista e personalizada. Por destacar no consumo o processo de personalização, Lipovetsky recusa-se a aplicar à sociedade pós-moderna o conceito marcuseano de unidimensionalidade. Também critica Foucault, ao afirmar que houve uma redução progressiva do processo disciplinar no trabalho.



AKG-IMAGES/ALBUM/LATINSTOCK – COLEÇÃO PARTICULAR

Colagem do presidente eleito (1961), de James Rosenquist, representante da *pop art*. Nesta obra, o artista estadunidense equipara a campanha presidencial de John F. Kennedy à publicidade de produtos consumíveis.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para Lipovetsky, "no rastro da extrema diversificação da oferta, da democratização do conforto e dos lazeres", o acesso às novidades mercantis tornou-se mais comum, diluindo de certo modo as regulações de classe. Além disso, "os consumidores mostram-se mais imprevisíveis e voláteis, mais à espera de qualidade de vida, de comunicação e de saúde, têm melhores condições de fazer uma escolha entre diferentes propostas da oferta", determinando que o consumo ordene-se "cada dia um pouco mais em função de fins, de gostos e de critérios individuais".[2] Nessa fase a mercantilização das necessidades deixa de ser institucionalizada e torna-se mais subjetiva e emocional.

Apesar de considerar o consumidor mais crítico, Lipovetsky reconhece o poder massificador da publicidade e os malefícios do *hiperconsumismo*, entendido como a ilusão de que a mercadoria nos garantiria a felicidade. Ao contrário, o que nos preenche a vida é o que permite ao ser humano "inventar-se a si mesmo e inventar coisas". O risco é deixar que o consumo se converta no sentido principal da vida das pessoas.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925) não é tão otimista e diz que o consumismo "aposta na *irracionalidade* dos consumidores, e não em suas estimativas sóbrias e bem-informadas". Mesmo porque "a sociedade do consumo prospera enquanto consegue tornar *perpétua a não satisfação* de seus membros".[3] Basta observar como os objetos de desejo são facilmente descartáveis para que um novo desejo imperioso se imponha.

Para saber mais

O pensamento *pós-moderno* é representado por diversos filósofos com diferentes enfoques. Alguns consideram que os valores centrais da *modernidade* encontram-se esgotados (os pós-modernos, como Jean-François Lyotard). Outros admitem que o projeto moderno não se esgotou (os neomodernos, como Jürgen Habermas). Mas todos compartilham a ideia de que nas últimas décadas do século XX as transformações ocorridas na economia, na tecnologia e consequentemente no modo de viver exigem novos modos de pensar.

9 Uma "civilização do lazer"?

O lazer é uma criação da civilização industrial e apareceu como fenômeno de massa com características específicas que nunca existiram antes do século XX. As reivindicações dos trabalhadores sobre o alargamento do tempo de lazer obtiveram alguns êxitos muito lentamente, como descanso semanal, redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e férias. Iniciava-se assim uma nova era, a civilização do lazer, que tendia a tomar contornos mais definidos com a intensificação da automação do trabalho.

A diminuição da jornada de trabalho criou o *tempo liberado*. O tempo propriamente livre, de lazer, é o que sobra após a realização de todas as funções que exigem obrigatoriedade.

Características do lazer

O que é lazer, então? O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1915-2002) diz:

> [...] o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.
>
> DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 34.

Há, portanto, três funções solidárias no lazer:

- Descanso e, em decorrência, liberação da fadiga.
- Divertimento, recreação, entretenimento e, portanto, uma complementação que dá equilíbrio psicológico, compensando o esforço no trabalho. O lazer oferece a oportunidade de expansão da vida imaginária, por meio da mudança de lugar, de ambiente, de ritmo, quer seja em viagens, quer seja em jogos ou esportes. Ou ainda, por atividades que privilegiam a ficção, o sonho, a crítica, como cinema, teatro, literatura, espetáculos.
- Participação social mais livre e, com isso, possibilidade de desenvolvimento pessoal; procura desinteressada de amigos, de aprendizagem voluntária, o que estimula a sensibilidade e a razão, além de facilitar condutas inovadoras.

[2] Trechos extraídos de: LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 41.

[3] BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 64-65.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2014 THAVES / DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS



Frank & Ernest (2014), tirinha do cartunista Bob Thaves. O cartunista chama a atenção para um tipo de entretenimento televisivo que aposta no enfraquecimento do senso crítico do espectador.

O lazer *ativo* não é um simples "deixar passar o tempo livre", mas aquele no qual a pessoa pode escolher algo prazeroso que ao mesmo tempo a modifique como ser humano. Não se pretende prescrever antecipadamente o que seria uma boa ou má ocupação do tempo livre: qualquer tipo de lazer é ativo quando somos seletivos, sensíveis aos estímulos recebidos e compreendemos de modo crítico o que vemos, sentimos e apreciamos. Por exemplo, duas pessoas que assistem ao mesmo filme podem ser ativas ou passivas, dependendo da maneira pela qual se posicionam para comparar, apreciar, julgar e decidir por si mesmas, independentemente de modismos ou de propagandas massificadoras.

Obstáculos ao lazer

O tempo de lazer tem adquirido importância cada vez maior, configurando-se como um dos grandes desafios do terceiro milênio. Essa é a aposta do sociólogo italiano Domenico de Masi (1938), que lembra como foi terrível o longo período em que o capitalismo amontoou empregados em fábricas, segregando de modo brutal *trabalho* e *vida*. Segundo ele, nossa sociedade teria todas as condições de realizar o sonho do não trabalho e do ócio criativo, isto é, do ocupar-se com atividades sem premência de tempo e que permitissem o desenvolvimento pessoal e a produção de ideias.[4] Seria esse um sonho possível?

A questão está em saber se a indústria cultural propicia alternativas de escolhas ou se as cidades oferecem infraestrutura que garanta aos mais pobres a ocupação do seu tempo livre em atividades gratuitas ou menos dispendiosas: lugares onde ouvir música, praças para passeios, clubes populares, locais para a prática de esportes e de integração social espontânea. Caso não sejam oferecidas essas alternativas de escolha, as possibilidades de lazer ativo, não alienado, ficam reduzidas.

A filósofa Hannah Arendt adverte:

> A sociedade de massas [...] não busca a cultura, mas lazeres (entretenimento), e os produtos oferecidos pela indústria de lazeres são bastante consumidos pela sociedade, mesmo que eles não sejam talvez tão necessários à sua vida como o pão e a carne. Eles servem, como se diz, para passar o tempo, e o tempo vago que é passado assim não é, propriamente falando, o tempo do ócio – isto é, o tempo em que somos livres de todo cuidado e atividade necessários para o processo vital, e, portanto, livres para o mundo e sua cultura; é apenas o tempo que sobra.
>
> ARENDT, Hannah. *La crise de la culture*. Paris: Gallimard, 1992. p. 262-264. (Tradução nossa)

10 Para onde vamos?

Nas últimas décadas presenciamos transformações extremamente rápidas, que alteraram de maneira drástica nosso modo de vida.

Apesar dos benefícios alcançados pela nossa civilização, há um grande número de pessoas excluídas do sistema, e a questão ecológica agrava-se a cada dia pelo consumo descontrolado dos recursos naturais. O importante é sempre verificar em que medida as atividades de trabalho, consumo e lazer estão a serviço da humanização e da sustentabilidade do planeta, além de indagar quando se desviam desses objetivos principais.

[4] Para mais informações sobre o ócio criativo, consultar: DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Distinga a concepção de trabalho na Antiguidade e na Idade Moderna.
2. Releia a citação de Foucault no tópico 4, "Disciplina: o olhar vigilante", e explique a relação que o filósofo estabelece entre disciplina, utilidade e obediência.
3. Qual é a crítica que os frankfurtianos fazem à sociedade administrada?

Aplicando os conceitos

4. Leia a citação de Horkheimer e atenda ao que se pede.

.....

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002. p. 7.

.....

a) Reescreva a citação com suas palavras.
b) Apesar de o mundo capitalista e tecnológico ter sofrido grandes mudanças nas décadas que nos separam do autor da citação, pode-se dizer que houve avanços no sentido de conciliar progresso e humanização?

5. Observe a tira de André Dahmer e responda às questões.
   a) Qual é a crítica expressada na tira?
   b) Discuta com um colega sobre a responsabilidade do consumidor com relação à aquisição de um produto, considerando elementos como as condições da mão de obra que o produziu, o respeito à legislação etc. Registre as conclusões em um texto.
6. Sísifo, personagem da mitologia grega, foi condenado a empurrar uma pedra até o alto de uma montanha, de onde ela tornava a cair, obrigando-o a tornar a empurrá-la montanha acima, num movimento que se repetia eternamente. Compare esse mito ao trabalho alienado.
7. Leia a citação e responda às questões.

.....

[...] as sociedades primitivas dispõem, se assim o desejarem, de todo o tempo necessário para aumentar a produção dos bens materiais. O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades quereriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? [...] É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades. É exatamente essa força que está ausente do mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas. Podemos admitir a partir de agora, para qualificar a organização econômica dessas sociedades, a expressão economia de subsistência, desde que não a entendamos no sentido da necessidade de um *defeito*, de uma incapacidade, inerentes a esse tipo de sociedade e à sua tecnologia, mas, ao contrário, no sentido da recusa de um excesso inútil, da vontade de restringir a atividade produtiva à satisfação das necessidades.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 136-137.

.....

a) Segundo o texto, o que diferencia o trabalho das sociedades primitivas daquele praticado sob o capitalismo?
b) Analise a relação com o tempo praticada nas sociedades primitivas, comparando-a com o das sociedades capitalistas.

Dissertação

8. Elabore uma dissertação com base nas seguintes questões: o trabalho dignifica o ser humano? Quando isso é verdade? Quando isso é enganoso?



Quadrinhos dos anos 10 (2013), tirinha de André Dahmer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Colóquio

O trabalho alienado

Aristóteles viveu em uma sociedade escravagista, que desvalorizava o trabalho manual. No primeiro texto, expõe argumentos para justificar a escravidão, embora tenha em outros momentos reconhecido a injustiça da escravização, como no caso de prisioneiros de guerra. O segundo texto foi extraído da obra de Karl Marx, a quem coube criar, no século XIX, outra concepção de trabalho, que defendia o conceito de humanização pelo trabalho livre e estendido a todos.

Texto 1

"[...] um ser humano pertencente por natureza não a si mesmo, mas a outra pessoa, é por natureza um escravo; uma pessoa é um ser humano pertencente a outro se, sendo um ser humano, ele é um bem [uma propriedade], e um bem é um instrumento de ação separável de seu dono. Em seguida deveremos investigar se existe, ou não, alguém que seja assim por natureza, e se é conveniente e justo para alguém ser um escravo ou se, ao contrário, toda escravidão é antinatural. Não é difícil atinar teoricamente com a resposta ou aferir-lhe a certeza pelo que realmente acontece. Mandar e obedecer são condições não somente inevitáveis mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento, são marcados para ser mandados ou para mandar, e há muitas espécies de mandantes e de mandados [...], pois em todas as coisas compostas, onde uma pluralidade de partes, seja contínua ou descontínua, é combinada para constituir um todo único, sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e, essa peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo. [...]

Na verdade, a utilidade dos escravos pouco difere da dos animais; serviços corporais para atender às necessidades da vida são prestados por ambos, tanto pelos escravos quanto pelos animais domésticos. A intenção da natureza é fazer também os corpos dos homens livres e dos escravos diferentes – os últimos fortes para as atividades servis, os primeiros eretos, incapazes para tais trabalhos, mas aptos para a vida de cidadãos."

ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 17-19.

Texto 2

"Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla [...] a natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho."

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 149-150. (Coleção Os Pensadores)

Questões

1. Aristóteles propõe "investigar se existe, ou não, alguém que seja assim por natureza, e se é conveniente e justo para alguém ser um escravo ou se, ao contrário, toda escravidão é antinatural". Qual é a conclusão de Aristóteles à questão que ele próprio se propôs?
2. Os textos de Aristóteles e de Marx estão separados por vinte e três séculos. Qual é a diferença fundamental entre eles?
3. Transcreva o trecho em que Marx identifica o caráter humanizador do trabalho.
4. Explique o que Marx quis dizer ao comparar arquitetos a abelhas e o tecelão à aranha.

Filme Relatos selvagens

Dir.: Damián Szifrón | **Países:** Argentina; Espanha | **Ano:** 2014 | **Dur.:** 122 min

Nesse filme do diretor e roteirista argentino Damián Szifrón (1975), seis diferentes histórias mostram o descontrole que se esconde sob a aparente civilidade do mundo contemporâneo. Dois motoristas que se envolvem em uma briga de trânsito, um engenheiro que toma uma atitude extrema diante da irracionalidade da burocracia, uma mulher que descobre a infidelidade do seu marido no dia do casamento: essas são algumas das figuras que compõem a turbulenta trama. O filme permite questionar se o ser humano do século XXI está tão distante quanto imagina daquilo que costuma ser considerado selvageria.

Fique atento

- À associação estabelecida entre o mundo humano e o mundo animal, presente nas primeiras cenas do filme.
- À construção da narrativa, em que o descontrole da maior parte dos personagens se dá em espaços nos quais ecoa a aspiração contemporânea pelo máximo de segurança e controle: carros com *air bags*, cabines blindadas, ambientes monitorados por câmeras e celulares.
- À decisão do roteirista de recorrer à ironia para contar essas histórias.

Analise e responda

1. Como a manifestação dos comportamentos mais instintivos no homem contemporâneo é abordada no filme?
2. O que o filme tem a dizer a respeito do senso comum que afirma vivermos numa era extremamente civilizada?

Livro Bichos

Autor: Miguel Torga | **Editora:** Nova Fronteira | **Ano:** 1996

O livro de contos *Bichos* é uma das obras de maior sucesso do escritor e poeta português Adolfo Correia da Rocha (1907-1995), cujos escritos se tornaram célebres sob o pseudônimo de Miguel Torga. De um total de catorze contos, há dez narrados por animais com características antropomórficas. Nas quatro histórias restantes, os narradores, apesar de humanos, aproximam-se do comportamento animal, manifestando seus impulsos mais instintivos. Entre o cão, o gato, os pássaros, o boi, a mulher e os homens desses relatos há sentimentos comuns: a mesma experiência de estar no mundo e de viver alegrias e dores.

Fique atento

- À adjetivação, à substantivação e ao uso dos verbos ao longo dos contos. Naqueles narrados por seres humanos, há palavras associadas aos animais, como “rosnou”. Nos relatos contados por animais, por sua vez, é comum que se vejam como seres humanos.
- Ao processo de mesclar os sons emitidos por animais à voz humana, confundindo-os.
- Aos nomes atribuídos a cada um dos personagens-narradores.

Analise e responda

1. Por meio dos procedimentos narrativos anteriormente apontados, Miguel Torga nos faz refletir sobre as fronteiras entre o homem e o animal. A partir disso, como podemos pensar os conceitos de natureza e de cultura?
2. Comente sobre a interferência humana na vida animal nos dias atuais.

Antropomórfico: descrito ou concebido sob uma forma humana ou com atributos humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE

III

Conhecimento e verdade

Durante muito tempo o homem acreditou em um modelo de Universo finito que tinha a Terra como centro. No século XVI, a abordagem científica conseguiu provar que a Terra contorna o Sol, dissolvendo as crenças que defendiam o contrário. Quase dois séculos depois, Isaac Newton explicou que o movimento dos astros era definido pela força da gravidade. Apesar de hipóteses anteriores, o modelo de um Universo em expansão com muitas galáxias só foi comprovado na década de 1920 por Edwin Hubble. O astrônomo também constatou que Andrômeda não era uma nebulosa, mas outra galáxia.

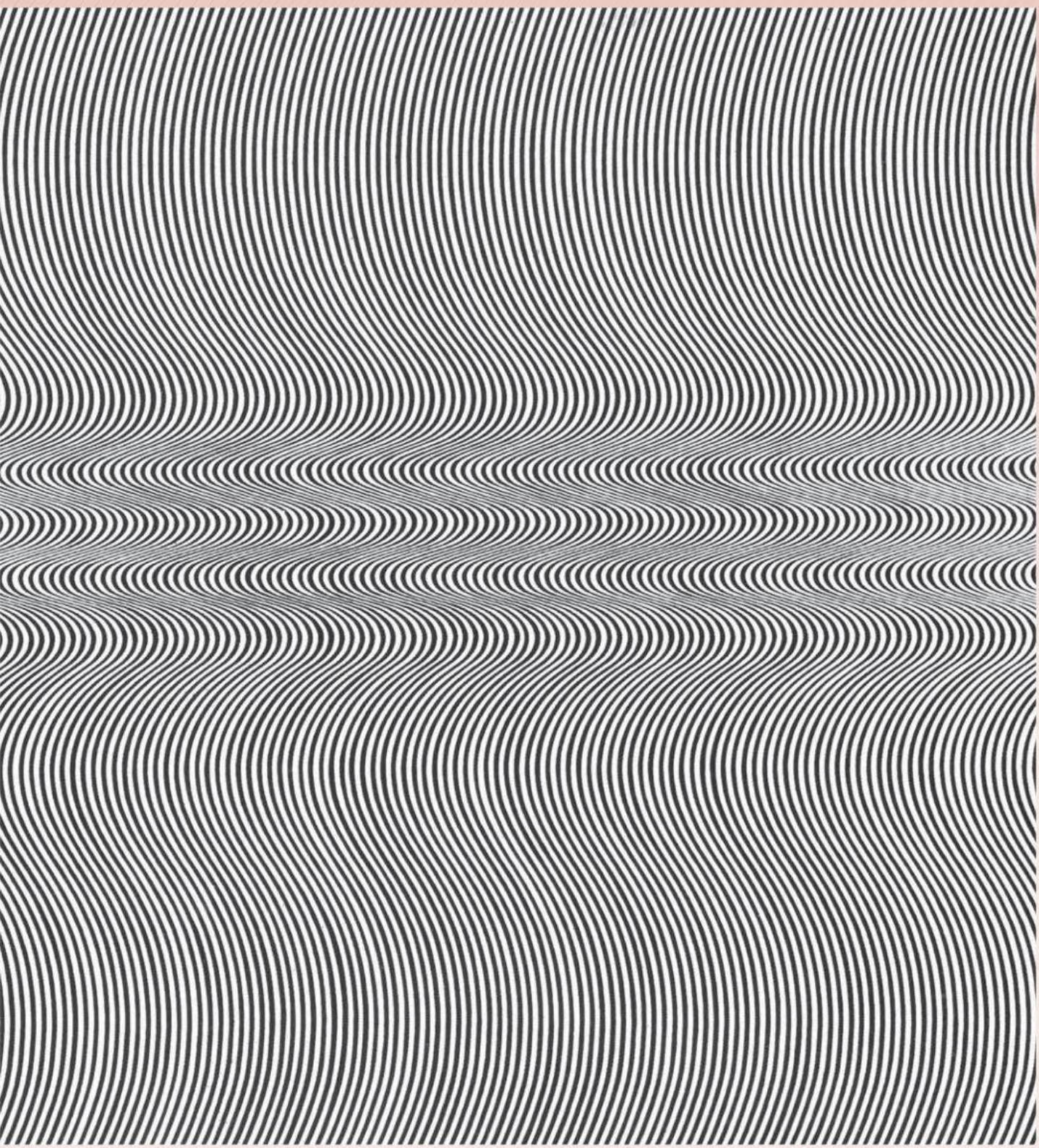
Do mesmo modo, toda a história do saber humano foi construída por meio de indagações e dúvidas a respeito do que já era considerado conhecido. Assim, ao questionar o que conhecemos, tratamos do tema da verdade. Mas será possível conhecer a verdade?

> O conhecido, isto é, aquilo a que estamos habituados, de modo que não mais nos admiramos, nosso cotidiano, alguma regra em que estamos inseridos, toda e qualquer coisa em que nos sentimos em casa: – como? Nossa necessidade de conhecer não é justamente essa necessidade do conhecido, a vontade de, em meio a tudo o que é estranho, inabitual, duvidoso, descobrir algo que não mais nos inquiete? E o júbilo dos que conhecem não seria precisamente o júbilo do sentimento de segurança reconquistado? [...] Quando reencontram nas coisas, sob as coisas, por trás delas, algo que infelizmente nos é bem conhecido ou familiar, como nossa tabuada, a nossa lógica ou nosso querer e desejar, como ficam imediatamente felizes! Pois "o que é familiar é conhecido": nisso estão de acordo. [...] Erro dos erros! O familiar é o habitual; e o habitual é o mais difícil de "conhecer", isto é, de ver como problema, como alheio, distante, "fora de nós".
>
> NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 250-251.

Os capítulos desta unidade têm como objetivo fornecer as bases para o estudo sobre teoria do conhecimento. Para provocar o interesse pelo tema, a proposta da unidade é estabelecer uma reflexão sobre a percepção por meio dos sentidos (no caso, a visão) e se tudo o que percebemos pode ser considerado verdadeiro. Por isso, sugerimos iniciar pela análise da pintura que abre a unidade. Pergunte aos alunos se há alguma percepção de movimento. Certamente responderão que sim, pois a repetição do padrão em branco e preto gera uma instabilidade visual. Como podemos perceber movimento em uma imagem que sabemos que é estática? Este segundo questionamento pode ser um gancho para a leitura dos textos e discussão das questões (ver os respectivos comentários na parte III do Suplemento para o professor).

Capítulos

6 **O que podemos conhecer?**, 74
7 **Ideologias: as ilusões do conhecimento**, 83
8 **Lógica: aristotélica e simbólica**, 92
9 **A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média**, 104
10 **Filosofia moderna e crise da metafísica**, 121
11 **Filosofia contemporânea**, 140



FRIEDRICH/INTERFOTO/LATINSTOCK – MUSEU DE ARTE MODERNA DE NOVA YORK

Corrente (1964), pintura de Bridget Riley. MoMA, Nova York, Estados Unidos. Apesar de racionalmente sabermos que a obra é estática, pois se trata de uma tela bidimensional, as três séries de ondas curtas no centro provocam a ilusão de movimento, e manchas amarelas inexistentes transgridem o preto e branco da composição.

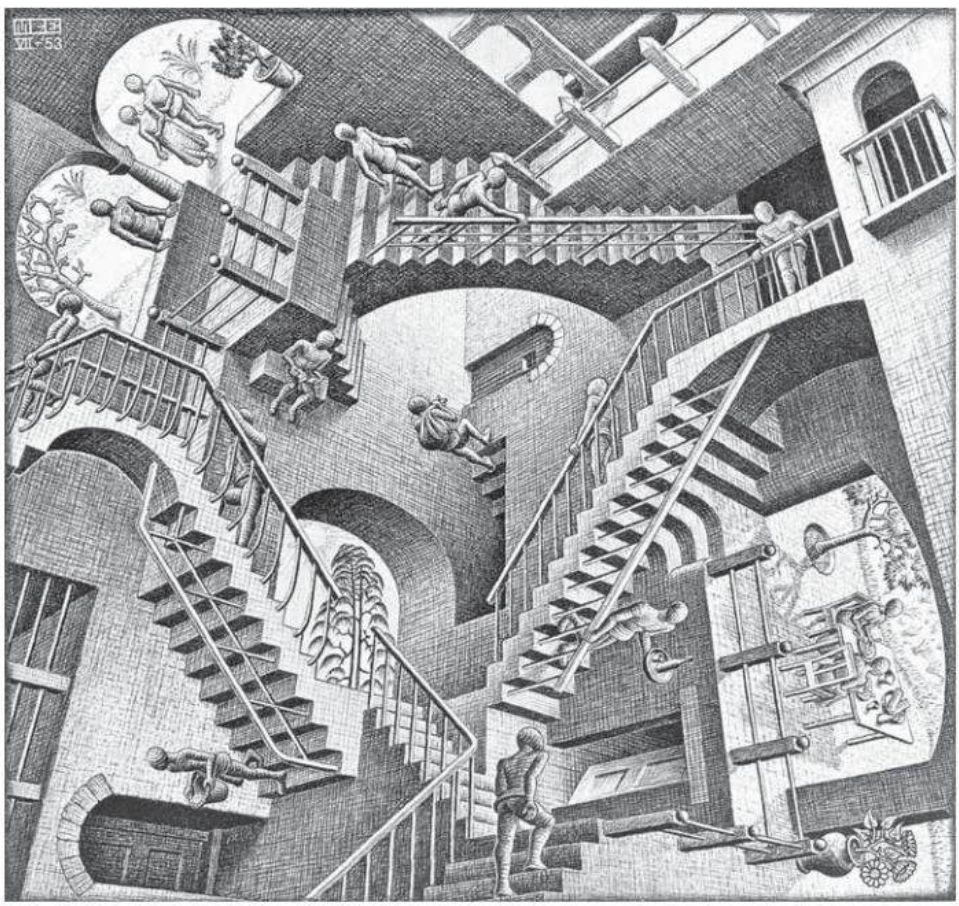
Questões

1. Considerando o texto de Nietzsche, o que seria uma postura filosófica adequada na busca do conhecimento?
2. De que forma podemos relacionar a reflexão do autor com a obra acima, do artista Bridget Riley?

CAPÍTULO 6

O que podemos conhecer?

Os principais objetivos deste capítulo são: distinguir conhecimento intuitivo (imediato) e conhecimento discursivo (mediato); caracterizar dogmatismo filosófico; e identificar teorias sobre a verdade.
Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: intuição, conhecimento discursivo, verdade, dogmatismo filosófico, ceticismo e teoria da correspondência.



Relatividade (1953), gravura do artista holandês Maurits C. Escher.

2016 THE M.C. ESCHER COMPANY – THE NETHERLANDS. ALL RIGHTS RESERVED – MUSEU DE ARTE MILDRED LANE KEMPER, UNIVERSIDADE DE WASHINGTON

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A imagem *Relatividade*, de Maurits Escher, retoma o tema de abertura da unidade. A realidade pode ser percebida por perspectivas: dependendo do contexto em que nos inserimos, obtemos enfoques diferentes dela. A nossa receptividade para o insólito, o novo, o desconhecido, até para o absurdo, pode ser enriquecedora, mesmo quando nos provoca estranheza.

Observe, na parte superior da gravura de Escher, a representação de uma escada e de duas pessoas que aparentemente se movem na mesma direção. De outra perspectiva, contudo, uma dessas pessoas parece descer e a outra subir os degraus. Logo abaixo, a parede ao lado da figura que carrega um embrulho sobre as costas é o solo da outra que se encontra sentada. Na parte inferior, alguém sobe, mas a porta que se abre à sua frente pertence ao espaço possível da outra figura que desce equilibrando uma bandeja e uma garrafa. Há ainda outras figuras posicionadas de modo a inverter a percepção das direções horizontal e vertical.

A primeira impressão diante de uma obra de Escher é de estranhamento, mas também de ludicidade, porque o artista brinca com nossa percepção. O que nos faz pensar: será que tudo o que vejo é mesmo real? E se tudo for uma ilusão de meus sentidos? Convivo com pessoas que pensam de modo tão diferente de mim, como se vivessem em outra realidade. O que é o real? Qual a garantia de que a realidade não seja um sonho? Já tive certezas tão arraigadas, mas que se dissolveram com o tempo: teria eu caído em alguma armadilha da percepção? E o que penso agora está mesmo certo? Quais são as garantias de minhas certezas?

1 O ato de conhecer

Tradicionalmente costuma-se definir conhecimento como o modo pelo qual o sujeito se apropria do objeto usando os sentidos e a inteligência. Podemos distinguir o *ato* e o *produto* do conhecimento.

- O *ato* do conhecimento diz respeito à relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. O objeto é algo fora da mente, mas é também a própria mente quando tem consciência de nossos afetos, desejos e ideias.
- O *produto* do conhecimento é o que resulta do ato de conhecer, ou seja, o conjunto de saberes acumulados e recebidos pela cultura, bem como os saberes que cada um de nós acrescenta à tradição: as crenças, os valores, as ciências, as religiões, as técnicas, as artes, a filosofia etc.

Neste capítulo, vamos privilegiar o primeiro aspecto – o *ato* de conhecer.

2 Modos de conhecer

De que maneiras apreendemos o real? É comum dizer que o conhecimento é um ato da razão, por meio do qual encadeamos ideias e juízos para chegar a uma conclusão. De fato, essas etapas compõem o nosso raciocínio. No entanto, conhecemos o real também pela intuição. Vejamos a diferença entre *intuição* e *conhecimento discursivo*.

Intuição

A intuição é um conhecimento *imediato* – alcançado sem intermediários –, uma espécie de pensamento direto ou de visão súbita. Por isso, a intuição é inexprimível: como poderíamos explicar em palavras a sensação do vermelho? E a intensidade do amor ou do ódio? A intuição é também um tipo de conhecimento que não se demonstra. No entanto, tem sido responsável por grandes saltos no saber humano, materializados em invenções e descobertas.

A intuição se expressa de diversas maneiras, entre as quais destacamos a *empírica*, a *inventiva* e a *intelectual*.

a) A *intuição empírica* é o conhecimento imediato apoiado em uma experiência que independe de qualquer conceito. Ela pode ser:

- sensível, quando percebemos por meio dos órgãos dos sentidos: o calor do verão, as cores da primavera, o som do violino, o odor do café, o sabor doce do açúcar;
- psicológica, quando temos a experiência interna e imediata de nossas percepções, emoções, sentimentos e desejos.

b) A *intuição inventiva* é a do sábio, do artista, do cientista, quando descobrem soluções súbitas, como uma hipótese fecunda ou uma inspiração inovadora. Na vida diária também enfrentamos situações que exigem verdadeiras invenções súbitas, por exemplo, o diagnóstico de um médico ou a solução prática de um problema do dia a dia. Para o matemático e filósofo Henri Poincaré (1854-1912), enquanto a demonstração lógica só pode ser realizada com o auxílio do raciocínio, a invenção só pode existir com a ajuda da intuição.

c) A *intuição intelectual* capta diretamente a essência do objeto. René Descartes (1596-1650), quando chegou à consciência do *cogito* – o "eu pensante" –, considerou tratar-se de uma primeira verdade que não podia ser provada, mas da qual não se poderia duvidar: "*Cogito, ergo sum*", que significa "Penso, logo existo". Foi com base nessa intuição primeira (a existência do eu como ser pensante) que o filósofo construiu sua teoria.

Como se vê, a intuição é um conceito com inúmeros sentidos. Além dos já explicitados, alguns estudiosos de ética afirmam que os conceitos morais são percebidos por intuição, enquanto para alguns místicos a apreensão intuitiva é uma maneira de conhecer Deus.

Conhecimento discursivo

Chamamos de conhecimento discursivo o conhecimento *mediato*, isto é, aquele que se dá por intermediação. Esse tipo de pensamento opera por etapas, por encadeamento de conceitos e ideias, devidamente articulados em juízos e raciocínios, levando a demonstrações e conclusões. Portanto, o conhecimento discursivo, ao contrário da intuição, precisa do uso da palavra, da linguagem.

Etimologia

Conhecimento. Do latim *cognoscere*, "ato de conhecer". Em português, derivaram termos como cognoscente, "o sujeito que conhece", e cognoscível, "o que pode ser conhecido".
Intuição. Do latim *intuitio*; do verbo *intueor*, "olhar atentamente", "observar". Intuição é, portanto, uma visão, uma percepção sem conceito.
Discursivo. Do latim *discursus*, literalmente "ação de correr para diversas partes, de tomar várias direções".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por ser mediado pelo conceito, o conhecimento discursivo é abstrato. Abstração é o ato de "isolar", "separar de": abstraímos ao isolarmos um elemento que não se encontra separado na realidade. Vejamos alguns exemplos.

- Quando observamos um copo, temos a imagem dele, ou seja, uma representação mental de natureza sensível, concreta e particular; por exemplo, um copo de cristal verde lapidado. Já a ideia de copo é abstrata, porque não se refere àquele copo particular, mas a qualquer copo, independentemente da cor, da forma ou do material de que é feito: a noção abstrata de copo diz respeito a qualquer recipiente geralmente cilíndrico, sem asa e tampa, que facilita a ingestão de líquidos.
- O número "2", na matemática, diz respeito apenas à quantidade, ou seja, não importa se nos referimos a duas pessoas ou duas frutas. A matemática abstrai ao reduzir à pura quantidade coisas que têm peso, dureza e cor.

Em geral, as ciências baseiam-se em abstrações para estabelecer leis. Quando dizemos que o calor dilata os corpos, abstraímos as características que distinguem cada corpo para considerar apenas os aspectos comuns àqueles corpos. Em outras palavras, nos referimos ao "corpo em geral" enquanto submetido à ação do calor. Quanto mais abstrato o conceito, mais distante ele fica da realidade concreta. Esse artifício da razão é importante porque torna possível a elaboração de leis gerais explicativas.

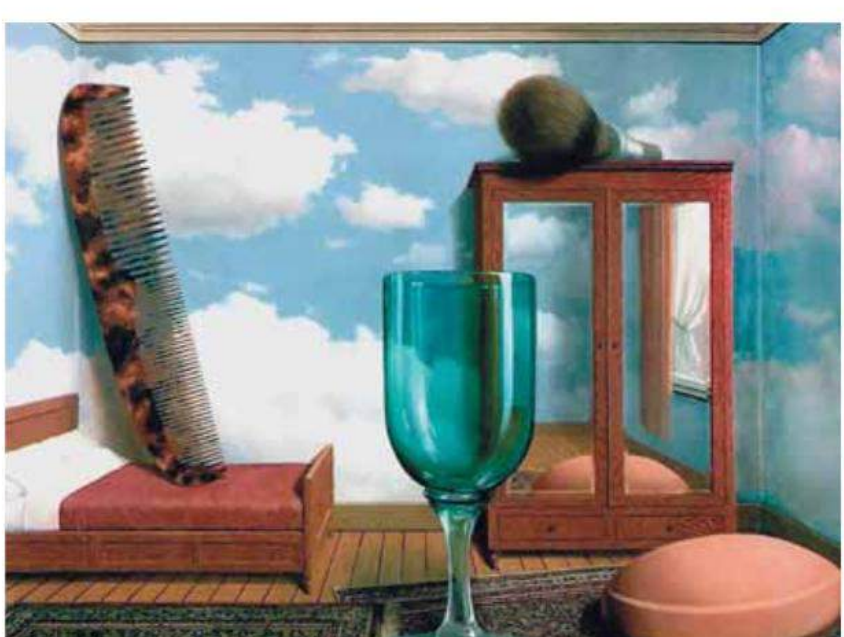
A razão enriquece o conhecimento por meio de noções abstratas que permitem a interpretação e a crítica da realidade ao afastar-se do vivido. Esse distanciamento, porém, como enfatizam alguns filósofos, ao mesmo tempo que oferece ganhos, pode representar um empobrecimento da experiência intuitiva que temos do mundo e de nós mesmos. Por isso, o conhecimento se dá pela relação contínua entre intuição e razão, vivência e teoria, concreto e abstrato.

Para saber mais

Conta a lenda que o sábio grego Arquimedes (c. 287-212 a.C.) fora incumbido pelo rei de descobrir se o ourives usara ouro puro na confecção de sua coroa. Como aferir isso sem derreter a peça? Arquimedes obteve a resposta quando percebeu que, ao entrar em uma banheira, deslocava certo volume de água que era igual ao volume submerso de seu corpo. Pensou então que, se colocasse a coroa na banheira, o volume de água deslocado por ela deveria corresponder ao mesmo volume de ouro dado ao ourives para confeccioná-la. Caso o volume de água deslocado pela coroa não fosse igual ao volume de ouro utilizado, ela conteria menos ouro do que o entregue inicialmente. Diferentes versões desse episódio contam que, nesse momento, Arquimedes saiu nu gritando: "Heureca!" ("Descobri!"). O sábio intuíra não só a solução para a dúvida do rei, mas, principalmente, um dos mais fecundos princípios da hidrostática.

Para refletir

Diante da aparência racional do discurso, não podemos nos esquecer do fato de que as mais arraigadas convicções às vezes ocultam pressuposições, herdadas da sociedade ou da classe a que pertencemos. Você poderia dar exemplos?



Valores pessoais (1952), pintura de René Magritte. Os objetos representados nessa tela foram criados de acordo com as noções abstratas que o artista tinha em mente. Reorganizadas com base na imaginação do pintor, essas noções provocam estranhamento, ultrapassando a fronteira do que é real.

PHOTOTHÈQUE R. MAGRITTE, MAGRITTE, RENÉ/AUTVIS, BRASIL, 2016. ARTEPICS/ALAMY/GLOW IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 A verdade

Agora, nos perguntamos: o que é a verdade? Uma proposição é verdadeira quando corresponde à realidade? Qual é a diferença entre real e verdadeiro?

Primeiramente, vamos comparar o conceito de *verdade* aos conceitos de *veracidade* e de *realidade*.

- *Verdade* e *veracidade*: suponhamos que alguém afirme que há um lado da Lua que nunca pode ser visto da Terra. Se eu lhe perguntar: "Isso é verdade?", a indagação pode ter dois sentidos. O primeiro é o de verificar se meu interlocutor está dizendo uma verdade ou se está mentindo. Nesse caso, indago pela veracidade da frase, que nos coloca diante de uma constatação moral: o indivíduo veraz é o que não mente. O segundo sentido é propriamente epistemológico: quero saber se a afirmação de meu interlocutor é verdadeira ou falsa. Para tanto, indago se a proposição corresponde à realidade, se já foi comprovada, se a fonte de informação é digna de crédito ou não. É esse tipo de verdade que discutiremos neste capítulo.
- *Verdade* e *realidade*: embora diferentes, esses dois conceitos são frequentemente confundidos na linguagem cotidiana. O real é o que diz respeito às coisas existentes: um colar, um quadro, uma flor. Delas não dizemos se são verdadeiras ou falsas, elas simplesmente são, existem. Dizemos que algo é verdadeiro quando uma proposição expressa um fato do mundo. Assim, quando afirmamos "Este colar é de ouro", a proposição é verdadeira se, de fato, o material que compõe o objeto for ouro, e é falsa caso se trate de prata, por exemplo.

Desse modo, o falso ou o verdadeiro não está na coisa em si, mas no juízo. Ao beber o líquido escuro que me parecia café, emito os juízos: "Este líquido não é café" e "Este líquido é cevada". Portanto, a verdade (ou falsidade) se dá quando afirmamos ou negamos algo sobre uma coisa, e esses juízos correspondem (ou não) à realidade.

Estamos diante de um primeiro sentido de verdade: *um juízo verdadeiro é aquele que corresponde aos fatos*. Ainda que essa definição pareça óbvia e esteja de acordo com o senso comum, há outra questão que diz respeito ao critério de verdade: podemos mesmo saber como as coisas são de fato?

Para saber mais

Quando dizemos que o real são as coisas existentes, não nos referimos apenas às realidades concretas do mundo exterior, mas também aos objetos do pensamento: existe a realidade do círculo, do número, do ângulo; ou ainda, existe o conceito de igualdade, de causalidade etc.

4 Podemos alcançar a certeza?

A certeza é o resultado de nossa adesão ao que consideramos verdadeiro. Para entendermos as mudanças ocorridas ao longo da história da filosofia sobre as possibilidades de conhecimento da verdade, vamos distinguir duas tendências principais: o *dogmatismo filosófico* e o *ceticismo*.

Dogmatismo

Há vários significados para o conceito de dogmatismo. Vejamos o sentido do senso comum e o sentido filosófico do termo.

Proposição: termo usado em lógica para designar qualquer frase com sujeito, verbo e predicado que pode ser verdadeira ou falsa; o equivalente a juízo.

Etimologia

Epistemológico. Do grego episteme, "ciência", "conhecimento". Relativo à teoria do conhecimento.
Dogmatismo. Do grego *dogmatikós*, "o que se funda em princípios" ou aquilo que é relativo a uma doutrina com verdades não questionadas.



FRAZZ, JEF MALLETT © 2011 JEF MALLETT/ DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

Frazz (2011), tirinha de Jef Mallett. O estudante recorre à possibilidade de os juízos sobre os fatos serem debatidos na tentativa de burlar o teste e conseguir uma boa nota ao fim do semestre. É um raciocínio utilitário, sem compromisso com a busca da verdade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dogmatismo do senso comum

De acordo com o senso comum, o dogmatismo designa as certezas não questionadas do nosso cotidiano. De posse do que supõe verdadeiro, a pessoa fixa-se na certeza e abdica da dúvida. O mundo muda, os acontecimentos se sucedem e o dogmático permanece petrificado diante dos conhecimentos que recebeu como algo acabado. Resistindo ao diálogo, ele teme o novo e não raro tenta impor aos outros seu ponto de vista, às vezes recorre à intransigência e à prepotência.

Na política, o dogmatismo nega o pluralismo – isto é, a aceitação da possibilidade de diferentes pontos de vista – e abre caminho para a doutrina oficial do Estado ou do partido único. É o que ocorre nas ditaduras, com todas as suas decorrências, como a censura e a repressão.

Para refletir

Discuta com um colega sobre algumas formas de dogmatismo presentes no meio em que vocês vivem.

Dogmatismo filosófico

A filosofia sempre respondeu criticamente às opiniões não refletidas. Como então falar em dogmatismo filosófico? O dogmatismo filosófico, porém, não tem o sentido pejorativo atribuído ao dogmatismo acrítico do senso comum. A filosofia dogmática serve para identificar os filósofos que estão convencidos de que a razão pode alcançar a certeza absoluta.

Como veremos a seguir, o filósofo escocês David Hume (1711-1776) colocou em questão nossa capacidade de atingir certezas absolutas. Exerceu influência decisiva sobre o pensamento de Kant (1724-1804), o qual, na obra *Crítica da razão pura*, faz da razão juíza e ré em um tribunal que definirá os limites e as possibilidades do conhecimento. Por isso, a filosofia kantiana é também denominada *criticismo*. Kant concluiu que podemos conhecer apenas os fenômenos, e não as coisas tais como são em si.

Embora fosse um homem religioso, Kant defendeu que não somos capazes de conhecer racionalmente as *verdades metafísicas*, como o que é a liberdade, a alma e Deus, definições que estão além da experiência sensível. Vale observar que não se trata propriamente de ceticismo.

Para Kant, os filósofos anteriores a ele "não acordaram do sono dogmático", no sentido de ainda confiarem de maneira inquestionável no poder que a razão tem de conhecer. Entre esses filósofos estaria Descartes, que, como vimos, tinha em vista alcançar a verdade indubitável.

Ceticismo

Os céticos observam a realidade e ponderam com minúcia e profundidade, mas alguns deles concluem não ser possível atingir o conhecimento certo e seguro. Essa impossibilidade refere-se aos casos mais radicais de ceticismo, embora as tendências moderadas sejam mais comuns. Nestas, o cético suspende provisoriamente qualquer juízo ou admite apenas uma forma restrita de conhecimento, para identificar os limites de apreensão da verdade. Vejamos alguns representantes do ceticismo.

Górgias

Na Antiguidade grega, o filósofo sofista Górgias de Leontini (século V a.C.), um mestre da retórica, desenvolveu três teses:

- o ser não existe;
- se existisse alguma coisa, não poderíamos conhecê-la;
- se a conhecêssemos, não poderíamos comunicá-la aos outros.

Nessas três teses, Górgias separa o *ser*, o *pensar* e o *dizer*. Desse modo, critica os pensadores que identificam o pensamento acerca do real com a realidade das coisas. O seu ceticismo é uma maneira de dizer que o ser não se deixa desvelar pelo pensamento.

Pirro

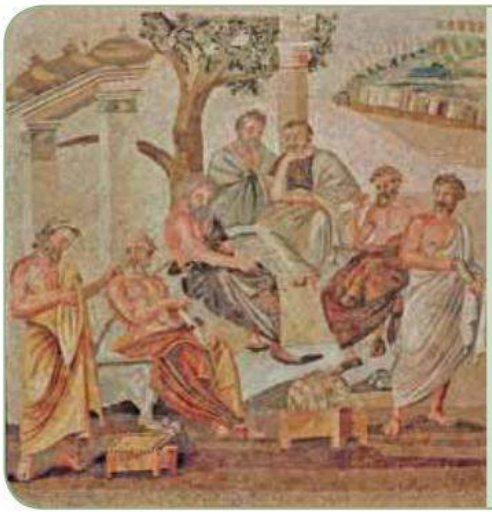
O grande representante do ceticismo foi outro grego, Pirro de Élida (c. 360-270 a.C.). Ao acompanhar o imperador macedônio Alexandre Magno em suas expedições de conquista, Pirro teve oportunidade de conhecer povos com valores e crenças diferentes das suas. Como geralmente fazem os céticos, confrontou a diversidade de convicções, bem como as filosofias contraditórias, abstendo-se, no entanto, de aderir a qualquer certeza.

Para Pirro, a atitude coerente do sábio é a suspensão do juízo e, como consequência prática, a aceitação com serenidade do fato de não poder discernir o verdadeiro do falso. Além do aspecto epistemológico, para ele essa postura tem um caráter ético, porque aqueles que se prendem a verdades indiscutíveis estão fadados à infelicidade, já que tudo é incerto e fugaz.

Etimologia

Fenômeno. Do grego *phainómenon*, "o que aparece para nós", "a aparência".
Ceticismo. Do grego *sképsis*, "investigação", "questionamento".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



GIRAUDON/THE BRIDGEMAN IMAGES/GETTY IMAGES – MUSEU ARQUEOLÓGICO NACIONAL, NÁPOLES, ITÁLIA

A Academia de Platão foi a primeira instituição grega de nível superior, reunindo intelectuais de diversas áreas para intensos debates filosóficos. Essas discussões serviram de base para os diálogos de Platão, entre eles *Górgias*, que trata de retórica, a arte de bem falar. Sabemos das críticas que Sócrates e Platão dirigiram aos sofistas, por entenderem que esses pensadores usavam a retórica como instrumento não só de persuasão, mas de manipulação da verdade, ao defender até mesmo o que era falso. Outros historiadores da filosofia veem no sofista Górgias, no entanto, um crítico da noção de verdade como desvelamento do real. Como para Górgias o ser não se deixa desvelar pelo pensamento, resta-lhe o caminho pelo qual a razão busca iluminar os fatos, sem chegar a uma conclusão.

Academia de Platão (século I a.C.), mosaico romano em Pompeia.

Para refletir

Discuta com um colega como a retórica é ainda hoje um instrumento ambíguo: tanto pode estar a serviço da conscientização como da manipulação de ideias. Justifique e dê exemplos.

Outros céticos

No Renascimento, o filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592) assumiu posições céticas ao se opor ao pensamento medieval. Fez críticas às crenças arraigadas que se apresentavam como certezas e refletiu sobre as influências sociais e pessoais que relativizam a verdade.

Montaigne analisa em *Ensaios* e em outras obras a influência de fatores pessoais, sociais e culturais na formação das opiniões, sempre tão instáveis e diversificadas. A perspectiva de Montaigne denota uma característica da modernidade em vias de se estabelecer: a valorização da subjetividade, do "eu" que reage à imposição cega da tradição. Ao examinar as mais diversas possibilidades, a consciência prefere a dúvida à certeza.

É notável a posição de Montaigne, que, em pleno período pós-descoberta do Novo Mundo, discorda das opiniões daqueles que, numa visão etnocêntrica, chamam os povos nativos de bárbaros e selvagens por praticarem o canibalismo:

.....

Cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela ideia dos usos e costumes do país em que vivemos.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 104. (Coleção Os Pensadores)

.....

No século XVIII, David Hume adotou um ceticismo atenuado ao referir-se às crenças que nos orientam no cotidiano. Elas são de natureza teórica ou prática e podem ser corretas ou incorretas. Quando uma bola de bilhar bate em outra e a movimenta, por exemplo, tendemos a aceitar o princípio da causalidade: uma bola é a causa do movimento da outra (que é seu efeito). Trata-se, porém, de uma crença, que resulta da conjunção habitual entre um objeto e outro.

Dentre os brasileiros, o filósofo Oswaldo Porchat Pereira (1933) é um representante do neopirronismo. Para ele, nossa visão do mundo não passa de uma racionalização precária, provisória, relativa. Assim ele diz:

.....

Visão do mundo que se reconhece sujeita a uma evolução permanente, que exigirá por isso mesmo uma revisão constante. [...] Ao antigo conflito das verdades se substitui agora o diálogo desses pontos de vista e dessas perspectivas. Mantém-se a aposta no caráter intersubjetivo da racionalidade. Mercê de sua postura cética, a filosofia se pode pensar sob o prisma da comunicação, da conversa e... da relatividade. E, assim pensada, ela pode contribuir – e muito – para favorecer o entendimento entre os homens: tendo destruído as suas verdades, ela poderá eventualmente ensiná-los a conviver com as suas diferenças.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Vida comum e ceticismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 252.

.....

Para saber mais

Não confunda a noção de crença em Hume com a crença religiosa. Para ele, a crença é o conhecimento que não se pode comprovar racionalmente, mas é aceito com base na probabilidade. Já a crença religiosa depende de uma verdade revelada pela divindade e é aceita sem contestação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Teorias sobre a verdade

Que critério nos permite reconhecer a verdade e distingui-la do erro? Que condições a verdade exige para ser aceita como tal? Quando podemos afirmar que algo é verdadeiro? O critério de verdade mais frequente entre os filósofos é o da evidência. Vejamos os filósofos que são adeptos dessa teoria e os que contemporaneamente a criticam.

O critério da evidência

Desde Aristóteles, predominou a *teoria da correspondência*, segundo a qual é verdadeira a proposição que corresponde a um fato da realidade. No século XVII, o filósofo francês René Descartes baseou-se nesse critério para concluir que a evidência primeira não é a de um fato exterior, mas da realidade do seu próprio pensamento. Com base nessa constatação, construiu seu pensamento filosófico.

Embora tenha adeptos ainda hoje, a teoria da correspondência tem recebido muitas críticas pela dificuldade de explicar o que significa uma proposição corresponder a um fato. Em outras palavras, a verdade é a representação do mundo como ele realmente é ou como nos aparece? Afinal, se temos acesso aos fatos apenas pelas nossas crenças, e essas crenças não são verificadas por outros meios a não ser por elas mesmas, como garantir que nosso pensamento corresponda aos fatos?

Mestres da suspeita

Diante desses questionamentos, a base do racionalismo, confiante de que há um mundo objetivo a ser desvendado pela razão, começou a minar. Vimos que Hume e Kant colocaram em questão o critério de verdade dos antigos. Foi na segunda metade do século XIX e no começo do XX, no entanto, que diversos filósofos intensificaram as críticas ao conceito de verdade como representação e correspondência.

O filósofo francês Paul Ricoeur criou a expressão "mestres da suspeita" para designar os pensadores Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Para Ricoeur, foram eles os primeiros pensadores a suspeitar das ilusões da consciência. Por consequência, para descobrir a verdade, é preciso proceder à interpretação do que consideramos conhecer a fim de decifrar o sentido oculto por trás do sentido aparente.

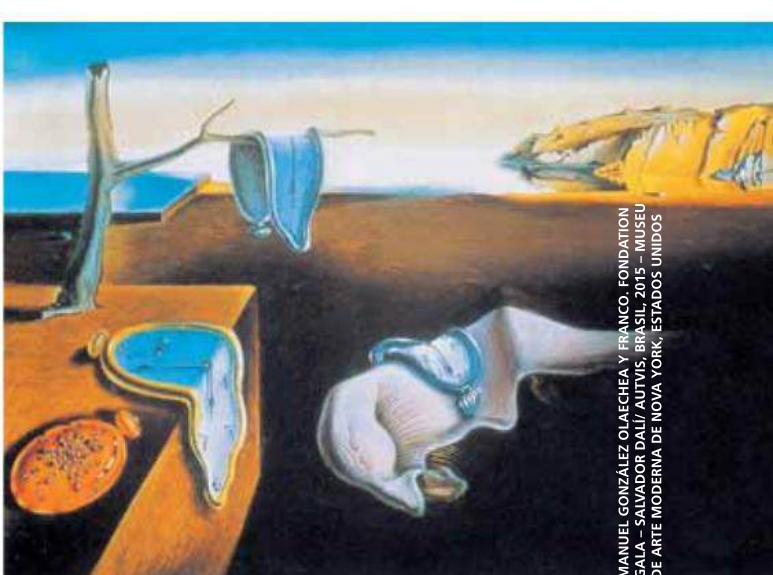
Por exemplo, Marx procedeu a uma crítica da razão ao denunciar a *ideologia* como um conhecimento ilusório que mascara os conflitos sociais e mantém a dominação de uma classe sobre outra. Nietzsche propôs a *genealogia* como método de investigação da origem dos valores para descobrir por que os instintos vitais foram degenerados. Freud, fundador da psicanálise, levantou a hipótese do inconsciente, questionando a centralidade da consciência no sujeito e defendendo que os significados ocultos de nossa conduta podem ser interpretados.

6 A verdade como horizonte

Ao longo da história, o ser humano compreendeu o que é a verdade de diversas maneiras. O critério da evidência prevaleceu na Antiguidade e na Idade Média, mas sofreu alterações na Idade Moderna, com Descartes, que, embora não renunciasse à possibilidade do conhecimento, a princípio colocou em dúvida tudo que era dado como evidente. Posteriormente, as posições conflitantes entre dogmáticos e céticos nos ensinaram a desconfiar das certezas, postura que se tornou mais aguda na contemporaneidade.

Aceitar o movimento contínuo entre certeza e incerteza supõe recusar o ceticismo radical e o dogmatismo, suportando melhor o espanto, a admiração, a controvérsia. Isso não significa renunciar à procura do conhecimento, porque conhecer é dar sentido ao mundo, interpretar a realidade é descobrir a melhor maneira de agir.

A verdade continua sendo um propósito humano necessário e vital, que exige liberdade de pensamento e diálogo, para que os indivíduos compartilhem interpretações possíveis do real.



MANUEL GONZÁLEZ OLAECHEA Y FRANCO, FONDATION GALA – SALVADOR DALÍ/ AUTVIS, BRASIL, 2015 – MUSEU DE ARTE MODERNA DE NOVA YORK, ESTADOS UNIDOS

A persistência da memória (1931), pintura de Salvador Dalí. Essa tela surrealista de Dalí nos remete às indagações: o que é o tempo? Seria uma realidade externa a nós ou dependeria apenas do nosso entendimento?

Leitura complementar

Conhecimento e verdade

"Conhecimento e verdade são [...] dois conceitos diferentes. Mas também são solidários. Nenhum conhecimento é a verdade; mas um conhecimento que não fosse nada verdadeiro não seria um conhecimento (seria um delírio, um erro, uma ilusão...). Nenhum conhecimento é absoluto; mas só é um conhecimento – e não simplesmente uma crença ou uma opinião – pela parte de absoluto que comporta ou autoriza.

Seja, por exemplo, o movimento da Terra em torno do Sol. Ninguém pode conhecê-lo absolutamente, totalmente, perfeitamente. Mas sabemos que esse movimento existe e que se trata de um movimento de translação. As teorias de Copérnico e de Newton, por mais relativas que sejam (já que são teorias), são mais verdadeiras e mais seguras – logo, mais absolutas – do que as de Hiparco ou de Ptolomeu. [...] [Dizer que] todo conhecimento é relativo não significa que todos os conhecimentos se equivalem. O progresso de Newton e Einstein é tão inconteste quanto o que vai de Ptolomeu a Newton. [...]

No entanto, não se deve confundir *conhecimentos* com *ciências*, nem reduzir aqueles a estas. Você conhece seu endereço, sua data de nascimento, seus vizinhos, seus amigos, seus gostos, enfim, mil e uma coisas que nenhuma ciência ensina nem garante. A percepção já é um saber, a experiência já é um saber, ainda que vago [...], sem o qual qualquer ciência seria impossível. 'Verdade científica' não é, portanto, um pleonasmo: há verdades não científicas e teorias científicas que descobriremos um dia não serem verdadeiras. [...]

Sem dúvida temos certezas, várias das quais nos parecem certezas de direito (certezas absolutamente fundamentadas ou justificadas); mas 'a certeza de que há certezas de direito nunca é mais que uma certeza de fato'. Cumpre concluir que a certeza mais sólida, a todo rigor, não prova nada: não há provas absolutamente probatórias.

Devemos então renunciar a pensar? De jeito nenhum. 'Pode ser que haja demonstrações verdadeiras', observa Pascal, 'mas não é certo'. De fato, isso é coisa que não se pode demonstrar – já que toda demonstração a supõe. [...] Que tudo é incerto, não é uma razão para parar de buscar a verdade. Porque tampouco é certo que tudo é incerto, observava ainda Pascal, e é isso que dá razão aos céticos ao mesmo tempo que os impede de prová-lo. [...] O ceticismo não é o contrário do racionalismo; é um racionalismo lúcido e leva às últimas consequências – até o ponto em que a razão, por rigor, chega a duvidar da sua aparente certeza. Pois o que prova uma aparência?

A sofística é outra coisa: não pensar que nada é certo, mas pensar que nada é verdadeiro. Isso nem Montaigne nem Hume jamais escreveram. Como, se tivessem acreditado, teriam podido filosofar e por que teriam filosofado? O ceticismo é o contrário do dogmatismo; a sofística, o contrário do racionalismo ou mesmo da filosofia. Se nada fosse verdadeiro, que restaria da nossa razão? Como poderíamos discutir, argumentar, conhecer? 'A cada qual sua verdade'? Se fosse assim, já não haveria verdade nenhuma, porque ela só vale se for universal. [...] Quem não vê os perigos que aí se escondem? Se podemos pensar qualquer coisa, podemos fazer qualquer coisa: a sofística conduz ao niilismo, assim como o niilismo leva à barbárie. [...]

É por isso que é necessário buscar a verdade, como dizia Platão, 'com toda a alma' – e tanto mais por não ser a alma outra coisa, talvez, que essa busca mesma.

E é por isso que, também, nunca acabaremos de buscar. Não porque não conhecemos nada, o que não é muito verossímil, mas porque nunca conhecemos tudo. O grande Aristóteles, com seu habitual senso de proporção, diz uma coisa impecável: 'A busca da verdade é ao mesmo tempo difícil e fácil: ninguém pode alcançá-la absolutamente, nem deixá-la escapar totalmente'.

Entre a ignorância absoluta e o saber absoluto, há lugar para o conhecimento e para o progresso dos conhecimentos."

COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 57-64.

Inconteste: que não se contestou; que não se põe em dúvida ou em questão.

Sofística: no contexto, parte da lógica que estuda os sofismas ou argumentos falaciosos, que dão a ilusão de validade.

Etimologia

Niilismo. Do latim *nihil*, "nada". É a posição de quem não acredita em nada ou de quem perdeu valores e objetivos.

Questões

1. Se os conhecimentos não são absolutos, pode-se dizer que são relativos, isto é, que a verdade depende de cada um?
2. Que distinção é feita entre o ceticismo e a sofística?
3. Posicione-se a respeito da oposição dogmatismo × ceticismo e discuta suas ideias com um colega.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Quais são as principais características do conhecimento intuitivo?
2. O que é o conhecimento discursivo? Dê exemplos diferentes dos já citados.
3. Explique em que consiste o critério da evidência.
4. Que filósofos contribuíram para abalar o critério da evidência?

Aplicando os conceitos

5. Vilém Flusser, filósofo tcheco naturalizado brasileiro, escreveu na obra *A dúvida* (São Paulo: Annablume, 2011): "Kant afirmava que o ceticismo é um lugar de descanso para a razão, embora não seja uma moradia". Explique como Kant entendia os limites e possibilidades do conhecimento a partir dessa citação.
6. Em um livro para crianças chamado *Mania de explicação* (São Paulo: Salamandra, 2001), Adriana Falcão diz: "Certeza é quando a ideia cansa e para". Explique o sentido filosófico que pode ser dado à frase.
7. Defina os conceitos a seguir usando dicionários e discutindo em grupo. Em seguida, redijam frases para cada um dos três grupos de palavras.
   a) Erro e ilusão.
   b) Verdade e veracidade.
   c) Opinião, crença e hipótese.
8. Observe, ao lado, a reprodução de uma pintura de Johannes Vermeer (1632-1675) e outra de Han van Meegeren (1889-1947). Meegeren foi um falsário que imitava o estilo dos pintores holandeses. Apesar de falsas, suas telas eram tão boas que foram adquiridas pelo Museu de Amsterdam. Em seguida, responda às perguntas.
   a) Em que sentido as telas de Vermeer e de Meegeren são reais?
   b) E em que sentido a tela de Meegeren é falsa?



JOHANNES VERMEER – RIJKSMUSEUM AMSTERDAM, HOLANDA



HAN VAN MEEGEREN – RIJKSMUSEUM AMSTERDAM, HOLANDA

À esquerda, *Mulher de azul lendo uma carta* (1663-1664), pintura de Johannes Vermeer; à direita, *Mulher lendo uma carta* (1935), pintura de Han van Meegeren.

9. Leia o trecho e responda às questões.

> Existe em Montaigne uma profunda consciência da interpenetração entre intelecto e sensibilidade, razão e paixões, que faz do homem uma criatura mista e, a bem dizer, inexplicável. Daí a dificuldade em aceitar uma *objetividade* total do conhecimento, como se a faculdade racional se pudesse exercer de forma completamente independente dos outros aspectos que constituem a realidade humana.
>
> LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Descartes*: a metafísica da modernidade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 40.

   a) Qual é a posição de Montaigne em relação ao conhecimento?
   b) Explique o que diferencia a posição de Montaigne do dogmatismo filosófico.

Dissertação

10. Desenvolva uma dissertação com base no texto a seguir.

> A razão não está situada como um árbitro semidivino acima de nós para resolver nossas disputas; ela funciona *dentro de nós* e *entre nós*. Não só temos que ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações como também – e isso é muito importante e, talvez, mais difícil ainda – devemos desenvolver a capacidade de ser *convencidos* pelas melhores razões, venham de quem vierem.
>
> SAVATER, Fernando. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 44.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 7

Ideologias: as ilusões do conhecimento

Os principais objetivos deste capítulo são: trabalhar o conceito de ideologia e distinguir outros conceitos envolvidos na compreensão desse termo; compreender características ideológicas; analisar situações em que a ideologia se manifesta; comparar as teorias sobre ideologia. Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: ideologia, alienação, intelectual orgânico, agir instrumental e ação comunicativa.



GROSZ, GEORGE/AUTVIS, BRASIL, 2015 - MUSEU STEDELIJK, AMSTERDAM

O agitador (1928), pintura de George Grosz.

Após a Primeira Guerra Mundial, o imperador Guilherme II foi obrigado a abdicar do trono, e a república foi proclamada na Alemanha. O termo República de Weimar se deve ao fato de o projeto de Constituição da jovem república ter sido criado na cidade de Weimar.

George Grosz (1893-1959), artista alemão, foi crítico irônico da guerra, da classe dirigente e de todo poder desmedido. Na tela acima, o "agitador" é Hitler, que surgia no panorama da política alemã e assumiria o poder em 1933. Grosz exprime com sarcasmo o risco que ele representava e combateu-o de modo incansável.

No período que antecedeu o governo nazista, a situação do pós-guerra na República de Weimar despertava insatisfações, às quais Hitler prometia atender (veja a comida e a bebida na parte superior do quadro). No entanto, no lado esquerdo, a bota de cano alto, o cassetete de borracha e, em destaque, o tambor revelam os meios e as condições estabelecidas por Hitler para a satisfação do povo alemão. Grosz insinua, com a representação do tambor, a famosa fala de Hitler: "Eu não sou senão o tambor de reunir", prenunciando sua capacidade de aglutinação popular. Pela história, já sabemos o que se segue: a vitória do poder totalitário e a manipulação de consciências.

1 Conceito geral de ideologia

O sentido mais geral e positivo do conceito de ideologia costuma ser o de conjunto de ideias, crenças ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão.

Nessa definição, a ideologia de um pensador ou a de uma teoria/doutrina seria o corpo sistemático de ideias e o posicionamento interpretativo ante certos fatos. É assim que distinguimos, por exemplo, *ideologia liberal* de *ideologia socialista*, as duas principais visões políticas, sociais e econômicas do nosso tempo. O conceito de ideologia também pode designar a teoria pedagógica que orienta a prática de uma escola ou a ideologia de uma religião, que serve de base para a conduta dos fiéis. Quando lemos um livro, podemos perceber aspectos da ideologia nele subjacente, que denotam a visão de mundo de seu autor.

O termo ideologia foi criado no século XIX por Destutt de Tracy, filósofo e político francês, para designar uma "ciência das ideias". Por meio desse conceito, o autor explica a formação das ideias numa sociedade. Seus seguidores foram chamados *ideólogos* por Napoleão Bonaparte, que deu ao termo uma conotação pejorativa, pois rejeitava as posições políticas daquele grupo. Posteriormente, o conceito foi incorporado ao vocabulário de muitos pensadores, entre eles Comte, Durkheim, Weber e Mannheim, e assumiu sentidos específicos na teoria de cada um deles.

Para saber mais

Os partidos políticos estabelecem as bases ideológicas que fornecem as diretrizes de ação a seus filiados e políticos em exercício, daí a importância da fidelidade partidária. No entanto, com frequência, não é isso que tem ocorrido, o que distorce o principal significado de "pertencer a um partido".

2 Conceito marxista de ideologia

Veremos agora a concepção de ideologia defendida por Karl Marx, revisitada com novas nuanças por outros filósofos, marxistas ou não.

Karl Marx e Friedrich Engels, fundadores do chamado *socialismo científico*, elaboraram o conceito de ideologia que se tornou o mais utilizado pelos intelectuais. Esses pensadores advertiram sobre o conhecimento ilusório que mascara os conflitos sociais. Portanto, de acordo com essa concepção, prevalece o sentido negativo de *instrumento de dominação* de uma classe sobre outra.

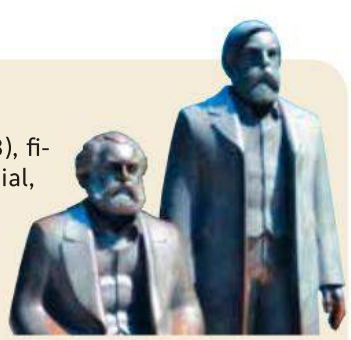
Para compreendermos o conceito marxista de ideologia, é preciso analisar o significado de *alienação*.* Para Marx, a alienação manifesta-se na vida do operário quando o produto do seu trabalho deixa de lhe pertencer. Ao vender sua força de trabalho, não mais decide sobre salário, horário e ritmo de trabalho; e, por ser comandado de fora, deixa de ser o centro de si mesmo, tornando-se "alheio", "estranho" a si próprio; alienado, portanto.

Esse estado de coisas é típico de sociedades divididas em classes, em que há trabalhadores explorados, sem autonomia, e predomina a separação entre o trabalho manual e o intelectual.

Por que o operário não reage a essa situação? Marx explica que a ideologia impede a tomada de consciência da alienação e, assim, mantém a coesão social sem recurso à violência. Na obra *A ideologia alemã*, em que Marx e Engels introduzem o termo "ideologia", os filósofos criticam os pensadores hegelianos, cujas reflexões tomavam por base ideias abstratas. A concepção materialista da história, ao contrário, defende que se deve examinar primeiro o modo de produção capitalista para só então analisar como são produzidas as ideias nessa realidade concreta.

Em que consiste, portanto, a ideologia para Marx? *Ideologia é o conjunto de representações e ideias, bem como de normas de conduta, por meio das quais o indivíduo é levado a pensar, sentir e agir da maneira que convém à classe que detém o poder.*

Quem são?



HEIKO KUEVERLING/SHUTTERSTOCK

Escultura de bronze em homenagem a Karl Marx (representado à esquerda) e Friedrich Engels (à direita), em Berlim (Alemanha). Foto de 2012.

Karl Marx (1818-1883), filósofo, cientista social, historiador e revolucionário alemão, nasceu em Trier, de uma família judia convertida ao protestantismo. Seu amigo **Friedrich Engels** (1820-1895), interlocutor intelectual constante, era industrial e pôde, por diversas vezes, ajudar Marx financeiramente nos momentos mais críticos de sua vida pessoal. Marx e Engels exerceram papel-chave na Primeira Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores), que tinha em vista aglutinar as ações dos trabalhadores e coordenar suas reivindicações. Juntos, escreveram o *Manifesto comunista* (marco para a constituição do socialismo, escrito em 1848), *A ideologia alemã* e *A sagrada família*.

* O tema da alienação é analisado nos capítulos 5, "Trabalho, consumo e lazer", e 21, "Teorias socialistas".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ideologia distorce a realidade porque camufla os conflitos existentes no seio da sociedade, apresentando-a como una e harmônica, o que dá a ilusão de que todos os indivíduos partilham interesses e ideais.

Portanto, a ideologia:

- constitui um corpo sistemático de representações que nos "ensinam" a pensar e de normas que nos "ensinam" a agir;
- determina a relação entre os indivíduos e as condições de existência deles, adaptando-os às tarefas prefixadas pela sociedade;
- camufla as diferenças de classe e os conflitos sociais, ora concebendo a sociedade como "una e harmônica", ora justificando as diferenças existentes;
- garante a coesão social e a aceitação acrítica das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da "vontade divina", do "dever moral" ou simplesmente como decorrência da "ordem natural das coisas";
- mantém a dominação de uma classe sobre outra.

Características da ideologia

O fato de a ideologia ser um conhecimento ilusório não significa que seja uma mentira inventada pela classe dominante para subjugar a classe dominada. Mesmo porque os que se beneficiam dos privilégios por ela estabelecidos estão igualmente convencidos da verdade dessas ideias.

Vamos então distinguir as características da ideologia.

a) Naturalização

A naturalização consiste em aceitar como naturais situações que resultam da ação humana e, como tais, têm origem histórica. Por exemplo: a afirmação de que desde sempre existiram pobres e ricos e de que é impossível mudar esse estado de coisas. Assim diz o dramaturgo Bertolt Brecht na peça *A exceção e a regra*:

.....

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural! [...]
A fim de que nada passe por ser imutável. [...]
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
Que tudo que seja dito ser habitual,
Cause inquietação.
Na regra é preciso descobrir o abuso.
E sempre que o abuso for encontrado,
É preciso encontrar o remédio.

BRECHT, Bertolt. A exceção e a regra. In: PEIXOTO, Fernando. *Brecht*: vida e obra. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1968. p. 123-125.

.....



ANGELI

Charge do cartunista Angeli (2005). A charge ironiza a ideia naturalizada de que a distância entre pobres e ricos é insuperável. Em tom crítico, destaca o temor de uma minoria de se proletarizar.

b) Universalização

Por meio da universalização, os valores da classe dominante são estendidos aos que a ela se submetem. É assim que a empregada doméstica "boazinha" não questiona o salário nem reclama se trabalha além do horário. Em 2015, apesar de protestos de alguns setores, foi sancionada a Lei Complementar n. 150, que garante a profissionalização da categoria de empregados domésticos.

c) Abstração e aparecer social

A universalidade das ideias e dos valores resulta de uma *abstração* por não se referir ao concreto, mas ao *aparecer social*. A sociedade "una e harmônica" é uma abstração porque, ao analisarmos concretamente as relações sociais, descobrimos a divisão em classes e os conflitos de interesses.

Por exemplo, é difícil contestar que "o trabalho dignifica" e que é condição de nossa humanização. Mas essa afirmação é ideológica se considerarmos apenas a *ideia de trabalho*, sem a análise da situação concreta e histórico-social em que de fato é realizado. Nesse caso, o que descobrimos pode ser exatamente o contrário: o trabalho alienado e embrutecido.

Basta saber que no tempo de Marx as indústrias inglesas contratavam trabalhadores para uma jornada extenuante, sem direito a férias, a aposentadoria e a auxílio para doença ou invalidez, além de arregimentarem crianças e mulheres como mão de obra mais barata.

Insólito: que não é habitual; estranho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

d) Lacuna

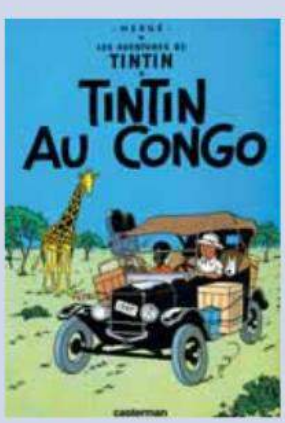
A universalização e a abstração supõem lacunas ou ocultação de algo que não pode ser explicitado, sob pena de desmascarar a ideologia. Por isso a ideologia é ilusória, não no sentido de ser "falsa" ou "errada", mas por ser uma aparência que esconde a maneira pela qual a realidade social foi produzida. Dizer que "o salário paga o trabalho" pode ser lacunar quando, analisando a gênese do trabalho assalariado, descobrimos a mais-valia. Para Marx, a mais-valia é a forma específica que assume a exploração, uma vez que o operário produz mais do que foi calculado, mas a parte do trabalho excedente não lhe é paga, servindo para aumentar cada vez mais o capital.

e) Inversão

A ideologia representa a realidade invertida, ou seja, o que seria a *origem* da realidade é posto como *produto* e vice-versa; o que seria *efeito* é tomado como *causa*. Exemplificando: segundo a ideologia burguesa, a desigualdade social resulta de diferenças individuais, porque os indivíduos são desiguais por natureza, e a desigualdade social é, portanto, inevitável.

Para refletir

Hergé – pseudônimo do quadrinista belga Georges Rémi (1907-1983) – legou-nos uma vasta produção de tiras. Publicadas até hoje, algumas de suas histórias causaram muita polêmica, sobretudo as da série *As aventuras de Tintin*. Em *Tintin no Congo*, de 1931, os africanos são caracterizados como primitivos ingênuos. Algo semelhante ocorreu com *Tintin no país dos sovietes*, em que os bolcheviques são vistos como seres maléficos e perigosos. Mais tarde, o próprio Hergé defendeu-se, alegando sua inexperiência e também o momento político vivido no início da década de 1930, quando as histórias foram publicadas. A visão eurocêntrica justificava a colonização do Congo pela Bélgica, e as nações liberais temiam a influência da Revolução Russa e repudiavam o comunismo.



HERGÉ - EDITORA CASTERMAN

Capa da edição de 1970 do livro *Tintin no Congo*, de Hergé.

Com base no conceito de ideologia e em suas características, relacione eurocentrismo e colonização. Em seguida, posicione-se sobre o assunto.

Para Marx, contudo, a divisão social do trabalho e das relações de produção é, de fato, a causa da desigualdade social. Se o filho do operário não melhora o padrão de vida, a explicação ideológica atribui o insucesso à incompetência, à falta de vontade e à indisciplina. É verdade que não se pode ignorar as diferenças entre as habilidades e aptidões individuais. Entretanto, pelo enfoque ideológico, o sucesso dependeria apenas da competência pessoal, sem considerar as dificuldades impostas pela divisão de classes. É como se em uma corrida alguns participantes largassem bem na frente apenas por terem maior renda.

3 Ideologia em ação

Com base no exposto, passemos ao exame de alguns espaços em que a ideologia é veiculada e onde ela poderá ser mais facilmente identificada e criticada.

Histórias em quadrinhos

Os quadrinhos são um fenômeno característico da cultura de massa e, sob esse aspecto, visam ao entretenimento e lazer. Além disso, exercem a função mítica e fabuladora típica das obras de ficção, o que os torna representantes de uma nova linguagem artística.

Como qualquer produção cultural, os quadrinhos encerram ambiguidade: servem à consciência e ao conhecimento, mas podem também servir à alienação. Por isso, a crítica aos quadrinhos e a outras manifestações culturais de massa, como o cinema, a novela, o *reality show* etc., não pode ser simplista. Há produções que, mesmo sem perder a dimensão de divertimento e prazer, propiciam uma visão crítica da sociedade.

Quadrinistas atuais têm inovado com obras baseadas em fatos reais. Um exemplo é Art Spiegelman, que relata a luta do pai para sobreviver ao Holocausto nas páginas de *Maus* (termo alemão para "rato"). Outro caso é o da iraniana Marjane Satrapi, que, em *Persépolis*, conta como vivia no seio de uma família liberal até a introdução de um rígido islamismo na república dos aiatolás, o que resultou em cerceamento da liberdade e controle do pensamento.

No Brasil, cartunistas como Angeli, Ziraldo, Glauco, os irmãos Caruso, Fernando Gonsales, Laerte e Adão Iturrusgarai aproveitam temas e situações do imaginário nacional para expressar e questionar o "pensar brasileiro".

Existe ainda uma vasta produção de charges, muitas delas de conotação política, que recorrem ao humor ácido da sátira. Às vezes os atingidos por elas buscam meios de censurá-las, como se tornou frequente durante o período da ditadura militar brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FERNANDO GONSALES

Níquel náusea (2013), tira de Fernando Gonsales.

A tirinha permite inúmeras interpretações. A expressão "ovelha negra" pode ter duplo sentido: ser compreendida literalmente como ovelha de cor preta ou como alguém que se desvia do "rebanho", ou seja, um crítico do sistema. Na década de 1960, o cabelo *black power* (poder negro) significou a luta pelo autorreconhecimento da própria beleza pelos negros que se recusavam a alisar os cabelos, conforme o lema *black is beautiful* (negro é bonito). No entanto, a apropriação do comportamento rebelde pelos demais, quando realizada por meio da propaganda, faz perder a força crítica, como no caso de o estilo *black power* ser incorporado pelas ovelhas por simples modismo.

Publicidade

Ao divulgar a qualidade do que é produzido pelo mercado e comunicar ideias, estilos de vida e convicções éticas e políticas, a publicidade cumpre o papel de esclarecer o consumidor sobre a qualidade dos produtos à venda; ou, ainda, de informar o eleitor a respeito do perfil dos candidatos que concorrem a uma eleição, para que seja feita uma escolha consciente. No entanto, existem riscos. Como vivemos em uma época de consumismo exacerbado, as pessoas podem ser levadas a comprar muito mais do que necessitam, pressionadas por desejos artificialmente estimulados. Mas não só. Ao mesmo tempo que vende um produto, a publicidade pode vender o "desejo de subir na vida", o "ideal da eterna juventude", o "modelo de beleza" e tantos outros paradigmas que orientam ideologicamente as aspirações e o comportamento das pessoas.

Do ponto de vista de eleições, o *marketing* político pode criar uma imagem falsa do candidato para conseguir o apoio do eleitor. Temos também outros exemplos, como a experiência histórica de governos autoritários que fazem propaganda política ideológica.

Mídia

A divulgação de ideias é possível também pelos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádio, tevê, internet. Na *web*, além da troca de mensagens entre particulares, dispomos de redes sociais, da difusão de versões *on-line* de inúmeras publicações e de páginas pessoais (*blogs*) que expressam as tendências ideológicas de seus autores.

Existem jornalistas e repórteres investigativos que, além de relatar e comentar fatos, trazem à luz aspectos importantes para a compreensão das notícias. Nesse sentido, a imprensa seria formadora de opinião, o que, em tese, representaria algo positivo.

No entanto, nenhum relato é totalmente neutro, porque sempre existem interpretações subjetivas de qualquer acontecimento. Além disso, devido ao volume de notícias divulgadas, pode-se ressaltar alguns aspectos e descartar outros como menos importantes. Embora se trate de recurso necessário, acontecimentos que deveriam ser divulgados são, às vezes, intencionalmente ocultados dos cidadãos e informações tendenciosas deformam os fatos.

A diferença entre a informação ideológica e a não ideológica é que a primeira veicula interesses de grupos restritos e, desse modo, se transforma em instrumento de poder, impedindo o pluralismo de ideias. Já a informação não ideológica é aberta a discussão e oferece espaço para o debate e a divergência de opiniões.

Portanto, a liberdade de imprensa e o pluralismo são importantes para possibilitar o acesso a diversos veículos de informação e a comparação de interpretações. Vale ressaltar, porém, as dificuldades enfrentadas por revistas e jornais alternativos para alcançar uma difusão significativa, devido à concorrência da grande mídia.



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES - COLEÇÃO PARTICULAR

Propaganda de recrutamento do Exército estadunidense (1917), criada por James Montgomery Flagg. No cartaz, Tio Sam, símbolo dos Estados Unidos, convoca os jovens para a guerra por meio da frase: *I want you for U.S. Army* (Eu quero você para o Exército estadunidense). Essa é uma das mais difundidas e reconhecíveis peças de propaganda militar no mundo moderno, criada no período da Primeira Guerra Mundial e reutilizada na Segunda Guerra Mundial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir

É um bom hábito informar-se sobre um fato por meio de noticiários de orientação sabidamente diferentes. Vamos tentar? Selecione um fato em evidência na mídia e leia sobre ele em pelo menos quatro fontes, entre diferentes jornais, revistas, *sites* e *blogs*.

4 Outras concepções de ideologia

Nos escritos de Marx, o conceito de ideologia preservou o sentido negativo do termo – de conhecimento distorcido da realidade social. Como a obra *A ideologia alemã*, dele e de Engels, foi publicada postumamente e permaneceu por muito tempo desconhecida, pensadores marxistas posteriores, como Lênin – gestor da Revolução Russa de 1917 –, ampliaram o significado do conceito. A ideologia adquiriu um sentido positivo: conjunto de ideias elaboradas pelo proletariado, explicitando seus interesses, em contraposição à visão de mundo da classe dominante. É assim que Lênin usa a expressão "ideologia comunista". Vejamos outros significados para o conceito.

Gramsci e a hegemonia

O filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), um dos fundadores do Partido Comunista Italiano em 1921, desenvolveu conceitos marxistas no sentido de evitar a orientação mecanicista daqueles que percebiam a classe dominada como joguete das forças produtivas. Sem negar a dominação, fortaleceu a concepção de um proletariado atuante na luta para assumir seus próprios valores, estratégia para evitar a submissão.

Para Gramsci, de início a ideologia tem a função positiva de atuar como *cimento* da estrutura social, quando um grupo exerce liderança moral e intelectual capaz de unificar uma variedade de aliados, formando um bloco social de forças. Em seguida, quando incorporada ao senso comum, a ideologia estabelece o consenso, conferindo hegemonia à nova classe, que passará a ser dominante.

Os conflitos entre burgueses e proletários exigem destes últimos a elaboração intelectual de seus próprios valores, uma vez que a ideologia vigente reflete os interesses da classe dominante, a burguesia. Enquanto os intelectuais tradicionais geralmente pertencem à burguesia, o proletariado precisará de *intelectuais orgânicos*, assim chamados porque surgem "organicamente" de suas próprias fileiras e que permitirão ao proletariado assumir "a consciência de sua missão histórica". Nesse processo, Gramsci valoriza a atuação do partido como organizador das massas e como suporte da unidade do bloco social.

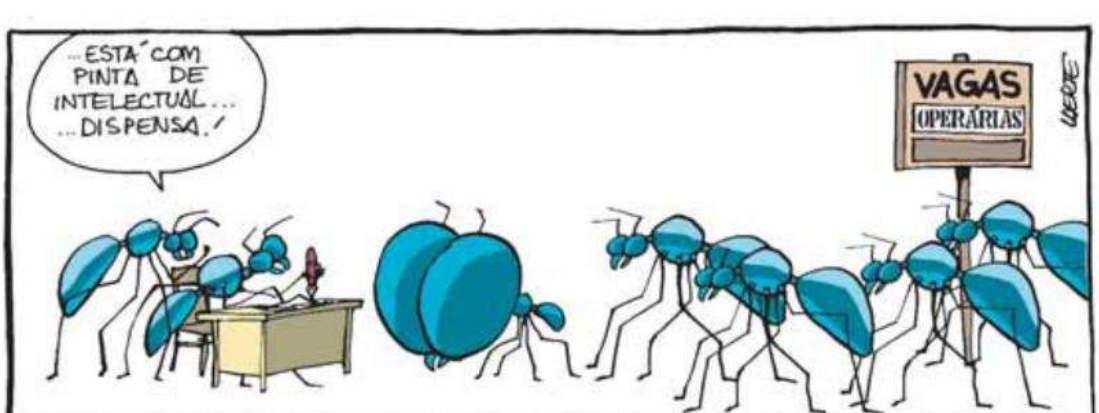
Habermas: ciência e ideologia

Filósofos de orientação marxista reinterpretaram o conceito de ideologia com base nas novas circunstâncias da vida contemporânea. Entre eles, Jürgen Habermas (1929), que fez parte da segunda fase da Escola de Frankfurt, relacionou *ciência*, *técnica* e *ideologia* para compreender como a *consciência tecnocrática* do mundo atual impõe-se em nome da *economia* e da *eficiência*. Na sociedade industrial avançada do último século, é possível identificar o caráter ideológico das decisões tomadas por administradores e especialistas, ainda quando elas são justificadas em termos técnicos aparentemente neutros e não ideológicos.

Etimologia

Hegemonia. Do grego *hegemon*, "chefe", significa "supremacia", "liderança".

LAERTE



Vagas operárias (2004), tirinha de Laerte. A formiga dispensada parece ser uma "intelectual orgânica". Saída da massa operária, é recusada pelo seu potencial de conscientização.

Laerte ironiza o temor dos empregadores com relação ao que eles costumam chamar de "operários agitadores". O tema pode favorecer a discussão sobre a teoria gramsciana de hegemonia, pela qual o filósofo defende a formação do intelectual orgânico, saído das massas trabalhadoras, para a conscientização e mobilização política da classe a que pertence.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Habermas distingue o *agir instrumental* da *ação comunicativa*:

- O *agir instrumental* diz respeito ao *mundo do trabalho*. Por meio dele, aprendemos a desenvolver habilidades baseadas em regras segundo um saber empírico que visa a objetivos orientados para o sucesso e a eficácia da ação. Desse modo, na economia, o valor é o dinheiro; na política, o poder; na técnica, a eficácia.
- O *agir comunicativo* refere-se ao *mundo da vida* e baseia-se nas regras de sociabilidade. Nesse âmbito, tarefas e habilidades repousam principalmente sobre regras morais de interação. Pela comunicação livre de dominação, as pessoas procuram chegar ao consenso, ao entendimento mútuo, expressando sentimentos, expectativas, concordância ou discordância, visando ao bem-estar de cada um. Trata-se do modo como deveriam ser regidas as relações em esferas como família, comunidades, organizações artísticas, científicas, culturais etc.

Onde está o problema? O problema surge quando a racionalidade instrumental estende-se para outros domínios da vida pessoal nos quais deveria prevalecer a ação comunicativa.

A intromissão da ação instrumental em outros domínios da vida empobrece a subjetividade humana e as relações afetivas. Com ela, as ações são avaliadas por sua eficácia, e não por serem justas ou injustas. Em outras palavras, os valores éticos e políticos são tratados do ponto de vista técnico, adequando-se aos fins propostos pelo sistema. As ações orientam-se pela competição, pelo individualismo, pela busca do rendimento. Desse modo, a ciência e a técnica transformam-se em instrumentos ideológicos.

A saída desse impasse está em recuperar o agir comunicativo naqueles espaços em que ele foi "colonizado" pelo agir instrumental. Do ponto de vista político isso significa que, para Habermas, a emancipação não mais depende da revolução, como propôs Marx, mas do aperfeiçoamento dos instrumentos de participação dentro da sociedade, respeitando-se o estado de direito.

Ricoeur: interpretação e ideologia

O filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), representante de um método de interpretação denominado *hermenêutica*, analisou os filósofos Marx, Nietzsche e Freud – por ele denominados "mestres da suspeita" –, pensadores que suspeitaram das ilusões da consciência.

Ao se debruçar sobre a ideologia marxista, disse pretender "*cruzar* Marx, sem segui-lo nem tampouco combatê-lo". Nesse sentido, criticou a noção marxista de ideologia como instrumento de dominação de uma classe sobre outra, porque o "homem da suspeita" pensa estar isento da deformação ideológica que denuncia, como explica:

> Admite-se com muita facilidade que o homem da suspeita está isento da tara que ele denuncia: a ideologia é o pensamento do meu adversário; é o pensamento do outro. Ele não sabe, eu, porém, sei. Ora, a questão é a de saber se existe um ponto de vista sobre a ação que seja capaz de escapar à condição ideológica do conhecimento engajado na práxis.
>
> RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 65.

Ricoeur não nega, porém, a ideologia, mas faz sua crítica no contexto de uma interpretação historicamente situada, sem desmerecer o esforço para reinterpretar nossas heranças culturais, no sentido de encontrar "um grau de verdade ao qual nos é possível aspirar".

5 Questionamento e conscientização

A ideologia está presente no cotidiano. Os produtos culturais, os bens e serviços à nossa disposição, as instituições, como escolas, fábricas, igrejas, imprensa falada e escrita etc., podem ser instrumentos de inculcação da ideologia quando nos passam a ilusão de que as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais são naturais e, portanto, não podemos mudá-las. Ao mesmo tempo, exatamente nos espaços em que a ideologia se manifesta é que se poderá aprender, refletir e mudar. A identificação da ideologia se faz pela disponibilidade ao questionamento.

Em que, então, o discurso não ideológico distingue-se da ideologia? Vimos que o discurso ideológico naturaliza, universaliza, é abstrato e lacunar, analisa a realidade de forma invertida e separa o pensar do agir. Cabe ao discurso não ideológico identificar as distorções e demonstrar como elas foram produzidas historicamente. Além disso, esse discurso visa restabelecer a relação entre ação e reflexão, a fim de não reduzi-las a verdades e procedimentos definitivos.

Práxis: para o marxismo, esse termo não se identifica com a prática, mas significa "a união dialética da teoria e da prática".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

A ideologia alemã

"A produção de ideias, de representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...]

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...]

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência. [...]

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. [...]

A divisão do trabalho, [...] como uma das forças principais da história até aqui, expressa-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, de tal modo que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões dessa classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com essas ideias e ilusões de maneira mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm pouco tempo para produzir ideias e ilusões acerca de si próprios."

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 36-38; 72-73.

Questões

1. A afirmação de que a filosofia alemã "desce do céu à terra" faz referência a qual filósofo? O que significa dizer que "aqui se ascende da terra ao céu"?
2. Identifique no texto outra passagem que reforce a segunda frase da questão anterior.
3. Reescreva os dois últimos parágrafos com suas próprias palavras, mostrando como Marx explica o surgimento da ideologia.
4. Explique como a teoria de Gramsci complementa a de Marx ao indicar uma saída para a classe dominada diante da força da ideologia.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual é o sentido comum de ideologia?
2. Por que, segundo Marx, a ideologia é uma distorção da realidade?
3. Aplique os conceitos adequados (lacuna, inversão, aparecer social, universalização, abstração) às afirmações a seguir e justifique sua resposta.
   a) O Estado é uma instituição que está a serviço de todos os cidadãos.
   b) O sucesso na vida depende do esforço de cada um.
   c) A sociedade é como uma orquestra: cada instrumento compõe a harmonia do todo.
4. Explique qual é o significado do conceito de ideologia para Gramsci.
5. Explique: ao analisar os conceitos de agir instrumental e agir comunicativo, Habermas identifica o risco de a ciência e a técnica se transformarem em instrumentos ideológicos.

Aplicando os conceitos

6. Leia a citação a seguir, da filósofa Marilena Chaui. Considerando as características da ideologia, explique por que, para a filósofa, a família é uma construção ideológica.

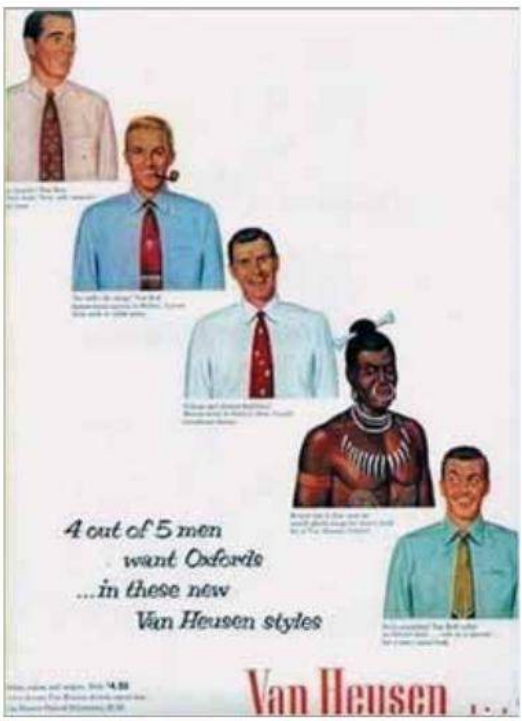
.....

[...] na ideologia burguesa, a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto em decorrência das condições históricas quanto em decorrência da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrário, a família é representada como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela se aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor dos pais pelos filhos, com o respeito e temor dos filhos pelos pais, com o amor fraterno). Estamos, pois, diante da ideia da família e não diante da realidade histórico-social da família.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 88. (Coleção Primeiros Passos)

.....

7. Pesquise e transcreva o poema de Carlos Drummond de Andrade *Eu, etiqueta*: "Em minha calça está grudado um nome / que não é meu de batismo ou de cartório / um nome... estranho" (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 85-87.). Em seguida, atenda às questões.
   a) Analise a crítica que o poeta faz ao consumismo exacerbado.
   b) O trecho "É duro andar na moda, ainda que a moda / seja negar minha identidade" expressa alienação. Transcreva outros exemplos.
   c) A frase "eu que antes era e me sabia" refere-se a uma condição de não alienação. Identifique expressões semelhantes a essa no poema.
8. Apesar de antiga, a peça publicitária abaixo veicula conteúdo ideológico, defendendo valores que podem estar presentes em campanhas publicitárias atuais. Observe-a e responda às questões.



REPRODUÇÃO

Campanha publicitária de camisaria estadunidense, de 1952. A tradução é: "4 entre 5 homens desejam Oxfords... nesses novos estilos Van Heusen".

   a) Quais os valores expressos nessa propaganda?
   b) De que maneira essa propaganda se utiliza da ideologia para estimular a compra dos produtos que anuncia?

Atividade em grupo

9. Em grupo, selecionem em revistas, jornais ou na internet e apresentem para a classe exemplos de:
   - quadrinhos com características ideológicas;
   - charges políticas.

Dissertação

10. Com base na citação abaixo, redija uma dissertação relacionando o tema com o que vimos sobre ideologia.

.....

O importante não é o que fazem de nós, mas o que nós próprios fazemos daquilo que fazem de nós.

SARTRE, Jean-Paul. In: JEANSON, Francis. *Sartre por ele próprio*. Lisboa: Portugália, 1965. p. 73.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 8

Lógica: aristotélica e simbólica

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender a importância da lógica; identificar falácias; distinguir argumentos válidos dos não válidos; aplicar regras dos silogismos; identificar diferentes tipos de argumentos; conhecer os conectivos lógicos.
Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: argumento, falácia, validade, proposição, princípios da lógica e conectivos lógicos, dedução, indução, analogia, lógica simbólica e lógica proposicional.

Leia este aforismo de Pascal e analise a tirinha.

É justo que o que é justo seja seguido. É necessário que o que é mais forte seja seguido. A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica. A justiça sem a força será contestada, porque há sempre maus; a força sem a justiça será acusada. É preciso, pois, reunir a justiça e a força; e, dessa forma, fazer com que o que é justo seja forte, e o que é forte seja justo. A justiça é sujeita a disputas: a força é muito reconhecível, e sem disputa. Assim, não se pôde dar a força à justiça, porque a força contradisse a justiça, dizendo que esta era injusta, e que ela é que era justa; e assim, não podendo fazer com que o que é justo fosse forte, fez-se com que o que é forte fosse justo.

PASCAL. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 117. (Coleção Os Pensadores)

© 2015 KING FEATURES SYNDICATE/IPRESS



Hagar (2014), tirinha de Chris Browne.

Esta é uma oportunidade para os alunos resgatarem de sua própria experiência pessoal fatos que tenham gerado conclusões aparentemente verdadeiras, mas que eles descobriram em algum momento estarem equivocadas. Muitas discussões sobre violência urbana repetem falsos raciocínios que geram maior violência. Por exemplo: as prisões estão cheias de negros e pobres, portanto, são eles os responsáveis pelo aumento da violência urbana.

No fragmento de Pascal, embora as noções de justiça e força sejam tomadas nitidamente como distintas, o autor se empenha em mesclá-las, reconhecendo a dependência entre elas. Para o filósofo, se a força contradiz a justiça e a justiça acusa a força, ambas se excluem, por isso defende que é preciso reuni-las, desde que a força esteja a serviço da justiça.

Na tirinha de Hagar, são contrapostas duas formas de poder: o poder da espada, que remete à força, e o poder da pena, que se refere às ideias. Hagar considera efetivo apenas o que se impõe por meio da força, e por isso não vê a pena como possibilidade de diálogo, mas como algo capaz de matar o inimigo. Hagar não percebe que a arte da argumentação é importante porque o convencimento é feito pelo diálogo, pela troca de ideias, até se chegar ao consenso. E caso não se firme um acordo, é necessário saber aguardar novas discussões sem violência, o que é um dos projetos da convivência civilizada.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Por que estudar lógica?

A lógica faz parte do nosso cotidiano. Na família, no trabalho, no lazer, na política, enfim, sempre que nos dispomos a conversar com as pessoas, usamos argumentos para expor e defender nossos pontos de vista. Os pais discutem com seus filhos adolescentes sobre o que podem ou não fazer, e os filhos contra-argumentam.

Nos encontros entre amigos nem sempre todos têm opinião idêntica a respeito de assuntos como a fidelidade nas relações amorosas, a importância ou não da política, o aborto como solução de uma gravidez não desejada, a clonagem de humanos etc. Essas situações nos levam a usar argumentos para defender nosso modo de pensar.

Outras vezes, porém, desejamos persuadir alguém a respeito das ideias que defendemos. Por exemplo, um político faz promessas tendo em vista o voto do eleitor, um advogado quer convencer o juiz da inocência do seu cliente, o gerente defende a implementação de estratégias submetidas à avaliação dos proprietários da empresa, o vendedor dá as razões da superioridade do seu produto ao eventual comprador. Nesses casos, não se trata apenas de simples exposição de raciocínio, porque se apela também para a emoção, a fim de melhor convencer o interlocutor. Essas técnicas são conhecidas da *retórica*, a arte do discurso persuasivo.

O que nos interessa neste capítulo, porém, não é a persuasão, mas a lógica como instrumento organizador das ideias de maneira mais rigorosa, a fim de chegar a conclusões adequadas e evitar o erro. Ou seja, a lógica é um instrumento da razão que nos ajuda a distinguir uma conclusão correta da falsa, um argumento válido do não válido.

Para saber mais

Os sofistas e Platão já tinham tratado de questões lógicas, mas nenhum deles o fez com a amplitude e o rigor alcançados por Aristóteles (c. 384-322 a.C.). O próprio filósofo, porém, não usou o nome "lógica", termo que só apareceu mais tarde, talvez no século III a.C., com os estoicos. As diversas obras sobre lógica foram reunidas com o título de *Organon*, que significa "instrumento" (e, no caso, instrumento para se proceder corretamente no pensar).

2 Começando pelas falácias

Os argumentos que nos levam a enganos são muito comuns, por isso começaremos por eles. Em seguida, analisaremos as regras do pensamento correto.

Falácias são argumentos não válidos. Se observarmos a etimologia do termo falácia, perceberemos que existe uma nuança entre "estar enganado" e "trapacear". Alguns teóricos chamam o primeiro caso de *paralogismo*, um raciocínio enganoso, em que o erro não é intencional. Já o segundo, costuma-se chamar *sofisma*, por existir a intenção de enganar.

Vejamos alguns tipos de falácia.

- O *argumento de autoridade* é um raciocínio aceitável, desde que a autoridade seja um conhecedor do assunto. Assim, ao consultarmos um médico, seguimos suas prescrições; ou, se o carro apresenta defeito, o levamos a uma oficina mecânica de confiança.

  No entanto, o argumento de autoridade torna-se irrelevante se recorrermos à autoridade de um cientista famoso para justificar posições religiosas ou políticas. Trata-se de um recurso desviante, em que o prestígio da autoridade é transferido para outro setor que não é da sua competência. Esse recurso aparece com frequência na publicidade, ao empregar celebridades, que "vendem" de sabonetes a ideias, como propostas políticas de candidatos às eleições.
- O *argumento contra o homem* é um tipo de argumento de autoridade "às avessas", por ser pejorativo e ofensivo. Ocorre quando não aceitamos uma conclusão por basear-se no testemunho de alguém que depreciamos. Por exemplo: desmerecer o valor musical de Richard Wagner por causa de sua suposta adesão aos movimentos antissemitas; ou, ainda, desconsiderar a versão de um mendigo como testemunha de um crime. O argumento contra o homem é irrelevante porque convicções pessoais e posição social nada dizem sobre a validade do raciocínio: nos exemplos dados, o talento musical de Wagner ou a possível veracidade do relato do mendigo.
- A falácia de *generalização apressada* é muito comum; consiste em chegar a conclusões tomando por base apenas um ou poucos fatos: concluir que nenhum médico é confiável devido a uma cirurgia malsucedida; desmerecer a política em geral porque alguns políticos são corruptos; partir do pressuposto de que todos os muçulmanos são violentos e fanáticos religiosos com base no ataque terrorista às torres gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001.

Etimologia

Lógica. Do grego *logos*, "palavra", "expressão", "pensamento", "conceito", "discurso", "razão".
Falácia. Do latim *fallacia*, "engano", "trapaça", "ardil", "estratagema".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- A falácia de *acidente* aplica uma regra geral a circunstâncias particulares e "acidentais" em que seria inaplicável, como pessoas excessivamente legalistas que julgam pela letra fria das normas e das leis, independentemente da análise cuidadosa das circunstâncias específicas dos acontecimentos. É o caso de impedir um deficiente visual de entrar em uma loja com o seu cão-guia por causa da proibição de entrada de animais.
- A falácia da *conclusão irrelevante* ou de *ignorância da questão* consiste em se desviar da questão principal: um advogado habilidoso, não tendo como negar o crime do réu, enfatiza que ele é bom filho, bom marido, trabalhador etc.; um vereador acusado de realizar gastos sem a autorização da Câmara põe em relevo a importância e a urgência das despesas.
- As falácias de *petição de princípio* (ou *raciocínio circular* ou *círculo vicioso*) supõem como conhecido o que é objeto da questão. "Tal ação é injusta porque é condenável; e é condenável porque é injusta." Nesse exemplo, é fácil perceber o erro, mas não ocorre a mesma facilidade neste outro:

> Conceder a todos os homens uma liberdade ilimitada de expressão deverá ser sempre, no conjunto, vantajoso para o Estado; pois é altamente conveniente aos interesses da comunidade que cada indivíduo goze da liberdade perfeitamente ilimitada de expressar os seus sentimentos.
>
> WHATELY, Richard. Lógica. In: AUDI, Robert (Org.). *Dicionário de filosofia de Cambridge*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 785.

- Nas falácias de *ambiguidade* (também chamadas *semânticas* ou de *equívoco*), os conceitos ou enunciados não são suficientemente esclarecidos ou os termos são empregados com sentidos diferentes nas diversas etapas da argumentação. Por exemplo: "O fim de uma coisa é a sua perfeição; a morte é o fim da vida; logo, a morte é a perfeição da vida". Aqui, o termo "fim" é usado em dois sentidos diferentes: "fim" como finalidade e como término.
- As falácias de *falsa causa* (ou *post hoc*) são muito comuns e representam as inúmeras inferências que fazemos no cotidiano ao tomarmos como causa o que não é a causa real. Por exemplo, um torcedor não leva a namorada ao estádio porque ela é "pé-frio", já que da última vez em que ela foi seu time perdeu. O raciocínio é o seguinte: o que veio antes – a companhia da namorada – é causa de seu time ter perdido. As falácias de falsa causa resultam de superstições, como o uso de pé de coelho, entrar com o pé direito em um novo ambiente ou sair pela mesma porta pela qual entrou. Trata-se de falsas conexões de causalidade.

Passaremos agora a examinar alguns conceitos e regras que podem nos ajudar a pensar melhor.

Etimologia

***Post hoc*.** Do latim, "após isto". A expressão completa é: *Post hoc, ergo propter hoc* (Após isto, logo, por causa disto).

3 Fundamentos da argumentação

Até o momento vimos que as falácias recorrem a raciocínios enganosos. Agora, vamos examinar as regras da *argumentação* rigorosa e identificar quando o raciocínio é correto e em que circunstâncias não é válido. Se Aristóteles desenvolveu a lógica tradicional, até hoje utilizada, esta foi aperfeiçoada com a lógica simbólica (final do século XIX), ampliando assim o estudo do tema.

A lógica estuda *métodos* e *princípios* da argumentação, estabelece *regras* da forma correta das operações do pensamento e identifica argumentações não válidas.



FRAZZ, JEF MALLETT © 2010 JEF MALLETT / DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

Frazz (2010), tirinha de Jef Mallett. O estudante questiona a autoridade reconhecida de Pitágoras, mas sua resposta mostra que ele não tem conhecimento para desenvolver uma argumentação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comecemos por esclarecer os principais conceitos deste capítulo:

- O *termo* é um conceito, uma palavra ou expressão: "homem", "animal racional" etc.
- A *proposição* é o juízo, isto é, uma frase em que se afirma ou se nega uma coisa de outra: "Todo cão é mamífero" (Todo C é M) é uma proposição em que o termo "mamífero" afirma-se do termo "cão".
- A *argumentação* é o raciocínio, um encadeamento de proposições que nos leva a uma conclusão, processo nomeado *inferência*. Aristóteles deu especial atenção ao *silogismo*, um tipo de argumentação que veremos adiante.
- As *premissas* são as proposições que antecedem e levam à conclusão.

Termo e proposição

Para compreendermos as regras do silogismo, precisamos nos deter em algumas elucidações importantes, como classificar os tipos de termos e de proposições, distinguindo a *qualidade* e a *quantidade* das proposições, bem como a *extensão* dos termos.

a) Qualidade e quantidade das proposições

Quanto à *qualidade*, as proposições podem ser *afirmativas* ou *negativas*: "Todo C é M" ou "Nenhum C é M".

Quanto à *quantidade*, são *gerais* (universais ou totais): "Todo C é M"; ou *particulares*: "Algum C é M"; estas últimas podem ser singulares, caso se refiram a um só indivíduo: "Este C é M".

Observe:

- "Todo cão é mamífero": proposição universal afirmativa;
- "Nenhum animal é mineral": proposição universal negativa;
- "Algum metal não é sólido": proposição particular negativa;
- "Sócrates é mortal": proposição singular afirmativa.

b) Extensão dos termos

A *extensão de um termo* é sua amplitude, isto é, a coleção de todos os seres que o termo designa no contexto da proposição. É fácil identificar a extensão do sujeito. Exemplo: a flor (o artigo *a* pressupõe a totalidade das flores), alguma flor e esta flor.

No entanto, a *extensão do predicado* exige mais atenção. Para visualizar melhor, vamos representar as proposições por meio dos chamados *diagramas de Euler*.

Etimologia

Premissa. Do latim *praemissa*, "colocada antes".

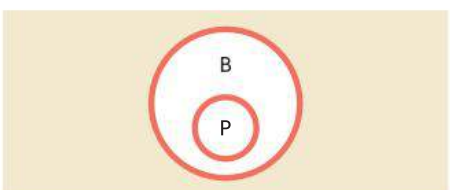
Para saber mais

O matemático suíço Leonhard Euler (1707-1783) criou diagramas para representar os enunciados na lógica. No século seguinte, o lógico e matemático inglês John Venn (1834-1923) os aperfeiçoou, realizando diagramas mais complexos.

Observe os seguintes exemplos:

- Todo paulista é brasileiro (Todo P é B).

Nesse exemplo, o termo "paulista" tem extensão total (está distribuído, referindo-se a todos os paulistas); mas o termo "brasileiro" tem extensão particular (não é tomado universalmente), ou seja, apenas uma parte dos brasileiros é composta de paulistas.



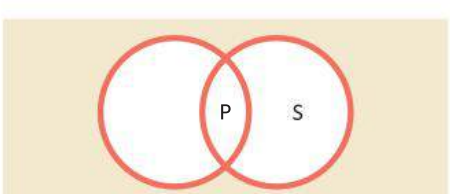
- Nenhum brasileiro é argentino (Todo B não é A).

Aqui, o termo "brasileiro" é total, porque se refere a todos os brasileiros; e o termo "argentino" também é total, porque os brasileiros estão excluídos do conjunto de todos os argentinos.



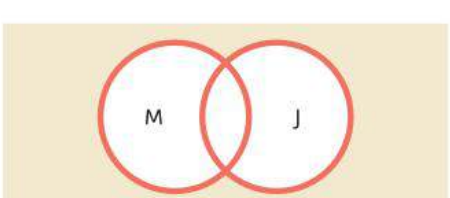
- Algum paulista é solteiro (Algum P é S).

Nessa proposição, ambos os termos têm extensão particular.



- Alguma mulher não é jovem (Alguma M não é J).

Nessa proposição, o termo "mulher" tem extensão particular e o termo "jovem" tem extensão total, ou seja, existe uma mulher que não é nenhuma das pessoas jovens.



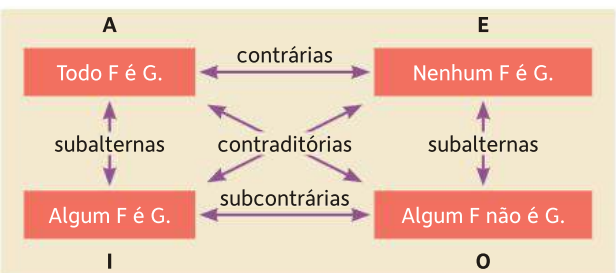
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quadrado de oposições

Com base na classificação das proposições conforme a quantidade e a qualidade, são possíveis diversas combinações, que podem ser visualizadas pelo *quadrado de oposições*, um diagrama que explicita as relações entre proposições contrárias, subcontrárias, contraditórias e subalternas.

Vamos identificar cada proposição com uma vogal: **A** (gerais afirmativas), **E** (gerais negativas), **I** (particulares afirmativas) e **O** (particulares negativas).

Para exemplificar, partimos da proposição geral afirmativa "Todo F é G".



Agora observe:

- As proposições **contrárias** (**A** e **E**) não podem ser ambas verdadeiras, embora possam ser ambas falsas: se "Todo F é G" for verdadeira, "Nenhum F é G" será falsa. Já "Todo F é G" e "Nenhum F é G" podem ser ambas falsas.
- As proposições **subcontrárias** (**I** e **O**) não podem ser ambas falsas, mas ambas podem ser verdadeiras, ou uma verdadeira e a outra falsa: "Algum F é G" e "Algum F não é G" podem ser verdadeiras. Mas, se "Algum F é G" é falsa, então "Algum F não é G" é verdadeira.
- Quanto às **subalternas** (**A** e **I**) e (**E** e **O**), se A é verdadeira, I é verdadeira; se A é falsa, I pode ser verdadeira ou falsa; se I é verdadeira, A pode ser verdadeira ou falsa; se I é falsa, A é falsa. Se E é verdadeira, O é verdadeira; se E é falsa, O pode ser verdadeira ou falsa; se O é verdadeira, E pode ser verdadeira ou falsa; se O é falsa, E é falsa.
- As proposições **contraditórias** (**A** e **O**) e (**E** e **I**) não podem ser ambas verdadeiras ou ambas falsas. Se considerarmos verdadeira a proposição "Todo F é G", "Algum F não é G" será falsa.

Princípios da lógica

As relações entre as proposições verificadas no *quadrado de oposições* se sustentam com base nos *primeiros princípios da lógica*, assim chamados por serem anteriores a qualquer raciocínio. São de conhecimento imediato por serem princípios e, portanto, indemonstráveis.

Geralmente distinguem-se três princípios: *identidade*, *não contradição* e *terceiro excluído*.

- **Princípio de identidade.** Se um enunciado é verdadeiro, então ele é verdadeiro.
- **Princípio de não contradição**, também chamado simplesmente *princípio de contradição*. Duas proposições contraditórias não podem ser ambas verdadeiras: se for verdadeiro que "Alguns seres humanos não são justos", é falso que "Todos os seres humanos são justos".
- **Princípio do terceiro excluído**, às vezes chamado *princípio do meio excluído*. Todo enunciado é verdadeiro ou é falso: não há um terceiro valor. Exemplo: ou *p* ou *não p* (não há intermediários, como proposições meio certas ou mais ou menos certas). Como disse Aristóteles: "Entre os opostos contraditórios não existe um meio".

Desse modo, percebemos que a lógica clássica é *bivalente*, ou seja, apresenta apenas dois valores: *verdadeiro* e *falso*.

Para saber mais

A lógica aristotélica e a lógica simbólica são bivalentes, mas contemporaneamente foram construídas lógicas trivalentes, em que além dos valores verdadeiro e falso pode ser considerado o "indeterminado", o qual nega o princípio do terceiro excluído. Foram elaboradas também lógicas polivalentes.

4 Argumentação silogística

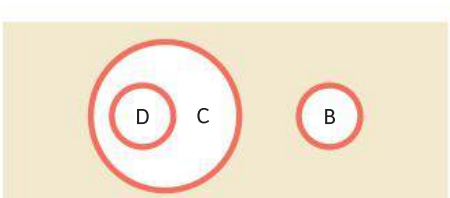
Na sequência, vamos nos ocupar do silogismo e das suas regras, conforme foram pensados por Aristóteles e ampliados pelos estoicos e medievais.

Observem um exemplo de dedução silogística e sua expressão pelo diagrama de Euler:

Nenhum C é B. (*premissa maior*)

Todos os D são C. (*premissa menor*)

Logo, nenhum D é B. (*conclusão*)



Estamos diante de uma argumentação composta de três proposições, em que a última (a conclusão) deriva logicamente das duas anteriores, chamadas *premissas*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No exemplo, há os termos "B", "C" e "D". Conforme a posição que ocupam na argumentação, os termos podem ser médio, maior e menor:

- **termo médio** é aquele que aparece nas premissas e faz a ligação entre os outros dois: "C" é o *termo médio*, que liga "D" e "B";
- **termo maior** é o termo predicado da conclusão: "B"; a premissa em que ele se encontra é chamada *premissa maior*;
- **termo menor** é o termo sujeito da conclusão: "D"; a premissa em que se encontra é chamada *premissa menor*.

Verdade e validade

É preciso ter muita atenção no uso de verdadeiro/falso, válido/não válido.

- Dizemos que as proposições podem ser verdadeiras ou falsas: uma proposição é verdadeira quando corresponde ao fato que expressa.
- Já os argumentos são válidos ou não válidos: um argumento é válido quando sua conclusão é consequência lógica de suas premissas.

A fim de melhor compreender essa questão, vamos examinar alguns silogismos:

Exemplo 1

Todos os cães são mamíferos.
Todos os gatos são mamíferos.
Logo, todos os gatos são cães.

Nesse silogismo as premissas são verdadeiras, a conclusão é falsa e a argumentação é inválida.

Exemplo 2

Todos os homens são louros.
Pedro é homem.
Logo, Pedro é louro.

A primeira premissa é falsa e a segunda é verdadeira; apressadamente, concluímos que o raciocínio não é válido. Engano: estamos diante de um argumento logicamente válido, isto é, que não fere as regras do silogismo – mais adiante veremos por quê.

Exemplo 3

Todo inseto é invertebrado.
Todo inseto é hexápode (tem seis patas).
Logo, todo hexápode é invertebrado.

Nesse caso, todas as proposições são verdadeiras. No entanto, a inferência é inválida.

Veremos a seguir as regras com as quais identificamos os argumentos válidos e não válidos.

Regras do silogismo

São oito as regras do silogismo:

1. O silogismo só deve ter três termos (o maior, o menor e o médio).
2. De duas premissas negativas nada resulta.
3. De duas premissas particulares nada resulta.
4. O termo médio nunca entra na conclusão.
5. O termo médio deve ser total pelo menos uma vez.
6. Nenhum termo pode ser total na conclusão sem ser total nas premissas.
7. De duas premissas afirmativas não se conclui uma negativa.
8. A conclusão segue sempre a premissa mais fraca: se nas premissas uma delas for negativa, a conclusão deverá ser negativa; se uma for particular, a conclusão deverá ser particular.

Examinemos agora os argumentos dos três exemplos dados anteriormente a fim de aplicar-lhes o que aprendemos. Vejamos por que os exemplos 1 e 3 são não válidos.

- **Exemplo 1** (Todos os cães...): o termo médio – que aparece na primeira e na segunda premissas – é "mamífero" e faz a ligação entre "cão" e "gato". Segundo a regra 5 do silogismo, o termo médio deve ter pelo menos uma vez extensão total, mas nas duas proposições ele é particular, ou seja, "Todos os cães são (alguns dentre os) mamíferos" e "Todos os gatos são (alguns dentre os) mamíferos".
- **Exemplo 3** (Todo inseto...): os três termos são "inseto", "hexápode" e "invertebrado". O termo menor, "hexápode", tem extensão particular na premissa menor: "Todo inseto é (algum) hexápode", mas na conclusão é tomado em toda extensão (todo hexápode). Portanto, fere a regra 6.

Aplicando o que aprendemos no tópico "Começando pelas falácias", podemos dizer que os exemplos 1 e 3 são falácias. Trata-se de falácias formais, justamente porque infringem as regras da dedução, enquanto aquelas que vimos no início do capítulo são falácias não formais, por decorrerem na sua maioria da irrelevância das premissas ou por exercerem a função psicológica de convencer.

Quanto ao exemplo 2, o argumento é válido formalmente, porque não fere nenhuma das regras do silogismo. No entanto, é uma falácia quanto à matéria, por ser um raciocínio correto que parte de premissa falsa. Esses enganos costumam ocorrer na vida real, sobretudo quando nossas conclusões se baseiam em preconceitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir



GUSTAVE DORÉ – BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Dom Quixote e o moinho de vento (1863), gravura de Gustave Doré.

Na obra *Dom Quixote de la Mancha*, escrita no início do século XVII, Miguel de Cervantes critica as novelas de cavalaria, que, ignorando as mudanças da época, continuavam exaltando ideais e comportamentos medievais. Dom Quixote, o "cavaleiro da triste figura", vive entre a realidade e o sonho: enfrenta um rebanho de ovelhas como se fosse um exército de inimigos, luta contra gigantes que não passam de moinhos de vento. Mas, no leito de morte, reconhece seus disparates e lamenta o tempo perdido.

Dê exemplos de conclusões suas que, a princípio, pareciam verdadeiras, mas depois você descobriu serem falsas e baseadas em enganos, mentiras ou preconceitos.

5 Tipos de argumentação

Vamos examinar as características de alguns tipos de argumentação: a *dedução*, a *indução* e a *analogia*.

Etimologia

Dedução. Do latim *de-ducere*, "conduzir a partir de".
Indução. Do latim *in-ducere*, "conduzir em determinada direção".

Dedução

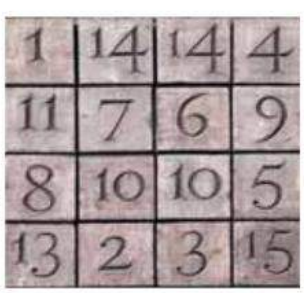
Até aqui estudamos o silogismo, um tipo de dedução cujas premissas permitem inferir uma conclusão. Portanto, em um argumento dedutivo correto, o que está dito na conclusão é extraído das proposições que a antecedem, pois na verdade está implícito nelas. Na dedução lógica, o enunciado da conclusão não excede o conteúdo das premissas, isto é, não se diz mais na conclusão do que já tinha sido dito nas premissas.

A dedução é um raciocínio que parte de pelo menos uma proposição geral e cuja conclusão pode ser uma proposição geral ou particular (ou singular). Nos exemplos a seguir, a primeira dedução parte de premissas gerais e chega a uma conclusão também geral; no segundo caso, a conclusão é particular:

Todo brasileiro é sul-americano.
Todo paulista é brasileiro.
Todo paulista é sul-americano.

Todo brasileiro é sul-americano.
Algum brasileiro é índio.
Algum índio é sul-americano.

A dedução é um modelo de rigor, mas é estéril, na medida em que não nos ensina nada de novo, apenas organiza o conhecimento já adquirido. Étienne Condillac, filósofo do Iluminismo francês, compara a lógica aos parapeitos das pontes, porque apenas nos impedem de cair, mas não nos fazem ir adiante. Isso significa que a conclusão nada acrescenta àquilo que foi afirmado nas premissas. No entanto, se a dedução não inova, não significa que não tenha valor algum, pois sempre fazemos deduções para extrair consequências, e é preciso investigar quando essas inferências são válidas ou não.



JOHN PRIOR IMAGES/ALAMY/GLOW IMAGES

Quadrado mágico, detalhe que compõe projeto do arquiteto catalão Antoni Gaudí, construído entre 1883 e 1926. Desde tempos remotos, a humanidade se coloca desafios lógicos. Nesse "quadrado mágico", a soma das linhas, colunas e diagonais resulta sempre em 33.

Indução

Enquanto na dedução as premissas constituem razão suficiente para se derivar a conclusão, na indução, ao contrário, chega-se à conclusão com base em evidências parciais.

A *indução por enumeração* é uma argumentação pela qual, com base em diversos dados singulares constatados, chegamos a proposições universais. Nesse tipo de argumento ocorre uma *generalização indutiva*, que pode ser de dois tipos:

a) A **indução completa** é aquela que cria condições para o exame de cada um dos elementos de um conjunto, como neste caso: "A visão, o tato, a audição, o paladar e o olfato (que chamamos sentidos) têm um órgão corpóreo. Portanto, todo sentido tem um órgão corpóreo".

b) A **indução incompleta** é aquela que de *alguns* elementos conclui a totalidade. Seguem dois exemplos: "Esta porção de água ferve a 100 °C, e esta outra, e esta outra...; logo, a água ferve a 100 °C"; "O cobre é condutor de eletricidade, e o ouro, o ferro, o zinco, a prata também. Logo, todo metal é condutor de eletricidade".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Como o conteúdo da conclusão da indução incompleta *excede* o das premissas, tem apenas *probabilidade* de ser correta. E é *precária* quando feita apressadamente e sem critérios. É preciso examinar se a amostragem é significativa e se existe número suficiente de casos que permita a passagem do particular para o geral.

Por exemplo: ao fazer uma pesquisa de intenção de voto, um instituto consulta amostras significativas de diversos segmentos sociais, conforme a metodologia científica. Ao considerar que entre os eleitores da amostra 25% votarão no candidato X e 10%, no Y, conclui que a totalidade dos eleitores votará segundo a mesma proporção da amostragem pesquisada.

Apesar da aparente fragilidade da indução, por não alcançar o rigor do raciocínio dedutivo, trata-se de uma forma muito fecunda de pensar, responsável pela fundamentação de grande parte dos nossos conhecimentos na vida diária e de grande valia nas ciências experimentais. Além disso, a indução é utilizada em nossas previsões, quando partimos de alguns casos da experiência presente e inferimos que ocorrerão com a mesma regularidade no futuro. Cabe ao lógico especificar as condições nas quais devemos tomar a indução como correta.

Analogia

A analogia (ou raciocínio por semelhança) é uma *indução parcial* ou imperfeita, na qual passamos de um ou de alguns fatos singulares não a uma conclusão universal, mas a outra enunciação singular ou particular. Da comparação entre objetos ou fenômenos diferentes, inferimos pontos de semelhança. Observe: "Paulo sarou de suas dores de cabeça com este remédio. Logo, João há de sarar de suas dores de cabeça com este mesmo remédio"; "O macaco foi curado da tuberculose com tal soro; logo, os seres humanos serão curados da tuberculose com o mesmo soro".

É claro que o raciocínio por semelhança fornece apenas probabilidade, e não certeza, mas desempenha papel importante na descoberta ou na invenção, tanto no cotidiano como na ciência, na tecnologia e na arte. Grande parte de nossas conclusões diárias baseia-se na analogia.

Quando as explicações de determinado fato nos parecem complexas, costumamos recorrer a comparações, que na verdade são analogias: "Quem não está habituado a ler sofre como um nadador iniciante, engole água e perde o fôlego". Igualmente, o texto literário é enriquecido pela metáfora, que é uma forma de estabelecer semelhança: "Amor é fogo que arde sem se ver", como no soneto de Camões.



CHRIS WARE/KEYSTONE FEATURES/HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

O médico Alexander Fleming em seu laboratório, em 1954. Ao cultivar colônias de bactérias, observou que elas morriam em torno de uma mancha de bolor que se formara. Supôs, por analogia, que aquele fungo poderia ser usado como medicamento. Em 1928, foi descoberta assim a penicilina.

Para saber mais

Alguns teóricos acrescentam à lista de argumentos a *abdução* (do latim *abductio*, "ação de levar"). Trata-se de um tipo de prova indireta que indica o primeiro momento do processo indutivo, o da escolha de uma hipótese para explicar determinados fatos, o que muitas vezes é identificado à intuição criativa ou de descoberta, tal como acontece com o detetive ou o cientista. Evidentemente, é um raciocínio que exige confirmação racional.

6 Lógica simbólica

Até o século XIX, a lógica aristotélica não passou por mudança essencial, apesar de ter sofrido as mais diversas críticas. Na Idade Moderna, os procedimentos silogísticos da Escolástica medieval foram criticados por Francis Bacon e René Descartes, que os consideravam estéreis. Por isso procuravam um novo método que possibilitasse a invenção e a descoberta, sem se restringir à demonstração do já sabido. Assim, foi no final do século XIX que se configurou a chamada *lógica simbólica* ou *matemática*. A prevalência atual da lógica simbólica, porém, não significa que a lógica aristotélica tenha sido abandonada. Ao contrário, mantém-se como instrumento eficaz para analisar a validade dos argumentos e serve de base tanto para as novas lógicas que a complementam quanto para outras que a ela se opõem.

As vantagens da lógica simbólica estão no fato de ter criado uma *linguagem artificial* que introduz maior rigor e se configura, portanto, como instrumento mais eficaz para a análise e a dedução formal. Ao desenvolver uma linguagem técnica específica, evitam-se conotações emocionais que perturbam o raciocínio e equívocos que se prestam à ambiguidade e à falta de clareza.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O lógico brasileiro Leônidas Hegenberg, no verbete "Variável" de seu *Dicionário de lógica*, dá exemplos dessa ambiguidade:

.....

Comecemos observando que há frases (em vários idiomas) muito ambíguas. Por exemplo:

Ela falou a respeito dela com ela.

Ele falou a respeito dela com ele.

A seguir, notemos que a ambiguidade pode ser levantada mediante apropriada marcação dos "lugares" ocupados pelos pronomes. Se uma única pessoa está em foco – falando a seu respeito, consigo mesma, temos:

x falou a respeito de x com x.

Se uma pessoa dialoga com outra, a respeito de uma terceira,

x falou a respeito de y com z.

Se uma pessoa discorre acerca de si mesma com outra,

x falou a respeito de x com y.

Mais possibilidades:

x falou a respeito de y com x.

x falou a respeito de y com y.

HEGENBERG, Leônidas. *Dicionário de lógica*. São Paulo: EPU, 1995. p. 216.

.....

Com os símbolos, letras e outros recursos, os argumentos são expressos por meio de uma série de premissas, por vários termos (além dos três do silogismo). Também é possível variar os tipos de proposições além daqueles clássicos registrados por Aristóteles, o que permite uma análise acurada das mais diversas situações.



PHOTOFEST/EASYPIX BRASIL

Cena do filme estadunidense *Interestelar* (2014), dirigido por Christopher Nolan. O astronauta Cooper utiliza, entre outros, o código binário para se comunicar. Toda a computação e a linguagem informática se baseiam no sistema binário, formado por apenas dois elementos, usualmente representados com os números 0 e 1.

Na sequência, indicamos dois passos da lógica simbólica – a lógica proposicional e a lógica de predicados –, mas iremos tratar apenas da primeira.

- A *lógica proposicional* (ou cálculo proposicional) utiliza símbolos para representar as proposições e as conexões que se estabelecem entre elas. São usados números, letras do alfabeto, parênteses, chaves e sinais específicos. Por exemplo, as proposições podem ser ligadas por meio de conjunção (e), disjunção (ou...), implicação (se..., então...), equivalência (se e somente se...).
- A *lógica de predicados* (ou cálculo de predicados) envolve os quantificadores, que podem ser universais e existenciais e se expressam pelas palavras "qualquer", "todo", "cada", "algum", "nenhum", "existe".

A vantagem das novas notações é expressar uma rica variedade de estruturas lógicas, o que não seria possível por meio da lógica aristotélica.

Lógica proposicional

A lógica proposicional[1] (ou cálculo proposicional) é uma parte da lógica simbólica que estuda as formas de argumentos em uma linguagem artificial, com símbolos utilizados para representar as proposições e as conexões estabelecidas entre elas. São usadas letras do alfabeto, números, parênteses, chaves e sinais específicos.

De início, distinguiremos as proposições simples das compostas, para entender como as sentenças podem ser formalizadas.

Proposições simples e compostas

As *proposições simples* não contêm outra proposição como seu componente: "O senador renunciou".

As *proposições compostas* são as que se unem mediante conectivos, assim chamados justamente porque fazem a conexão, a junção entre as proposições. Os conectivos lógicos variam conforme o tipo de proposição e para cada conectivo existe um símbolo que o identifica. Veja como:

a) A *negação* usa o conectivo "não", representado por um til "~".

b) A *conjunção* usa o conectivo "e", representado por um ponto ".". Outros preferem "&" ou "∧".

[1] Consultar no final do livro a bibliografia indicada para o tema de lógica. Seguimos mais de perto as obras de Irving Copi, John Nolt, Paulo Roberto Margutti Pinto e Cezar Mortari.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

c) A *disjunção* usa o conectivo "ou", simbolizado por "v" ou por "w", porque a disjunção pode ser de dois tipos:

- O "v" indica a disjunção inclusiva, que admite ambas as alternativas: "Pedro alimenta-se de peixe ou salada". Nesse caso, ele costuma comer peixe, salada ou ambos os alimentos.
- O "w" indica a disjunção exclusiva. Nesse caso, trata-se de apenas um ou outro. Por exemplo, quando lemos o cardápio do restaurante: "Na oferta especial você pode escolher carne ou massa", isso significa que uma escolha exclui a outra.

d) A *implicação* é o enunciado *condicional*, que usa o conectivo "se..., então...", representado por "→". Outros preferem "⊃".

e) A *equivalência* (bicondicionalidade ou bi-implicação) usa o conectivo "... se e somente se...", representado pelo sinal "↔".

Exemplos

Nos exemplos seguintes, usamos as letras "p" e "q" para indicar as proposições:

a) Negação:

"Há água em Marte": p

"*Não* há água em Marte": ~ p

b) Conjunção:

"João tem febre *e* Antônio está bem de saúde": p . q

c) Disjunção:

"À tarde leio *ou* saio para andar" (supondo serem inclusivas): p v q

"Está chovendo *ou* o tempo está seco" (certamente são exclusivas): p w q

d) Implicação (condicional):

"*Se* João tem febre, *então* deve ficar em casa": p → q

e) Equivalência:

"João permanece em casa *se e somente se* estiver com febre": p ↔ q

Simbolização de sentenças

Para a simbolização de sentenças, usaremos como referência as letras destacadas em negrito. Procure desenvolver os itens a seguir com a ajuda de um colega.

a) O **p**residente é oriundo das camadas pobres da população.
Resposta: (proposição simples) P

b) Não li o **l**ivro nem assisti ao **f**ilme.
Resposta: (negação e conjunção) ~ L . ~ F

c) Você passará na **p**rova se e somente se **e**studar muito.
Resposta: (equivalência) P ↔ E

d) Ou não **j**anto ou tomo uma **s**opa.
Resposta: (negação e disjunção inclusiva) ~ J v S

e) Se for ao **c**inema, não conseguirei terminar o **t**rabalho.
Resposta: (implicação/condicional e negação) C → ~ T

f) Ou **c**aso ou fico **s**olteiro.
Resposta: (disjunção exclusiva) C w S

8 Importância da lógica

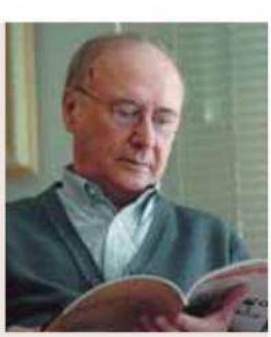
Neste capítulo examinamos a lógica aristotélica, que se mantém importante até hoje e, em seguida, fizemos um rápido esboço da lógica simbólica.

Resta dizer que estes não são os únicos sistemas lógicos. Existem ainda lógicas complementares, que ampliam aspectos da lógica clássica, e outras rivais ou alternativas, que contrariam alguns princípios da clássica.

Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a lógica simbólica tornou-se instrumento indispensável em filosofia, matemática, computação, direito, linguística, ciências da natureza e tecnologia em geral. Neste último quesito, sua contribuição se dá em setores como inteligência artificial, robótica e engenharia de produção.

Enfim, a lógica simbólica nos proporciona inúmeras facilidades na vida cotidiana: retirar dinheiro em caixa eletrônico, digitar comandos no computador, nos distrairmos com joguinhos eletrônicos. Quando acionamos um ícone na barra de ferramentas do computador, estamos ativando uma função matemática, que é um caso particular da lógica simbólica.

Para saber mais



ROBERTO SCOLA/PESQUISA FAPESP

Newton da Costa. Foto de 2008.

O brasileiro Newton da Costa (1929), matemático, lógico e filósofo, é reconhecido pela original teoria da *lógica paraconsistente*. Ao contrário da lógica tradicional, que recusa a contradição, o filósofo criou uma lógica alternativa que lida com dados incompatíveis. Ele trabalhou com esse conceito durante 30 anos, interessado apenas na beleza matemática que ele implica, e se diz surpreso em ver como sua teoria mostrou-se fecunda ao ser utilizada em áreas de diagnóstico médico, controle de tráfego aéreo e de trens, entre outras aplicações.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Descoberta e justificação

"Quando um enunciado é feito, duas questões importantes podem ser imediatamente colocadas: de que maneira chegou a ser concebido? Que razões existem para aceitá-lo como verdadeiro? Trata-se de duas questões diferentes. Seria um grave erro confundi-las, e um erro pelo menos tão sério quanto esse é confundir as respostas. A primeira pergunta relaciona-se com a *descoberta*; as circunstâncias lembradas por ela formam o contexto da descoberta. A segunda relaciona-se com a *justificação*; assuntos que aqui se tornam relevantes cabem no contexto da justificação. [...]

Sherlock Holmes é um bom exemplo de pessoa com soberbos poderes de raciocínio. Sua habilidade ao inferir e chegar a conclusões é notável. Não obstante, a sua habilidade não depende da utilização de um conjunto de regras que norteiam o seu pensamento. Holmes é muito mais capaz de fazer inferências do que o seu amigo Watson. Holmes está disposto a transmitir seus métodos ao amigo, e Watson é um homem inteligente.

Infelizmente, contudo, não há regras que Holmes possa transmitir a Watson, capacitando-o a realizar os mesmos feitos do detetive. As habilidades de Holmes defluem de fatores como a sua aguda curiosidade, a sua grande inteligência, a sua fértil imaginação, seus poderes de percepção, a grande massa de informações acumuladas e a sua extrema sagacidade. Nenhum conjunto de regras pode substituir essas capacidades.

Se existissem regras para inferir, elas seriam regras para descobrir. Na realidade, o pensamento efetivo exige um constante jogo de imaginação e de pensamento. Prender-se a regras rígidas ou a métodos bem delineados equivale a bloquear o pensamento. As ideias mais frutíferas são, com frequência, justamente aquelas que as regras seriam incapazes de sugerir. É claro que as pessoas podem melhorar as suas capacidades de raciocínio pela educação, através da prática, mediante um treinamento intensivo; isso tudo, porém, está longe de ser equivalente à adoção de um conjunto de regras de pensamento. Seja como for, ao discutirmos as específicas regras da lógica veremos que elas não poderiam ser encaradas como adequados métodos de pensar. As regras da lógica, se fossem aceitas como orientadoras dos modos de pensar, transformar-se-iam numa verdadeira camisa de força.

O que acabamos de dizer pode causar certo desapontamento. Frisamos, de modo enfático, o lado negativo, esclarecendo aquilo que a lógica não pode fazer. [...] Mas, então, para que serve a lógica? A lógica oferece-nos métodos de crítica para avaliação coerente das inferências. É nesse sentido, talvez, que a lógica está qualificada para dizer-nos de que modo deveríamos pensar. Completada uma inferência, é possível transformá-la em argumento, e a lógica pode ser utilizada a fim de determinar se o argumento é correto ou não. A lógica não nos ensina como inferir: indica-nos, porém, que inferências podemos aceitar. Procede ilogicamente a pessoa que aceita inferências incorretas.

Para poder apreciar o valor dos métodos lógicos, é preciso ter esperanças realistas quanto ao seu uso. Quem espera que um martelo possa efetuar o trabalho de uma chave de fenda está fadado a sofrer grandes desilusões; quem sabe servir-se de um martelo conhece sua utilidade.

A lógica interessa-se pela justificação, não pela descoberta. A lógica fornece métodos para a análise do discurso, e essa análise é indispensável para exprimir de modo inteligível o pensamento e para a boa compreensão daquilo que se comunica e se aprende."

SALMON, Wesley C. *Lógica*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1987. p. 28-29.

Defluir: emanar; derivar.

Questões

1. É adequado recorrer à personagem Sherlock Holmes para explicar o que a lógica não é? Justifique.
2. Usando a metáfora do martelo e da chave de fenda, explique como o autor delimita e explicita o campo da lógica.
3. Reveja o exemplo do médico Alexander Fleming e localize no texto de Salmon o trecho que explica por que, para fazer esse tipo de inferência, Fleming não poderia ter usado apenas o raciocínio lógico.

ATIVIDADES

Aplicando os conceitos[2]

1 Identifique o tipo de falácia dos argumentos abaixo.

a) O pensamento é um produto do cérebro; logo, o pensamento é um atributo da matéria orgânica.

b) O advogado argumenta que seu cliente não deve ser condenado porque tem cinco filhos pequenos, a mulher faleceu e a família depende dele para seu sustento.

c) Vou usar o dentifrício X porque a atriz Z o recomenda para clarear os dentes.

d) A nudez pública é imoral porque é uma ofensa à moralidade.

e) O candidato X será um bom prefeito porque é um empresário bem-sucedido.

2 Leia com atenção os itens e identifique o tipo de argumento apresentado: indução, dedução ou analogia. Justifique a resposta usando os conceitos aprendidos.

a) Entrou em cartaz um novo filme de Pedro Almodóvar. Vou assistir porque é bem provável que vou gostar, já que gostei de seu primeiro filme.

b) Aplicando a teoria da gravitação universal, podemos calcular a massa do Sol e dos planetas e explicar as marés.

c) O controle de qualidade de uma produção em série é feito selecionando-se algumas amostras, a partir das quais se avalia a qualidade de toda a série.

d) Se todos os metais são brilhantes, então alguns corpos são brilhantes.

e) Após tantos insucessos, acho que esse tipo de trabalho não me serve.

3 Considere o quadro de oposições para responder às questões referentes à proposição "Todo ser humano tem dignidade". Utilize o quadrado de oposições para responder.

a) Identifique suas proposições contrárias, contraditórias e subalternas.

b) Considerando que o enunciado "Todo ser humano tem dignidade" é verdadeiro, quais são os enunciados em oposição a ele que são verdadeiros e quais são falsos?

4 Observe o silogismo e analise-o conforme se pede.

Todo animal é vivente.
Algum vivente é planta.
Alguma planta é animal.

a) Identifique os termos.

b) Identifique as premissas e a conclusão.

c) Identifique a quantidade e a qualidade das proposições (geral ou particular, afirmativa ou negativa).

d) Identifique a quantidade do predicado de cada proposição.

e) Qualifique as proposições segundo a verdade ou a falsidade.

f) Aplique as regras do silogismo para verificar se o argumento é válido ou não. Justifique.

[2] Alguns exercícios foram baseados nas obras de Mortari, Copi e Nolt.

5 Simbolize as sentenças a seguir, usando como referência as letras destacadas em negrito, e identifique o tipo de conectivo usado:

a) Nem **v**iajei nem **d**escansei.

b) Este não é um **b**olo saboroso.

c) Irei com você ao **c**inema se e somente se eu **t**erminar esse trabalho.

d) Ou **c**ompro o carro ou coloco o dinheiro na **p**oupança.

e) Se hoje é **s**egunda-feira, então amanhã será **t**erça-feira.

6 Considerando "*p*" o enunciado "Os preços subiram" e "*q*" o enunciado "Os salários são justos", traduza para a linguagem corrente as seguintes proposições (sem se preocupar com o sentido).

a) $p \cdot q$
b) $\sim p \vee q$
c) $p \rightarrow \sim q$
d) $q \leftrightarrow p$
e) $(p \cdot q) \rightarrow \sim q$

7 Observe as letras sentenciais e as sentenças. Em seguida, traduza as expressões dos enunciados.

R = Os terroristas fazem **r**eféns.

T = Os terroristas exigem que os países retirem suas **t**ropas do Iraque.

E = Os reféns são **e**xecutados.

P = Os **p**aíses retiram suas tropas.

a) Ou os países retiram suas tropas do Iraque ou os reféns são executados.

b) Os países retiram suas tropas do Iraque e os reféns não são executados.

c) Os reféns não são executados se e somente se os países retirarem suas tropas do Iraque.

d) Se os terroristas fazem reféns e exigem que os países retirem suas tropas do Iraque, então, se os países não retiram suas tropas, os reféns são executados.

Dissertação

8 Leia a citação e elabore uma dissertação justificando que a disposição para argumentar é típica do comportamento democrático.

> Os seres que querem ser importantes para outrem, adultos ou crianças, desejam que não lhes ordenem mais, mas que lhes ponderem, que se preocupem com suas reações, que os considerem membros de uma sociedade mais ou menos igualitária. Quem não se incomoda com um contato assim com os outros será julgado arrogante, pouco simpático, ao contrário daqueles que, seja qual for a importância de suas funções, não hesitem em assinalar por seus discursos ao público o valor que dão à sua apreciação.
>
> PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 18.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 9

A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média



RAFAEL SANZIO/PALÁCIO APOSTÓLICO, CIDADE DO VATICANO

Escola de Atenas (1506-1510), afresco de Rafael Sanzio.

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender o que é teoria do conhecimento; distinguir as diversas concepções filosóficas da Antiguidade e da Idade Média; identificar as influências sofridas por Platão e Aristóteles, bem como suas contribuições; contextualizar as novas concepções filosóficas no seu tempo. Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: princípio, sofista, ironia, maiêutica, dialética platônica, teoria da reminiscência, metafísica, Patrística, teoria da iluminação e Escolástica.
Pode-se discutir, de maneira mais detida, como Rafael Sanzio escolhe representar Platão e Aristóteles. Conforme as filosofias defendidas por estes dois autores, o pintor renascentista remete às ideias que descem do céu à terra, sendo que Platão, por fundar sua teoria no mundo das ideias, aponta para o céu, ao passo que Aristóteles, por rejeitar a teoria platônica e reunir o mundo sensível e inteligível no conceito de substância, estende a palma da mão em direção ao solo.

Esse famoso afresco de Rafael Sanzio, que orna uma das paredes do Palácio Apostólico no Vaticano, representa o retorno à cultura greco-latina, incentivado no Renascimento. Vários filósofos e cientistas de épocas diferentes estão reunidos na pintura, tendo ao centro Platão – que aponta para cima, como se indicasse o mundo das ideias, enquanto seu realista discípulo Aristóteles aponta para baixo. À esquerda, de túnica bege, Sócrates dialoga com Alexandre, o Grande (de vestimenta militar), Ésquines e Xenofonte. Abaixo, estão a filósofa Hipátia de Alexandria e Parmênides de Eleia. Solitário, sentado ao pé da escada, Heráclito escreve. Na mesma direção, à direita, Euclides, rodeado por discípulos, demonstra um teorema, com um compasso. Ainda à direita, mais para cima, Ptolomeu, de costas, segura um globo terrestre. Inúmeros outros personagens estão representados, como Zenão de Eleia, Pitágoras, Epicuro e até o próprio Rafael.

1 Teoria do conhecimento

A *teoria do conhecimento* é a disciplina filosófica que investiga as condições do saber verdadeiro. Neste capítulo, iniciaremos uma caminhada histórica para examinar como, ao longo do tempo, os filósofos conceberam o conceito de verdade. Os filósofos da Antiguidade e da Idade Média se interessaram por questões relativas ao conhecimento, embora ainda não se tratasse propriamente de uma teoria como disciplina autônoma. Isso se deve ao fato de que, com exceção dos céticos, aqueles filósofos não colocavam em dúvida a capacidade humana de conhecer: eles explicavam *como* conhecemos.

A crítica da capacidade de conhecer foi iniciada no século XVII, tema de análise dos próximos capítulos desta unidade. O que queremos deixar claro é que a filosofia reflete com base nos problemas do seu tempo, por isso mesmo as concepções sobre o conhecimento e a verdade mudam e se refinam.

Comecemos, pois, com as indagações sobre o problema do conhecimento na Grécia antiga, desde os pré-socráticos a Platão e Aristóteles, cujas teorias influenciaram profundamente o pensamento medieval e ainda hoje ressoam em nossa maneira de pensar.

2 Filosofia pré-socrática

O período pré-socrático atravessou todo o século VI a.C., quando filósofos oriundos das colônias gregas, como Jônia (atual Turquia) e Magna Grécia (sul da Itália e Sicília), iniciaram o processo de desligamento entre filosofia e pensamento mítico. No capítulo 2, "As origens da filosofia", é explicado como se deu a passagem do mito para a filosofia e como pensaram vários filósofos pré-socráticos. Para eles, o *princípio* (a *arkhé*, em grego) não se encontra na ordem do tempo mítico, mas requer um princípio teórico, fundamento de todas as coisas.

A seguir, retomaremos as principais ideias de dois daqueles filósofos – Heráclito e Parmênides –, em razão da influência que exerceram sobre os filósofos da era clássica.

Heráclito e o devir

Vimos no capítulo 2 que Heráclito (c. 544-484 a.C.) nasceu em Éfeso, na Jônia, e, como seus contemporâneos, procurou compreender a multiplicidade do real. Ao contrário deles, porém, não rejeitou as contradições e quis apreender a realidade na sua mudança, no seu devir. Todas as coisas mudam sem cessar, e o que temos diante de nós em dado momento é diferente do que foi há pouco e do que será depois: "Nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio", pois na segunda vez não somos os mesmos, e também as águas correntes são outras.

Para Heráclito, o ser é o múltiplo, não apenas no sentido de que há uma multiplicidade de coisas, mas por estar constituído de oposições internas. O que mantém o fluxo do movimento não é o simples aparecer de novos seres, mas a luta dos contrários, pois "a guerra é pai de todos, rei de todos". É da luta que nasce a harmonia, como síntese dos contrários. O dinamismo de todas as coisas pode ser representado pela metáfora do fogo, expressão visível da instabilidade, símbolo da eterna agitação do devir: "o fogo eterno e vivo, que ora se acende e ora se apaga".

Parmênides: o ser é imóvel

Parmênides (c. 544-450 a.C.) viveu em Eleia, cidade do sul da Magna Grécia. Sua teoria, também chamada *eleática*, influenciou de modo decisivo o pensamento ocidental. Criticou a filosofia heraclitiana ao contrapor a imobilidade do ser ao "tudo flui", proposto por Heráclito. Para Parmênides, é absurdo e impensável afirmar que uma coisa pode *ser* e *não ser* ao mesmo tempo.

Com base no princípio estabelecido, Parmênides conclui que o ser é único, imutável, infinito e imóvel. Entretanto, porque não há como negar a existência do movimento no mundo – dado que as coisas nascem e morrem, mudam de lugar e se expõem em infinita multiplicidade –, o filósofo explica que o movimento existe apenas no *mundo sensível*. Portanto, a percepção pelos sentidos é ilusória e fundamentada na opinião. Apenas o *mundo inteligível* é verdadeiro.

Uma das consequências da teoria de Parmênides é a *identidade entre o ser e o pensar*: ao pensarmos, pensamos algo que é, e não conseguimos pensar algo que não é.

Etimologia

Devir. Do latim *devenire*, "chegar", "vir de", "dirigir-se a"; significa "vir a ser", "tornar-se".

Para saber mais

No período clássico, os filósofos – sobretudo Aristóteles – se apropriaram das ideias de Parmênides para fundamentar a construção da metafísica e formular os princípios da lógica. Um deles é o *princípio de identidade*, em que "A = A", ou seja, todo ser é igual a si mesmo, como trata o capítulo anterior.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Sofistas: a arte de argumentar

No período socrático ou clássico (séculos V e IV a.C.), o centro cultural deslocou-se das colônias gregas para a cidade de Atenas. Desse período fazem parte Sócrates e seu discípulo Platão, que posteriormente foi mestre de Aristóteles. O século V a.C. é também conhecido como o século de Péricles, governante na época áurea da cultura grega, quando a democrática Atenas desenvolveu intensa vida política e artística. Embora ainda discutissem temas cosmológicos, esses filósofos ampliaram os questionamentos para as áreas de antropologia, moral e política. A essa época também pertencem os sofistas, mestres da retórica.

Os sofistas vinham de todas as partes do mundo grego e ocupavam-se de um ensino itinerante, sem o compromisso de se fixar em um lugar específico. Por deslumbrarem seus alunos com o brilhantismo de sua retórica, foram duramente criticados por Sócrates, Platão e Aristóteles, que os acusavam de não se importar com a verdade, pois, afeitos que eram à arte de persuadir, reduziam seus discursos a meras opiniões. Eram também acusados de "mercenários do saber" pelo costume de cobrar pelas aulas. No entanto, geralmente os sofistas pertenciam à classe média e, por não serem suficientemente ricos, não podiam se dar ao luxo do "ócio digno". Esse termo era utilizado na sociedade grega para designar o tempo dedicado à atividade intelectual, costume da aristocracia liberada do trabalho de subsistência – ocupação destinada aos escravos.

A visão pejorativa dos sofistas perdurou por longo tempo, até que no século XIX uma nova historiografia veio reabilitá-los, realçando suas principais contribuições.

Segundo Werner Jaeger, historiador da filosofia, os sofistas exerceram influência muito forte no seu tempo, vinculando-se à tradição educativa dos poetas Homero e Hesíodo. Sua contribuição para a sistematização do ensino foi notável pela elaboração de um currículo de estudos: gramática (da qual são os iniciadores), retórica e dialética; na tradição dos pitagóricos, desenvolveram a aritmética, a geometria, a astronomia e a música.

Etimologia

Sofista. Do grego *sophistés*, "sábio", ou melhor, "professor de sabedoria". Posteriormente, o termo adquiriu sentido pejorativo para denominar aquele que emprega sofismas, ou seja, alguém que usa de raciocínio capcioso, de má-fé, com intenção de enganar. *Sóphisma* significa "sutileza de sofista".

Além disso, os sofistas elaboraram o ideal teórico da democracia, valorizado pelos comerciantes em ascensão, cujos interesses passaram a se contrapor aos da aristocracia rural. Nessas circunstâncias, a exigência que os sofistas satisfazem na Grécia de seu tempo é de ordem essencialmente prática, voltada para a vida, pois iniciavam os jovens na arte da retórica, instrumento indispensável para que os cidadãos participassem da assembleia democrática.

Se os sofistas foram acusados pelos seus detratores de pronunciar discursos vazios, essa fama se deve ao fato de que alguns deles deram excessiva atenção ao aspecto formal da exposição e da defesa das ideias. E também porque em geral os sofistas estavam convencidos de que a persuasão é elemento essencial para o cidadão na cidade democrática. Os melhores deles, no entanto, buscavam aperfeiçoar os instrumentos da razão, ou seja, a coerência e o rigor da argumentação. Pode-se dizer que aí se encontrava o embrião da lógica, mais tarde desenvolvida por Aristóteles.

Principais sofistas

Entre os sofistas mais famosos destacam-se Protágoras de Abdera, Górgias de Leontini, Hípias de Élida, Trasímaco, Pródico e Hipódamos, entre outros. Do mesmo modo que ocorreu com os pré-socráticos, dos sofistas só nos restam fragmentos de suas obras.

Examinemos dois dos mais importantes sofistas: Protágoras e Górgias.

Protágoras

Protágoras de Abdera (c. 485-411 a.C.) dizia que "O homem é a medida de todas as coisas". Descontextualizado, esse fragmento torna-se um tanto obscuro. Pode ser entendido de várias maneiras, mas frequentemente é interpretado como a exaltação da capacidade humana de construir a verdade. Assim, o logos não é divino, mas resulta do exercício técnico da razão humana, responsável por confrontar as diversas concepções possíveis da verdade. O que denota relativismo e subjetivismo, pois a verdade depende das circunstâncias e do lugar em que é discutida.

Retórica: arte da oratória; técnica de argumentar de maneira persuasiva.

Dialética: conceito com diversos significados. No contexto dos sofistas, habilidade para discutir e argumentar.

Relativismo: teoria segundo a qual não existem verdades absolutas, porque qualquer afirmação é sempre relativa à pessoa, ao grupo ou ao tempo a que pertence.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A teoria de Protágoras foi herdeira da polêmica dos pré-socráticos entre aparência e realidade, opinião e verdade. Tendeu para os heraclitianos, que defendiam a mudança constante de todas as coisas, afastando-se das teorias eleáticas sobre a imobilidade do ser. Fazia sentido seu posicionamento, por viver em uma época de confrontos políticos e da necessária participação do cidadão no debate sobre os destinos da cidade. Em outras palavras, Protágoras defende que ninguém detém a verdade ou, pelo menos, que ela resulta da discussão entre iguais, como revela sua célebre frase.

Protágoras escreveu uma obra chamada *Antilogia* – que significa contradição –, na qual ensina a defender posições opostas, usando argumentos para cada uma delas. Se por esse motivo alguns o acusaram de estimular a prática de sofismar, outros viam nele alguém que educava o cidadão para o debate público.

Górgias

Górgias de Leontini (século V a.C.), assim chamado por ter nascido nessa cidade da Sicília, foi um dos mais famosos oradores da Grécia. Percorreu diversas cidades, inclusive Atenas, e era muito procurado como mestre de retórica.

Do ponto de vista do conhecimento, Górgias era um cético. Criticou o debate dos pré-socráticos sobre verdade e opinião, admitindo que nada podemos conhecer. Desenvolveu três teses:

- o ser não existe;
- se existisse alguma coisa, não poderíamos conhecê-la;
- se a conhecêssemos, não poderíamos comunicá-la aos outros.

Essas teses expressam a separação entre o *ser*, o *pensar* e o *dizer*, aspectos que os filósofos anteriores (e também muitos dos que vieram depois) costumavam entrelaçar, ao identificar o pensamento acerca do real à realidade das coisas. Ao contrário, o dizer se faz pela palavra e ela é impotente para conhecer o real, servindo apenas para comunicar opiniões. Górgias critica o conceito de verdade porque o ser não se deixa desvelar pelo pensamento, restando-lhe o caminho pelo qual a razão busca iluminar os fatos, sem chegar a uma conclusão definitiva.

Como então explicar sua defesa da retórica? Para Górgias, a retórica não leva à verdade, mas à persuasão. E esta se faz não pela razão, mas pela emoção. Por isso, ao contrário de Protágoras, que destacava o aspecto racional da persuasão, Górgias defende seu caráter emotivo.

Para saber mais

A verdade, em grego, se diz *alétheia*, termo formado por *a* (prefixo negativo) e *léthe* (esquecimento). Designa literalmente o não esquecido, o não oculto; portanto, verdade é o que se desvela, o que é visto, o que é evidente. Como se percebe, não era essa a posição tomada pelo cético Górgias.

4 Método socrático

Sócrates (c. 470-399 a.C.) nada deixou escrito. Suas ideias foram divulgadas por Xenofonte e Platão, dois de seus discípulos. Nos diálogos de Platão, Sócrates sempre figura como o principal interlocutor. Já o comediógrafo Aristófanes o ridiculariza ao incluí-lo entre os sofistas.

Com base no pressuposto "Só sei que nada sei", que consiste justamente na sabedoria de reconhecer a própria ignorância, Sócrates inicia a busca pelo saber. Ele costumava conversar com todos, fossem velhos ou moços, nobres ou escravos, mas os métodos de indagação de Sócrates provocavam os poderosos do seu tempo, ao se verem contestados por aquele hábil indagador. Desse modo, criou inimigos que o levaram ao tribunal sob a acusação de não crer nos deuses da cidade e de corromper a mocidade. Por essa razão, foi condenado à morte.

Na verdade, Sócrates estava introduzindo uma novidade na discussão filosófica por meio de seu método, constituído de duas etapas, a ironia e a maiêutica.

- A *ironia*, termo que em grego significa "perguntar, fingindo ignorar", é a fase "destrutiva". Diante do oponente, que se diz conhecedor de determinado assunto, Sócrates afirma inicialmente nada saber. Com hábeis perguntas, desmonta as certezas até que o outro reconheça a própria ignorância ou desista da discussão.
- A *maiêutica* (do grego, "parto") foi assim denominada em homenagem à sua mãe, que era parteira: enquanto ela auxiliava no parto de crianças, Sócrates "dava à luz" novas ideias. Em diálogo com seu interlocutor, após destruir o saber meramente opinativo (a doxa), dava início à procura da definição do conceito, de modo que o conhecimento saísse "de dentro" de cada um. Esse processo está bem ilustrado nos diálogos de Platão, e é bom lembrar que, no final, nem sempre se chegava a uma conclusão definitiva: nesses casos, trata-se dos chamados diálogos *aporéticos*.

Aporético: que diz respeito à aporia (do grego póros, "passagem", + o prefixo a, que indica "negação"; portanto, "impasse", "incerteza"). Os diálogos aporéticos não têm continuidade porque o oponente se retira ou não avança a discussão até solucioná-la, sobretudo se o interlocutor se esquiva do debate.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A busca do conceito

Nas conversas, Sócrates privilegia as questões morais, por isso em muitos diálogos pergunta o que são a coragem, a covardia, a piedade, a amizade e assim por diante. Tomemos o exemplo da justiça: após enumerar diversas expressões de justiça, o filósofo quer saber o que é a "justiça em si", o universal que a representa.

Para isso, a filosofia nascente precisa inventar palavras novas ou usar as do cotidiano, atribuindo-lhes sentido diferente. Sócrates utiliza o termo logos (na linguagem comum, "palavra", "conversa"), que passa a significar a razão de algo, ou seja, aquilo que faz com que a justiça seja justiça.

No diálogo *Laques* (ou *Do valor*), os generais Laques e Nícias são convidados a discorrer sobre a importância do ensino de esgrima na formação dos jovens. Sócrates reorienta o debate ao indagar a respeito de conceitos que antecedem essa discussão, ou seja, o que se entende por educação e por virtude. Dentre as virtudes, Sócrates escolhe uma delas e indaga: "O que é a coragem?". Laques acha fácil responder: "Aquele que enfrenta o inimigo e não foge no campo de batalha é o homem corajoso". Sócrates dá exemplos de guerreiros cuja tática consiste em recuar e forçar o inimigo a uma posição desvantajosa, mas nem por isso deixam de ser corajosos. Cita outros tipos de coragem que ultrapassam os atos de guerra, como a coragem dos marinheiros, dos que enfrentam a doença ou os perigos da política e dos que resistem aos impulsos das paixões. Enfim, o que Sócrates procura não são exemplos de casos corajosos, mas o *conceito de coragem*.

O que aprendemos com Sócrates? Que o conhecimento resulta de uma busca contínua, enriquecida pelo diálogo. Desse modo, ele parte de exemplos e casos particulares até chegar ao universal, ao conceito. Isso é filosofar.

Na obra *Introdução à história da filosofia*, de Marilena Chaui (consultar bibliografia no final do livro), nas páginas 146 a 151, há um esclarecedor resumo do diálogo *Laques* com a explicitação do método socrático.

Para refletir

A arte da esgrima, um dos jogos que os gregos antigos aprendiam nos ginásios, é o assunto inicial do diálogo *Laques*, de Platão. Sabemos que na esgrima os opositores se confrontam a fim de ver quem é mais hábil para vencer a luta. Releia o item 3 sobre os sofistas e responda às questões a seguir.

a) Em que sentido a metáfora de "esgrimir com palavras" é indicativa das críticas feitas por Sócrates e Platão aos sofistas?

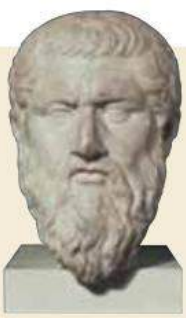
b) Reflita e posicione-se a respeito: esse é um procedimento adequado para a discussão filosófica?

5 Platão: o mundo das ideias

A importância de Platão deriva, sobretudo, da teoria do conhecimento, que serve de base para a construção do seu sistema filosófico. Costumava citar mitos e alegorias, no intuito de tornar mais concreta a exposição e preparar o terreno para a exposição abstrata de suas ideias.

Comecemos pela alegoria da caverna, que consta do livro VII de *A República*.

Quem é?



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU FITZWILLIAM, UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE

Busto romano do filósofo Platão (século I d.C.). Autoria desconhecida.

Platão (c. 428-347 a.C.) era na verdade o apelido de Aristocles de Atenas (o apelido "Platão" talvez se devesse aos seus ombros largos ou ao corpo meio quadrado). Nascido de família aristocrática, após a condenação de seu mestre Sócrates, viajou por vários lugares, tentou em vão interferir no governo de Siracusa (cidade na Sicília) e por fim retornou a Atenas, onde fundou a escola denominada Academia. Seus diálogos – que, em sua maior parte, trazem Sócrates como interlocutor principal – abrangem as várias áreas da filosofia nascente, e por isso ele é o primeiro filósofo sistemático do pensamento ocidental. Sua influência foi sentida no helenismo (neoplatonismo) e adaptada à doutrina cristã, inicialmente por Agostinho de Hipona (354-430). Até hoje vigoram muitas de suas ideias sobre a relação corpo-alma, a política aristocrática e a crença na superioridade do espírito em detrimento dos sentidos.

Alegoria da caverna

Conforme a descrição de Platão, pessoas estão acorrentadas desde a infância em uma caverna, de modo a enxergar apenas a parede ao fundo, na qual são projetadas sombras, que elas pensam ser a realidade. Trata-se, entretanto, da sombra de marionetes, empunhadas por pessoas atrás de um muro, que também esconde uma fogueira. Se um dos indivíduos conseguisse se soltar das correntes para contemplar à luz do dia os *verdadeiros objetos*, ao regressar à caverna seus antigos companheiros o tomariam por louco e não acreditariam em suas palavras.

Esgrimir: praticar a arte da esgrima; significa também discutir, debater. O mesmo ocorre com a palavra "florear", que significa "usar arma branca com destreza" ou "embelezar um texto".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A *alegoria da caverna* representa as etapas da educação de um filósofo ao sair do mundo das sombras (das aparências) para alcançar o conhecimento verdadeiro. Após essa experiência, ele deve voltar à caverna para orientar os demais e assumir o governo da cidade. Por isso, a análise da alegoria pode ser feita sob dois pontos de vista:

- o *político*: com o retorno do filósofo-político que conhece a arte de governar;
- o *epistemológico*: quando o filósofo volta para despertar nos outros o conhecimento verdadeiro.

Platão distingue dois tipos de conhecimento: o sensível e o inteligível, que se subdividem em outros graus.

Observando a ilustração da caverna, identificamos quatro formas da realidade:

- as sombras: a aparência sensível das coisas;
- as marionetes: a representação de animais, plantas etc., ou seja, das próprias coisas sensíveis;
- o exterior da caverna: a realidade das ideias;
- o Sol: a suprema ideia do bem.

O muro representa a separação de dois tipos de conhecimento: o sensível (que corresponde às duas primeiras formas de realidade) e o inteligível (correspondente às duas últimas).

Para saber mais

A valorização da filosofia como conhecimento superior leva Platão à idealização do rei-filósofo. Para o Estado ser bem governado, é preciso que "os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos".[1]

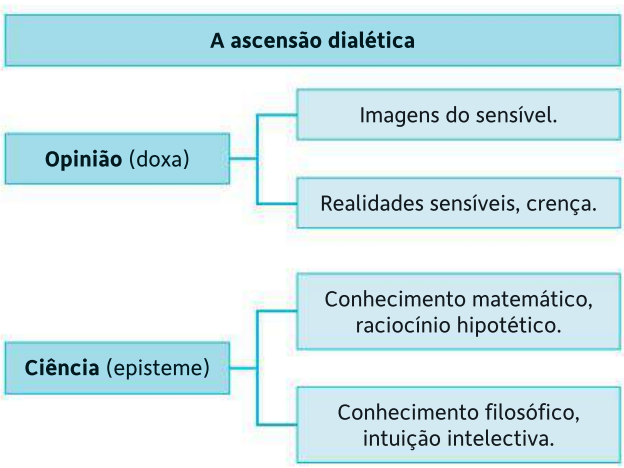
Dialética platônica

A alegoria da caverna é a metáfora que serve de base para Platão expor a dialética dos graus do conhecimento. Sair das sombras para a visão do Sol representa a passagem dos graus inferiores do conhecimento aos superiores: na teoria das ideias, Platão distingue o *mundo sensível*, o dos fenômenos, do *mundo inteligível*, o das ideias.

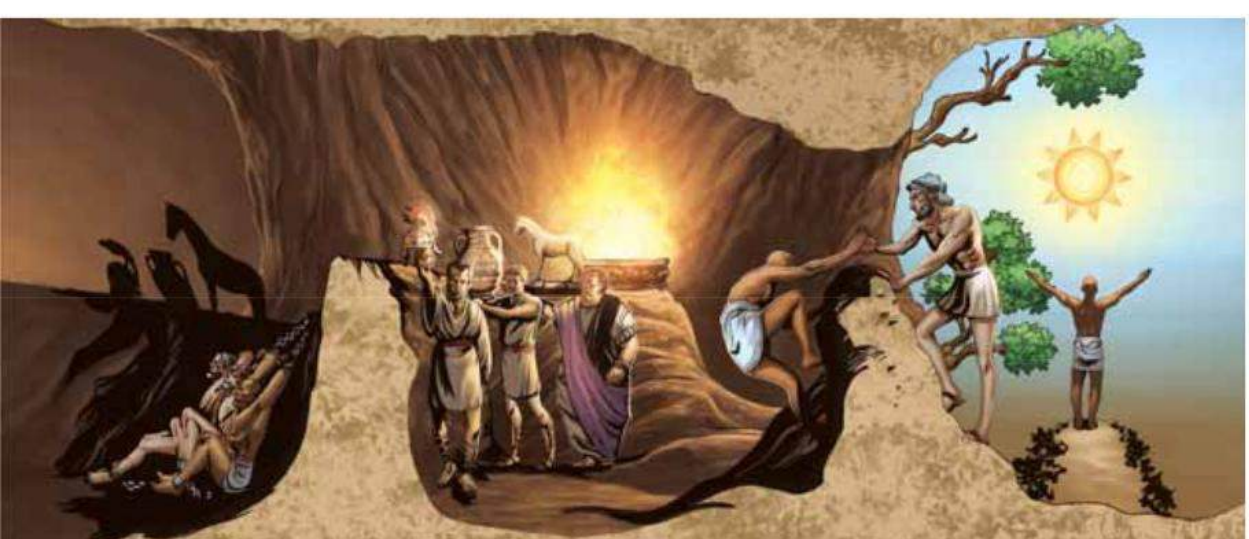
O mundo sensível, percebido pelos sentidos, é o local da multiplicidade, do movimento; é ilusório, pura sombra do verdadeiro mundo. Por exemplo, mesmo que existam inúmeras abelhas dos mais variados tipos, a ideia de abelha deve ser una, imutável, a verdadeira realidade.

O mundo inteligível é alcançado pela dialética ascendente, que fará a alma elevar-se das coisas múltiplas e mutáveis às ideias unas e imutáveis. As ideias gerais são hierarquizadas, e no topo delas está a ideia do bem, a mais elevada em perfeição e a mais geral de todas – na alegoria, corresponde à metáfora do Sol. Os seres em geral não existem senão enquanto participam do bem. E o bem supremo é também a suprema beleza: o Deus de Platão.

Como as ideias são a única verdade, o mundo dos fenômenos só existe na medida em que participa do mundo das ideias, do qual é apenas sombra ou cópia. Trata-se da *teoria da participação*, mais tarde severamente criticada por Aristóteles.



[1] Para mais informações sobre o conceito de rei-filósofo, consulte o capítulo 19, "Política antiga e medieval".



EDUARDO FRANCISCO

Ilustração representando a alegoria da caverna de Platão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cavernas contemporâneas

Lipo, softwares de edição de imagens, botox, silicone, chapinha... um arsenal diversificado de procedimentos cria modelos midiáticos ideais que disseminam padrões de beleza, desejos e hábitos nada saudáveis.

O aumento significativo de distúrbios alimentares, depressão, insatisfação com o corpo e de problemas de sociabilidade entre adolescentes que não se sentem esteticamente adequados aos padrões que circulam na mídia tem mobilizado governos e a sociedade civil.

De olho na magreza excessiva que desfila pelas passarelas, em 2007 o governo italiano e a indústria da moda fizeram um acordo para evitar modelos com aparência doentiamente magra. A Espanha determinou, em 2006, um índice mínimo de massa corpórea (IMC) para essas profissionais e, em 2010, aprovou uma lei que proíbe a exibição de anúncios de TV que exaltem o culto ao corpo entre as 6 e as 22 horas. Em 2015, a França determinou por lei que modelos excessivamente magras não podem ser contratadas, prevendo punições para agências que desrespeitarem a regra.

O exagero dos retoques feitos por computador em fotos de modelos também preocupa profissionais de saúde nos Estados Unidos. Em 2011, a Associação Médica Americana (AMA) alertou que a disseminação de imagens alteradas digitalmente pode mudar a noção do que é um corpo saudável, especialmente entre jovens. "Temos que parar de expor crianças e adolescentes impressionáveis a propagandas que retratam modelos com corpos só atingíveis com a ajuda de *softwares* de edição de fotos", declarou a conselheira da AMA, dra. Barbara McAneny.

Espelho, espelho meu...

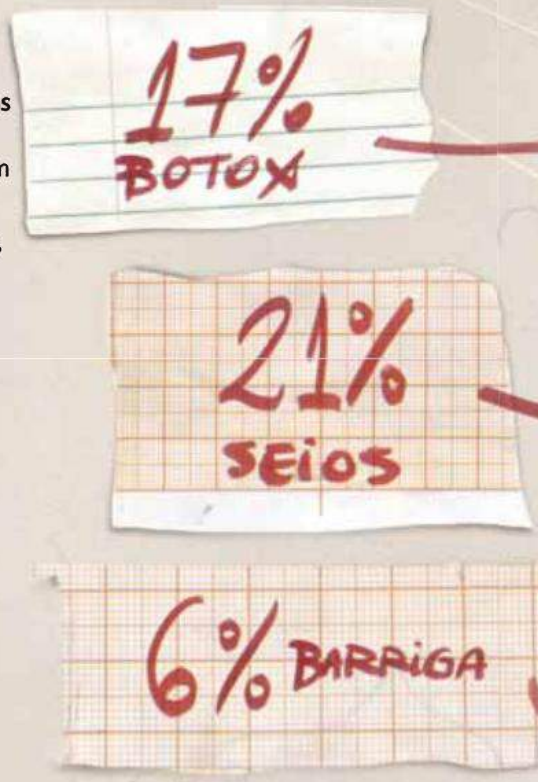
O Brasil está entre os maiores mercados consumidores de produtos de higiene pessoal e beleza. O consumo de cosméticos só cresce: entre 2002 e 2013, esse setor aumentou mais de 350%.

Evolução do mercado brasileiro de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos – bilhões de reais



Procedimentos estéticos no Brasil

A distribuição percentual por tipos de procedimentos estéticos cirúrgicos e não cirúrgicos realizados no Brasil em 2014 demonstra a preocupação com uma barriga enxuta, uma pele lisa e seios volumosos. Somados, lipoaspiração, botox e cirurgia nos seios representam quase 50% dos procedimentos estéticos realizados no país.



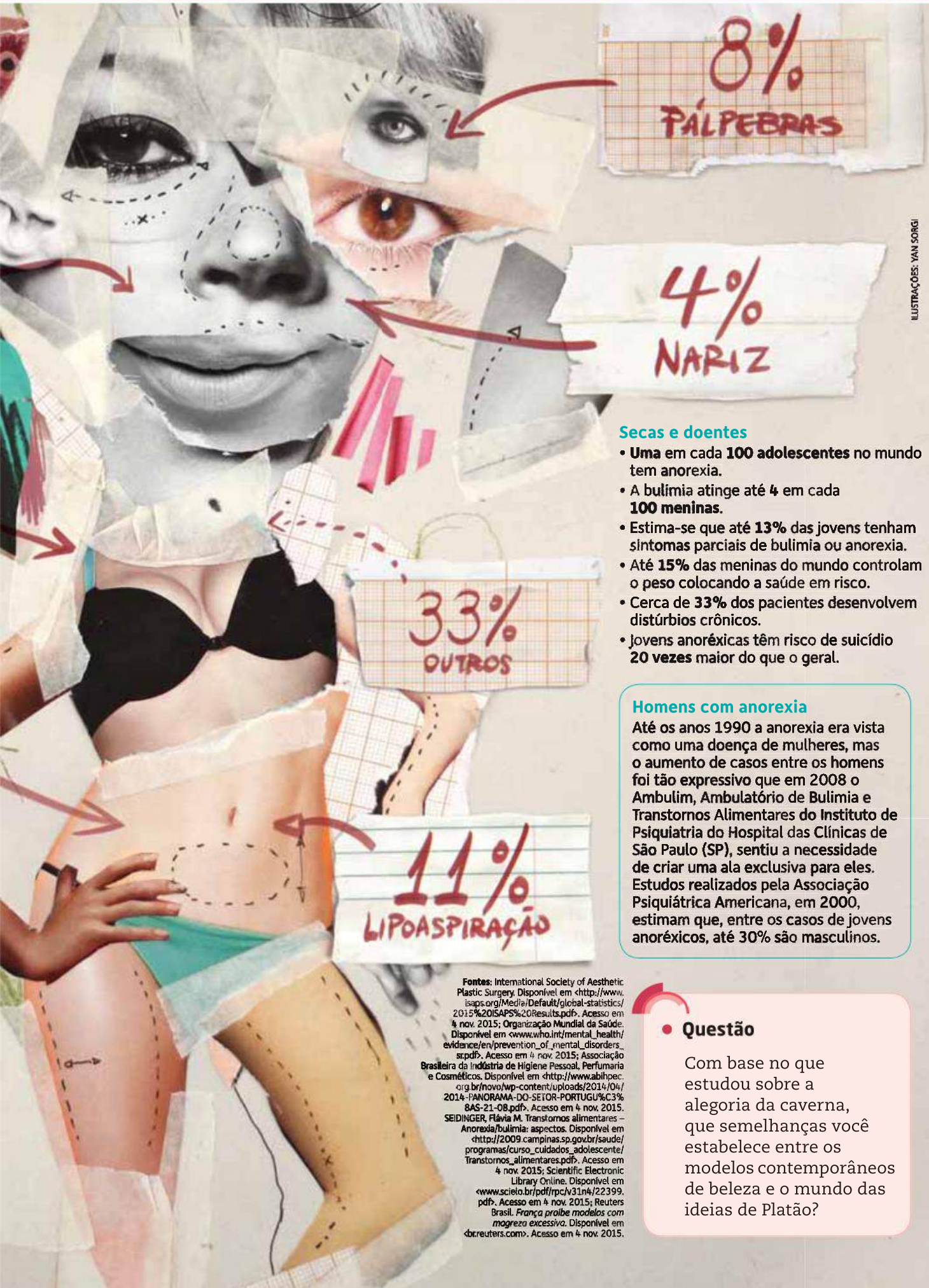
Mágica perversa

Quadril quase mais estreito que a cabeça, pernas tão finas quanto os braços, pele lisa como borracha... Imagens manipuladas no computador, como essa abaixo, são muito comuns na mídia e distorcem a percepção do que é bonito e proporcional, incentivando expectativas impossíveis para pessoas de verdade.



PHOTODISC/GETTY IMAGES





ILUSTRAÇÕES: YAN SORGI

Secas e doentes

- **Uma** em cada **100 adolescentes** no mundo tem anorexia.
- A bulimia atinge até **4** em cada **100 meninas**.
- Estima-se que até **13%** das jovens tenham sintomas parciais de bulimia ou anorexia.
- Até **15%** das meninas do mundo controlam o peso colocando a saúde em risco.
- Cerca de **33%** dos pacientes desenvolvem distúrbios crônicos.
- Jovens anoréxicas têm risco de suicídio **20 vezes** maior do que o geral.

Homens com anorexia

Até os anos 1990 a anorexia era vista como uma doença de mulheres, mas o aumento de casos entre os homens foi tão expressivo que em 2008 o Ambulim, Ambulatório de Bulimia e Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo (SP), sentiu a necessidade de criar uma ala exclusiva para eles. Estudos realizados pela Associação Psiquiátrica Americana, em 2000, estimam que, entre os casos de jovens anoréxicos, até 30% são masculinos.

Fontes: International Society of Aesthetic Plastic Surgery. Disponível em <http://www.isaps.org/Media/Default/global-statistics/2015%20ISAPS%20Results.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015; Organização Mundial da Saúde. Disponível em <www.who.int/mental_health/evidence/en/prevention_of_mental_disorders_sr.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015; Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Disponível em <http://www.abihpec.org.br/novo/wp-content/uploads/2014/04/2014-PANORAMA-DO-SETOR-PORTUGU%C3%8AS-21-08.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015. SEIDINGER, Flávia M. Transtornos alimentares – Anorexia/bulimia: aspectos. Disponível em <http://2009.campinas.sp.gov.br/saude/programas/curso_cuidados_adolescente/Transtornos_alimentares.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015; Scientific Electronic Library Online. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rpc/v31n4/22399.pdf>. Acesso em 4 nov. 2015; Reuters Brasil. *França proíbe modelos com magreza excessiva*. Disponível em <br.reuters.com>. Acesso em 4 nov. 2015.

Questão

Com base no que estudou sobre a alegoria da caverna, que semelhanças você estabelece entre os modelos contemporâneos de beleza e o mundo das ideias de Platão?

Teoria da reminiscência

Como é possível ultrapassar o mundo das aparências ilusórias? Platão supõe que o puro espírito já teria contemplado o mundo das ideias, mas tudo esquece quando se degrada ao se tornar prisioneiro do corpo, considerado o "túmulo da alma". Pela *teoria da reminiscência*, Platão explica como os sentidos despertam na alma as lembranças adormecidas. Em outras palavras, conhecer é lembrar.

Esse assunto é abordado na obra *Mênon*. Nesse diálogo, para ilustrar a teoria da reminiscência, o personagem Sócrates chama um escravo e lhe pede que examine algumas figuras sensíveis e, por meio de perguntas, o estimula a "lembrar-se" das ideias e a descobrir uma verdade geométrica.

Se retomarmos o que foi comentado a respeito dos pré-socráticos, podemos constatar que Platão procura superar a oposição entre o pensamento de Heráclito, que afirma a mutabilidade essencial do ser, e o de Parmênides, para quem o ser é imóvel. Platão resolve o problema com a teoria do mundo das ideias – que se refere ao ser parmenídeo – e do mundo dos fenômenos, referente ao devir heraclitiano. A filosofia platônica também foi estimulada pelos sofistas. No esforço de se contrapor criticamente a eles, Platão elaborou uma dialética que conduz à verdade.

6 Filosofia de Aristóteles

No século IV a.C., a reflexão filosófica já se encontrava amadurecida e sistematizada nas suas diversas áreas com Aristóteles. Mais ainda, foi ele que estabeleceu as linhas mestras da lógica, o principal instrumento do filosofar. Discutiu sobre os primeiros princípios, sobre as proposições e argumentos (indução, dedução e analogia). Por meio das regras do silogismo, indicou maneiras de evitar falácias e argumentos não válidos.[2]

[2] Mais referências à lógica no capítulo 8, "Lógica: aristotélica e simbólica".

Metafísica

Entre as diversas contribuições de Aristóteles, destacam-se os conceitos que explicam o "ser em geral", área da filosofia que hoje chamamos de *metafísica*, embora ele próprio usasse a denominação *filosofia primeira*.

Para saber mais

O termo "metafísica" surgiu no século I a.C., quando Andrônico de Rodes, ao classificar as obras de Aristóteles, dispôs a obra de *filosofia primeira* após as obras de física: *metà physis*, ou seja, "depois da física". Posteriormente, esse "depois", puramente espacial, foi entendido como "além", por tratar de temas que transcendem a física, que estão além das questões relativas ao conhecimento do mundo sensível.

Nas obras *Metafísica* e *Sobre a alma*, Aristóteles desenvolve sua teoria do conhecimento. O conhecimento sensível e o conhecimento racional são distintos, mas ambos dependem um do outro. Para Aristóteles, a origem das ideias é explicada pela abstração, por meio da qual o intelecto, partindo das imagens sensíveis das coisas particulares (conhecimento sensível), elabora os conceitos universais (conhecimento racional). Fica clara, portanto, a oposição à teoria das ideias de Platão, pois, para Aristóteles, nada há no intelecto que não tenha passado primeiro pelos sentidos.

A filosofia primeira não é primeira na ordem do conhecer, já que partimos do conhecimento sensível. Cabe a ela buscar as causas mais universais e, portanto, as mais distantes dos sentidos. Trata-se da parte nuclear da filosofia, na qual se estuda "o ser enquanto ser", isto é, o ser independentemente de suas determinações particulares. É a metafísica que fornece a todas as outras ciências o fundamento comum, o objeto que elas investigam e os princípios dos quais dependem.

Quem é?

Aristóteles (c. 384-322 a.C.) nasceu em Estagira, na Macedônia – por isso, às vezes, recebe a designação de estagirita. Com 17 anos foi para Atenas estudar na Academia de Platão. A fidelidade ao mestre foi entremeada por críticas. Após a morte de Platão, em 347 a.C., viajou por diversos lugares e foi preceptor do jovem de 13 anos que se tornaria Alexandre, o Grande, da Macedônia. De volta a Atenas, fundou o Liceu, em 335 a.C., assim chamado por ser vizinho do templo de Apolo Lício. Segundo alguns, Aristóteles e os discípulos caminhavam pelo jardim do Liceu, por isso a filosofia aristotélica às vezes é designada *peripatética* (do grego *peri*, "à volta de", e *patéo*, "caminhar"). Em meados da Idade Média, seu pensamento ressurgiu com vigor, adaptado às teses religiosas. Apesar das críticas sofridas a partir da Idade Moderna, permanece até hoje como referência, sobretudo nas áreas de lógica, metafísica, política e ética.



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Busto romano do filósofo Aristóteles (século I d.C.). Autoria desconhecida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por exemplo, podemos dizer de uma coisa que ela é *diferente* de todas as outras; ou *semelhante* a algumas; ou que pertence a determinado *gênero* ou *espécie*; que é uma *totalidade* ou apenas uma *parte*; que é *perfeita* ou *imperfeita*; e assim por diante. Esses são conceitos ligados ao ser, e cabe à metafísica examiná-los, ou seja, refletir sobre o ser e suas propriedades.

O conhecimento pelas causas

Aristóteles define a ciência como conhecimento verdadeiro, conhecimento pelas causas, por meio do qual é possível superar os enganos da opinião e compreender a natureza da mudança, do movimento. Desse modo, recusa a teoria das ideias de Platão e sua interpretação radical sobre a oposição entre mundo sensível e mundo inteligível.

Para entender a teoria aristotélica, vamos descrever três distinções fundamentais realizadas pelo filósofo: substância-essência-acidente; matéria-forma; potência-ato. Esses conceitos, por sua vez, servem para compreender a teoria das quatro causas.

Substância: essência e acidente

Costuma-se dizer que Aristóteles "traz as ideias do céu à terra" porque, para rejeitar a teoria das ideias de Platão, reuniu o mundo sensível e o inteligível no conceito de *substância*: cada ser que existe é uma substância. A substância é "aquilo que é em si mesmo", o suporte dos atributos. Esses atributos podem ser essenciais ou acidentais:

- a *essência* é o atributo que convém à substância de tal modo que, se lhe faltasse, a substância não seria o que é;
- o *acidente* é o atributo que a substância pode ter ou não, sem deixar de ser o que é.

Por exemplo: a substância individual "esta pessoa" tem como características essenciais os atributos da humanidade (Aristóteles diria que a racionalidade é a essência do ser humano). Os acidentais são, entre outros, ser gordo, velho ou belo, atributos que não mudam o ser humano na sua essência.

Matéria e forma

Além dos conceitos de essência e acidente, Aristóteles recorre às noções de *matéria* e *forma*. Todo ser é constituído de matéria e forma, princípios indissociáveis.

- A *matéria* é o princípio indeterminado de que o mundo físico é composto, é "aquilo de que é feito algo". Trata-se da matéria indeterminada. Quando nos referimos à matéria concreta, trata-se de matéria segunda.
- A *forma* é "aquilo que faz que uma coisa seja o que é". Nesse sentido, a forma é geral (o que faz com que todo animal ou vegetal sejam o que são).

A forma é o princípio inteligível, a essência comum aos indivíduos da mesma espécie pela qual todos são o que são, enquanto a matéria é pura passividade e contém a forma em potência.

O movimento (devir) é explicado por meio das noções de substância e acidente, de matéria e forma. Para Aristóteles, todo ser tende a tornar atual a forma que tem em si como potência. Por exemplo, a semente, quando enterrada, tende a se desenvolver e a se transformar no carvalho que é em potência.

Potência e ato

Ao explicitar os conceitos de matéria e forma, é necessário recorrer aos de *potência* e *ato*, que explicam como dois seres diferentes podem entrar em relação, atuando um sobre o outro.

- A *potência* é a capacidade de tornar-se alguma coisa, é aquilo que uma coisa poderá vir a ser. Para se atualizar, todo ser precisa sofrer a ação de outro já em ato. O conceito aristotélico de potência não se confunde com força: trata-se de uma potencialidade, a ausência de perfeição em um ser que pode vir a possuir essa perfeição.
- O *ato* é a essência (a forma) da coisa como é aqui e agora.

Não se trata de uma atualização de uma vez por todas, porque cada ser continua em movimento, recebendo novas formas: os seres vivos nascem e morrem, o feto se transforma em recém-nascido, depois em criança e, na sequência, em adolescente, jovem, idoso.

Recapitulando os conceitos aristotélicos: todo ser é uma substância constituída de matéria e forma; a matéria é potência, o que tende a ser; a forma é o ato. O movimento é, portanto, a forma atualizando a matéria; é a passagem da potência ao ato, do possível ao real.

Para refletir

Até hoje costumamos nos referir às potencialidades de cada um de nós. Seguindo o critério aristotélico, reflita: quais são suas potencialidades essenciais? E as acidentais?

Teoria das quatro causas

As considerações anteriores tornam mais claro o *princípio de causalidade*, de acordo com Aristóteles: "Tudo o que se move é necessariamente movido por outro". O devir consiste na tendência que todo ser tem de realizar a forma que lhe é própria.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Há quatro sentidos para causa: material, eficiente, formal e final.

Por exemplo, numa estátua:

- a causa *material* é aquilo *de que* a coisa é feita (o mármore);
- a causa *eficiente* é aquela que dá impulso ao *movimento* (o escultor que a modela);
- a causa *formal* é aquilo que a coisa *tende* a ser (a forma que a estátua adquire);
- a causa *final* é aquilo *para o qual* a coisa é feita (a finalidade de fazer a estátua: beleza, glória, devoção religiosa etc.).

Essas são as causas que explicam o movimento, que para Aristóteles é eterno.



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – MUSEUS DO VATICANO, CIDADE DO VATICANO

Filosofia (1508), detalhe de afresco de Rafael Sanzio. Ao lado da Filosofia, anjos carregam tabuletas que lembram a base da ciência aristotélica: *causarum cognitio* (conhecimento pelas causas). A tradução para o latim e os anjos indicam a releitura de Aristóteles levada a efeito pelos filósofos cristãos da Idade Média.

Deus: Primeiro Motor Imóvel

A descrição das relações entre as coisas leva ao reconhecimento da existência de um ser superior e necessário, ou seja, Deus. Porque, se as coisas são contingentes – pois não têm em si mesmas a razão de sua existência –, é preciso concluir que são produzidas por causas exteriores a elas. Ou seja, todo ser contingente foi produzido por outro ser, que também é contingente, e assim por diante. Para não ir ao infinito na sequência de causas, é preciso admitir uma primeira causa, por sua vez não causada, um ser necessário (e não contingente).

Vale lembrar que, para os gregos antigos, a matéria é eterna, portanto Deus não é criador. Segundo Aristóteles, Deus não conhece nem ama os seres individualmente. Ele é puro pensamento, que pensa a si mesmo, é "pensamento de pensamento". Por isso a teologia aristotélica é filosófica, não religiosa.

O Primeiro Motor Imóvel – por não ser movido por nenhum outro – é também um puro ato (sem nenhuma potência). Segundo Aristóteles, Deus é Ato Puro, Ser Necessário, Causa Primeira de tudo o que existe. No entanto, se Aristóteles considera Deus o Primeiro Motor Imóvel, como poderia mover algo? Porque Deus não é o Primeiro Motor como causa eficiente, mas como causa final: Deus move por atração, ele tudo atrai, como "perfeição" que é.

Crítica de Aristóteles aos antecessores

Além da metafísica, Aristóteles estabeleceu os princípios da lógica formal. Com esses princípios lógicos e os conceitos metafísicos, criticou os filósofos que o antecederam, sobretudo Heráclito, Parmênides e Platão.

Contra Heráclito, segundo o qual tudo está em constante movimento, Aristóteles demonstra que em toda transformação há algo que muda e algo que permanece; e, pelo princípio de contradição, que um ser não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Do mesmo modo critica Parmênides, por ter afirmado que o ser é imóvel, reduzindo o movimento ao mundo sensível. Igualmente, rejeitou a teoria das ideias de Platão.

Para Aristóteles, se o conhecimento se faz com conceitos universais, esses mesmos conceitos são aplicados a cada coisa individualmente. Com isso, não é preciso justificar a imobilidade do ser (como Parmênides) nem criar o mundo das essências imutáveis, como pretendeu Platão.

7 Europa cristianizada: fé e razão

No período posterior à filosofia clássica, teve início o helenismo, que se caracterizou pela fusão das culturas grega e oriental. Estendeu-se desde o século III a.C. até o século III d.C. As principais expressões filosóficas foram o estoicismo, o epicurismo e o ceticismo.[3]

[3] Mais referências sobre estoicismo, epicurismo e ceticismo no capítulo 16, "Teorias éticas: abordagem cronológica".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por volta do século II d.C., o cristianismo começou a se expressar em contraposição à cultura greco-romana então vigente. Diante das diferenças entre o politeísmo greco-romano e o monoteísmo cristão, é possível entender por que o cristianismo, de início perseguido, ao começar a ser aceito e expandido, se contrapôs às concepções tradicionais a fim de conseguir adeptos para sua fé.

A principal das fontes utilizadas pelo cristianismo era a revelação divina: chama-se *revelação* a manifestação de Deus ao homem por meio de uma série de verdades ou mandamentos, seja pela palavra, seja nos outros signos, geralmente recolhidos nas obras sagradas, como a *Bíblia*, composta pelo Velho Testamento – herdado dos judeus – e o Novo Testamento – escrito pelos apóstolos após a morte de Jesus.

Patrística

Além da *Bíblia*, os teólogos resolveram usar os textos dos filósofos pagãos, adaptando-os à nova fé. Essas fontes eram bastante variáveis, dependendo do que havia disponível, como Cícero, pensador do helenismo romano, e Plotino (c. 204-270), um neoplatônico. Também as teorias estoicas foram bem-aceitas ainda na época do Império Romano e fecundaram as ideias ascéticas do período medieval: o controle das paixões tinha em vista a vida futura, quando, de acordo com os teólogos, realmente os seres humanos poderiam ser felizes.

Os religiosos que elaboraram a doutrina cristã foram chamados Padres da Igreja, daí derivando a denominação de Patrística. A Patrística estendeu-se ainda na Antiguidade do século II ao V, portanto, no período de decadência do Império Romano. Distinguimos na Patrística dois momentos importantes:

- do século II ao IV, com os primeiros Padres da Igreja;
- nos séculos IV e V, o auge da Patrística, com Agostinho de Hipona.

No esforço de converter os pagãos e combater as heresias, os primeiros Padres da Igreja escreveram obras de apologética. Os mais antigos são os apologistas gregos, entre os quais se destacou Justino (século II).

Pagão: aquele que não foi batizado ou aquilo que advém de uma cultura que não adota o sacramento do batismo. Assim eram chamados os não cristãos.

Ascético: relativo ao ascetismo, doutrina moral que preconiza privações e mortificações para alcançar o domínio de si.

Heresia: doutrina que se opõe aos dogmas da Igreja.

Apologética: defesa da fé por meio de argumentos racionais.

Para refletir

Os monges copistas cumpriram uma função importante na Idade Média ao reproduzir ou traduzir obras clássicas. Os manuscritos, em letra gótica, eram ornados com iluminuras – ilustrações com figuras e arabescos. Cada capítulo geralmente começava com uma capitular – a primeira letra – em tamanho maior e ricamente trabalhada. Tratava-se de uma arte e, como tal, exigia habilidade e talento. Reflita sobre as diferenças ocorridas nesses três momentos:

a) Nas bibliotecas medievais, situadas em abadias e conventos, quem decidia o que deveria ser copiado? Quem tinha acesso aos manuscritos?

b) O que significou, no século XVI, a invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg, permitindo a divulgação mais rápida de livros pela imprensa?

c) O que mudou nos tempos atuais, com a informação circulando pelas infovias da internet? Quais as consequências da exclusão digital num mundo em que a informação está cada vez mais digitalizada?



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Página de um manuscrito medieval com iluminura, 1300-1310.

Agostinho, bispo de Hipona

O principal nome da Patrística foi Agostinho de Tagaste – também conhecido como Santo Agostinho, bispo de Hipona (África). É significativo o fato de ter vivido no findar do mundo antigo, quando os bárbaros avançavam sobre o Império Romano. Portanto, Agostinho encontra-se no eclipsar de um mundo que se extinguia e no limiar de outro que ele efetivamente ajudou a delinear.

Teoria da iluminação

Agostinho retomou a filosofia de Platão por meio de seus comentadores, sobretudo Plotino, e adaptou-a ao cristianismo. Aceitou a dicotomia platônica entre "mundo sensível e mundo das ideias", mas substituiu este último pelas ideias divinas. Do mesmo modo, adaptou ao cristianismo a teoria da reminiscência, que em Platão significava a contemplação das essências no mundo das ideias antes da vida presente. Em contraposição, Agostinho desenvolveu a *teoria da iluminação*, pela qual possuímos as verdades eternas porque as recebemos de Deus: como o Sol, Deus ilumina a razão e torna possível o pensar correto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

De fato, ainda que imperfeito e inquieto, o ser humano é capaz de intuir verdades imutáveis e absolutas, superiores à sua capacidade porque elas derivam de Deus, que é a Verdade Absoluta. Ao mesmo tempo, concluiu que reside aí a prova da existência de Deus, pois se a mente, que é imperfeita, intui verdades imutáveis é porque existe a Verdade Imutável, que é Deus.

Para o teólogo e filósofo Agostinho, a aliança entre fé e razão significava reconhecer a razão como *auxiliar* da fé e, portanto, a ela subordinada. Agostinho sintetiza essa tendência com a expressão latina "*Credo ut intelligam*" ("Creio para que possa entender").

Escolástica

Após a queda do Império Romano, formaram-se novos reinos bárbaros. Lentamente nascia a ordem feudal, em cujo topo da pirâmide se encontravam os nobres e o clero. Nesse contexto, a Igreja Católica consolidou-se como força espiritual e política.

A Igreja representava então um elemento agregador em diversos setores. Atuou de maneira decisiva do ponto de vista cultural, pois a herança greco-latina foi preservada nos mosteiros. Os monges eram os únicos letrados, o que explica a impregnação religiosa nos princípios morais, políticos e jurídicos da sociedade medieval.

No segundo período medieval, conhecido como Baixa Idade Média, notavam-se mudanças fundamentais no campo da cultura já a partir do século XI, sobretudo em razão do renascimento urbano. Ameaças de ruptura da unidade da Igreja e heresias anunciavam o novo tempo de contestação e debates em que a razão buscava sua autonomia. Fundamental nesse processo foi a criação por toda a Europa de inúmeras universidades, que se tornaram focos por excelência de fermentação intelectual.

Com essas mudanças, a Escolástica, que teve em Tomás de Aquino seu principal representante, surgiu como nova expressão da filosofia cristã. Persistia ainda a aliança entre razão e fé, em que a filosofia continuava como "serva da teologia".

Com o aumento das heresias, a partir do século XII os tribunais da Inquisição ou Santo Ofício se espalharam pela Europa para apurar os "desvios da fé". Ordens religiosas, sobretudo a dos dominicanos, assumiram o controle, aplicando a censura a livros e determinando a punição dos dissidentes, até mesmo com a morte.



Do século X ao XIV foram fundadas mais de 80 universidades na Europa, nas quais eram estudados teologia, filosofia, medicina, direito, física, astronomia e matemática. Muitas construções daquela época existem até hoje, como o prédio da Universidade de Oxford, na Inglaterra, que data do século XII.

Na América, devido ao longo período de colonização, foram fundadas apenas duas universidades no século XVI, uma no México e outra no Peru. As outras surgiram apenas no século XIX: a primeira, em 1819, nos Estados Unidos. No Brasil, cursos superiores foram implantados no século XIX (médico-cirúrgicos, em 1808; jurídicos, em 1827; engenharia civil, em 1874), mas as primeiras universidades surgiram apenas no século XX, com a Escola Universitária Livre de Manaus (de duração efêmera), a Universidade do Paraná e a Universidade de São Paulo. Ainda assim, todas essas e as que se seguiram atendiam a um número restrito de alunos, até sua expansão, apenas na década de 1970.

Fonte: *Atlas historique*: de l'apparition de l'homme sur la Terre à l'ère atomique. Paris: Perrin, 1987. p. 176.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É possível discutir com os alunos o teor da legenda e o que representou para o Brasil a demora em dispor de instituições de cursos superiores, às quais grande parte da população ainda não tem acesso.

A questão dos universais

Desde o século XI até o XIV, uma polêmica marcou as discussões sobre a questão dos universais. O que são *universais*? O *universal* é o conceito, a ideia, a essência comum a todas as coisas. Por exemplo, o conceito de ser humano, animal, casa, bola, cadeira, círculo.

Em outras palavras, as perguntas eram as seguintes: gêneros e espécies existem separadamente dos objetos percebidos pelos sentidos? Ou seja: este cão existe, mas a espécie "canina" e o gênero "animal" teriam existência real? Seriam *realidades*, *ideias* ou apenas *palavras*?

As principais soluções apresentadas foram: realismo, realismo moderado, nominalismo e conceptualismo.

- Para os *realistas*, como Anselmo (século XI) e Guilherme de Champeaux (século XII), o universal tem realidade objetiva (são *res*, ou seja, "coisa" em latim). Essa posição é claramente influenciada pela teoria das ideias de Platão.
- O *realismo moderado* é representado no século XIII por Tomás de Aquino. Como aristotélico, afirma que os universais só existem formalmente no espírito, embora tenham fundamento nas coisas.
- Para os *nominalistas*, como Roscelino (século XI), o universal é apenas o que é expresso em um nome. Ou seja, os universais são *palavras*, sem nenhuma realidade específica correspondente. A tendência nominalista reapareceu com algumas nuanças diferentes no século XIV, com o inglês Guilherme de Ockham, franciscano que representa a reação à filosofia aristotélico-tomista.
- A posição do *conceptualismo* é intermediária entre o realismo e o nominalismo e teve como principal defensor Pedro Abelardo (século XII). Para ele, os universais são conceitos, entidades mentais que existem somente no espírito.

As divergências sobre os universais podem ser analisadas valendo-se das contradições e fissuras que se instalaram na compreensão mística do mundo medieval. Nesse aspecto, os realistas são os partidários da tradição e por isso valorizavam o universal, a autoridade, a verdade eterna representada pela fé. Para os nominalistas, o individual é mais real, o que indica o deslocamento do critério de verdade da fé e da autoridade para a razão humana. Naquele momento histórico do final da Idade Média, o nominalismo representou o racionalismo burguês em oposição às forças feudais que desejava superar.

Para saber mais

A questão dos universais não é um problema restrito à Idade Média. Os filósofos empiristas (Hobbes, Hume e Condillac) são nominalistas ao concluírem que as ideias não existem em si, pois só é possível conhecer algo pela experiência. Nas atuais filosofias contemporâneas, como na filosofia da linguagem, o que é posto em discussão é a relação entre linguagem e realidade.

Para refletir



20TH CENTURY FOX FILM CORP/EVERETT COLLECTION/EASYPIX BRASIL

Sean Connery (Guilherme de Baskerville) e Christian Slater (o noviço Adso de Melk) na adaptação para o cinema de *O nome da rosa*, 1986.

O nome da rosa, romance de Umberto Eco, conta a história de um franciscano inglês, Guilherme de Baskerville, e seu discípulo, o noviço Adso de Melk, que chegam a um mosteiro dominicano na Itália em 1327. Guilherme conversa com o noviço a respeito de um tema que podemos relacionar com a questão dos universais. Ele diz que, ao observarmos algo a distância, não sabemos dizer o que é: parece um corpo, mas quando nos aproximamos vemos um animal. E completa:

.....

> E somente quando estiveres à distância apropriada verás que é Brunello (ou esse cavalo e não outro, qualquer que seja o modo como decidas chamá-lo). E esse será o conhecimento pleno, a intuição do singular. [...] De modo que as ideias, que eu usava antes para figurar-me um cavalo que ainda não vira, eram puros signos, como eram signos da ideia de cavalo as pegadas sobre a neve: e usam-se signos e signos de signos apenas quando nos fazem falta as coisas.
>
> ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 43.

.....

Identifique a tendência na qual poderíamos incluir frei Guilherme a propósito da questão dos universais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tomás de Aquino: apogeu da Escolástica

Vimos que desde o início do pensamento cristão os teólogos sofreram influência do neoplatonismo, porque poucas obras de Aristóteles eram conhecidas. As primeiras traduções, feitas por árabes, foram rejeitadas por conter interpretações consideradas perigosas para a fé cristã.

No século XIII, o monge dominicano Tomás de Aquino (1225-1274) teve contato com o pensamento de Aristóteles por meio do árabe Averróis, a quem ele chamava de "O comentador". Seu interesse o aproximou de recentes traduções feitas diretamente do grego e desse modo pôde investigar mais profundamente o aristotelismo, adequando-o à fé cristã. Sua obra principal, a *Suma teológica*, constitui a mais fecunda síntese da Escolástica e por isso mesmo se tornou a expressão da chamada *filosofia aristotélico-tomista*.

Embora continuasse a valorizar a fé como instrumento de conhecimento, Tomás de Aquino não desconsiderou a importância do "conhecimento natural". De maneira semelhante a Aristóteles, Aquino reconheceu a participação dos sentidos e do intelecto: o conhecimento começa pelo contato com as coisas concretas, passa pelos sentidos internos da fantasia ou imaginação até a apreensão de formas abstratas. Desse modo, o conhecimento processa um salto qualitativo desde a apreensão da imagem, que é concreta e particular, até a elaboração da ideia, abstrata e universal.

Por exemplo, se a razão não pode conhecer a essência de Deus, pode, no entanto, demonstrar sua existência ou a criação divina do mundo. Vejamos como se desenvolve a argumentação de Aquino.

Provas da existência de Deus

As chamadas "cinco vias" da prova da existência de Deus estão baseadas na *Metafísica*, de Aristóteles, na qual ele explica o movimento do mundo pela existência necessária de uma causa primeira, que é o Primeiro Motor Imóvel.

Tomás de Aquino retoma esse tema na *Suma teológica*. Vejamos quais são os argumentos racionais que fundamentam um dado que, para o filósofo, advém da fé.

- O *movimento*: conforme a teoria do ato e potência, só algo em ato pode mover o que existe em potência; portanto, tudo que se move deve ser movido por outro, pois nada se move por si mesmo. A fim de evitar uma regressão ao infinito, o que seria absurdo, é necessário concluir que existe um motor que move todas as coisas e não é movido, ou seja, Deus.
- A *causa eficiente*: nada pode ser causa de si mesmo, senão seria anterior a si mesmo; por não poder seguir um processo infinito, é preciso admitir uma causa primeira que não é causada – Deus.
- *Contingência* e *necessidade*: um ser contingente é aquele cuja existência depende de outro; mas, se todos fossem contingentes, nada existiria; portanto, deve haver um ser necessário, que é Deus.
- Os *graus de perfeição*: todos os seres têm graus diferentes de perfeição, qualidades que podem ser comparadas, mas só um ser teria o máximo de perfeição, ou seja, o máximo de realização de atributos e qualidades.
- A *causa final* (ou *argumento teleológico*): toda a natureza tem uma finalidade, um propósito, caso contrário não haveria ordem; deve haver uma inteligência ordenadora, que é Deus.

As cinco vias denotam o esforço de Tomás de Aquino para desenvolver uma "teologia natural", que mais tarde Leibniz chamará de *teodiceia*, ou seja, o conhecimento racional de Deus.

Crise da Escolástica

É certo que a recuperação do aristotelismo se revelou recurso importante no tempo de Tomás de Aquino. No final da Idade Média, porém, a Escolástica padecia com o autoritarismo de seus seguidores, o que provocou consequências nocivas para o pensamento filosófico e científico. Posturas dogmáticas, contrárias à reflexão, obstruíam as pesquisas e a livre investigação. O *princípio da autoridade*, ou seja, a aceitação cega das afirmações contidas nos textos bíblicos e nos livros dos grandes pensadores, sobretudo Aristóteles, impedia qualquer inovação.

Paralelamente às elaborações teóricas que justificavam o poder religioso sobre o poder secular, a sociedade medieval transformava-se, gerando anseios de laicização, isto é, de assumir uma orientação não religiosa.

Para saber mais

O pensamento de Tomás de Aquino ressurgiu no século XIX por obra do papa Leão XIII. O neotomismo representa o esforço de restauração da "filosofia cristã". No Brasil, durante o período colonial, os jesuítas ensinavam o tomismo e, em 1908, foi fundada no Mosteiro de São Bento, em São Paulo, a Faculdade Livre de Filosofia e Letras, na qual ministraram aulas filósofos belgas seguidores dessa tendência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Teoria da reminiscência

"Sócrates – De fato, a alma que nunca viu a verdade não pode jamais assumir uma forma humana, visto que um ser humano tem que compreender o discurso em termos formais gerais procedendo à reunião de muitas percepções dos sentidos numa unidade raciocinada; isso corresponde a uma reminiscência das coisas que nossa alma outrora contemplou quando esteve viajando com o deus e, elevando sua visão acima das coisas que dizemos agora existirem, ascendeu ao ser real. E, portanto, é com justiça que somente a alma do amante da sabedoria (filósofo) tem asas, pois ele está sempre, na medida de sua capacidade, em comunhão, através da memória, com essas coisas cuja comunhão torna os deuses divinos. Ora, um homem que utiliza corretamente tais memórias está sempre iniciado nos perfeitos mistérios e ele, exclusivamente, em realidade torna-se perfeito; entretanto, como ele se afasta dos interesses humanos e volta sua atenção para o divino, é censurado pelas pessoas ordinárias que o julgam perturbado e que ignoram que é inspirado pela divindade.

Todo meu discurso até agora foi acerca do quarto tipo de loucura, que leva a ser considerado como louco aquele que ao ver a beleza sobre a Terra, ao se lembrar da verdadeira beleza, sente que suas asas crescem e anseia por estendê-las para um voo ascendente, porém não é capaz de fazê-lo e, como uma ave, fita o alto e não presta atenção nas coisas abaixo. Foi mostrado por meu discurso que de todas as inspirações pela divindade essa é a melhor e a mais nobre para quem possui ou dela participa, e que aquele que é amante do belo, participando dessa loucura, é chamado de amante. De fato, como foi dito, toda alma humana por força da natureza contemplou as coisas que são, pois, se assim não fosse, não teria adentrado essa forma de estar vivo; não é fácil, contudo, para todas as almas obter a partir de coisas terrestres uma reminiscência dessas realidades (coisas que são), quer para os que delas tiveram uma efêmera visão nessa ocasião anterior, quer para os que, após caírem na Terra, foram tão infelizes a ponto de serem desviados para a injustiça devido a más companhias e terem esquecido as visões sagradas que uma vez experimentaram. São poucos, portanto, os que retêm uma adequada reminiscência delas; e eles são tomados de espanto e não conseguem mais ter controle sobre si mesmos ao perceberem uma semelhança daquilo que viram no alto. Não compreendem a condição em que se encontram porque sua percepção não é clara. A justiça e o autocontrole não irradiam luz através de suas imagens aqui, nem o fazem os demais objetos pelos quais tem apreço a alma. Somente uns poucos indivíduos, se aproximando das imagens através dos imprecisos órgãos dos sentidos, com dificuldade nelas entreveem a natureza daquilo que imitam. Naquela ocasião anterior, contudo, eles viram a beleza fulgurante, quando junto aos abençoados – seguindo nós [os filósofos] no coro de Zeus, enquanto os outros naquele de algum outro deus – contemplaram a visão abençoada e espetacular e foram iniciados no que podemos acertadamente classificar como o mais abençoado dos mistérios, que foram celebrados por nós num estado de perfeição, quando éramos inexperientes nos males que nos aguardavam no porvir e nos era permitido contemplar, como iniciados, as aparições perfeitas, simples, serenas e afortunadas que vimos na luz pura, sendo nós mesmos puros e não inumados nisso que carregamos conosco agora, a que damos o nome de corpo, no qual estamos aprisionados como uma ostra em sua concha.

E basta no que respeita a uma lembrança que me levou a alongar o meu discurso envolvido pela saudade do passado. A beleza, como eu disse antes, resplandecia entre aquelas aparições, e desde que descemos aqui vemo-la irradiando através do mais claro de nossos sentidos; de fato, a visão é o mais agudo dos sentidos corpóreos, ainda que a sabedoria não seja vista através dela, pois despertaria um amor terrível se uma imagem sua fosse transmitida por nossa visão tão claramente quanto ocorre com a beleza, o mesmo valendo para outras realidades de inspiração amorosa."

PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2011. p. 84-86. (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo)

Inumado: sepultado; no contexto, estar preso ao corpo.

Questões

1. De acordo com o texto, o que diferencia o conhecimento do filósofo daquele obtido pelos demais?
2. Selecione trechos do texto que confirmam a teoria platônica da reminiscência.
3. O personagem Sócrates diz que "a visão é o mais agudo dos sentidos corpóreos, ainda que a sabedoria não seja vista através dela". Explique essa afirmação utilizando o conceito platônico de ascensão dialética do conhecimento.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Por que os sofistas foram depreciados pelos filósofos seus contemporâneos? Apesar disso, qual foi o legado deles?
2. Como Platão supera as doutrinas dos pré-socráticos Heráclito e Parmênides?
3. Por que, para os filósofos cristãos da Idade Média, a filosofia não é a busca da verdade?
4. Como foi possível Agostinho aceitar a filosofia platônica, mesmo se tratando de pensamento pagão?
5. Explique qual foi a importância de Tomás de Aquino.

Aplicando os conceitos

6. Leia as citações de Parmênides e explique seu significado. Compare-as com o pensamento de Heráclito.

.....

Necessário é dizer e pensar que só o ser é; pois o ser é, e o nada, ao contrário, nada é: afirmação que bem deves considerar.

[...]

Por outro lado, [o ser] imóvel nos limites de seus poderosos liames, é sem começo e sem fim; pois geração e destruição foram afastadas para longe, repudiadas pela verdadeira convicção. Permanecendo idêntico e em um mesmo estado, descansa em si próprio, sempre imutavelmente fixo e no mesmo lugar.

PARMÊNIDES. In: BORNHEIM, Gerd A. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 55-56.

.....

7. Leia a citação e responda às questões a seguir.

.....

[Certas] questões principais ocupam o espírito de Aristóteles. É possível uma ciência única e suprema da metafísica – uma ciência sinóptica que estude a natureza não desta ou daquela realidade, mas do real em si, e deduza de algum princípio central a natureza detalhada do Universo? Sua resposta [...] é que uma ciência da metafísica é possível. Tudo que é possui uma natureza que lhe pertence apenas como ser, e essa natureza pode ser conhecida. Há certos princípios que são verdadeiros de tudo que é e que se acham na base de toda demonstração – as leis da contradição e da exclusão do meio-termo. [...] O ser não é um atributo que pertença exatamente no mesmo sentido a tudo que existe. Há uma espécie de ser que é no sentido mais estrito e mais completo – a saber, a substância; e todas as outras coisas são simplesmente porque guardam alguma relação definida com a substância – como qualidades da substância, relações entre substâncias, etc.

ROSS, W. D. A metafísica de Aristóteles. In: ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 3.

.....

a) De acordo com o texto, no que consiste a metafísica?
b) Por que o conceito aristotélico de substância se contrapõe à teoria das ideias de Platão? Explique.

8. O problema da relação entre as ideias e as coisas levou os filósofos a se perguntarem "onde estão as ideias das coisas?". Explique quais foram as soluções apresentadas pelos filósofos medievais que se empenharam na chamada "questão dos universais".
9. Na Idade Média, o Santo Ofício foi responsável pela censura e pelo julgamento político de obras e ações consideradas heréticas. Em que medida ainda hoje a cultura está sujeita a riscos semelhantes?
10. Leia a citação de Tomás de Aquino e responda às questões.

.....

Encontramos nas coisas sensíveis uma ordem de causas eficientes, já que nada pode ser causa eficiente de si mesmo, pois se assim o fosse existiria antes de si mesmo, o que é impossível. Também não é possível proceder indefinidamente nas causas eficientes. Em todas as causas eficientes ordenadas, em primeiro lugar está a causa do que se encontra no meio, e o que se encontra no meio é causa do que está em último lugar, tanto se os intermediários forem muitos, quanto se for um só; tiradas as causas, tira-se o efeito; logo, se não for primeiro nas causas eficientes, não será nem em último, nem no meio. Se, porém, procedermos de forma indefinida nas causas eficientes, não haverá primeira causa eficiente, e, portanto, não haverá também nem efeito último nem causas intermediárias, o que é evidentemente falso. Logo, é necessário admitir alguma causa eficiente primeira [...].

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p. 70.

.....

a) A que se refere Tomás de Aquino nesse trecho? Qual seria a causa eficiente primeira?
b) Qual é a influência de Aristóteles na argumentação de Tomás de Aquino?
c) Em que a posição de Aquino se distingue da teoria aristotélica?

Dissertação

11. Aristóteles, ao criticar seu mestre, afirmou que era "amigo de Platão, porém mais amigo da verdade". Faça uma dissertação relacionando essa frase com as características essenciais da filosofia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

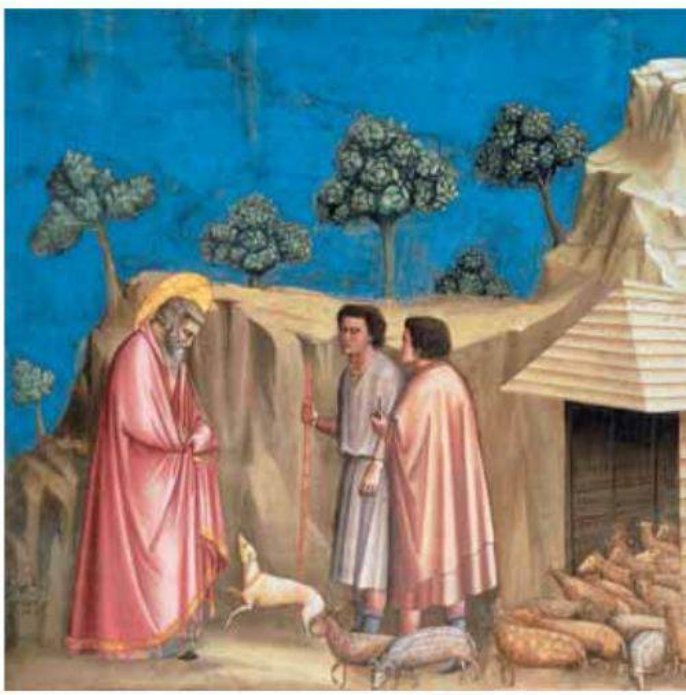
CAPÍTULO 10

Filosofia moderna e crise da metafísica



ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK – BASÍLICA DE SÃO VITAL, RAVENA

O imperador Justiniano e seu séquito (século VI), mosaico bizantino.



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – CAPELA SCROVEGNI PADUA

O retiro de São Joaquim entre os pastores (1304-1306), detalhe de afresco de Giotto.

Os principais objetivos deste capítulo são: distinguir racionalismo e empirismo; compreender a dúvida metódica cartesiana; identificar as características empiristas de Descartes; diferenciar o pensamento dos três principais empiristas (Bacon, Locke e Hume); caracterizar o ceticismo de Hume e o criticismo de Kant; compreender como Kant supera racionalismo e empirismo; distinguir dialética hegeliana e dialética marxista; contextualizar o positivismo; caracterizar materialismo dialético e materialismo histórico; e compreender o conceito de ideologia.
Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: racionalismo, empirismo, dúvida metódica, *cogito*, ideia inata, ídolos, princípio de causalidade e ceticismo.

O afresco de Giotto denota o novo olhar sobre o mundo e prenuncia a atenção com o conhecimento da natureza, o que pode sugerir o interesse pela experiência que iria orientar o novo método científico. E, do ponto de vista da filosofia, um olhar para a subjetividade.

Observe as imagens. O mosaico bizantino data do século VI, enquanto o afresco de Giotto (1266-1337) é do início do século XIV. Essas obras representam, portanto, dois momentos históricos diferentes. No mosaico bizantino, o imperador Justiniano está no centro e é a figura maior do seu séquito. A rigidez e a imobilidade da representação não decorrem da inabilidade do artista, mas da maneira pela qual se expressa a severa hierarquia de classes, estabelecida pela organização social teocrática do Império Romano do Oriente.

Por sua vez, Giotto, primeiro mestre do novo humanismo pré-renascentista, rompeu com o estilo linear da era bizantina e quebrou a rigidez da representação. A cena situa-se em uma paisagem terrena, com árvores, pedras, animais; as figuras humanas sugerem "movimento" e são expressivas; há o esforço do pintor para superar a bidimensionalidade, até então característica da pintura medieval. O contraste entre as duas obras representa as mudanças na mentalidade que iria vigorar no Renascimento e na Idade Moderna: em oposição a uma organização rígida, severa e mística, temos um olhar que se volta para a realidade presente, para o mundo vivido pelas pessoas em seu cotidiano.

1 As mudanças na modernidade

Chamamos *modernidade* o período que se esboçou no Renascimento e desenvolveu-se na Idade Moderna, atingindo seu auge na Ilustração, no século XVIII. O paradigma de racionalidade que então se delineava era de uma razão que buscava se libertar de crenças e de superstições, fundando-se na própria subjetividade e não mais na autoridade, fosse ela política ou religiosa.

Para saber mais

Algumas das mudanças ocorridas no Renascimento e na Idade Moderna foram: as Grandes Navegações e o descobrimento do Novo Mundo; a Revolução Comercial e a implantação do capitalismo, com a ascensão da burguesia; a formação das monarquias nacionais; a Reforma Protestante; as novas ciências da física e da astronomia.

A questão do método

O racionalismo foi responsável pelo crescente interesse pelo método. Ao introduzir um novo método científico que colocou em xeque a física aristotélica, Galileu Galilei (1564-1642) quebrou o modelo de compreensão do mundo que prevalecera durante séculos. O receio de novos enganos levou os filósofos a uma revisão da metafísica aristotélico-tomista.

Na Antiguidade e na Idade Média não havia propriamente uma *teoria do conhecimento*, pois, exceto pelos céticos, não se questionava a capacidade humana de conhecer. Esse seria o interesse principal dos filósofos da modernidade, que fazem outras perguntas: "O que é possível conhecer?", "Qual é a origem do conhecimento?", "Qual é o critério de certeza para saber se o conhecimento é verdadeiro?".

As questões epistemológicas, isto é, relativas ao conhecimento, deram origem a duas correntes filosóficas, uma com ênfase na razão, outra, nos sentidos: o racionalismo e o empirismo.

- O *racionalismo* engloba as teorias que enfatizam o papel da razão no processo do conhecimento. Na Idade Moderna, destacam-se como racionalistas: René Descartes – seu principal representante –, Espinosa e Leibniz.
- O *empirismo* é a tendência filosófica que enfatiza o papel da experiência sensível no processo do conhecimento. Destacam-se no período moderno: Francis Bacon, John Locke, David Hume e George Berkeley.

Para mais informações sobre o método cartesiano, consulte LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Descartes*: a metafísica da modernidade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Logos)

2 Racionalismo cartesiano: a dúvida metódica

René Descartes é considerado o "pai" da filosofia moderna, porque, ao tomar a *consciência* como ponto de partida, abriu caminho para a discussão sobre ciência e ética, sobretudo ao enfatizar a capacidade humana de construir o próprio conhecimento.

O propósito inicial de Descartes era encontrar um método tão seguro que o conduzisse à verdade indubitável. Procurou-o, então, no ideal matemático, isto é, em uma ciência que fosse *mathesis universalis* (matemática universal), o que não significa aplicar a matemática ao conhecimento do mundo, mas usar o tipo de conhecimento que é peculiar à matemática.

Como sabemos, o conhecimento da matemática é inteiramente dominado pela inteligência – e não pelos sentidos – e está apoiado na ordem e na medida, o que lhe permite estabelecer cadeias de razões para deduzir uma coisa de outra.

Na busca desse método seguro, Descartes estabeleceu quatro regras em seu raciocínio filosófico:

- da *evidência*: acolher apenas o que aparece ao espírito como ideia clara e distinta;
- da *análise*: dividir cada dificuldade em parcelas menores para resolvê-las por partes;
- da *ordem*: conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para só depois lançar-se aos mais compostos;
- da *enumeração*: fazer revisões gerais para ter certeza de que nada foi omitido.

Vejamos como essas regras são aplicadas. Ao fundamentar sua filosofia, Descartes parte em busca de uma verdade primeira que não possa ser colocada em dúvida. Começa duvidando de tudo: do testemunho dos sentidos, das afirmações do senso comum, dos argumentos da autoridade, das informações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade de seu próprio corpo.

Trata-se da *dúvida metódica*, porque é essa dúvida que o impele a indagar se não restaria algo que fosse inteiramente indubitável. Por isso Descartes não é um filósofo cético: ele duvida para alcançar alguma verdade.

Etimologia

Empirismo. Do grego *empeiría*, experiência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é?



FRANS HALS – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Descartes (c. 1649), pintura de Frans Hals.

René Descartes (1596-1650) é também conhecido pelo nome latino de *Cartesius*, por isso seu pensamento é dito "cartesiano". Interessou-se por matemática, geometria e álgebra. Entre seus estudos estão a geometria analítica e as chamadas *coordenadas cartesianas*. Conhecedor da ciência de seu tempo, Descartes criticou a educação que recebeu dos jesuítas. Viveu em um período conturbado e, por temor da Inquisição após a condenação de Galileu Galilei, aceitou o convite da rainha Cristina para morar na Suécia, onde faleceu. Escreveu *Discurso do método*, *Meditações metafísicas*, *Regras para a direção do espírito*, *O mundo ou tratado da luz*, *Princípios de filosofia*, *As paixões da alma*, além de inúmeras cartas.

Cogito, ergo sum

Descartes só interrompe a cadeia de dúvidas diante do seu próprio ser que duvida ao alcançar sua primeira intuição: *cogito, ergo sum*.

.....

> [...] enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade *eu penso, logo existo* era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.
>
> DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 54. (Coleção Os Pensadores)

.....

Esse "eu" é puro pensamento, uma *res cogitans* (um ser pensante). Portanto, é como se dissesse: "Existo enquanto penso". Com essa primeira intuição, Descartes julga estar diante de uma ideia clara e distinta, com base na qual seria reconstruído todo o saber.

Embora o conceito de ideias claras e distintas resolva alguns problemas com relação à verdade de parte do nosso conhecimento, não dá garantia nenhuma de que o objeto pensado corresponda a uma realidade fora do pensamento. Como sair do próprio pensamento e recuperar o mundo do qual tinha duvidado? Apoiado nas regras do método, Descartes passaria gradativamente de noções já encontradas para outras igualmente indubitáveis.

Para ir além dessa primeira intuição do *cogito*, Descartes examina se haveria no espírito outras ideias igualmente claras e distintas. Distingue então três tipos de ideias:

- as que "parecem ter nascido comigo" (inatas);
- as que "vieram de fora" (adventícias);
- as que foram "feitas e inventadas por mim mesmo" (factícias).

Ora, o *cogito* é uma ideia que não deriva do particular – não é do tipo das ideias que "vêm de fora", formadas pela ação dos sentidos –, tampouco é semelhante às que criamos pela imaginação. Ao contrário, ideias semelhantes já se encontram no espírito, como fundamento para a apreensão de outras verdades. Portanto, são ideias inatas, verdadeiras, não sujeitas a erro, pois provêm da razão. Haveria outras ideias desse tipo além do *cogito*?

A ideia de Deus

Para Descartes, outra ideia inata é a de Deus. Ele afirma em sua obra *Discurso do método*:

.....

> Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas.
>
> Idem, ibidem. p. 115.

.....

Mas, se essa ideia de fato existe na mente, o que garante que represente algo real? Ou seja, Deus existe de fato? Ora, a ideia de um Deus infinito leva a pensar que a infinitude repousa na ideia de um ser perfeito. Como somos imperfeitos e finitos, não podemos ter a ideia de perfeição e infinitude, a menos que a causa dessa ideia seja justamente Deus, que imprime em nossa mente a ideia de perfeição e infinitude.

Etimologia

Cogito, ergo sum. Do latim, "penso, logo existo". Não se trata de um raciocínio dedutivo, mas de uma intuição pura, pela qual o ser pensante é percebido.
Adventício. Do latim *adventitiu*, "aquilo que vem de fora". Em Descartes, "ideias que vieram de fora".
Factício. Do latim *factitiu*, "artificial". Em Descartes, "ideias inventadas pelo espírito".
Onisciente. Do latim *omne*, "tudo", e *scientia*, "conhecimento". Ser que tudo sabe.
Onipotente. Do latim *omne*, "tudo", e *potens*, "poderoso". Ser que tudo pode.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Descartes formula mais uma prova da existência de Deus, conhecida como *prova ontológica*: o pensamento desse objeto – Deus – é a ideia de um ser perfeito; se um ser é perfeito, deve ter a perfeição da existência, caso contrário lhe faltaria algo para ser perfeito; portanto, ele existe. Uma vez estabelecida, por dedução, a ideia inata de Deus como ser perfeito, o passo seguinte seria indagar sobre a realidade das coisas materiais.

Para saber mais

O termo *ontologia* vem do grego *óntos*, que significa "ser". A prova cartesiana da existência de Deus é ontológica justamente porque busca provar o ser de Deus. O argumento ontológico foi utilizado anteriormente por Anselmo de Aosta, também conhecido como Anselmo de Cantuária ou Santo Anselmo (século XI), filósofo e teólogo medieval. Retomado por Descartes, o argumento foi criticado por Kant, que o inverteu: só poderíamos afirmar que um ser é perfeito se ele existisse de fato. Até hoje esse argumento é controverso.

O mundo

Como Descartes começara duvidando da existência do mundo e de seu próprio corpo, chegou a levantar a hipótese de um *deus enganador*, um *gênio maligno* que o tivesse obrigado a perceber um mundo inexistente.

No entanto, quando se atinge a certeza de que Deus existe e é infinitamente perfeito, conclui-se que não nos enganaria. A existência de Deus é garantia de que os objetos pensados por ideias claras e distintas são reais e de que o mundo existe de fato. E, entre as coisas do mundo, o meu próprio corpo existe.

Os objetos do mundo externo, porém, chegam à consciência como ideias adventícias (que têm uma realidade externa), e Descartes aplica seu método para verificar quais dessas ideias são claras e distintas. O filósofo encontra assim a ideia de *extensão*, uma propriedade essencial do mundo material. Desse modo, são secundárias as propriedades como cor, sabor, peso, som, por serem subjetivas e por não podermos ter delas ideias claras e distintas.

Ao intuir o *cogito*, Descartes identifica a *res cogitans* (coisa pensante) e a ela une a *res extensa* (coisa extensa), o corpo, também atributo das coisas do mundo. À extensão, acrescenta a ideia de movimento, que Deus injetou no mundo quando o criou.

Para refletir

A escultura ao lado, universalmente usada para representar a reflexão filosófica, exige, ela mesma, nossa reflexão. Ela retrataria o momento primeiro de introspecção puramente racional, na busca das ideias claras e distintas? Como você interpreta a escultura de Rodin?



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL. MUSEU RODIN, PARIS

O pensador (1881), escultura de Auguste Rodin.

Dualismo corpo-consciência

No percurso realizado por Descartes, nota-se uma incontestável valorização da razão, do entendimento, do intelecto. Acentua-se nele o *caráter absoluto e universal da razão*, que, partindo do *cogito*, e só com suas próprias forças, descobre todas as verdades possíveis.

Uma consequência do *cogito* é o *dualismo corpo-consciência*, em que o ser humano é um ser duplo, composto de substância pensante e substância extensa. De fato, o corpo é uma realidade física e fisiológica – e, como tal, possui massa, extensão no espaço e movimento, bem como desenvolve atividades de alimentação, digestão etc. –, por isso, está sujeito às leis deterministas da natureza. Por sua vez, as principais atividades da mente, como recordar, raciocinar, conhecer e querer, não têm extensão no espaço nem localização. Nesse sentido, não se submetem às leis físicas; elas são, antes, a ocasião da expressão da liberdade. Estabelecem-se, portanto, dois domínios diferentes: o corpo, objeto de estudo da ciência, e a mente, objeto apenas de reflexão filosófica.[1]

3 Empirismo britânico

A tendência empirista disseminou-se principalmente na Grã-Bretanha. De fato, a tradição empirista britânica remontava às pesquisas realizadas na Universidade de Oxford, no século XIII.

Veremos em seguida alguns expoentes do pensamento empirista nos séculos XVII e XVIII.

[1] Sobre o dualismo cartesiano, consultar o capítulo 15, "A felicidade: amor, corpo e erotismo".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



CHRISTIE'S IMAGES/CORBIS/LATINSTOCK – FUNDAÇÃO BEYELER, RIEHEN, SUÍÇA

No final do século XIX e início do século XX, os pintores impressionistas romperam com a arte tradicional ao pintar ao ar livre, exprimindo a sensação visual das transparências do ar e da água. É possível relacionar o impressionismo ao empirismo, porque ao pintor interessa transpor para a tela a primeira impressão que se forma na retina quando lança seu olhar para a natureza. Sua mente é, como diriam os empiristas, uma folha em branco. As pinceladas curtas, soltas, as puras manchas de cor e a ausência de contorno correspondem às impressões sensíveis – o ponto de partida do conhecimento segundo a matriz empirista.

Detalhe de *Ninfeias azuis* (1916-1919), pintura de Claude Monet.

Francis Bacon: saber é poder

Francis Bacon (1561-1626), nobre inglês, fez carreira política e chegou a chanceler no governo do rei Jaime I. Como filósofo, planejou uma grande obra, *Instauratio magna* (Grande instauração), da qual faz parte o *Novum organum* (Novo órgão), que, por sua vez, tem o significativo subtítulo "Indicações verdadeiras acerca da interpretação da natureza".

De acordo com o espírito da nova ciência moderna, Bacon aspirava a um saber instrumental que possibilitasse o controle da natureza, por isso foi um crítico severo da filosofia medieval, a qual considerava excessivamente contemplativa e abstrata, distante do mundo físico.

Na obra *Novum organum*, o termo "órgão" é entendido como instrumento do pensamento. Assim, critica a lógica aristotélica, por considerar a dedução inadequada para o progresso da ciência. A ela opõe o estudo pormenorizado da indução, como método mais eficiente de descoberta, insistindo na necessidade da experiência e da investigação de acordo com métodos precisos.

Quatro gêneros de ídolos

Bacon inicia sua reflexão pela denúncia dos preconceitos e das noções falsas que dificultam a apreensão da realidade, aos quais chama *ídolos*.

Etimologia

Ídolo. Do latim *idolum* e do grego *eídolon*, que significam "imagem". Do ponto de vista religioso, é a imagem de uma divindade para ser cultuada. Para Bacon, significa "ideia falsa" e "ilusória".
Antropomórfico. Do grego *anthropos*, "homem", e *morphé*, "forma"; significa "o que adquire forma humana".

- Os *ídolos da tribo* "estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana". São os preconceitos que circulam na comunidade em que se vive, como expressões cômodas de verdades dadas e não questionadas. Essa postura contraria o espírito científico, cujas hipóteses devem ser confirmadas pelos fatos. Por exemplo, ele classifica a astrologia como uma falsa ciência, por causa de suas generalizações apressadas.

  Esses ídolos também recorrem a explicações antropomórficas, ao atribuírem à natureza características propriamente humanas. Por exemplo, os antigos diziam que "a natureza tem horror ao vácuo", ou então explicavam os seres naturais por meio de noções como "atração" e "repulsa", em analogia com a natureza humana e não com o Universo. Os alquimistas identificavam a natureza bruta com o comportamento humano ao se referir à simpatia e à antipatia de certos fenômenos.
- Os *ídolos da caverna* são os provenientes de cada pessoa como indivíduo. Bacon afirma:

> .....
>
> Cada um [...] tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza; seja devido à natureza própria singular de cada um; seja devido à educação ou conversação com os outros; seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram.
>
> BACON, Francis. *Novum organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 27. (Coleção Os Pensadores)
>
> .....

Alguns indivíduos observam as diferenças entre as coisas, enquanto outros analisam as semelhanças; uns são mais contemplativos e outros, mais práticos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- Os *ídolos do mercado* (ou do *foro*) são os que decorrem das relações comerciais, nas quais as pessoas se comunicam por meio das palavras, sem perceber o efeito perturbador da linguagem, que distorce a realidade e nos arrasta para inúteis controvérsias e fantasias. Por exemplo, ao explicar a origem do movimento com a noção de "Primeiro Motor Imóvel", atribuída a Deus, Aristóteles não faz filosofia, mas teologia. Para Bacon, as ciências naturais dispensam conceitos abstratos e vazios.
- Os *ídolos do teatro* são os "ídolos que imigraram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração". Por isso compara os sistemas filosóficos a fábulas que poderiam ser representadas no palco. Muitas vezes essas doutrinas mesclam-se com a teologia, o saber comum ou as superstições arraigadas. Por esse motivo, mais do que teorias, valeria pesquisar as leis da natureza.

De formigas, aranhas e abelhas

Para Bacon, somente após a depuração do pensamento desses ídolos que o corrompem é que o método indutivo poderia ser aplicado com rigor. Não se trata, porém, da indução aristotélica, mas de uma indução que se constitui como chave interpretativa. A indução baconiana visa estabelecer leis científicas, por isso deve proceder à enumeração exaustiva de manifestações de um fenômeno, registrar suas variações, para então testar os resultados por meio de experiências.

Nesse sentido, Bacon critica tanto os racionalistas quanto os empiristas, para ir além deles, na expectativa da aliança entre as duas faculdades, a experimental e a racional, como ilustra a metáfora da abelha:

> Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhes serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere.
>
> Idem, ibidem. p. 69.

A importância de Bacon decorre da valorização da experiência, fundamental para o desenvolvimento da ciência. O *ideal baconiano* – segundo o qual "Saber é poder" – designa ainda hoje a esperança desmedida nos benefícios da ciência e do progresso.

Etimologia

Foro. Do latim *forum*, "praça pública", "mercado".

Para refletir

O ideal baconiano mostrou-se no século XX uma experiência danosa ao se buscar o progresso a qualquer custo. Converse com um colega para listar exemplos de como o desenvolvimento tecnológico pode ao mesmo tempo trazer benefícios e causar riscos e danos às pessoas e ao meio ambiente.

John Locke: a *tabula rasa*

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) explicou e desenvolveu sua teoria do conhecimento na obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, que tem por objetivo saber "qual é a essência, qual a origem, qual o alcance do conhecimento humano".

Locke critica a doutrina das ideias inatas de Descartes, afirmando que a alma é como uma *tabula rasa* – tábua sem inscrições –, como um papel em branco. Por isso o conhecimento começa apenas com a experiência sensível. Se houvesse ideias inatas, as crianças já as teriam. Outro argumento contra o inatismo: a ideia de Deus não se encontra em toda parte, pois há povos sem essa representação ou, pelo menos, sem a representação de Deus como ser perfeito.

Origem das ideias

Ao contrário dos filósofos racionalistas, que privilegiam as verdades de razão – típicas da lógica e da matemática –, Locke preferiu o caminho psicológico ao indagar como se processa o conhecimento. Distingue, então, duas fontes possíveis para nossas ideias: a *sensação* e a *reflexão*.

- A **sensação**, cujo estímulo é externo, resulta da modificação provocada na mente por meio dos sentidos. Locke observa que pela sensação percebemos as qualidades e as características das coisas, capazes de produzir ideias em nós. Essas qualidades são de dois tipos: primárias e secundárias.

  As *qualidades primárias* são objetivas, por existirem realmente nas coisas: a solidez, a extensão, a configuração, o movimento, o repouso e o número. Ao passo que as *qualidades secundárias* são em parte relativas e subjetivas, variando de um sujeito para o outro: calor, cor, som, odor, sabor etc.
- A **reflexão**, que se processa internamente, é a percepção que a alma tem daquilo que nela ocorre. Portanto, a reflexão fica reduzida à *experiência interna* do resultado da *experiência externa*, produzida pela sensação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



WALMIR MONTEIRO/SAMBAPHOTO

Oleiro dá forma final a vaso de argila, no município de Itaboraí (RJ). Foto de 2010. A forma e a textura do objeto dizem respeito a suas qualidades primárias. Se pensarmos em sua temperatura, trataremos de uma qualidade secundária.

A razão reúne as ideias, coordena-as, compara, distingue, compõe, ou seja, as ideias entram em conexão entre si por meio da racionalidade. Assim, as *ideias simples* que vêm da sensação se combinam entre si, formando as *ideias complexas*, por exemplo, as ideias de identidade, existência, substância, causalidade etc.

Locke conclui que não podemos ter ideias inatas, como pensara Descartes. É o intelecto que "constrói" essas ideias, por isso não se pode dizer, como os antigos, que conhecemos a essência das coisas. Por serem formadas pelo intelecto, as ideias complexas não têm validade objetiva; são apenas nomes de que nos servimos para ordenar as coisas, ou seja, elas têm valor prático, e não cognitivo.

Se o intelecto sozinho não é capaz de inventar ideias, mas depende da experiência, que fornece o conteúdo do pensamento, como fica para Locke a ideia de Deus, já que todo conhecimento passa necessariamente pelos sentidos? Para ele, só estamos "menos certos" com relação à existência das coisas externas, mas o mesmo não ocorre quando se trata da existência de Deus. Por certeza intuitiva, sabemos que o *puro nada* não produz um ser real; ora, se os seres reais não existem desde a eternidade, eles devem ter tido um começo, e o que teve um começo deve ter sido produzido por algo. E conclui que deve existir um ser eterno, que pode ser denominado Deus.

Desse modo, o empirista Locke recorre a um argumento metafísico para provar a existência de Deus. Veremos, a seguir, como Hume aprofunda o empirismo com mais vigor.

Para refletir

Retomando a questão dos universais, tema do capítulo anterior, identifique semelhanças entre as ideias complexas de Locke e a teoria nominalista de Guilherme de Ockham.

David Hume: o hábito e a crença

David Hume, filósofo escocês, levou mais adiante o empirismo de Francis Bacon e John Locke.[2]

Conforme a tradição empirista, em sua obra *Tratado da natureza humana*, Hume preconiza o método de investigação que consiste na observação e na generalização. Afirma que o conhecimento inicia-se com as percepções individuais, que podem ser impressões ou ideias. O que diferencia ambas depende apenas da força e da vivacidade pelas quais as percepções atingem a mente.

- As *impressões* são as percepções originárias que se apresentam à consciência com maior vivacidade, como as sensações (ouvir, ver, sentir dor ou prazer etc.).
- As *ideias* são as percepções derivadas, cópias pálidas das impressões e, portanto, mais fracas.

O sentir (impressão) distingue-se do pensar (ideia) apenas pelo grau de intensidade. Além disso, a impressão é sempre anterior, e a ideia é dela dependente. Desse modo, Hume rejeita as ideias inatas.

As ideias, por sua vez, podem ser complexas, quando pela imaginação as combinamos entre si por meio de associações. Hume dá os exemplos de uma montanha de ouro e de um centauro.

Quem é?



PAINTING/ALAMY/GLOW IMAGES – GALERIA NACIONAL DA ESCÓCIA, EDINBURG

David Hume (1766), pintura de Allan Ramsay.

David Hume (1711-1776), filósofo e historiador escocês, foi um estudioso precoce, leitor de obras dos mais diversos teores. Ensaísta brilhante, seu pensamento crítico e naturalista é representativo do Iluminismo, sobretudo por significativa presença na França, onde teve contato com os enciclopedistas. Empirista convicto e conhecedor do progresso científico de sua época, insiste na impossibilidade de o conhecimento ir além da experiência. A crítica à religião e a postura cética lhe valeram a acusação de ateísmo. A originalidade do seu pensamento influenciou decisivamente os filósofos posteriores, seja para rejeitá-lo, seja para considerar a ferina crítica à metafísica. Suas principais obras são: *Tratado da natureza humana*, *Investigação sobre o entendimento humano*, *História da Inglaterra* e *História natural da religião*.

[2] Mais referências à teoria de Hume nos capítulos 6, "O que podemos conhecer?", e 16 "Teorias éticas: abordagem cronológica".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



PHOTO SCALA, FLORENCE – GALERIA UFFIZI, FLORENÇA

Aquiles e o centauro Quíron (1746), pintura de Pompeo Batoni. O centauro é fruto da imaginação humana, pois associamos as ideias de cavalo e de homem, reunidas em uma só figura. Nessa tela, o centauro Quíron, preceptor de Aquiles, herói grego da guerra de Troia, ensina o discípulo a usar a razão e a força.

Relações de causalidade

A imaginação é um feixe de percepções unidas por associação com base na semelhança, na contiguidade (no espaço ou no tempo) e na relação de causa e efeito. No entanto, essas relações não podem ser observadas, pois não pertencem aos objetos. As relações são apenas modos pelos quais passamos de um objeto a outro, de um termo a outro, de uma ideia particular a outra, simples passagens externas que nos permitem associar os termos usando os princípios de causalidade, semelhança e contiguidade.

Por exemplo, quando uma bola de bilhar se choca contra outra, que então se põe em movimento, não há nada na experiência que justifique atribuir à primeira bola a causa do movimento da segunda. Do mesmo modo, ao associarmos calor e fogo, peso e solidez ou concluirmos que o Sol surgirá amanhã porque surgiu ontem e hoje – em todos esses casos não há como efetuarmos uma associação necessária.

Hume nega, portanto, a validade universal do princípio de causalidade e da noção de necessidade a ele associada. O que observamos é a sucessão de fatos ou a sequência de eventos, e não o nexo causal entre esses mesmos fatos ou eventos. É o *hábito* criado pela observação de casos semelhantes que nos faz ultrapassar o dado e afirmar mais do que a experiência pode alcançar. Com base nesses casos, supomos que o fato atual se comportará de forma análoga a fatos anteriores.

Ceticismo

O próprio Hume admitiu seu ceticismo ao reconhecer os limites muito estreitos do entendimento humano. Mais que isso, ponderou que estamos subjugados pelos sentidos e pelos hábitos, o que reduz as nossas certezas a simples probabilidades. Recusou a metafísica e, portanto, os *princípios a priori* a que certos filósofos recorreram para justificar nosso conhecimento.

Dizia-se, porém, adepto de um ceticismo atenuado, e não de um ceticismo extremado como o do grego Pirro (c. 360-270 a.C.). Para Hume, bastaria reconhecer "a limitação de nossas pesquisas aos assuntos que mais se adaptam à estreita capacidade do entendimento humano".[3]

Nesse sentido, referiu-se às crenças que nos orientam no cotidiano. Para Hume, a crença é o conhecimento que não se pode comprovar racionalmente, mas é aceito com base na probabilidade. Não se confunde com a crença religiosa, que depende de uma verdade revelada por Deus e aceita sem contestação.

4 Crítica à metafísica

Vimos que, no século XVII, a questão epistemológica adquiriu um interesse central no pensamento dos filósofos Descartes, Bacon, Locke e Hume, que estabeleceram métodos para investigar o alcance e os limites do conhecimento humano.

Por meio dessas reflexões houve o confronto entre as tendências opostas do racionalismo e do empirismo, o que levou a concepções diferentes da metafísica aceita na Antiguidade e na Idade Média, ainda que algumas de suas características fossem mantidas de uma época a outra. As consequências dessas filosofias se fizeram sentir no século XVIII, sobretudo pela crítica de Kant à metafísica.

[3] HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 196-197. (Coleção Os Pensadores)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ilustração: o Século das Luzes

O século XVIII é o período conhecido como Século das Luzes, por causa do desenvolvimento do Iluminismo, Ilustração ou *Aufklärung* (em alemão, "Esclarecimento"). Como as designações sugerem, o século é otimista em reorganizar o mundo humano por meio das luzes da razão.

Desde o Renascimento prolongava-se a luta contra o princípio da autoridade, na busca do reconhecimento dos poderes humanos capazes por si mesmos de orientarem-se sem a tutela religiosa. Livre de qualquer controle externo, sabendo-se capaz de procurar soluções para seus problemas com base em princípios racionais, o ser humano estendeu o uso da razão a todos os domínios: político, econômico, moral e religioso.

A filosofia do Iluminismo também sofreu influência da Revolução Científica levada a efeito por Galileu no século XVII. O método experimental recém-descoberto aliou-se à técnica, expediente que fez surgirem as chamadas *ciências modernas*. Posteriormente, a ciência seria responsável pelo aperfeiçoamento da tecnologia, o que provocou no ser humano o desejo de melhor conhecer a natureza a fim de dominá-la.[4]

Na França, a *Enciclopédia*, obra de fôlego, tornou-se marco do movimento iluminista. Seu subtítulo – "Dicionário analítico de ciências, artes e ofícios" – revela o crescente interesse pelas artes e ofícios naquela época, o que representa a valorização do artesão e do trabalho. Nesse grande projeto, destaca-se a esperança depositada nos benefícios do progresso da técnica e no poder da razão de combater o fanatismo, a intolerância (inclusive religiosa), a escravidão, a tortura e a guerra.

A *Enciclopédia*, composta de 28 volumes (17 de textos e 11 de estampas), organizados por Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond D'Alembert (1717-1783), contou com mais de cem colaboradores. Entre os pensadores que escreveram os verbetes enciclopédicos, estavam figuras importantes como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Condorcet e D'Holbach. A obra divide-se em três partes: História (Memória), Filosofia (Razão) e Poesia (Imaginação). A parte de filosofia inclui a física, conhecida também como "filosofia natural".

Etimologia

Enciclopédia. Do grego *egkuklopaideía*, literalmente "ensino circular" (panorâmico); por extensão, "educação completa".

[4] Voltaremos à Revolução Científica e ao método experimental no capítulo 25, "Revolução Científica e método das ciências naturais".

Para saber mais

O século XVIII é o período das revoluções burguesas. Ainda no final do século anterior, em 1688, a Revolução Gloriosa na Inglaterra destronou os Stuarts absolutistas. Em 1789, os Bourbons foram depostos com a Revolução Francesa. No Novo Mundo ocorreram movimentos de emancipação, como a Independência dos Estados Unidos (1776), e, no Brasil, a Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), com nítida influência dos ideais iluministas.



GRANGER/GLOW IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Frontispício da *Enciclopédia* (1764), gravura de Charles-Nicolas Cochin, o Jovem.

Ao centro, vemos a Verdade, envolta em intensa luz, ladeada à esquerda pela Imaginação (a poesia), prestes a enfeitá-la, e à direita pela Razão (a filosofia), que lhe retira o manto. Esse gesto faz alusão à palavra grega *alétheia*, "verdade", que etimologicamente significa "não oculto", e, portanto, o que é "desvelado", "descoberto", "trazido à luz" pela razão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Kant: o criticismo

No século XVIII, a ciência newtoniana já estava plenamente constituída e as questões relativas ao conhecimento ainda giravam em torno da controvérsia entre racionalistas e empiristas. Atento à natureza do nosso conhecimento, Immanuel Kant debruçou-se sobre o assunto em sua obra *Crítica da razão pura*, mudando o rumo dessa discussão.

Sua filosofia é chamada criticismo porque, diante da pergunta "Qual é o verdadeiro valor dos nossos conhecimentos e o que é conhecimento?", Kant coloca a razão em um tribunal para julgar o que pode ser conhecido legitimamente e que tipo de conhecimento é infundado. Segundo o próprio Kant, a leitura da obra de Hume o despertou do "sono dogmático" em que estavam mergulhados os filósofos que não questionavam se as ideias da razão correspondiam mesmo à realidade.

Na tentativa de superar a dicotomia racionalismo-empirismo, Kant criticou os empiristas (tudo que conhecemos vem dos sentidos) e não concordou com os racionalistas (tudo quanto pensamos vem de nós). Do mesmo modo, rejeitou o ceticismo de Hume.

Quem é?



PAINTING/ALAMY/GLOW IMAGES

Placa em homenagem a Immanuel Kant em frente à residência onde o filósofo viveu até 1740.

Immanuel Kant (1724-1804) nasceu na Prússia (Alemanha), em Königsberg, cidade de onde nunca saiu. Era profundamente religioso e levou vida metódica, dedicando-se a estudar e a ensinar. Foi um dos maiores expoentes do Iluminismo. Examinou as possibilidades e os limites da razão em sua obra *Crítica da razão pura*, na qual indaga sobre "o que podemos conhecer"; na *Crítica da razão prática*, trata das possibilidades do ato moral ao perguntar sobre "o que devemos fazer"; na *Crítica da faculdade do juízo*, investiga os juízos estéticos, distinguindo o belo do agradável e do útil. Defendeu sobretudo a autonomia moral do sujeito, a liberdade de pensamento e a "paz perpétua", título de um texto famoso considerado de relevância para o debate atual. Publicou também *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *A religião nos limites da simples razão*, entre outras obras.

Sensibilidade e entendimento

Para superar a contradição entre racionalistas e empiristas, Kant explica que o conhecimento é constituído de algo que recebemos de fora, da experiência (*a posteriori*), e de algo que já existe em nós mesmos (*a priori*) e, portanto, anterior a qualquer experiência.

- O que vem de fora é a matéria do conhecimento: nisso concorda com os empiristas.
- O que vem de nós é a forma do conhecimento: como os racionalistas, admite que a razão não é uma "folha em branco".

Qual é então a diferença entre Kant e os filósofos que o antecedem? É o fato de que matéria e forma *atuam ao mesmo tempo*. Para conhecer as coisas, precisamos da experiência sensível (matéria). Mas essa experiência não será nada se não for organizada por formas da sensibilidade e do entendimento, que, por sua vez, são *a priori* e *condição da própria experiência*.

A *sensibilidade* é a faculdade receptiva, pela qual obtemos as representações exteriores, enquanto o *entendimento* é a faculdade de pensar ou produzir conceitos. Em cada uma dessas faculdades, Kant identifica formas *a priori*.

- As *formas a priori da sensibilidade* ou intuições puras são o *espaço* e o *tempo*. Ou seja, o espaço e o tempo não existem como realidade externa, mas são formas *a priori* que já existem no sujeito e servem para organizar as coisas. Explicando de outra maneira, fora de nós estão as coisas, mas quando as percebemos "em cima", "embaixo", "do lado" ou então "antes", "depois", "durante" é porque temos a intuição apriorística do espaço e do tempo. Caso contrário, não poderíamos percebê-las.
- As *formas a priori do entendimento* são as *categorias*. Como o entendimento é a faculdade de julgar, de unificar as múltiplas impressões dos sentidos, as categorias funcionam como conceitos puros, sem conteúdo, porque, antes de tudo, constituem a condição do conhecimento.

Kant identificou doze categorias, entre as quais destacaremos três: a *substância*, a *causalidade* e a *existência*. Quando observamos a natureza e afirmamos que "Uma coisa é isto", "Tal coisa é causa de outra" ou "Isto existe", temos, de um lado, coisas que percebemos pelos sentidos, mas, de outro, algo lhes escapa, como as categorias de substância, de causalidade e de existência. Essas categorias não vêm da experiência, mas são colocadas pelo próprio sujeito cognoscente. Portanto, segundo Kant:

Etimologia

A posteriori. Do latim *posterus, posterioris*, "posterior".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

[...] nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o conhecimento começa com ela. Mas, embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que nossa própria faculdade de conhecimento [...] fornece de si mesma. [...] Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 23. (Coleção Os Pensadores)

Para saber mais

O pensamento kantiano é conhecido como *idealismo transcendental*. Para Kant, a expressão "transcendental" designa o que fornece a condição de possibilidade da experiência, ou seja, o conhecimento transcendental é o que trata dos conceitos *a priori* dos objetos, e não dos objetos como tal.



ACERVO PROJETO ACESSO WWW.PROJETOACESSO.ORG.BR

A professora Cristiana Mello Cerchiare durante a vivência sensorial de pessoa com deficiência visual do Programa de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Foto de 2010. As mãos são os olhos de um deficiente visual. A perda de um sentido aguça os demais, que, aliados às experiências vividas pelo sujeito, permitem o conhecimento. Para Kant, no entanto, a apreensão do real não se dá apenas por meio dos sentidos, pois se completa com as formas *a priori* do conhecimento.

As ideias da razão e a metafísica

Kant pretendia garantir a possibilidade do conhecimento científico como universal e necessário. No entanto, até aqui o filósofo se restringira ao conhecimento dos *fenômenos*, percebidos inicialmente pelos sentidos e pelo entendimento. Poderíamos, porém, conhecer a "coisa em si" (o *noumenon*)?

O que seria a coisa em si? São as ideias da razão para as quais a experiência não nos fornece o conteúdo necessário, por exemplo, as ideias de alma, liberdade, mundo e Deus. Nesse sentido, o *noumenon* pode ser pensado, mas não pode ser conhecido efetivamente, porque, como vimos, o conhecimento humano limita-se ao campo da experiência. Como o ser humano deseja ir além da experiência, Kant examinou racionalmente cada uma das ideias metafísicas, chegando sempre a um impasse, que denominou de *antinomia*.

Antinomias

Ao examinar as ideias metafísicas, Kant deparou com as antinomias da razão pura, isto é, com argumentos contraditórios que se opõem em tese e antítese.

Veja alguns exemplos:

- Há argumentos tanto a favor como contra a liberdade humana.
- Pode-se argumentar que o mundo tem um início e é limitado ou que ele é eterno e ilimitado.
- Tanto se argumenta que o mundo existe fundamentado em uma causa necessária, que é Deus, como não se pode provar sua existência.

Ao concluir não ser possível conhecer as coisas tais como são em si, Kant constata a impossibilidade do conhecimento metafísico. Por isso, devemos nos abster de afirmar ou negar qualquer coisa a respeito dessas realidades. A crítica à metafísica levou, portanto, ao *agnosticismo*, teoria pela qual a razão é incapaz de afirmar ou negar a existência do mundo, da alma e de Deus.

Etimologia

Fenômeno. Do grego *phainómenon*, "aparência", "o que aparece para nós".
Noumenon. Do grego, "o que é pensado"; particípio passivo de *noeîn*, "pensar". Kant usa o termo para designar "a coisa em si", em oposição a "fenômeno".
Antinomia. Do grego *antinomía*, "contradição das leis". No contexto, contradição entre proposições filosóficas.
Agnosticismo. Do grego *a*, prefixo de "negação", e *gnôsis*, "conhecimento". Com frequência o termo ficou reduzido à ideia de Deus e, nesse caso, distingue-se do ateísmo, que nega a existência divina.

Moral

Em outra obra, *Crítica da razão prática*, Kant analisou o mundo ético, recolocando as questões da liberdade humana, da imortalidade da alma e da existência de Deus.[5]

Após concluir ser impossível conhecer as realidades metafísicas, Kant se volta para a razão prática, cujo conhecimento é possível porque os seres humanos podem agir mediante ato de vontade e autodeterminação. Assim Kant justificou-se: "Tive de suprimir o saber para encontrar lugar para a fé".

Para saber mais

O conceito de fé tem diversos sentidos e geralmente lhe é atribuído o de crença religiosa. No entanto, para Kant trata-se da fé filosófica, que se baseia na convicção subjetiva e que, embora não forneça garantia teórica, dá suporte à vida moral.

Para refletir



EMIN MENGUARSLAN/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Refugiados tentam atravessar a fronteira turca em direção à Europa. Foto de 2015. Os fluxos migratórios são também resultados de conflitos iniciados após a intervenção de potências estrangeiras no território de origem dos imigrantes.

Publicada em 1795, a obra *À paz perpétua*, de Kant, ecoa os ideais iluministas. Nesse escrito, o filósofo alemão elabora uma espécie de tratado de paz entre as nações, defendendo os princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos como bases para o estabelecimento da paz. Na história recente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é um documento que se aproxima dos ideais kantianos ao estabelecer o corpo do direito internacional dos direitos humanos, mas encontra resistência para efetivar-se. Reflita com um colega sobre as atuais dificuldades para a instauração da "paz perpétua".

[5] Os temas referentes à *Crítica da razão prática* serão retomados no capítulo 16, "Teorias éticas: abordagem cronológica".

Herança kantiana

O próprio Kant descreveu sua filosofia crítica como uma "revolução copernicana". Essa expressão remete a Copérnico, que contrariou a teoria *geocêntrica* ao apresentar a hipótese da Terra girando em torno do Sol. Do mesmo modo, Kant contestou a metafísica anterior segundo a qual os objetos regulavam o conhecimento; para ele, ao contrário, os objetos é que devem ser regulados por nosso conhecimento.

Apesar de ter realizado a crítica do racionalismo e do empirismo, o procedimento kantiano redundou em idealismo. Ainda que reconhecesse a experiência como fornecedora da matéria do conhecimento, não há como negar que é o nosso espírito, graças às estruturas *a priori*, que constrói a ordem do Universo.

6 Hegel: idealismo dialético

O século XIX foi marcado pelo movimento romântico, que influenciou as artes e a literatura. Na Alemanha, caracterizou-se pelo nacionalismo e pela exaltação da natureza, do gênio, do sentimento e da fantasia. Tratava-se de uma reação ao excessivo racionalismo do período anterior. Mesmo assim, em sua fase final, o romantismo recuperou a cultura clássica e o gosto pela arte e pela filosofia gregas, cujo equilíbrio se contrapôs à impetuosidade de seus primeiros momentos.

Nesse ambiente cultural surgiu o idealismo filosófico, representado por Johann Gottlieb Fichte, Friedrich Schelling e Georg Hegel. Pela importância do pensamento de Hegel, nota-se a forte influência exercida nas correntes filosóficas posteriores.

Hegel criticou a filosofia transcendental de Kant por ser muito abstrata e alheia às etapas da formação da autoconsciência do indivíduo e deste na sua cultura. Atribuiu sentidos radicalmente novos a conceitos tradicionais do pensamento ocidental, como *ser*, *lógica*, *absoluto* e *dialética*, o que tornou a filosofia hegeliana às vezes hermética, de difícil interpretação. Por exemplo: o conceito de *ser* não é o *ser* da metafísica tradicional, mas designa uma realidade em processo, uma estrutura dinâmica. Além disso, nenhum conceito é examinado por si mesmo, mas sempre em relação ao seu contrário: ser-nada, corpo-mente, liberdade-determinismo, universal-particular, Estado-indivíduo. Dizendo de outra maneira, o *ser* está em constante mudança: essa é a dialética hegeliana.

Etimologia

Dialética. Do grego *dialektiké*, termo composto de *légo*, "falar", e *diá*, "por meio de". Entre os gregos, significa o diálogo, a arte da discussão. Em Hegel, explica a mudança pela contradição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é?



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – ANTIGA GALERIA NACIONAL, BERLIM

Hegel (1831), pintura de Jakob Schlesinger.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) nasceu em Stuttgart, Alemanha. Acompanhou com interesse as mudanças históricas de seu tempo, como a Revolução Francesa, evento que estimulou suas reflexões sobre a liberdade. Sua produção filosófica talvez represente o último exemplo de teoria sistemática, por formar um todo acabado. Escreveu inúmeras obras, entre as quais *A fenomenologia do espírito*, *Ciência da lógica*, *Enciclopédia das ciências filosóficas*, *Introdução à história da filosofia* e *Princípios da filosofia do direito*.

Dialética

Hegel introduziu a nova noção de que a razão é histórica, ou seja, a verdade é construída no tempo. Trata-se de uma *filosofia do devir*, do ser como processo, como movimento, como vir a ser. Desse ponto de vista, para dar conta da dinâmica do real, surgiu a necessidade de criar uma nova lógica que não se fundasse no princípio de identidade – que é estático –, mas no princípio de contradição. A nova lógica é a dialética.

O conceito de história é igualmente dialético: a história não é a simples acumulação e justaposição de fatos ocorridos no tempo, mas resulta de um processo cujo motor interno é a contradição dialética, que conduz ao autoconhecimento do espírito no tempo.

Em sua principal obra, *A fenomenologia do espírito*, o termo *fenomenologia* remete à noção de fenômeno como aquilo que nos aparece, que se manifesta, na medida em que é um objeto distinto de si, porque nele descobrimos a contradição, que será superada em um terceiro momento. Hegel exemplifica as três etapas da dialética com o desenvolvimento da planta, que passa por botão, flor e fruto:

- o botão é a afirmação;
- a flor é a contradição ou a negação do botão;
- o fruto é uma categoria superior, isto é, a superação da contradição entre botão e flor.

Contudo, se a flor "nega" o botão, de certa maneira o "conserva", porque essa flor deve seu *ser* ao botão; isso também ocorre com o fruto, que nega a flor, mas não a exclui. Ou seja, na superação dialética, o que é negado é, ao mesmo tempo, mantido. O processo não termina com a síntese do fruto, porque também este deixa de ser o que é quando apodrece.

Conhecer a gênese, o processo de constituição pelas mediações contraditórias, é conhecer o real. Por esse movimento, a razão passa por todos os graus, desde o da natureza inorgânica, da natureza viva, da vida humana individual até a vida social.

Vejamos esse processo.

Para explicar o devir, Hegel não parte da natureza, da matéria, mas da *ideia pura*:

- a *ideia*, para se desenvolver, cria um objeto oposto a si, a natureza;
- a *natureza* é a ideia alienada, o mundo privado de consciência; da luta desses dois princípios opostos surge o espírito;
- o *espírito* é, ao mesmo tempo, pensamento e matéria, isto é, a ideia que toma consciência de si por meio da natureza.

Para refletir

O que seria a crise da adolescência senão a contradição entre aquilo que fomos na infância e o que negamos dela? Por isso confrontamos nossos pais e seus valores, ao mesmo tempo que esses valores fazem parte de nós. A maturidade é que supera a contradição, ao nos constituirmos sujeitos livres, até que outras contradições surjam para também serem superadas. Você viveu ou vive essas contradições? Dê um exemplo.



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES – © PHOTOTHÈQUE R. MAGRITTE, MAGRITTE, RENÉ/ AUTVIS, BRASIL, 2015 – COLEÇÃO PARTICULAR

As férias de Hegel (1958), pintura de René Magritte. Perceba que o pintor reúne dois elementos cuja função é contrária. Enquanto o guarda-chuva repele a água, o copo a contém e permite a ingestão da bebida. Ao compor esses dois objetos juntos, Magritte parece realizar o movimento sintético proposto por Hegel.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Idealismo

O que Hegel entende por *espírito*? Em sentido geral, *espírito* (*Geist*, em alemão) é uma atividade da consciência que se manifesta no tempo e se expressa em três momentos distintos:

- O *espírito subjetivo* é o espírito individual, ainda encerrado na sua subjetividade (como ser de emoção, desejo, imaginação).
- O *espírito objetivo* opõe-se ao espírito subjetivo: trata-se do espírito exterior como expressão da vontade coletiva por meio da moral, do direito, da política. O espírito objetivo realiza-se naquilo que se chama *mundo da cultura*.
- O *espírito absoluto*, ao superar o espírito objetivo, realiza a síntese final em que o espírito, terminando seu trabalho, compreende-o como sua realização. A mais alta manifestação do espírito absoluto é a filosofia, saber de todos os saberes, quando o espírito, depois de ter passado pela arte e pela religião, atinge a absoluta autoconsciência.

Por isso, Hegel chama a filosofia de "pássaro de Minerva que chega ao anoitecer", ou seja, a crítica filosófica é feita ao final do trabalho realizado. O espírito absoluto na verdade é o mais complexo, porque ele é a totalidade ou síntese que resulta de todo o percurso anterior de autoconhecimento do espírito.

Ao explicar o movimento gerador da realidade, Hegel desenvolveu uma dialética *idealista*: a racionalidade não é mais um modelo a ser aplicado, mas é o próprio tecido do real e do pensamento. Em *Princípios da filosofia do direito*, Hegel diz que o mundo é a manifestação da ideia: "O real é racional e o racional é real". A verdade, nesse caso, deixa de ser um fato para ser resultado do desenvolvimento do espírito.

Essa maneira de pensar é um idealismo porque os seres humanos pensam sobre si mesmos, mas também sobre a natureza, que inicialmente surge como um "outro", diferente de mim, o que é superado quando ela é "idealizada" pela razão.

7 Comte: positivismo

Após a Revolução Industrial no século XVIII, ciência e técnica tornaram-se aliadas, provocando mudanças jamais suspeitadas. Basta lembrar que, antes da máquina a vapor, era usada apenas a energia natural (força humana, das águas, dos ventos, dos animais). Por mais que tenha havido avanços nas técnicas adotadas pelos diversos povos ao longo dos tempos, nunca um novo modo de produzir energia foi tão crucial como o obtido pelo vapor.

A exaltação diante dos novos saberes levou à concepção do *cientificismo*, que se caracteriza pela excessiva valorização da ciência, considerada o único conhecimento possível. Pensa-se até que o rigor do método das ciências da natureza deveria ser estendido a todos os campos de conhecimento e da atividade humana.

Pautada pelo cientificismo, a doutrina positivista teve como principal representante o francês Auguste Comte (1798-1857). Em sua obra *Curso de filosofia positiva*, examina como teria ocorrido o desenvolvimento da inteligência humana desde os primórdios, a fim de estabelecer diretrizes para melhor pensar, valendo-se do progresso da ciência.

A lei dos três estados

Comte diz ter descoberto uma grande lei fundamental, segundo a qual o espírito humano teria passado por três estados históricos diferentes: o *teológico*, o *metafísico* e o *positivo*.

- No estado *teológico*, as explicações dos fenômenos supõem uma causalidade sobrenatural. Os fenômenos da natureza, a origem dos seres e os costumes são explicados pela ação dos deuses.
- No estado *metafísico*, noções abstratas e absolutas substituem as anteriores, na tentativa de explicar a origem e o destino do Universo. Na metafísica aristotélica, por exemplo, a queda dos corpos é explicada pela essência dos corpos pesados, cuja natureza os faria "tender para baixo", para o seu "lugar natural".
- No estado *positivo*, decorrente do desenvolvimento das ciências modernas, as ilusões teológicas e metafísicas foram superadas pelo conhecimento das relações invariáveis dos fatos, por meio da observação e do raciocínio, que visam alcançar leis universais. Para Comte, o termo "positivo" designa o *real* em oposição ao quimérico, a *certeza* em oposição à indecisão, o *preciso* em oposição ao vago. Portanto, o estado positivo corresponde à maturidade do espírito humano, objetivo de toda educação daí em diante.

O positivismo retomou a orientação daqueles que aproveitaram a crítica feita por Kant à metafísica, no século XVIII, e levou às últimas consequências o papel reservado à razão de descobrir as relações constantes e necessárias entre os fenômenos, ou seja, as leis invariáveis que os regem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sociologia, ciência soberana

O positivismo desconsiderou as expressões míticas, religiosas e metafísicas. E à filosofia, que papel lhe foi reservado? Para Comte, cabe a ela a sistematização das ciências, a generalização dos mais importantes resultados da física, da química, da história natural. O filósofo reconhece que a matemática, pela simplicidade de seu objeto, constitui uma espécie de instrumento de todas as outras ciências e desde a Antiguidade teria atingido o estado positivo.

Cinco foram as ciências classificadas por Comte: astronomia, física, química, fisiologia (biologia) e sociologia. Essa classificação parte da ciência mais simples, mais geral e mais afastada do humano, que é a astronomia, até a mais complexa e concreta, a sociologia.

Comte afirmava ser o fundador da sociologia, por ter sido ele quem lhe deu o nome e o estatuto de ciência. Definiu-a como *física social*, mas na verdade tomou os modelos da biologia e explicou a sociedade como um organismo coletivo.

Fundamentando-se em estudos que pretendiam delimitar a localização das faculdades mentais no cérebro, Comte concluiu que apenas uma elite seria capaz de desenvolver a parte frontal do órgão, sede da inteligência e dos sentimentos morais. Ao passo que a maioria das pessoas seria dominada pela afetividade, causadora da instabilidade social. Caberia àquela elite assumir o poder para garantir o "progresso dentro da ordem".[6]

Para refletir

Existe criminoso nato? Há quem pense que sim. O médico criminalista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) desenvolveu uma teoria para "identificar", na formação craniana e nos traços de fisionomia, os sinais da delinquência. Suas conclusões, de orientação positivista, tiveram ampla aceitação por certo período. Sua influência teria desaparecido? Talvez você já tenha percebido que no relato de notícias policiais, é comum algumas pessoas tentarem explicar as ações criminosas com base em condicionantes psicológicos (distúrbios mentais, comportamento antissocial nato) ou fisiológicos (biológicos), que determinariam aqueles atos.

Qual é seu ponto de vista? Para você, as teorias de Lombroso para explicar o comportamento criminoso são válidas ou não? Justifique sua resposta.

[6] No capítulo 26, "O nascimento das ciências humanas", examinamos a influência do positivismo na consolidação dos métodos da sociologia e da psicologia.

A religião da humanidade

A construção teórica de Comte culminou com a concepção da religião positivista, apesar de seu pensamento definir o estado teológico como o mais arcaico e infantil da humanidade. No entanto, desde seus primeiros escritos já aparecia essa noção de espiritualidade, que não se confundia com a religião tradicional. Diante da ruína do poder espiritual de seu tempo, Comte via a necessidade de refundá-lo em princípios não teológicos por meio da criação de uma Igreja Positivista, principalmente para convencer o proletariado a abandonar o projeto revolucionário.

A religião do positivismo seria a religião da humanidade, capaz de estabelecer o enquadramento da sociedade, abrigar os indivíduos protegendo-os das convulsões históricas e promover, portanto, o milagre da harmonia social.

Positivismo no Brasil

O positivismo exerceu grande influência no pensamento latino-americano. Em 1876, foi criada a Sociedade Positivista do Brasil e, em 1881, Miguel Lemos e Teixeira Mendes fundaram a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, cujo templo se situa na cidade do Rio de Janeiro. Foram eles também os idealizadores do dístico "Ordem e Progresso" da bandeira brasileira.

Os adeptos do positivismo eram geralmente jovens da pequena burguesia comercial de cidades em crescimento, cujo anseio pela industrialização se contrapunha aos interesses dos proprietários de terra. Muitos positivistas eram militares, médicos e engenheiros, o que denotava a valorização do conhecimento científico, em oposição à educação predominantemente humanista então vigente.

Herança positivista

A orientação positivista marcou a epistemologia das ciências humanas no início do século XX, influenciando a sociologia de Durkheim (1858-1917), que pretendeu transformá-la em ciência objetiva. Na mesma linha metodológica, a psicologia teve início na Alemanha, com médicos voltados para o exame de questões relativas à percepção, com experiências controladas em laboratórios, deixando de lado questões que não pudessem ser observadas.

A literatura naturalista do século XIX exemplifica bem a tendência determinista, com descrições de personagens agindo como simples joguetes do meio, da etnia, do momento. Nos romances *O mulato* e *O cortiço*, ambos de Aluísio Azevedo, o negro e o pobre seriam condicionados pelas circunstâncias, das quais não conseguiriam escapar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

8 Marx: materialismo e dialética

Os alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) escreveram juntos algumas obras e sempre estiveram um ao lado do outro por convicções de pensamento e por amizade.[7]

Atentos a seu tempo, observaram que o avanço técnico aumentara o poder humano sobre a natureza e fora responsável por riquezas e progresso, mas que, contraditoriamente, trouxera a exploração crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Resgataram de Hegel o conceito de dialética, porém, perceberam que a teoria hegeliana do desenvolvimento geral do espírito humano não conseguia explicar a vida social. Dando sequência às críticas feitas ao idealismo por Feuerbach, filósofo alemão contemporâneo a eles, Marx e Engels realizaram uma inversão, assentando as bases do *materialismo dialético*. Engels afirma que:

> [...] a dialética de Hegel foi colocada com a cabeça para cima ou, dizendo melhor, ela, que se tinha apoiado exclusivamente sobre sua cabeça, foi de novo reposta sobre seus pés.
>
> ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Antologia filosófica*. Lisboa: Estampa, 1971. p. 136.

De acordo com o materialismo, o movimento é a propriedade fundamental da matéria e existe independentemente da consciência. A matéria, como dado primário, é a fonte da consciência, e esta, por sua vez, é um dado secundário, derivado, pois é reflexo da matéria. No contexto dialético, porém, a consciência humana, mesmo historicamente situada, não é pura passividade: o conhecimento das relações determinantes possibilita ao ser humano agir sobre o mundo, até mesmo no sentido de uma ação revolucionária.

O materialismo é dialético por reconhecer a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três fases: a *tese*, a *antítese* e a *síntese*. Ou seja, explica-se o movimento da realidade pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. Desse modo, todos os fenômenos da natureza ou do pensamento encontram-se em constante relação recíproca, não podendo ser compreendidos isoladamente fora dos fenômenos que os rodeiam. Os fatos não são átomos, mas pertencem a um todo dialético e, como tal, fazem parte de uma estrutura.

[7] Mais referências a Marx e a Engels no capítulo 21, "Teorias socialistas".

Materialismo histórico

O *materialismo histórico* é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. Trata-se da explicação da história por meio de fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. A história não se explica apenas pela ação dos indivíduos, como até então era admitido. Por exemplo, costuma-se entender a história pela atuação das grandes figuras, como César, Carlos Magno, Luís XIV, ou das grandes ideias, como o positivismo, o cristianismo, ou, ainda, pela intervenção divina. Marx inverte esse processo: no lugar das ideias, estão os fatos materiais; no lugar dos heróis, a luta de classes.

Se o marxismo explica a realidade valendo-se da estrutura material, a ideia é algo secundário, não no sentido de ser menos importante, mas por derivar de condições materiais. Em outras palavras, as ideias do direito, da literatura, da filosofia, das artes ou da moral estão diretamente ligadas às condições materiais de existência.

Por exemplo: a moral medieval valorizava a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra, bem como a fidelidade, base do sistema de suserania e vassalagem. Do ponto de vista do direito, o empréstimo a juros era considerado ilegal e imoral em um mundo cuja riqueza era calculada de acordo com a posse de terras. Ao passo que na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, ocorreu a valorização do trabalho e a crítica à ociosidade. A legalização do sistema bancário, por sua vez, exigiu a revisão das restrições morais aos empréstimos.



SIQUEIROS, DAVID ALFARO/AUTVIS, BRASIL, 2016. G. DAGLI ORTI/DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA, MÉXICO

Detalhe do mural *Do porfiriato à Revolução* (1966), de David Alfaro Siqueiros. O muralismo mexicano foi fortemente inspirado pelo materialismo histórico. Na imagem, o artista enfatiza a participação do camponês na Revolução Mexicana (1910-1920), reivindicando melhores condições de vida.

Os exemplos dados dizem respeito à passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, que determinou as transformações da moral, do direito e das concepções religiosas. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem, imaginam ou pensam, e sim do modo pelo qual produzem os bens materiais necessários à vida.

Assim dizem Marx e Engels em *A ideologia alemã*:

> Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.
>
> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 37.

E Marx, em *Teses sobre Feuerbach*:

> Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.
>
> MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 14.

O que os dois filósofos querem nos dizer? Que não basta teorizar, se não partirmos da vida concreta e a ela voltarmos em busca de transformação. O movimento dialético entre teoria e prática chama-se *práxis*. Mas não se entenda a teoria como uma atividade anterior à prática e que a determina, tampouco vice-versa, uma vez que ambas se encontram dialeticamente envolvidas. No mesmo texto sobre Feuerbach, Marx diz:

> A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente escolástica.
>
> Idem, ibidem. p. 12.

Ideologia

De acordo com o materialismo dialético marxista, as ideias devem ser compreendidas no contexto histórico vivido pela comunidade. No entanto, Marx mostra que, numa sociedade dividida em classes e com interesses antagônicos, muitas vezes esse conhecimento aparece de maneira distorcida, como *ideologia*. Ou seja, como conhecimento ilusório que tem por finalidade mascarar os conflitos sociais e garantir a dominação de uma classe sobre outra.

Para Marx, as concepções filosóficas, éticas, políticas, estéticas e religiosas da burguesia são estendidas para o proletariado, perpetuando os valores a elas subjacentes como verdades universais. Desse modo, impedem que a classe submetida desenvolva uma visão mais cuidadosa e lute por sua autonomia.

Se levarmos às últimas consequências a ideia de que, da perspectiva dialética, a consciência nunca é cegamente determinada, pode-se concluir que cabe à classe dominada desenvolver o discurso não ideológico, portador de universalidade e não mais restrito aos interesses de uma classe dominante. Como afirma Marx, o proletariado poderá lutar inclusive pela revolução, entendida como transformação radical do ser humano e da sociedade.

Escolástico: com este termo, Marx ironiza a tradição aristotélico-tomista, que para ele está desligada dos reais interesses humanos.



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – GALERIA DE ARTE MODERNA, MILÃO

O quarto estado (1898-1901), pintura de Giuseppe Pellizza da Volpedo. O título da obra sugere que o proletariado seria o novo poder emergente. Os três estados eram, no século XIX, a nobreza, o clero e o "terceiro estado" (a burguesia).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Dúvidas céticas

"35. Suponha-se que uma pessoa, embora dotada das mais vigorosas faculdades de razão e reflexão, seja trazida repentinamente a este mundo. É certo que tal pessoa observaria de imediato uma sucessão contínua de objetos e um fato sucedendo-se a outro; não seria, porém, capaz de descobrir nada mais. A princípio, não haveria raciocínio que a conduzisse à ideia de causa e efeito, já que os poderes particulares graças aos quais se realizam todas as operações naturais não se manifestam aos sentidos; nem é razoável concluir, simplesmente porque um acontecimento em determinado caso precede um outro, que o primeiro é a causa e o segundo é o efeito. [...]

Suponha-se, agora, que esse homem adquiriu mais experiência e viveu no mundo o tempo suficiente para ter observado uma conjunção constante entre objetos ou acontecimentos familiares: qual é o resultado dessa experiência? Ele infere imediatamente a existência de um objeto do aparecimento do outro. E, sem embargo, nem toda a sua experiência lhe deu qualquer ideia ou conhecimento do poder secreto pelo qual um objeto produz o outro; e tampouco é levado a fazer essa inferência por qualquer processo de raciocínio. No entanto, é levado a fazê-la; e, ainda que esteja convencido de que o seu raciocínio nada tem que ver com essa operação, persiste na mesma linha de pensamento. Há algum outro princípio que o determina a tirar essa conclusão.

36. Esse princípio é o *costume* ou *hábito*. Com efeito, sempre que a repetição de algum ato ou operação particular produz uma propensão de renovar o mesmo ato ou operação sem que sejamos impelidos por qualquer raciocínio ou processo do entendimento, dizemos que essa propensão é um efeito do *hábito*. [...] E é certo que aqui avançamos uma proposição muito inteligível, pelo menos, se não verdadeira, ao afirmar que após a conjunção constante de dois objetos – por exemplo, calor e chama, peso e solidez – somos levados tão somente pelo costume a esperar, após um deles, o aparecimento do outro. Esta hipótese parece ser, mesmo, a única que resolve a dificuldade: por que tiramos de mil exemplos uma inferência que não podemos tirar de um só exemplo, a todos os respeitos igual aos outros? A razão é incapaz de variar desse modo. As conclusões que tira da consideração de um círculo são as mesmas que tiraria da observação de todos os círculos do Universo. Mas ninguém, ao ver um único corpo mover-se depois de ser impelido por outro, poderia inferir que todos os corpos se moverão sob um impulso semelhante. Todas as inferências derivadas da experiência, por conseguinte, são efeitos do costume e não do raciocínio.

O *hábito* é, pois, o grande guia da vida humana. É aquele princípio único que faz com que nossa experiência nos seja útil e nos leve a esperar, no futuro, uma sequência de acontecimentos semelhante às que se verificaram no passado. Sem a ação do hábito, ignoraríamos completamente toda questão de fato além do que está imediatamente presente à memória ou aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar os meios aos fins ou como utilizar os nossos poderes naturais na produção de um efeito qualquer. Seria o fim imediato de toda ação, assim como da maior parte da especulação.

37. Mas talvez venha a propósito observar aqui que, embora nossas conclusões derivadas da experiência nos transportem além de nossa memória e de nossos sentidos e nos deem certeza sobre fatos ocorridos nos mais distantes lugares e nas mais remotas épocas, é necessário que algum fato esteja sempre presente aos sentidos ou à memória para daí começarmos a tirar essas conclusões."

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 145-146. (Coleção Os Pensadores)

Sem embargo: entretanto; não obstante.

Questões

1. Para Hume, qual é o papel do hábito no conhecimento?
2. Identifique no texto elementos que caracterizem o empirismo de Hume.
3. Explique a relação entre a noção de hábito e o ceticismo de Hume.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual é a principal diferença entre racionalismo e empirismo? Faça um esquema para demonstrar sua resposta.
2. O que Bacon entende pelo conceito de *ídolos*?
3. O que Kant entende por formas *a priori*? Quais são as formas *a priori* da sensibilidade? E as formas *a priori* do entendimento?
4. Em que aspecto Hegel inovou com sua concepção de história?
5. Que inversão Marx e Engels realizaram no conceito de dialética hegeliana?

Aplicando os conceitos

6. Atribua as citações seguintes a Descartes ou a Locke e justifique sua resposta.
   a) "[...] penso não haver mais dúvida de que não há princípios práticos com os quais todos os homens concordam e, portanto, nenhum é inato."
   b) "Primeiro, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos."
7. Leia a citação e responda às questões.

A verdadeira causa e raiz de todos os males que afetam as ciências é uma única: enquanto admiramos e exaltamos de modo falso os poderes da mente humana, não lhe buscamos auxílios adequados.

BACON, Francis. *Novum organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 20. (Coleção Os Pensadores)

   a) O que Bacon critica nesse aforismo?
   b) Quais seriam os "auxílios adequados" que deveriam ser buscados?
8. Leia a citação e explique quais são as questões que, para Kant, atormentam a razão e não podem ser respondidas por ultrapassarem suas possibilidades.

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar respostas por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

KANT, Immanuel. Prefácio da primeira edição, 1781. In: *Crítica da razão pura*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p. 3.

9. Leia a citação e responda às questões.

Não é difícil ver que o nosso tempo é um tempo de nascimento e passagem para um novo período. O espírito rompeu com o mundo de seu existir e do seu representar que até agora subsistia e, no trabalho da sua transformação, está para mergulhar esse existir e representar no passado. Na verdade, o espírito nunca está em repouso, mas é concebido sempre num movimento progressivo. Mas, assim como na criança, depois de um longo e tranquilo tempo de nutrição, a primeira respiração – um salto qualitativo – quebra essa continuidade de um progresso apenas quantitativo e nasce então a criança, assim o espírito que se cultiva cresce lenta e silenciosamente até a nova figura e desintegra pedaço por pedaço seu mundo precedente.

HEGEL, Friedrich. *A fenomenologia do espírito*. São Paulo: Abril Cultural. 1974. p. 16. (Coleção Os Pensadores)

   a) Explique por que para Hegel o espírito nunca está em repouso.
   b) Usando o conceito de dialética, explique o "salto qualitativo" mencionado por Hegel.
10. Relacione a citação abaixo, do escritor argentino Jorge Luis Borges, com o conceito kantiano de tempo como forma *a priori* da sensibilidade.

O tempo é a substância de que sou feito. O tempo é um rio que me arrebata, mas eu sou o rio; é um tigre que me destroça, mas eu sou o tigre; é um fogo que me consome, mas eu sou o fogo.

BORGES, Jorge Luis. Nova refutação do tempo. In: *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 218.

Dissertação

11. Com base na citação de Kant transcrita a seguir, disserte sobre a contribuição do período iluminista para a autonomia de pensamento.

O Esclarecimento [Iluminismo] é a saída do homem da condição de menoridade autoimposta. [...] *Sapere aude!* [Ousa saber!] Tem coragem em servir-te de teu próprio entendimento! Esse é o mote do Esclarecimento.

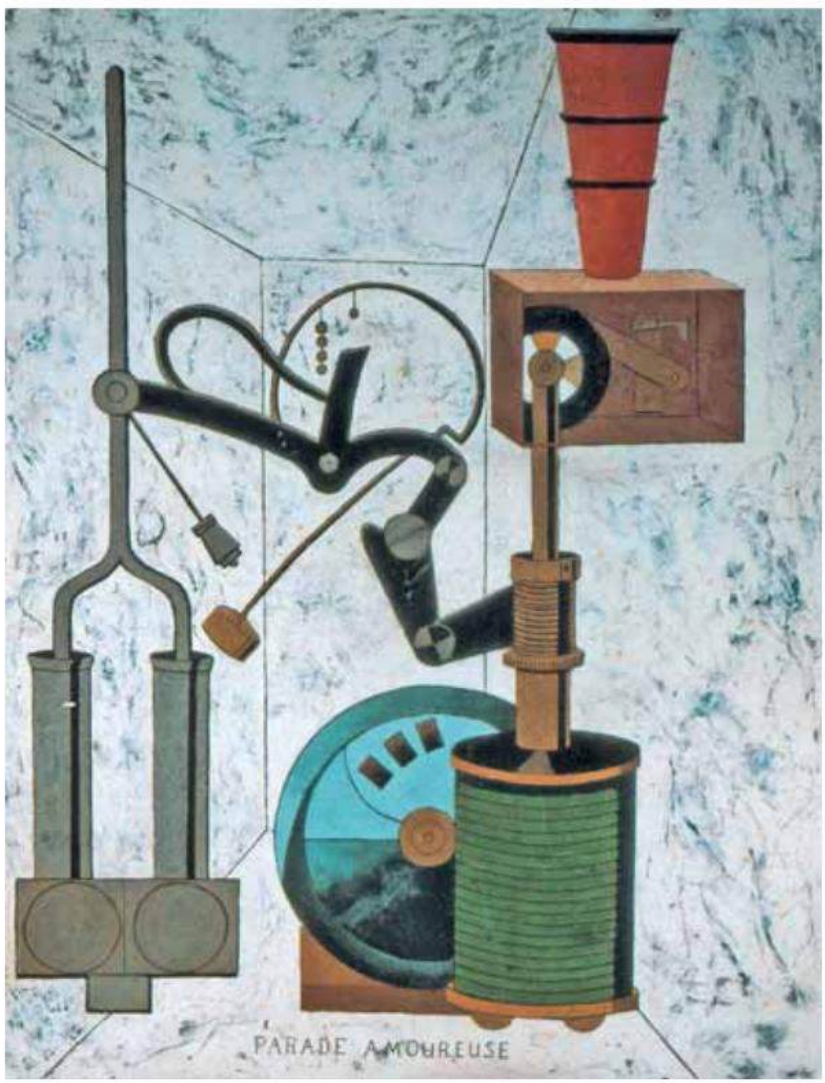
KANT, Immanuel. Que é Esclarecimento? In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 95.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 11

Filosofia contemporânea

Os objetivos principais deste capítulo são: distinguir as maneiras pelas quais os filósofos expressaram a crise da razão, relacionar metafísica e fundacionismo, identificar as rupturas da noção de subjetividade, compreender as diversas tendências da filosofia contemporânea e caracterizar as filosofias pós-modernas. Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: crise da razão, genealogia, crise da ideia de subjetividade, fenomenologia, pragmatismo, fundacionismo, filosofia analítica, teoria crítica, razão instrumental, agir instrumental, ação comunicativa, pós-modernidade, sociedade disciplinar e desconstrução.



PICABIA, FRANCIS. AUTVIS, BRASIL, 2016 – COLEÇÃO PARTICULAR

Desfile amoroso (1917), pintura do artista francês Francis Picabia.

Pode-se incentivar a discussão sobre o papel da publicidade e da mídia na construção de necessidades para estimular o consumo. Como fonte para o debate, é possível abordar a proibição da publicidade dirigida ao público infantil, de acordo com medida publicada no *Diário Oficial da União* em 4 de abril de 2014.

Francis Picabia participou de diversas correntes estéticas de vanguarda no começo do século XX. Talvez você pense que a "máquina" da pintura acima seja uma homenagem ao avanço tecnológico, mas trata-se de uma paródia. Com uma engenhoca "que não serve para nada", o artista francês ironiza a racionalidade técnica, a mentalidade focada no útil e desviada de fins propriamente humanos.

Se observarmos com cuidado os objetos que nos cercam, perceberemos como a publicidade e os modismos atuam para criar nos indivíduos as mesmas necessidades ilusórias. Frequentemente consumimos objetos que se revelam inúteis, pois não precisamos deles para viver bem. O que é mais perverso: essas imposições são muitas vezes criadas como se todos nós tivéssemos os mesmos desejos e necessitássemos das mesmas coisas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 A crise da razão

As primeiras fissuras da crise da razão surgiram com o ceticismo de Hume e, no século XVIII, tornaram-se mais agudas com o criticismo de Kant, que abalou a metafísica. Porém, a partir do final do século XIX, os "mestres da suspeita" – Marx, Nietzsche e Freud – introduziram elementos de desconfiança na capacidade humana de conhecer a realidade objetiva e de ter acesso transparente a si mesmo.

A reação ao racionalismo iluminista – isto é, à crença de que a razão seria capaz de alcançar a verdade e de que a ciência, por meio da tecnologia, nos tornaria "mestres e senhores da natureza" – manifestava-se também com o movimento romântico, que irrompera no século XIX. Os românticos valorizavam o ser humano integral, daí a importância das artes.

No mesmo século, além de Nietzsche, o alemão Arthur Schopenhauer e o dinamarquês Sören Kierkegaard foram alguns dos que submeteram à prova os alicerces da razão.

2 Arthur Schopenhauer

Arthur Schopenhauer (1788-1860), nascido na cidade prussiana de Danzig (atual Gdańsk, na Polônia), escreveu *O mundo como Vontade e representação*, *Metafísica do belo*, *Aforismos para a sabedoria de vida*, entre outras obras. Crítico severo do racionalismo hegeliano, Schopenhauer obteve reconhecimento apenas aos 63 anos, quando sua fama passou a atrair admiradores e até turistas desejosos de ouvi-lo.

O mundo como Vontade e representação

Para Schopenhauer, o mundo efetivo (ou a realidade) só existe para quem o representa: concorda com Kant ao admitir que entendemos as imagens por meio de formas puras (espaço, tempo e causalidade) e que, portanto, o mundo é "fenômeno", o que aparece para nós. Acrescenta, porém, que conhecer os fenômenos por meio da razão não nos faz encontrar seu sentido, tampouco o do próprio sujeito que conhece. Seria preciso buscar, além do princípio da razão, outro caminho: o do sentimento.

Ao se aprofundar na subjetividade, Schopenhauer encontra seu corpo submetido às leis da causalidade como todos os corpos. No entanto, o corpo humano é instrumento de conhecimento e nos permite investigar as causas de nossas ações. Descobre então algo que designa como Vontade, terreno em que se encontra tudo o que mobiliza qualquer ação. Trata-se de uma Vontade cósmica, um "ímpeto cego", que faz agir desde o mundo inorgânico, passando pelos vegetais, animais, até os seres humanos. Nestes últimos, a Vontade deixa de ser cega para tornar-se consciente. E o que resulta dessa Vontade? A discórdia e o sofrimento.

Uma filosofia do pessimismo?

Para muitos leitores, a filosofia de Schopenhauer incorre em um inevitável *pessimismo metafísico*. No entanto, para o filósofo, ainda que do ponto de vista particular haja o conflito, no conjunto da realidade existe um equilíbrio das espécies. No que diz respeito ao indivíduo, este pode desfrutar de momentos de extremo prazer, proporcionados pela arte. Por meio da intuição artística, ele pode desvelar verdades, porque a experiência estética é capaz de atingir o *ser* das coisas, e não apenas seu *aparecer*.

Em sua ética, Schopenhauer discorre sobre o sentimento de *compaixão*, pelo qual nos colocamos no lugar do outro, como se ele fosse um *outro-eu*. Não apenas como sentimento, mas como orientação para agir, minorando o sofrimento alheio. A compaixão se dirige também aos animais e à natureza em geral. Essa teoria conduz a um ascetismo do agir e a uma mística, decerto influenciada pelos estudos sobre o budismo, que sempre estiveram no horizonte da reflexão de Schopenhauer. É com a sabedoria de vida que o filósofo descobre a possibilidade de nos tornarmos menos infelizes.

Para saber mais

Literatos como os brasileiros Machado de Assis e Augusto dos Anjos sofreram influência da filosofia de Schopenhauer, emprestando a voz "pessimista" do filósofo a seus personagens ou ao eu lírico do poema.

3 Kierkegaard: razão e fé

O pensador dinamarquês Sören Kierkegaard (1813-1855) é um dos precursores do existencialismo contemporâneo. Entre suas obras, destacam-se *Temor e tremor*, *O conceito de angústia* e *Migalhas filosóficas*. Severo crítico da filosofia moderna, Kierkegaard afirma que desde Descartes até Hegel o ser humano não é visto como ser existente, mas como abstração, reduzido ao conhecimento objetivo. Na verdade, considera que a existência subjetiva é irredutível ao pensamento racional, e por isso mesmo possui valor filosófico fundamental.

Compaixão: mais do que "ter pena", é "sentir com", "sofrer junto", "compadecer-se".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A fé religiosa

Para Kierkegaard, a existência é permeada por contradições que a razão é incapaz de solucionar. Critica o sistema hegeliano porque explica o dinamismo da dialética por meio do conceito, quando deveria fazê-lo pela paixão, sem a qual o espírito não receberia o impulso para o salto qualitativo, entendido como decisão, ou seja, como ato de liberdade. Por isso, é importante na filosofia de Kierkegaard refletir sobre a *angústia* que precede o *ato livre*.

A consciência das paixões leva o filósofo – e também teólogo – a meditar sobre a fé religiosa como estágio superior da vida espiritual. Para ele, a mais alta paixão humana é a fé. É ela que nos permite o "salto no escuro", que é o "salto da fé". Mas ela é, também, uma paixão plena de paradoxos.

Como exemplo, o filósofo cita Abraão, personagem do Antigo Testamento. Para obedecer à ordem divina, Abraão se dispõe a sacrificar o próprio filho, não porque compreendesse essa ordem, mas porque tinha fé. Kierkegaard defendia que o estágio religioso é superior até mesmo à dimensão puramente ética e revela-se como o derradeiro caminho a ser percorrido na existência.

4 Nietzsche: o critério da vida

O filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900), nascido na Prússia (Alemanha), após estudar filologia e teologia, tornou-se professor de filologia grega na cidade de Basileia, na Suíça. Abandonou a vida acadêmica devido à saúde frágil, que se deteriorou ao longo de sua vida. Publicou seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia no espírito da música*, em 1872, seguido por *Humano, demasiado humano*, *A gaia ciência*, *Assim falou Zaratustra*, *Para além do bem e do mal*, *A genealogia da moral*, entre outros.

Nietzsche procedeu a um deslocamento do problema do conhecimento, alterando o papel da filosofia. Para ele, o conhecimento não é uma explicação da realidade, pois não passa de interpretação, de atribuição de *sentidos*. Atribuir sentidos é, também, revestir de valores, ou seja, os sentidos são construídos com base em determinada escala de valores que se quer promover ou ocultar.

Genealogia

A genealogia é o método de decifração proposto por Nietzsche para desmascarar o modo pelo qual os valores são construídos. Por esse método, ele descobre lacunas, espaços em branco mais significativos, e o que não foi dito ou foi reprimido. Com isso, identifica como determinados conceitos foram transformados em verdades absolutas e eternas.

O método genealógico visa resgatar o conhecimento primeiro, indevidamente transformado em verdade metafísica, estável e intemporal. Como a vida é um devir – está sempre em movimento –, não é possível reduzi-la a conceitos abstratos, a significados estáveis e definitivos.

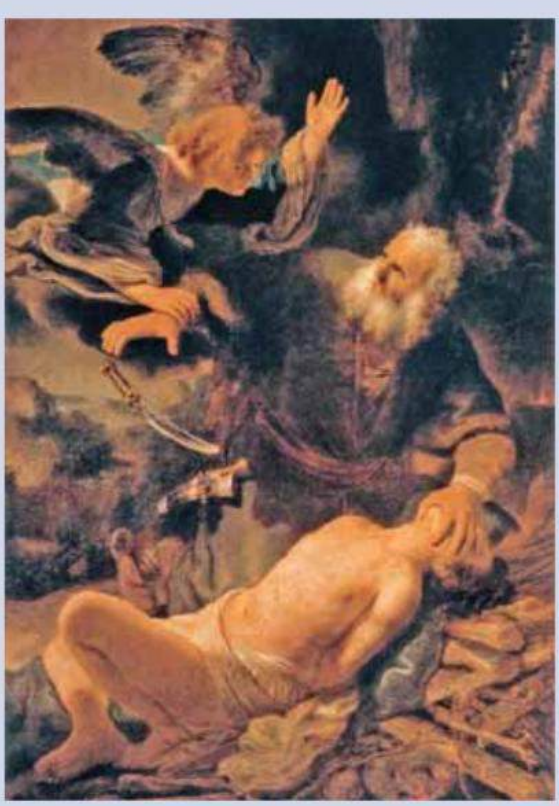
Etimologia

Genealogia. Do grego *génos*, "origem", "nascimento", "descendência", e logos, "estudo", "razão". Em Nietzsche, genealogia significa o questionamento da *origem* dos valores.

Para refletir

A história de Abraão é relatada no livro Gênesis, da *Bíblia*. Kierkegaard, em *Temor e tremor*, pergunta-se o que teria levado Abraão a transgredir sua virtude de pai, que "deve amar o filho mais do que a si mesmo". Ele o faz não para salvar um povo ou apaziguar a ira divina, mas porque Deus lhe exigiu essa prova de fé, que ele aceita, apesar do absurdo e do seu conflito entre o dever para com o filho e o dever para com Deus. Com seu ato, transcendeu a ética. No momento final, um anjo deteve sua mão.

Reflita com um colega a respeito da hierarquia entre ética e religião. O que você faria no lugar de Abraão?



REMBRANDT HARMENSZ VAN RIJN – MUSEU HERMITAGE, SÃO PETERSBURGO

O anjo impede Abraão de sacrificar seu filho Isaac (1635), pintura de Rembrandt.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ao compreender a avaliação que foi feita dos instintos, Nietzsche percebe que *o único critério que se impõe é a vida*. O "critério da vida" investiga, no processo do exame genealógico, que sentidos atribuídos às coisas fortalecem nosso "querer-viver" e quais o degeneram.

A esse respeito, a professora Scarlett Marton comenta:

> Fazer qualquer apreciação passar pelo crivo da vida equivale a perguntar se ela contribui para favorecê-la ou obstruí-la; submeter ideias ou atitudes ao exame genealógico é o mesmo que inquirir se são signos de plenitude de vida ou da sua degeneração; avaliar uma avaliação, enfim, significa questionar se é sintoma de vida ascendente ou declinante.
>
> MARTON, Scarlett. *Nietzsche*: a transvaloração dos valores. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 52. (Coleção Logos)

Por exemplo, nada sabemos da natureza ou da essência da *honestidade*, mas conhecemos numerosas ações individualizadas, portanto, desiguais: ao reunir todas elas sob o *conceito* de honestidade, estamos diante de uma abstração. O que se perde nesse processo é que, ao colocar seu agir sob a regência das abstrações, as intuições são desprezadas para privilegiar o conceito.[1]

Para refletir

Às vezes consideramos alguém generoso por ter contribuído com grande soma para uma instituição de caridade ou para qualquer outro benefício social. Discuta com seu colega em que medida o conceito de generosidade traz nuanças que não são universais.

Como conhecemos?

Para Nietzsche, o conhecimento se vale da *metáfora*. Se na linguagem comum a metáfora é um ornamento e como tal não tem significado de conhecimento propriamente dito, para o filósofo prussiano, a metáfora assume um caráter cognitivo. Só ela consegue perceber as coisas no seu devir permanente, porque cada metáfora intuitiva é individual, e, por isso, escapa ao "grande edifício dos conceitos". O conceito, por sua vez, nada mais é do que "o resíduo de uma metáfora". Assim diz Nietzsche:

> O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, [...] antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.
>
> NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 48. (Coleção Os Pensadores)

Outro aspecto do caráter interpretativo de todo conhecimento é a teoria do perspectivismo, que consiste em perseguir uma ideia sob diferentes perspectivas. Essa pluralidade de ângulos não nos leva a conhecer o que as coisas são em si mesmas, mas é enriquecedora por nos aproximar da complexidade da vida em seu movimento.

Entre o final do século XIX e o início do seguinte, a crítica ao racionalismo delineou-se mais claramente e repercutiu em todo o século XX, o que levou à necessidade de se repensar a filosofia.

5 Contexto histórico do século XX

No mundo contemporâneo, diversos fatores produziram transformações, muitas vezes bastante radicais, com desconcertante rapidez. As grandes descobertas tecnológicas no campo da automação, da robótica e da microeletrônica provocaram mudanças nas fábricas e no setor de serviços, alteraram a relação entre cidade e campo, afetaram a maneira de morar e de se comunicar, tanto em relações interpessoais como em termos planetários.

Vivemos a era da globalização, como se o mundo fosse uma grande aldeia. Em época alguma se atingiu tão elevado nível de inter-relacionamento que nos permitisse até mesmo falar em um mercado mundial determinando a produção, a distribuição e o consumo de bens, e em uma cultura da "virtualidade real", que liga todos os pontos do globo e influencia comportamentos.

No turbulento século XX, vivemos duas guerras mundiais e inúmeros conflitos. Mas esse também foi o século das reivindicações de muitas bandeiras – do feminismo, do poder jovem, das minorias silenciadas por milênios –, o que revolucionou ideias e atitudes.

Etimologia

Metáfora. Do grego *metaphorá*, "mudança", "transposição". É uma figura de linguagem que realiza a transposição do sentido próprio de uma palavra ao sentido figurado.
Canônico. Do latim *canon, canonis*, "lei", "regra", "padrão". Referente a cânone (ou cânon), conjunto de leis eclesiásticas; por extensão, na atividade cotidiana, comportamento social padronizado por regras.

[1] Mais referências à crítica de Nietzsche à moral tradicional no capítulo 16, "Teorias éticas: abordagem cronológica".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FINE ART IMAGES/AGB PHOTO LIBRARY/KEYSTONE BRASIL. AUTVIS, BRASIL, 2016 - MUSEU DE ARTE MODERNA, NOVA YORK

Mulher II (1952), pintura de Willem de Kooning. Com nítida influência da psicanálise e do existencialismo, essa pintura representa a figura feminina com olhos enormes e sorriso sinistro. Dessa maneira, o artista Willem de Kooning responde à fria racionalidade instrumental, organizadora e calculista, que reprime a natureza humana nos aspectos mais amplos de sua vida instintiva.

Crise da subjetividade

O que denominamos "crise da razão" é também uma crise da ideia de subjetividade. A herança mais grata da modernidade, desde Descartes, foi a descoberta de que o sujeito era capaz de conhecer e de chegar à verdade indubitável do *cogito*, tornando-se o autor de seus atos pela vontade livre.

Nas décadas que se seguiram, vários pensadores debruçaram-se sobre a questão da "morte do sujeito", que significa a desconstrução do conceito de subjetividade como fora "construído" na Idade Moderna. De que modo, então, contornar o impasse da descrença na possibilidade do conhecimento como algo que dependeria da pessoa, do lugar e do tempo?

Veremos como diferentes correntes filosóficas do século XX enfrentaram os novos questionamentos.

Para saber mais

A desconfiança na capacidade humana de conhecer a realidade e de ter acesso transparente a si mesmo levou Sigmund Freud a cunhar a expressão *feridas narcísicas*, referindo-se à humilhação sofrida pelo indivíduo em momentos diferentes da história: no século XVI, Copérnico retirou a Terra do centro do Universo; no século XIX, a teoria da evolução de Darwin tirou o sujeito do centro do reino animal; com a teoria do inconsciente, o próprio Freud retirou o ser humano do centro de si mesmo. A essas feridas, costuma-se acrescentar uma quarta, a de Karl Marx, em que a subjetividade livre e autônoma deixou de ser o centro da história, substituída pela luta de classes.

6 Fenomenologia de Husserl

A fenomenologia é um método e uma filosofia que surgiu com o alemão Edmund Husserl (1859-1938), cujas principais obras são *Investigações lógicas*, *A filosofia como ciência rigorosa* e *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*, entre outras. Influenciou filósofos importantes que seguiram percursos autônomos, entre os quais Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre.

Husserl entende por *fenomenologia* o processo pelo qual examina o fluxo da consciência em relação com objetos que existem fora dela. Podemos compreender o conceito de *fenômeno* como "aquilo que aparece". Nesse sentido, a fenomenologia aborda os objetos do conhecimento como aparecem, como se apresentam à consciência.

A fenomenologia critica a filosofia tradicional por desenvolver uma metafísica vazia e abstrata, voltada para a explicação, ao passo que na fenomenologia o próprio ser humano é o ponto de partida de reflexão. Ao buscar o que é dado na experiência, descreve "o que se passa" efetivamente do ponto de vista daquele que vive determinada situação concreta.

Intencionalidade

O postulado básico da fenomenologia é a noção de *intencionalidade*, que significa "dirigir-se para", "visar a alguma coisa". Toda consciência é intencional por sempre tender para algo, por *visar* a algo fora de si. Contrariando o que afirmaram os racionalistas (como Descartes), não há pura consciência separada do mundo, porque toda consciência é consciência de alguma coisa. Contra os empiristas (como Locke), a fenomenologia afirma que não há objeto em si, já que o objeto é sempre *para* um sujeito que lhe dá significado. Dessa maneira, pretende resolver a contradição entre corpo-mente e sujeito-objeto.

A fenomenologia pretende "humanizar" a ciência, apoiada em uma nova relação entre sujeito e objeto, ser humano e mundo, considerados polos inseparáveis. Nesse aspecto, contrapõe-se também à filosofia positivista do século XIX, que se baseia na convicção de um conhecimento científico neutro e despojado de subjetividade.

Como a consciência é doadora de sentido, fonte de significado, o processo de conhecer nunca termina: é uma exploração exaustiva do mundo. Vale lembrar que a consciência do mundo não se reduz ao conhecimento intelectual, pois a consciência também é fonte de intencionalidades afetivas e práticas. O nosso olhar é o ato pelo qual temos a experiência vivida da realidade, percebendo, imaginando, julgando, amando, temendo etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7 Pragmatismo e neopragmatismo

O pragmatismo é uma contribuição filosófica dos Estados Unidos. Desenvolveu-se a partir do final do século XIX, orientando-se em diferentes tendências no século seguinte. Herdeiro da tradição do empirismo britânico de Locke, Hume e Stuart Mill, o pragmatismo buscou libertar-se da metafísica racionalista. No entanto, isso não significa sua adesão ao empirismo.

Etimologia

Pragmatismo. Do grego *prágma*, "ato", "ação"; do qual deriva *pragmatikós*, "relativo aos fatos, aos negócios". Na linguagem comum, pragmático é o que é suscetível de aplicação prática, o que visa ao útil; não é este, porém, o sentido do pragmatismo filosófico.

Crítica ao fundacionismo

Denomina-se *fundacionismo* ou *fundacionalismo* a tendência epistemológica que entende a verdade como "crença justificada", ou seja, o conhecimento é visto como uma estrutura. A base dessa estrutura é constituída de fundamentos certos e seguros, como na metafísica tradicional.

Por exemplo, os filósofos tradicionais buscam justificar uma crença baseando-se em outra, em outra e mais outra, até chegar a uma que constitua o ponto de partida, que sustente as demais, ou seja, uma "fundação". Se usarmos a metáfora de um edifício, todas as colunas se sustentam pela fundação. Foi assim que Platão chegou à noção de "bem", ou Descartes à ideia clara e distinta do *cogito*.

Com a noção de *experiência*, o pragmatismo contradiz a perspectiva rígida da filosofia tradicional. A experiência, entendida como um conjunto de relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o entorno, é uma atividade conceptual capaz de guiar as ações futuras na nossa relação com o ambiente. Por esse motivo, estabelece o critério que distingue o que é verdadeiro e apresenta uma visão de conhecimento em que os conceitos não são ideias abstratas, mas instrumentos que orientam a ação.

A definição de experiência, embora varie entre os pragmatistas, teria algo em comum, como diz o historiador da filosofia Nicola Abbagnano:

> Para o pragmatismo, a experiência é substancialmente abertura para o futuro: uma característica básica será a possibilidade de fundamentar uma previsão. [...] Nesse sentido, a tese fundamental do pragmatismo é a de que toda a verdade é uma regra de ação, uma norma para a conduta futura.
>
> ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1976. p. 7. v. 11.

A verdade depende, portanto, dos resultados práticos alcançados pela ação. Vale lembrar que o pragmatismo filosófico não reduz grosseiramente a verdade à utilidade. Para o pragmatista William James, uma proposição é verdadeira quando "funciona", isto é, permite que nos orientemos na realidade, levando-nos de uma experiência a outra.



LUCAS LACAZ RUIZ/FOTOARENA

Operários trabalham na construção de casas populares em terreno de São José dos Campos (SP) conhecido como Pinheirinho, 2014. De acordo com o fundacionismo, o conhecimento é como uma estrutura: a base seria constituída de fundamentos que sustentam o "edifício" das ideias. Para os neopragmatistas, esses fundamentos não existem e não há verdade absoluta.

Representantes do pragmatismo

Charles Sanders Peirce (1839-1914), estudioso de lógica simbólica e semiótica (teoria dos signos), foi o iniciador do pragmatismo.

Peirce propõe o conceito de *falibilismo* – que mais tarde seria usado pelo neopositivista Karl Popper. Segundo o falibilismo, não podemos estar absolutamente certos de nada. Como saber algo, então? Ao analisar a linguagem, Peirce observa que o pensamento produz "hábitos de ação" e estes derivam de crenças, que por sua vez tranquilizam nossas dúvidas. Mas como saber se essas crenças são válidas?

Nem todas as crenças nos levam a bons resultados, apenas aquelas que conduzem à ação de forma eficaz. Entre estas, as mais sólidas são as que se originam da ciência e podem ser confirmadas pela experiência. Mesmo assim, nenhuma prova científica é "para sempre", porque a qualquer momento poderá ser contestada por algum "fato surpreendente", ou seja, por um fato problemático que exigirá novas experiências.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

William James (1842-1910) disseminou as ideias pragmatistas, tornando-as conhecidas. Entre suas obras, destacam-se: *Princípios de psicologia*, *A vontade de crer*, *As variedades de experiência religiosa*, *Pragmatismo* e *O significado da verdade*. Em que pese a perspectiva empirista, em sua filosofia ainda predominam aspectos metafísicos que fundamentam seu espiritualismo, focado na moral e na religião.

No campo da moral ocorre o mesmo: o bem e o mal distinguem-se em função da utilidade e da importância para a vida. Por isso, em *A vontade de crer*, William James afirma que se pode crer em tudo o que se queira, mesmo nas verdades que não foram demonstradas, como na fé religiosa.

John Dewey (1859-1952), seguidor de James, foi filósofo e educador. Sua vasta produção intelectual compreende artigos, ensaios, conferências e obras como: *Escola e sociedade*, *Democracia e educação*, *Experiência e educação* e *Ensaios de lógica experimental*.

O pragmatismo de Dewey é uma espécie de instrumentalismo. Como é importante que as ideias estejam ligadas à prática, elas são propriamente instrumentos para resolver problemas: a relevância ou não e a eficácia para alcançar esse fim garantem sua validade. Por isso as ideias não são verdades ou falsidades absolutas; elas podem ser corrigidas ou aperfeiçoadas.

Neopragmatismo

No final do século XX, surgiu a corrente do neopragmatismo, cujo principal expoente foi o estadunidense Richard Rorty (1931-2007). O filósofo escreveu, entre outras obras, *Contingência, ironia e solidariedade* e *A filosofia e o espelho da natureza*. Herdeiro de John Dewey e de Martin Heidegger, recebeu influência da filosofia analítica e seu pensamento se fertilizou em debates com filósofos de diversas tendências, como Donald Davidson e Jürgen Habermas, sobretudo abordando temas de epistemologia.

Rorty se recusou a buscar a "verdade objetiva", criticando a epistemologia tradicional, segundo a qual a mente humana teria a capacidade de espelhar a natureza e atingir sua representação precisa. Como os demais pragmatistas, rejeitava o fundacionismo e propôs uma nova concepção de filosofia, nem essencialista nem sistemática.

Enquanto a "experiência" era a principal referência para os pragmatistas clássicos, os contemporâneos deslocaram sua atenção para a *linguagem*. Só que não se trata da linguagem que, na concepção tradicional, é um véu que se interpõe entre nós e o objeto, ocultando o que as coisas são em si, mas a linguagem como um meio de ligar objetos uns aos outros. Por exemplo, não podemos saber o que é uma mesa sem ligá-la a conceitos, como ser de madeira, castanha, velha ou dura (esbarrar nela pode machucar); do mesmo modo, o número 10 só tem sentido na sua relação com outros: está entre o 9 e o 11, é a soma de 6 e 4, é divisível por 2.

Rorty abandonou de vez a tentativa de atribuir à noção de verdade um papel explicativo. Para ele, a racionalidade aperfeiçoa-se na comunidade, pela troca de versões e de crenças, e o significado está sempre em aberto, mantendo-se por meio da reflexão que não dispensa o diálogo permanente, da "grande conversação" capaz de buscar as novas crenças e novas descrições de um mundo em mutação.

8 Filosofia analítica

A filosofia analítica não constitui propriamente uma "escola", visto que é representada por diversas tendências. De maneira simples, pode-se dizer que, apesar das diferenças, a filosofia analítica se ocupa da análise do *significado*. A tarefa básica do filósofo consiste em analisar logicamente as sentenças, possibilitando uma abordagem objetiva dos problemas tradicionais da filosofia. A acurada análise da linguagem evitaria os enganos da metafísica tradicional.

Para saber mais

A filosofia analítica é herdeira do empirismo britânico, sofreu influência da lógica matemática (ou simbólica), criada por Gottlob Frege (1848-1925) no final do século XIX, e dos filósofos do Círculo de Viena nas décadas de 1920 e 1930. Frutificou na Universidade de Oxford (Inglaterra), com Russell, Moore e Wittgenstein, e expandiu-se nos Estados Unidos.

"Virada linguística"

Chama-se "virada linguística" (ou "giro linguístico") a revolução que representou o novo paradigma filosófico da epistemologia. A filosofia analítica privilegia a análise conceitual, utilizando os novos recursos da linguística à sua disposição e os da lógica simbólica, que permitem o estudo lógico das sentenças.

Desse modo, a filosofia analítica representa a posição mais radical de recusa da possibilidade de se atingir a verdade com base na subjetividade. Abandona as noções do "sujeito que conhece" para se limitar à investigação da linguagem: nossa relação com o mundo é como uma relação de significação.

Entre os diversos representantes da filosofia analítica, escolhemos tratar de Wittgenstein.

Significado: no sentido comum, é uma representação mental que permite a compreensão e a comunicação. Na filosofia analítica, esse conceito pode assumir diferentes acepções conforme o filósofo que o discute.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ludwig Wittgenstein

O austríaco Ludwig Wittgenstein é considerado um dos principais filósofos do século XX. O impacto de suas obras foi notável para o encaminhamento das discussões sobre as relações entre linguagem e pensamento.

Quem é?



GRANGER/GLOW IMAGES

Ludwig Wittgenstein. Foto de 1930.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951) cresceu no seio de uma rica família vienense, em cuja residência circulava a elite intelectual do seu tempo. Suas obras mais importantes foram *Tractatus logico-philosophicus* (1921) e *Investigações filosóficas* (publicada postumamente, em 1953). Personalidade singular, estudou engenharia mecânica, matemática e lógica; alistou-se como voluntário do Exército austríaco durante a Primeira Guerra Mundial; foi professor em Cambridge (Inglaterra), onde teve como interlocutor Bertrand Russell, que escreveu a Introdução ao *Tractatus*. Sua carreira universitária foi alternada com períodos de isolamento numa cabana na Noruega e com a experiência de professor secundário para camponeses em vilarejos pobres da Áustria. A elaboração de *Investigações filosóficas* representou uma guinada no curso de suas ideias, sempre na busca de rigor a fim de entender a capacidade e os limites da linguagem para expressar o pensamento.

Primeira fase: *Tractatus logico-philosophicus*

No prefácio de *Tractatus logico-philosophicus* (1921), Wittgenstein declara que seu propósito é tratar dos problemas da filosofia, apoiando-se na compreensão da lógica de nossa linguagem e nos limites dela: "O que é de todo exprimível, é exprimível claramente; e aquilo de que não se pode falar, guarda-se em silêncio". Qual a proposta do filósofo com essas palavras?

Para Wittgenstein, nada pode ser conhecido fora da linguagem, o que representa sua opção metodológica pelo "giro linguístico". É por meio da linguagem que os fatos são representados. Wittgenstein menciona fatos, e não coisas, porque "O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas". Enquanto os objetos são simples, os fatos são complexos, e é por meio dos fatos que temos acesso ao mundo.

Por exemplo, nada diremos diante do conceito "água"[2], somente quando se tratar de uma proposição: "A água é límpida", "A água ferve a 100 °C", que indicam fatos do mundo. Se dissermos "A água ferve a 20 °C", embora saibamos que isso não ocorre, não há uma impossibilidade lógica de ocorrer. Já a proposição "Chove e não chove" indica algo contraditório que não ocorre nem pode ocorrer. Portanto, só compreendemos proposições com sentido, ainda quando não correspondam a nenhum fato.

Na proposição 4.112 do *Tractatus*, Wittgenstein assim define o papel da filosofia:

> O objetivo da filosofia é a clarificação lógica dos pensamentos. A filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade. Um trabalho filosófico consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não é "proposições filosóficas", mas o esclarecimento de proposições. A filosofia deve tornar claros e delimitar rigorosamente os pensamentos, que de outro modo são como que turvos e vagos.
>
> WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 62-63.

Nessa citação, está posto o propósito da filosofia em depurar a linguagem daquilo que a "enfeitiçava" e que fora o objetivo malsucedido de filósofos anteriores, ou seja, de buscar a essência da linguagem. Wittgenstein abandona qualquer pretensão metafísica do conhecimento e restringe-se a ver como a linguagem funciona.

E sobre o que se deve calar? Ora, como vimos, só a ciência trata dos fatos, enquanto cabe à filosofia apenas examinar o mecanismo lógico da linguagem como expressão do pensamento. Por isso, nada pode dizer sobre os fundamentos da ética, da estética e da religião. Apesar de relevantes, esses assuntos estão no campo do inefável, daquilo que não se pode exprimir: deles nada podemos dizer, apenas mostrar.

Segunda fase: *Investigações filosóficas*

Wittgenstein ficou muito tempo sem escrever, pois supunha não ter mais nada a dizer depois do *Tractatus*. A partir de 1929, entretanto, repensou sua filosofia e reformulou-a em muitos aspectos, processo que culminou com a elaboração de *Investigações filosóficas*.

[2] Os exemplos sobre a água foram adaptados de: MORENO, Arley R. *Wittgenstein, os labirintos da linguagem*: ensaio introdutório. São Paulo: Moderna, 2000. p. 21. (Coleção Logos)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Como anteriormente, continuou ocupando-se do significado das expressões linguísticas, não mais se atendo ao que elas se referem, mas ao modo como são usadas. Percebeu que geralmente buscamos nas proposições o que elas explicam ou descrevem. Retomando o exemplo anterior, "A água é límpida", damos uma característica da água. Mas, se dizemos simplesmente "Água!", isso pode ter vários significados, dependendo das circunstâncias: tenho sede; rendo-me ao adversário; preciso apagar o incêndio; ensino uma criança a falar etc. Portanto, não se trata mais de uma representação, mas de uma hipótese cuja adequação à realidade precisa ser conferida. E certamente terá várias, daí ter criado a expressão "jogos de linguagem". De que se trata? É o que nos explica o professor Arley Moreno:

> Essa expressão procura salientar, com a palavra "jogo", a importância da práxis da linguagem, isto é, procura colocar em evidência, a título de elemento constitutivo, a multiplicidade de atividades nas quais se insere a linguagem; concomitantemente, essa expressão salienta o elemento essencialmente dinâmico da linguagem – por oposição, como vemos, à fixidez da forma lógica.
>
> MORENO, Arley R. *Wittgenstein, os labirintos da linguagem*: ensaio introdutório. São Paulo: Moderna, 2000. p. 55. (Coleção Logos)

Talvez se pense que o novo enfoque estivesse levando a análise da linguagem à incerteza das coisas vagas demais. Tal não é a convicção do filósofo, pois a consistência e o sentido são relativos aos usos que pretendemos fazer dos conceitos: a correção conceitual é um atributo do uso, mesmo que de fato nos comuniquemos com conceitos vagos, ambíguos.

Os jogos de linguagem são inúmeros. Alguns são recriados, enquanto outros são esquecidos. Em cada jogo específico, a palavra tem o seu significado pelo uso que assume, pois a linguagem muda conforme o contexto, como pedir, ordenar, aconselhar, xingar, narrar etc.

E a filosofia, para que serve? É preciso, antes, curar a cegueira do filósofo, acostumado com abstrações e generalizações, para que olhe os antigos fenômenos estudados sob uma nova ótica, prestando atenção às formas de vida e à multiplicidade de sentidos. Cabe à filosofia apenas descrever, analisar, elucidar a linguagem, como sugerira anteriormente. Agora, porém, a elucidação filosófica é sobre as regras do uso dos jogos de linguagem, e prossegue a batalha "contra o enfeitiçamento de nossa inteligência por meio da linguagem".



© KOSUTH, JOSEPH/AUTVIS, BRASIL, 2016. SCALA, FLORENCE – MUSEU DE ARTE MODERNA, NOVA YORK

A obra *Uma e três cadeiras* (*One and three chairs*), do artista plástico estadunidense Joseph Kosuth, é emblemática do movimento chamado "arte conceitual". Consiste em uma cadeira, na fotografia do mesmo móvel e na ampliação fotográfica do verbete "cadeira". O artista propunha a questão: em qual das três imagens está a verdadeira identidade da cadeira? Na coisa em si, em sua imagem ou na descrição verbal? Em que sentido as indagações do artista se aproximam das questões propostas pela filosofia da linguagem? Ao mostrar a cadeira três vezes – a própria cadeira, a fotografia dela e o verbete de um dicionário –, é como se Joseph Kosuth perguntasse ao espectador: qual das três é a verdadeira cadeira? Portanto, a realidade não está na coisa mesma, como pensavam os filósofos, mas depende do uso que fazemos da linguagem, o que Wittgenstein definiu como "jogos de linguagem".

Uma e três cadeiras (1965), instalação de Joseph Kosuth.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9 Escola de Frankfurt: teoria crítica

A Escola de Frankfurt surgiu na Alemanha em 1925. Os principais nomes foram Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm e Jürgen Habermas, este último pertencente à "segunda geração" da Escola. Os principais temas de natureza sociológico-filosófica são: autoridade, autoritarismo, totalitarismo, família, cultura de massa, liberdade, o papel da ciência e da técnica.

A filosofia dos frankfurtianos é conhecida como *teoria crítica*, em oposição à *teoria tradicional* representada pelos filósofos desde Descartes. O que eles criticam? Leitores de Marx, Nietzsche, Freud e Heidegger, os frankfurtianos sabem que não se adere à razão inocentemente. Concluem que a razão, exaltada tradicionalmente por ser "iluminada", também traz sombras em seu bojo, quando se torna instrumento de dominação.

Para saber mais

As principais obras dos pensadores da Escola de Frankfurt foram: *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer; *Teoria estética* e *Minima moralia*, de Adorno; *Estudos sobre a autoridade e a família* e *Eclipse da razão*, de Horkheimer; *Eros e civilização*, de Marcuse; *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão* e *Origem do drama barroco alemão*, de Benjamin.

Razão instrumental

Na obra *Eclipse da razão*, Horkheimer distingue dois tipos de razão: a *razão cognitiva* e a *razão instrumental*.[3]

[3] Abordamos a razão cognitiva e a razão instrumental no capítulo 5, "Trabalho, consumo e lazer".

- A razão cognitiva busca conhecer a verdade. Diz respeito ao saber viver, aos fins propriamente humanos, à sabedoria. Essa razão regula as relações entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza.
- A razão instrumental propõe agir sobre a natureza e transformá-la, por isso visa à eficácia, à produtividade e à competitividade.

Para Horkheimer, os dois tipos de racionalidade coexistem. No entanto, no capitalismo, o desenvolvimento das ciências e sua aplicação à técnica levou o progresso da tecnologia a patamares jamais alcançados, de maneira que a razão instrumental tomou tal vulto que se sobrepôs à razão cognitiva.

Para os frankfurtianos, a origem do irracional deve-se ao predomínio da razão instrumental. Em última análise, a proposta desse tipo de racionalidade é a dominação da natureza para fins lucrativos, colocando a ciência e a técnica a serviço do capital.

Ao analisar as sociedades tecnocráticas, altamente tecnicizadas e racionalizadas, os frankfurtianos denunciaram a perda da autonomia do sujeito, docilizado tanto pela sociedade industrial totalmente administrada como pelas extremas regressões à barbárie representada pelos Estados totalitários.

Por tudo isso, o indivíduo autônomo, consciente de seus fins, deve ser recuperado. Sua emancipação só será possível no âmbito individual, quando for resolvido o conflito entre a autonomia da razão e as forças obscuras e inconscientes que invadem essa mesma razão. Ao reivindicarem a autonomia e o direito à felicidade, dizem *não* ao sacrifício individual das gerações presentes e criticam o revolucionário tagarela que exalta o sofrimento do povo ao mesmo tempo que o submete à mais cruel opressão, como é o caso do francês Robespierre, que, em nome de ideais democráticos, instalou o terror.



GABRIELA BILÓ/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

Os pensadores da Escola de Frankfurt produziram grande parte de suas obras na primeira metade do século XX e nelas já denunciavam o "sofrimento da natureza", que hoje identificamos como problemas ecológicos. Esse exemplo esclarece a ambivalência do ideal "Saber é poder", que, no início da modernidade, não carregava nenhum aspecto negativo, mas apenas a expectativa de uma ciência capaz de dominar a natureza, o que entusiasmava Bacon.

Após rompimento de barragem de mineradora em Mariana (MG), em novembro de 2015, lama tóxica passa por trecho do Rio Doce e chega ao mar, comprometendo a fauna, o abastecimento de água nos locais afetados e a sobrevivência das comunidades que dependem da pesca.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

10 Habermas: racionalidade comunicativa

Jürgen Habermas (1929), filósofo alemão, é um dos principais representantes daquela que ficou conhecida como "segunda geração" da Escola de Frankfurt. Foi assistente de Adorno antes de trilhar os próprios caminhos de investigação filosófica.

Habermas continuou a discussão a respeito da razão instrumental, iniciada pelos frankfurtianos. Vivendo em época posterior a eles, encontra-se diante de uma realidade diferente, representada pela sociedade industrial do capitalismo tardio – o capitalismo contemporâneo de tecnologia avançada, produção em escala e consumo em massa. Esse novo contexto o levou a elaborar uma teoria social fundamentada no conceito de *racionalidade comunicativa*, que se contrapõe à razão instrumental.

O agir comunicativo

Vejamos como Habermas distingue o agir instrumental da ação comunicativa.

- O *agir instrumental* diz respeito ao *mundo do trabalho*. Nesse setor, aprendemos a desenvolver habilidades baseadas em regras que seguem o "agir racional-com-respeito-a-fins", expressão usada por Habermas para caracterizar um saber empírico que visa a objetivos específicos e bem definidos, orientados para o sucesso e a eficácia da ação. Desse modo, na economia, o valor é o dinheiro; na política, o poder; na técnica, a eficácia.
- O *agir comunicativo* diz respeito ao *mundo da vida* e se baseia nas regras da sociabilidade. As tarefas e as habilidades repousam principalmente sobre regras morais de interação. Por meio da comunicação isenta de dominação, as pessoas buscam o consenso, o entendimento mútuo (diálogo), expressando sentimentos, expectativas, concordâncias e discordâncias e visando ao bem-estar de cada um. Trata-se do modo que deveria reger as relações em esferas como família, comunidade, organização artística, científica, cultural etc.

Essa "pluralidade de vozes" não paralisa a razão no relativismo, uma vez que, por meio do procedimento argumentativo, o grupo busca o consenso em princípios que pretendem assegurar sua validade. Portanto, a verdade não resulta da reflexão isolada, ela é exercida por meio do diálogo orientado por regras estabelecidas pelo grupo, numa situação dialógica ideal. A *situação ideal de fala* consiste em evitar a coerção e dar condições para todos os participantes do discurso exercerem os atos de fala.

Interlocutor ativo dos teóricos da filosofia analítica da linguagem, para Habermas o critério da verdade não se fundamenta na correspondência do enunciado com os fatos, mas no *consenso discursivo*. Essa postura o encaminha para elaborar a *ética do discurso*.[4]

O problema surge quando a racionalidade instrumental se estende para outros domínios da vida pessoal nos quais deveria prevalecer a ação comunicativa. Nesse caso, ocorre o empobrecimento da subjetividade humana e das relações afetivas. Isso porque a razão instrumental não avalia as ações por serem justas ou injustas, mas pela sua eficácia. As ações orientam-se pela competição, pelo individualismo, pela obtenção de rendimento máximo.

A saída, porém, não está em recusar a ciência e a técnica, mas em recuperar o agir comunicativo naqueles espaços em que ele foi "colonizado" pelo agir instrumental. Do ponto de vista político isso significa, para Habermas, que a emancipação não mais depende da revolução, como propôs Marx, mas do aperfeiçoamento dos instrumentos de participação dentro da sociedade, respeitando-se o estado de direito.

Para refletir

Tendo como referência o agir instrumental e o agir comunicativo, discuta com seus colegas a respeito das relações pessoais e cite exemplos do cotidiano que possam ser relacionados às proposições de Habermas.



ARCHIVES DU 7EME ART/PHOTO12/AFP

Cena do filme argentino *Um conto chinês* (2011), dirigido por Sebastián Borensztein. O personagem Roberto é um homem que recusa o diálogo, porém o encontro com um imigrante chinês permite que ele desenvolva o agir comunicativo.

[4] A ética do discurso será objeto de estudo no capítulo 16, "Teorias éticas: abordagem cronológica".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

11 Pós-modernidade

Não é fácil a definição do conceito de pós-modernidade, pois há diferentes explicações para o fenômeno. Geralmente se refere a pensadores que se destacaram no debate a partir de meados do século XX, abrangendo vários campos do saber. De comum, há o estado de espírito que desconfia da herança do Século das Luzes: não existe mais a esperança depositada no progresso, tampouco faz sentido a ilusão de que a razão haveria de nos orientar em direção a uma sociedade mais harmônica. Tudo parece envelhecido e ultrapassado, cada vez mais distante do sonho iluminista da libertação humana pelo conhecimento.

Os motivos da descrença na razão iluminista encontram-se em exemplos como o da Alemanha letrada, de onde emergiu o Holocausto; na constatação de que o mais alto conhecimento da física contemporânea foi capaz de gestar as bombas que destruíram Hiroshima e Nagasaki; ou, ainda, na percepção de como os princípios morais absolutos e universais se dissolveram na diversidade de valores relativos e subjetivos.

O pós-modernismo também promoveu mudanças no campo da arte: as vanguardas artísticas perderam sua força de escândalo. A crítica à austeridade do modernismo é percebida na arquitetura pós-moderna, que ironiza as teorias da funcionalidade na arquitetura – tese da tendência alemã da Bauhaus – e propõe criações com referências ecléticas ao passado.

Etimologia

Bauhaus. Do alemão *bauen*, "construir", e *haus*, "casa", significa literalmente "construindo uma casa"; nome de uma escola de arquitetura e desenho industrial da Alemanha que vigorou na década de 1920. O estilo era geométrico e austero, mas refinado e funcional.

Para saber mais

Os conceitos de Ilustração e Iluminismo, antes considerados sinônimos, atualmente assumiram significados distintos. A **Ilustração**, que tem em Kant seu principal representante, ocorreu em determinado momento histórico, situado no século XVIII, quando floresceram ideias como a defesa da ciência e da racionalidade crítica contra a fé, a superstição e o dogma religioso, ou como a defesa das liberdades individuais e dos direitos do cidadão contra o autoritarismo e o abuso do poder.

Já **Iluminismo** significa uma tendência intelectual a-histórica, não limitada a qualquer época, que combate o mito e o poder com base na razão. Assim entendido, o Iluminismo se apresenta como processo que coloca a razão sempre a serviço da crítica do presente, de suas estruturas e realizações históricas.

Filosofia pós-moderna

Na filosofia, o pensamento dito "pós-moderno" sofreu influência do perspectivismo de Nietzsche e de vários filósofos a que já nos referimos no início deste capítulo. Foram eles que desvendaram as ilusões do conhecimento, denunciaram a razão emancipadora, incapaz de ocultar sua face de dominação, e questionaram a possibilidade de alcançar a verdade.

No entanto, a partir da década de 1980, outros expressaram de maneira significativa essas rupturas, por meio de um processo de "desconstrução" da metafísica tradicional, principalmente do conceito de sujeito e de sua pretensa autonomia.

É preciso, porém, advertir não ser tranquila a inserção de filósofos contemporâneos como pós-modernos, uma vez que ainda não há distanciamento suficiente no tempo para conclusões mais seguras. Mesmo porque alguns deles não são propriamente pós-modernos, embora se ocupem em analisar as características desse novo modo de pensar e agir.

Eclético: que mistura um pouco de cada estilo.



O melhor de Calvin (1989), tirinha de Bill Watterson. Diante da destruição do meio ambiente, Calvin questiona a crença na razão humana e no suposto progresso fundamentado no domínio sobre a natureza.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Há ainda os que recusam explicitamente a concepção de pós-modernidade, como Jürgen Habermas. Em *A modernidade, um projeto inacabado*, colocou-se contra o movimento pós-moderno porque, para ele, a tarefa iniciada por Kant, de superação da incapacidade humana de ousar servir-se do próprio entendimento e da própria razão, ainda deverá ser completada, pois é uma tarefa a ser refeita a cada momento, com base no exercício da *razão crítica*.

Já o francês Jean-François Lyotard (1924-1998) tematizou a questão da pós-modernidade na obra *A condição pós-moderna* (1979). Para ele, o pós-moderno representa a incredulidade diante das grandes narrativas, que se dizem capazes de explicar a realidade de modo absoluto e universal. Tinha sido esse o sonho de Descartes e de todas as teorias radicais, globalizantes, como as construídas por Hegel, Marx, Freud e até pelas grandes religiões. Contrariando-os, a pós-modernidade aceita o fragmentário, o descontínuo, o caótico.

Outros filósofos, como Foucault, Derrida e Deleuze, serão tratados neste capítulo, ainda que deixando de lado muitos outros: os italianos Gianni Vattimo (1936) e Giorgio Agamben (1942); os franceses Jean Baudrillard (1929-2007) e Gilles Lipovetsky (1944); o esloveno Slavoj Žižek (1949).

12 Foucault: verdade e poder

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) desenvolveu um método de investigação histórica e filosófica. O ponto de partida de sua pesquisa foi a mudança de comportamentos ocorrida no início da Idade Moderna, sobretudo em instituições prisionais e hospícios. Suas principais obras são *Arqueologia do saber*, *História da loucura na era clássica*, *As palavras e as coisas*, *Vigiar e punir*, *História da sexualidade* e *Microfísica do poder*.

Foucault pretendia entender como as ideias de loucura, disciplina e sexualidade foram construídas historicamente desde o século XVI. Suas reflexões o levaram a apresentar uma nova teoria em que se estabelece o nexo entre saber e poder. Conforme a tradição da modernidade, o saber antecede o poder: primeiro, busca-se a verdade essencial, da qual decorre a ação. Para Foucault, porém, o saber não se encontra separado do poder e é justamente este que gera o que se passa a considerar verdade.

Sua teoria inicia-se pelo processo de arqueologia e se completa com a tática genealógica.

- O processo arqueológico identifica, em determinado período, quais são as maneiras de pensar e certas regras de conduta que constituem um "sistema de pensamento".
- A tática genealógica é posterior e completa a investigação, na tentativa de explicar as mudanças ocorridas, para saber como a verdade foi produzida no âmbito das relações de poder.

Etimologia

Arqueologia. Do grego *arkhé*, "princípio", "causa original", e *logos*, "estudo". Ciência que estuda os costumes de povos antigos por meio de materiais coletados.

Instituições fechadas

Foucault examinou as condições do nascimento da psiquiatria. Levantou a hipótese de que o saber psiquiátrico não se constituiu para entender o que é a loucura, mas como instrumento de poder que propiciou a dominação do louco e seu confinamento em instituições fechadas. Não por acaso, também os mendigos eram recolhidos em asilos, o que representou uma tática de "exclusão que separa o louco do não louco, o perigoso do inofensivo, o normal do anormal".

Para o filósofo, a mudança deveu-se à ascensão da burguesia. Ao se constituir como classe dominante, precisou de uma disciplina que excluísse os que eram considerados "incapazes" e "inúteis para o trabalho", como loucos e mendigos. Com o desenvolvimento do processo de produção industrial, a nova classe interessou-se por mecanismos de controle mais eficazes, a fim de tornar os corpos dóceis e os comportamentos e sentimentos adequados ao novo modo de produção.

Em *História da loucura*, Foucault relata que, entre os séculos XV e XVI, uma das mais recorrentes expressões literárias e pictóricas sobre a loucura foi a da "nau dos loucos" (ou "nau dos insensatos"). Transportados para lugares distantes ou deixados à deriva, assombravam a imaginação das pessoas. No entanto, na Idade Moderna, aos poucos a loucura foi reduzida ao silêncio, para não mais comprometer as relações entre a subjetividade e a verdade. Além de expulsa por uma razão dominadora, a loucura passou a ser vista como doença e a ser controlada em instituições fechadas que se espalharam pela Europa nos séculos XVII e XVIII: a nau transformara-se em hospício. O mesmo tratamento foi dado a pobres e desocupados.

Para refletir

Até hoje "pessoas diferentes" têm sido objeto de preconceitos ou mesmo excluídas do padrão aceito socialmente. Que "naus-preconceito" ainda navegam em nossos mares?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



HIERONYMUS BOSCH – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

A nau dos loucos (c. 1500), pintura de Hieronymus Bosch.

Sociedade disciplinar

Nos séculos XVII e XVIII, os processos disciplinares assumiram a fórmula geral de dominação exercida em diversos espaços, além do já referido hospício: nos colégios, nos hospitais, na organização militar, nas oficinas, na família. Exerceu-se também pela medicalização da sexualidade. O controle do espaço, do tempo, dos movimentos foi submetido ao olhar vigilante, que, por sua vez, introjetou-se no próprio indivíduo.

A extensão progressiva de dispositivos disciplinares ao longo daqueles séculos e sua multiplicação no corpo social configuram o que se chama "sociedade disciplinar". Desse modo, de acordo com uma "microfísica do poder", Foucault identifica que o poder não se exerce de um ponto central como qualquer instância do Estado, mas se encontra disseminado em uma rede de instituições disciplinares. São as próprias pessoas, nas relações recíprocas (pai, professor, médico), que fazem o poder circular. Cabe à genealogia do saber investigar como e por que esses discursos se constituíram, que poderes estão na origem deles, ou seja, *como o poder produz o saber*.

Para saber mais

No capítulo 5, "Trabalho, consumo e lazer", há referência ao pan-óptico, construção imaginária cuja arquitetura permitia ampla visibilidade e, portanto, o controle total das pessoas.

Controle da sexualidade

Em *História da sexualidade*, Foucault destacou que na civilização contemporânea fala-se muito sobre sexualidade, sobretudo para proibi-la. Isso ocorre nas instâncias da família, da religião, da comunidade. Quanto à ciência, são estabelecidos padrões de normalidade e patologia, bem como classificações de tipos de comportamento. A palavra do "especialista competente" aprisiona os indivíduos, submetendo-os à vigilância e à regulação sexual. Desse modo, o discurso científico naturaliza o sexo, isto é, apresenta-o como algo natural – e não cultural –, reduzindo-o a uma visão biologizante.

Por exemplo, durante muito tempo a mulher ficou reduzida em sua sexualidade: ora por estar submetida ao desejo masculino, ora, no polo oposto, como aquela que gera filhos, presa a um destino biológico. Outro caso é o da homossexualidade, que Foucault comenta:

> Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la [a homossexualidade] como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII –, mas eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual.
>
> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 233-234.

Podemos constatar que a noção de verdade para Foucault encontra-se ligada a práticas de poder disseminadas no tecido social (os micropoderes). Esse poder não é exercido pela violência aparente nem pela força física, mas pelo adestramento do corpo e do comportamento, a fim de "fabricar" o indivíduo normatizado ou o tipo de trabalhador adequado para a sociedade industrial capitalista.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

13 Jacques Derrida: desconstrucionismo

Para o franco-argelino Jacques Derrida (1930-2004), o modelo totalizante da filosofia se esgotara, o que exigia novas formas de filosofar. Além disso, o risco de considerar que a teoria de cada um é a verdadeira fez que muitos sistemas filosóficos se estendessem no tempo sem que seus pressupostos fossem examinados. Por isso Derrida se distancia das grandes sínteses, como a hegeliana, e se esforça em se desfazer dos sentidos múltiplos.

Um dos seus principais focos foi a *desconstrução* da metafísica tradicional, baseada na *ideia de fundamento* e de *identidade*. A desconstrução estende-se a vários campos do saber, pois em toda teoria há elementos ficcionais que nem sempre são percebidos como tal. Isso significa identificar o que está dissimulado, oculto nas entrelinhas, processo que enriquece a filosofia, sem destruí-la. Aliás, estaria aí justamente a possibilidade de sua renovação.

Recebemos da tradição metafísica um conjunto de oposições (alma-corpo, voz-escrita, voz-pensamento, razão-desrazão), dicotomias ou "pares conceituais" que tecem hierarquias: alma superior ao corpo; valorização da voz em detrimento da escrita; a razão que exclui a loucura. Nessas oposições, Derrida descobre não normas lógicas e neutras, mas hierarquias de valores que geram violência, pela exclusão de um dos lados. A proposta do filósofo é questionar as oposições, negando a exclusão e mostrando que cada noção só tem sentido em relação a outra.

Nas obras *Da gramatologia* e *Escritura e diferença*, publicadas na década de 1960, destaca que a tradição filosófica é *logocêntrica*, por privilegiar o logos (a razão) como base de toda verdade, e é *fonocêntrica*, por valorizar a voz e a presença em detrimento da escrita, que seria apenas um substituto, uma auxiliar delas. Aqui, desconstruir não é reabilitar a escrita contra a fala, mas recusar a oposição entre as duas estabelecida a partir da ideia de *anterioridade* ou de *superioridade* de uma em relação a outra. Tanto é que, para ele, mesmo nas sociedades sem escrita há formas de arquiescritas, por exemplo, maneiras de registrar o número de escravos ou de bens produzidos.

Derrida cria o neologismo *différance*, termo francês que tem sido traduzido de diversas maneiras – "diferança", "diferância" ou mesmo mantendo a grafia usual "diferença". A alteração do termo original *différence* (diferença) faz sentido em francês porque, apesar de grafia diversa, as duas palavras são pronunciadas de maneira idêntica. Ao colocar a letra "a" no lugar de "e", o filósofo pretende indicar uma mudança na formulação que o novo conceito traz em si. Ou seja, o conceito de *diferância* representa o movimento que produz as "diferenças", acusando o princípio de *identidade* de ser responsável por sistematizar o saber numa totalidade racional, coerente e fechada, que leva à subordinação de um polo a outro.



SCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK – COLEÇÃO PARTICULAR

Quipo inca do século XV. Para Derrida, não é fecundo discutir se a voz é anterior à escrita ou vice-versa. Na verdade, os dois polos não são opostos, mas fazem parte de uma mesma realidade, inclusive em comunidades sem escrita. Os povos incas, por exemplo, registravam informações sobre o volume das colheitas em um artefato de cordas chamado quipo.

A desconstrução na ética e na política

É importante realçar o fato de Derrida ter nascido na Argélia, então colônia francesa, e pertencer a uma família de judeus argelinos, situação que o expôs à segregação devido ao antissemitismo. Na adolescência, já na França, encontrou empecilhos para ingressar na Escola Normal, devido à redução de cotas para judeus. Mais tarde, concluídos seus estudos, tornou-se professor em uma das mais importantes universidades francesas, a Sorbonne, e em universidades estadunidenses.

A própria experiência de exclusão marcou o pensamento e o olhar de Derrida para situações de recusa da *alteridade*, como as que atingem o estrangeiro, o imigrante, a mulher, a criança, os idosos e o animal. Observa-se que toda exclusão é a negação do diferente, a qual desperta naquele que é negado o sentimento de pária – pessoa à margem de uma comunidade. Como um não cidadão, a relação com o outro não passa de um "traço" do outro em mim.

Etimologia

Alteridade. Do latim *alter*, "outro". Qualidade do que é outro; o outro é aquele que não sou eu.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Assim explica a professora Olgária Matos:

> Quando Derrida afirma ter uma única língua e que ela não é a sua mas de um outro, dá sequência, deslocando-a, à interpretação de Freud sobre a questão da identidade e da origem.
>
> Nessa refiguração da língua encontra-se o sentimento "perturbante", a situação próxima à do pária, no paradoxo da impossível inclusão e da impossível exclusão. Derrida elabora a condição daquele que está à margem, sem uma referência a uma comunidade política. Na sequência da Primeira Guerra Mundial [...] as leis raciais sob o nazismo e a Guerra Civil Espanhola disseminaram na Europa uma população de refugiados como fenômeno de massa contínuo. O apátrida e o refugiado [...] dizem respeito, nos Estados industrializados, a "residentes não estáveis" e não cidadãos, que não podem nem ser naturalizados nem repatriados.

MATOS, Olgária. Derrida e a língua do outro. *Revista Cult*, São Paulo, n. 195, p. 32, out. 2014.

Derrida sempre desenvolveu significativa atuação política, como a defesa dos direitos de imigrantes argelinos na França e a oposição veemente ao *apartheid* na África do Sul, além de ter auxiliado dissidentes intelectuais da antiga Tchecoslováquia.

Para refletir

Sempre houve migração, mas no início da segunda década do século XXI esse fenômeno atingiu tal gravidade que exige providências para melhor acolher os que chegam aos milhares nas praias do Mediterrâneo. Com base nas reflexões de Derrida sobre o diferente, faça uma análise da crise migratória que atinge a Europa.

14 Gilles Deleuze: a criação de conceitos

O filósofo francês Gilles Deleuze (1925-1995) foi professor em diversas universidades, inclusive na Sorbonne, em Paris. Escreveu monografias sobre filósofos como Espinosa, Nietzsche e Bergson, nas quais identificamos suas preferências e reinterpretações. São de sua autoria as obras *Lógica do sentido*, *Diferença e repetição* e, em parceria com o psicanalista Félix Guattari, *Anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*, *O que é filosofia?* e *Mil platôs*.

Para Deleuze, a vida e o mundo encontram-se em constante processo de criação do novo: a vida é acontecimento, devir, um fazer-se contínuo. Por isso ele critica a noção metafísica de *conceito*. Deleuze recusa as definições tradicionais de filosofia como contemplação, reflexão, diálogo ou comunicação para considerá-la "a arte de formar, de inventar, de *criar* conceitos". Em obra com Guattari, os autores acrescentam, citando Nietzsche:

> Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: "os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los".

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 13-14.

Aos filósofos não interessam modelos estáticos nem o comportamento passivo de seguidores. Compreende-se, com essas afirmações, que os conceitos mudam e recebem constantes reinterpretações e reinvenções, de acordo com os problemas a que tentam responder, pois "fazer filosofia é problematizar". Com a noção de *multiplicidade*, Deleuze acentua o *movimento* em contraposição às *essências*, isto é, ao *ser* constituído de uma vez por todas.

Para Deleuze e Guattari, quando refletimos, procuramos ordenar nosso pensamento para nos proteger do caos, das ideias fugidias. No entanto, a arte, a ciência e a filosofia exigem mais do que isso, pois elas não buscam certezas definitivas. Apoiando-se em um texto do escritor David Herbert Lawrence, *O caos e a poesia*, esses autores afirmam:

> [...] os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os abriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas convenções, suas opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento, para fazer passar um pouco do caos livre e tempestuoso e enquadrar, numa luz brusca, uma visão que aparece através da fenda. [...] Então, segue a massa dos imitadores, que remendam o guarda-sol, com uma peça que parece vagamente com a visão; e a massa dos glosadores que preenchem a fenda com opiniões: comunicação. Será preciso sempre outros artistas para fazer outras fendas, operar as necessárias destruições, talvez cada vez maiores, e restituir assim, a seus predecessores, a incomunicável novidade que não mais se podia ver. Significa dizer que o artista se debate menos contra o caos (que ele invoca em todos os seus votos, de uma certa maneira), que contra os "clichês" da opinião.

Idem, ibidem. p. 261-262.

Apátrida: aquele que perdeu a nacionalidade de origem e não adquiriu outra; sem pátria.

Glosador: comentador; no contexto, alguém que não é criador.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Deleuze e Guattari nos dizem que, do mesmo modo que a *filosofia* ordena o caos com o conceito, a *arte* é capaz de romper com as convenções (rasgar o céu) e, ao nos desacomodar, nos convida a ordenar o caos pela sensação (afectos e perceptos) e a apreciar o novo. A *ciência*, por sua vez, tem por objeto as funções para conhecer o real, por meio de mensurações. Por provocar tais fissuras, as três são chamadas de "caoides", realidades produzidas em planos que recortam o caos. Por ser um estado caoide por excelência, o pensar se compara sem cessar com o caos. Ou seja, a filosofia é uma atividade contínua de criação de conceitos para enfrentar os problemas com que se depara, mas que sempre reaparecem com outras configurações.

Ao dizer que os conceitos são criados de acordo com os problemas, Deleuze reforça que essa criação se faz no *plano da imanência*, ou seja, não se busca *transcendência* alguma, mas apenas situar os elementos no tempo e no lugar onde se vive. Por exemplo, quando o próprio filósofo escreve sobre Foucault, Bergson e Espinosa, apropria-se de conceitos, mas os ressignifica, processo que chama de *desterritorialização* de um plano e sua *reterritorialização* em outro (ou seja, no tempo e no espaço do próprio Deleuze).

Ao contrário da noção de *conceito metafísico*, que aspira à verdade, o que Deleuze chama de *conceito* é apenas expressão de sentidos e está enraizado na experiência presente e sempre transitória, porque sujeita ao caos.



© THE ESTATE OF FRANCIS BACON/ AUTVIS, BRASIL, 2016. BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU THYSSEN-BORNEMISZA, MADRI

Retrato de George Dyer no espelho (1968), de Francis Bacon. Para Deleuze, as figuras retorcidas representadas pelo pintor são capazes de provocar a estranheza necessária para que o pensamento aprecie o novo.

Educação e diferença

A influência de Espinosa e de Nietzsche pode ser notada nas análises pontuais de Deleuze sobre a educação. De fato, há todo um movimento de descoberta da "pedagogia" deleuziana, o que contradiria o pensamento do filósofo caso fosse apresentada como um "modelo" a ser seguido. Suas observações esparsas, mas incisivas, denotam a prevalência da vida, da alegria, da força da invenção, ou seja, a defesa de uma educação capaz de desenvolver as forças afirmativas sem sucumbir a um poder externo.

Esse poder emanaria dos modelos de "bom professor" e de "bom aluno" que instauram uma identidade e anulam as diferenças. Ao contrário, Deleuze, em sua filosofia da *diferença*, aponta para a multiplicidade.

A professora Sandra Mara Corazza, estudiosa de Deleuze, qualifica o verbo "artistar" para designar o fazer didático:

> Para artistar a infância e sua educação, é necessário fazer uma docência à altura, isto é, uma docência artística. Modificar a formação do intelectual da educação, constituindo-o menos como pedagogo, e mais como analista da cultura, como um artista cultural, que já tem condições de pensar, dizer e fazer algo diferente [...]. Docência que, ao exercer-se, inventa. Re-escreve os roteiros rotineiros de outras épocas. [...] Dispersa a mesmice e faz diferença ao educar as diferenças infantis.
>
> CORAZZA, Sandra Mara. Pistas em repentes: pela reinvenção artística da educação, da infância e da docência. In: GALLO, Silvio; SOUZA, Regina Maria de (Orgs.). *Educação do preconceito*: ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Alínea, 2004. p. 184.

É a constatação da diferença que nos leva a estabelecer a relação entre o sentir e o pensar, pois é a experiência do *encontro* que força a pensar a diferença: "O pensamento nada é sem algo que force a pensar, que faça violência ao pensamento". O encontro se dá com algo que vem de fora do pensamento e que Deleuze chama de *intercessores*: o conceito de outro filósofo, um artista (cinema, teatro, pintura, música), um cientista. Muitos foram seus intercessores: na literatura, Proust, Kafka; na pintura, Francis Bacon; no cinema, Jean-Luc Godard. Todos esses encontros liberam a criação de conceitos.

Imanência: qualidade que pertence ao interior do ser; que está na realidade ou na natureza.

Transcendência: situação do que se encontra em um plano superior da realidade; propriedade de um objeto que ultrapassa os limites da experiência atual.

Para refletir

Discuta em grupos quais são as dificuldades enfrentadas por professores criativos para atuar na estrutura escolar que vivemos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Neste capítulo, o que se entende por crise da razão?
2. O que significa a experiência religiosa para Kierkegaard?
3. Com base no conceito de intencionalidade, a fenomenologia contrapôs-se à teoria do conhecimento tradicional. Explique.
4. O que significa razão instrumental para os filósofos frankfurtianos?
5. Em que consiste o "giro linguístico" e quais foram seus principais representantes? Explique como Wittgenstein se posiciona diante dessa questão.
6. Em que sentido o desconstrucionismo de Derrida não significa uma destruição?

Aplicando os conceitos

7. Leia o trecho e, a seguir, responda às questões.

"O mundo é minha representação". Esta é uma verdade que vale em relação a cada ser que vive e conhece, embora apenas o homem possa trazê-la à consciência refletida e abstrata. [...] Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessitada de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é tão somente objeto com relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como Vontade e como representação*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 43. v. 1.

a) Aponte semelhanças entre a tese defendida no trecho e a teoria do conhecimento kantiana.
b) No que a teoria de Schopenhauer se diferencia da de Kant, seu predecessor?

8. Tendo em vista que a citação se refere ao pensamento pragmatista, responda às questões.

A verdade não deve ser concebida como uma cópia fiel de um real imutável. A verdade é relativa: é verdadeiro aquilo que se revela útil em função dos interesses de uma forma de vida. Se tais interesses mudam, o que era verdadeiro pode tornar-se falso, ou seja, não vital, até não viável. A verdade é instrumental e operatória em função dos projetos e das necessidades dos indivíduos e do meio, que evoluem.

HOTTOIS, Gilbert. *Do Renascimento à pós-modernidade*: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. p. 336-337.

a) Identifique os trechos que deixam claro tratar-se do pensamento pragmatista.
b) Que elemento em comum o pragmatismo tem com diversas filosofias contemporâneas?

9. A partir da citação de Foucault transcrita a seguir, escreva um pequeno texto sobre a relação entre as instituições disciplinares e o poder.

É sabido que o século XVII criou vastas casas de internamento; não é muito sabido que mais de um habitante em cada cem da cidade de Paris viu-se fechado numa delas, por alguns meses. É bem sabido que o poder absoluto fez uso de cartas régias e de medidas de prisão arbitrárias; é menos sabido qual a consciência jurídica que poderia animar essas práticas. [...] sabe-se que os loucos foram postos sob o regime desse internamento, e que um dia serão descobertos nas salas do Hospital Geral [...].

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 48.

10. Observe a tela de René Magritte e leia a citação de Rorty. Em seguida, responda às questões.



PHOTOTHÈQUE R. MAGRITTE. AUTVIS, BRASIL, 2016 – MUSEU BOYMANS VAN BEUNINGEN, ROTERDÃ

A reprodução proibida (1937), pintura de René Magritte. Pintor belga do movimento surrealista, Magritte introduz o imaginário no real. Nessa obra, ele brinca com o espelho que mostra a figura de costas, e não de frente.

A imagem que mantém cativa a filosofia tradicional é a da mente como um grande espelho, contendo variadas representações – algumas exatas, outras não – e capaz de ser estudado por meio de métodos puros, não empíricos.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 27.

a) Que relações de semelhança podem ser feitas entre a tela de Magritte e a posição teórica de Rorty ao criticar o conceito de verdade da filosofia tradicional?
b) Além de Rorty, Habermas e Wittgenstein também se contrapõem à concepção tradicional de conhecimento. Explique como o fazem.

Dissertação

11. Elabore uma dissertação analisando como diferentes filósofos contemporâneos tentaram responder à questão: "O ser humano é o centro de si mesmo?".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Colóquio

Racionalismo e empirismo

As problematizações sobre a capacidade humana de conhecer levaram os filósofos do século XVII a uma revisão da metafísica antiga e medieval. O primeiro trecho, de René Descartes, foi extraído de uma carta à princesa Elisabeth da Boêmia, que vivia exilada na Holanda, onde também residia o filósofo que fundou as bases do racionalismo. Suas ideias foram contraditadas pela tendência empirista, que teve o inglês John Locke como principal representante, conforme percebemos no segundo texto. No século XVIII, Immanuel Kant estabeleceu a crítica das duas correntes.

Texto 1

"Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos. E não há senão muito poucas dessas noções; pois, após as mais gerais, do ser, do número, da duração etc., que convêm a tudo quanto possamos conceber, possuímos, em relação ao corpo em particular, apenas a noção da extensão, da qual decorrem as da figura e do movimento; e, quanto à alma somente, temos apenas a do pensamento, em que se acham compreendidas as percepções do entendimento e as inclinações da vontade; enfim, quanto à alma e ao corpo em conjunto, temos apenas a de sua união, da qual depende a noção da força de que dispõe a alma para mover o corpo, e o corpo para atuar sobre a alma, causando seus sentimentos e suas paixões.[...]

Por isso, visto que, nas *Meditações* que Vossa Alteza se dignou ler, procurei fazer conceber as noções que só pertencem à alma, distinguindo-as das que pertencem só ao corpo, a primeira coisa que devo explicar em seguida é a maneira de conceber as que pertencem à união da alma e do corpo, sem as que pertencem só ao corpo, ou só à alma. A isso me parece que pode servir o que escrevi no fim da minha *Resposta às sextas objeções*; pois não podemos buscar essas noções simples em outra parte exceto em nossa alma que, por sua natureza, as tem todas em si, mas que nem sempre as distingue suficientemente umas das outras, ou não as atribui aos objetos aos quais devemos atribuí-las."

DESCARTES, René. *Carta a Elisabeth*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 309-310. (Coleção Os Pensadores)

Texto 2

"Ideia é o objeto do pensamento. Todo homem tem consciência de que pensa, e que quando está pensando sua mente se ocupa de ideias. Por conseguinte, é indubitável que as mentes humanas têm várias ideias, expressas, entre outros, pelos termos brancura, dureza, doçura, pensamento, movimento, homem, elefante, exército, embriaguez. Disso decorre a primeira questão a ser investigada: como elas são apreendidas? [...]

Todas as ideias derivam da sensação ou reflexão. Suponhamos que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos."

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 165. (Coleção Os Pensadores)

Questões

1. Identifique no texto 1 elementos que permitem classificar Descartes como filósofo racionalista.
2. Identifique no texto 2 a crítica a Descartes.
3. Com base na citação abaixo, identifique a crítica feita por Kant às tendências racionalistas e empiristas.

.....

[...] nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o conhecimento começa com ela. Mas, embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que nossa própria faculdade de conhecimento [...] fornece de si mesma. [...] Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 23. (Coleção Os Pensadores)

.....

Livro Lendo Lolita em Teerã

Autora: Azar Nafisi | **Editora:** A Girafa | **Ano:** 2004

Assim como a personagem Sherazade – que, nos célebres contos de *As mil e uma noites*, é salva ao narrar histórias fabulosas –, as figuras que habitam o livro autobiográfico *Lendo Lolita em Teerã* tentam escapar da realidade por meio da fantasia. Após a Revolução Islâmica, ocorrida em 1979, o Irã tornou-se uma teocracia governada por fortes preceitos religiosos. Vivendo sob esse regime, a professora de literatura inglesa Azar Nafisi sofre com a repressão que recai sobre suas vestimentas e sobre os livros adotados em suas aulas. Ela pede demissão da universidade e cria um clube de leitura só para mulheres, no qual suas melhores alunas se reúnem para discutir as obras proibidas de grandes escritores. Acompanhamos os desafios dessas mulheres para sobreviver e resistir à opressão por meio da literatura.

Fique atento

- À relação estabelecida ao longo da obra entre cor e liberdade.
- À oposição entre a vida pública, que está fora do apartamento, e a vida privada, dentro da sala.
- À tentativa do regime de controlar os aspectos mais íntimos da vida dos cidadãos.

Analise e responda

1. Quais elementos, na obra, indicam que se vive sob uma ideologia autoritária?
2. Segundo alguns críticos, a escritora iraniana Azar Nafisi desenvolveu um olhar "colonizado" sobre sua própria cultura. Isso significa que, conforme essa opinião, ela julgava os costumes do seu país com base em um ponto de vista ocidentalizado. A polêmica levanta uma interessante questão: é possível um olhar não ideológico sobre a realidade? Posicione-se a respeito.

Filme Run & Jump

Dir.: Steph Green | **Países:** Alemanha; Irlanda | **Ano:** 2013 | **Dur.:** 106 min

Na comédia dramática *Run & Jump*, a cineasta estadunidense Steph Green mostra uma família afetada por um derrame cerebral que atingiu o pai, deixando como sequela uma mudança radical de personalidade. Esse fenômeno despertou a atenção de um acadêmico estrangeiro que se hospedou na casa da família a fim de desenvolver uma pesquisa sobre danos cerebrais. Vemos as dificuldades da esposa e dos filhos para conviver com a nova figura de companheiro e pai, que agora parece ser outra, enfrentando dificuldades para se relacionar e até mesmo para compreender o mundo à sua volta. Também assistimos ao abandono progressivo da rígida postura científica do acadêmico, o qual passa a se envolver com o cotidiano dessa família.

Fique atento

- Ao comportamento inicial do pesquisador, bastante centrado no registro científico, o que lhe conferia um elevado grau de distanciamento.
- Aos elementos que auxiliam o espectador a desvendar a nova personalidade do pai: seu interesse por animais e suas manias, por exemplo.
- À sutileza e ao humor como recursos utilizados para contar uma história dramática.

Analise e responda

1. Na obra *História da loucura*, Foucault aponta um processo de patologização de comportamentos considerados desviantes, processo esse que fez parte do nascimento da psiquiatria, a qual utilizaria o seu saber como forma de dominação e encarceramento de todos aqueles vistos como anormais. Partindo dessa reflexão, de que modo você interpreta a relação dos personagens do filme com o pai e companheiro?
2. Pode-se dizer que o filme questiona, em certa medida, o conceito de anormalidade?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE

IV



CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1993 WATTERSON/DIST BY UNIVERSAL UCLICK

Esta unidade reúne abordagens introdutórias aos temas tradicionais da filosofia moral, colocando o aluno também em sintonia com o debate contemporâneo a respeito dos dilemas éticos vividos hoje. Como forma de sensibilização, é possível partir da análise da tirinha, cujo conteúdo é próximo ao universo escolar do aluno, para orientá-lo, em seguida, nas reflexões éticas: o que é uma atitude correta ou uma postura viciosa? O que imaginamos ser errado é visto assim em todos os lugares e em todos os tempos? Debater com os alunos sobre o dilema de Calvin pode, então, sugerir outras questões, extraídas tanto da realidade cotidiana dos alunos como dos meios de comunicação a que eles têm acesso.

Capítulos

12 **Moral, ética e ética aplicada**, 162

13 **Ninguém nasce moral**, 175

14 **Podemos ser livres?**, 186

15 **A felicidade: amor, corpo e erotismo**, 196

16 **Teorias éticas: abordagem cronológica**, 208

CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1993 WATTERSON/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK



O melhor de Calvin (1993), de Bill Watterson.

Filosofia moral

Você já viveu uma situação semelhante à retratada nos quadrinhos? Como agir em circunstâncias como essa?

Não raro as pessoas passam por situações nas quais um "pequeno delito" pode resolver um "grande problema" e, quando decidem fazer o que a moral condena, justificam (para si mesmas ou para os outros): "Não fiz mal a ninguém", "Só uma vez", "Ninguém vai notar", "Foi por uma causa justa" etc.

Existem circunstâncias nas quais os fins justificam os meios? A noção do que é certo ou errado pode ser maleável? O bem ou o mal são absolutos? De que maneira essas questões se relacionam com liberdade, felicidade, autonomia?

Essas e outras questões serão temas das nossas reflexões nos capítulos desta unidade.

A situação humana é um problema ético para o ser humano. O que se pensa aqui com 'situação do ser humano'? Poder-se-ia pensar na atual situação da humanidade, a saber, no desafio da razão moral, que está inerente ao perigo de uma guerra nuclear de extermínio, ou no perigo ainda maior de uma destruição da eco ou biosfera humana. Com isso são, de fato, mencionadas circunstâncias que justificam plenamente o discurso da situação do ser humano; porque, tanto o perigo da guerra nuclear como também a crise ecológica atingem a *humanidade como um todo*: aqui, por primeira vez na história mundial, transcorrida até agora, se torna visível uma situação na qual os homens, em face do perigo comum, são desafiados a assumir coletivamente a responsabilidade moral. Em todo caso, [...] poder-se-ia caracterizar o elemento novo da atual situação da humanidade: o novo problema consistiria, portanto, na necessidade de uma macroética. Nela – além da responsabilidade moral de cada um em face de seu próximo, e também além da responsabilidade do político, no sentido convencional da 'razão de Estado' – tratar-se-ia de organizar a responsabilidade da humanidade ante os efeitos principais e colaterais de suas ações coletivas em medida planetária.

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 193-194.

Questões

1. De que forma as reflexões apresentadas nos quadrinhos se relacionam com o texto de Karl-Otto Apel?
2. Você concorda com os argumentos de Karl-Otto Apel? Justifique.

CAPÍTULO 12

Moral, ética e ética aplicada



PIETER BRUEGEL - MUSEU REAL DE BELAS ARTES, BRUXELAS

Detalhe da pintura *Combate do Carnaval e da Quaresma* (1559), de Pieter Bruegel, o Velho.

Os principais objetivos deste capítulo são: distinguir os juízos de valor dos juízos de realidade, caracterizar ética e moral, compreender a oposição "social × pessoal", compreender a oposição "dever × liberdade", analisar compromisso e responsabilidade, distinguir o caráter absoluto ou relativo dos valores, identificar os limites do relativismo, compreender o que é ética aplicada, reconhecer a importância dos comitês de ética, analisar o desafio do desenvolvimento sustentável e identificar os compromissos da empresa socialmente responsável. Sugerimos que ao longo do estudo os seguintes termos sejam destacados: valor, axiologia, deveres, moral, universalismo, relativismo, compromisso moral, ética aplicada, bioética, comitês de ética, ecoética, sustentabilidade e ética dos negócios.

A imagem nos faz refletir sobre as oposições muito rígidas entre virtude e vício, sobretudo com base em convenções impostas, ou seja, em situação de heteronomia. Isso não significa defender o relativismo moral, mas evitar as soluções maniqueístas que separam o bem do mal e distinguem os seres humanos em bons e maus. Os "bons" também erram, e os "maus" não constituem uma natureza à parte. A vida moral supõe uma constante autoavaliação da própria conduta.

Pieter Bruegel (c. 1525-1569), pintor flamengo, é conhecido pela perspicácia com que representa os costumes populares, retratando o período do final da Idade Média e início da Renascença. A tela *Combate do Carnaval e da Quaresma* reúne cenas de variadas situações, dentre as quais selecionamos este significativo detalhe: no lado esquerdo, o símbolo do Carnaval e, no direito, o da Quaresma.

- *Carnaval*, festa profana, significa "despedida da carne", tanto no sentido literal como referente ao sexo. Caracteriza-se pelo excesso, gula, abundância, estimulação dos sentidos, do prazer, da vida. No quadro, o Carnaval é representado por um homem gordo, montado em um barril de bebida, tendo sobre a cabeça uma torta e na mão um espeto com uma cabeça de porco. A caracterização dessa figura simboliza os excessos.
- *Quaresma* é o período de 40 dias que antecede a Páscoa, principal celebração do cristianismo. Ela inicia-se na Quarta-Feira de Cinzas, após o Carnaval. Na tela, a Quaresma é representada por uma mulher magra, pálida, vestida de cinza, que tem uma colmeia como chapéu. A colmeia representa a comunidade ordeira das abelhas; ao mel atribuía-se o poder de "limpar os pecados"; na ponta da vara que segura em riste, como se fosse lutar, encontram-se dois arenques secos; enquanto é puxada por dois religiosos – uma freira e um padre –, crianças ao seu redor tocam matraca, instrumento de madeira que produz um som seco, apropriado para tempos de tristeza e recolhimento. A caracterização da figura lembra o comedimento, o controle dos desejos, a melancolia, a penitência, o jejum, a abstinência, a morte.

Essa alegoria nos faz refletir sobre os dilemas que cercam nossa conduta. Como devemos agir? E perguntamos: não seria possível pensar na moral como algo diferente do "combate" entre o excesso e a falta, o gozo desmedido e a extrema contenção dos sentidos?

1 Os valores

Constantemente avaliamos pessoas, coisas e situações: "Esta caneta é ruim, pois falha muito"; "Esta mulher é atraente"; "Acho que João agiu mal por não ajudar você"; "Prefiro comprar este, que é mais barato".

Afirmações como essas referem-se a:

- *juízos de realidade*, quando consideramos o fato de que a caneta e a mulher existem;
- *juízos de valor*, quando lhes atribuímos uma qualidade que mobiliza nossa atração ou repulsa.

Observe que nos exemplos destacamos valores de utilidade (útil ou inútil), de beleza (belo ou feio), morais (bom ou mau) e econômicos (caro ou barato). Desse modo, os valores podem ser utilitários, estéticos, éticos, econômicos e de outros tipos, como lógicos (verdadeiro ou falso), religiosos (sagrado ou profano) etc.

Mas o que são *valores*? Embora a temática dos valores seja tão antiga quanto a humanidade, só no século XIX surgiu a *teoria dos valores* ou *axiologia*. A axiologia não se ocupa do *ser* (como a metafísica), mas do *dever ser*, das relações entre os seres e o sujeito que os avalia.

Os seres – sejam eles coisas inertes, seres vivos ou ideias – mobilizam nossa *afetividade* por atração ou por repulsa. Portanto, algo possui valor quando não nos deixa indiferentes. É nesse sentido que García Morente diz:

> Os valores não são, mas *valem*. Uma coisa é valor e outra coisa é ser. Quando dizemos de algo que vale, não dizemos nada do seu ser, mas dizemos que não é indiferente. [...] A não indiferença é a essência do valer. [...] Os valores não têm, pois, a categoria do ser, mas a categoria do valer [...]. O valor é uma qualidade.
>
> MORENTE, Manuel García. *Fundamentos de filosofia*: lições preliminares. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966. p. 296.

Em um primeiro momento, os valores são herdados. Ao nascermos, o mundo cultural é um sistema de significados já estabelecido, de tal modo que aprendemos desde cedo como nos comportar à mesa, na rua, diante de estranhos, como, quando e quanto falar em determinadas circunstâncias; como andar, correr, brincar; como cobrir o corpo e quando desnudá-lo; como apreciar a beleza ou a feiura; quais são nossos direitos e deveres. Conforme atendemos ou transgredimos os padrões, os comportamentos são avaliados como *bons* ou *maus*, seja do ponto de vista ético, estético, religioso etc.

Segundo a valoração, as pessoas podem achar bonito ou feio o desenho que acabamos de fazer; criticar-nos por não termos cedido lugar a uma pessoa mais velha; considerar bom o preço que pagamos por uma mercadoria; elogiar-nos por manter a palavra dada. Nós próprios nos alegramos ou nos arrependemos por nossas ações. Isso significa que o resultado de nossos atos está sujeito à sanção em intensidades variadas: a crítica de um amigo, "aquele" olhar da mãe, a indignação ou até a coerção física, quando alguém é preso por um crime cometido.

Embora haja diversos tipos de valores, vamos considerar neste capítulo apenas os valores éticos ou morais.

Etimologia

Axiologia. Do grego *áxios*, "valor", e logos, "teoria", "estudo"; significa "teoria dos valores".

Sanção: no contexto, sanção social que aprova ou reprova um comportamento.



POPPERFOTO/GETTY IMAGES

A atriz e cantora alemã Marlene Dietrich, uma das figuras públicas que popularizaram o uso de calças compridas entre as mulheres, em foto de 1933. A atitude ousada da atriz de apresentar-se em público vestindo roupas masculinas subvertia os costumes da época e escandalizava aqueles que consideravam esse uso imoral.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Ética (2009), tirinha de Benett. Certas condutas consideradas "pequenos deslizes" podem, na verdade, ser consideradas criminosas.

2 Moral e ética

O que é ser moral? Para que ser moral? As respostas a essas duas questões são cruciais para orientarmos nossa conduta em relação aos outros e a nós mesmos. O que entendemos por "bem" ou por "mal" pode definir que tipo de pessoa queremos ser e que compromisso temos com os valores éticos e morais.

Vejamos por quê.

Os conceitos de moral e ética, ainda que diferentes, são com frequência usados como sinônimos. Podemos estabelecer algumas diferenças entre eles, embora essas definições variem de acordo com a abordagem de cada filósofo.

- *Moral* é o conjunto de regras que determinam o comportamento dos indivíduos em um grupo social. Em um primeiro momento, o sujeito moral é o que age bem ou mal ao acatar ou transgredir as regras morais admitidas em determinada época ou por um grupo de pessoas. No entanto, essa definição é incompleta, por isso mais adiante voltaremos a ela para complementá-la. A moral refere-se à ação moral concreta, quando nos perguntamos: o que devo fazer? Como devo agir nessa situação? O que é certo? O que é condenável?
- *Ética* ou *filosofia moral* é a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral. Esses princípios e noções dependem da concepção de ser humano tomada como ponto de partida. Por exemplo, à pergunta "O que são o bem e o mal?", respondemos diferentemente caso o fundamento da moral esteja na ordem cósmica, na vontade de Deus, na natureza humana ou em nenhuma ordem exterior à própria consciência.

Etimologia

Compromisso. Do latim *promittere*, "prometer".
Moral. Do latim *mos*, *moris*, "costume", "maneira de se comportar regulada pelo uso", e *moralis*, *morale*, "relativo aos costumes".
Ética. Do grego *éthos*, "costume".

Do ponto de vista da ética, podemos ainda perguntar: há uma hierarquia de valores a obedecer? Se houver, o bem supremo é a felicidade? O prazer? A utilidade? O dever? A justiça? É possível ainda questionar: os valores são essências? Têm conteúdo determinado, universal, válido em todos os tempos e lugares? Ou, ao contrário, são relativos: "Verdade aquém dos Pireneus, erro além", como criticava Pascal? Haveria possibilidade de superação das posições contraditórias do universalismo e do relativismo? Voltaremos a esse assunto mais adiante.

3 Caráter histórico e social da moral

Ao nascermos, o mundo cultural é um sistema de significados já estabelecido, de tal modo que aprendemos regras de comportamento desde cedo. Existe, portanto, uma *moral constituída*, com regras que nos permitem distinguir o ato moral do imoral.

As normas morais variam conforme o tempo e o lugar, bem como dependem das formas de relacionamento e das práticas de trabalho em determinada sociedade. À medida que as relações se alteram, ocorrem modificações nas normas de comportamento coletivo. Essas mudanças eram mais lentas antigamente, mas se aceleraram a partir da segunda metade do século XX.



TOPFOTO/AGB PHOTO LIBRARY/ KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

Representação de interior de harém (século XIX), Cairo (Egito). Alguns povos praticam a poligamia, enquanto outros são monogâmicos; para uns o casamento é indissolúvel, para outros, o divórcio é permitido. Essas normas dependem das religiões, dos costumes e de determinações legais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Dever e liberdade

Dissemos que a moral é o conjunto de regras que orientam o comportamento dos indivíduos de um grupo. No entanto, é preciso acrescentar que a moral depende da livre e consciente aceitação das normas. À exterioridade da moral, contrapõe-se a necessidade da adesão mais íntima. É assim que saímos do mundo infantil para nos tornarmos adultos.

A ampliação do grau de consciência e de liberdade, e, portanto, de responsabilidade no comportamento moral, introduz um elemento contraditório entre a norma vigente e a escolha pessoal. Se aceitarmos unicamente o caráter social da moral, o ato moral reduz-se ao cumprimento da norma estabelecida e de valores dados e não discutidos. Nessa perspectiva, a educação moral visaria apenas inculcar nas pessoas a correta observância das regras e o temor de sanções decorrentes de seu descumprimento.

Por sua vez, aceitar como predominante a interrogação do indivíduo que apenas tem em vista seus próprios interesses destrói a moral. O ser humano não é um Robinson Crusoé em uma ilha deserta, mas "com-vive" com outras pessoas, e qualquer ato seu compromete aqueles que o cercam. Cabe ao sujeito moral viver as contradições entre dois polos: social e pessoal, tradição e inovação. Não há como optar por apenas um desses aspectos, porque ambos constituem o próprio tecido da moral.

Dizendo de outro modo, a decisão voluntária cria um *dever ser* que resulta da consciência da obrigação moral. Nesse caso, o dever moral não se cumpre por imposição externa, mas conforme a norma livremente assumida. Eis aí por que o ato moral autônomo pressupõe ao mesmo tempo dever e liberdade.

Essa flexibilidade não significa uma defesa do relativismo, em que todas as formas de conduta seriam aceitas indistintamente. O professor José Arthur Gianotti assim expressa:

> Os direitos do homem, tais como em geral têm sido enunciados a partir do século XVIII, estipulam condições mínimas do exercício da moralidade. Por certo, cada um não deixará de aferrar-se à sua moral; deve, entretanto, aprender a conviver com outras, reconhecer a unilateralidade de seu ponto de vista. E com isto está obedecendo à sua própria moral de uma maneira especialíssima, tomando os imperativos categóricos dela como um momento particular do exercício humano de julgar moralmente. Desse modo, a moral do bandido e a do ladrão tornam-se repreensíveis do ponto de vista da moralidade pública, pois violam o princípio da tolerância e atingem direitos humanos fundamentais.
>
> GIANOTTI, José Arthur. Moralidade pública e moralidade privada. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 245.

5 Compromisso moral

O ato moral provoca efeitos não só na pessoa que age, mas naqueles que a cercam e na própria sociedade em sua totalidade. Para ser moral, um ato deve ser livre, consciente, intencional, mas também *solidário*. O ato moral supõe solidariedade e reciprocidade com aqueles com os quais nos comprometemos. O compromisso assumido não é superficial e exterior, mas revela-se como uma "promessa" pela qual nos vinculamos à comunidade.

Dessas características decorre a exigência da *responsabilidade*. Responsável é a pessoa consciente e livre que assume a autoria dos seus atos, reconhece-os como seus e responde pelas consequências deles.

A responsabilidade cria um *dever*: o comportamento moral, por ser consciente, livre e responsável, é também obrigatório. A natureza da obrigatoriedade moral, porém, não está na exterioridade, porque depende apenas do próprio sujeito que impõe a si mesmo o cumprimento da norma. Pode parecer paradoxal, mas a obediência à lei livremente escolhida não é coerção: ao contrário, é liberdade. Como juiz interno, a consciência moral avalia a situação, consulta as normas estabelecidas, para interiorizá-las como suas ou recusá-las. Ao julgar seus próprios atos e tomar decisões autônomas, o compromisso humano torna a obediência uma escolha livremente assumida.

No entanto, por sermos realmente livres, o compromisso não exclui a desobediência: podemos transgredir a norma, mesmo aquela que nós escolhemos respeitar. E, se a desrespeitamos, esse ato será reconhecido como imoral por nós mesmos.

Para saber mais

Vontade distingue-se de *desejo*. O desejo não depende de escolha, porque surge involuntariamente em nós. Já a vontade supõe um ato consciente pelo qual se decide satisfazer ou não o desejo. Seguir o impulso do desejo sempre que ele se manifesta é negar a moral e a possibilidade de qualquer vida em comum.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir

Em sua obra *A República*, Platão relata a lenda sobre um anel que tornaria invisível quem conseguisse virar o engaste para dentro. Foi o que aconteceu ao pastor Giges, que vivia a serviço do rei da Lídia. Após ter se salvado de um terremoto, ele retirou de um cadáver o referido anel. Ao perceber que podia ficar invisível quando quisesse, entrou no castelo, seduziu a rainha, tramou com ela a morte do rei e obteve o poder.

Esse mito nos faz pensar sobre os motivos que estimulam ou coíbem uma ação. Se pudesse ficar invisível em uma loja, você roubaria um celular, por exemplo? Ou o que seria determinante para que, mesmo invisível, você não roubasse?

6 A bússola e a balança[1]

Observe, no final desta página, a tira de Frank & Ernest, personagens do quadrinista Bob Thaves, e leia a legenda.

A tira nos faz pensar que, mesmo quando sabemos qual seria a conduta mais adequada em determinado contexto, seja ela dada pela cultura, seja expressão de nossa própria escolha, podemos não cumpri-la. Isso se deve ao fato de que, ao pesarmos os prós e os contras de cada ação, o fazemos não apenas com a razão, mas também com nossos sentimentos e emoções. A metáfora da bússola e da balança nos ajudará a compreender aspectos psicológicos relevantes de nossas escolhas morais.

A bússola

A bússola objeto indica o norte e permite que não nos percamos. Já a metáfora da bússola indica o que nos "norteia" na direção do que deve ser feito no plano moral. Só isso basta? Nem sempre.

Suponha que alguém possui uma bússola interna e está consciente do que deve ou não ser feito, mas se pergunte: "Por que devo agir moralmente se isso pode ferir meus interesses pessoais?". Para essa resposta, precisamos de outra imagem, a da balança.

A balança

A balança objeto calcula o peso de alguma coisa concreta. Uma balança metafórica remete ao ato de avaliar "pesos" diferentes a fim de resolver como agir. Suponha que o gerente de pessoal de uma empresa, ao examinar os testes e as entrevistas dos candidatos a um emprego, fique em dúvida entre dois pretendentes: um deles saiu-se muito bem na avaliação e tem longa experiência na função; o outro não é de todo ruim, até pode vir a melhorar, mas é inferior ao primeiro.

A dúvida sobre qual escolher deve-se ao fato de que o segundo é cunhado de um grande amigo seu, por quem fora recomendado. E agora? Ele sabe que o justo seria admitir o mais competente, tanto pelo merecimento do candidato como pelo interesse da empresa. Mas o gerente escolhe o cunhado do amigo. O que aconteceu? Em um prato da balança está o ponto de vista da moral: o que é mais justo. No outro, o que pesou mais para o gerente: suas relações pessoais.

Os exemplos podem estender-se para outros similares, como deixar de contratar alguém por ser mulher, negro ou homossexual, entre outros tipos de discriminação. São inúmeros os motivos que levam as pessoas a escolher com base no egoísmo, ou a se omitir, quando deveriam agir: "Isso não me diz respeito"; "Não quero me envolver"; "Estou com sono"; "Tenho medo".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2008 THAVES/ DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS

Frank & Ernest (2008), do cartunista Bob Thaves. O personagem Frank tem consciência do que deve ser feito, mas acaba por decidir moralmente de maneira individualista.

Pode-se relacionar a "voz da consciência" de Frank com sua bússola interna. O "seletor de chamadas", por sua vez, agiria como a balança pela qual passam nossas decisões morais.

[1] Seguimos, de maneira livre, o exemplo dado por Pierre Blackburn, na obra *L'éthique*: fondements et problématiques contemporaines. Québec: Éditions du Renouveau Pédagogique Inc., 1996. p. 88-104.

7 Valores: relativos ou absolutos?

Considerando o que foi discutido até aqui, alguém poderia perguntar: se os valores mudam com o tempo e o lugar, seriam eles *relativos* e não *absolutos*? E se eles não nos deixam indiferentes, mas, ao contrário, mobilizam-nos em direção ao que desejamos, seriam eles *subjetivos* e não *objetivos* e *universais*?

Vejamos como alguns pensadores abordaram essas questões. Afirmamos de início que a axiologia, ou teoria dos valores, tornou-se autônoma apenas no século XIX, mas isso não significa que antes os valores não despertassem interesse. A questão é que a discussão limitava-se a investigar em que medida os *seres* têm um valor, ou seja, a discussão era metafísica, por focar o ser e não o valor propriamente dito.

Assim, Platão se referia ao mundo das ideias, modelo no qual a realidade concreta se espelha. Para ele, haveria o bem em si, o belo em si e o verdadeiro em si, com os quais reconhecemos quando as ações são boas, quando há beleza no que fabricamos/fazemos ou quando uma afirmação é verdadeira.

Aristóteles também privilegiava a metafísica ao conceber a natureza como um processo em que todos os seres buscam atualizar – no sentido de tornar atual – aquilo que são em potência, visando à plena realização das virtualidades inerentes a cada natureza. Espera-se de uma semente que realize a potência que existe nela para tornar-se planta, e do ser humano que cumpra sua natureza racional, isto é, que viva de acordo com a razão.

Ao fundamentarem os valores na metafísica, os filósofos clássicos concluíram que são *universais* e *absolutos*, existem em si, independentemente do sujeito que avalia. É bem verdade que, ao lado dessa tradição, sempre houve posições relativistas e céticas, como as dos sofistas Górgias e Protágoras, ou do francês Montaigne, no século XVI, cuja tolerância com a diversidade revelava certo ceticismo.

No século XVIII, o escocês David Hume assumiu posição inovadora ao concluir que são as paixões que determinam a vontade, e não a razão. Com essa avaliação, o filósofo teorizou sobre a moral do sentimento, aproximando-se do relativismo. Do ponto de vista da teoria do conhecimento, declarou-se cético, o que o levou a reduzir as certezas a simples *probabilidades*.

As críticas à metafísica foram ampliadas no mesmo século por Immanuel Kant, principal representante do Iluminismo alemão. Ao concluir que não podemos conhecer o ser profundo das coisas, admitiu a incapacidade da razão de ter acesso à metafísica. Como consequência, se o *ser* não é mais o fundamento das nossas apreciações, cabe ao sujeito assumir o peso e a responsabilidade dos seus valores. É bem verdade que Kant não se referia a um sujeito individual, mas ao sujeito universal, que ele chama *sujeito transcendental*, capaz de *autonomia*, de julgar ao fazer juízos estéticos e morais. Dessa maneira, a filosofia kantiana preparou o campo para as discussões axiológicas contemporâneas.

A influência de Nietzsche foi marcante para a demolição de antigas crenças em valores universais, ao considerar a escala de valores aceita como resultado do hábito e, sobretudo, como herança da tradição cristã. Nietzsche propôs a "transvaloração dos valores", concluindo que eles não existiram desde sempre. Ao contrário, os valores foram criados, portanto são "humanos, demasiado humanos".

Pode-se perguntar se todas essas discussões não deslizam para o relativismo moral, dúvida que se acentua ao examinarmos o conceito de contingência, presente no pensamento pós-moderno.

É possível fundamentar a ética?

A recusa dos valores dados como eternos e imutáveis pode não significar relativismo, desde que estejamos dispostos a examinar os *fundamentos da moral*.

Fundamentar significa argumentar, justificar, indicar razões pelas quais vale a pena aderir a determinados valores e não a outros; ou ainda perguntar-se por que motivo deve haver uma moral em todo agrupamento humano; e por que é importante fazer juízos de valor, ao aprovar ou condenar comportamentos.

No mundo cosmopolita e globalizado, reconhecemos inúmeras éticas possíveis, mas o que importa é o fato de que qualquer uma delas precisa de fundamentações racionais abertas ao diálogo – à intersubjetividade – com os participantes do próprio grupo e com outros que possuem ideias divergentes.

O respeito às pessoas com opiniões diferentes da nossa é uma virtude do pluralismo democrático, o que não significa a impossibilidade de discordar delas pelo debate aberto. Mesmo quando as discussões não alcançam consenso, certamente os argumentos e contra-argumentos nos ajudam a mudar de ideia ou, pelo menos, refinar nossa opinião. Pensando bem, será que tanto faz defender a coragem ou a covardia, o respeito pela vida ou o assassinato, a liberdade ou a escravidão?

Contingência: o que é desprovido de necessidade; aquilo que possui uma ocorrência possível, mas incerta; que tanto pode ser como não ser.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Se admitirmos a tendência contemporânea de aceitação do relativismo, seria bom enriquecer essa concepção com a possibilidade de valores universalizáveis, ainda que provisórios, porque abertos a revisões. Aceitar novos valores em determinado período histórico, reconhecer as culturas humanas na sua diversidade e coexistir com elas – como quer o relativismo – não significa tolerar atos de barbárie, práticas que ocorrem em qualquer sociedade considerada civilizada. Segundo o filósofo francês Francis Wolff:

> [...] ser bárbaro [é] o recurso comum ou sistemático a práticas cruéis – quer na escala familiar das mutilações rituais, quer na escala social dos extermínios em massa. Em suma, é a redução da ideia de humanidade à unidade de uma essência, a impossibilidade de suportar a humanidade em sua diversidade. O bárbaro é aquele que acredita que ser homem é ser como ele, enquanto ser homem é sempre poder ser outro, é poder ser indiano, judeu, cigano, tútsi, mulher etc. [...] O bárbaro é aquele que é incapaz de pensar tanto o uno como o múltiplo – já que os dois estão ligados. Incapaz de pensar tanto a universalidade humana como a diversidade indefinida das culturas.
>
> WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 41.

Para refletir



O melhor de Calvin (1995), tirinha de Bill Watterson.

Calvin teoriza sobre o bom e o mau e conclui pelo relativismo radical. O comentário do tigre, seu mascote, é uma crítica a esse posicionamento. Explique.

Até aqui abordamos a análise da ética e da moral no aspecto antropocêntrico, ou seja, centrado nos seres humanos como indivíduos, sem dar realce ao seu entorno, a natureza. A seguir, abordaremos a ética aplicada, que trata de alguns temas relativamente novos, discutindo nossa responsabilidade com relação à bioética, à ética ambiental e à ética dos negócios, apenas alguns dos ramos, entre outros, de uma visão mais ampla sobre a vida na sua relação com o planeta.

8 Ética aplicada

A ética aplicada é um ramo contemporâneo da filosofia que tem por objetivo deliberar sobre problemas práticos que exigem justificativa racional.

O interesse por esse tema deveu-se à necessidade de um tipo de reflexão ligada à ação e provocada por acontecimentos marcantes do século XX: as duas guerras mundiais e os totalitarismos trouxeram o espectro do uso de armas de destruição em massa, de massacres e genocídios; as questões propostas pela revolução cultural da década de 1960 estimularam discussões sobre a extensão dos direitos civis a minorias excluídas da sociedade e sobre as reivindicações de uma nova ética sexual. A possibilidade da manipulação genética, propiciada pelos avanços da biologia e da engenharia genética, apresentou questões éticas inéditas. Problemas como a degradação do ambiente, a pobreza, a injustiça social e a exploração do trabalho também estimularam o debate público e as polêmicas entre conservadores e radicais.

Nesse estado de coisas, algumas perguntas se destacam: como agir diante de questões tão radicalmente novas? Tudo que é tecnicamente possível seria ética e socialmente aceitável? O progresso é sempre desejável, sem que investiguemos suas aplicações e consequências? O trabalho do cientista pode ser neutro? Para responder a essas indagações, não bastam apenas o testemunho de especialistas ou teorizações de filósofos. Torna-se urgente ampliar o debate para ouvir especialistas de diversas áreas e o público em geral.

Questões dessa natureza exigem *diálogo multidisciplinar*, que inclui ponderações de profissionais de áreas diversas. Exigem a participação de especialistas de medicina, biologia, direito, teologia, filosofia, economia, sociologia, antropologia, política, psicologia etc.; além, evidentemente, de pessoas leigas, que não são especialistas mas sofrem o impacto desses problemas.

Nos debates contemporâneos, teóricos da ética aplicada agruparam-se em vários ramos. Aqui, destacaremos três deles: *bioética*, *ecoética* (ou ética ambiental) e *ética dos negócios*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9 Bioética

A bioética expandiu-se em razão da chamada "terceira revolução da biologia". A biologia molecular e a biotecnologia abriram um campo antes impensável para a engenharia genética, intensificando o debate de questões como: manipulação do genoma humano, escolha do sexo do filho, estudos com células-tronco, clonagem reprodutiva e clonagem para fins terapêuticos, transgenia, vegetais e animais híbridos, biopirataria, experimentos com seres humanos e animais, entre inúmeros outros temas.

Nessas descobertas, há aspectos positivos de melhoria da qualidade de vida, como a prevenção e cura de alguns cânceres ou a esperança de que doenças degenerativas se tornem curáveis. Contudo, conhecimentos detalhados sobre a estrutura genética de uma pessoa dão acesso a uma série de informações privilegiadas. Por exemplo, se uma empresa tiver acesso à identidade genética de profissionais que deseja contratar, talvez dê preferência aos que geneticamente não estejam sujeitos a eventuais doenças graves.

Sabemos que os códigos de ética médica tradicionais apresentam normas genéricas a respeito do comportamento desejável dos profissionais da saúde. Mas como tratar de questões concretas, decorrentes do avanço da medicina e por isso mesmo inéditas?

Comitês de ética

Na década de 1970, surgiram os primeiros comitês de ética a fim de reunir pessoas de diferentes áreas com disponibilidade para o diálogo e a formulação clara de dilemas médico-morais e suas implicações. Nas discussões sobre bioética, o diálogo estabelece-se em condições delicadas devido ao conflito de valores. Os horizontes ideológicos e culturais nunca são homogêneos, sobretudo em debates sobre aborto, eutanásia, descarte de embriões humanos, experiências com pessoas e animais.

A propósito das primeiras iniciativas para discutir a necessidade de regulamentar pesquisas com seres humanos, o biólogo José Roberto Goldim e o médico Carlos Fernando Francisconi comentaram:

> Em 1973, o senador Edward Kennedy propôs ao Congresso estadunidense a criação de uma Comissão sobre Qualidade da Assistência à Saúde – Experimentação em Humanos. Essa nova proposta foi desencadeada pelo impacto causado pela divulgação dos experimentos realizados em Tuskegee e no Hospital Geral da Universidade de Cincinnati. O primeiro foi um longo estudo – que durou 40 anos – de acompanhamento da evolução do quadro clínico de pacientes negros portadores de sífilis, que não receberam tratamento. O segundo, um estudo patrocinado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos sobre os efeitos de radiações sobre seres humanos, realizado com pacientes oncológicos. Como resultado, foi criada uma nova comissão permanente, a Comissão Nacional para a Proteção de Seres Humanos, englobando os aspectos científicos e assistenciais. Em 1978, essa Comissão foi alterada e ampliada, recebendo a denominação de Comissão Presidencial para o Estudo de Problemas Éticos na Medicina e na Pesquisa Biomédica e Comportamental.
>
> GOLDIM, José Roberto; FRANCISCONI, Carlos Fernando. Os comitês de ética hospitalar. *Revista Bioética*. Disponível em <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/340/408>. Acesso em 25 nov. 2015.

A iniciativa de regulamentação de pesquisas médicas estendeu-se pouco a pouco para a maioria dos grandes hospitais, onde se formaram pequenos comitês de bioética, com o intuito de discutir os problemas com que se deparavam seus profissionais.

O surto de ebola no ano de 2014, em alguns países africanos, reavivou alguns desses dilemas médicos.

> Após o aparente sucesso de um tratamento de ebola feito em médicos americanos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reúne especialistas em ética nesta segunda-feira (11/08/2014), em Genebra, para discutir se é certo usar remédios que nunca foram testados em humanos e, neste caso, quem deve receber o medicamento, já que a oferta é limitada.
>
> A decisão da OMS é complexa. Se a organização não aprovar o uso do medicamento por ele ainda ser experimental, pode enfrentar acusações de ter restringido o uso de droga com potencial de salvar vidas a trabalhadores de saúde de países ricos.
>
> Por outro lado, liberar o uso da droga pode trazer acusações de que a maior organização de saúde do mundo autorizou experimentos com medicamentos potencialmente prejudiciais em parte da população mais pobre do mundo.
>
> UOL Notícias – Saúde. OMS enfrenta dilema ético sobre quem vai receber novo tratamento para ebola. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2014/08/11/oms-enfrenta-dilema-etico-sobre-quem-vai-receber-novo-tratamento-para-ebola.htm>. Acesso em 25 nov. 2015.

Para refletir

Releia a citação da *Revista Bioética* sobre os dois experimentos denunciados pelo senador Edward Kennedy. Em seguida, discuta em grupo sobre as diferenças e semelhanças entre os casos divulgados pelo político estadunidense e a notícia sobre o ebola.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Temas de bioética

Inúmeros temas interessam à reflexão sobre bioética. Além dos já citados na abertura do tópico, existem outros, como os que decorrem da relação entre o paciente e seu médico: como comunicar ao paciente a verdade sobre sua doença?

O aumento da longevidade na sociedade contemporânea tem ampliado a discussão sobre questões de bioética, como o envelhecimento e a morte. Procedimentos médicos podem manter artificialmente a sobrevida de doentes terminais, o que muitas vezes prolonga sofrimentos. As chamadas medidas paliativas não apressam nem retardam a morte, mas aliviam a dor e confortam os doentes. Procedimentos mais radicais, como eutanásia e suicídio assistido, têm sido legalizados em alguns países, mas continuam causando polêmicas.

No extremo oposto à velhice, nos deparamos com questões relativas ao início da vida humana, como o desafio de justificar a prática do aborto ou de rejeitá-la. No caso de admiti-la, resta saber até que período de gestação o aborto poderia ser realizado. Outra questão é decidir pelas circunstâncias do aborto terapêutico, seja para salvar a vida da gestante, seja para interromper a gestação de um feto malformado ou que resultou de estupro. No Brasil, em 2004, após ampla repercussão na mídia, chegou aos tribunais um pedido de interrupção de gravidez de um feto anencefálico (sem o cérebro).

Sabemos que muitos países já legalizaram o aborto, enquanto em outros, geralmente devido a pressões de grupos religiosos, persiste a resistência à aprovação da lei. Daí decorre outro desafio ético: a constatação de que a proibição não impede a prática do aborto em clínicas clandestinas, nem sempre aparelhadas adequadamente para os procedimentos, o que é comprovado pelo alto índice de mortes ou de consequências adversas para a saúde da mulher. Vale lembrar que os óbitos ocorrem principalmente em segmentos mais pobres da população, o que remete a outras questões que também são objeto da bioética: a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade de pessoas socialmente excluídas.

Com o desenvolvimento da genética e da tecnologia, o ato de procriar tornou-se mais complexo sob muitos aspectos. O avanço de técnicas de reprodução assistida tem se tornado a esperança de mulheres com dificuldade de engravidar, embora seja um procedimento caro, de acesso restrito. Há ainda a pergunta sobre o destino dos embriões não implantados. Pode-se descartá-los, usá-los em experiências científicas? Certamente, não se trata de questões éticas simples.

Outro debate que tem alcançado visibilidade é o dos direitos dos animais. Diversos pensadores já se debruçaram sobre as maneiras de coibir maus-tratos e matança por motivo fútil, como luxo ou prazer. Nesse rol estão o comércio de casacos de pele, a caça esportiva, os rodeios, as touradas, as rinhas de galo. Mesmo quando se trata de experiências científicas, diversas restrições foram incorporadas após frequentes manifestações de ativistas. Mas não só. O filósofo australiano Peter Singer, entre outros, condena o abate de animais com a finalidade de nos servir de alimento.

10 Ecoética

Ecoética – ou ética ambiental – é o ramo da ética aplicada que trata das relações do ser humano com a natureza. Dedica-se à questão da sustentabilidade e às consequências nefastas da exploração predatória dos recursos naturais, como a poluição industrial e agrícola, o esgotamento de recursos e as agressões que provocam o desequilíbrio do ecossistema (chuvas ácidas, efeito estufa etc.), que colocam em risco o destino do planeta. Há muito tempo as ameaças climáticas – com o derretimento das calotas polares, as grandes nevascas no Hemisfério Norte e verões escaldantes em todo o globo – parecem sinalizar esse desequilíbrio.

Igualmente fazem parte da ecologia aspectos sociais como a má distribuição de renda, que obriga grande parcela da população mundial a viver em estado de fome e de miséria.

Até a segunda metade do século XX, prevaleceu a ética antropocêntrica, assim chamada por se referir apenas ao indivíduo e à sua relação com os demais. A ética centrada no indivíduo concebe a natureza como algo a serviço do ser humano, podendo ser explorada de acordo com as conveniências humanas.

A ecoética alargou as discussões éticas para além da estreita esfera dos indivíduos, comprometendo-se com a preservação da natureza e com o destino da humanidade.



© AZEVEDO, NÈLE/AUTVIS, BRASIL, 2016. ANDREAS RENTZ/GETTY IMAGES

Esculturas em gelo da série *Monumento mínimo* (2009), da artista plástica brasileira Nèle Azevedo. Nessa instalação realizada em Berlim, a artista procurava alertar sobre as consequências do aquecimento global.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ética da responsabilidade

Apesar de inúmeros sinais de alerta, há quem ainda duvide de um desastre ambiental irreparável. Contudo, poderíamos arriscar? No final da década de 1960, a Alemanha adotou o *princípio de precaução*, posteriormente difundido para outros países até ser incorporado ao direito internacional.

A nova noção de responsabilidade, não mais restrita ao âmbito das relações intersubjetivas, estendeu-se às relações entre agentes coletivos – comunidades, empresas, administrações, governos –, dos quais é exigida responsabilidade com relação à sustentabilidade.

A palavra de ordem da ética ambiental é *desenvolvimento sustentável*, o que exige a mudança na atuação predatória da economia contemporânea e a orientação para os cuidados com a preservação do meio ambiente.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), *desenvolvimento sustentável* é "o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações".[2]

Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Documentos internacionais

As tentativas de superação do impasse vêm sendo abordadas em encontros internacionais para debater os problemas e tentar um acordo sobre as metas a serem alcançadas e a definição de compromissos para realizá-las.

Em 1968, criou-se o Clube de Roma, composto de membros de diversos países, incluindo cientistas, intelectuais e políticos de relevância, a fim de examinar as questões ambientais. Nos anos seguintes, várias conferências reuniram a ONU, outros organismos internacionais e representantes de Estados, que propuseram, desde 1972, diversos documentos e planos de ação sobre o tema ainda relevantes para decidir sobre práticas que garantam a sustentabilidade.

No entanto, nas convenções do clima nem todas as nações assumem o compromisso de redução de emissões de gás, alegando que o procedimento afetaria sua economia. Enquanto não for possível resolver o dilema entre lucro e proteção ambiental, estaremos impotentes diante das forças econômicas.

[2] WWF-Brasil. O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em ‹www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/›. Acesso em 26 nov. 2015.

11 Ética dos negócios

A ética dos negócios – ou ética empresarial – levanta questões sobre a responsabilidade social de empresas.

Você já deve ter ouvido frases como: "Todo mundo tem seu preço", "O mundo dos negócios é uma selva", "Toda empresa tem em vista apenas o lucro". Essas afirmações, e muitas outras, estigmatizam o mundo dos negócios, entendido como espaço em que vence a força do dinheiro e no qual tudo é permitido. Embora timidamente, já existem empresas que admitem ser possível conciliar lucro e ganhos sociais, de modo que se estenda o *compromisso* a todos os que estão a elas vinculados.

- **Compromisso com os funcionários**

A empresa assume o compromisso com os funcionários ao oferecer salários dignos, seleção sem discriminação, boas condições de trabalho, planos de saúde, creche etc.

Para refletir



JACQUES DEMARTHON/AFP

Ativistas do grupo "Ética na etiqueta" protestam contra práticas degradantes de trabalho na indústria da moda. Foto tirada em Paris em 2015.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2005, pelo menos 12,3 milhões de pessoas eram vítimas de trabalho forçado no mundo. No Brasil, mais de 47 mil trabalhadores foram resgatados desde 1995, atuando nas cidades e no campo. O maior número de flagrantes ocorre em São Paulo, e se caracteriza pelo uso da mão de obra imigrante em oficinas de costura, submetida a condições degradantes e a jornadas exaustivas.

Em algum momento você já parou para pensar se a roupa que você veste pode ser produto do trabalho forçado de alguém? Concorda que, pelo fato de as grandes grifes contratarem serviços de oficinas de costura clandestinas, a responsabilidade ética recaia também em pessoas que consomem essas roupas? Na sua opinião, existe alguma atitude que o consumidor possa tomar para reverter essa condição?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- **Compromisso com os consumidores**

Para manter a credibilidade, a empresa precisa oferecer produtos confiáveis, sem ludibriar o consumidor no que diz respeito, por exemplo, a peso, data de validade, procedência da matéria-prima utilizada e riscos eventuais tanto para pessoas como para animais.

Os direitos do consumidor são resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor e por diversos organismos que garantem seu cumprimento.

- **Compromisso com os concorrentes**

A expansão vertiginosa de algumas indústrias deriva às vezes de concorrência desleal em procedimentos como *dumping*, caso em que a empresa reduz drasticamente o preço de um produto até excluir do mercado as concorrentes menores.

Outra restrição à concorrência é o cartel, que consiste em combinar com antecedência um preço comum que beneficie empresas do mesmo ramo e, ao mesmo tempo, prejudique outras menores. Os dois procedimentos indicados constituem crime.

- **Compromisso com os órgãos governamentais**

O *lobby* (que em inglês significa literalmente "salão", "corredor") é uma prática pela qual pessoas ou grupos exercem pressão sobre o poder público a fim de influenciar decisões de seu interesse ou evitar que outras lhes sejam prejudiciais.

Não se trata, porém, de prática em si antiética quando exprime o esforço para esclarecer e pressionar políticos com o objetivo de promulgar leis adequadas ao bom funcionamento de um setor que atenda a interesses coletivos.

Como exemplo, a aprovação de experiências com células-tronco embrionárias é importante para a cura de diversas doenças degenerativas, como as de Alzheimer e Parkinson, e também para atenuar danos à saúde provocados por derrames e tumores cerebrais.

Os *lobbies* adquirem caráter perverso quando prevalecem interesses privados prejudiciais à coletividade. Uma significativa pressão, por exemplo, é feita por latifundiários cujas monoculturas e produção pecuária se alastram mediante a devastação de florestas.

- **Compromisso com o ambiente**

As empresas deveriam se comprometer com a sustentabilidade, evitando impactos sobre o ambiente. Não é permitido, por exemplo, desmatar indiscriminadamente ou descartar resíduos tóxicos nas águas e no solo, assim como é obrigatório usar filtros de ar para impedir a emissão de gases nocivos, entre outras ações.

Há empresas que desenvolvem práticas ecologicamente corretas a fim de economizar, o que é possível com o aproveitamento da luz natural e da água da chuva, ou com o tratamento adequado de água para reúso.

- **Compromisso com a comunidade**

As ações de compromisso com a comunidade não dizem respeito direto aos produtos ou ao atendimento aos clientes das empresas, porque a finalidade dessas ações é atender às necessidades do entorno, embora resultem em isenção de impostos para as companhias, além de credibilidade e reconhecimento, o que beneficia a imagem corporativa.

Por exemplo, há empresa que investe em uma orquestra para crianças e jovens pobres; o hospital privado instala um posto de saúde para atender gratuitamente à população de uma comunidade pobre; uma escola abre outra unidade em uma região de crianças carentes ou um curso de alfabetização de adultos.

12 O que esperar?

Não há receitas para o agir bem: o compromisso com os outros, inclusive com as gerações futuras, exige um estado de alerta constante. Viver moralmente não é simples nem fácil.

Assim dizem os filósofos espanhóis contemporâneos Adela Cortina e Emilio Martínez:

> Existe um amplo acordo em que o problema ecológico, como ocorre também no problema da fome, não é de caráter técnico, mas moral. Sabemos em grande medida tudo o que é necessário para evitar a contaminação da ecosfera, assim como sabemos os meios adequados para fazê-lo. A questão, do ponto de vista ético, é bem clara: a consciência moral alcançada nas sociedades democráticas modernas (o que vimos chamando de *ética cívica*) inclui o imperativo moral de progredir no reconhecimento efetivo dos direitos humanos, incluído o direito a usufruir um meio ambiente saudável, que faz parte dos chamados "direitos da terceira geração".
>
> CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 169.

O capítulo 18, "Direitos humanos", mostra que os *direitos da terceira geração* são os direitos coletivos, ecológicos, pela paz e pelo usufruto universal dos bens da civilização. A discussão sobre ética aplicada encontra-se, portanto, estreitamente ligada às questões de má distribuição de renda e do compromisso cego com uma economia predatória que visa tão somente ao lucro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Bioética e escolhas morais

"A bioética preocupa-se [...] com todas as situações de vida, especialmente dos seres humanos, que estejam em meio a diferentes escolhas morais quanto aos padrões de bem-viver. Mas, diferentemente dos discursos filosóficos que a antecederam, especialmente o da ética médica, a proposta de mediação dos conflitos morais sugerida pela bioética caracteriza-se pelo espírito não normativo, não imperativo e, especialmente, por sua harmonia com uma das maiores conquistas do Iluminismo: o respeito à diferença moral da humanidade.

A bioética é, então, parte de um desses projetos de tolerância na diversidade. Com o reconhecimento da pluralidade moral da humanidade e, consequentemente, da ideia de que diferentes crenças e valores regem temas como o aborto, a eutanásia ou a clonagem, tornou-se imperativa a estruturação de uma nova disciplina acadêmica que refletisse sobre esses conflitos cotidianos, comuns não apenas à prática médica. E é sob esse espírito tolerante que a bioética se protege da tentação de eleger certezas morais definitivas para a humanidade. A resposta final para os conflitos não está em nenhum proponente da bioética ou corrente teórica, mas no próprio desenrolar da história moral das sociedades e dos indivíduos. Esse seguramente não é um objetivo fácil de ser perseguido, a começar pelo fato de que os pesquisadores da bioética, assim como todos os outros seres humanos moralizados, estão imersos e certos da superioridade de alguns valores morais em detrimento de outros. Em nome de tais valores, muitas vezes será possível encontrar pesquisadores da bioética dispostos ao confronto em nome da defesa de suas crenças.

Sendo assim, lidar com os temas bioéticos não é uma tarefa agradável. A essência dos conflitos morais é, além da diferença, o sofrimento. Boa parte das disputas morais que os pesquisadores da bioética dedicam-se a pensar está embebida no sofrimento, na dor da angústia da imoralidade, um sentimento tão degradante quanto o da perda da própria dignidade. Se por um lado não é fácil para os defensores da santidade da vida humana – aqueles que acreditam e defendem a intocabilidade da vida dos seres humanos – viver em uma sociedade onde as mulheres realizam o aborto ou onde as pessoas são autônomas para decidir sobre sua própria morte, por outro, também não é uma experiência moral nada agradável alguém ser obrigado a preservar uma gestação ou ainda a própria vida em nome de valores morais estranhos a si próprios. Com raríssimas exceções, a característica dos temas bioéticos é exatamente essa falta ou ainda a impossibilidade de consenso moral.

[...] Por princípio, nenhuma legislação sobre a eutanásia, por exemplo, irá respeitar todos os interesses morais de uma determinada sociedade. E a dificuldade não está apenas na escolha legislativa a ser feita, isto é, na proibição ou não da eutanásia, mas no fato de os indivíduos moralizados resistirem viver em uma sociedade onde seus valores não são hegemônicos. Infelizmente, uma das características que acompanham o processo de moralização dos grupos sociais é a pulsão imperialista de cada código moral. Por isso, a possibilidade de a eutanásia não ser penalizada é uma hipótese intolerável para os grupos contrários a ela. [...]

Nesse sentido, o papel fundamental da bioética é reconhecer que é preciso sair ao encontro de estratégias de mediação para o conflito moral que tenham por espírito condutor a máxima tolerante e pacífica deixada pelo humanismo, em vez de assumir para si o imobilismo imposto pela impossibilidade de atingir a verdade absoluta e válida para todos. Não é preciso que todos os personagens morais tenham as mesmas crenças, basta apenas que saibam se respeitar e tolerar mutuamente. Sendo assim, qualquer legislação que contemple essas qualidades fundamentais da bioética deverá levar em consideração o pluralismo e a diferença moral das sociedades, e não apenas as crenças e valores de determinados grupos. No exemplo sobre a eutanásia, uma possibilidade de saída seria o reconhecimento do direito individual de escolha sobre o morrer. Ou seja, viver em uma sociedade onde a eutanásia fosse uma opção eticamente possível não seria o mesmo que viver sob a ditadura eugênica do nazismo, em que a regra imperante era o extermínio de indesejáveis, ou mesmo em sociedades que consideram a santidade da vida um valor a ser respeitado. A bioética, antes de tudo, refere-se a direitos e conquistas, não a imposições ou restrições em nome de valores considerados éticos e moralmente bons para alguns."

DINIZ, Debora; GUILHEM, Dirce. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 114-119. (Coleção Primeiros Passos)

Questões

1. Explique o que significa tolerância conforme o ideal que surgiu no Iluminismo.
2. Quais são as dificuldades existentes ainda hoje para implantar o valor da tolerância quando se trata de questões de bioética?
3. Explique a proposta das autoras para resolver os impasses decorrentes do pluralismo religioso e moral típico das sociedades contemporâneas, diante da necessidade de legislar sobre temas de bioética.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Por que não é contraditório afirmar que a moral supõe a aceitação livre das normas, ao mesmo tempo que tem um caráter histórico e social?
2. Como explicar que na moral convivem polos opostos como o dever (a obrigação) e a liberdade?
3. É comum colocar a culpa pela degradação da natureza no desenvolvimento tecnológico, o que é verdadeiro em parte. Mais do que isso, o problema ecológico é sobretudo um problema moral. Justifique.

Aplicando os conceitos

4. Leia as citações a seguir e interprete qual é a posição de Pascal, filósofo francês do século XVII, sobre a natureza dos valores (no caso, a justiça).

.....

(293) "Por que me matais?" – "Como! Não habitais do outro lado da água? Meu amigo, se morásseis deste lado, eu seria um assassino, seria injusto matar-vos desta maneira; mas, desde que residis do outro lado, sou um bravo, e isso é justo."

(294) [...] Divertida justiça que um rio limita! Verdade aquém dos Pireneus, erro além. [...] Dessa confusão resulta que um diz que a essência da justiça é a autoridade do legislador; outro, a comodidade do soberano; outro, o costume presente, e é o mais certo: nada, segundo a sua razão é justo em si; tudo se abala com o tempo.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 115-116. (Coleção Os Pensadores)

.....

5. Analise a citação a seguir, de Karl-Otto Apel, relacionando-a com a experiência e a observação do mundo em que você vive.

.....

A civilização técnico-científica confrontou todos os povos, raças e culturas, sem consideração de suas tradições morais grupalmente específicas e culturalmente relativas, com uma problemática ética comum a todos. Pela primeira vez na história da espécie humana, os homens foram praticamente colocados ante a tarefa de assumir a responsabilidade solidária pelos efeitos de suas ações em medida planetária.

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 74.

.....

6. Várias megalópoles já fizeram a experiência do "dia sem carro", estimulando as pessoas a deixarem os carros particulares na garagem e irem para o trabalho por outro meio de locomoção.
   a) Qual é o significado simbólico da proposta do "dia sem carro"?
   b) Na sua opinião, por que há dificuldades em adotar meios de transporte alternativos nas grandes cidades?

7. Leia o texto a seguir sobre pesquisas genéticas e responda: cabe à ética interferir na pesquisa científica?

.....

Pela primeira vez na história da humanidade, encontramo-nos diante da possibilidade de alterar o patrimônio genético das gerações futuras. Não só podemos trabalhar *com* o material, porém sem modificá-lo, como ocorre com a inseminação artificial, a fertilização *in vitro*, a clonagem ou a escolha do sexo dos embriões, mas podemos também trabalhar *nele*, modificando sua estrutura interna. Podemos estabelecer os limites do processo evolutivo futuro, e isso nos apresenta questões muito graves que a ética não pode evitar.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 162.

.....

Trabalho em grupo

8. Reúna-se com alguns colegas e criem uma campanha para convencer empresários a:
   a) eliminar os diversos tipos de poluição do ambiente provocada pelas empresas;
   b) destinar verbas para atender às necessidades da população local;
   c) conscientizar produtores agrícolas para o uso responsável dos agroquímicos;
   d) estimular consumidores a comprar produtos orgânicos.

Dissertação

9. Em outubro de 2015, a Universidade de São Paulo (USP) divulgou o comunicado transcrito abaixo para responder a pedidos judiciais de pacientes que solicitavam o fornecimento de uma substância estudada por seus pesquisadores. Após lê-lo, elabore uma dissertação discutindo o posicionamento da USP a respeito da polêmica, tendo em vista o conceito de bioética.

.....

A Universidade de São Paulo (USP) foi envolvida, nos últimos meses, na polêmica do uso de uma substância química, a fosfoetanolamina, anunciada como cura para diversos tipos de cânceres. Por liminares judiciais, a Universidade foi obrigada a fornecer o produto para os que a solicitam. Em respeito aos doentes e seus familiares, a USP esclarece: essa substância não é remédio. Ela foi estudada na USP como um produto químico e não existe demonstração cabal de que tenha ação efetiva contra a doença: a USP não desenvolveu estudos sobre a ação do produto nos seres vivos, muito menos estudos clínicos controlados em humanos. Não há registro e autorização de uso dessa substância pela Anvisa e, portanto, ela não pode ser classificada como medicamento, tanto que não tem bula.

Universidade de São Paulo. USP divulga comunicado sobre a substância fosfoetanolamina. Disponível em <http://www5.usp.br/99485/usp-divulga-comunicado-sobre-a-substancia-fosfoetanolamina/>. Acesso em 27 nov. 2015.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 13

Ninguém nasce moral

Os principais objetivos deste capítulo são: distinguir autonomia de heteronomia, identificar os estágios do desenvolvimento mental (intelectual, afetivo e moral) de acordo com a teoria de Piaget, identificar as heranças e divergências da teoria de Kohlberg em relação à de Piaget, compreender os níveis da moralidade segundo Kohlberg, comparar a evolução moral nos três níveis de moralidade, identificar as dificuldades de educar para o sexto estágio, compreender os conflitos entre justiça e legalidade, identificar outras orientações de educação moral. Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: heteronomia, autonomia, desenvolvimento mental, inteligência, afetividade, moralidade convencional, pré-convencional e pós-convencional, dilema, comunidade justa e personalidade moral.



© 2013 MUSEU NORMAN ROCKWELL

Bisbilhoteiros (1948), pintura de Norman Rockwell.

A pintura *Bisbilhoteiros*, de Norman Rockwell, é um espécie de crônica do cotidiano. Pode-se analisar com os alunos as cenas representadas na tela. A história começa com algum assunto sussurrado por uma senhora no ouvido de sua colega. Ela se desenvolve em um conjunto de conversas compartilhadas por apenas duas pessoas, até que, na parte inferior da pintura, o indivíduo que foi o tema da primeira conversa recebe a fofoca que o envolve e vai buscar satisfação com a senhora que deu início ao percurso da fofoca. Essa imagem pode remeter o aluno a histórias cotidianas semelhantes de que ele tenha notícia, inclusive na realidade escolar, quando pensamos nas diversas formas de *bullying*.

O pintor e ilustrador estadunidense Norman Rockwell (1894-1978) é um cronista dos costumes, como evidencia o trabalho acima, ao qual atribuiu o título de *Bisbilhoteiros*.

A bisbilhotice pode parecer inofensiva, já que não é como a calúnia, que mente a respeito da conduta alheia. Não se trata também de relatar um caso que precisa ser denunciado, como um crime ou uma situação de maus-tratos. No entanto, ainda que os fatos sejam verdadeiros, a bisbilhotice não deixa de ser maldosa, porque se restringe apenas ao prazer de contar algo a alguém, sem prever as consequências, uma vez que notícias desse tipo são passadas adiante com deturpações que podem humilhar, ou até caluniar, aquele que está sendo objeto de comentário.

Atentos ao fato de que atualmente dispomos de abrangente e instantânea difusão de informações e notícias, comparativamente superior à comunicação pessoal e telefônica, vale a pena refletir sobre os efeitos cruéis de diversas formas de *bullying* nas redes sociais.

1 Aprender a autonomia

Todas as pessoas precisam ser educadas para a convivência. O processo de aprendizagem supõe descentramento, um sair de si mesmo, tanto do ponto de vista da inteligência como da afetividade e da moral. A descoberta do outro como um "outro eu" é fundamental para superar o egocentrismo infantil. No entanto, não se trata de procedimento automático, porque exige a intermediação de agentes culturais – pais, professores, adultos em geral.

A educação começa pela heteronomia, em que as regras morais são introjetadas sem crítica, até que seja alcançada a autonomia, típica da maturidade. Na fase de heteronomia as crianças obedecem às regras que lhes são impostas, mas aos poucos abrem-se espaços de discussão que estimulam a adesão pessoal e autônoma às normas.

O grande impasse entre heteronomia e autonomia ocorre na adolescência, período de contradições em que, embora abandonadas as características infantis, as obrigações e as responsabilidades da vida adulta ainda não foram assumidas. Veremos a seguir como os psicólogos Piaget e Kohlberg explicam o desenvolvimento da moralidade.

2 Teoria de Piaget

O psicólogo suíço (e também filósofo) Jean Piaget (1896-1980) elaborou a teoria conhecida como *psicologia genética*, base para a aplicação de fecundas práticas pedagógicas. De acordo com essa teoria, a razão, a afetividade e a moral avançam progressivamente em estágios sucessivos nos quais a criança organiza o pensamento e o julgamento. Por isso sua teoria e as que dela derivam são chamadas de *construtivistas*, já que o saber é construído pela criança.

O *desenvolvimento mental* é estudado sob três pontos de vista: da inteligência (lógica), da afetividade e da moral. Esse processo ocorre em quatro estágios, que Piaget classifica por idades. Vale lembrar que, dependendo do grupo social a que pertença a criança, é provável que variem as faixas etárias ou que as últimas etapas nem sejam atingidas na fase adulta.

Para saber mais

Psicologia genética, para Piaget, é o estudo do desenvolvimento individual, da gênese da lógica, das percepções, das normas, que não são inatas, mas resultam de uma construção progressiva.

a) Estágio sensório-motor (de 0 a 2 anos)

Nesse estágio predomina o desenvolvimento das *percepções sensoriais* e dos *movimentos*.

- Do ponto de vista da inteligência, o bebê evolui à medida que aprende a coordenar as sensações e os movimentos.
- Quanto à afetividade, prevalece a indiferenciação, porque a relação do bebê com as pessoas ainda não é percebida como de separação entre ele e o mundo. Quando ele começa a olhar com atenção a própria mão, tem início a descoberta gradativa do seu corpo. O psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981) refere-se à "experiência do espelho", que ocorre por volta dos 18 meses, ocasião em que a criança reconhece a dualidade, ou seja, que é um ser separado da mãe e de tudo o que o cerca.
- Do ponto de vista moral, a vida do bebê é pré-moral e, portanto, nele predomina a anomia.

b) Estágio intuitivo ou simbólico (de 2 a 7 anos)

O segundo momento tem início quando a lógica infantil dá um salto com a descoberta do *símbolo* e a *aprendizagem da fala*.

- Nesse estágio a inteligência é intuitiva, porque não se separa da experiência vivida, isto é, a criança não transpõe abstratamente o que foi vivenciado pela percepção. Por exemplo: mesmo sabendo ir até a casa da avó, a criança ainda é incapaz de representar o caminho em um esquema ou pequeno mapa. Isso acontece porque suas lembranças são motoras, e a representação implica descentralização da experiência, ainda centrada no próprio corpo da criança quando ela caminha de fato à casa da avó.
- Nas relações afetivas o egocentrismo também está presente. A criança percebe o mundo girando em torno dela; não sabe, por exemplo, dividir os brinquedos, exigindo a satisfação de todos os seus desejos. Nas conversas, ela não interage propriamente, e nos encontros entre crianças ocorrem verdadeiros "monólogos coletivos".

Etimologia

Heteronomia. Do grego *hetero*, "diferente", "outro", e *nómos*, "lei", "norma". No contexto, aceitação das regras dadas externamente.
Autonomia. Do grego *auto*, "si mesmo", "eu mesmo", e *nómos*, "lei", "norma". No contexto, capacidade de decidir por si mesmo.
Anomia. Do grego *a*, "não", e *nómos*, "lei", "norma". Significa, portanto, a ausência de leis, de normas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- Do ponto de vista moral, as regras de convívio social ainda não estão introjetadas, havendo relutância em sua aceitação. Após os 3 ou 4 anos, começa a fase heteronômica, de aceitação da norma, tornando-se mais sociável. Mesmo quando desobedece, sabe que transgride as normas, e por isso receia ser descoberta e sofrer punição. Embora a heteronomia seja típica do mundo infantil, ela persiste em muitos adultos, quando se submetem aos valores da tradição e obedecem passivamente aos costumes por conformismo ou por temer a reprovação da sociedade.

c) Estágio das operações concretas (de 7 a 12 anos)

O terceiro estágio é mais longo e representa o grande salto da ação por meio de *operações mentais concretas*, que se baseiam diretamente nos objetos, e não em hipóteses, habilidade que só será conquistada no estágio final.

- A lógica deixa de ser puramente intuitiva e passa a ser *operatória*. A criança *interioriza a ação* – o que não ocorria no exemplo da visita à casa da avó. Desse modo, aprende as operações matemáticas e a consultar um mapa, percebe a relação lógica do sistema de parentesco, faz classificações, torna as intuições reversíveis.

  A percepção é reversível quando a criança é capaz de operacionalizá-la. Por exemplo, se estamos frente a frente com a criança e levantamos a mão direita, pedindo a ela que faça o mesmo, levantará a mão direita caso seja capaz de reversibilidade, o que significa inverter mentalmente a nossa posição.

  Ainda quando a operacionalização no terceiro estágio dependa de percepções intuitivas e da experiência vivida, o pensamento já se organiza de modo mais coerente. A força do egocentrismo diminui, porque o discurso lógico tende a ser mais objetivo, por estabelecer o confronto com a realidade e com os outros discursos, além de alicerçar-se em provas que se afastam das explicações mitológicas da fase anterior.
- Do ponto de vista afetivo, os progressos na sociabilidade são percebidos na formação de grupos em que os laços expressam companheirismo ou antipatias. A nova organização é coesa sob a ação de líderes e em confronto com grupos antagônicos.

Egocentrismo: estar centrado em si mesmo. No contexto, a criança é seu próprio ponto de referência; ela pensa, sente e age voltada para si mesma, não se colocando no lugar do outro.



ANDREW TOTH/GETTY IMAGES FOR NEW YORK/AFP

Aula de ioga na cidade de Nova York, agosto de 2014. A imagem ilustra a capacidade de reversibilidade: a professora flexiona a perna direita e as alunas fazem o mesmo, o que significa inverter mentalmente o que veem. Note que uma delas se confundiu.

- Sob o aspecto moral afirma-se a heteronomia, com a introjeção das normas da família e da sociedade e a aceitação de regras. Por exemplo, em certas lutas, como o judô, aprendem-se regras que valem também para fora do tatame: as habilidades devem ser usadas apenas para a defesa, e não para o ataque.

d) Estágio das operações formais (na adolescência)

O último estágio é o da adolescência, quando amadurecem as características que acompanharão a vida adulta.

- O pensamento lógico atinge o nível das *operações formais* ou *abstratas*. Além de interiorizar a ação vivida, o adolescente é capaz de distanciar-se da experiência: é o amadurecimento do *pensamento formal* ou *hipotético-dedutivo*. A reflexão torna possível o pensamento científico, matemático e filosófico.

  Exemplificando: as discussões entabuladas pelos jovens a respeito da família podem surgir de experiências pessoais, mas se orientam para a generalização e a abstração da família como instituição. A teorização leva à crítica da própria vivência e à elaboração de projetos de mudança – o plano de vida. Os debates organizam-se por meio da argumentação apoiada em conceitos. O processo de desprendimento da própria subjetividade é sinal de que o egocentrismo intelectual está em vias de ser superado.
- Afetivamente, a superação do egocentrismo realiza-se pela aprendizagem da *cooperação* e da *reciprocidade*. Os grupos do terceiro estágio, que se organizavam em torno de uma liderança, são substituídos por outros, apoiados na discussão e no consenso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- A capacidade de reflexão dá condições para o amadurecimento moral, pela *organização autônoma de regras* e pela *livre deliberação*. Enquanto no estágio anterior prevalece o respeito unilateral, fundado em uma moral de coação, heteronômica, o início da vida adulta torna possível o exercício do respeito mútuo, não hierárquico, típico das relações autônomas.

  A autonomia, porém, não nega a influência externa, mas destaca no indivíduo a capacidade de refletir sobre as limitações que lhe são impostas, com base nas quais reorienta a ação para superar os condicionamentos. Portanto, quando decide por cumprir uma norma, o centro da decisão é ele mesmo, sua própria consciência moral. Autonomia é autodeterminação.

Em síntese, reflexão (inteligência), reciprocidade (afetividade) e autonomia (moral) são termos do desenvolvimento mental que aqui se encontram enlaçados.

Refletir é desdobrar o pensamento, pensar duas vezes: ao refletirmos, trazemos o outro para dentro de nós; por isso, refletir é discutir interiormente. Essa atitude é possível porque de fato descobrimos o outro como um *alter ego* – um outro eu – exterior a nós, capaz de argumentação, que aprendemos a respeitar.

A *discussão* é a exteriorização da reflexão. Se nos dispusermos a discutir conforme o pressuposto de que não mudaremos de ideia, não haverá discussão, mas "diálogo de surdos". Portanto, a discussão supõe *reciprocidade*: disponibilidade para ouvir o outro, mas também preservação de nossa individualidade e *autonomia*.

Para refletir

Para Piaget, o desenvolvimento mental realiza-se sob os aspectos da inteligência, da afetividade e da moral. Como caracterizar um adulto que alcançou o estágio das operações formais? E como será se não o alcançar?

3 Teoria de Kohlberg

Uma das diferenças do trabalho de Lawrence Kohlberg em relação ao de seu mestre, Piaget, é que ele rejeita a teoria do paralelismo entre o amadurecimento do pensamento lógico e o da moralidade. Para Kohlberg, o desenvolvimento lógico não provoca automaticamente o amadurecimento moral. O pensamento lógico formal é condição necessária para a vida moral plena, mas não suficiente.

Suas observações e experimentações comprovaram que a maturidade moral geralmente só pode ser alcançada pelo adulto, cerca de dez anos depois da adolescência e, mesmo assim, dependendo de condições que serão examinadas adiante.

Kohlberg acompanhou durante anos inúmeras pessoas de vários países para averiguar o comportamento moral de grupos os mais diversos, em escolas de diferentes segmentos sociais, em prisões, quartéis e em *kibutz*.

Concluindo que o nível mais alto de moralidade exige estruturas lógicas novas e mais complexas do que aquelas do pensamento formal, Kohlberg reformulou a teoria dos estágios morais piagetianos para distinguir três grandes níveis de moralidade: pré-convencional, convencional e pós-convencional, cada um deles composto de dois estágios.

Quem é?



LEE LOCKWOOD/TIME & LIFE PICTURES/GETTY IMAGES

Lawrence Kohlberg. Foto de 1977.

Lawrence Kohlberg (1927-1987), psicólogo e filósofo estadunidense, dedicou-se ao estudo da teoria piagetiana, concentrando-se na questão moral. Foi professor da Universidade de Harvard, coordenou projetos de "comunidades justas" e realizou estudos e observações em várias partes do mundo, como Estados Unidos, Turquia, Israel e Taiwan. Ao explicitar os fundamentos filosóficos de suas atividades, dialogou com Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, filósofos da ética do discurso. A originalidade de Kohlberg está na análise do pensamento pós-convencional, pelo qual ampliou o campo da maturidade moral, ao argumentar que não basta ao indivíduo introjetar as normas de sua cultura, mas ir além, perceber que pode haver conflito entre a lei e a justiça. Algumas de suas principais obras: *O desenvolvimento dos modos de pensamento e opção moral entre dez e dezesseis anos*, *Do é para o dever ser*, *Ensaios sobre o desenvolvimento moral* (2 volumes).

Níveis da moralidade segundo Kohlberg

O eixo do processo de construção da moralidade é o *convencional*, isto é, o conjunto de normas aceitas e desejáveis de uma sociedade. No período *pré-convencional* – que o antecede –, a criança adentra lentamente o mundo das normas morais. O último nível, o *pós-convencional*, supõe crescente maturidade moral, que eventualmente concorde em transgredir certas normas em nome de princípios fundamentais, como a justiça ou a integridade da vida humana. Cada nível, por sua vez, é constituído por dois estágios.

***Kibutz*:** fazenda ou colônia coletiva em Israel. Nessas comunidades, todos cooperam de forma voluntária.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

a) Nível pré-convencional

O *nível pré-convencional* caracteriza-se pela moralidade heterônoma. No primeiro estágio desse nível, as regras morais são dadas pela autoridade e aceitas de modo incondicional; a criança obedece a fim de evitar castigo ou para merecer recompensa. Sob a perspectiva sociomoral, predomina o ponto de vista egocêntrico.

No segundo estágio desse mesmo nível, inicia-se o processo de descentração, com o reconhecimento de que, ao lado do interesse próprio, outras pessoas também têm interesses que devem ser respeitados. Mas, como a moral ainda é individualista, busca-se estabelecer trocas e acordos.

b) Nível convencional

No *nível convencional* é valorizado o reconhecimento do outro. No terceiro estágio, predominam as expectativas interpessoais e a identificação com o grupo a que se pertence, expressando confiança e lealdade aos parceiros. O grupo tem prioridade sobre o indivíduo e as regras são seguidas para garantir o desempenho do papel de "bom menino" e de "boa menina", denotando preocupação com as outras pessoas e seus sentimentos. Nesse estágio, prevalece a "regra de ouro", pela qual devemos ser bons porque gostaríamos que o outro agisse do mesmo modo se estivesse no nosso lugar.

No quarto estágio, as relações individuais organizam-se do ponto de vista do sistema, das instituições, da manutenção da ordem social e da sociedade concreta, com suas regras, papéis e leis que garantem seu funcionamento, tendo em vista o bem-estar da sociedade ou de grupos.

c) Nível pós-convencional

Este é o nível mais alto da moralidade e compreende o quinto e o sexto estágios. Chama-se *pós-convencional* porque nele a pessoa começa a perceber os conflitos entre as regras e o sistema. No quinto estágio, ainda prevalece a perspectiva do sistema, típica do nível convencional, devido à forte incorporação do contrato social que apela à obediência às regras e às leis. No entanto, é reconhecida a enorme variedade de valores e opiniões e, muitas vezes, os conflitos inconciliáveis entre o legal e o moral – sobretudo em relação a valores e direitos como vida e liberdade – em contraposição às normas estabelecidas.

No sexto e último estágio, os comportamentos morais regulam-se finalmente por princípios. Os valores independem dos grupos ou das pessoas que os sustentam, porque são princípios racionais e universais de justiça: igualdade dos direitos humanos, respeito à dignidade das pessoas, reconhecimento de que elas são fins em si e precisam ser tratadas como tal. Não se trata de recusar leis ou contratos, mas de reconhecer que eles são válidos porque se apoiam em princípios.

Um exemplo: o dilema de Heinz

Kohlberg aplicou muitos testes utilizando dilemas morais e analisava as diversas respostas dadas, pelas quais identificava o nível moral da pessoa, o que se percebe pelo tipo de argumento usado.

Observemos como exemplo um dos dilemas propostos por Kohlberg: a esposa de Heinz estava gravemente enferma, o remédio que a salvaria custava muito caro, e Heinz não tinha condições financeiras para comprá-lo do farmacêutico que detinha a fórmula. Após esgotadas as tentativas de conseguir o remédio de modo transparente, ele o roubou.

Kohlberg pergunta aos entrevistados se o marido fizera bem ou não em ter roubado. As respostas são de diversas naturezas:

- "Não devia roubar, pois poderia ser preso", ou então "Deve roubar bem escondido, para não ser preso": nível pré-convencional, primeiro estágio (medo da punição).
- "Deve roubar porque, se no futuro precisar de alguma coisa, sua mulher o ajudará": nível pré-convencional, segundo estágio (troca, acordo).
- Uma criança de Taiwan – portanto com costumes muito diferentes das ocidentais – argumentou: "Deve roubar porque, se sua esposa morrer, ele vai ter de pagar o enterro e isso custa muito caro", resposta que se encaixa também no segundo estágio.
- "Deve roubar porque ela é sua mulher, é da sua família": nível convencional, terceiro estágio (pertencimento ao grupo).
- As respostas daqueles que estão no quinto estágio do nível pós-convencional são mais elaboradas e destacam o conflito entre a lei que protege a propriedade *versus* o direito inalienável que cada pessoa tem de conservar a própria vida.
- No sexto e último estágio, o sujeito moral defronta-se com os dilemas de toda sociedade injusta, em que os valores econômicos prevalecem sobre os vitais, e se decide pelo roubo.

Dilema: situação com que nos deparamos ao ter de optar entre duas alternativas igualmente rejeitáveis. No dilema de Heinz, escolher entre roubar ou deixar morrer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Seguem as respostas de dois entrevistados, sendo o primeiro um juiz:

.....

— Ela está muito doente, [...] é um ser humano e farei tudo o que puder para ajudá-la; [...] sua vida pode ser salva e ela poderá recuperar sua dignidade de ser humano, sendo isso o que justifica que faça o que puder para tanto.

— Deveria Heinz roubar para salvar a vida de um estranho?

— Se for um estranho, darei a mesma resposta porque tenho a convicção de que as pessoas devem, quando podem, salvar a vida dos outros, devido à dignidade dos seres humanos [...] sem vida não há dignidade ou respeito para salvar.

KOHLBERG, Lawrence et al. O retorno do estágio 6: seu princípio e ponto de vista moral. In: BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg*: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002. p. 104. (Coleção Logos)

.....

Em seguida, Kohlberg explicita ainda mais a questão, ao fazer a mesma pergunta a Joan, outra entrevistada:

.....

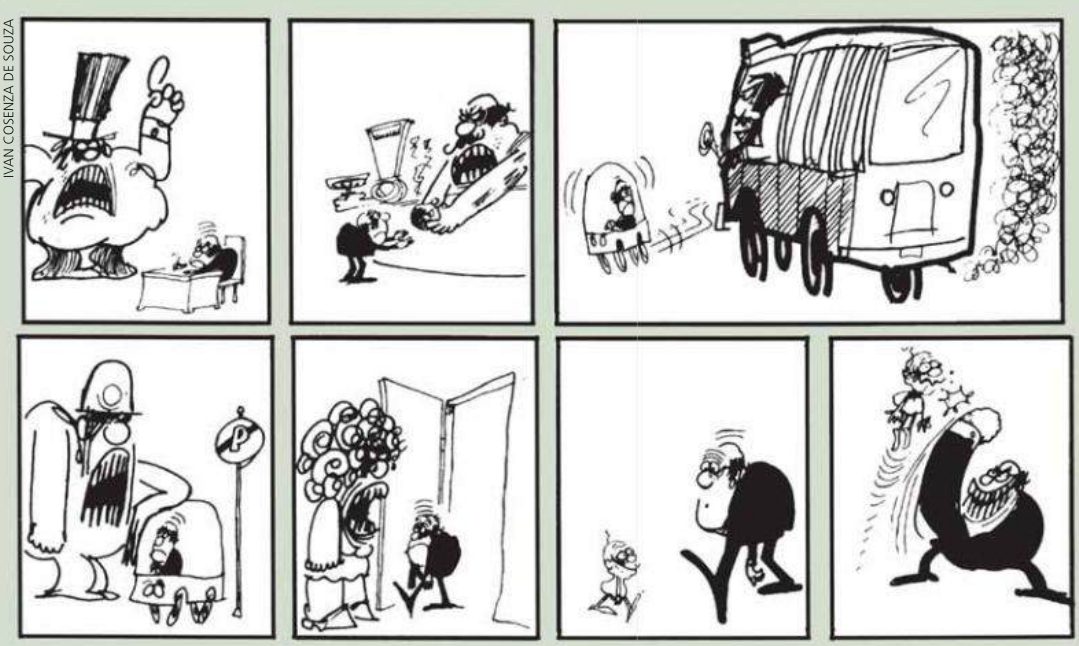
— Acho que isso depende. Se eu estiver descendo uma rua, sim, farei tudo o que puder para salvar a vida de uma outra pessoa [prestes a ser atropelada por um carro]. Porém, em outras situações isso irá depender. Se você for um doente terminal e decidiu [...] não fazer mais quimioterapia, ou coisa parecida, não acho que eu tenha o direito de interferir em sua posição, dizendo que você deve fazer a quimioterapia, que vai estender sua vida por mais uma semana ou mês. [...] Eu não digo que preservar a vida é uma coisa essencial ou mais importante. Penso que preservar a dignidade e a integridade da pessoa seja o mais importante.

Idem, ibidem. p. 108.

.....

Essas conclusões não devem ser vistas como respostas "ideais", "corretas" etc. São apenas exemplos de argumentações possíveis diante de um conflito moral. O importante é a disponibilidade para decisões que não estejam engessadas pelo convencional, quando se tratar de situações cruciais. Além disso, o diálogo é fundamental, porque a vida moral não diz respeito ao indivíduo solitário, mas pressupõe a intersubjetividade.

IVAN COSENZA DE SOUZA



Tira de Henfil publicada no jornal *O Pasquim*, n. 145, p. 3. Rio de Janeiro, abr. 1972.

Henfil é o pseudônimo de Henrique de Souza Filho (1944-1988), cartunista e quadrinista, entre outras atividades que exerceu e enriqueceram a vida cultural brasileira. Seus personagens revelam a veia satírica desse severo crítico da ditadura brasileira e do descaso político em relação ao Nordeste. Henfil trata com humor das fraquezas e mesquinharias humanas, despertando o riso.

Essa tira exemplifica os níveis de moralidade segundo Kohlberg. O pai estaria no segundo estágio do nível pré-convencional: ao mesmo tempo que internaliza as regras para aceitar a autoridade do patrão, do policial e da mulher, o pai "troca" com o filho a posição a que esteve submetido o dia todo. Ao extravasar a raiva, desconta sua frustração no membro mais fraco da família, o que denota incapacidade de controle de emoções. Trata-se também de um comportamento egoísta, conflitante com o papel de pai.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sexto estágio e o confronto com as leis

As discussões que predominam no sexto estágio do nível pós-convencional colocam em questão a relação entre moral e direito, como vimos no dilema de Heinz, que trata de um problema individual. E quando se trata de uma coletividade? Alguém poderá dizer que o ponto de vista legal teria prioridade sobre o moral. De fato, a obediência às leis vigentes é um fundamento do *estado de direito*. Mas e se essas leis forem injustas? Nesse caso, para alguns, valem os movimentos de conscientização no sentido de mudá-las.

Kohlberg destacou o exemplo clássico de Mahatma Gandhi (1869-1948), líder da resistência indiana contra as restrições impostas pelo governo britânico, de 1858 a 1947. Duas dessas restrições foram a proibição da extração de sal para consumo interno e a obrigação de comprar produtos industrializados, em vez de dar preferência aos tecidos feitos à mão pelos indianos. As estratégias de Gandhi consistiam em greve pacífica, jejum, boicote e não colaborar com o colonizador.

Inspirado pelas ideias de Gandhi, Martin Luther King (1929-1968) opôs-se às leis segregacionistas dos Estados Unidos, que impediam os negros de frequentar escolas de brancos e os discriminavam em diversos setores da vida pública. Conclamava-os a participar sem medo de atos de desobediência, mesmo sabendo que poderiam ser presos.

Esses relatos de rebeldia pacífica são exemplos de desobediência civil, que visavam despertar a consciência social das pessoas para a injustiça sofrida, de um lado, pelos colonizados e, do outro, pelos negros. E realmente surtiram efeito.

Para saber mais

Desobediência civil foi um conceito usado pelo estadunidense Henry Thoreau e título de um de seus livros, mas tratava-se de desobediência individual, por reclamar sozinho contra as leis injustas dos impostos. O conceito foi ampliado para a dimensão coletiva necessária, tanto por Gandhi como por Luther King. Na qualidade de advogados, apesar de reconhecerem a importância do respeito ao estado de direito, conclamavam as pessoas a desobedecer em conjunto às leis injustas e a arcar com as consequências.

No final de 2015, após uma série de mobilizações estudantis que resultaram na ocupação de prédios escolares no estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça paulista interpretou o protesto como meio legítimo de desobediência civil para reivindicar uma gestão mais democrática do ensino público na educação básica. A decisão abriu um novo precedente ao trazer para o ordenamento jurídico a desobediência civil como instrumento de garantia de direitos.



© BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK

Martin Luther King discursa na cidade de Selma (Estados Unidos), 1965. Após as Marchas de Selma a Montgomery e o recrudescimento de movimentos de desobediência civil apoiados por Martin Luther King, foi assinada nos Estados Unidos, em 7 de agosto de 1965, a Lei sobre o Direito de Voto, proibindo práticas eleitorais discriminatórias e racistas.

Kohlberg e a educação moral

Com as pesquisas empíricas, Kohlberg constatou que um percentual baixíssimo de cidadãos atinge o nível de moralidade pós-convencional, o que se deve a inúmeros motivos. Em primeiro lugar, partindo do pressuposto de que não nascemos morais, mas que o comportamento moral evolui por etapas, precisamos ter oportunidade de conviver de modo solidário, para que ocorra a superação do egocentrismo. Para tanto, supõe-se que pais e professores já estejam maduros moralmente para auxiliar as crianças nesse processo. Mais ainda, que a atmosfera moral do ambiente em que elas vivem propicie condições de mobilidade de um estágio a outro.

Kohlberg admitiu, porém, serem muitas as dificuldades em encontrar professores que auxiliassem nessa tarefa. Por isso, ocupava-se primeiro com a formação deles, antes de aplicar seu projeto a crianças e adolescentes. De fato, se examinarmos o comportamento dos adultos à luz dos três níveis de moralidade, podemos encontrar a maioria deles no nível convencional e outros até no pré-convencional, tipicamente infantil.

Por exemplo, espera-se que alguém não transgrida o sinal de trânsito por respeito à vida, mas há motoristas que agem como crianças do primeiro estágio, quando obedecem ao sinal apenas por temor à multa. E quantos outros agem com base no critério do "toma lá, dá cá"? Se faço o bem a quem me faz o bem e o mal a quem me faz o mal, permaneço no estágio 2, de trocas e acordos. E o que dizer do corporativismo daqueles que protegem seus pares de maneira mais benevolente e permanecem indiferentes aos que não pertencem a seu grupo, à sua família, à sua religião, à sua pátria?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em intervenções feitas em escolas, Kohlberg desenvolveu a técnica de discussão de dilemas morais em grupo. As opiniões divergentes geram um "conflito cognitivo" que leva a uma maior maturidade de julgamento moral. Para não permanecer apenas na discussão e poder passar para a ação, Kohlberg realizou a experimentação de "comunidade justa" em uma escola pública em Cambridge (Estados Unidos). Uma parcela dos alunos (64, inicialmente) passou a compor a Escola Cluster, onde alunos e professores encontravam-se semanalmente em uma "reunião de comunidade", ocasião para o debate das regras vigentes e da possibilidade de confirmá-las ou alterá-las, bem como para a avaliação ética de conflitos entre alunos ou entre alunos e professores. A experiência durou alguns anos e permitiu que Kohlberg e outros estudiosos acompanhassem a evolução dos alunos, principalmente em comparação com os demais, que haviam permanecido na escola principal.

Para refletir

Considerando a teoria de Kohlberg, quais seriam as dificuldades encontradas por crianças e jovens para alcançar os níveis mais altos de moralidade?

Pressupostos filosóficos

As teorias de Piaget e Kohlberg sofreram a influência de vários filósofos, mas está em Kant o fundamento do conceito de justiça que orienta as práticas educativas desses pensadores. Quando Kohlberg definiu o estágio 6, explicitou os princípios universais de justiça: igualdade de direitos humanos e respeito pela dignidade dos indivíduos. Também compreendeu a passagem de um estágio para outro como aprendizagem e, portanto, como aperfeiçoamento moral.

Em palestra proferida em Tóquio, Japão, em 1985, Kohlberg abordou os princípios que fundamentam a moral. Disse ele:

> A afirmação de Kant, do princípio básico do imperativo categórico "trate todo ser humano como um fim em si mesmo, não apenas como um meio", parecia extremamente fundamental. Respeito igual pela dignidade humana parecia-me ser a essência da justiça.
>
> KOHLBERG, Lawrence. Minha busca pessoal pela moralidade universal. In: BIAGGIO, Angela Maria Brasil. *Lawrence Kohlberg*: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002. p. 93. (Coleção Logos)

A ética kantiana, porém, baseia-se em uma concepção *monológica* da racionalidade, que é formalista, porque fundada na razão universal, abstrata. Kohlberg vai além de Kant com a concepção ética *dialógica*. De fato, vimos que para Kohlberg a maturidade moral é alcançada pelo diálogo, pela argumentação – pelo levantamento de razões que justifiquem a ação mais justa.

Por se tratar de uma teoria que tem por base a autonomia da razão – a sua herança kantiana –, a proposta de Kohlberg é conhecida por sua natureza cognitivista, por privilegiar a argumentação racional para justificar uma ação e condenar outra.

As tendências cognitivas de educação em valores sofreram críticas por parte daqueles que as consideram excessivamente racionalistas, além de buscarem uma duvidosa universalização dos princípios morais.

Filósofos da ética do discurso[1], como Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas, encontraram afinidades em Kohlberg e elogiaram suas pesquisas, mas discutiram as incongruências nas expectativas depositadas no sexto estágio.[2]

Imperativo categórico: segundo Kant, conceito do que é incondicionado, absoluto, voltado para a realização da ação tendo em vista o dever.

[1] Para mais informações sobre a ética do discurso, consultar o capítulo 16, "Teorias éticas: abordagem cronológica".

[2] A "Leitura complementar", com texto de Barbara Freitag, no presente capítulo, amplia o debate aqui esboçado.



O melhor de Calvin (1986), tirinha de Bill Watterson. O pai de Calvin não deveria lamentar o egocentrismo do filho, mas insistir em educá-lo para o equilíbrio de si e o convívio social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Outras tendências de educação moral[3]

Vejamos então algumas orientações que diferem daquelas privilegiadas neste capítulo.

a) Valores religiosos

A mais antiga educação em valores é a religiosa, que persiste ainda hoje em diversos meios. Baseia-se nas crenças em verdades reveladas, contidas em livros sagrados ou transmitidas oralmente.

À medida que as sociedades ocidentais se diversificaram, tornando-se mais abertas ao pluralismo e à laicização do pensamento, as normas religiosas perderam em amplitude por serem fundamentadas em valores absolutos. Mesmo aqueles que as seguem abrem-se para discussões a fim de conciliar certos preceitos às exigências contemporâneas.

b) Tendência sociológica

Em sua obra *A educação moral*, o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) propôs uma moral laica, independente dos valores religiosos. Para ele, educar é socializar a criança, ajudá-la a assumir os valores da comunidade a que pertence. Quando há conflitos, estes são entendidos como dificuldade de adaptação aos valores vigentes, o que revela a importância em adequar o comportamento aos papéis de cada um na sociedade.

Para evitar a crítica de que nesse caso a moral funciona de maneira heteronômica, Durkheim argumenta que, assim como nas ciências da natureza só conhecemos bem quando respeitamos as leis, também a autonomia moral pode ser livre, quando se compreende que as regras devem ser seguidas. Assim, o sujeito torna a norma exterior (heterônoma) em assentimento interior (autônoma).

c) Formação de hábitos virtuosos

Os princípios dessa tendência vieram da tradição grega, sobretudo por influência de Aristóteles, para quem educar moralmente é ensinar virtudes, construir hábitos e forjar o caráter.

O risco desse tipo de formação é ensinar virtudes às crianças de modo abstrato: "Seja justo", "Não minta", "Não se aproprie do que não é seu", "Não agrida", "Seja responsável e generoso", "Cumpra seus deveres". Essa prática enfatiza as tradições da cultura e deixa pouco espaço para que as regras sejam assumidas de modo autônomo. Além disso, a exterioridade da ação não reflete necessariamente um amadurecimento moral.

[3] Neste tópico sobre tendências diferentes da teoria kohlberguiana, adaptamos de modo sintético a obra de PUIG, Josep Maria. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998. p. 23-76.

De fato, duas crianças com o mesmo comportamento – por exemplo, que emprestam material para o colega – podem estar em níveis morais diferentes, como já percebera Kohlberg: uma age assim por já ser cooperativa, enquanto a outra apenas teme a reprimenda do professor ou deseja ser elogiada.

Outra crítica se deve ao fato de que a moral não é um livro de receitas de comportamentos "certos", já que muitas vezes nos encontramos em situações que exigem maturidade e elaboração racional e afetiva pessoal para resolver conflitos cuja solução não tem como ser prevista.

5 A construção da personalidade moral

Vimos que ninguém nasce moral, mas é pela educação que o indivíduo constitui sua personalidade moral. Por um processo de descentramento, o sujeito ético torna-se capaz de superar o narcisismo infantil e de mover-se na direção do outro, reconhecendo sua igual humanidade.

As dificuldades enfrentadas para educar moralmente crianças e jovens ou para instalar uma comunidade de entendimento e diálogo levam-nos a reconhecer que, na sociedade competitiva e individualista em que vivemos, trata-se de difícil desafio aspirar por valores como a justiça, assentados na reciprocidade e no compromisso pessoal.



TOPFOTO/AGBPHOTO LIBRARY/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DE BELAS ARTES, MULHOUSE

O professor do povo (1843), gravura de Joseph Scholz.

Por longo tempo, castigos físicos foram usados nas escolas para impor disciplina. A educação moral não resulta, porém, da imposição violenta, que leva à introjeção da norma pelo temor da punição. Fazer isso é manter a criança no nível pré-convencional. Ela precisa crescer para a autonomia, para aos poucos assumir as normas livremente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Kohlberg e o programa de educação moral

No texto a seguir, a socióloga Barbara Freitag (1941) expõe sua discordância em relação à teoria de Kohlberg, destacando as dificuldades de ser atingido o sexto estágio do desenvolvimento moral.

"Kohlberg procurou discutir com colegas os problemas emergidos no contexto da educação moral. Para explicar as resistências desse contexto com relação à educação moral, pôs em debate o que chamou de *hidden curriculum* (currículo oculto) e *moral atmosphere* (atmosfera moral).

O conceito de currículo oculto alude ao fato de que não existe um currículo específico para a educação moral, mas consciente ou inconscientemente, o professor educa segundo princípios morais nem sempre explicitados. Esses princípios implícitos no sistema escolar e transmitidos pelo contexto social mais amplo muitas vezes não são conscientizados pelo professor e traduzem-se em suas práticas educativas. Por trás do currículo oficial, regular, esconde-se, pois, um outro currículo ou programa social: o *hidden curriculum*.

Kohlberg não acreditava na possibilidade de desenvolver um currículo específico para a educação moral. Todas as formas de conduta, todos os temas, todos os relacionamentos dentro e fora da escola forneciam material para a reflexão moral. A educação moral não poderia, pois, ser realizada de forma direta, sem mediações. Mas isso não significava que ela não pudesse ser realizada de forma consciente, em pleno conhecimento de causa dos mecanismos psíquicos da construção da moralidade e das regras e práticas sociais e pedagógicas em uso no contexto escolar. Por isso, insistia na necessidade de treinar os professores e torná-los conscientes de sua influência sobre a formação geral dos seus alunos e sobre seu desenvolvimento moral. Em lugar de um currículo oculto não conscientizado, colocava sua teoria da moralidade como matriz de orientação do professor em sala de aula. [...] [Assim], os professores estariam em condições de usar qualquer aula (inclusive de matemática ou física) para ajudar a promover a passagem da consciência moral de um estágio inferior para um estágio mais elevado. A teoria psicológica da moral tomaria, pois, o lugar do currículo oculto. Como neste, a teoria não poderia ser mencionada em sala de aula, mas poderia servir como fio condutor para a prática de ensino do professor.

Com o termo atmosfera moral Kohlberg fazia referência ao clima social mais ou menos favorável para a realização com êxito de programas de educação moral. Assim, a educação moral do *kibutz* em Israel era mais propícia à educação moral segundo os preceitos da teoria de Kohlberg (incluindo os valores de liberdade, justiça e democracia) do que a atmosfera moral em um povoado tradicional na Turquia ou uma prisão nos Estados Unidos.

[...] [No entanto,] Kohlberg constata corretamente que a ausência dos estágios 5 e 6 em frações significativas de quase todas as sociedades não invalida sua teoria dos seis estágios, mas constitui a prova empírica de que existem, nessas sociedades, obstáculos que impedem o desenvolvimento pleno da consciência moral.

[...] Em suma, os programas de educação moral têm sua validade como programas pedagógicos. O equívoco ocorre quando eles são ativados em nome de objetivos extrapedagógicos (sociológicos ou psicológicos). A educação moral não pode, por si só, modificar as estruturas da escola e da sociedade. Ela tampouco tem condições de provar a validade empírica de uma teoria psicológica coerente. Mas a educação moral pode facilitar o alcance, no meio escolar, dos estágios da moralidade pós-convencional.

[...] Ao resgatar o conceito do indivíduo responsável por seus atos e moralmente consciente do que faz, [Kohlberg] não perde de vista a necessidade de compreender esses indivíduos em seus contextos sociais específicos.

[...] Os problemas teóricos e práticos associados a esses esforços mostram que a pesquisa psicológica e sociológica da moralidade ainda não dá conta (satisfatoriamente) da complexa relação entre indivíduo e sociedade."

FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona*: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992. p. 219-228.

Questões

1. Identifique as providências tomadas por Kohlberg com relação ao *currículo oculto* de professores como um dos empecilhos para se atingir o sexto estágio do nível pós-convencional, importante expectativa para a educação moral de jovens.
2. O que Kohlberg entendia por *atmosfera moral*?
3. Justifique sob que aspectos Barbara Freitag concorda com os programas de educação moral de Kohlberg e admite sua validade pedagógica, mas reconhece o equívoco de assumir objetivos extrapedagógicos.
4. Observe a atmosfera moral em setores da comunidade onde você vive e identifique possíveis empecilhos para atingir o nível pós-convencional.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Faça um fichamento identificando a *evolução da moral* em cada um dos quatro estágios indicados por Piaget sobre o desenvolvimento mental da criança.
2. Kohlberg foi seguidor de Piaget, mas rejeitou o paralelismo entre o desenvolvimento do pensamento lógico e o amadurecimento moral. Explique por quê.
3. Embora se trate de prática costumeira, qual é o risco, segundo Kohlberg, do ensino de moral de acordo com a formação de hábitos virtuosos?
4. Explique por que a desobediência civil não consiste na transgressão da norma por um indivíduo solitário.

Aplicando os conceitos

5. Leia a citação de Barbara Freitag e responda às questões.

> Os gregos diferenciavam, como sabemos, entre dois conceitos distintos de tempo: *kronos* e *kairós*. O primeiro conceito refere-se à passagem contínua do tempo (daí, "cronologia") e o segundo conceito refere-se ao momento certo, maduro, para certos eventos. Há, também, no caso da psicogênese infantil, momentos certos (*kairós*) para promover o pensamento lógico, a moralidade autônoma e a competência linguística. Sociedades que se omitem e não fornecem as condições materiais e sociais adequadas para as novas gerações nos momentos certos perdem a oportunidade de criar cidadãos maduros, capazes de assumir com responsabilidade e autonomia suas funções na sociedade.
>
> FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona*: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992. p. 283.

a) Por que, segundo Piaget e Kohlberg, o desenvolvimento do pensamento lógico e da moralidade não diz respeito apenas a uma evolução mecânica do psiquismo infantil?

b) Analisando as teorias de Piaget e Kohlberg, em que sentido podemos destacar o conceito de *kairós* na educação moral?

c) O conceito de *kairós* nos coloca diante da questão política que envolve a intenção de educar moralmente as crianças. Explique por quê.

6. Com base na seguinte citação de Montesquieu, filósofo do século XVIII, identifique os três níveis de moralidade segundo Kohlberg.

> Se eu soubesse de algo que fosse útil a mim, mas prejudicial à minha família, eu o rejeitaria de meu espírito. Se soubesse de algo útil à minha família, mas não à minha pátria, procuraria esquecê-lo. Se soubesse de algo útil à minha pátria, mas prejudicial à Europa, ou então útil à Europa, mas prejudicial ao gênero humano, consideraria isso como um crime.
>
> MONTESQUIEU. Mes pensées. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1958. p. 981. v. 1. (Tradução nossa)

7. A foto reproduzida abaixo representa a recusa de Rosa Parks, símbolo do combate ao racismo nos Estados Unidos, de ceder seu assento em um ônibus da cidade de Montgomery a um cidadão branco. A atitude de Rosa completou 60 anos em dezembro de 2015 e pode ser interpretada como um ato de desobediência civil, pois, ao contrariar leis de segregação racial, visava garantir os direitos civis da parcela negra da população. De acordo com as leis que regiam Montgomery, um cidadão negro que usasse o transporte coletivo poderia se sentar apenas nos últimos bancos e, caso houvesse algum cidadão branco em pé, deveria ceder seu assento. Na época, Rosa foi condenada, presa e multada por sua postura, que hoje é exemplo da luta em defesa da igualdade. Com base nisso, responda às questões abaixo.



UNDERWOOD ARCHIVES/GETTY IMAGES

Rosa Parks em ônibus na cidade de Montgomery (Estados Unidos), 1956.

a) Se considerarmos os níveis da teoria de Kohlberg, em que estágio se encontra a atitude de Rosa Parks?

b) Por que Rosa Parks pode ser considerada exemplo de educadora moral?

Pesquisa e debate

8. Como educar as novas gerações?

O trabalho deverá ser feito em três etapas.

- Em grupo, entrevistar pessoas de diversas faixas etárias, propondo-lhes a questão acima (além da resposta, anotar idade, estado civil, profissão e escolarização do entrevistado).
- Com base nas anotações, analisar os dados recolhidos e fazer uma comparação com os conceitos aprendidos no capítulo, inclusive na "Leitura complementar", e elaborar um relatório.
- O relatório de cada grupo será exposto à classe e servirá de base para uma discussão geral.

Dissertação

9. Faça uma dissertação com base nos conceitos estudados neste capítulo e no anterior, elaborando seu ponto de vista sobre um dos seguintes ditados populares:

"Primeiro o estômago, depois a moral."

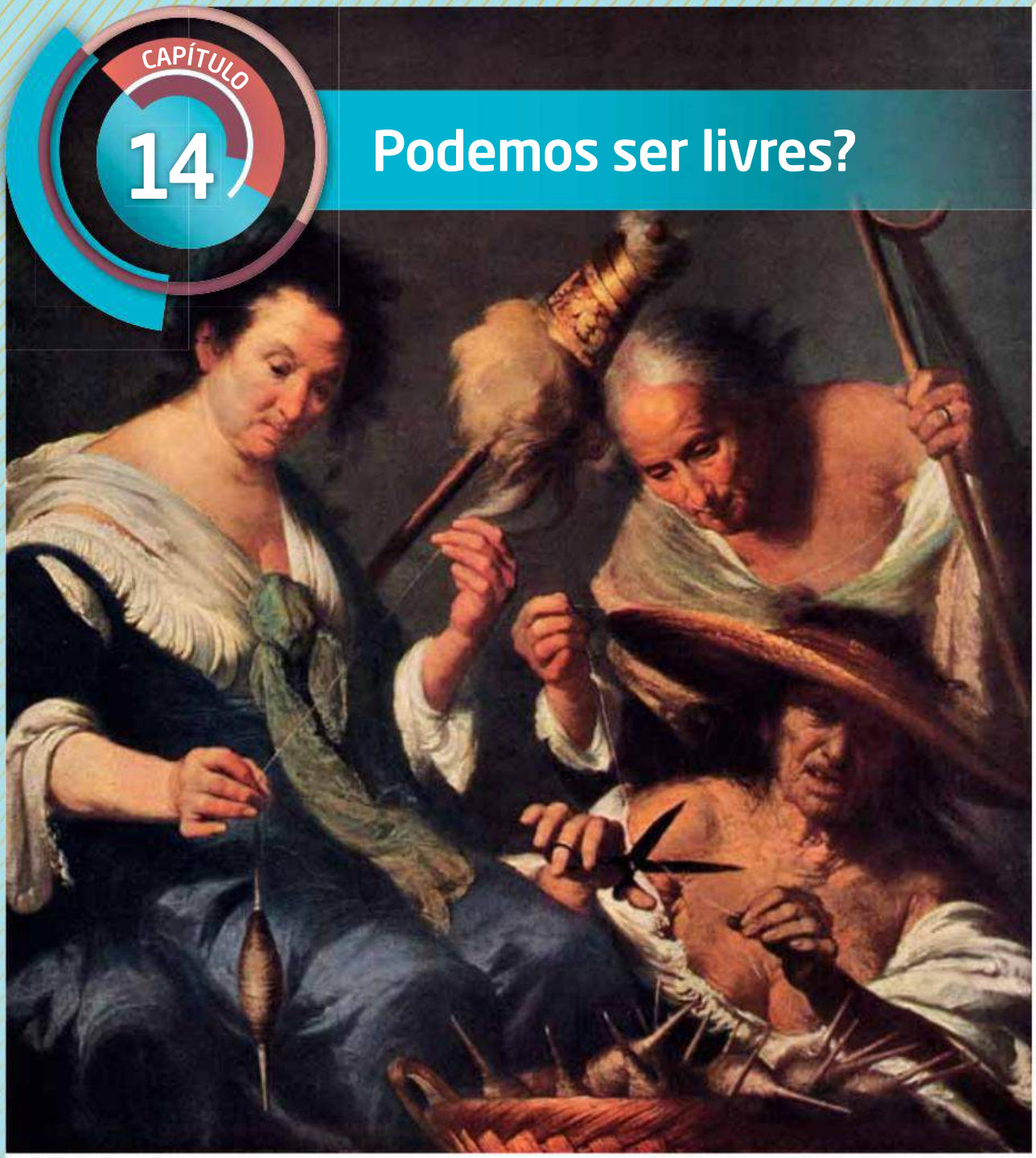
"Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão."

"A ocasião faz o ladrão."

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 14

Podemos ser livres?



BERNARDO STROZZI – COLEÇÃO BONOMI, MILÃO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As três Parcas (século XVII), pintura de Bernardo Strozzi.

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender os conceitos históricos de liberdade, distinguir livre-arbítrio e determinismo, identificar as influências do positivismo na literatura e nas ciências, compreender o conceito de liberdade em Espinosa, caracterizar facticidade e transcendência, compreender o sentido fenomenológico de liberdade, caracterizar o conceito de liberdade para Sartre.
Ao longo do estudo, podem-se destacar alguns termos: mito, tragédia, liberdade incondicional, livre-arbítrio, determinismo, positivismo, panteísmo, autodeterminação, *conatus*, facticidade, transcendência, existencialismo, angústia e má-fé.

Essa tela do pintor barroco italiano Bernardo Strozzi representa o mito das Parcas, divindades que na Grécia antiga eram designadas Moiras (*moîra*, do grego, significa "destino"). De acordo com o mito, as decisões de Zeus sobre a vida dos homens são informadas às três irmãs.

Na pintura, as Parcas desempenham suas funções. Cloto (termo que significa "aquela que fia") tece em seu fuso os fios dos destinos humanos, medidos pela haste de Láquesis (ou seja, "sorte") e, em seguida, cortados impiedosamente pela tesoura da mais terrível entre as irmãs, Átropos (ou seja, "inflexível"). Nesse mito, está implícita a ideia de que a ação humana depende dos desígnios divinos.

Podemos dizer que muito do mito sobre essas divindades ainda permanece no imaginário das pessoas que admitem a impotência diante da força do destino, da fatalidade.

Sabemos que há pessoas que acreditam em destino, como se sua vida já fosse traçada de antemão, independentemente dos esforços que empreendem para conduzi-la. Retome alguns conceitos vistos nos capítulos anteriores desta unidade, como reflexão, autonomia, desejo, vontade, caráter histórico e social da moral, dilemas morais etc. Pode ser oportuno estimular uma primeira reflexão sobre a liberdade humana, levantando circunstâncias que nos são impostas e outras em que podemos realmente fazer escolhas.

1 Mito, tragédia e filosofia

Antes do surgimento da filosofia na Grécia antiga, predominava a consciência mítica.[1] Com base nos poemas atribuídos a Homero e a Hesíodo, os mitos eram transmitidos oralmente e relatavam as ações dos heróis, orgulhosos de serem escolhidos por certos deuses, que os faziam seus protegidos, defendendo-os da ação malévola de outras divindades.

Uma das características da consciência mítica é a aceitação do destino imposto pelos deuses e a dependência de seus favores ou punições. Em consequência, falta ao herói a dimensão de subjetividade que caracteriza o ato livre e autônomo, o que não permite falar propriamente em comportamento ético.

Aqui, no entanto, apresentamos um lapso intermediário caracterizado pela *consciência trágica*, momento em que o mito não foi totalmente superado e a consciência filosófica ainda não se firmou. O conteúdo das peças teatrais era retirado dos mitos, mas há algo novo no tratamento dado pelos autores – sobretudo Sófocles – ao relatar as façanhas dos heróis.

Para saber mais

A tragédia grega floresceu por curto período no século V a.C., com Ésquilo (c. 525-456 a.C.), Sófocles (c. 496-406 a.C.) e Eurípedes (c. 480-406 a.C.). No teatro, as máscaras expressavam emoções fortes de alegria, tristeza, pavor. Havia também as máscaras femininas, usadas por homens, porque as mulheres não podiam atuar na cena grega.

Um exemplo: *Édipo rei*

Na tragédia *Édipo rei*, de Sófocles, conta-se que Laio, senhor de Tebas, soube pelo oráculo que seu filho recém-nascido haveria de assassiná-lo para em seguida casar-se com a própria mãe. Laio antecipa-se ao destino e manda matar o filho; no entanto, suas ordens não são cumpridas e a criança cresce em lugar distante. Quando adulto, Édipo consulta o oráculo e, ao tomar conhecimento do destino que lhe fora reservado, foge da casa que supunha ser de seus pais a fim de evitar o cumprimento da sina.

No caminho desentende-se com um estranho e o mata. Mas esse desconhecido era, na verdade, seu pai. Entrando em Tebas, Édipo casa-se com Jocasta, viúva de Laio, ignorando ser ela sua mãe.

Embora o enredo da história tenha sido tomado do mito, as figuras lendárias apresentam-se com a face humanizada, agitam-se e questionam o destino. A todo momento emerge a força nova da vontade que se recusa a sucumbir aos desígnios divinos e tenta transcender o que lhe é dado por meio de um ato de liberdade.

Apesar de no final vencer a irracionalidade, Édipo não foi um ser passivo. A tragédia consiste justamente em revelar a contradição entre determinismo e liberdade, na luta contra o destino levada a cabo pela pessoa que emerge como ser de vontade. Quando no final Édipo se cega, diz:

> Foi o deus Apolo que me quis submeter a esta amargura! Porém a mão que golpeou meus olhos não foi a de ninguém, senão a minha: que mais pudera eu desejar ver, se a vista só me dava desprazer?
>
> SÓFOCLES. *Édipo rei*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 82. (Coleção Teatro Vivo)

A tentativa de reflexão, de autoconhecimento e de desejo de autonomia retrata o logos nascente. Daí em diante a filosofia representará o esforço da razão em *compreender o mundo* e *orientar a ação*.

2 Liberdade incondicional e livre-arbítrio

Afinal, somos livres ou determinados? Quando nos referimos ao conceito de liberdade, podemos fazê-lo com base em diversas perspectivas. Há os que descreem da possibilidade de escolha livre, enquanto para outros liberdade é poder pensar e agir por si próprio, sem nenhum constrangimento.

Na maior parte da tradição filosófica, a liberdade humana é admitida como absoluta, ou seja, temos a escolha de agir de um modo ou de outro, independentemente das forças que nos constrangem. Essa tendência adquiriu nuanças diferentes conforme a época, como veremos.

Liberdade incondicional

A concepção de liberdade remonta a Sócrates, que imprimiu uma orientação racionalista à ética. Para ele, a prática de virtudes como a justiça, a fortaleza, a temperança e a prudência depende do conhecimento que delas temos: agimos bem quando as conhecemos e mal quando as ignoramos. Desse modo, alguém é corajoso quando a razão o orienta a enfrentar os desafios e a não se acovardar. A posição intelectualista de Sócrates é criticada por ter desconsiderado a vontade humana como elemento capaz de contrariar a disposição racional para o bem.

Virtude: do ponto de vista físico, tem virtude quem é corajoso, valoroso; moralmente, é a força da alma que tende para o bem.

[1] Consultar o capítulo 2, "As origens da filosofia".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na ética de Aristóteles, tanto a virtude como o vício dependem da vontade do indivíduo. Trata-se do conceito de *liberdade incondicional*, pela qual podemos agir de uma maneira ou de outra, independentemente das forças que nos constrangem. Sobre essas forças, ao examinar as paixões humanas, Aristóteles define-as como apetites (a cólera, o medo, a audácia, a inveja, a alegria, o desejo) e, por isso, não dependem de nossa escolha. Mas a virtude, contrariamente às paixões humanas, é uma disposição de caráter relacionada à escolha racional própria do homem dotado de sabedoria prática.

É bem verdade que, na Grécia antiga, a liberdade era exercida no espaço da pólis, na qual os cidadãos construíam a política. Portanto, livre era o homem da praça pública, disponível para compartilhar entre iguais as ações e os discursos e liberado das obrigações cotidianas da vida.

A família, ao contrário, achava-se mergulhada nas exigências de sua preservação por pertencer ao "espaço da necessidade". Na vida privada, portanto, não havia liberdade, mas submissão ao chefe de família, que exercia um poder de vida ou morte sobre mulheres, crianças e escravos.

Para saber mais

Hoje usamos o termo "déspota" para designar o governante que exerce o poder à revelia das leis, o tirano. Na Grécia antiga, porém, *despótes* era a denominação dada ao chefe de família devido ao seu poder absoluto.

Livre-arbítrio

A noção de liberdade "interior", relacionada ao próprio eu e não mais vinculada apenas ao espaço público, só apareceu como discussão teórica com os primeiros teólogos cristãos. Agostinho de Tagaste (354-430) – ou Santo Agostinho, bispo de Hipona (África) – foi o primeiro a usar o conceito de livre-arbítrio, como faculdade da razão e da vontade, em sua obra *De libero arbitrio voluntatis* (Sobre a livre escolha da vontade).

No sentido ético, livre-arbítrio significa *liberdade de indiferença*, por meio da qual o sujeito age pela força de sua vontade, independentemente dos constrangimentos que sofre. Em seu livro *Confissões*, Agostinho relata a luta interna que culminou com sua conversão ao cristianismo, depois de ter levado uma vida por ele considerada dissoluta. A vivência dos conflitos de uma consciência atormentada pela noção do pecado o fez exaltar o poder da vontade: se a razão conhece, é a vontade que decide e escolhe. Como cristão, realçou a graça divina como auxílio imprescindível para escolher o bem e rejeitar o mal.

A noção de livre-arbítrio permaneceu na história, após ter se fortalecido na tradição cristã medieval. Na Idade Moderna, em uma das máximas da sua moral provisória, Descartes defende que o ser humano deve sempre procurar o domínio de si. Mesmo que as paixões possam ser boas em si, a força delas está em iludir a alma com razões enganosas e inadequadas. Portanto, o intelecto tem prioridade sobre as paixões, para que possamos controlá-las. Do mesmo modo, Leibniz e Kant, embora de maneiras diferentes, reafirmaram a faculdade do indivíduo de se autodeterminar com base apenas em sua consciência.

3 Determinismo positivista

A posição do determinismo contraria o conceito de livre-arbítrio. De acordo com o determinismo científico, tudo o que existe tem uma causa. O conhecimento das causas garante a validade das leis científicas, que se sustentam pela forte probabilidade de certas causas produzirem sempre os mesmos efeitos. Por exemplo, uma barra de ferro se dilata com o aquecimento: a dilatação é um efeito inevitável, que não pode deixar de ocorrer. Além da formulação de leis e teorias, o determinismo da natureza permite o avanço tecnológico.

De início o determinismo foi aceito como conceito básico para estabelecer o método rigoroso das ciências da natureza, mas logo passou a ser referência para a compreensão dos fenômenos humanos.

Para o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), principal expoente da teoria positivista, o espírito humano teria passado por três estágios: teológico, metafísico e positivo. O último estágio é considerado superior por denotar a fase de maturidade intelectual da humanidade, ao alcançar o conhecimento científico.

O termo *positivo* significa, para Comte, o conhecimento comprovado pela experiência e capaz de enunciar leis universais. Portanto, para tornar-se positiva, a ciência sociológica deveria instrumentalizar-se como método das ciências experimentais.

Comte apenas estabeleceu parâmetros para a nova sociologia, indicando a necessidade de serem examinados cientificamente os fundamentos da inteligência e da moral. Admitia, também, que o estudo das paixões ajudaria a evitar as turbulências que sempre perturbaram as ações humanas.

Para Hippolyte Taine (1828-1893), discípulo de Comte, toda vida humana social depende de três fatores: raça, meio e momento histórico. Portanto, o ato humano não é livre, mas causado por esses fatores, dos quais não pode escapar. Se nossos atos são motivados, sem que conheçamos o que nos mobiliza a agir, a liberdade humana não passaria de ilusão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Influências do positivismo

A concepção determinista do comportamento humano refletiu-se em diversos campos, como na literatura e na psicologia.

A literatura do século XIX privilegiou a estética naturalista, responsável por inúmeros exemplos de comportamentos humanos como decorrentes de fatores determinantes. O romancista francês Émile Zola (1840-1902) afirmava que o romance experimental era uma consequência da evolução científica, cabendo-lhe continuar e completar a fisiologia. Em suas obras apresenta o ser humano natural, submetido às leis físico-químicas e determinado pelas influências do meio.

Os métodos das ciências humanas que então se constituíam tentaram igualmente acompanhar o modelo das ciências da natureza. Herdeira do positivismo, a psicologia comportamentalista estadunidense reforçou a visão determinista ao admitir que o ser humano apenas tem a ilusão de ser livre, porque, na verdade, desconhece as causas que atuam sobre ele.

Um dos principais representantes do pensamento positivista foi o psicólogo estadunidense Burrhus Skinner. Além de obras científicas, baseadas em experimentos com animais, escreveu *Walden II*, uma utopia em que todos os atos humanos seriam cientificamente planejados e controlados. Assim diz Frazier, um dos protagonistas desse romance:

> Num certo sentido, o comportamento em *Walden II* é predeterminado, mas não como se fosse uma colmeia. A inteligência, não importa quanto seja modelada e ampliada por nosso sistema educacional, ainda funcionará como inteligência. Será usada para descobrir soluções para problemas, aos quais uma colmeia rapidamente sucumbiria. O que o plano faz é manter a inteligência no caminho certo, antes para o bem da sociedade do que para o indivíduo inteligente. [...]
>
> Eu nego que liberdade sequer exista. Devo negá-lo, ou meu programa seria absurdo. Não se pode ter uma ciência sobre um assunto que salte caprichosamente. Talvez não possamos nunca provar que o homem não é livre; é uma suposição. Mas o sucesso crescente de uma ciência do comportamento torna isso cada vez mais plausível.
>
> SKINNER, Burrhus. *Walden II*: uma sociedade do futuro. São Paulo: EPU, 1975. p. 252-255.

A consequência do positivismo para as ciências humanas foi, entre outras, a convicção de que não existe liberdade humana ou, no melhor dos casos, de que não faz sentido discutir esses assuntos por serem metafísicos.[2]

[2] Consultar o capítulo 26, "O nascimento das ciências humanas".



ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK – SALÃO DE ARTE, HAMBURGO

Essa tela impressionista de Édouard Manet foi recusada no Salão Oficial de Paris (1877) por retratar uma prostituta de luxo em trajes íntimos sendo observada por seu amante. A personagem representada é Naná, de um livro homônimo de Émile Zola, no qual o escritor descreve a vida de uma atriz sem importância do teatro de variedades no final do século XIX, mas que, pela beleza e sedução, extorque os bens de seus amantes. Ao mesmo tempo, Zola expõe o desregramento e a hipocrisia da sociedade.

No enfoque naturalista do escritor, a origem pobre e humilde da protagonista explicaria a frieza e o cálculo com que ela envolve os homens em sua teia. Ao mesmo tempo, percebemos nessa literatura a mudança na concepção da "heroína" do romance, que, de mulher frágil e dependente, surge como a "destruidora de lares". Seria preciso esperar muito ainda para que a figura feminina fosse vista além desses dois polos excessivamente simplificadores.

Naná (1877), pintura de Édouard Manet.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 A liberdade em Espinosa

Na sequência, vamos examinar outras concepções que deslocaram o questionamento ao admitir que não interessa saber se somos livres ou não, mas como, baseando-se em determinantes – e por meio deles –, podemos exercer a liberdade.

Voltemos o pensamento para o século XVII, mais especificamente para o filósofo holandês Baruch Espinosa, autor de uma teoria original, considerada determinista por muitos e, portanto, negadora da liberdade. As consequências que de fato ele extrai da sua teoria seguem, contudo, no sentido inverso, em direção a uma concepção inovadora da relação corpo-alma e de uma ética da alegria e da liberdade, como aborda o próximo capítulo.

Espinosa rejeita a concepção tradicional da liberdade como livre-arbítrio. Recusa-se, também, a desvalorizar as paixões, desde sempre subordinadas à razão. Para compreender essa mudança, é preciso examinar o que Espinosa entende por natureza de Deus e do homem.

Espinosa panteísta?

Para Espinosa, Deus não é um ser transcendente – separado de sua criação –, como tradicionalmente é aceito, mas Substância que constitui o Universo inteiro e não se separa daquilo que produziu: todas as coisas são *modos* da Substância infinita. Por isso, Deus é causa imanente de seus modos, entre os quais o ser humano. Daí a conhecida expressão latina *Deus sive Natura* (Deus ou Natureza). Essa concepção costuma ser chamada de ***panteísmo***.

Espinosa afirma, além da existência necessária de Deus, que tudo o que pode seguir-se da natureza divina (seus modos, por exemplo) deve ocorrer necessariamente. Em outro momento, define as ações livres como aquelas que são determinadas apenas pela sua própria natureza. Portanto, para o filósofo os conceitos de determinismo e de liberdade não são incompatíveis.

Transcendente: na teologia, significa que Deus é separado do mundo que criou e é superior a ele.

Imanente: na teologia, significa que Deus faz parte do mundo, não é exterior à natureza.

A liberdade espinosana

Espinosa não nega a causalidade interna (o determinismo); antes, a considera *adequada* para que o ser humano atinja sua essência. Então, em que sentido ele poderia defender a liberdade como autodeterminação? Para explicar esse processo, Espinosa afirma que todos os seres, em decorrência de sua ligação com os atributos divinos, têm uma potência natural de autoconservação, chamada de *conatus*, uma tendência natural e espontânea para se conservar. Assim diz Espinosa:

> Toda coisa se esforça, enquanto está em si, por perseverar no seu ser.
>
> ESPINOSA. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 188. (Coleção Os Pensadores)

Como é natural que todo ser vise "perseverar no seu ser", isso significa que queremos existir *de acordo com a natureza*, e não contra ela. É o conhecimento racional que nos permite distinguir os *desejos verdadeiros* – próprios da nossa natureza – daqueles que nos afastam dela. Apenas se tivermos um *conhecimento adequado* de nós mesmos poderemos nos tornar livres.

Já os falsos desejos decorrem de um *conhecimento inadequado*, por serem estimulados exteriormente e se constituírem fonte de fantasias e ilusões. Os afetos que nos escravizam são aqueles que nos tornam "estranhos a nós mesmos", e dessa maneira impedem a expressão plena de nossa natureza.

Quando a potência de existir – que é o desejo – se realiza conforme nossa natureza, sentimos *alegria*; em contrapartida, se essa natureza é contrariada, sentimos *tristeza*. Alegria e tristeza são paixões, dimensões de nossa afetividade. No caso da tristeza, quando nos orientamos por valores exteriores a nós mesmos, nos tornamos heterônomos, isto é, nossa ação não é comandada por nós mesmos, mas por outros. Ao contrário, a realização do desejo que atende a uma necessidade positiva nos permite agir para realizar nosso ser, o que nos traz alegria e libertação, porque aumenta nossa potência de ser.

Etimologia

Panteísmo. Do grego *pan*, "tudo", e *théos*, "Deus"; "tudo é Deus". Segundo alguns intérpretes, Espinosa seria ateu, porque, ao "dissolver" Deus no mundo, acaba por negá-lo.
Conatus. De origem latina, significa "esforço" físico ou moral; "empenho"; "inclinação".

Para refletir

Quando somos obrigados a realizar um trabalho que não escolhemos, quando sofremos sob um governo autoritário que nos obriga a agir e a pensar de modo diferente do que gostaríamos, quando sucumbimos aos apelos consumistas, sentimos a "diminuição do nosso ser". Como Espinosa explicaria esses fatos?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Alain: uma perspectiva racionalista

O filósofo francês Alain – pseudônimo de Émile-Auguste Chartier (1868-1951) – faz parte do racionalismo francês, herdeiro de Descartes, Kant e também de Espinosa.

Vejamos as respostas orientadas pela perspectiva racionalista, que privilegia a consciência moral como capacidade intelectual do conhecimento. Conforme essa visão, não há como negar que o ser humano sofre influências da cultura por ele herdada, do tempo e do espaço em que vive. No entanto, por ser consciente, é capaz de conhecer esses condicionamentos. Com base na consciência das causas (e não à revelia delas), é possível construir um projeto de ação. Portanto, encontramos a liberdade no poder de transformação sobre a natureza do mundo e sobre a própria natureza humana.

Como exemplo da relação determinismo × liberdade, Alain conta que, quando era criança, acreditava que os barcos navegavam de acordo com a direção do vento:

> Se você alguma vez já observou um barco de pesca, quando navega contra o vento, suas voltas, seus enganos, seus zigue-zagues, você bem sabe o que é querer. Pois esse oceano nada quer de nós, nem mal nem bem; não é inimigo nem amigo. Se todos os homens morressem, se toda vida se extinguisse, ele continuaria a se agitar; e esse mesmo vento sopraria segundo o Sol. [...] E, do mesmo modo, a prancha sobe e desce segundo a densidade, de acordo com essa lei invariável que faz com que cada gota d'água seja levada pelas outras. E se estendo uma vela ao vento, o vento a empurra, como a marola se abre ao corte da quilha e resiste à ultrapassagem. Após o que, tudo isso observado, o homem se arrisca, orienta sua vela pelo mastro, vergas e cordames, apoia seu leme na onda corrente, corta caminho com sua marcha oblíqua, vira e recomeça. Avançando contra o vento pela própria força do vento.
>
> ALAIN. Discursos livres. In: VERGEZ, André; HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1970. p. 395.

Portanto, a causalidade não é ignorada, mas introduz-se uma outra causa – a consciência do determinismo –, que transforma o sujeito em ser atuante, e não simples efeito passivo das causas que agem sobre ele. A ação livre concretiza-se no trabalho do indivíduo como ser consciente e prático.

6 Fenomenologia: a liberdade situada

No século XX, diversos filósofos da corrente fenomenológica abordaram o tema da liberdade. Para eles, a discussão sobre liberdade não se completa no plano de uma liberdade abstrata nem conforme uma concepção racionalista, que privilegie apenas o trabalho da consciência. Os fenomenólogos consideram a liberdade do sujeito encarnado, situado e capaz de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo.

Na linguagem da fenomenologia, os dois polos – *determinismo* e *liberdade* – são traduzidos como *facticidade* (ou imanência) e *transcendência*. Esses polos são antitéticos, ou seja, contraditórios, mas estão indissoluvelmente ligados.

Facticidade

A *facticidade* é a dimensão de "coisa" que todo ser humano tem; é o conjunto das suas determinações. Na facticidade, encontramo-nos no mundo com um corpo, com determinadas características psicológicas, pertencentes a uma família, a um grupo social, situados em um tempo e espaço não escolhidos.

Transcendência

A *transcendência* é a dimensão pela qual o ser humano executa o movimento de ir além dessas determinações, não para negá-las, mas para lhes dar um sentido. É a dimensão da liberdade, já que não estamos no mundo como as coisas estão.

Merleau-Ponty: o mundo percebido

A fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty relaciona a liberdade à compreensão do corpo, entendido como condição de nossa experiência no mundo. Para ele, meu corpo não é um objeto no mundo, mas é por meio dele que o mundo existe para mim. Por isso, o corpo não é uma coisa que está no espaço e no tempo, porque ele "*habita* o espaço e o tempo".

Merleau-Ponty desfez a ideia tradicional de que de um lado existe o mundo dos objetos, do corpo, da pura facticidade e, de outro, o mundo da consciência e da subjetividade, da transcendência. O que ele pretende é compreender melhor as relações entre a consciência e a natureza, entre o interior e o exterior:

> A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece.
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 6.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A realidade não surge da mesma maneira à percepção das pessoas, mas se dá com a vivência de cada um; não aparece por meio de uma consciência explícita, mas por um modo de existir e de dar sentido ao mundo.

De que modo essas questões se relacionam com a liberdade, entendida como um plano de ação de transformação da realidade vivida? Em *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty dá o exemplo de um operário que toma consciência da exploração a que sua classe está submetida e que se engaja na revolução.

Essa consciência não brota de um esforço intelectual de conhecimento. Antes de ter clareza da situação, a adesão ao movimento operário amadurece na coexistência com o outro, que compartilha das mesmas dificuldades de sobrevivência, do mesmo medo do desemprego, dos mesmos sonhos abortados. Enquanto para alguns essa situação aparece como uma fatalidade a que não teriam meios de se opor, outros reagem diante dos fatos, pelas reivindicações, pelas greves, por eventuais conquistas.

A crítica feita às interpretações tradicionais está, portanto, no fato de que elas desconsideram o projeto existencial. A liberdade só se realiza se formos capazes de assumir nossa situação natural e social.

Quem é?

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo francês, deu contornos originais à fenomenologia de Edmund Husserl. Deve-se a ele a primeira reflexão mais densa sobre o corpo vivido, em oposição à clássica divisão entre sujeito e objeto. Escreveu *Humanismo e terror*, *A estrutura do comportamento*, *Fenomenologia da percepção*, *As aventuras da dialética*, *O visível e o invisível*, entre outras obras.



TOP FOTO/KEYSTONE BRASIL

Maurice Merleau-Ponty. Foto da década de 1950.



ZUMA PRESS/EASYPIX BRASIL

Cena do filme *As sufragistas* (2015), de Sarah Gavron. A liberdade é construída na relação com os que enfrentam os mesmos problemas e dificuldades. O filme trata da luta travada por britânicas que, desafiando o poder hegemônico masculino, saíram às ruas para reivindicar o direito ao voto, no início do século XX.

Sartre e o existencialismo

Jean-Paul Sartre (1905-1980) escreveu *O ser e o nada*, sua principal obra filosófica, em 1943. Sofreu forte influência da fenomenologia de Husserl e da filosofia de Heidegger. Sua teoria gerou, inclusive, uma "moda existencialista", também pelo fato de ter se tornado famoso romancista e teatrólogo. A produção intelectual sartriana foi marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela ocupação nazista da França.

Podemos dizer que há um Sartre de antes da guerra e outro do pós-guerra, tão grande o impacto que a Resistência Francesa exerceu sobre sua concepção política de engajamento. *Engajamento* significa a necessidade de se voltar para a análise da situação concreta, como responsável pelas mudanças sociais e políticas de seu tempo. Pelo engajamento, a liberdade deixa de ser apenas imaginária, porque o indivíduo compromete-se na ação.

O envolvimento com a política do seu tempo também repercutiu na discussão da moral do sujeito concreto. Por isso, para Sartre, não é possível prever o conteúdo da moral, mas apenas indagar se o que fazemos é ou não em nome da liberdade.

A existência precede a essência

De acordo com as concepções tradicionais, o ser humano possui uma essência, uma natureza humana universal, do mesmo modo que todas as coisas têm igualmente uma essência. Por exemplo, a essência de uma mesa é o ser mesmo da mesa, aquilo que faz que ela seja mesa, e não cadeira. Não importa que a mesa seja de madeira, fórmica ou vidro, que seja grande ou pequena, mas que tenha as características que nos permitam usá-la como mesa.

Não é essa, no entanto, a posição de Sartre. Para ele, no caso do ser humano, *a existência precede a essência*, ao contrário do que ocorre com as coisas e os animais. O que isso significa? Assim diz Sartre:

> [...] o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo.
>
> SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 216.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É a consciência autorreflexiva que distingue o ser humano de coisas e animais. Estes são em-si, por terem essência. Ao contrário, o ser humano existe (*ex-siste*), é para-si, no sentido de que sua consciência pensa sobre si mesma. É por meio do poder de se autoexaminar que o ser humano constrói seu projeto de vida.

O que acontece ao indivíduo quando se percebe para-si, aberto à possibilidade de construir ele próprio sua existência? Descobre que não há essência ou modelo para orientar seu caminho e que o futuro encontra-se disponível e aberto; portanto, está irremediavelmente "condenado a ser livre". Sartre cita uma conhecida frase do escritor russo Fiodor Dostoievski em *Os irmãos Karamazov*: "Se Deus não existe, então tudo é permitido", para lembrar que os valores não são dados nem por Deus nem pela tradição – só ao próprio indivíduo cabe inventá-los.

Angústia e má-fé

Eis que, ao experimentar a liberdade e ao sentir a consciência como que vazia – a consciência é nada –, o indivíduo vive a angústia da escolha. Muitas pessoas não suportam essa angústia, fogem dela, aninhando-se na *má-fé*.

A má-fé é a atitude característica de quem finge escolher, sem na verdade escolher; é um "autoengano" daquele que imagina que seu destino já está traçado e "mente" para si mesmo simulando ser ele próprio o autor dos seus atos, já que aceitou sem críticas os valores dados. Não se trata de uma mentira propriamente, pois esta supõe outros para quem mentimos; na má-fé, porém, o indivíduo está diante apenas de si mesmo e evita fazer uma escolha pela qual deva se responsabilizar.

Aquele que não assume a liberdade torna-se desonesto, desprezível, pois nesse processo nega a dimensão do para-si e torna-se em-si, semelhante às coisas. Perde a transcendência, que lhe daria autenticidade, e reduz-se à facticidade. Sartre chama de *espírito de seriedade* esse comportamento de recusa da liberdade para viver o conformismo e a "respeitabilidade" da ordem estabelecida e da tradição. Esse processo é exemplificado no conto *A infância de um chefe*.

Etimologia

Existir. Do latim *exsistere*, que no sentido primitivo é "elevar-se para fora de".
Projeto. Do latim *projectus*, "lançado para a frente"; o prefixo "pro" indica "diante de".

Liberdade e responsabilidade

Seria um engano supor que Sartre defende o individualismo, cada um preocupando-se com a própria liberdade e ação. Contra esse mal-entendido, adverte:

> Mas, se verdadeiramente a existência precede a essência, o homem é responsável por aquilo que é. Assim, o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo o homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência. E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] Se a existência, por outro lado, precede a essência e se quisermos existir, ao mesmo tempo que construímos a nossa imagem, esta imagem é válida para todos e para toda a nossa época. Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade.
>
> Idem, ibidem. p. 218-219.

Para alguns autores, vários problemas decorreram do pensamento sartriano, desencadeados pela consciência capaz de criar valores e, ao mesmo tempo, de se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Sartre colocou-se nos limites da ambiguidade, pois, se por um lado a realização humana e da sua liberdade exige o comportamento moral, por outro, a moral é impossível, visto que os princípios não podem ser os mesmos para todos os homens.



STUDIO LIPNITZKI/ROGER-VIOLLET/GLOW IMAGES

Encenação da peça *Huis clos*, de Jean-Paul Sartre, em Paris. Foto de 1946.

A peça de teatro *Entre quatro paredes* – em francês, *Huis clos*, que significa algo como "à porta fechada", "sem saída" – representa a morte em vida, quando as pessoas renegam a própria liberdade e se recusam a aceitar a liberdade alheia. A ação transcorre no inferno – ambientado em uma sala pouco mobiliada. Trata-se de uma alegoria em que os "mortos", um homem e duas mulheres, em desespero, se agridem e acusam um ao outro o tempo todo, situação que foi resumida com a expressão "O inferno são os outros".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

A liberdade

"O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo, somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos ao *mesmo tempo*. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua. Em particular, mesmo nossas iniciativas, mesmo as situações que escolhemos, uma vez assumidas, nos conduzem como que por benevolência.

A generalidade do 'papel' e da situação vem em auxílio da decisão e, nesta troca entre a situação e aquele que a assume, é impossível delimitar a 'parte da situação' e a 'parte da liberdade'. Torturam um homem para fazê-lo falar. Se ele se recusa a dar os nomes e os endereços que querem arrancar-lhe, não é por uma decisão solitária e sem apoios; ele ainda se sente com seus camaradas e, engajado ainda na luta comum, está como que incapaz de falar; ou então, há meses ou anos, ele afrontou esta provação em pensamento e apostou toda a sua vida nela; ou enfim, ultrapassando-a, ele quer provar aquilo que sempre pensou e disse da liberdade. Esses motivos não anulam a liberdade, mas pelo menos fazem com que ela não esteja sem escoras no ser. Finalmente, não é uma consciência nua que resiste à dor, mas o prisioneiro com seus camaradas ou com aqueles que ele ama e sob cujo olhar ele vive. [...] E sem dúvida é o indivíduo, em sua prisão, quem revivifica a cada dia esses fantasmas, eles lhe restituem a força que ele lhes deu, mas, reciprocamente, se ele se envolveu nesta ação, se ele se ligou a estes camaradas ou aderiu a esta moral, é porque a situação histórica, os camaradas, o mundo ao seu redor lhe parecem esperar dele aquela conduta. Assim, poderíamos continuar sem fim a análise. Escolhemos nosso mundo e o mundo nos escolhe.

[...] A escolha que fazemos de nossa vida sempre tem lugar sobre a base de um certo dado. Minha liberdade pode desviar minha vida de sua direção espontânea, mas por uma série de deslizamentos, primeiramente esposando-a, e não por alguma criação absoluta. Todas as explicações de minha conduta por meu passado, meu temperamento, meu ambiente são, portanto, verdadeiras, sob a condição de que os consideremos não como contribuições separáveis, mas como momentos de meu ser total do qual é-me permitido explicar o sentido em diferentes direções, sem que alguma vez se possa dizer se sou eu quem lhes dá seu sentido ou se o recebo deles. Sou uma estrutura psicológica e histórica. Com a existência recebi uma maneira de existir, um estilo. Todos os meus pensamentos e minhas ações estão em relação com essa estrutura, e mesmo o pensamento de um filósofo não é senão uma maneira de explicitar seu poder sobre o mundo, aquilo que ele é. E, todavia, sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio. Pois esta vida significante, esta certa significação da natureza e da história que sou eu, não limita meu acesso ao mundo, ao contrário, ela é meu meio de comunicar-me com ele. É sendo sem restrições nem reservas aquilo que sou presentemente que tenho oportunidade de progredir, é vivendo meu tempo que posso compreender os outros tempos, é me entranhando no presente e no mundo, assumindo resolutamente aquilo que sou por acaso, querendo aquilo que quero, fazendo aquilo que faço que posso ir além. Só posso deixar a liberdade escapar se procuro ultrapassar minha situação natural e social recusando-me em primeiro lugar assumi-la, em vez de, através dela, encontrar o mundo natural e humano."

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 608-611.

Questão

Explique com suas palavras o que Merleau-Ponty quis dizer com as frases a seguir.

a) "Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo."

b) "[...] nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua."

c) "[...] sou livre, não a despeito ou aquém dessas motivações, mas por seu meio."

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual foi o conceito introduzido por Agostinho, bispo de Hipona, na concepção de liberdade?
2. Explique por que, segundo Espinosa, determinismo e liberdade não são conceitos que se excluem.
3. Explique os significados de facticidade e de transcendência e por que, segundo a fenomenologia, esses polos são indissociáveis.
4. Qual é a relação estabelecida por Sartre entre angústia e má-fé?

Aplicando os conceitos

5. Explique por que a frase "O homem define-se pelo seu projeto" indica que Sartre opõe-se às teorias deterministas.
6. Leia o texto abaixo, que faz parte de uma obra pioneira publicada em 1949. Nela, Simone de Beauvoir critica a dominação masculina (patriarcado), tornando-se um marco na luta pela humanização da mulher. Após a leitura, responda às questões.

.....

O paternalismo, que reclama a mulher no lar, define-a como sentimento, interioridade e imanência; na realidade, todo existente é, ao mesmo tempo, imanência e transcendência; quando não lhe propõem um objetivo, quando o impedem de atingir algum, quando o frustram em sua vitória, sua transcendência cai inutilmente no passado, isto é, recai na imanência; é o destino da mulher no patriarcado. [...] Mantida à margem do mundo, a mulher não pode definir-se objetivamente através desse mundo e seu mistério cobre apenas um vazio.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1961. p. 301-304. v. 1.

.....

a) Justifique a afirmação de que a mulher em certas circunstâncias não atinge a transcendência.
b) De que maneira permanecer na imanência significa não ter possibilidade de vida moral adulta?
c) O que é preciso para que a mulher saia da imanência?
d) A descrição feita ainda é válida para a mulher de hoje?

7. Leia o texto a seguir e atenda às questões.

.....

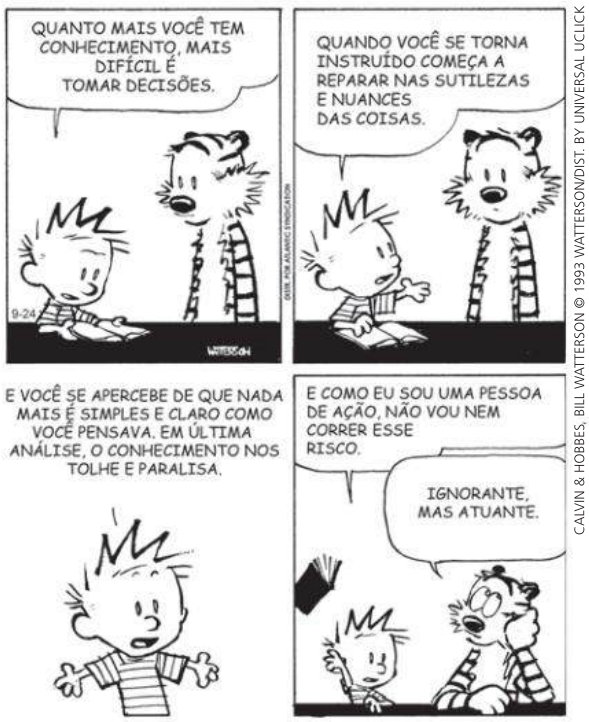
Reconheço que a violência, sob qualquer forma que se manifeste, é um fracasso. Mas um fracasso inevitável, pois vivemos num universo de violência: e se é verdade que o uso da violência contra a violência implica o risco de perpetuá-la, é verdade também que é o único meio de detê-la. [...] como fazer para recusar qualquer participação indireta nas violências? Se não disser nada, você se colocará necessariamente a favor da continuação da guerra: sempre se é responsável por aquilo que não se tenta impedir. Mas se você conseguir que ela cesse de imediato, e a qualquer preço, você estará na origem de vários massacres [...].

SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 2004. p. 211-212.

.....

a) Para Sartre, por que a violência é um fracasso?
b) Sabendo que o *direito de resistência* é o direito que qualquer pessoa tem de resistir à opressão e a tudo que ameace sua sobrevivência, em que medida essa resistência é uma violência ou uma libertação?

8. Observe a tira de Bill Watterson e responda às questões.



O melhor de Calvin (1993), tirinha de Bill Watterson.

a) Escreva com suas palavras o raciocínio de Calvin ao desprezar o conhecimento mais elaborado.
b) Usando os conceitos aprendidos sobre ética, interprete o comentário irônico de Haroldo, seu tigre de estimação, ao classificá-lo como "Ignorante, mas atuante".

Dissertação

9. Com base na citação a seguir, redija uma dissertação.

.....

Cumpre lembrar, ademais, que ninguém é sábio por inteiro – que a liberdade é menos uma faculdade do que um processo. Ninguém nasce livre: tornamo-nos livres, e esse processo nunca cessa. É porque o livre-arbítrio não existe que precisamos nos libertar sempre, e antes de tudo a si. É porque a liberdade nunca é absoluta que a libertação permanece sempre possível, e necessária.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 347.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 15

A felicidade: amor, corpo e erotismo

Os principais objetivos deste capítulo são: caracterizar a noção de "experiência de ser" de Misrahi, relacionar o mito de Eros com a filosofia, distinguir o dualismo platônico do cartesiano, identificar a inovação de Espinosa quanto à relação entre corpo e mente, identificar conceitos básicos da psicanálise, compreender a relação entre facticidade e transcendência, analisar as contradições entre massificação e personalização. Sugerimos que, ao longo do estudo, alguns termos sejam destacados: eudemonismo, experiência de ser, *philía*, Eros, paixões alegres, paixões tristes, facticidade, transcendência, libido, sublimação, repressão, deserotização do corpo, microfísica do poder, massificação e personalização.



© CHAGALL, MARC/AUTVIS, BRASIL, 2016 – MUSEU HERMITAGE, SÃO PETERSBURGO

O passeio (1917), pintura de Marc Chagall.

O aluno pode eventualmente observar que, quando o amor é recíproco, a relação amorosa é fonte de alegria, faz a pessoa "levitar" de felicidade. Na tela de Marc Chagall, o encontro é no campo, rodeado de prazeres, como o da culinária e o de contemplação da bela paisagem; é um momento de descontração e cumplicidade, o que constitui uma experiência afetiva de vida.

O passeio, de Marc Chagall, é um autorretrato do pintor com sua amada mulher, Bella. Sobre a grama, há uma toalha vermelha disposta para o piquenique, remetendo aos prazeres da mesa. Ao fundo, está sua aldeia natal, na atual Bielorrússia, retratada sob um olhar afetivo. Perceba também que Chagall segura um pássaro em uma das mãos, enquanto na outra está unido à amada, que parece levitar. O conjunto da representação, somado às cores e formas escolhidas pelo pintor, transmite a sensação de leveza daqueles que se amam. Escreva em poucas linhas que elementos dessa tela são significativos para explicitar a felicidade.

1 Quero ser feliz...

É possível ser feliz? Alguns, mais pessimistas, acham a felicidade um sonho impossível. Os problemas do cotidiano, os sofrimentos físicos e morais, a fome, a pobreza, a violência, o tédio são empecilhos severos. Para outros, como vemos na publicidade, a felicidade estaria nos momentos de consumo, fora do trabalho e com todo o conforto e prazer que o dinheiro pode lhes dar: carros, iates, roupas de marca, novidades eletrônicas etc. Por isso, tantos esperam as férias, a aposentadoria ou um bilhete premiado da loteria.

Como explicitação dessa felicidade fantasiosa, em algumas revistas os famosos estampam apenas sorrisos, o que nem sempre coincide com a realidade vivida. Em outras, são expostas com certa crueldade relações malsucedidas, brigas, internações para tratamento de dependência de drogas ou, na luta contra o envelhecimento, para mais uma cirurgia plástica.

Pelos consultórios médicos passam pessoas com estresse, a doença do nosso tempo. O enfrentamento de depressões desemboca na banalização do consumo de psicofármacos – as "pílulas da felicidade". Por essa perspectiva, a felicidade é vista pelo avesso: a não dor, o não sofrimento, a não perda. De certo modo, representa a adequação das pessoas a comportamentos padronizados, o que Nietzsche chamaria de "felicidade de rebanho".

A felicidade, porém, não se revela numa busca cega. Ela se encontra mais naquilo que o ser humano faz de si próprio e menos no que consegue alcançar com os bens materiais ou o sucesso. A esse respeito, Aristóteles diz que podemos escolher o prazer, o sucesso, a riqueza, mas na esperança de sermos felizes. Portanto, apenas a felicidade é escolhida por ela mesma. Por isso, na ética aristotélica – conhecida como eudemonismo –, as ações humanas tendem para o bem, e o bem supremo é a felicidade; esta, por sua vez, consiste na realização da excelência (o melhor de si), que para Aristóteles é a sua natureza de ser racional.

Etimologia

Eudemonismo. Do grego *eudaimonia*, "felicidade".

Para refletir

No livro *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, as pessoas permanecem sempre jovens e são "felizes" porque tomam o *soma*, uma droga que impede a manifestação da tristeza e do sofrimento. Seria isso a felicidade?

2 A "experiência de ser"

O filósofo francês contemporâneo Robert Misrahi identifica três aspectos que explicitam a felicidade como "experiência de ser".

a) Sentimento de satisfação

De maneira geral, a felicidade comporta um dado característico, que é o *sentimento de satisfação* em relação ao modo como vivemos, à possibilidade de sentirmos alegria, contentamento, prazer. Por experiência, sabemos que não se trata de uma plenitude, porque esse estado de espírito não ocorre o tempo todo, já que a vida feliz não exclui contratempos, como a dor, o sofrimento e a tristeza.

b) Autonomia de decisão

Apenas a satisfação não é suficiente para explicar a felicidade, porque ela pressupõe a realização de desejos que, não raro, são conflitantes. Por exemplo, você pode ficar em dúvida entre assistir a um filme ou estudar. O filme pode ser um prazer, comparado com o esforço do estudo, mas talvez signifique a privação de outro prazer, tendo em vista um bem futuro, como a profissionalização, que dependeria do estudo. Em qualquer um dos casos, uma decisão satisfaz um desejo, mas frustra outro. A questão é saber decidir qual é a finalidade mais importante, naquele momento e no conjunto de seus projetos.

Vemos aí mais um componente da felicidade: a *autonomia da decisão*. Se ficamos sujeitos a impulsos ou às influências externas, o que ocorre nas sociedades massificadas, nas quais os comportamentos tendem à padronização, na verdade não somos livres. Ao contrário, quando agimos de acordo com nossos próprios projetos de vida, decidimos de modo mais coerente.

c) Disponibilidade para a reflexão

A *disponibilidade para a reflexão* nos permite apreciar o que desejamos da vida como um todo, conforme projetos que dão sentido às nossas decisões. É o que Misrahi chama de "experiência de ser", expressão que muitas vezes ele designa pelo termo *alegria*. No entanto, não se trata de qualquer alegria passageira, pois a felicidade supõe a *duração* e a *permanência* da experiência que a constitui.

Convém chamar a atenção para o conceito de *reflexão* sem identificá-lo apenas à razão ou, pior ainda, a uma razão castradora dos desejos. A atividade reflexiva a que se refere Misrahi não é puramente intelectual, porque não se distancia dos desejos nem se cumpre à revelia da alegria e das razões que a fundamentam.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Misrahi completa:

> A alegria (mas não os prazeres e as alegrias instantâneas e limitadas a elas mesmas) é um ato porque ela implica a existência de um sujeito consciente que estabeleceu sua própria autonomia, indo além das ideias e valores simplesmente *recebidos* do exterior. O sujeito estabeleceu seus próprios valores, ele apreendeu a si mesmo como fonte e origem do sentido que quer dar à sua existência.
>
> MISRAHI, Robert. *A felicidade*: ensaio sobre a alegria. Rio de Janeiro: Difel, 2001. p. 84.

Ao nos referirmos à "experiência de ser" de um sujeito livre, consciente de sua individualidade, entramos no campo da ética. A reflexão sobre o que fazer da nossa vida para alcançar a felicidade nos coloca diante de escolhas morais, em um ambiente de convivência com outras pessoas.

O que é a felicidade se não tivermos com quem compartilhar nossa alegria? Porque a felicidade é também a celebração da amizade, do amor e do erotismo. Veremos a seguir como os filósofos pensaram o amor, as paixões, o significado do corpo e, por consequência, como compreenderam a felicidade.

3 Tipos de amor

É difícil definir o amor, apesar das mais diversas conceituações que recebeu no correr da história, principalmente se considerarmos a especificidade desse sentimento, cujo sentido nos escapa. Assim disse o filósofo francês Roland Barthes:

> Que é que eu penso do amor? Em suma, não penso nada. Bem que eu gostaria de saber *o que é*, mas estando do lado de dentro, eu o vejo em existência, não em essência. [...] Mesmo que eu discorresse sobre o amor durante um ano, só poderia esperar pegar o conceito "pelo rabo": por *flashes*, fórmulas, surpresas de expressão, dispersos pelo grande escoamento do Imaginário; estou no *mau lugar* do amor, que é seu lugar iluminado: "O lugar mais sombrio, diz um provérbio chinês, é sempre embaixo da lâmpada".
>
> BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 50.

Tentemos algumas delimitações do conceito. Na linguagem comum, amor é usado em diversas acepções, desde as materiais – o amor ao dinheiro – até as religiosas, como o amor a Deus. Fala-se também do amor à pátria, ao trabalho e à justiça, embora outros termos fossem mais apropriados, como o desejo de posse do dinheiro, o interesse ou gosto pelo trabalho, o empenho moral na defesa da justiça e assim por diante.

Para esclarecer um pouco mais, distinguiremos dois tipos de amor, a amizade e o amor erótico.

Amizade

O termo grego *philía*, geralmente traduzido por "amizade", refere-se ao amor vivido na família ou entre os membros de uma comunidade. Os laços de afeto que o expressam são, em tese, a generosidade, o desprendimento e a reciprocidade, isto é, a estima mútua.

Além desse sentido geral, distinguimos a amizade propriamente dita, quando um vínculo mais forte une pessoas que se escolheram pelo que cada uma é. Por isso, Aristóteles explica que "os que desejam bem aos seus amigos por eles mesmos são os mais verdadeiramente amigos". E conclui:

> Mas é natural que tais amizades não sejam muito frequentes, pois que tais homens são raros. Acresce que uma amizade dessa espécie exige tempo e familiaridade. Como diz o provérbio, os homens não podem conhecer-se mutuamente enquanto não houverem "provado sal juntos"; e tampouco podem aceitar um ao outro como amigos enquanto cada um não parecer estimável ao outro e este não depositar confiança nele. Os que não tardam a mostrar mutuamente sinais de amizade desejam ser amigos, mas não o são a menos que ambos sejam estimáveis e o saibam; porque o desejo da amizade pode surgir depressa, mas a amizade não.
>
> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 382. (Coleção Os Pensadores)



Frank & Ernest (2007), tira de Bob Thaves. Se refletirmos a respeito desses *remakes* com base no conceito de "experiência de ser", concluiremos não ser possível viver a mesma vida, pois as circunstâncias serão outras.

FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2007 THAVES / DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Amor erótico

Diferentemente de outras expressões de amor, a paixão amorosa está associada à exclusividade e à reciprocidade. É de tal ordem a força desse impulso que foi necessário o controle dos instintos agressivos e sexuais para que a civilização pudesse existir.

Embora a atividade sexual seja comum aos animais, apenas os humanos a vivenciam como *erotismo*, como busca psicológica, independentemente do fim natural dado pela reprodução. O ser que deseja, escolhe e ama comunica-se com o mundo e com o outro, numa linguagem tanto mais humana quanto mais se exprime de maneira pessoal e única.

Por isso, ao contrário da tradição, que caracteriza o ser humano apenas como racional, poderíamos vê-lo também como "ser desejante", como força que impulsiona a busca do prazer e da alegria de conquistar o amado. Esse desejo, porém, não visa apenas alcançar o outro como objeto. Mais que isso, busca o reconhecimento do amado, quer capturar sua consciência, porque o apaixonado *deseja o desejo do outro*.

Eros e filosofia

No diálogo *O banquete*, Platão relata um encontro em que os convivas discursam a respeito do amor. Vamos destacar dois desses convivas, Aristófanes, melhor comediógrafo da época, e Sócrates, mestre de Platão.

Aristófanes relata um mito sobre a origem do amor. Ele diz que, no início, os seres humanos eram duplos e esféricos, e os sexos eram três, um deles constituído por duas metades masculinas, outro por duas metades femininas e o terceiro, andrógino, metade masculino, metade feminino. Por terem ousado desafiar os deuses, Zeus cortou-os em dois para enfraquecê-los. Dessa separação, cada metade buscou restaurar a unidade primitiva, surgindo daí o amor recíproco.

Sócrates, por sua vez, lembra o diálogo que tivera com a sacerdotisa Diotima sobre a origem e a natureza de Eros. Segundo ela, durante a festa em honra ao nascimento de Afrodite, Penia (Pobreza) deitou-se ao lado de Poros (Riqueza), e Eros foi concebido. Aos pais deve a inquietude de sair da pobreza para alcançar o que deseja: por isso, o amor é a oscilação entre o não possuir e o possuir, é um desejo intenso de qualquer coisa que não se tem.

Interpretação platônica do mito de Eros

O relato de Aristófanes reforça uma das ilusões da vida amorosa: o desejo de encontrar sua metade, aquela que nos completa e nos retira da solidão: "ser apenas um, em vez de dois". O encontro amoroso seria a fusão, a completude e, portanto, a felicidade.



WALTER RAWLINGS/ROBERT HARDING/GLOW IMAGES

***Eros* (1893), escultura de Alfred Gilbert. Na mitologia grega, Eros (Cupido para os romanos) é representado por um belo jovem ou por uma criança travessa que flecha os corações para torná-los apaixonados.**

Platão, porém, está interessado na fala de seu mestre. Para Sócrates, o amor não é completude, mas falta: "O que deseja, deseja aquilo de que é carente". Portanto, o amor não é fusão, como queria Aristófanes, mas busca constante, porque sempre desejamos aquilo que não temos. Eros é ânsia de ajudar o eu autêntico a se realizar, a se aperfeiçoar.

Nesse sentido, a vontade humana tende para o *bem* e para o *belo*, só que o faz de maneira gradual: começa atraído pelos belos corpos – a beleza física – até alcançar a beleza espiritual. Veja o que disse Diotima a Sócrates:

> Eis, com efeito, em que consiste o proceder corretamente nos caminhos do amor ou por outro se deixar conduzir: em começar do que aqui é belo e, em vista daquele belo, subir sempre, como que se servindo de degraus, de um só para dois e de dois para todos os belos corpos, e dos belos corpos para os belos ofícios, e dos ofícios para as belas ciências até que das ciências acabe naquela ciência, que de nada mais é senão daquele próprio belo, e conheça enfim o que em si é belo.
>
> PLATÃO. *O banquete*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 48. (Coleção Os Pensadores)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A sacerdotisa refere-se a uma ciência especial – a filosofia – capaz de reconhecer o que é o belo em si. Nesse estágio, o indivíduo desliga-se da paixão por determinada pessoa ou atividade, ocupando-se da pura contemplação da beleza. O amor intelectual é, portanto, superior ao amor sensível. Se na juventude predomina a admiração pela beleza física, o verdadeiro discípulo de Eros amadurece com o tempo ao descobrir que a beleza da alma é mais preciosa que a do corpo.

Para saber mais

O que é o tão falado amor platônico? É o amor em que não mais predominam sensibilidade e paixões, mas o prazer intelectual e espiritual. No entanto, isso não significa desprezo pelo prazer erótico: no diálogo *Fedro*, Platão mostra como o amor sensual pode tornar-se *amor de sabedoria*.

4 Relação corpo e alma

Com base na interpretação do mito de Eros, precisamos compreender as conclusões de Platão a respeito das relações entre corpo e alma: enquanto a alma é superior ao corpo, este nada mais é do que a "prisão da alma". Assim, Platão subordina as paixões à razão, Eros a Logos. Ao reconhecer a superioridade da alma sobre o corpo, Platão estabelece uma hierarquia que perduraria por longo tempo nas interpretações filosóficas.

Na Idade Moderna, o filósofo francês René Descartes (1596-1650), influenciado pela Revolução Científica levada a efeito no século XVII, manteve a concepção dualista de corpo-alma. Embora haja semelhanças com o dualismo platônico, apresenta também diferenças, porque Descartes concebe um corpo-objeto associado à ideia mecanicista do ser humano-máquina. Para o filósofo, nosso corpo age como máquina e funciona de acordo com as leis universais da ciência. A semelhança com Platão se deve à convicção de que cabe à alma submeter a vontade à razão e controlar as paixões que prejudicam a atividade intelectual. Em *As paixões da alma*, Descartes afirma que podemos conhecer a força ou a fraqueza da alma pelos combates em que a vontade consegue vencer mais facilmente as paixões.

Descartes explica, porém, que, apesar de diferentes, corpo e alma são substâncias que se relacionam, porque a alma necessita do corpo: é pela imaginação que o corpo fornece à alma os elementos sensíveis do mundo e é pelo corpo que podemos experimentar sentimentos e apetites.

Espinosa: a potência de existir

No século XVII, Espinosa inovou na maneira de compreender a relação corpo-consciência.[1] Como para ele o desejo é a própria essência humana, interessa-se por tudo o que nos dá alegria e, por consequência, aumenta nossa capacidade de pensar e de agir, distinguindo o que nos leva à tristeza, à passividade e atrofia nossa potência de existir.

No capítulo anterior, está presente a ideia de que o *conatus* é uma força vital, afirmativa, que designa a tendência de todos os seres a se autopreservar, que se expressa no corpo como *apetite* e na alma como *desejo*. A intensidade do *conatus*, no entanto, depende da qualidade de nossos apetites e desejos e da maneira como nos relacionamos com as forças externas.

Para melhor entender o percurso de Espinosa, lembramos que ele distingue as paixões alegres das paixões tristes e afirma: "O desejo que nasce da alegria é mais forte do que o desejo que nasce da tristeza". Ou seja, os desejos nascidos da tristeza (inveja, ódio, medo, orgulho, ciúme, vingança, melancolia) são mais fracos porque impedem o crescimento, corrompem as relações e se orientam para formas de exploração e destruição. Por sua vez, os desejos nascidos da alegria (amor, amizade, contentamento, admiração, generosidade, benevolência, gratidão) são mais fortes porque aumentam nossa capacidade de agir e de pensar.

Em outras palavras, a alegria faz corpo e alma expandirem seus talentos e, fortalecido, o ser humano torna-se capaz de afastar uma paixão triste.

Quem é?



Espinosa (século XVII), pintura anônima.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – BIBLIOTECA AUGUSTA (HERZOG AUGUST), WOLFENBÜTTEL

Baruch Espinosa (1632-1677), filósofo judeu holandês, sofreu inúmeros reveses em sua vida. Ainda bem jovem, foi expulso da sinagoga, acusado de heresia. Deserdado pela família, ocupou-se como polidor de lentes, para garantir a sobrevivência e dedicar-se à reflexão. Espinosa se dedicou a escrever sobre quais são os obstáculos à vida, ao pensamento e à política livres. Buscou descobrir o que nos leva à servidão e à obediência, como também o que permite e o que impede o exercício da liberdade. Escreveu *Tratado teológico-político* e *Ética*, entre várias obras mal compreendidas e pouco lidas, tanto no seu século como nos subsequentes.

[1] Mais referências à teoria de Espinosa no capítulo anterior.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria do paralelismo

Espinosa desafiou a tradição grega ao analisar as possibilidades de expressão da liberdade e da relação entre corpo e alma. A novidade é a *teoria do paralelismo*: diferentemente de seus antecessores que defenderam a capacidade da razão para dominar afetos "tristes", Espinosa não hierarquiza corpo e alma, porque a razão não é superior aos afetos nem cabe a ela controlá-los. A relação entre corpo e alma não é de causalidade, mas de *expressão* e simples *correspondência*, pois o que se passa em um deles se exprime no outro: alma e corpo expressam a mesma coisa, cada um a seu modo.

Não convém, portanto, dizer que o corpo é passivo enquanto a alma é ativa, ou vice-versa. Quando passivos, o somos de corpo e alma; quando ativos, o somos de corpo e alma também. Somos ativos quando autônomos, senhores de nossa ação; e passivos quando o que ocorre em nosso corpo ou em nossa alma tem uma causa externa mais poderosa que nossa força interna.

Podemos então entender como Espinosa define alegria e tristeza: a alegria é a passagem do ser humano de uma perfeição menor para uma maior; já a tristeza é a passagem do ser humano de uma perfeição maior para uma menor.

Enquanto a paixão triste nos afasta cada vez mais de nossa potência de agir, a paixão alegre, ao aumentar o nosso ser e a nossa potência de agir, aproxima-nos do ponto em que nos tornaremos senhores dela e, portanto, dignos de ação. Assim, o amor é a alegria do amante, fortificada pela presença do amado ou da coisa amada.

Apetites e desejos jamais serão dominados por uma ideia ou uma vontade, mas apenas por outros afetos mais fortes: a alma nada pode contra uma paixão triste, na medida em que somente uma paixão mais forte poderá afastá-la.

E quanto à alma: qual é sua força e sua fraqueza? A virtude da alma, no sentido primitivo de força, de poder, consiste na atividade de pensar, conhecer. Portanto, sua fraqueza é a ignorância. Quando a alma se reconhece capaz de produzir ideias, passa a uma perfeição maior e é afetada pela alegria. Mas, se em alguma situação a alma é incapaz de compreender, a descoberta de sua impotência provoca o sentimento de diminuição do ser e, portanto, de tristeza. Nesse caso, a alma está passiva.

Merleau-Ponty: o corpo vivido

No capítulo anterior, tratamos dos conceitos de *intencionalidade*, *facticidade* e *transcendência*, fundamentais para a corrente fenomenológica, a fim de examinar o tema da liberdade. Esses conceitos serão retomados para entendermos a relação entre o corpo vivido e a felicidade, examinados à luz do pensamento de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), um dos representantes da corrente fenomenológica.[2]

Afinal, o que é o corpo nessa perspectiva? Ele não se identifica às "coisas" porque, embora o corpo seja facticidade, no sentido de "estar lá com as coisas", não é facticidade pura, por ser também forma de acesso às coisas e a si mesmo. Portanto, a dimensão de facticidade do corpo não se desliga da possibilidade de transcendência.

Se o corpo *não é coisa* nem obstáculo, mas integra a totalidade do ser humano, meu corpo não é alguma coisa que *eu tenho*: *eu sou* meu corpo. O corpo é o primeiro momento da experiência humana, porque, antes de ser um "ser que conhece", o sujeito é um "ser que vive e sente", maneira essa de participar, com o corpo, do conjunto da realidade.

Exemplos de integração corpo-consciência

O corpo nos engaja na realidade de inúmeras maneiras possíveis, por meio do trabalho, da arte, do amor, do sexo, da ação em geral. Vejamos alguns exemplos:

- Ao estabelecer contato com outra pessoa, revelamo-nos pelos gestos, atitudes, mímica, olhar, enfim, pelas manifestações corporais. E esse gesto não é um simples ato mecânico, é um *gesto expressivo*, pois diz algo que remete à interioridade do sujeito. Um olhar pode significar raiva, desprezo, piedade, súplica ou amor. De fato, o corpo do outro não é uma coisa qualquer, é um *corpo humano*. Do mesmo modo, o instrumento supõe o sentido que lhe conferimos: o significado de uma arma para o assassino é bem diferente do que lhe dá o revolucionário.
- A sexualidade humana não é puramente biológica, ela é na verdade *erotismo*, e, nesse aspecto, constitui parte integrante do ser total.
- Poderíamos argumentar que, ao contrário dos exemplos anteriores, a dor e a doença seriam manifestações de pura corporeidade. Afinal, há concretude em uma canelada na cadeira, na ação de vírus ou bactérias que afetam nossos órgãos. Tudo isso parece muito distante da ação da consciência. No entanto, a facticidade nunca se separa da transcendência, que resulta do *sentido* que a pessoa dá à dor ou à doença ou no uso que faz dela.

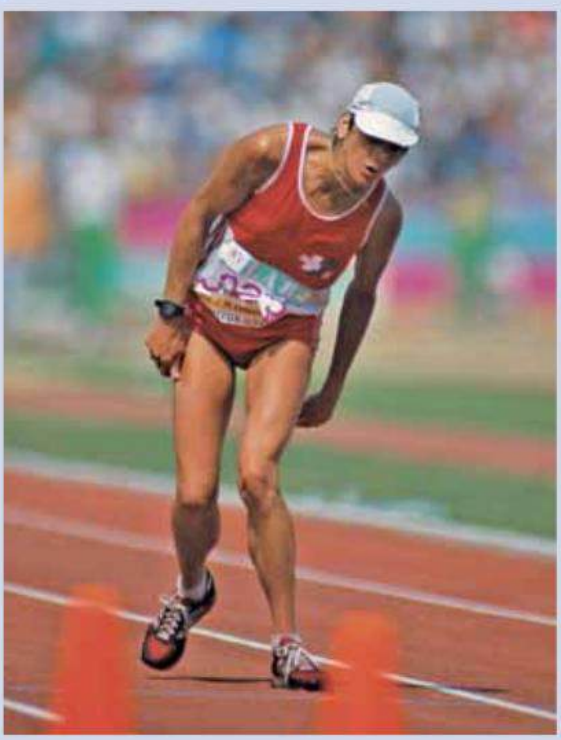
[2] Mais referências aos conceitos de Merleau-Ponty no capítulo anterior e no próximo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Que conclusão extrair do conceito de intencionalidade, tão caro à fenomenologia? A compreensão do corpo e da consciência, dos afetos, enfim, do mundo e dos outros nunca resulta da pura intelecção, mas depende do sentido que descobrimos em cada experiência, nos significados que deciframos ao pensar o mundo, o outro e nós mesmos.

Para refletir

GUICHARD-RANCINAN/SYGMA/CORBIS/LATINSTOCK



A maratonista suíça Gabrielle Andersen-Schiess, na Olimpíada de 1984, em Los Angeles (Estados Unidos).

Na Olimpíada de 1984, em Los Angeles, a maratonista suíça Gabrielle Andersen-Schiess cruzou a linha de chegada 23 minutos após a primeira colocada. Estava absolutamente trôpega, exausta, mas não desistiu, apesar da quase falência do corpo. Valendo-se da frase de Merleau-Ponty: "A dor e a fadiga, em um momento dado, não vêm do exterior, elas sempre têm um sentido", reflita sobre que sentido teria para a maratonista suportar a tal ponto a fadiga.

5 Sexualidade e erotismo

No final do século XIX, Friedrich Nietzsche já criticara severamente a ética tradicional por desconfiar dos instintos e controlar as paixões. A filosofia nietzschiana orientou-se no sentido de recuperar as forças vitais, subjugadas pela razão durante séculos. Posteriormente, diversos pensadores debruçaram-se sobre a questão da sexualidade como parte integrante da consciência humana. O grande precursor dessa virada foi Sigmund Freud.

Freud: a natureza sexual da conduta humana

O médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939), "pai" da psicanálise, partiu da hipótese do inconsciente, contrariando as crenças racionalistas que faziam da consciência humana o centro das decisões e do controle dos desejos. Diante das forças conflitantes das pulsões, o indivíduo reage, mas desconhece os determinantes de sua ação. Caberá ao processo psicanalítico auxiliá-lo a recuperar o que foi silenciado pela repressão dos desejos. Outra inovação da psicanálise encontra-se na compreensão da natureza sexual da conduta humana. Vejamos alguns de seus conceitos.

- *Libido*. A energia que preside todos os atos humanos é de natureza pulsional, pela qual Freud põe em relevo o conceito de *libido*. De difícil definição, a libido pode ser entendida como a pulsão da energia sexual, mais propriamente a manifestação dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica. Na psicanálise, a energia das pulsões refere-se a tudo o que podemos incluir sob o nome de amor.
- *Sublimação*. A sexualidade para Freud tem um sentido bastante amplo e não está associada apenas à genitalidade, isto é, aos atos restritos à atividade sexual. Uma das maneiras de reencaminhar as energias sexuais é a *sublimação*, pela qual a força primária da libido é desviada para um alvo não sexual caracterizado por atividades valorizadas socialmente e que nos permite encontrar prazer também em atividades que não sejam primariamente de natureza sexual. Exemplos de formas sublimadas da libido são o trabalho, o jogo, a investigação intelectual e a produção artística, entre outras.
- *Repressão*. Freud reconhece que a cultura torna-se possível pelo controle do desejo. Nem sempre, porém, a regulação da sexualidade é saudável e consciente, sobretudo quando as normas introjetadas no inconsciente impedem a decisão autônoma das pessoas. O processo de *repressão* ocorre quando o ego, sob o comando do superego, não toma conhecimento das exigências do id, por serem demasiadamente conflitivas e inconciliáveis com a moral. No entanto, a energia não canalizada permanece no inconsciente para reaparecer na forma de sintomas, muitas vezes neuróticos.

Pulsão: na psicanálise, as pulsões são forças internas que provocam tensões. As pulsões são de diversas naturezas (sexuais, de autoconservação etc.).

Id, superego e ego: três instâncias do aparelho psíquico: o id é sede das pulsões; o superego internaliza as proibições; o ego é a instância mediadora entre id e superego para garantir a supremacia do princípio de realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Qual a relação dessas ideias com a felicidade? Em *O mal-estar na cultura*, Freud observa que as forças agressivas e egoístas precisaram ser controladas para permitir o convívio humano e a vida moral, mas pergunta-se em que medida essa renúncia pode ser autodestrutiva a ponto de comprometer a felicidade. Conclui com pessimismo que é alto o preço pago para tornar-se civilizado. Mas pondera:

> O programa que o princípio do prazer nos impõe, o de sermos felizes, não é realizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não nos é possível – renunciar aos esforços de tentar realizá-lo de alguma maneira. Para tanto, pode-se escolher caminhos muito diversos, colocando em primeiro lugar o conteúdo positivo da meta, o ganho de prazer, ou o negativo, o de evitar o desprazer.
>
> FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 76.

Marcuse: a deserotização do corpo

No século XIX, o controle exercido sobre o trabalhador fabril tornou-se cada vez mais severo. O princípio de adestramento do corpo, que o submetia à férrea disciplina, com jornada de 14 a 16 horas em locais insalubres, contribuiu para que o trabalho não representasse apenas um freio para o sexo, mas que promovesse um processo de *dessexualização* e *deserotização* do corpo. Ou seja, quando o trabalho é instrumento de exploração econômica, dele são retirados o prazer e a possibilidade de humanização.

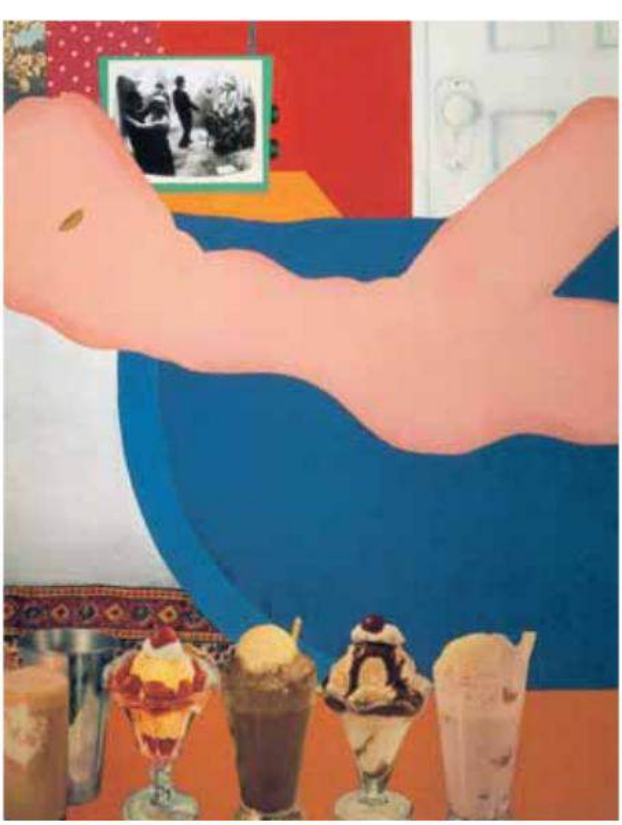
O filósofo Herbert Marcuse (1898-1979) participou da Escola de Frankfurt, na Alemanha, exilando-se depois nos Estados Unidos.[3] Nas décadas de 1960 e 1970, influenciado pelo marxismo e pela psicanálise, indagava a respeito da possibilidade de uma civilização não repressiva. Embora esperasse que o progresso tecnológico haveria de dilatar o tempo livre e propiciar melhores condições de trabalho, concluiu pela negação dessa utopia, pelo menos naquele momento.

Eros e civilização

Na obra *Eros e civilização*, Marcuse constata que as exigências da nova ordem industrial capitalista provocam uma *super-repressão*, intimamente ligada ao *princípio de desempenho*. Seguindo esse princípio, o trabalhador interioriza a necessidade de rendimento, de produtividade, ao desempenhar funções preestabelecidas e organizadas em um sistema cujo funcionamento se dá independentemente da participação consciente de cada um.

Assim, o ideal de produtividade da sociedade industrial faz-se por meio da repressão: "Eficiência e repressão convergem". Nesse ambiente repressor, a sexualidade, que deveria impregnar todas as ações humanas prazerosas, restringe-se a momentos isolados, nas horas de lazer, além de ser reduzida à genitalidade, ao ato sexual exclusivamente. Mais ainda, em alguns casos é controlada para não se desviar da função de procriação.

Poderíamos objetar que, a partir da década de 1960, com a chamada revolução sexual, a repressão seria substituída pela valorização da sexualidade, o que significaria, segundo alguns, uma liberação. No entanto, o capitalismo reagiu incorporando as novas tendências a fim de amenizar seus efeitos. Por exemplo, uma ampla produção de revistas, filmes, livros, peças teatrais atende ao interesse despertado pelas questões sexuais. Essa produção, porém, volta-se para um "novo filão" do consumismo: o sexo torna-se vendável e exposto como em prateleiras. Ao examinar o conteúdo de tais publicações, percebe-se que, na verdade, simulam a liberação da sexualidade e reforçam preconceitos.



© WESSELMANN, TOM/AUTVIS, BRASIL, 2016 – COLEÇÃO PARTICULAR

Grande nu americano n. 27 (1962), obra de Tom Wesselmann. O artista expõe a nudez ao lado de sorvetes, *milk-shakes* e da televisão, indicando a ligação entre liberdade sexual e sociedade de consumo, ou seja, a sexualidade como objeto de consumo.

[3] Mais referências à teoria de Marcuse no capítulo 5, "Trabalho, consumo e lazer".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para Marcuse, essa liberação é ilusória, porque na verdade é um tipo de repressão mais sutil. Em primeiro lugar, porque a sexualidade "liberada" é a *sexualidade genital* – a que se centraliza no ato sexual –, o que denota empobrecimento da sexualidade humana, que deveria estar difusa não só no corpo todo, como também no ambiente e nos atos não propriamente sexuais. A canalização dos instintos para os órgãos do sexo impede que seu erotismo "desordenado" e "improdutivo" prejudique a "boa ordem" do trabalho e extravase os limites permitidos.

Foucault: a microfísica do poder

Michel Foucault[4] (1926-1984), autor de *História da sexualidade*, observou que na civilização contemporânea fala-se muito sobre sexo, valendo-se, sobretudo, do discurso científico. Para ele, a ciência "naturaliza" o sexo, reduzindo-o a uma visão biologizante. Ao mostrá-lo como algo "natural", estabelece padrões do que é normal ou patológico, classifica os tipos de comportamento e aprisiona os indivíduos à última palavra do "especialista competente", por meio do qual o sexo é vigiado e regulado.

Foucault vai mais longe ao investigar de que maneira as instâncias do poder atuam sobre o indivíduo para criar modos de agir e de pensar e conclui que a imposição de comportamentos passa pela domesticação e docilização do corpo.

Pela teoria da *microfísica do poder*, Foucault demonstra como a debilitação do corpo não depende necessariamente do aparelho do Estado ou de algum outro modo de dominação às claras, como a escravidão. Na verdade, ela decorre da ação de micropoderes que se exercem de maneira difusa nos mais diversos campos da vida social e cultural, no próprio seio da sociedade.

Esse tipo de disciplina atua na organização do espaço, no controle do tempo e na vigilância, visando à *padronização do comportamento*. Marcuse e Foucault, por caminhos diferentes, desvendam o controle sobre o corpo e sobre a sexualidade, ainda quando esta aparece como "normal" ou "liberada". Perguntamos: como justificar a felicidade de um sujeito cuja autonomia é diminuída sem que ele perceba? Torna-se difícil discutir felicidade com tanto controle social.

6 Individualismo e narcisismo

Pensadores que refletiram a respeito das mudanças institucionais ocorridas desde a segunda metade do século XX identificaram complexas reações à antiga ordem. De fato, a partir da década de 1980, as mudanças culturais aceleraram-se vertiginosamente, devido à prevalência do setor de serviços, à entrada na era da informática e da comunicação e à globalização.

Desse modo, crianças e adolescentes educados fora das normas da cultura patriarcal tradicional cresceram convivendo com diferentes padrões de conduta. A família adquiriu formatos plurais, como divorciados que se casam novamente, núcleos monoparentais (formados apenas pela mãe ou pelo pai), uniões informais e, dependendo do país, legalização do casamento homoafetivo. Por decorrência, também os jovens comportam-se com maior liberdade sexual e isenção de culpa em comparação às gerações anteriores.

Quais são as consequências da flexibilização de regras de comportamento que passaram a permitir modos plurais de conduta? O que se percebe em um primeiro momento é o individualismo, porque cada um se volta com maior intensidade para si mesmo, na busca da realização dos desejos aqui e agora. Como decorrência, intensificou-se o narcisismo devido à ênfase no aprimoramento da própria imagem e pela ânsia de consumo numa sociedade hedonista e permissiva.

Após longa tradição de desvalorização do corpo e das paixões, de seu controle e normatização, surgiu a tendência aparentemente transgressiva de liberação e resgate do corpo, até que no final do século XX se disseminou seu culto visando garantir saúde, bem-estar e beleza.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky refletiu sobre as mudanças do nosso tempo e as considerou inevitáveis. Referindo-se ao "ecletismo da felicidade", destacou aspectos positivos na nova ordem, na qual coabitam fenômenos contraditórios de massificação e de personalização, de individualismo exacerbado e de individualismo responsável. Por um lado, estaríamos ganhando autonomia e personalização, já que as respostas "não estão prontas", o que permite comportamentos alternativos. Nesse caso, basta conciliar a preocupação de si com a generosidade, no esforço para a construção de uma individualidade responsável pelo outro e pelo mundo.

Apesar do otimismo, Lipovetsky adverte sobre a ambiguidade dessas novas estimulações:

> [...] ao mesmo tempo que exerce uma função de personalização, o narcisismo realiza também uma missão de normalização do corpo: o interesse febril que temos pelo corpo não é, de modo algum, espontâneo e "livre", pois obedece a imperativos sociais, tais como a "linha", a "forma", o orgasmo etc.
>
> LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005. p. 44.

[4] Consultar o capítulo 5, "Trabalho, consumo e lazer", e o capítulo 11, "Filosofia contemporânea".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quantas *selfies* você fez hoje?

Tratamos até aqui de narcisismo e personalização, e também do vaivém entre si mesmo × encontro com o outro, entre massificação × autonomia. Para exemplificar, destacamos a febre das *selfies*.

Sempre houve interesse de perpetuação da própria imagem, como constatamos na história humana com as máscaras mortuárias, além de pinturas e esculturas voltadas para perenizar a figura de uma personalidade. Os próprios artistas sempre fizeram autorretratos. Com o advento da fotografia e, sobretudo agora, na era do celular, ampliou-se a possibilidade da autorreprodução *ad infinitum* da própria imagem. Você já parou para pensar sobre esse fenômeno contemporâneo?

Sabemos que o termo *narcisismo* deriva do mito grego de Narciso, que, encantado pela própria imagem refletida nas águas de uma fonte, apaixona-se por si mesmo e se afoga. Freud retomou esse mito, reconhecendo que o amor de si é importante para o desenvolvimento da criança, que necessita ser objeto de amor dos outros e também de si mesma. O problema das *selfies* estaria em não conseguir superar o enclausuramento que impede o contato com os outros e com a cultura em que se vive.

Evidentemente, não se trata de recusar o recurso das *selfies*, mas de nos perguntarmos por que essa prática se tornou tão exacerbada nos últimos tempos.

Para saber mais

Selfie, em inglês, significa "autorretrato". Deriva do termo ***self***, "eu", "eu próprio", "eu mesmo".

7 Felicidade e autonomia

Fizemos um percurso na história da filosofia para analisar o que é ser feliz e levantamos a hipótese de que a felicidade não se separa do processo de constituição da identidade de cada um de nós, da nossa "experiência de ser". Essa busca, porém, não é solitária, mas depende das amizades, do amor, do erotismo e, nesse sentido, de como compreendemos nosso corpo, nossos sentimentos e a relação com os outros.

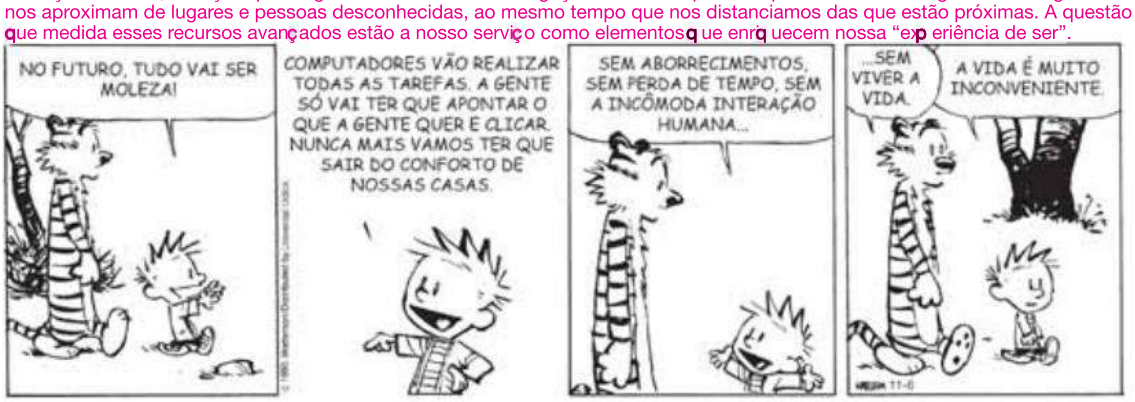
A turbulência e a novidade das mudanças ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram de maneira drástica os padrões de comportamento. Se alguns veem com bons olhos as mudanças drásticas de padrões de comportamento, há os que denunciam o braço invisível da alienação em condutas aparentemente autônomas. Nessa ótica, concluem não haver propriamente autonomia, porque os mecanismos de repressão exercem influência na sociedade como instrumentos de controle dos desejos, seja para estimulá-los, seja para reprimi-los.

Terminamos com a reflexão do filósofo e professor Franklin Leopoldo e Silva:

> [...] quando as pessoas acalmam a ansiedade via consumo estimulado pelo capitalismo, seria justo dizer que elas encontram a felicidade? A escolha de uma profissão pelo único critério da quantidade de ganho a ser obtida significa felicidade? Quando indivíduos, grupos e nações se isolam para usufruir uma qualidade de vida cuja condição é a exclusão e/ou a exploração dos demais, pode-se dizer que vivem felizes?
>
> Essas perguntas poderiam ser respondidas dogmaticamente, pelo sim ou pelo não. Mas não se trata de resolver a questão, e sim de considerar as dificuldades de toda ordem que se apresentam quando examinamos o desejo de felicidade. Essas dificuldades se mostram em toda contundência quando tentamos discernir os critérios da vida feliz e a relação ética entre os meios e os fins. Por isso, como deveria ser evidente, a questão da felicidade é eminentemente ética, até mesmo para aqueles que julgam possível obter a felicidade pessoal pela supressão da ética.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Felicidade*: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos. São Paulo: Claridade, 2007. p. 9.

Os comentários de Calvin remetem a uma vida isolada, com acesso ao mundo restrito à "janela" do *screen* do computador (ou do celular), sem interação humana, situação que o tigre critica como sendo negação da vida. Espera-se que os alunos distingam as vantagens da tecnologia que nos aproximam de lugares e pessoas desconhecidas, ao mesmo tempo que nos distanciamos das que estão próximas. A questão é indagar em que medida esses recursos avançados estão a nosso serviço como elementos que enriquecem nossa "experiência de ser".



CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1995 WATTERSON / DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

O melhor de Calvin (1995), tirinha de Bill Watterson. Considerando os comentários de Calvin e a ironia do tigre Haroldo, analise o avanço da tecnologia de comunicação sob os aspectos das vantagens e desvantagens na busca da felicidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

A felicidade

"Retomemos a nossa investigação e procuremos determinar à luz deste fato de que todo conhecimento e todo trabalho visam a algum bem, quais afirmamos ser os objetivos da ciência política e qual é o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito embora discordem entre si. [...] Ora, alguns têm pensado que, à parte esses numerosos bens, existe um outro que é autossubsistente e também é causa da bondade de todos os demais. [...]

Voltemos novamente ao bem que estamos procurando e indaguemos o que é ele, pois não se afigura igual nas distintas ações e artes; é diferente na medicina, na estratégia, e em todas as demais artes do mesmo modo. Que é, pois, o bem de cada uma delas? Evidentemente, aquilo em cujo interesse se fazem todas as outras coisas. Na medicina é a saúde, na estratégia a vitória, na arquitetura uma casa, em qualquer outra esfera uma coisa diferente, e em todas as ações e propósitos é ele a finalidade; pois é tendo-o em vista que os homens realizam o resto. Por conseguinte, se existe uma finalidade para tudo que fazemos, essa será o bem realizável mediante a ação; e, se há mais de uma, serão os bens realizáveis através dela.

[...] Mas procuremos expressar isto com mais clareza ainda. Já que, evidentemente, os fins são vários e nós escolhemos alguns dentre eles [...], segue-se que nem todos os fins são absolutos; mas o sumo bem é claramente algo de absoluto. Portanto, se só existe um fim absoluto, será o que estamos procurando; [...] chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa.

Ora, esse é o conceito que preeminentemente fazemos da felicidade. É ela procurada sempre por si mesma e nunca com vistas em outra coisa, ao passo que à honra, ao prazer, à razão e a todas as virtudes nós de fato escolhemos por si mesmos (pois, ainda que nada resultasse daí, continuaríamos a escolher cada um deles); mas também os escolhemos no interesse da felicidade, pensando que a posse deles nos tornará felizes. A felicidade, todavia, ninguém a escolhe tendo em vista algum destes, nem, em geral, qualquer coisa que não seja ela própria. [...] A felicidade é, portanto, algo absoluto e autossuficiente, sendo também a finalidade da ação. [...]

Mas dizer que a felicidade é o sumo bem talvez pareça uma banalidade, e falta ainda explicar mais claramente o que ela seja. Tal explicação não ofereceria grande dificuldade se pudéssemos determinar primeiro a função do homem. Pois, assim como para um flautista, um escultor ou um pintor, e em geral para todas as coisas que têm uma função ou atividade, considera-se que o bem e o 'bem feito' residem na função, o mesmo ocorreria com o homem se ele tivesse uma função. [...]

Ora, se a função do homem é uma atividade da alma que segue ou que implica um princípio racional; [...] se realmente assim é, [...] o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, com a melhor e mais completa.

Mas é preciso ajuntar 'numa vida completa'. Porquanto uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso."

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 251, 254-256. (Coleção Os Pensadores)

Questões

1. Aristóteles afirma: "chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa"; e, em seguida, identifica esse bem à felicidade. Justifique essa ideia.
2. Qual é, para Aristóteles, a função do ser humano? Em que sentido a conclusão do filósofo relaciona ética e felicidade?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Dê as características da felicidade elencadas no tópico 2, "A 'experiência de ser'", e desenvolva uma delas. Se for o caso, indique alguma que você considera importante, mas que não foi contemplada.
2. Sob que aspecto Espinosa apresenta uma concepção inovadora da relação corpo-alma?
3. Explique e dê um exemplo de como os filósofos da corrente fenomenológica reagem à tradição que aceita a dicotomia corpo-consciência.

Aplicando os conceitos

4. "O homem é só um laço de relações, apenas as relações contam para o homem." Em que sentido a frase de Saint-Exupéry, autor de *O Pequeno Príncipe*, pode ser interpretada do ponto de vista da busca da felicidade?
5. Leia o texto e responda às questões.

.....

Assim, a alegria é o conteúdo – ora efetivo, ora imaginário – da felicidade, assim como a felicidade é o lugar natural da alegria. É uma espécie de caixa de joias: o erro está em procurá-la por ela mesma, quando ela só vale pela pérola. O erro, aliás, está em procurá-la, pura e simplesmente. Porque é esperá-la para amanhã, onde não estamos, e impedir-se de vivê-la hoje. Cuide antes do que verdadeiramente tem importância: o trabalho, a ação, o prazer, o amor – o mundo. A felicidade virá em acréscimo, se vier, e lhe faltará menos, se não vier. É mais fácil alcançá-la quando se deixa de exigi-la. "A felicidade", dizia Alain, "é uma recompensa que premia os que não a buscam".

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 243-244.

.....

a) Segundo Comte-Sponville, o que é mais importante para alcançar a felicidade?
b) Por que o erro está em procurar a felicidade por si mesma?

6. Analise a seguinte citação e explicite a concepção platônica sobre a relação entre corpo e alma.

.....

O corpo de tal modo nos inunda de amores, paixões, temores, imaginações de toda sorte, enfim, uma infinidade de bagatelas, que por seu intermédio [...] não recebemos na verdade nenhum pensamento sensato. [...] Inversamente, obtivemos a prova de que, se alguma vez quisermos conhecer os seres em si, ser-nos-á necessário separar-nos dele e encarar por intermédio da alma em si mesma os entes em si mesmos. Só então é que nos há de pertencer aquilo de que nos declaramos amantes: a sabedoria.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 73-74. (Coleção Os Pensadores)

.....

7. Atenda às questões:
   a) O que Marcuse quer dizer com a expressão "Eficiência e repressão convergem"?
   b) Explique a frase de Foucault: "O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso".
   c) Embora as teorias desses dois filósofos sejam diferentes, sob que aspecto podemos aproximá-las?
8. No fragmento a seguir, o filósofo Zygmunt Bauman retoma a teoria do frankfurtiano Erich Fromm para analisar a situação do amor na contemporaneidade. Comente a citação e apresente seu ponto de vista a respeito do tema.

.....

"A satisfação no amor individual não pode ser atingida [...] sem a humildade, a coragem, a fé e a disciplina verdadeiras", afirma Erich Fromm – apenas para acrescentar adiante, com tristeza, que em "uma cultura na qual são raras essas qualidades, atingir a capacidade de amar será sempre, necessariamente, uma rara conquista".

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido*: a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 21.

.....

Dissertação

9. Com base no texto a seguir, discuta em sua redação se a felicidade que buscamos é plenamente conforme nossa vontade ou se há alguma interferência dos modelos de vida que vemos nos programas televisivos, nos filmes e nas revistas.

.....

A cultura de massa delineia uma figura particular e complexa da felicidade: projetiva e identificativa simultaneamente. A felicidade é um mito, isto é, projeção imaginária de arquétipos de felicidade, mas é ao mesmo tempo ideia-força, busca vivida por milhões de adeptos.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 125.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 16

Teorias éticas: abordagem cronológica

ROBERT MICHAEL/AFP



Manifestantes alemães protestam contra o grupo xenófobo Pegida e se solidarizam com os franceses após o país ter sido alvo de uma série de ataques terroristas. Dresden (Alemanha), novembro de 2015.

Os principais objetivos deste capítulo são: relacionar as diversas teorias éticas, caracterizar a ética aristotélica, identificar as inovações das éticas helenísticas, avaliar os elementos de ruptura nas éticas de Hume e de Kant, compreender o utilitarismo ético diante do impacto das diferenças sociais, analisar a crítica de Nietzsche aos valores eternos e imutáveis, identificar os conceitos de Heidegger para reconhecer a vida autêntica, comparar a teoria de Kant e a de Habermas.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: virtude, justo meio, hedonismo, ataraxia, heteronomia, autonomia, imperativo categórico, moral de escravos, moral de senhores, autenticidade, ética discursiva.

É recomendável que o aluno pesquise no noticiário para citar fatos concretos, por exemplo: a situação dos imigrantes árabes na França, dos africanos na Espanha, dos turcos na Alemanha, dos latinos nos Estados Unidos e os movimentos da extrema esquerda e da extrema direita, que não só manifestam seu desagrado, mas também chegam às vias da violência.

Sabemos, pelo noticiário, como têm recrudescido nos últimos tempos movimentos neonazistas contra imigrantes, que podem ser sírios, turcos, árabes, africanos, asiáticos ou latino-americanos, em toda a Europa. Isso se chama *xenofobia*. Com a crise financeira mundial iniciada em 2008, a atuação contra imigrantes cresceu em virtude do desemprego estrutural que vem se agravando.

Entre os grupos xenófobos mais atuantes está o Pegida, sigla para *Patriotische Europäer gegen die Islamisierung des Abendlandes* (Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente). O movimento iniciou-se em Dresden (Alemanha), em outubro de 2014, como um grupo de rede social e, em menos de um ano, já contava com milhares de simpatizantes em todo o país. Segundo o Conselho de Migração da Alemanha, o movimento tem grande adesão de pessoas que nunca conviveram com estrangeiros.

Eis um tema para a reflexão moral e ética nos dias de hoje.

1 Diversidade de teorias éticas

Por que estudar as diferentes teorias éticas? Talvez você se pergunte qual é o interesse em saber o que um grego de 2,5 mil anos atrás pensou sobre a felicidade, se hoje o mundo é outro, muito diferente do que era naquele tempo.

Ao estudá-las, porém, percebemos que a discussão sobre ética é muito mais rica e complexa do que suspeitamos. Nossas argumentações alcançariam rigor maior se recorrêssemos aos pensadores que nos antecederam, não para segui-los cegamente, mas para refletirmos com mais propriedade e autonomia.

2 A reflexão ética grega

Na Grécia antiga, a ética estava intrinsecamente ligada à política, ou seja, à administração da pólis. Tratava-se, no entanto, de um campo reservado apenas aos homens livres.

Enquanto isso, na vida privada prevaleciam a desigualdade e a ausência de liberdade, já que mulheres e escravos estavam destinados a manter a subsistência da vida humana em atividades relacionadas ao corpo: a mulher pela procriação e o escravo pelo trabalho manual.

Assim diz a filósofa Hannah Arendt (1906-1975):

> O ser político, o viver numa pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da pólis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos.
>
> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 35-36.

Platão: ética e sabedoria

Em inúmeros diálogos, Platão (c. 428-347 a.C.) descreve as discussões de Sócrates a respeito das virtudes e da natureza do bem, nos quais ressalta a convicção de que a virtude se identifica com a sabedoria, e o vício, com a ignorância. A virtude, portanto, pode ser aprendida.

Na célebre passagem de *A República* em que Platão descreve a alegoria da caverna, reaparece essa ideia: o sábio é o único capaz de se soltar das amarras que o obrigavam a ver apenas sombras e, ao dirigir-se para fora, pode contemplar o Sol, que representa a *ideia do bem*. Portanto, "alcançar o bem" depende da capacidade de "compreender bem".

Aristóteles: a virtude

Aristóteles (c. 384-322 a.C.) aprofundou a discussão a respeito das questões éticas. Na obra *Ética a Nicômaco*, refletiu sobre o fim último de todas as atividades humanas, uma vez que tudo o que fazemos visa alcançar um bem – ou o que nos parece ser um bem. Ao examinar os bens desejáveis, como os prazeres, a riqueza, a honra, a fama, o filósofo observa que estes não são fruídos por si mesmos, mas visam sempre a outra coisa. Pergunta-se, então, qual seria o sumo bem, aquele que é um fim em si mesmo, e não um meio para o que quer que seja, e encontra a resposta no conceito de "boa vida", de "vida feliz" (em grego, *eudaimonía*). Por isso, a filosofia moral de Aristóteles é uma *eudemonia*.

Mesmo que reservasse ao filósofo o exercício mais complexo da racionalidade, Aristóteles reconhecia que as pessoas comuns também aspiram ao saber e se deleitam com ele, satisfeitas por esclarecer dúvidas ou compreender melhor algo que antes lhes parecia confuso.

A vida humana, porém, não se resume ao intelecto e encontra sua expressão na ação, em uma atividade bem realizada. Para Aristóteles, o bem é a ação exercida de acordo com sua excelência ou virtude.

A função própria de um homem é a atividade de sua alma em conformidade com um princípio racional. Aristóteles dá os exemplos de um tocador de lira e de um bom tocador de lira: embora genericamente ambos desempenhem a mesma função, um bom tocador de lira realiza sua atividade com excelência. E continua:

> [...] se realmente assim é [...], o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, e, se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa.
>
> Mas é preciso ajuntar "numa vida completa". Porquanto uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso.
>
> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 256. (Coleção Os Pensadores)

É por isso que a vida moral não se resume a um só ato moral, mas à repetição do agir moral. Em outras palavras, o agir virtuoso não é ocasional e fortuito, mas um hábito, fundado no desejo e na capacidade de perseverar no bem. Do mesmo modo, a felicidade pressupõe uma vida inteira e não se reduz a um só momento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



DAVID REDFERN/GETTY IMAGES

Jimi Hendrix em concerto em Londres (Inglaterra), 1969. Um artista talentoso e com domínio técnico na execução de sua arte é chamado de virtuose.

O justo meio

A moral não é uma ciência exata, pois depende de elementos irracionais da alma, como os afetos fortes das paixões humanas, a fim de submetê-los à ordem da razão. A propósito, Aristóteles desenvolveu a teoria da mediania – ou *justo meio* –, pela qual toda virtude é boa quando é controlada no seu excesso e na sua falta. Em outras palavras, agir virtuosamente é encontrar a mediania entre dois extremos, que são chamados "vícios". Veja alguns exemplos:

- A virtude da coragem torna-se excessiva quando é temeridade (audácia excessiva), e deficiente quando é covardia.
- "Gastar dinheiro" pode significar a virtude da generosidade, da prodigalidade, enquanto seus extremos são a dissipação ou a avareza.
- A virtude da temperança é o meio-termo entre voluptuosidade e insensibilidade.
- No trato com os outros, a virtude é a afabilidade, enquanto seus extremos são a subserviência e a grosseria.

Aristóteles conclui que a virtude é uma espécie de mediania, já que ela visa ao meio-termo:

> A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática.
>
> Idem, ibidem. p. 273.

Ao se referir a um "princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática", Aristóteles reforça o papel relevante de cada um ao definir o que é excesso e o que é falta em uma virtude, porque "às vezes devemos inclinar-nos para o excesso e outras vezes para a deficiência". Por exemplo, a irascibilidade (ira, irritação) pode não ser avaliada como excesso em ocasiões nas quais não convém a apatia ou a tolerância. Por sua vez, alguém que costuma agir de modo temerário talvez classifique a prudência de um corajoso como covardia.

Para refletir

Com base na citação de Aristóteles, analise com um colega comportamentos em que, dependendo das circunstâncias, o justo meio deveria inclinar-se para o excesso ou para a falta. Por exemplo, nos casos de vaidade, vergonha, confiança, gentileza, respeito próprio.

Justiça e amizade

De acordo com Aristóteles, a justiça é uma virtude completa:

> É completa porque aquele que a possui pode exercer sua virtude não só sobre si mesmo, mas também sobre o seu próximo. [...] Por essa mesma razão se diz que somente a justiça, entre todas as virtudes, é o "bem de um outro", visto que se relaciona com o nosso próximo, fazendo o que é vantajoso a um outro, seja um governante, seja um associado.
>
> Idem, ibidem. p. 322.

Dependendo do caso, a justiça pode ser uma virtude moral (quando se refere às relações entre as pessoas) ou política (quando se refere às relações entre os indivíduos e o governo, estabelecidas em leis).

Aristóteles explica a justiça em termos de *proporção* e *igualdade*. Tratar as pessoas com justiça consiste em distribuir os bens em sua devida proporção, o que nos remete à teoria do justo meio: não se deve dar às pessoas nem demasiado nem de menos. Deve haver, portanto, a justa proporção entre o bem atribuído (ou prêmio) e o mérito demonstrado. Ou ainda, caso se trate de uma sanção, uma proporção entre o crime e sua pena.

A justiça deve ser também *distributiva*, quando são consideradas as diferenças entre as pessoas. Nesse caso, a justa distribuição de bens, direitos e responsabilidades está em conformidade com as necessidades e capacidades de cada indivíduo.

Por fim, para Aristóteles, a amizade é a coroação da vida virtuosa, possível apenas entre os prudentes e justos, já que a amizade pressupõe a justiça, a generosidade, a benevolência, a reciprocidade dos sentimentos. Amar a si e aos amigos de maneira generosa e desinteressada é, para Aristóteles, o que há de mais necessário para viver.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Ética helenista

O helenismo caracterizou-se pela fusão das culturas grega e oriental, devido à expansão do Império Macedônico de Alexandre, o Grande, e depois pela conquista romana. Estendeu-se desde o século III a.C. até o século III d.C., considerando o estoicismo romano desde Sêneca até Marco Aurélio.

Certos historiadores compartilham a ideia de que o helenismo representou uma longa decadência em relação ao esplendor da filosofia grega clássica. No entanto, outros estudiosos desfazem a ótica depreciativa para identificá-lo com um novo modo de ver o mundo e a si mesmo. De fato, o helenismo ampliou o espaço restrito da pólis grega numa visão cosmopolita constituída por outros tipos de solidariedade. Advertem Reale e Antiseri:

> O ideal da pólis é substituído pelo ideal "cosmopolita" (o mundo inteiro é uma pólis), e o homem-citadino é substituído pelo homem-indivíduo; a contraposição grego-bárbaro em larga medida é superada pela concepção do homem em uma dimensão de igualitarismo universal.
>
> REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*: filosofia pagã antiga. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007. p. 249. v. 1.

Inicialmente, o helenismo ainda manteve seu epicentro em Atenas. Destacaram-se as correntes do cinismo, epicurismo, estoicismo e ceticismo, que abordaram questões de física, ética e lógica. Das discussões realizadas em suas escolas, participavam não só assíduos discípulos, mas ouvintes ocasionais, até porque, para a nova concepção de filosofia, esse tipo de reflexão devia ser acessível a todos. Não por acaso, Epicuro (c. 341-270 a.C.) dizia:

> [...] que ninguém hesite em se dedicar à filosofia enquanto jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, porque ninguém jamais é demasiado jovem ou demasiado velho para alcançar a saúde do espírito.
>
> EPICURO. *Carta sobre a felicidade*: a Meneceu. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 21.

A noção de "saúde do espírito" denota uma característica comum às escolas helenísticas: a ênfase na discussão sobre a melhor maneira de viver, seja na alegria, seja no infortúnio.

Vejamos as principais tendências que se destacaram no período do helenismo grego.

Epicurismo

Para os epicuristas, também conhecidos como hedonistas, o sumo bem encontra-se no prazer. Atualmente, costuma-se dizer que a civilização contemporânea é adepta do hedonismo, mas em um sentido muito distante do pensamento de Epicuro de Samos, que desprezava os prazeres ligados aos anseios por riqueza, poder, fama ou movidos pela sensualidade desregrada. Essa visão deturpada deve-se àqueles que vislumbravam aspectos materialistas e ateístas em sua física, interpretações intensificadas pelo cristianismo medieval.

Os que leram seus escritos, porém, descobrem que para Epicuro os deuses são felizes por terem serenidade. O filósofo entende essa imperturbabilidade como meta humana: a sabedoria prática é a que permite distinguir os prazeres que podem ser fruídos sem provocar dor ou perturbação. Por isso caracteriza o prazer supremo pela *ausência de dor do corpo* (aponia) e pela *ausência de perturbação da alma* (ataraxia).

Refere-se, então, aos prazeres *naturais* e *necessários*, como comer e beber quando se tem fome ou sede e repousar quando se está cansado. Não rejeita os prazeres *naturais* e *não necessários*, como cultivar amizade, saborear comida e bebida refinadas e vestir-se bem – desde que com comedimento. Despreza, porém, os prazeres *não naturais* e *não necessários*, que fatalmente provocam instabilidade e sofrimento.

Assim diz Epicuro:

> O prazer é o início e o fim de uma vida feliz. Com efeito, nós o identificamos com o bem primeiro e inerente ao ser humano [...]. Embora o prazer seja nosso bem primeiro e inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: há ocasiões em que evitamos muitos prazeres, quando deles nos advêm efeitos o mais das vezes desagradáveis; ao passo que consideramos muitos sofrimentos preferíveis aos prazeres, se um prazer maior advier depois de suportarmos essas dores por muito tempo.
>
> Idem, ibidem. p. 37-38.

Epicuro também refletiu sobre a morte. Segundo ele, a morte nada significa porque não existe para os vivos, e os mortos não estão mais aqui para explicá-la. Lamenta que a maioria das pessoas fuja da morte como se fosse o maior dos males, quando na verdade não há vantagem alguma em viver eternamente. Ferrenho crítico dos mitos e das superstições, Epicuro seguia o materialismo típico do atomismo de Demócrito e considerava que a alma, de natureza material (corpórea), desaparece com a morte. Mais do que ter a alma imortal, vale a maneira pela qual escolhemos viver.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir

Dê exemplos de como hoje as aspirações de muitas pessoas fundamentam-se no hedonismo. Em que sentido se afastam dos princípios que orientaram a filosofia de Epicuro?

Estoicismo

Zenão de Cítio (c. 334-262 a.C.) foi o principal representante do estoicismo. Por não ser cidadão ateniense, não podia comprar uma casa, por isso se reunia com os discípulos no pórtico de prédios que formavam uma galeria com colunas (em grego, *stoá*). Por esse motivo, ficaram conhecidos como estoicos (em grego, *stoikós*) ou filósofos do pórtico.

O estoicismo apresenta semelhanças com o epicurismo, como a defesa do materialismo, a negação da transcendência divina e a concepção da filosofia como "arte de viver". No entanto, contrapunha-se ao epicurismo por desprezar qualquer tipo de prazer, considerado fonte de muitos males. Para alcançar a serenidade (ataraxia), deve-se eliminar as paixões – e não apenas moderá-las –, pois elas só provocam sofrimento. Se a virtude do sábio é viver de acordo com a natureza e a razão, não é o prazer que trará felicidade, mas a virtude.

Outras divergências separam as duas escolas. Ao deus distante dos epicuristas, os estoicos contrapuseram uma concepção panteísta, em que a natureza se encontra impregnada da razão divina. Deus também é corpo, mas é o mais puro dos corpos, perfeito, inteligente e por ele se dá o ordenamento do mundo. Estar submetido ao destino, porém, não significa sucumbir inerte às forças externas, mas entender em que consiste viver conforme a natureza.

Para os estoicos, a melhor maneira de conservar o seu ser é estar em harmonia consigo mesmo, e nisso consiste a aceitação serena do destino. Como é próprio da natureza humana viver racionalmente, cabe à razão substituir o instinto pela vontade, a fim de alcançar a harmonia de vida e, portanto, a sabedoria.

Cinismo

O termo *cinismo* adquiriu nos dias de hoje um sentido pejorativo, atribuído ao indivíduo sem escrúpulos, sarcástico, despudorado. Não é bem esse o significado do movimento que teve início com Antístenes (c. 445-365 a.C.), discípulo de Sócrates. Antístenes foi seguido por Diógenes de Sinope (c. 400-323 a.C.), que viveu em Atenas e se tornou o representante mais famoso do movimento.

O termo cinismo deriva do grego *kyón* e do latim *cyno*, "cão". Variam as hipóteses sobre a procedência desse título. Conforme alguns, talvez se deva ao fato de a escola funcionar no Ginásio Cinosargos (*Kynosarges*, "o cão ágil"). Ou, então, porque os cínicos desejassem viver de forma simples e sem pudores, como um cão: tudo que fosse natural poderia ser feito em público, o que causava escândalo. Foram eles que mais próximo chegaram do afrontamento aos costumes, devido ao desprezo pelas riquezas, honras e convenções, consideradas apenas futilidades.

Como os demais filósofos helenistas, também os cínicos buscavam um novo modo de vida que levasse à felicidade. As maneiras despojadas de Diógenes foram objeto de inúmeros relatos que testemunham como o filósofo colocou em prática sua teoria. Vivia em um tonel de vinho e alimentava-se do que recebia das pessoas. Diziam que ele andava com uma lanterna, à procura de alguém honesto, certamente como crítica à corrupção. Certa vez, Alexandre Magno, que o admirava, disse-lhe para pedir o que quisesse. Ao que Diógenes respondeu: "Não me faças sombra. Devolva meu sol".

4 Concepções éticas medievais

Após a queda do Império Romano do Ocidente (século V), esfacelado em inúmeros reinos bárbaros, a Igreja Católica surgiu como um elemento agregador das diferenças, ao difundir a mesma fé cristã nos diversos países que se constituíam. As teorias estoicas foram bem-aceitas pelo cristianismo – expurgadas do materialismo – ainda na época do Império Romano e fecundaram as ideias ascéticas do período medieval.

Como guardião da cultura greco-romana, o clero adaptou a tradição aos ideais religiosos, dando primazia ao sobrenatural. Como única detentora da educação, a Igreja Católica influenciou fortemente a concepção ética, orientando toda ação humana para a contemplação de Deus e a conquista da vida eterna.

A visão teocêntrica do mundo fez com que os valores religiosos e a noção de pecado sustentassem os critérios de avaliação do bem e do mal, vinculando-os à fé e à esperança de vida após a morte. Na perspectiva cristã, os valores são transcendentes por resultarem de doação divina, o que identifica o sujeito moral ao crente, ao ser temente a Deus.

Ascético: referente à prática da ascese, que consiste no exercício de uma vida austera, pelo controle das paixões, visando à perfeição moral e, em alguns casos, religiosa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agostinho (354-430), bispo de Hipona, foi filósofo e teólogo. Viveu na transição da Antiguidade para a Idade Média e tornou-se o principal representante da Patrística. Refletiu longamente sobre a origem do mal, na tentativa de conciliar a infinita bondade divina com os males do mundo e a possibilidade humana do pecado. Introduziu o conceito de livre-arbítrio e o de "homem interior", concepções que sustentaram sua teoria ética.

A vivência pessoal dos conflitos das paixões humanas, anterior à conversão ao cristianismo, levou Agostinho a enfatizar o exercício da própria vontade para decidir e escolher o bem. Como cristão, o controle das paixões tem em vista a vida futura, única ocasião em que os seres humanos poderiam realmente ser felizes.

Por volta do século XIII, destacou-se o monge beneditino Tomás de Aquino, expoente da Escolástica, tendo produzido uma obra ampla, com destaque para a *Suma teológica*. Sofreu múltiplas influências, sobretudo de Aristóteles, cujos escritos eram de conhecimento recente naquele período. Como os demais teólogos de seu tempo, adaptou a filosofia aristotélica à doutrina cristã, introduzindo temas como a criação divina da alma e sua imortalidade.

Na ética tomista encontram-se ideias agostinianas e estoicas, além da principal influência da *Ética a Nicômaco*, da qual se apropria da ideia do sumo bem, a felicidade. Com a diferença de que, na avaliação cristã, a felicidade humana não se encontra em nenhum bem mundano, mas divino: a felicidade consiste no conhecimento de Deus.



MASSIMO LISTRI/CORBIS/LATINSTOCK – MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, LISBOA

Detalhe do painel direito de *A tentação de Santo Antão* (c. 1500), pintura de Hieronymus Bosch. Com a exaltada imaginação que lhe era peculiar, Bosch retratou Santo Antão em sua ascese.

5 O pensamento moderno

Na Idade Moderna, as teorias filosóficas passaram por mudanças cruciais. O teocentrismo medieval deu lugar a um crescente antropocentrismo: a reflexão filosófica seculariza-se, ou seja, volta a privilegiar seu fundamento racional, separado da religião.

Alterações sociais, políticas e econômicas delinearam uma nova era de ascensão da burguesia, com o florescimento do comércio e do capitalismo liberal. A Revolução Científica produziu outra realidade, pela qual se reconheceu o poder do conhecimento humano, capaz de transformar o ambiente, ou, como se dizia então, de "dominar a natureza" e tornar-se "senhor" dela.

Hume: os sentimentos morais

Diversos filósofos da modernidade se debruçaram sobre a questão ética. Mostramos no capítulo 15, "A felicidade: amor, corpo e erotismo", como Espinosa criou uma teoria original sobre as relações entre corpo e espírito ao criticar a tradicional hierarquia estabelecida entre razão e paixão. Talvez devido à controvertida teoria sobre Deus, sofreu críticas e perseguições, e sua filosofia permaneceu quase desconhecida por longo tempo.

Já o filósofo escocês David Hume (1711-1776) participou de polêmicas por sua oposição ao racionalismo cartesiano. Ao abraçar um empirismo radical, assumiu uma postura declaradamente cética, embora moderada.

Hume divergiu das concepções éticas tradicionais em sua obra mais importante, *Tratado da natureza humana*. Enquanto toda a tradição filosófica priorizava o papel da razão na contenção das paixões, Hume foi enfático ao dizer que a razão não fundamenta a moral, pois esse é o papel do sentimento.

Para ele, são as paixões que determinam a vontade, por isso os atos morais dizem respeito a sentimentos de aprovação ou desaprovação de nossos atos e às sensações de agrado e prazer ou de dor e remorso que deles resultam. Cabe à razão apenas discutir o que é verdadeiro ou falso, enquanto os atos morais requerem juízos de valor, que nos ajudam a identificar as ações como boas ou más, como virtudes ou vícios. O máximo que a razão pode fazer é colaborar com as paixões, orientando-as.

O pensamento de Hume provocou em Kant a reflexão sobre os limites do conhecimento e, consequentemente, sobre o fundamento da ética. É o que veremos a seguir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6 Moral iluminista

O movimento intelectual do século XVIII conhecido como *Iluminismo* ou *Ilustração* exaltou a capacidade humana de conhecer e agir pela "luz da razão". Por consequência, criticou a religião por submeter o indivíduo à heteronomia, que o subjuga a preconceitos e o conduz ao fanatismo. Rejeitou toda tutela apoiada no princípio de autoridade e defendeu o ideal de tolerância e de autonomia do sujeito moral.

Ética kantiana

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) é a máxima expressão do pensamento iluminista. Na obra *Crítica da razão pura*, concluíra não ser possível conhecer as coisas como são em si mesmas. Em outras palavras, as realidades metafísicas (por exemplo, a existência de Deus, a imortalidade da alma, a liberdade humana) não são cognoscíveis.

Em outra obra, *Crítica da razão prática*, Kant analisou o mundo ético e recuperou – então como postulados – aqueles conceitos que rejeitara, ou seja, como pressupostos que permitem explicar a lei moral e seu exercício. Dizendo de outra maneira, enquanto a razão pura se ocupa apenas das ideias, a razão prática volta-se para a ação moral, que decorre da capacidade humana de agir mediante ato de vontade e autodeterminação. Assim Kant se justificou: "Tive de suprimir o saber para encontrar lugar para a fé".

Para saber mais

O conceito de fé tem diversos sentidos e geralmente prevalece o de crença religiosa. No entanto, para Kant trata-se de fé filosófica, baseada na convicção subjetiva, que, embora não forneça garantia teórica, dá suporte à vida moral.

Formalismo moral

Entre os seres vivos, apenas o ser humano é capaz de vida moral, porque seus atos resultam do exercício de sua vontade e são avaliados por ele mesmo como "bons" ou "maus". O que caracteriza uma "vontade boa" é que ela aparece como um mandamento, um imperativo.

Para agir racionalmente, o ser humano precisa de princípios, que são dados pela "consciência moral". Analisando esses princípios, Kant recorreu ao conceito de *imperativo*. Na linguagem comum, um imperativo pode ser entendido como um mandamento, uma ordem qualquer: "Faça!", "Retire-se!". Ou, então, como algo que se impõe, um dever: "Respeitar as pessoas é um imperativo para mim".

Para Kant, o conceito de imperativo significa um enunciado que declara *o que deve ser* e o especifica sob dois aspectos:

- *Imperativo hipotético*. Ordena uma ação como meio de alcançar qualquer outra coisa que se queira, ou seja, a ação é boa porque possibilita alcançar outra coisa além dela. Trata-se de agir tendo em vista benefícios como sentir prazer, adquirir coisas, alcançar a felicidade, ter sucesso etc. Por exemplo: "Seja bom, se quiser ser amado"; "Não roube, se não quiser ir para a prisão"; "Não minta, para não perder a credibilidade".
- *Imperativo categórico*. Visa a uma ação necessária por si mesma, ou seja, a ação é boa em si, e não por ter como objetivo outra coisa. Portanto, é assim chamado por ser incondicionado, absoluto, voltado para a realização da ação tendo em vista o dever. Por exemplo: "Seja bom!"; "Não roube!"; "Não minta!".

Para Kant, a vontade humana é verdadeiramente moral apenas quando regida por imperativos categóricos. Vamos exemplificar retomando a norma moral "Não roube!". Para Kant, ela se enraíza na própria natureza da razão. Se aceitarmos o roubo e se elevarmos essa máxima pessoal ao nível universal, haverá uma contradição, porque, se todos podem roubar, não há como manter a posse do que foi furtado.

Em outras palavras, as concepções éticas que norteiam a ação moral não se baseiam em condicionantes – imperativos hipotéticos –, como alcançar o céu, ser feliz ou evitar a dor, a prisão, ou em qualquer interesse. Pelo imperativo categórico, o agir moralmente se funda com exclusividade na razão. Não se trata, contudo, de descoberta subjetiva, porque visa à universalidade. Nas palavras de Kant:

> Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.
>
> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 129. (Coleção Os Pensadores)

Desse modo, os valores morais não estão "fora de nós", porque somos portadores de uma *vontade livre* e cabe a cada um reconhecer seu dever. Nesse aspecto, apesar de pessoalmente ter convicções religiosas, Kant rejeita as instâncias externas dos mandamentos religiosos, das leis ou das convenções sociais ao afirmar nossa autonomia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Autonomia e dignidade

Todo imperativo impõe-se como dever, mas essa exigência não é *heterônoma* – exterior e cega –, e sim livremente assumida pelo sujeito que se autodetermina. A *ideia de autonomia* e de universalidade da lei moral leva a outro conceito: o da dignidade humana e, portanto, do ser humano como fim, e não como meio para o que quer que seja.

Kant distingue as coisas que têm preço das que têm dignidade. As que têm preço podem ser trocadas por um valor equivalente, mas as que têm dignidade valem por si mesmas e estão acima de qualquer preço. Portanto, apenas os seres humanos – e qualquer um deles – têm dignidade.

Assim diz Kant:

> Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio.
>
> Idem, ibidem. p. 135.

Para refletir



APU GOMES/FOLHAPRESS

Após denúncias da Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho de Campinas investiga oficina de tecelagem em Americana (SP) por exploração de mão de obra boliviana, 2013.

Muitos trabalhadores são aliciados com promessas de bom emprego, boa remuneração e breve retorno econômico. Levados para países, municípios ou estados distantes, são endividados propositadamente, de modo que ficam vinculados ao empregador, o qual detém seus documentos. Vivendo em condições precárias, sofrem todo tipo de intimidação; transferidos de um lugar a outro constantemente, acabam perdendo a noção de onde se encontram. Analise a situação de trabalho escravo recorrendo a argumentos kantianos.

Ao acentuar o caráter pessoal da liberdade, Kant elaborou as categorias da moral iluminista racional e laica. No entanto, sua teoria sofreu críticas devido ao formalismo, por ser fundada na razão universal e abstrata. Para superar essa limitação, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, os filósofos orientaram-se no sentido de descobrir o sujeito concreto da ação moral. É o que veremos na sequência.

Utilitarismo ético

No século XIX, o florescimento do capitalismo industrial e o avanço da tecnologia prometiam a era do conforto e do bem-estar. As discrepâncias entre riqueza e pobreza, entretanto, estavam longe de ser superadas. Esses fatores explicam as discussões a respeito de reforma social, entre os liberais, e de revolução, entre os socialistas.

No contexto das teorias liberais, desenvolveu-se o *utilitarismo*, com a intenção de estender aqueles benefícios a todas as pessoas. Seus principais representantes foram Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873).

Para os utilitaristas, a verdade depende dos resultados práticos alcançados pela ação, o que não significa reduzir grosseiramente a verdade à utilidade. Uma proposição é verdadeira quando "funciona", isto é, permite que nos orientemos na realidade, levando-nos de uma experiência a outra.

Atento ao sofrimento das massas oprimidas, Stuart Mill defendeu a coparticipação de operários na indústria, bem como a representação proporcional na política, a fim de permitir a expressão de opiniões minoritárias. Acirrado defensor da absoluta liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade, valorizou o debate de teorias conflitantes. Sob a influência de sua mulher, Harriet Taylor, feminista e socialista, participou da fundação da primeira sociedade defensora do direito de voto para as mulheres.

Do ponto de vista moral, o utilitarismo representa uma forma atualizada do hedonismo grego. Ao destacar a busca do prazer e tomar o "princípio de utilidade" como critério para avaliar o ato moral, conclui-se que o bem é o que possibilita a felicidade e reduz a dor e o sofrimento. No entanto, esse bem deve beneficiar o maior número de pessoas.

Assim diz Stuart Mill:

> O credo que aceita como fundamento da moral o Útil ou Princípio da Máxima Felicidade considera que uma ação é correta na medida em que tende a promover a felicidade, e errada quando tende a gerar o oposto da felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência da dor; por infelicidade, dor, ou privação do prazer. Para proporcionar uma visão mais clara do padrão moral estabelecido por essa teoria, é preciso dizer muito mais; em particular, o que as ideias de dor e prazer incluem e até que ponto essa questão fica em aberto.
>
> STUART MILL, John. O utilitarismo. In: MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 129.

Bastante aceito no século XIX, o utilitarismo suscitou inúmeras controvérsias. Uma delas seria o critério para decidir quais são os prazeres superiores, quais devem ser desprezados e como conciliar o interesse pessoal com o coletivo.

8 As ilusões da consciência

De maneiras diferentes, Espinosa e Hume já haviam criticado a tradição que atribuíra à consciência a capacidade de dominar as paixões. Na mesma linha, no século XIX e começo do XX, tornaram-se clássicas as rupturas empreendidas por aqueles que foram chamados "mestres da suspeita": Marx, Nietzsche e Freud. Esses três pensadores foram responsáveis por introduzir fissuras na crença de que podemos conhecer a realidade tal como é ou de agir apenas com base em pressupostos racionais sobre os quais teríamos clareza. Mais ainda, que seria preciso abandonar as discussões puramente abstratas sobre a moral e voltar-se para o indivíduo concreto.

Como Marx e Freud são analisados em outros capítulos, vamos nos estender aqui na análise do pensamento de Nietzsche, agora sob o aspecto da sua ética.

Nietzsche: a transvaloração dos valores

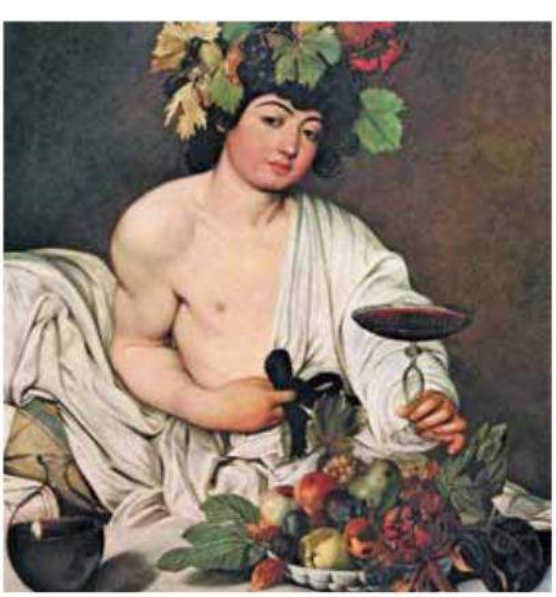
O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) orientou-se no sentido de recuperar as forças vitais, instintivas, subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter sido o primeiro a encaminhar a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. A tendência de desconfiança nos instintos culminou com o cristianismo, que acelerou a "domesticação" do ser humano. Em diversas obras, em estilo apaixonado e mordaz, Nietzsche analisa historicamente a moral e denuncia sua incompatibilidade com a esfera da vida. Em outras palavras, sob o domínio da moral, o ser humano se enfraquece, tornando-se doentio e culpado.

Ao fazer a crítica da moral tradicional, Nietzsche preconiza a "transvaloração de todos os valores". Diz a filósofa Scarlett Marton:

> A noção nietzschiana de valor opera uma subversão crítica: ela põe de imediato a questão do valor dos valores e esta, ao ser colocada, levanta a pergunta pela criação dos valores. Se até agora não se pôs em causa o valor dos valores "bem" e "mal", é porque se supôs que existiram desde sempre; instituídos num além, encontravam legitimidade num mundo suprassensível. No entanto, uma vez questionados, revelam-se apenas "humanos, demasiado humanos"; em algum momento e em algum lugar, simplesmente foram criados.
>
> MARTON, Scarlett. *Nietzsche*: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. p. 50. (Coleção Logos)

Para saber mais

Após a morte de Nietzsche, prevaleceu uma distorção intencional de seu pensamento, para associá-lo ao nazismo e ao antissemitismo. Isso se deveu à atuação de sua irmã Elisabeth, que difundiu suas obras descontextualizando trechos e omitindo outros que melhor explicitavam sua posição, o que desvirtuou a difusão de sua filosofia, claramente contrária ao racismo e ao nacionalismo germânico.



CARAVAGGIO – GALERIA DOS OFÍCIOS, FLORENÇA

Baco (1596-1597), pintura de Caravaggio. Baco é o nome romano de Dioniso, deus grego do vinho e do êxtase. Nietzsche criou os termos "apolíneo" e "dionisíaco" para opor Apolo a Dioniso: o primeiro é o deus da racionalidade, da ordem e da harmonia, ao passo que Dioniso representa o excesso, a inspiração, a exaltação da vida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Genealogia da moral

Considerando que os valores não existiram desde sempre, mas foram criados, Nietzsche propõe a *genealogia* como método de investigação sobre a origem deles. Mostra como foram criadas lacunas – o que não foi dito ou foi recalcado –, permitindo que alguns valores predominassem sobre outros, até se tornarem, aos poucos, conceitos abstratos e inquestionáveis.

Pela genealogia, Nietzsche descobre que os instintos vitais foram submetidos e degeneraram. Denuncia a falsa moral, "decadente", "de rebanho", "de escravos", cujos valores seriam a bondade, a humildade, a piedade e o amor ao próximo. E, desse modo, ressalta os valores comprometidos com o "querer-viver". Distingue então a moral de escravos e a moral de senhores.

a) Moral de escravos

Herdeira do pensamento socrático-platônico e da tradição judaico-cristã, a moral de escravos consiste na tentativa de subjugação dos instintos pela razão. O homem-fera, animal de rapina, é transformado em animal doméstico ou cordeiro. A moral plebeia estabelece um sistema de juízos em que o bem e o mal são valores metafísicos transcendentes, isto é, independentes da situação concreta vivida.

A moral de escravos nega os valores vitais e resulta na passividade, na procura da paz e do repouso. O indivíduo se enfraquece e sua potência diminui. A conduta humana, orientada pelo ideal ascético, torna-se vítima do ressentimento e da má consciência – o sentimento de culpa.

Ao criar a noção de pecado, o sentimento de culpa torna-se um ressentimento voltado contra si mesmo e inibidor da ação. O ideal ascético nega a alegria da vida e faz da mortificação o meio para alcançar a outra vida num mundo superior, do além. As práticas de altruísmo destroem o amor de si, domesticando os instintos.

b) Moral de senhores

A moral que visa à conservação da vida e dos seus instintos fundamentais é positiva porque se baseia no sim à vida e configura-se sob o signo da plenitude, do acréscimo. Ela se funda na capacidade de criação, de invenção, cujo resultado é a alegria, consequência da afirmação da potência. O indivíduo que consegue se superar é o que atingiu o além-do-homem. É aquele que reavalia os valores, para desprezar os que o diminuem e criar outros que tenham compromisso com a vida. Assim diz o professor Roberto Machado:

> [...] para além de bem e mal não significa para além de bom e mau. A dimensão das forças, dos instintos, da vontade de potência permanece fundamental. "O que é bom? Tudo que intensifica no homem o sentimento de potência, a vontade de potência, a própria potência. O que é mau? Tudo que provém da fraqueza."
>
> MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 77.

Vontade de potência

Há quem pense que Nietzsche chega ao extremo individualismo e amoralismo. Muitos até o chamaram de niilista, para acusá-lo de negar os valores, o que não faz jus ao seu pensamento. Ao contrário, o filósofo atribuía o niilismo à moral decadente dos valores tradicionais, que acomodaram o ser humano na mediocridade uniformizadora.

Destruir esses valores é condição para que possam nascer os valores novos do além-do-homem, o que só é alcançado pela *vontade de poder*. Também essa expressão pode levar a confusões: não se trata do poder que domina os outros, mas de forças vitais entorpecidas e recuperadas pelo indivíduo dentro de si "num dionisíaco dizer-sim ao mundo".

O poder é virtude no sentido de força, vigor, capacidade. Portanto, virtude é autorrealização. Se essa moral valoriza a individualidade, o faz tanto para quem a detém como para os outros, pois permite a cada um ser ele mesmo.

9 Heidegger: a autenticidade

No século XIX, diversos filósofos voltaram-se para temas que questionavam o racionalismo excessivo da tradição filosófica. O filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard (1813-1855) foi o primeiro a descrever a angústia como experiência fundamental do ser livre ao se colocar em situação de escolha. No século seguinte, os existencialistas continuaram o caminho por ele aberto, buscando compreender a singularidade da escolha livre.

O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), às vezes enquadrado entre os filósofos existencialistas, recusou essa filiação, argumentando que, na sua filosofia, as reflexões acerca da *existência* não tratam propriamente da existência pessoal, mas constituem análise introdutória ao problema do *ser*. Não resta dúvida, porém, de que inspirou o pensamento de existencialistas, como Jean-Paul Sartre.

Além-do-homem: da expressão alemã *Übermensch*, "sobre-humano", "que transpõe os limites do humano". Em algumas traduções, é usado o termo "super-homem".

Etimologia

Niilismo. Do latim *nihil*, "nada".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Heidegger foi discípulo de Edmund Husserl, principal representante da corrente fenomenológica. Apesar dessa influência, a fenomenologia de Heidegger é hermenêutica (interpretativa), o que lhe permitiu uma nova concepção de relação entre consciência e mundo, entre sujeito e objeto. Mais propriamente, Heidegger critica o dualismo que predominou na tradição filosófica desde Platão e reinterpreta a metafísica ao retomar o conceito de ser no horizonte do tempo.

O "ser-aí"

Na obra *Ser e tempo*, Heidegger segue o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do ser. Desde logo, percebe que o ser humano não é como as coisas e os animais devido à especificidade do seu *existir*. Esse existir é por ele denominado *Dasein*, expressão alemã que significa o "ser-aí", isto é, o ser-no-mundo, porque o ser humano não constitui uma consciência separada do mundo. *Ser* é "estourar", "eclodir" no mundo.

O *Dasein*, como "ser-aí", é um ser "lançado" no mundo; no entanto, o ser humano não se reduz a uma "coisa". Por isso, distinguem-se na existência humana dois aspectos inseparáveis: facticidade e transcendência.

- A *facticidade* é o conjunto das determinações humanas: encontramo-nos no mundo possuindo um corpo com determinadas características psicológicas, pertencemos a uma família, a um grupo social, estamos situados em um tempo e espaço que não escolhemos. Vivemos em um mundo que não criamos e ao qual nos encontramos submetidos em um primeiro instante.
- A *transcendência* é a ação pela qual o ser humano executa o movimento de ir além dessas determinações. Não para negá-las, mas para lhes dar sentido e orientar suas ações nas mais diversas direções. A transcendência é a dimensão da liberdade humana.

Temporalidade e angústia

Apenas o *Dasein* é um ser no tempo. De fato, o "ser-aí" é um ser como possibilidade, como projeto, o que o introduz na temporalidade. Isso não significa apenas ter um passado e um futuro em que os momentos se sucedem passivamente uns aos outros, mas que a existência é esse ato de se projetar no futuro, ao mesmo tempo que transcende o passado, o que não ocorre sem dificuldade. Mergulhado na facticidade, o ser humano tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas que ainda se acha oculto.

A angústia decorre da tensão entre o que o indivíduo é e aquilo que poderá vir a ser, como dono do seu próprio destino. Portanto, a angústia retira o indivíduo do cotidiano e o reconduz ao encontro de si mesmo.

> Na angústia – dizemos nós – "a gente sente-se estranho". O que suscita tal estranheza e quem é por ela afetado? Não podemos dizer diante de que a gente se sente estranho. A gente se sente totalmente assim. Todas as coisas e nós mesmos afundamo-nos numa indiferença. Isto, entretanto, não no sentido de um simples desaparecer, mas em se afastando elas se voltam para nós. Esse afastar-se do ente em sua totalidade, que nos assedia na angústia, nos oprime. Não resta nenhum apoio. Só resta e nos sobrevém – na fuga do ente – este "nenhum".
>
> A angústia manifesta o nada.
>
> HEIDEGGER, Martin. *Que é metafísica?* São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 39. (Coleção Os Pensadores)

Autenticidade da vida

A autenticidade ou a inautenticidade da vida decorrerá do sentido que o ser humano imprimir à ação. A pessoa inautêntica é a que se degrada vivendo de acordo com verdades e normas dadas. A despersonalização a faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que Heidegger chama de mundo do "se" (do "a gente") ao designar a impessoalidade da ação: come-se, bebe-se, vive-se, como todos comem, bebem e vivem. Ao contrário, a pessoa autêntica é a que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas.

Entre as possibilidades, vislumbra-se uma delas, privilegiada e inexorável: a morte. O "ser-aí" é um "ser-para-a-morte". É a consciência da própria morte que possibilita o olhar crítico sobre a existência. Ao contrário, é característica da inautenticidade abordar a morte como "morte na terceira pessoa", ou seja, a morte dos outros, evitando tematizar a própria finitude e, portanto, sem questionar a própria existência.

Etimologia

Facticidade. Do latim *factum*, "fato".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A questão da técnica

Um dos temas abordados por Heidegger foi o da tecnologia, responsável pelo predomínio de um tipo de conhecimento impregnado pela valorização da ciência e da técnica, e da noção de progresso a elas vinculada. Critica os interesses da sociedade industrial, focada em questões práticas, operacionais, e alerta para o fato de que a técnica não é instrumento neutro, podendo ser usada para o bem e para o mal. Essas questões, levantadas na década de 1950, antecipam as preocupações atuais com relação à destruição da natureza, tema recorrente nas reflexões dos filósofos frankfurtianos.

10 Ética contemporânea: o desafio da linguagem

No século XX surgiu uma nova maneira de encarar as questões éticas e morais. A consciência, como era entendida na modernidade, deixou de ser o critério último de avaliação e cedeu lugar para a interpretação da linguagem.[1]

Ética do discurso: Habermas

Na primeira metade do século XX, filósofos como os representantes da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse) analisaram a crise da razão contemporânea, o "eclipse da razão". Para evitar os irracionalismos, queriam recuperar a razão não repressora, capaz de autocrítica e posta a serviço da emancipação humana.

Esses filósofos utilizaram o conceito de *Iluminismo* em sentido amplo, não restrito ao período histórico da *Ilustração*, no século XVIII. Ou seja, um pensador iluminista pertence a qualquer tempo, na medida em que faz uso das luzes da razão para combater as superstições, o arbítrio do poder e para defender o pluralismo e a tolerância.

Em que a tendência iluminista poderia nos ajudar no impasse da busca dos fundamentos da moral? Encontramos algumas pistas no pensamento do filósofo Jürgen Habermas (1929), que desenvolveu a teoria da *ação comunicativa*, conceito básico para a compreensão da chamada "ética do discurso".[2] Dessa tendência também fazem parte Karl-Otto Apel (1922) e Ernst Tugendhat (1930).

A ética discursiva recorre à razão para sua fundamentação. Embora sob a influência de Kant, o conceito de razão em Habermas não se reduz ao de razão reflexiva, mas é ampliado para uma concepção de razão comunicativa. Enquanto na razão kantiana o juízo categórico se funda no sujeito e supõe a razão monológica, o sujeito em Habermas é descentrado, porque a razão comunicativa se apoia no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo, mediada pela linguagem, pelo discurso.

Evidentemente, a interação entre os sujeitos precisa ser feita sem pressões típicas do sistema econômico (que se baseia na força do dinheiro) ou do sistema político (que se funda no exercício do poder). Nesse sentido, no mundo da economia e da política os acordos são pactos, negociações em que prevalecem interesses particulares e, portanto, a racionalidade instrumental.

Ao contrário, a razão comunicativa é mais rica por ser processual, construída na relação entre os sujeitos, como seres capazes de se posicionar criticamente diante das normas. No entanto, a validade das normas não deriva de uma razão abstrata e universal, tampouco depende da subjetividade narcísica de cada um. Ela deriva do consenso encontrado pelo grupo, no conjunto dos indivíduos, em uma "situação ideal de fala".

Desse modo, a subjetividade transforma-se em intersubjetividade, mais propriamente em intercomunicação. A validade da norma funda-se, então, na razão comunicativa e resulta do discurso interpessoal.

Quem é?



LOUISA GOULIAMAKI/AFP

Jürgen Habermas. Foto de 2013.

Jürgen Habermas (1929), filósofo e teórico social alemão, inicialmente sofreu influência da Escola de Frankfurt, para depois seguir caminho próprio, constituindo o que se chamou de "segunda geração" da Escola de Frankfurt. De formação marxista, nem por isso deixou de fazer uma revisão crítica tendo em vista o capitalismo avançado da sociedade industrial contemporânea. Ao analisar as relações entre ciência, técnica e economia política, desenvolveu a teoria do *agir comunicativo*, que contém os conceitos básicos da *ética do discurso*. Escreveu *Teoria e práxis*, *Técnica e ciência como "ideologia"*, *Conhecimento e interesse*, *Consciência moral e agir comunicativo* e *O discurso filosófico da modernidade*, entre outras obras e conferências.

Razão monológica: no contexto, razão reflexiva, que se basta, não depende de ninguém.

[1] Os representantes que valorizam a interpretação da linguagem são os filósofos analíticos, por exemplo, Ludwig Wittgenstein e Richard Rorty.

[2] Consultar o capítulo 11, "Filosofia contemporânea".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© 2016 KING FEATURES SYNDICATE/IPRESS



Hagar (2008), tira de Chris Browne. Hagar é um guerreiro *viking* e pelo visto ele e seus vizinhos não alcançaram o entendimento.

A ação comunicativa pressupõe, portanto, o entendimento entre indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro – ou se deixar convencer – a respeito da validade da norma, até que ela possa ser universalizável, aceita por todos. Instaura-se, então, o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação.

Os críticos da teoria habermasiana levantam a impossibilidade de se alcançar esse ideal. No entanto, a intenção não é realizar a utopia, mas mantê-la como horizonte do discurso. Se pensarmos nas discussões atuais sobre ética aplicada, diante dos problemas comuns a todos os que habitam este planeta, é possível compreender como cada vez mais é necessário rever comportamentos e buscar soluções, ainda que as conclusões sejam revistas com frequência.

11 Ética e responsabilidade

Após a análise de tantas maneiras de avaliar o agir humano, retomamos aqui uma indagação do primeiro capítulo desta unidade: os valores seriam universalizáveis?

Percebemos que a heterogeneidade de comportamentos ficou mais explícita em nossa época tanto porque existe uma intensa e veloz comunicação em rede como porque o eu contemporâneo adquiriu uma multiplicidade de valores por vezes conflitantes.

Essa heterogeneidade manifesta-se, por exemplo, na luta de segmentos sociais tão diversos como de negros, indígenas, mulheres, homossexuais, migrantes e refugiados, que defendem posições mais dignas numa sociedade que os discrimina. Ou, então, nos desafios decorrentes do avanço tecnológico e enfrentados pela nova disciplina da ética aplicada, aberta a discussões múltiplas. Ou, ainda, nas experiências de recrudescimento de atos terroristas e de combate a essas ações, em confronto com o esforço de manter condutas civilizadas sem a perda de conquistas dos direitos humanos.

Trata-se de enfrentamentos, entre tantos outros, a serem assumidos por meio da valorização da *argumentação compartilhada*, de modo que se esclareça a preferência por alguns valores e a validade de alguns critérios. É essa a crença que nos mantém na busca de normas válidas e universalizáveis, ainda que provisórias.

Para Comte-Sponville é possível a conciliação entre o relativo e o universal:

> A moral pode ser ao mesmo tempo relativa (em sua fonte) e universalizável (em seu horizonte). De um ponto de vista prático, é o universal que prevalece, ou deve prevalecer: é isso que está em jogo no combate pelos direitos humanos.

COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc. *A sabedoria dos modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 37.

THE ASAHI SHIMBUN/GETTY IMAGES



Sobreviventes de Hiroshima protestam contra suposto teste com bomba de hidrogênio realizado pela Coreia do Norte. Foto tirada em Hiroshima (Japão), 2016.

A destinação da energia nuclear é um tema controverso: pode ser usada para fins bélicos, mas também em benefício da saúde, além de revelar-se importante fonte energética. A decisão sobre seus fins exige o diálogo amplo e transparente entre nações e diversos setores da sociedade.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Ao analisar a virtude, o que Aristóteles entende por *justo meio*?
2. Cite uma semelhança e uma diferença entre epicurismo e estoicismo.
3. Explique por que a concepção moral de Hume contraria a tradição filosófica.
4. Explique o que Kant entende por *autonomia* e *heteronomia*, no campo da moral.
5. Em que consiste o procedimento genealógico levado a efeito por Nietzsche?

Aplicando os conceitos

6. Leia o trecho a seguir e comente-o, recorrendo aos argumentos de uma das correntes filosóficas analisadas (epicurismo, estoicismo, cinismo).

> Com o capitalismo de consumo, o hedonismo se impôs como um valor supremo e as satisfações mercantis, como o caminho privilegiado da felicidade. Enquanto a cultura da vida cotidiana for dominada por esse sistema de referência, a menos que se enfrente um cataclismo ecológico ou econômico, a sociedade de hiperconsumo prosseguirá irresistivelmente em sua trajetória. Mas, se novas maneiras de avaliar os gozos materiais e os prazeres imediatos vierem à luz, se uma outra maneira de pensar a educação se impuser, a sociedade de hiperconsumo dará lugar a outro tipo de cultura.
>
> LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 367.

7. Em 2014, o instituto de pesquisas Pew Research Center constatou que 86% dos brasileiros afirmam ser necessário crer em Deus para ser uma pessoa moral, enquanto apenas 15% dos franceses compartilham a mesma opinião. Com base nessa informação:
   a) Aplique o conceito de imperativo categórico kantiano para justificar a posição da maioria dos franceses.
   b) Posicione-se a respeito do conteúdo da pesquisa.
8. Tendo em vista a citação de Horkheimer e Adorno, comente a posição de Hitler usando os conceitos estudados neste capítulo.

> Um truque recomendado pelo próprio Hitler é a subdivisão do mundo em ovelhas brancas e ovelhas negras, os bons, a cujo grupo se pertence, e os maus, ou seja, o inimigo criado expressamente para as finalidades da demagogia. Os primeiros estão salvos, os outros condenados, sem transição ou limitação, e sem exame de consciência, como Hitler recomenda numa passagem célebre do *Minha luta*, onde [sic] diz que, para alguém se afirmar com eficácia contra um adversário ou um concorrente, é necessário pintá-lo com as tintas mais carregadas.
>
> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (Orgs.). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 175.

9. Leia a citação abaixo e responda às questões.

> De acordo com a ética do discurso, uma norma só deve pretender validez quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validez dessa norma.
>
> HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 86.

   a) Para Habermas, quando uma norma poderá ser considerada válida?
   b) O consenso sobre uma norma significa sua aceitação definitiva?
   c) Cite uma diferença entre *ética kantiana* e *ética do discurso*.
10. Leia a citação abaixo e atenda às questões.

> O vício escapa-nos por completo, enquanto consideramos o objeto. Não o encontraremos até dirigirmos nossa reflexão para nosso próprio íntimo e darmos com um sentimento de desaprovação, que se forma em nós contra essa ação. Aqui há um fato, mas ele é objeto do sentimento, não da razão. Está em nós, não no objeto. Desse modo, quando declaramos que uma ação ou caráter são viciosos, tudo o que queremos dizer é que, dada a constituição da nossa natureza, experimentamos uma sensação ou sentimento de censura quando os contemplamos.
>
> HUME, David. *Tratado da natureza humana*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 508.

   a) De acordo com esse fragmento do filósofo David Hume, qual é o fundamento da moral?
   b) Com base na leitura do capítulo e na citação, qual a divergência de Hume em relação ao pensamento de sua época?

Dissertação

11. Leia a citação e faça uma dissertação explicando por que "existir é fazer-se carência de ser".

> Existir é fazer-se carência de ser, é lançar-se no mundo: pode-se considerar como sub-homens os que se ocupam em paralisar esse movimento original; eles têm olhos e ouvidos, mas fazem-se, desde a infância, cegos e surdos, sem amor, sem desejo. Essa apatia demonstra um medo fundamental diante da existência, diante dos riscos e da tensão que ela implica; o sub-homem recusa essa paixão que é a sua condição de homem, o dilaceramento e o fracasso desse impulso em direção ao ser que nunca alcança seu fim; mas, com isso, é a existência mesma que ele recusa.
>
> BEAUVOIR, Simone de. *Moral da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 35-36.

Concernido: interessado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Colóquio

A relação corpo e mente

No primeiro dos textos abaixo, extraído do diálogo *Fédon*, Platão relata os últimos momentos de Sócrates, pouco antes de envenenar-se. O assunto principal do filósofo com seus discípulos é a imortalidade da alma, e ele defende uma relação hierárquica entre corpo e mente. Já o filósofo contemporâneo Merleau-Ponty pretende superar o dualismo tradicional e resgatar o corpo e a consciência como dimensões indissolúveis do existir humano.

Texto 1

O corpo como entrave

"*Sócrates* – Quando é, pois, que a alma atinge a verdade? Temos de um lado que, quando ela deseja investigar com a ajuda do corpo qualquer questão que seja, o corpo, é claro, a engana radicalmente.

Símias – Dizes uma verdade. [...]

Sócrates – E, sem dúvida alguma, ela raciocina melhor precisamente quando nenhum empecilho lhe advém de nenhuma parte, nem do ouvido, nem da vista, nem de um sofrimento, nem sobretudo de um prazer – mas sim quando se isola o mais que pode em si mesma, abandonando o corpo à sua sorte, quando, rompendo tanto quanto lhe é possível qualquer união, qualquer contato com ele, anseia pelo real?

Símias – É bem isso!

Sócrates – E não é, ademais, nessa ocasião que a alma do filósofo, alçando-se ao mais alto ponto, desdenha o corpo e dele foge, enquanto por outro lado procura isolar-se em si mesma?

Símias – Evidentemente! [...]

Sócrates – [...] E é este então o pensamento que nos guia: durante todo o tempo em que tivermos corpo, e nossa alma estiver misturada com essa coisa má, jamais possuiremos completamente o objeto de nossos desejos! Ora, este objeto é, como dizíamos, a verdade. Não somente mil e uma confusões nos são efetivamente suscitadas pelo corpo quando clamam as necessidades da vida, mas ainda somos acometidos pelas doenças – e eis-nos às voltas com novos entraves em nossa caça ao verdadeiro real! O corpo de tal modo nos inunda de amores, paixões, temores, imaginações de toda sorte, enfim, uma infinidade de bagatelas, que por seu intermédio (sim, verdadeiramente é o que se diz) não recebemos na verdade nenhum pensamento sensato. [...] Inversamente, obtivemos a prova de que, se alguma vez quisermos conhecer puramente os seres em si, ser-nos-á necessário separar-nos dele e encarar por intermédio da alma em si mesma os entes em si mesmos. Só então é que, segundo me parece, nos há de pertencer aquilo de que nos declaramos amantes: a sabedoria."

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 72-74. (Coleção Os Pensadores)

Texto 2

A experiência do corpo

"A experiência do corpo próprio [...] revela-nos um modo de existência ambíguo. Se tento pensá-lo como um conjunto de processos em terceira pessoa – 'visão', 'motricidade', 'sexualidade' – percebo que essas 'funções' não podem estar ligadas entre si e ao mundo exterior por relações de causalidade; todas elas estão confusamente retomadas e implicadas em um drama único. Portanto, o corpo não é um objeto. Pela mesma razão, a consciência que tenho dele não é um pensamento, quer dizer, não posso decompô-lo e recompô-lo para formar dele uma ideia clara. Sua unidade é sempre implícita e confusa. Ele é sempre outra coisa que aquilo que ele é, sempre sexualidade ao mesmo tempo que liberdade, enraizado na natureza no próprio momento em que se transforma pela cultura, nunca fechado em si mesmo e nunca ultrapassado. Quer se trate do corpo do outro ou de meu próprio corpo, não tenho outro meio de conhecer o corpo humano senão vivê-lo, quer dizer, retomar por minha conta o drama que o transpassa e confundir-me com ele."

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 268-269.

Questões

1. Faça uma síntese da concepção de Sócrates/Platão sobre a relação corpo-espírito.
2. Como Merleau-Ponty justifica que o corpo não é um objeto?
3. Do seu ponto de vista, a concepção socrático-platônica tem adeptos ainda hoje? Justifique.

Filme Frances Ha

Dir.: Noah Baumbach | **País:** Estados Unidos | **Ano:** 2012 | **Dur.:** 95 min

Frances é uma aspirante a dançarina de 27 anos que divide um apartamento em Nova York com sua melhor amiga, Sophie. Ambas tentam conquistar a independência financeira e afetiva dos pais para trilhar os próprios caminhos. A situação transforma-se quando Sophie resolve mudar-se e Frances se vê sozinha, tendo ainda de lidar com o fracasso profissional. Diante das situações frustrantes, entretanto, ela consegue viver momentos felizes, desfazendo aos poucos medos e inseguranças.

Fique atento

- À dança, usada também como expressão dos estados de espírito da personagem.
- Ao humor e à leveza para tratar de assuntos complexos, como o processo de amadurecimento.
- À amizade entre Frances e Sophie.

Analise e responda

1. O filme retrata uma forte amizade, mas que está sujeita a desentendimentos e crises. Podemos relacioná-la com o conceito de *philía* trabalhado por Aristóteles?
2. Pode-se dizer que Frances encontra a felicidade? Justifique.

Livro Não me abandone jamais

Autor: Kazuo Ishiguro | **Editora:** Companhia das Letras | **Ano:** 2005

Kathy H. relembra sua infância e adolescência em Hailsham, um lugar que à primeira vista parece ser um colégio interno. Aos poucos, percebe-se que esse ambiente e as crianças que o habitam guardam um segredo. Por meio das descrições do dia a dia na instituição, do trato dos professores com os alunos e das relações de amizade, o leitor vai sendo conduzido para desvendar um segredo que revela a razão da existência do lugar e dos próprios alunos. Com sensibilidade e sutileza, o escritor japonês Kazuo Ishiguro (1954) constrói uma narrativa que problematiza os limites éticos de experimentos científicos envolvendo manipulação genética.

Fique atento

- À reação da "Madame" diante das crianças do internato.
- Ao mecanismo de negação adotado pelos alunos diante de sua verdadeira condição.
- Às discussões sobre a natureza dos internos, levadas adiante pelos representantes do mundo exterior na obra, como a "Madame" ou *Miss* Emily.

Analise e responda

1. Os habitantes do internato têm sua existência condicionada a ser um simples meio de manter a vida das pessoas para quem doariam órgãos. Em que medida isso configura um problema ético?
2. O livro exacerba a questão da manipulação genética, com a existência de clones destinados a fornecer órgãos para pessoas doentes. No entanto, as pesquisas que envolvem células-tronco, por exemplo, têm papel importante na busca pela cura e pelo tratamento de doenças. Qual é o limite ético para esse tipo de pesquisa? Justifique seu posicionamento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE V

Filosofia política

Com três dias, eles voltaram de novo.

Ele falou assim pra nós: "É, eu vim falar de novo para vocês! É não sair para canto nenhum!".

Falei: "É, nós não vamos sair mesmo não!!".

Aí já tinha tocado fogo no paiol de arroz... que era da comunidade... era pouca, pequena gente, né? Aí chegaram, mesma coisa de novo, com a tropa deles, quase invadindo mesmo assim, tudo! Um já ia queimando o paiol de arroz... derramava o que tinha da gente... esculhambava tudo... Ele falou: "Ó, vocês não vão usar nada aqui não!".

E as crianças chorando, com medo... e fome! Até hoje eu me sinto, assim, as minhas irmãs, aconteceu, na época, né? Eles era [sic] tudo pequenininho... Pediam pra mim... arrumar comida para elas – e não tinha como, porque os militares já tinham bagunçado tudo! Queimaram o paiol de arroz, queimaram farinha, tudo! Incendiaram na aldeia tudo, queimou a aldeia todinha! Aí nós ficamos sem a casa, num tinha onde ficar! Ainda bem que era verão, é... em agosto, né?

Depoimento de Tawé. In: BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 704-705. v. 1. Disponível em <www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 22 fev. 2016.

Na filosofia, quando tratamos de política e recorremos aos pensadores da tradição, costumamos nos deparar com questões que vão desde a democracia ateniense ao totalitarismo no século XX. Inúmeros assuntos podem ser trazidos à tona para que se estabeleça uma ponte entre o pensamento filosófico e a realidade do país e do aluno. Aqui, escolhemos partir das sociedades tradicionais, da luta indígena pela garantia de seus direitos constitucionais. Vale discutir em sala de aula parte do artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis."

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.



Capítulos

17 **A construção da democracia**, 226

18 **Direitos humanos**, 242

19 **Política antiga e medieval**, 255

20 **Da construção do Estado moderno ao liberalismo**, 266

21 **Teorias socialistas**, 278

22 **Política contemporânea**, 288

O depoimento transcrito na página anterior, dado pelo indígena Tawé, integra o relatório entregue pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) ao Governo Federal em dezembro de 2014. Essa comissão foi criada com a finalidade de apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. As memórias de Tawé, recuperadas de 1973 (período em que o país estava sob uma ditadura militar), descrevem atentados à integridade física e à dignidade humana perpetrados pelos militares, que acreditavam em um apoio circunstancial dado pelos indígenas aos guerrilheiros do Araguaia. Segundo os membros da comissão, "A certeza dos militares de que muitos dos camponeses e indígenas interrogados tinham pouco a contribuir com a perseguição aos guerrilheiros comprova que a prática da tortura não buscava somente a obtenção de informações, mas, sobretudo, instituir uma cultura do medo".

Questões

1. Para você, qual é a relação entre *poder* e *medo*?
2. Por que é de interesse público investigar violações de direitos humanos?

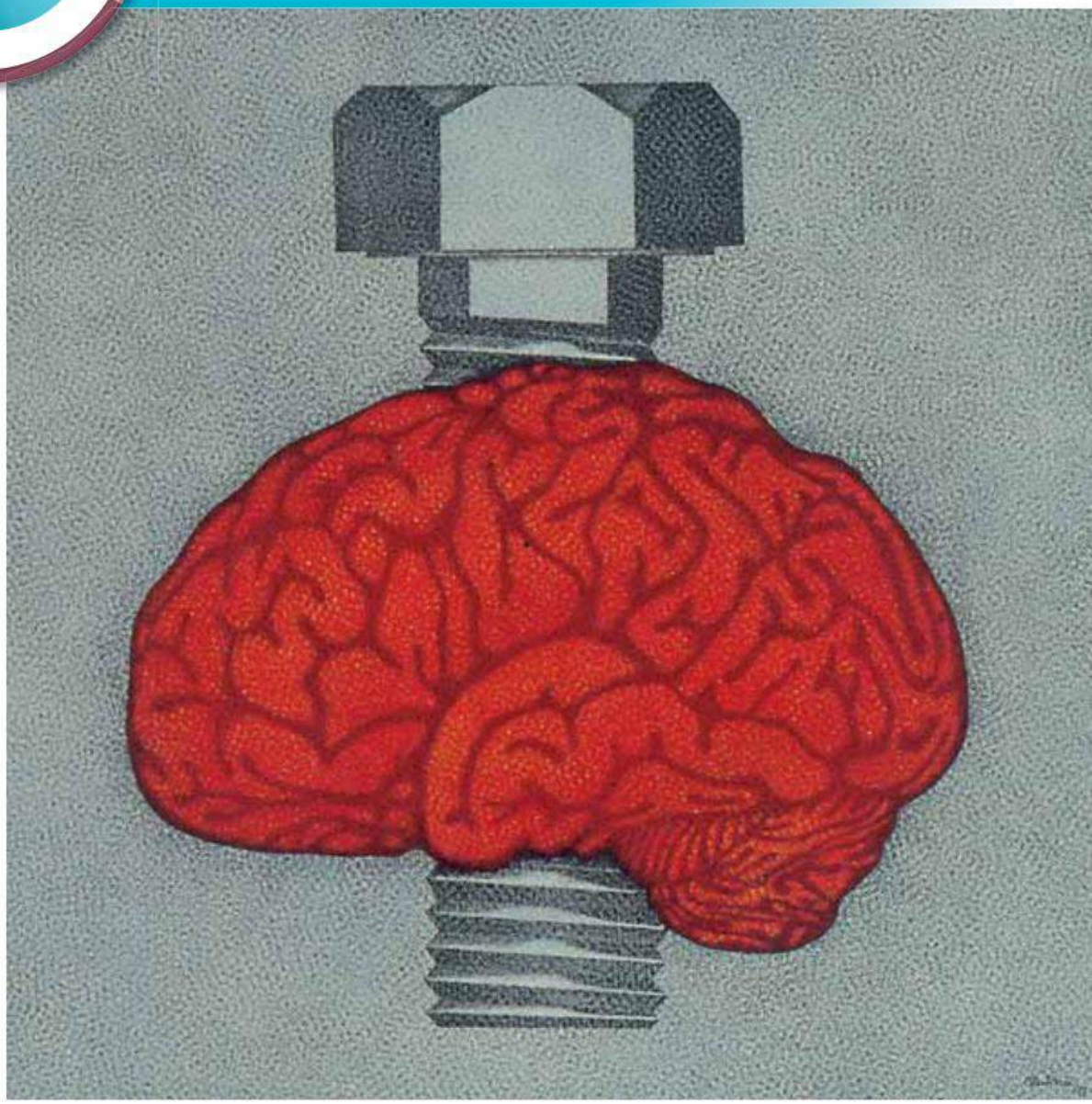


Indígenas de diferentes etnias protestam, sob chuva, contra a PEC 215, na Praça dos Três Poderes, Brasília, em abril de 2015. A PEC 215 propõe que seja transferida para o Congresso Nacional a atribuição de oficializar as Terras Indígenas. Os manifestantes reclamam que sua aprovação significaria, na prática, a paralisação dos processos de regularização de áreas protegidas. Esse é mais um exemplo de empenho político dos povos indígenas.

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO

CAPÍTULO 17

A construção da democracia



CLAUDIO TOZZI/ACERVO DO ARTISTA

Obra sem título (1977), pintura de Claudio Tozzi.

Os principais objetivos deste capítulo são: relacionar poder e força, identificar a formação do Estado moderno, compreender a legitimação do poder, caracterizar o poder democrático, comparar os aspectos formal e substancial do regime democrático, examinar o conceito de cidadania, distinguir as áreas do exercício democrático, diferenciar totalitarismo de autoritarismo, investigar o conceito de banalidade do mal, analisar os conceitos de Estado e religião, entender o conceito de fundamentalismo religioso, comparar os tipos de extremismo religioso e distinguir civilização de barbárie. Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: política, poder, força, Estado, princípio da legalidade, legitimidade do poder, democracia formal e substancial, totalitarismo, banalidade do mal, regimes autoritários, laicidade, fundamentalismo e terrorismo.

O artista Claudio Tozzi participou ativamente de movimentos de resistência à ditadura militar implantada no Brasil em 1964. Foi preso e teve parte de sua obra destruída. Criou diversos painéis de viés político com a imagem de Che Guevara "procurado vivo ou morto", em que o líder da Revolução Cubana aparece entre pessoas pobres e crianças abandonadas. Na década de 1970, realizou uma série de gravuras tematizando o parafuso que, segundo Tozzi, é altamente estético. Certamente essa apreciação tem também um sentido político: atravessando o cérebro, o parafuso pode ser metáfora da manipulação de ideias ou do impedimento de que elas sejam expressas.

Pode-se analisar mais detidamente o significado do parafuso, um símbolo da indústria, na pintura política de Claudio Tozzi. Para que serve um parafuso? Objeto que perfura e prende, serve nessa pintura como metáfora de algo que agride e aprisiona o pensamento; sem liberdade, este é alvo da censura ou está submetido à cultura hegemônica. A partir daí, é possível adentrar na discussão sobre o perigo da censura para a democracia e de uma padronização de comportamentos imposta cultural e politicamente.

1 Conceito de política

Na conversa diária, a palavra ***política*** tem diferentes sentidos. A alguém muito intransigente, pede-se que seja "mais político", para aprender a negociar atitudes. A referência à "política" da empresa, da escola ou da Igreja tem em vista a estrutura de poder interno dessas instituições. Há também o sentido pejorativo de política como "politicagem", o exercício equivocado do poder público em que predominam interesses particulares sobre os coletivos.

Afinal, de que trata a política? *A política é a arte de governar, de gerir o destino da cidade*. Ao acompanharmos o movimento da história, constatamos que essa definição adquire nuanças as mais diferentes, conforme cada contexto temporal/espacial, obedecendo às especificidades de cada época e sociedade, bem como variam as expectativas a respeito da atitude do agente político.

Múltiplos são os caminhos, se quisermos estabelecer a relação entre política e poder; entre poder, força e violência; entre autoridade, coerção e persuasão; entre Estado e governo etc. Por isso, é complicado tratar de política "em geral". É preciso delimitar as áreas de discussão.

Abordaremos algumas dessas questões nos capítulos desta unidade.

Etimologia

Política. Do grego *politikós*, que deriva de pólis, "cidade".

2 Poder e força

A política trata das relações de poder. *Poder* é a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. O poder supõe dois polos: o de quem o exerce e o daquele sobre o qual é exercido. Portanto, o poder é uma relação ou um conjunto de relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos. Para que alguém exerça poder, é preciso ter *força*, entendida como instrumento para seu exercício. Quando falamos em força, é comum pensarmos imediatamente em força física, coerção ou violência, mas, na verdade, esses são apenas alguns dos tipos de força. Sobre o tema comenta o filósofo francês Gérard Lebrun (1930-1999):

> Se, numa democracia, um partido tem peso político, é porque tem força para mobilizar certo número de eleitores. Se um sindicato tem peso político, é porque tem força para deflagrar uma greve. Assim, força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa. A força não é sempre (ou melhor, é rarissimamente) um revólver apontado para alguém; pode ser o charme de um ser amado, quando me extorque alguma decisão (uma relação amorosa é, antes de mais nada, uma relação de forças; conferir as *Ligações perigosas*, de Laclos). Em suma, a força é a canalização da potência, é a sua determinação. E é graças a ela que se pode definir a potência na ordem das relações sociais ou, mais especificamente, políticas.
>
> LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 11-12. (Coleção Primeiros Passos)

Para refletir

ETIENNE GEORGE/RUE DES ARCHIVES/LATINSTOCK



Michelle Pfeiffer e John Malkovich na adaptação para o cinema de *Ligações perigosas* (1988), dirigida por Stephen Frears.

Ligações perigosas é um romance epistolar – construído com base em cartas – escrito pelo francês Choderlos de Laclos, no século XVIII. Adaptado para o cinema em 1988, com direção de Stephen Frears, a história se passa em ambientes luxuosos da nobreza francesa decadente, no período que antecedeu a Revolução Francesa. Relata uma aposta feita entre a marquesa de Merteuil e o visconde de Valmont, conhecido por suas conquistas amorosas. O desafio seria seduzir uma bela mulher casada, tímida e fiel ao marido. Valmont camufla seus interesses pessoais, egoístas, simulando genuíno afeto. No entanto, nessa história trágica, uma vez desencadeado o jogo de sedução – um jogo de forças –, os acontecimentos fogem do controle dos "jogadores", porque da atração, ainda que artificialmente provocada, pode florescer um sentimento verdadeiro. Reflita: sob que aspectos é imoral a aposta feita pelos dois nobres?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Institucionalização do poder do Estado

Entre tantas formas de força e poder, neste capítulo nos interessam as exercidas pela política. Desde o início das discussões sobre o poder político na Antiguidade, os termos para designar as distintas formas de governo eram pólis, entre os gregos, e, para os romanos, *civitas* ("cidade") ou *res publica* ("coisa pública"). Embora atualmente exista o costume de usar o termo *Estado* para nomear diversos tipos de estrutura política, trata-se de um conceito que começou a surgir no final da Idade Média e consolidou-se na Idade Moderna. No século XVI, o italiano Nicolau Maquiavel foi um dos intelectuais que passaram a usá-lo com maior frequência, atribuindo ao termo o significado específico de "condição de posse permanente e exclusiva de um território e o comando sobre os seus respectivos habitantes".

A nova designação indicava uma mudança fundamental do conceito de política. Na maioria das nações medievais o poder do rei era até certo ponto nominal e simbólico, restrito às terras de sua propriedade. Por sua vez, os senhores feudais dispunham de exército próprio, cunhavam moedas, estabeleciam tributos, decidiam a guerra e a paz, administravam a justiça.

Esse tipo de fragmentação do poder feudal (policentrismo) colocava entraves à prosperidade comercial da burguesia nascente, o que explica seus esforços para fortalecer o poder central, concentrado na figura do rei. Desse modo, a formação de monarquias nacionais representou o surgimento do Estado, entendido como a posse de um território sobre o qual se está apto a criar e a aplicar leis, recolher impostos e montar um exército nacional.

Na transição para o novo Estado moderno ocorreram lutas religiosas durante os séculos XVI e XVII, que, uma vez superadas, abriram caminho para fundamentar a laicidade do Estado. De acordo com essa concepção, o poder político baseia-se exclusivamente nos interesses da ordem e do bem-estar da população, e não na fé.

De acordo com a interpretação do filósofo e sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), o Estado moderno é reconhecido por dois elementos constitutivos: a presença do *aparato administrativo* para prestação de serviços públicos e o *monopólio legítimo da força*. Desse modo, retirava-se de indivíduos ou grupos o papel de "fazer justiça com as próprias mãos", o que representou um ganho no processo civilizatório.

Com o aperfeiçoamento desses atributos do Estado, nos séculos seguintes, chegou-se ao *princípio da legalidade*, que garante o poder legítimo como aquele que depende do *estado de direito*, conceito segundo o qual todo julgamento só pode ser feito por leis estabelecidas: "Não há crime, nem pena, sem prévia definição legal". Esse princípio foi de grande importância no confronto do arbítrio de governos absolutos durante o século XVIII.

Para saber mais

O estado de direito faz parte das constituições ocidentais contemporâneas. No artigo 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consta que: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

4 Estado e legitimidade do poder

Embora a força física seja condição necessária e exclusiva do Estado para o funcionamento da ordem na sociedade, não é condição suficiente para a manutenção do poder. Ele precisa ter *legitimidade*, ou seja, certo grau de *consenso* que assegure a obediência dos governados e dispense o recurso à força.

A legitimação do poder pressupõe, portanto, um fundamento ético, pelo qual seja justificado como *justo*, o que leva também à justificação jurídica, pela formulação da lei.

Ao longo da história humana foram adotados os mais diversos *princípios de legitimidade do poder*:

- nos Estados teocráticos, o poder legítimo deriva da vontade de Deus;
- nas monarquias hereditárias, é transmitido de geração a geração e mantido pela força da tradição;
- nos governos aristocráticos, apenas os melhores exercem funções de mando; o que se entende por "melhores" varia conforme o tipo de aristocracia: dos mais ricos, dos mais fortes, de linhagem nobre ou da elite do saber, como Platão desejava;
- na democracia, nasce da vontade do povo.

A discussão a respeito da legitimidade do poder é importante na medida em que a obediência é prestada apenas ao poder consentido, situação na qual é voluntária e, portanto, livre. Caso contrário, abre-se a brecha do direito do cidadão à resistência.

Laicidade: qualidade do que é laico; exclusão das instituições religiosas no processo político e/ou administrativo.

Consenso: concordância; uniformidade de opiniões.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Regimes democráticos

Na formação do Estado moderno, percebe-se a necessidade de as nações ocidentais estabelecerem relações livres, reguladas pela lei e, portanto, sem o arbítrio de senhores e reis. Evidentemente, nesse processo transparece o interesse das novas forças econômicas que gestavam o capitalismo e adquiriram o consenso com base nas teorias liberais.

O ideal de liberdade e de igualdade tomava corpo, ampliando o debate ao longo dos séculos seguintes, ora com ênfase na liberdade, ora na aspiração por igualdade. Definiam-se, desse modo, as aspirações políticas por regimes cada vez mais democráticos.

A palavra *democracia* é de origem grega e significa "governo do povo", "governo de todos os cidadãos".[1] A democracia foi uma invenção dos gregos da Antiguidade, que elaboraram teoricamente esse conceito e implantaram o regime democrático na pólis. Em Atenas, no século VI a.C., a ágora – praça pública – era o local de encontro dos cidadãos, onde se discutiam os problemas da cidade. A mais famosa ágora foi a de Atenas, onde, além das instituições políticas, eram construídos os tribunais, o templo e o mercado para as transações comerciais.

Alguns minimizam o valor e a originalidade da democracia grega diante da constatação de que em Atenas, no século V a.C., era muito baixa a porcentagem de cidadãos autorizados a participar das assembleias, já que escravos, mulheres e estrangeiros eram delas excluídos. No entanto, é notável a invenção desse regime, em que a política aristocrática foi substituída pela participação de cidadãos, independentemente de sua classe social.

A escolha de políticos era feita por sorteio, para que qualquer um pudesse ser alternadamente "governante e governado". O regime grego caracterizou-se pela *democracia direta* – e não pela *representativa*, como é a nossa –, porque decisões eram tomadas diretamente pela assembleia popular. Ainda mais, prevalecia o pressuposto de que todos são iguais perante a lei (*isonomia*) e têm o mesmo direito à palavra (*isegoria*).

Ao longo da história, essa primeira expressão de democracia encontrou teóricos e ativistas que desejaram revivê-la. Constituiu-se de maneira lenta e irregular, ora acentuando um valor, ora desprezando outro, diante das exigências de *liberdade* e *igualdade*.

O lugar do poder na democracia

Considerando que *política* significa "o que se refere ao poder", resta-nos perguntar: qual é o lugar do poder na democracia? Segundo a filósofa Marilena Chaui, as determinações constitutivas do conceito de democracia são as ideias de *conflito*, *abertura* e *rotatividade*.[2]

a) Conflito

Para muitos, o conflito carrega um sentido pejorativo, entendido como algo para se evitar a qualquer custo. Contudo, divergir é inerente à sociedade pluralista: a democracia respeita o pensamento divergente, os discursos plurais, bem como admite a heterogeneidade de interesses. Faz parte da democracia ser ela mesma constantemente questionada. Por não se camuflar, o conflito de poderes em sociedades democráticas é trabalhado pela discussão, pelo confronto de ideias: por isso a democracia é histórica e está sempre se recriando.

b) Abertura

Na democracia, a informação circula livremente e a cultura não é privilégio de alguns. A circulação não se reduz ao mero *consumo* de informação e cultura, mas pressupõe igualmente a *produção* de informação e cultura, que a enriquece, daí a necessidade de não fazer delas privilégio de poucos. Do mesmo modo, produtos culturais mais elaborados e supostamente inacessíveis às camadas mais pobres não devem ser reservados a poucos nem vulgarizados de maneira deformadora.

c) Rotatividade

Numa sociedade democrática, as funções de decisão e direção não pertencem a um grupo ou uma classe, mas encontram-se disponíveis para que outros setores da sociedade sejam legitimamente representados. Durante o período de eleições aparece mais claramente a noção de soberania popular: o lugar do poder apresenta-se desocupado, por não ser propriedade de seus ocupantes anteriores.

O filósofo francês Claude Lefort (1924-2010) defendeu que o lugar do poder é o *lugar vazio*, com o qual ninguém pode identificar-se, por ser exercido transitoriamente. Ao contrário, nos governos não democráticos, a pessoa investida de poder pretende dele se apossar por toda vida, como se fosse seu proprietário.

[1] Para mais informações sobre o nascimento da pólis e da democracia, consultar o capítulo 2, "As origens da filosofia".

[2] CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 214-215.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6 Vivemos uma democracia?

Será que o Brasil é um país democrático? Haverá quem responda afirmativamente sem titubear. Como justificativa, pode-se argumentar que, após os anos sombrios da ditadura militar, iniciados com o golpe de 1964, o Brasil recuperou liberdades perdidas: eleições livres; liberdade de pensamento e de expressão; liberdade de imprensa; ressurgimento de associações representativas, como partidos, sindicatos e diretórios estudantis; não repressão a reivindicações e greves.

No entanto, seria melhor dizer que o Brasil *é* e *não é* uma democracia. Para entender essa aparente contradição, vamos nos apoiar no jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio (1909-2004), que estabelece a distinção entre *democracia formal* e *democracia substancial*.

- *Democracia formal* consiste no conjunto das instituições características desse regime: voto secreto e universal, autonomia dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento e de expressão, pluralismo e assim por diante. Trata-se, propriamente, das "regras do jogo" democrático, que estabelecem os *meios* pelos quais a democracia é exercida.
- *Democracia substancial* diz respeito não aos meios, mas aos *fins*, aos resultados do processo. Entre esses valores, destaca-se a efetiva – e não apenas ideal – igualdade política, social, econômica e jurídica. Portanto, a democracia substancial avalia os conteúdos alcançados: se de fato todos são iguais perante as leis e têm moradia, educação, emprego, acesso ao poder e à cultura etc.

Ao observar diversos países, constata-se que alguns apresentam conquistas de democracia formal, embora não tenham estendido a todos as promessas da democracia substancial: é o caso de países liberais, incluindo o Brasil.

Em outros, a democracia substancial é implantada sem que se dê atenção à democracia formal. É o caso de democracias *para o povo*, mas não *pelo povo*, como ocorreu em países socialistas, por exemplo os da antiga União Soviética (da qual fazia parte a Rússia) e Cuba. Nessas experiências políticas, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do sistema de saúde caminharam ao lado da censura a intelectuais e da perseguição a dissidentes. Portanto, para garantir a democracia substancial, a democracia formal foi adiada, com a promessa – não cumprida – de ser um estado provisório.



RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Cadeirante aguarda embarque em ônibus adaptado, em Curitiba (PR), 2014. Medidas que facilitam a locomoção de pessoas com deficiência procuram instaurar a democracia substancial.

Bobbio completa:

> O único ponto sobre o qual uns e outros poderiam convir é que a democracia perfeita – que até agora não foi realizada em nenhuma parte do mundo, sendo utópica, portanto – deveria ser simultaneamente formal e substancial.
>
> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1986. p. 329.

7 Áreas de exercício democrático

Para compreendermos as contradições dos governos ditos democráticos, vejamos como os dois aspectos da democracia – formal e substancial – expressam-se em quatro áreas possíveis de exercício democrático: política, social, econômica e jurídica.

Democracia política

O coração da democracia encontra-se no reconhecimento do valor da coisa pública, separada de interesses particulares. Não se é "proprietário" do poder, por isso o poder democrático deve ser rotativo e seus governantes, escolhidos pelo voto.

O acesso ao poder na democracia política é ascendente, isto é, se exerce "de baixo para cima", pela escolha popular e com garantia de oposição efetiva. Por isso, é importante a regulamentação do sistema pluripartidário livre e do sufrágio universal e secreto, bem como a transparência da ação de políticos.

Sufrágio universal: sistema em que os eleitores constituem a totalidade de cidadãos com capacidade legal para o voto. Concretamente, processo histórico de extensão do voto para inclusão de mulheres, segmentos mais pobres e analfabetos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O voto em época de eleição, embora importante, não é suficiente. Nos últimos tempos, os partidos políticos têm perdido o estofo ideológico, enquanto profissionais de *marketing* influenciam a *performance* do candidato, desde a aparência física, gestos e entonação de voz até a seleção do que deve ou não ser dito, o que causa impacto entre eleitores e pode favorecer determinada candidatura em detrimento de outra. Esses aspectos, acrescidos de problemas relativos ao desequilíbrio de financiamento de campanhas eleitorais, com altos índices de corrupção, têm estimulado o debate público na direção da urgente reforma política.

Como o próprio nome indica, *cidadão* é quem pertence à *cidade*, independentemente da extensão que possamos dar ao termo. Não só: cidadão é também aquele que participa do poder. Trata-se da dimensão pública pela qual nos envolvemos na discussão de um destino comum. Para que interesses particulares não se sobreponham aos coletivos, o cidadão precisa aprender a distinguir entre *público* e *privado*, já que é um sujeito de direitos e obrigações, entre os quais podemos destacar:

- *Direitos civis*: vida, segurança, propriedade, igualdade perante a lei, liberdade de pensamento, expressão, religião, opinião e movimento, entre outros.
- *Direitos sociais*: saúde, educação, trabalho, lazer, acesso à cultura, proteção em caso de desemprego ou doença etc.
- *Obrigações*: pagamento de impostos, responsabilidade coletiva, solidariedade e participação efetiva, no sentido de desempenho da cidadania ativa muito além do importante ato de votar.

Na sociedade predominaria apatia ou risco de manipulação, caso os indivíduos não participassem da comunidade como cidadãos ativos, interessados nas questões políticas de diversas esferas de poder. Para tanto, é necessária a educação política, já que a cidadania só se efetiva quando exercida. Como capacitar-se para exercê-la ativamente?

A educação formal contribui para esse processo, embora o aprendizado seja possível nos mais diversos espaços: em casa, na rua, no trabalho, na escola. Sempre haverá o que criticar e melhorar onde prevalecem relações autoritárias, falta de respeito, ausência de compromisso com o bem comum. A atuação coletiva pode ser condição de mútua aprendizagem.

Outra maneira de ampliar a efetivação do exercício democrático ocorre paralelamente à multiplicação de órgãos representativos da sociedade civil, a fim de ativar a participação dos cidadãos em geral. Esses grupos tanto podem ser ocasionais como perenes. Alguns exemplos emblemáticos são: partidos políticos, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), associações de bairro, mutirões. Com objetivos os mais diversos: definição de ideologias partidárias, defesa de trabalhadores de determinado setor econômico, proteção de interesses de uma comunidade ou bairro, combate à violência, luta pelos interesses da população sem-teto ou sem-terra, denúncia de torturas, proteção de testemunhas de crimes que sofrem ameaças, preservação do meio ambiente.

Além dessas tentativas para ampliar a participação cidadã, reuniões em praça pública e manifestações de rua há muito são recursos para reivindicações populares. No entanto, houve um recrudescimento desse tipo de atuação no Brasil em 2013, de início motivado pela rejeição do aumento de tarifas de transporte público e, posteriormente, ampliado por uma variedade de demandas.

Muitas têm sido as interpretações para a ocorrência dessas manifestações, mas vamos nos restringir a indicar o uso de redes sociais como instrumento de mobilização. Por resultarem de discussões anteriores e "convocação" por via digital, conseguem reunir pessoas de convicções e ideologias diferentes (até opostas) e despertam comportamentos às vezes muito distantes de ideais democráticos.[3]

Numa percepção mais otimista, esses movimentos poderiam provocar um "salto civilizatório" na direção da revitalização da política em outro patamar. De fato, o que se observa é a crítica à democracia representativa e a demanda por um novo modelo de política integrado a uma maior participação popular.

Democracia social

Numa democracia social, ninguém pode ser discriminado devido à renda, ao gênero, à etnia, à sexualidade, à crença ou por ser pessoa com deficiência.

Do ponto de vista formal, a Constituição brasileira de 1988 garante direitos essenciais a todos (moradia, alimentação, saúde e educação), mas estamos muito longe de gozá-los na prática em toda sua extensão. As carências da população mais pobre são enfrentadas com dificuldade pelos países emergentes, o que revela o desinteresse de o capitalismo mundial resolver, por exemplo, o problema fundamental da fome.

[3] O tema dos movimentos de rua encontra-se ampliado no capítulo 22, "Política contemporânea".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em setembro de 2014, confirmou-se a positiva tendência global de diminuição do número de pessoas que passam fome. Mesmo assim, é preocupante a constatação de que 805 milhões de pessoas no mundo ainda sofram de insegurança alimentar.

> Dos países da América Latina e Caribe, o Brasil foi um dos que cumpriram tanto a meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que sofrem com a fome [...] quanto a meta de reduzir pela metade o número absoluto de pessoas com fome [...]. No período base (1990-1992), 14,8% das pessoas sofriam de fome. Para o período de 2012-2014, o Brasil reduziu a níveis inferiores a 5%.
>
> FAO. *Cai o número de pessoas que passam fome no mundo*. Disponível em <www.fao.org.br/cnppfm.asp>. Acesso em 14 mar. 2016.

Ainda há muito o que fazer para que sejam atingidos índices satisfatórios – de acordo com os direitos constitucionais – em aspectos fundamentais para uma vida digna, como saneamento básico, atendimento médico eficiente e educação de qualidade.

Quanto aos bens materiais e culturais, são igualmente mal distribuídos em países emergentes, apesar de melhorias alcançadas nas últimas décadas. No caso do Brasil, a redução da pobreza atribuída a políticas públicas fez crescer a classe C, mas sem que ocorresse distribuição similar de oferta de cultura, entendida como toda produção ligada às diferentes práticas artísticas, sejam populares, sejam eruditas.



CHICO FELITTI/FOLHAPRESS

Homem dormindo sobre ponto de ônibus no centro da cidade de São Paulo, 2014. Apesar da melhoria dos índices, vencer a pobreza ainda é um desafio para o Brasil.

Para saber mais

A propósito da palavra *gênero*, vale destacar os vários significados desse conceito. No contexto, refere-se tradicionalmente aos gêneros masculino e feminino. Quando se trata da expressão "discriminação de gênero", é provável referir-se à secular vítima mais conhecida, a mulher, embora tenham adquirido visibilidade outras identidades sexuais, como a dos transgêneros, talvez mais fortemente discriminadas e excluídas.

As discussões sobre o tema *transgênero* surgiram na década de 1970, período de movimentos libertários, e desde a década seguinte teorias acadêmicas (conhecidas, em seu conjunto, como "teoria *queer*") vêm suscitando polêmicas que se configuram como debate político. De algum modo, as influências já se notam em países que asseguram o direito de transexuais alterarem seu nome em registro civil, para que, assim, não sejam mais vítimas de constrangimentos sociais, dando mostras de que não cabe ao poder controlar a singularidade dos corpos. Aliás, a recomendação de educar sobre orientação sexual tem sido reiterada nos documentos oficiais do Ministério da Educação, embora continue existindo forte resistência de grupos religiosos.

Democracia econômica

A democracia econômica consiste na justa distribuição de renda, oferta de iguais oportunidades de trabalho, contratos livres, sindicatos fortes. Esses aspectos formais podem levar ou não à efetivação da democracia substancial.

Sabemos que a relação entre empregados e empregadores sofreu variações ao longo do sistema capitalista. Com a globalização, a economia mundializada fortaleceu as grandes empresas, usando de tecnologia cada vez mais refinada, que alcançou também o campo, estimulando o agronegócio, apesar de prejudicar pequenos produtores.

Ao detalhar esse quadro, percebe-se que a expansão da economia nem sempre resultou no bem-estar e na liberdade das pessoas. Com o foco na produção de mercadoria, necessita-se de mão de obra qualificada, o que se costuma chamar "investimento no capital humano". Essa curiosa – e indevida – denominação é criticada pelo economista indiano Amartya Sen (1933) ao constatar que, onde o lucro é o principal interesse, prevalecem a competição e a busca da eficácia, sobrepondo-se ao ideal de formação humana.

Ampliando o desconforto diante da constatação da desigualdade, de acordo com um estudo divulgado em 2015 pelo Comitê de Oxford de Combate à Fome (Oxfam), a partir de 2016 a fortuna acumulada pela parcela da população mundial composta do 1% mais rico ultrapassará os recursos dos outros 99%.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por vários anos o economista francês Thomas Piketty pesquisou o crescimento da desigualdade global. Por isso sua obra *O capital no século XXI*, firmada em dados históricos e comparativos que abrangem três séculos e mais de vinte países, provocou intensos debates. De acordo com o autor, diferentemente do que sempre se difundiu, o capitalismo não tem consolidado uma sociedade em que enriquecer depende do mérito de cada um. Ao contrário, verificou-se a tendência de que os ricos se tornam cada vez mais ricos. Os prognósticos apontam ainda que a desigualdade tende a aumentar. Em outras palavras, terminou o "sonho americano" de uma sociedade que permitiria grande flexibilidade para ascensão social.

Democracia jurídica

A democracia jurídica é uma das metas de países que defendem a igualdade perante a lei. Trata-se de processo relativamente recente na história, motivado pela luta da burguesia do século XVIII para derrubar privilégios da nobreza. Participar da elaboração de leis e defender interesses que até então eram desconsiderados foi decisivo para culminar na Revolução Francesa (1789).

Naquele momento histórico do Século das Luzes, a liberdade de pensamento e de ação, estendida a todos, foi celebrada com a assinatura da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que inspirou a construção da ordem jurídica valorizada daí em diante. Segundo o documento, ninguém mais poderia ser submetido à servidão, à escravidão nem a penas cruéis, além de ter assegurada a liberdade de locomoção, de pensamento e de agremiação, nos limites estabelecidos pela lei. O próximo capítulo aborda as repercussões contemporâneas dessas conquistas na elaboração e ampliação do conceito de *direitos humanos*.

Alguém poderia lembrar que a ação do Estado exerce o monopólio legítimo da violência, por atribuirmos a ele o poder de julgar atos dos cidadãos e, conforme o caso, cercear sua liberdade. No entanto, são as leis que permitem o ordenamento da sociedade e impedem a ação de grupos com base em interesses particulares. Ou seja, se a lei limita a liberdade, ao mesmo tempo é ela que a garante.

A democracia jurídica substancial depende do funcionamento efetivo das instituições. São aspectos importantes: elaboração de leis que representem interesses da população; respeito à Constituição; autonomia e agilidade do Poder Judiciário; eficiência da polícia, com estrutura e formação adequadas para coibir o crime sem desrespeitar a dignidade humana.

Bem sabemos, porém, que existem entraves em diversas instâncias de poder. Por ocasião da Constituinte de 1988, questões sobre reforma agrária, aposentadoria e verbas para a educação pública, por exemplo, sofreram pressões as mais diversas, nem sempre direcionadas para o interesse coletivo. Convém reconhecer, no entanto, melhorias que positivaram valores sociais e estimularam decisões jurídicas para garanti-los. Na mesma linha, o Ministério Público, órgão defensor dos interesses da sociedade, tornou-se mais atuante no exercício de suas novas funções.

A longa tradição dos porões da ditadura preserva ainda hoje focos de tortura e maus-tratos nos presídios, conforme denúncias de grupos de defesa dos direitos humanos, incluindo-se aí a Anistia Internacional. Além disso, no Brasil, a morosidade e o elevado custo de manutenção do Poder Judiciário prejudicam a plena efetivação da justiça.

Enfim, mesmo que existam leis injustas, só nas democracias caberá ao cidadão criticá-las e propor sua alteração.

8 Desvios do poder: totalitarismo e autoritarismo

Aqui examinaremos algumas formas de poder que não se confundem com as expressões tradicionais de despotismo e de tirania. Trata-se das experiências de totalitarismo vividas após a Primeira Guerra Mundial em países europeus e também dos regimes autoritários implantados na América Latina a partir da década de 1960. Para finalizar, veremos como os fundamentalismos religiosos podem comprometer a laicidade da democracia.

Nazismo, fascismo e stalinismo

O totalitarismo foi um fenômeno político do século XX que mobilizou de modo surpreendente grandes segmentos da sociedade de diversos países. O totalitarismo de direita, conservador, ocorreu na Alemanha nazista e na Itália fascista. O de esquerda, de orientação comunista, expandiu-se na União Soviética e na China, com influências em outras partes do mundo.

O nazismo alemão, o fascismo italiano e o stalinismo soviético apresentavam algumas características principais em comum:

- Interferência do Estado em todos os setores: na vida familiar, econômica, intelectual, religiosa e no lazer. Para difundir a ideologia oficial, nada restava de privado e autônomo.
- Partido único: rigidamente organizado e burocratizado, promovia a identificação entre poder e povo, recusando o pluralismo partidário, característica básica da democracia liberal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- Organismos de massa sob tutela do Estado: sindicatos, agrupamentos de auxílio mútuo, associações culturais de trabalhadores, organizações de jovens, crianças e mulheres, círculos de escritores, artistas e cientistas.
- Mistificação da figura do chefe.
- Subordinação dos Poderes Legislativo e Judiciário ao Poder Executivo.
- Concentração pelo Estado de todos os meios de propaganda: veiculação da ideologia oficial às massas para forjar convicções inabaláveis, manipulando a opinião pública a fim de garantir a base de apoio popular.
- Polícia política para controlar o enorme aparelho repressivo: Gestapo, na Alemanha; Organização para a Vigilância e a Repressão ao Antifascismo (Ovra), na Itália; e Tcheka, na União Soviética.
- Campos de concentração e de extermínio como Auschwitz, na Polônia, e os de trabalho forçado, como os *gulags* soviéticos.
- Censura de notícias, de meios de comunicação e da produção artística e cultural.
- Valorização de disciplinas de moral e cívica, visando à educação de crianças e jovens: estímulos à força de vontade, à disciplina, ao amor à pátria.
- O nazismo alemão teve forte conotação racista, fundamentada em teorias supostamente científicas para valorizar a "raça" ariana: pessoas brancas, altas, fortes e inteligentes constituiriam um grupo "mais puro" e superior. Desse modo, justificaram-se a perseguição e o genocídio de judeus e ciganos, considerados "raças" inferiores, e de homossexuais, adjetivados como "degenerados".

Para refletir

Mussolini, conhecido como *Duce* ("aquele que conduz"), defendia o lema fascista "Crer, obedecer, combater". Hitler, denominado *mein Führer* ("meu Condutor", "meu Chefe"), costumava dizer: "Tu não és nada, o teu povo é tudo". Como podemos perceber os sinais do totalitarismo nesses termos, *Duce* e *Führer*?

Banalidade do mal

Desde as *Origens do totalitarismo* (1951), a filósofa alemã de origem judaica Hannah Arendt (1906-1975) analisou esse fenômeno. Em 1961, foi a Jerusalém para assistir ao julgamento do carrasco alemão Adolf Eichmann, que durante o governo nazista participou ativamente no extermínio de judeus. Suas impressões e reflexões sobre o caso foram registradas no livro *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*, publicado em 1963.

O que a filósofa interrogava era o contraste entre aquela figura aparentemente apagada e equilibrada de um homem comum que, no entanto, cometeu tantas atrocidades. O que levaria pessoas sem qualquer predileção pelo atroz a se engajarem em uma política que exige obediência absoluta? O que as faz cumprir essas ordens? Arendt acredita que elas pertencem às massas politicamente neutras e indiferentes que constituem a maioria, fato que, por si só, não seria causa suficiente para desencadear o totalitarismo. No entanto, a situação modifica-se quando se sentem pressionadas por crises econômicas, como inflação e desemprego. Nesse caso, mesmo não comprometidas com a política, tornam-se insatisfeitas e caem na desesperança quanto ao futuro. Segundo Hannah Arendt, é fundamental compreender essa condição para o aparecimento do "homem de massa" na Europa:

> A principal característica do homem de massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. [...]
>
> Os movimentos totalitários são organizações massivas de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.
>
> ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 366; 373.

É nesse sentido que Hannah Arendt criou o conceito de "banalidade do mal". Sua intenção não foi negar o crime cometido nem o horror do Holocausto ou de formas institucionalizadas do terror – pois nenhum mal é banal –, mas expor que o mal cometido pode aparecer como se fosse banal. Eichmann cumpria ordens como funcionário dedicado, com total submissão a valores externos, não questionados. Ou seja, quanto menos politizados e críticos forem os indivíduos, mais completamente se deixarão sujeitar às regras cujos fundamentos não buscam conhecer.

Raça: divisão arbitrária de grupos humanos com as mesmas características hereditárias. As aspas do texto indicam que o termo raça não deve ser usado. De acordo com estudos recentes de etnologia e antropologia, essa divisão não é científica e serve apenas para construções sociais e culturais que sustentam o preconceito.

Banal: trivial; comum; vulgar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



NEAL BOENZI/NEW YORK TIMES CO./GETTY IMAGES



BETTMANN/CORBIS/LATINSTOCK

Acima, foto da filósofa Hannah Arendt tirada em 1969. Ao lado, em uma cabine à prova de balas e cercado por guardas, Adolf Eichmann depõe sobre sua cooperação ativa com o governo nazista. Foto tirada em Jerusalém, 1961.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Regimes autoritários

Regimes autoritários costumam ser indevidamente identificados com governos totalitários. O que há de comum entre eles é o cerceamento de liberdades individuais em nome da segurança nacional, o recurso à massiva propaganda política, a censura e um ativo aparelho repressor.

Nos regimes autoritários, porém, não há uma ideologia de base que sirva "para a construção da nova sociedade" nem mobilização popular que lhes dê suporte. Ao contrário, em vez de doutrinação política e incentivo ao engajamento ativista (ainda que dirigido), prevalece a despolitização, que leva à apatia política. Mesmo assim, o clima de repressão violenta gera medo e desestimula a atuação política independente. Sempre que possível, os governos autoritários procuram manter a aparência de democracia: permitem a existência de partidos de oposição, embora atuem apenas formalmente, enquanto o partido do governo figura como mero apêndice do Poder Executivo.

O governo autoritário também posiciona militares na burocracia estatal, enquanto a elite econômica conta com oficiais das forças armadas nos postos-chave. Desse modo, os militares integram a instituição política mais importante da nação. Foi o que aconteceu por ocasião do golpe militar de 1964, que impôs o regime autoritário no Brasil durante duas décadas. Na América Latina, outros países passaram pela experiência autoritária, como Chile (1973-1990), Uruguai (1973-1985) e Argentina (1976-1983).

Esses regimes não têm legitimidade, uma vez que, impostos pela força e mantidos por ela, deixam nos seus rastros inúmeros casos de violação de direitos dos cidadãos, incluindo tortura, morte e desaparecimento. Muitos deles, ocultados pela rígida censura, vieram à luz pelo trabalho de comissões que investigam o período. A produção de livros e documentários revela os fatos e tenta manter viva a memória, ao mesmo tempo que é exigida a punição legal daqueles que transgrediram a obrigação do Estado de garantir a segurança e a vida da população. Ao contrário dos demais países sul-americanos que conseguiram levar aos tribunais os responsáveis pelos crimes, no Brasil eles ainda permanecem livres.



GONÇALVES/AGÊNCIA JORNAL DO BRASIL

As atrizes Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell em passeata dos artistas do teatro contra a censura, Rio de Janeiro. Foto de 1968. A liberdade de expressão é fundamental em uma democracia por dar voz a opiniões divergentes e mobilizar a criação cultural.

9 Religião e democracia

A religião é uma dimensão humana de busca por transcendência, relacionada a crenças em seres sobrenaturais que orientam a ação humana e garantem a esperança de que a vida não termine com a morte, embora nem todas as religiões se enquadrem nessa estreita definição. Diante de um leque muito amplo de expressões religiosas, a *filosofia da religião* trata do conceito de crença de maneira tão isenta quanto possível, porque a filosofia não tem por objetivo aderir a religiões nem justificá-las, mas discutir esse conceito, a importância delas na vida dos indivíduos e suas implicações. Enquanto as verdades religiosas se fundamentam na fé, a verdade da filosofia depende de argumentos racionais que a justifiquem.

Neste capítulo nos interessa perguntar sobre a extensão e os limites da participação de grupos religiosos no poder civil. A história nos mostra que governos já exerceram o poder buscando impor o pensamento único, às vezes com predomínio do aspecto ideológico, como ocorreu no nazismo racista de Hitler ou na perseguição de Stálin aos dissidentes do sistema soviético. Outras vezes essa imposição decorreu de uma religião considerada verdadeira, mas que silenciava crenças divergentes, perseguindo e punindo seus seguidores.

Um dos tristes episódios de intolerância tratados pelos historiadores é a "Noite de São Bartolomeu", ocorrida na França do século XVI, com o confronto entre seguidores de crenças diferentes que culminou no massacre de protestantes huguenotes por católicos.

O que é laicidade?

No século XVIII, período da Ilustração, o conceito de laicidade dos governos adquiriu importância nos debates de filósofos e políticos. No entanto, isso não significa que deixaram de existir tentativas – muitas vezes efetivadas – de interferência religiosa nas decisões políticas.

Os confrontos de cunho religioso realçam a importância da laicidade para a democracia e advertem sobre os riscos da união orgânica entre Igreja e Estado, pois o prevalecimento de uma só orientação religiosa em um poder destinado a cuidar de bens coletivos provoca distorções na sociedade pluralista. A separação Estado-Igreja não significa desprezo pelas religiões, ao contrário, visa garantir que diferentes crentes, ao lado de cidadãos não crentes, atuem em suas comunidades como participantes da sociedade civil, sem que seus direitos sejam desrespeitados.

A concepção de laicidade é reafirmada pelos professores espanhóis Cortina e Martínez:

> [...] os diferentes tipos de moral presentes em uma sociedade pluralista podem sustentar – cada uma a partir de suas próprias crenças – uma moral cívica de princípios comumente compartilhados (igual respeito e consideração por todos, garantia de direitos e liberdade básicos para todos) que permita o clima apropriado para que as diferentes concepções morais de caráter geral e abrangente [...] possam convidar as pessoas a compartilhar seus respectivos ideais mediante argumentos e testemunhos que julguem pertinentes.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005. p. 43.



FRANÇOIS DUBOIS – MUSEU CANTONAL DE BELAS-ARTES, LAUSANNE

Noite de São Bartolomeu (1576), detalhe da pintura de François Dubois. Na tela, o pintor retrata um dos tristes episódios de intolerância religiosa que marcaram a história francesa. Outro conhecido exemplo é o "caso Calas", em que Jean Calas (1698-1762) foi acusado injustamente de assassinar o próprio filho devido à fé que professava.

Governos teocráticos

Vimos no tópico 4 que a "vontade de Deus" é um dos princípios possíveis de legitimidade do poder. De fato, a história nos fornece inúmeros exemplos de governos teocráticos, desde o Egito faraônico, passando pelo modelo político-teocrático europeu entre o final do século XI e o início do século XIV, representado pela força exercida pelo papado sobre reis medievais.

Examinamos, na sequência daquele tópico, uma série de transformações de mentalidade na Idade Moderna que culminaram com o Iluminismo do século XVIII e resultaram na implementação de governos liberais-democráticos e laicos. Vale realçar tratar-se de uma conquista do Ocidente, estendida às Américas e a outras regiões do mundo que sofreram essa influência.

Essa mudança de mentalidade coexiste hoje com algumas culturas que mantêm governos teocráticos de orientação predominantemente islâmica no Oriente Médio, onde surgiram desde o século VI, com Maomé, antes de se expandirem para regiões do continente africano. Por consequência, são governadas pelos mais altos dignitários da hierarquia religiosa, que impõem o *Alcorão* (ou *Corão*) como sua constituição legal e guia moral dos costumes, assim como fazia o Ocidente cristão medieval com relação às normas herdadas da *Bíblia*. Em resumo, nesses casos não existe separação entre Estado e religião.

Portanto, não há no realce dessas diferenças religiosas uma crítica à diversidade cultural, mas apenas a observação de que a democracia ocidental resultou de uma revolução política que introduziu o ideal da laicidade, sem que isso signifique desprezo pela adesão a religiões. Estas se preservam no Ocidente como elemento constituinte da vida pessoal, porém, não mais no exercício da política, que visa a interesses coletivos. Em outras palavras, concepções vinculadas a preceitos religiosos podem ser ouvidas entre outras laicas que delas divergem, para que, ao final, as leis espelhem a diversidade inerente a uma sociedade plural.

Vejamos exemplos de dois países islâmicos – Afeganistão e Irã – que sofreram reviravoltas devido à radicalização religiosa. O Irã já era uma república quando a Revolução Islâmica comandada pelo Aiatolá Khomeini impôs o regime teocrático em 1979. Ao restaurar as leis do *Alcorão*, Khomeini posicionou-se duramente contra os valores e a cultura ocidentais; também permitiu a pena de morte e os castigos corporais e proibiu música, jogos, cinema e vestuário ocidentais.



ABBAS/MAGNUM PHOTOS/LATINSTOCK

Universitárias afegãs pesquisam em laboratório químico de Cabul (Afeganistão). Foto de 1986. O registro desfaz o imaginário ocidental construído após o fortalecimento do fundamentalismo talibã.

Situação semelhante ocorreu no Afeganistão, país de maioria muçulmana, que já atingira significativo avanço no processo de modernização na década de 1960: mulheres frequentavam a universidade, tinham direito de votar e de ser votadas e exerciam profissões liberais. De 1995 a 2001, o grupo fundamentalista dos talibãs assumiu o poder e impôs restrições e castigos severos à população, como amputar mãos e pés de ladrões e açoitar consumidores de bebida alcoólica em praça pública. Do mesmo modo, exigia das mulheres o retorno às atividades domésticas, o uso da burca em público, além de as impedir de estudar.

Os exemplos servem para mostrar como países do Oriente Médio que iniciavam um processo de laicização da política e dos costumes foram obrigados a retomar princípios fundamentalistas.

Aiatolá: alto cargo na hierarquia religiosa entre muçulmanos xiitas.

Burca: vestimenta que cobre o corpo todo, inclusive os olhos, semiocultos por um tecido em tela, usada em público por mulheres de alguns países muçulmanos, como o Afeganistão.

Etimologia

Teocracia. Do grego *theos*, "deus", e *kratía*, "poder".

Para saber mais

Árabe não é sinônimo de muçulmano (ou islâmico); árabe diz respeito à etnia e islã, à religião. Os povos árabes são descendentes da etnia semita, e não se confundem com persas (habitantes do Irã) nem com turcos e afegãos. Por sua vez, no Líbano e na Síria, apesar de serem países árabes e terem o árabe como língua oficial, a população islâmica convive com expressiva parcela de cristãos. Alguns países africanos não podem ser designados "árabes", mesmo que a maior parte de sua população tenha se convertido ao islamismo, como Mali, Níger e Somália.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O que é fundamentalismo?

Atualmente, quando se fala em fundamentalismo religioso, é comum associar esse fenômeno a religiões islâmicas. No entanto, outras religiões também tiveram adeptos fundamentalistas.

O fundamentalismo esteve presente na história medieval entre cruzados cristãos que combatiam "infiéis" árabes; eram fundamentalistas também inquisidores do clero católico que queimavam livros e condenavam à morte seus autores; do mesmo modo, são fundamentalistas os atentados suicidas e os incendiários de mesquitas hindus, ambos exemplos de uma fé repleta de fanatismo.

Se o comportamento fundamentalista é antigo, o termo recente teve origem nos Estados Unidos, entre 1910 e 1915, com a publicação de vasta coleção de estudos religiosos intitulada *The fundamentals*, que reuniu textos sagrados de teólogos cristãos conservadores. Tratava-se de religiosos que defendiam a autoridade suprema da *Bíblia* para questões de fé e moral, mas de maneira literal, ao "pé da letra", sem considerar o sentido dos preceitos na época em que foram criados e a alteração de seu significado ao longo do tempo.

Desse modo, o fundamentalismo cristão protestante estadunidense manifestou-se em diversas ocasiões: na afirmação do criacionismo em oposição à teoria evolucionista de Darwin, ao proceder à perseguição de professores e cientistas que a defendiam; na condenação das lutas libertárias de feministas e homossexuais nos anos de 1960; na firme atuação nas décadas de 1980-1990, como vertente conservadora ao denunciar o que era entendido por "desagregação familiar". No último exemplo, prevalece a intenção de reafirmar o patriarcalismo, de recuperar a santidade do matrimônio e a autoridade do homem sobre a mulher, de reabilitar o poder paterno sobre os filhos, de afirmar a sexualidade restrita à procriação. Bem como, no mundo católico e protestante, reavivaram-se movimentos fundamentalistas na tentativa de interferir em decisões políticas à revelia de concepções plurais.



TOPICAL PRESS AGENCY/GETTY IMAGES

Venda de livros na "Central da Liga Antievolucionista", no estado do Tennessee, Estados Unidos. Na época, as leis fundamentalistas cristãs do Tennessee proibiam o ensino da teoria de Darwin por contrariar a narrativa bíblica sobre a criação do homem e do mundo.

Para refletir

Diante da polêmica sobre o que ensinar nas escolas – a teoria da evolução ou o criacionismo –, como você se posiciona? Justifique sua resposta.

Fundamentalismo islâmico

Como foi destacado, não se pode considerar fundamentalistas todos os cristãos, mas apenas aqueles que agiram ou agem de maneira impositiva e intolerante. Por consequência, é preciso concluir, do mesmo modo, que entre adeptos do islamismo, a acusação só se aplica a certos setores que fazem a leitura mais rígida e radical do *Alcorão* e recorrem à violência para impô-la aos demais.

Em resumo, o que se observa no comportamento de fundamentalistas, seja no Ocidente, seja no Oriente, no passado ou no presente, é que seus adeptos são invariavelmente reativos e conservadores. No entanto, a reação de certos grupos islâmicos tem se mostrado mais violenta quando seus adeptos recorrem ao terrorismo. É o que veremos na sequência.

Para saber mais

O radicalismo da *jihad* islâmica é expressão de uma minoria e não caracteriza a grande parte dos muçulmanos que faz leitura pacifista do *Alcorão*. Do mesmo modo, não existem apenas terroristas árabes, e o século XX nos dá exemplos de outras nacionalidades, como bascos, irlandeses, italianos, chechenos, estadunidenses etc., que recorreram ao terrorismo. Portanto, generalizações apressadas podem dar origem a preconceitos infundados.

Terrorismo *jihadista*

No interior de governos autocráticos de países do Oriente Médio, grupos extremistas interpretaram de maneira radical o significado da *jihad* islâmica, literalmente "luta em defesa da fé", conceito ampliado pela ideia de imposição do islamismo em outros países. Promoveram atentados suicidas pontuais até o de maior impacto, em 2001, contra as torres do World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em Washington. Esses e outros ataques foram assumidos pela Al-Qaeda, organização terrorista que teve origem no Afeganistão no final da década de 1980.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É preciso reconhecer que o complexo confronto entre Oriente e Ocidente resulta de inúmeras causas. Entre elas, vamos destacar o ódio de certos grupos ao Ocidente, que em grande parte se deveu às investidas estadunidenses e de seus aliados, tanto no Afeganistão quanto na Guerra do Iraque e, mais tarde, no Norte da África. Nessas ocasiões, muitos islâmicos que combateram ao lado das forças ocidentais foram por elas armados e, mais tarde, voltaram-se contra os que consideraram invasores de seus países, interferindo em seus costumes.

Se antes se ouvia falar em Talibã e Al-Qaeda como principais grupos extremistas, surgiram outros nos últimos anos, como o Boko Haram, na Nigéria. Em 1999, uma nova organização começou a expandir-se, até que em 2014 se autodenominou Estado Islâmico, reconhecido pelas siglas EI ou Isis (*Islamic State of Iraq and Syria*). As ramificações do grupo estenderam-se com atuação intensa em diversos países: Iraque, Síria, Líbia e Iêmen, obrigando a população conquistada a se converter ao islamismo. A atuação bárbara e midiática, com registros em vídeo de prisioneiros imolados de forma cruel, impactou o mundo todo. Dando continuidade à teatralização da violência, o grupo extremista assaltou museus para queimar livros e obras de arte milenares, além de continuar treinando jovens e crianças para formar guerrilheiros, ao mesmo tempo que recruta ocidentais para suas fileiras.

Por sua vez, a Europa encontrou-se debilitada após a crise financeira global de 2008 e sob regime de austeridade econômica imposto pela União Europeia, o que provocou aumento de desemprego, acompanhado de descrença na democracia. A situação tornou-se fértil para que jovens árabes, de segunda ou terceira geração de imigrantes, portanto já com nacionalidade de algum país europeu, se unissem a extremistas.

Nesse contexto, ocorreram em 2015 diversos atentados terroristas na Europa, culminando com o mais grave, que atingiu três locais diferentes na cidade de Paris em novembro daquele ano.

Além da imediata reação bélica da coalizão europeia, a grande preocupação do Ocidente tem sido se precaver contra novos ataques e impedir o êxodo de jovens árabes para compor exércitos extremistas, oriundos não só da França, onde são mais numerosos, mas de outros países, incluindo os Estados Unidos. Por sua vez, aumenta o acirramento do preconceito já existente contra a islamização da Europa, onde árabes vivem há gerações como vítimas frequentes de xenofobia.

No entanto, a importância de combater a islamofobia está em reconhecer que talvez sejam os muçulmanos europeus laicos que terão um papel fundamental na consolidação de um islamismo democrático.

Para saber mais

O Estado Islâmico (Isis), grupo extremista de maioria sunita, originou-se no Iraque como uma facção da Al-Qaeda, mas logo tornou-se independente e começou a atuar sob suas próprias regras.

No final do 2011, quando as tropas dos Estados Unidos se retiraram do Iraque, deixando a reestruturação do país sob a responsabilidade de um governo xiita, intensificaram-se os ataques sunitas contra o governo, considerado pró-Ocidente. Desde então, o Isis avançou territorialmente pelo norte do país, cruzando a fronteira com a Síria.

No dia 29 de junho de 2014, o grupo anunciou a criação de um califado no território dominado entre o Iraque e a Síria.

10 Desafios da democracia

A análise das características da democracia nos deixa entrever a força e a fragilidade desse regime político. Força, porque é condição de expressões humanas em plenitude, devido ao caminho aberto pela liberdade e ao esforço para alcançar a igualdade. Fragilidade, porque, ao defender a liberdade, a democracia convive com ameaças destrutivas que surgem em seu interior e que já conseguiram se expressar em momentos de triste lembrança, como nos governos totalitários. Atualmente, vê-se ainda que a ameaça do terrorismo tem feito governos ferirem garantias de liberdade e privacidade em nome de maior segurança. Aliado a esse retrocesso, a intensificação de bombardeios em áreas dominadas pelo Isis talvez seja indício de que o ideal democrático tem ficado mais distante.

Não há fórmula para explicar a derrocada de uma democracia, tampouco quais seriam as condições para mantê-la atuante. Entretanto, vale refletir sobre a importância da educação universal, voltada para a aceitação da diversidade e a convivência das culturas nas suas diferenças. Seria essa uma das maneiras de garantir a *civilização* contra a *barbárie*? Para melhor entender essa oposição, sugerimos a leitura complementar do texto de Francis Wolff, no qual o filósofo francês nos mostra que a barbárie não constitui prerrogativa de povos indevidamente considerados "inferiores" por serem diferentes, mas que também os civilizados são capazes de atos bárbaros quando atentam sem compaixão contra a dignidade humana.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Quem é bárbaro?

"Antes de procurar responder a essa pergunta [quem é bárbaro?] é preciso tentar resolver um problema de definição. O que chamamos bárbaro? O que é barbárie?

Consideremos três fatos, quase ao acaso:

1. Certos grupos étnicos na Nova Guiné recorrem à antropofagia e devoram seus prisioneiros. Um costume e um povo bárbaros.

2. No ano de 2001, o regime talibã destruiu, no Afeganistão, estátuas gigantescas e admiráveis que datavam da Idade Média, patrimônios da humanidade. Uma prática e uma cultura bárbaras.

3. Em 1975, depois que o Khmer Vermelho tomou o poder em Phnom Penh, houve um gigantesco massacre da população cambojana das cidades, que resultou em 1 milhão de mortos. Uma prática e um regime bárbaros.

Esses exemplos de costumes, culturas e regimes que podem com efeito ser qualificados de 'bárbaros' talvez nos remetam a três sentidos da palavra e, portanto, de seu antônimo: 'civilização'.

1. No primeiro, civilização designa um processo, supostamente progressivo, pelo qual os povos são libertados dos costumes grosseiros e rudimentares das sociedades tradicionais e fechadas para se 'civilizar', o que supõe que pertençam a uma sociedade maior, aberta e complexa e, portanto, *urbanizada*. A civilização designa esse processo de paulatino abrandamento dos costumes, de respeito aos modos, ao refinamento, à delicadeza, ao pudor, à elegância etc., notadamente no cumprimento das funções naturais (comer, defecar, copular, assoar o nariz, cuspir) e das relações sociais (polidez, modos à mesa, modos de dirigir-se ao outro). [...]

2. No segundo sentido, a civilização designa as ciências, as letras e as artes, em suma, o patrimônio mais elevado de uma sociedade. Não se trata exatamente da cultura, de toda a cultura, e sim da parte mais 'desinteressada', mais 'liberal', da cultura humana. A 'civilização', compreendida nesse sentido, designa, portanto, menos as técnicas e os ofícios, menos o *know-how* prático e utilitário, do que a parte especulativa, contemplativa e *espiritual* da vida, o saber puro, a ciência pela ciência, a arte pela arte, a filosofia, a literatura, a poesia, a música erudita etc. Os bárbaros são insensíveis ao saber ou à beleza pura, não respeitam o valor destes ou não compreendem seu sentido, só reconhecem valor no útil, na satisfação das necessidades vitais ou prazeres grosseiros. O bárbaro, portanto, é aquele que pilha as igrejas para fundir o ouro que nelas encontra, que queima os livros ou... destrói as estátuas. [...]

Nesse segundo sentido, supõe-se que o bárbaro pertença não apenas a um estágio anterior de socialização ou de história política, como também a um estágio anterior da *cultura* humana.

É o sentido mais antigo do termo. Remonta ao *barbarus* latino, termo que, adaptado do grego, designava sob o Império Romano todos os povos estrangeiros àquele Império. É o termo que serviu para designar todas as grandes invasões da Europa a partir do século III, notadamente as primeiras, que, produtos de povos ainda 'selvagens', destruíam à sua passagem, como as magníficas construções urbanas da Gália. [...]

3. No terceiro sentido, ainda mais forte, menos técnico, mas muito mais comum, 'civilização' designa tudo aquilo que, nos costumes, em especial nas relações com outros homens e outras sociedades, parece humano, realmente humano – o que pressupõe respeito pelo outro, assistência, cooperação, compaixão, conciliação e pacificação das relações –, em oposição ao que se supõe natural ou bestial, a uma violência vista como primitiva ou arcaica, a uma luta impiedosa pela vida. Os bárbaros são descritos como bichos do mato, dotados de uma brutalidade feroz, cega e selvagem, sem motivo razoável e, sobretudo, sem limite racional. [...] Também são chamados de bárbaros os campos de extermínio do Khmer Vermelho ou do regime nazista. De modo geral, a barbárie, considerada nesse sentido, designa fenômenos essencialmente destruidores, manifestações de desumanidade incontrolada; fala-se em 'crime bárbaro' em referência a mutilações atrozes, assassinatos horríveis, sacrifícios humanos em massa, holocaustos, etnocídios, genocídios.

Em suma, no primeiro sentido, civilização é civilidade; no segundo, é a parte espiritual da cultura; no terceiro, é a humanidade do sentido moral. O primeiro tipo de bárbaro parece pertencer a um estágio arcaico de *socialização*; o segundo, a um estágio arcaico de *cultura*; e, mais grave ainda, é a um estágio pré-humano que o terceiro parece pertencer: é o homem que permaneceu em estado selvagem, que se tornou, ou tornou a ser, desumano."

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 20-24.

Questões

1. Apresente os três sentidos de barbárie por meio de um esquema.
2. A que tipo de barbárie o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki está associado?
3. Por que não podemos atribuir aos árabes a denominação generalizada de povo bárbaro?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual é a relação entre *poder* e *força*?
2. Quais são as diferenças entre *autoritarismo* e *totalitarismo*?
3. Por que a censura é incompatível com a democracia?
4. Explique o que significam *isonomia* e *isegoria* no ideal da democracia grega. Em seguida, analise em que medida esses valores são ou não alcançados na democracia brasileira, utilizando os conceitos de democracia formal e democracia substancial.
5. Explique por que, ao contrário do que comumente se pensa, o conflito é inerente à democracia.

Aplicando os conceitos

6. Com base na citação, responda às questões.

> Todos os regimes de opressão justificam-se pelo aviltamento dos oprimidos. Eu vi, na Argélia, muitos colonos acalmarem sua consciência pelo desprezo que sentiam em relação aos árabes esmagados pela miséria: mais eles eram miseráveis, mais pareciam desprezíveis, de tal forma que não havia jamais lugar para o remorso.
>
> BEAUVOIR, Simone de. *Moral da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 86.

a) Lembrando que a Argélia ainda era colônia francesa no momento em que Simone de Beauvoir redigia seu livro (1947), qual é a crítica feita pela filósofa ao seu país?

b) Transponha o teor da crítica da filósofa para o Brasil contemporâneo, a fim de explicar comportamentos semelhantes relativos a negros e indígenas, bem como de habitantes do Sul e Sudeste com relação a nordestinos.

7. Analise o artigo da Constituição brasileira transcrito a seguir, com base nos conceitos de democracia formal e democracia substancial.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade [...].
>
> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

8. Leia a citação do jurista e filósofo Norberto Bobbio e responda às questões.

> [...] apenas a democracia permite a formação e a expansão das revoluções silenciosas, como foi por exemplo nestas últimas décadas a transformação das relações entre os sexos – que talvez seja a maior revolução dos nossos tempos.
>
> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39.

a) Por que só a democracia permitiria "revoluções silenciosas"?

b) Você concorda que a mudança na relação de gêneros "talvez seja a maior revolução de nossos tempos"? Justifique.

Pesquisa

9. Com os colegas, escolha um dos temas abaixo, relacionados às perspectivas de implantação da democracia. Pesquise em livros, *sites*, revistas e elabore um texto com as conclusões do grupo. Prepare uma apresentação para a classe. Sugestão de temas:

a) Democracia representativa: a importância do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e do equilíbrio entre os três Poderes.

b) Direitos e deveres dos cidadãos: a cidadania ativa, as forças políticas da sociedade civil, as organizações não governamentais.

c) Democracia e exclusão: as deficiências da democracia substancial; os sem-teto, os sem-terra, os excluídos da educação formal, os marginalizados da cultura, a exclusão digital (falta de acesso aos meios eletrônicos).

d) Democracia e liberdade de expressão: imprensa e censura; liberdade artística, religiosa etc.

Dissertação

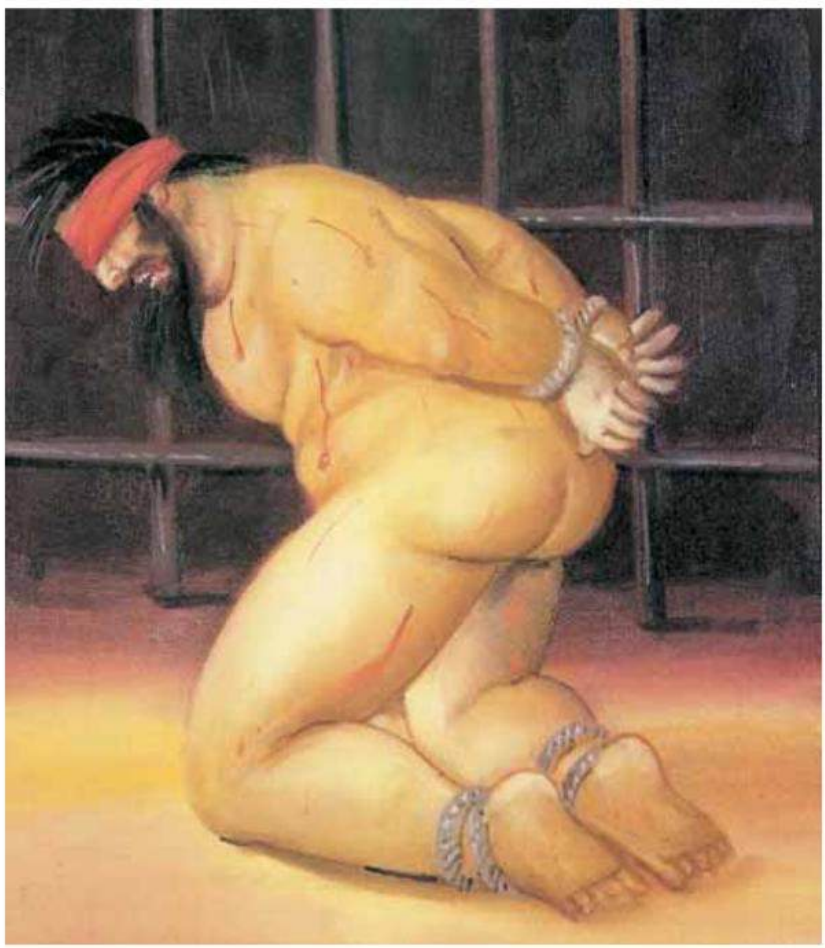
10. Com base na citação abaixo, redija uma dissertação argumentando sobre não reconhecer *poder* nos atos violentos.

> À violência é sempre dado destruir o poder; do cano de uma arma desponta o domínio mais eficaz, que resulta na mais perfeita e imediata obediência. O que jamais poderá florescer da violência é o poder.
>
> ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 29.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 18

Direitos humanos



FERNANDO BOTERO – GALERIA MARLBOROUGH, NOVA YORK

Abu Ghraib 72 (2005), pintura de Fernando Botero.

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender teorias que fundamentaram os direitos humanos, identificar situações cotidianas de violação dos direitos humanos, relacionar códigos de direito e conquistas de direitos sociais, distinguir jusnaturalismo de positivismo jurídico, identificar as três gerações dos direitos humanos, analisar características dos direitos humanos.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: dignidade, síndrome do pequeno poder, justiça, jusnaturalismo, liberdade, igualdade, positivismo jurídico, liberdade e autonomia individuais, direitos sociais e direitos coletivos.

Pode-se debater, ainda, os atentados terroristas deflagrados na Europa, como a resposta às sátiras do jornal político *Charlie Hebdo* e a série de atentados ocorridos na França em novembro de 2015, e também a delicada questão dos refugiados sírios. Esses fatos nos fazem pensar na necessidade de políticas para a resolução dos problemas de ordem humanitária envolvendo a população muçulmana, que está exposta a guerras civis e à ação de facções violentas, como o Estado Islâmico. A discussão deve ser cautelosa e problematizada. Uma questão é a urgência de defender fiéis islâmicos submetidos a condições atrozes de vida e outra é condenar as ações de grupos terroristas surgidos em países muçulmanos: não convém confundir as diferentes situações.

O artista colombiano Fernando Botero, conhecido pelas robustas figuras que costuma pintar, é crítico severo do desprezo pelo sofrimento humano. Após a publicação de fotos de torturas infligidas por soldados estadunidenses a prisioneiros de Abu Ghraib, complexo penitenciário próximo de Bagdá (Iraque), Botero dedicou uma série inteira de pinturas para documentar cenas de crueldade.

Ações como a desses soldados nos fazem pensar no conceito de civilização. No início da guerra entre Estados Unidos e Iraque (2003), vários países do Ocidente enviaram suas tropas ao Oriente Médio. Tornou-se comum a errônea e preconceituosa associação de todos os árabes ao terrorismo. Porém, as fotos de torturas e essa pintura de Botero mostram que também aqueles que se dizem "civilizados" são capazes de atos bárbaros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Entre a vigência e a eficácia

Apesar dos mais de 70 anos de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos e as garantias fundamentais estabelecidos em seus 30 artigos parecem, ainda hoje, um pálido ideal a ser conquistado num futuro ainda longínquo. Basta observar ao redor para constatar que os direitos humanos são cotidianamente violados e uma expressiva parcela da população do planeta vive sem essas garantias, a começar pelo artigo 1º da Declaração: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. [...]".

Além de desrespeitados, os direitos humanos são vistos por muitos com enorme desconfiança: para uns não passam de "direitos de bandidos"; para outros, trata-se de uma invenção hipócrita do Ocidente, cujo verdadeiro objetivo não seria garantir direitos, mas expandir valores europeus e liberais, impondo-os arbitrariamente, sem admitir a diversidade cultural e as diferentes tradições milenares.

A discussão sobre direitos humanos não pode ser reduzida a esses termos, sob o risco de empobrecê-la. Examinemos, então, o amplo leque de conquistas realizadas em boa parte do planeta nos últimos 70 anos e no Brasil nas últimas três décadas. Sem esquecer, claro, os direitos ainda a serem conquistados.

Direitos humanos: para quem?

Direitos humanos para todos os seres humanos. E o que é o ser humano? Muitos já responderam de forma clássica: "Somos animais racionais". Mas essa definição pode parecer imprecisa, dada a dificuldade de encontrar uma característica específica e definitiva que nos distinga de todos os outros seres. Vejamos o comentário do filósofo Comte-Sponville:

> O que é o homem? [...] É o homem um animal político, como queria Aristóteles? Um animal falante, como também ele dizia? Um animal de duas patas sem penas, como afirmava com graça Platão? Um animal razoável, como pensavam os estoicos e depois os escolásticos? Um ser que ri (Rabelais), que pensa (Descartes), que julga (Kant), que trabalha (Marx), que cria (Bergson)? Nenhuma dessas respostas, nem a soma delas, me parece totalmente satisfatória.
>
> COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 125.

Não será possível reconhecer nossa natureza sem considerarmos a incompletude humana, a ambiguidade dos desejos e a possibilidade aberta de decidir livremente. Posto isso, teremos de concluir que nosso comportamento também não é previsível.

Podemos acertar, mas também errar. Estamos disponíveis para construir um mundo melhor, mas igualmente para persistir nas ações movidas por egoísmo, inveja e cobiça. Neste último caso, seríamos menos humanos? Os corruptos, os assassinos, os traidores e os fracos não seriam seres humanos?

Ora, ninguém que pertença ao gênero humano pode ser excluído da noção de humanidade. Seria incorrer em soberba se nos considerássemos superiores a alguns, pela inteligência ou riqueza, por pertencimento a uma classe ou religião considerada melhor, ou, então, por não termos cometido nenhum crime.

Essas questões remetem ao tema dos direitos humanos. Com base no princípio de que cada pessoa é única e insubstituível, conclui-se que todos são iguais e dignos de respeito. Ao admitir que todos são igualmente cidadãos e que o exercício da tolerância tem como consequência a aceitação das diferenças, é possível reconhecer também o intolerável: a escravidão, a tortura, a submissão doméstica da mulher ao homem, a inferiorização de etnias, a violência contra homossexuais, a corrupção, a calúnia etc.



LARISSA LEITE/CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO

Jogadores representando o país de origem na Copa dos Refugiados, realizada em agosto de 2014 na cidade de São Paulo. O Brasil tem recebido milhares de refugiados e imigrantes, o que cria a necessidade de implementar medidas para garantir sua dignidade no novo país.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Direitos humanos e homoafetividade

Embora seja crescente o número de países que adotam leis para condenar a violência e a discriminação praticadas contra homossexuais, regulamentando seus direitos, muitas sociedades ainda autorizam abusos contra a população LGBT.

Em quase toda a Europa, vigoraram leis para punir homossexuais. Atestando a forte ligação entre Igreja e Estado, Portugal, até a primeira metade do século XIX, punia legalmente esse suposto "pecado" com a morte, assim como o Brasil até pouco depois de sua independência, ao entrar em vigor o Código Penal do Império, de 1830.

Com as transformações pelas quais essas sociedades passaram, as leis que perseguiam lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) tornaram-se retrógradas e injustas. Um pouco mais recente é a conquista do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo – como decidiu a Justiça de Portugal, em 2010, e a do Brasil, em 2013.

Em 2014, leis antidiscriminatórias já existiam em 70 países, a maioria europeus. E embora um número cada vez maior de Estados condene a homofobia e a transfobia, várias sociedades ainda defendem leis que ferem a dignidade da população LGBT, atentando até mesmo contra a vida.

Direitos dos *gays* e lésbicas no mundo*



Criminalização, perseguição e restrição

- Pena de morte
- Penas que variam de 14 anos de prisão até prisão perpétua
- Penas de até 14 anos de prisão
- Condenação sem especificação de duração/banimento
- Incerto: legislação não homofóbica, mas que pode ser usada como tal
- Iraque: perseguição por agentes não vinculados ao governo. Rússia: "lei anti-propaganda" (restrição de liberdade de expressão e representação)

Descriminalização e permissão

- Sem legislação específica para homossexuais
- União inferior ao casamento
- União equivalente (ou quase equivalente) ao casamento
- Casamento civil homoafetivo legalizado

Estados Unidos e Cuba
Em 2014, os Estados Unidos tinham 14 estados que proibiam casamentos homoafetivos, mas, em 2015, sua Suprema Corte derrubou esses vetos, alegando inconstitucionalidade. Em Cuba, o movimento contra a homofobia ganhou recentemente o apoio do Partido Comunista e do governo.

Guiana
Único país da América do Sul a punir relações homoafetivas, especificamente entre homens, com penas que podem chegar à prisão perpétua.

* Leis destinadas a lésbicas, *gays*, bissexuais, por vezes aplicadas às pessoas transexuais e intersexuais. Dados atualizados em maio de 2016.

É importante destacar a diferença entre moral e lei. Mesmo que as leis sejam construídas em prol de uma mudança moral positiva, muitas vezes elas podem ir contra os costumes tradicionais de uma sociedade sem responder aos seus anseios gerais. Quando a moral, no entanto, se transforma, pode acontecer de leis caírem no esquecimento, como foi o caso do dispositivo que vigorou na França até 2014 caracterizando como delito o uso, por parte das mulheres, de calças compridas. Se levarmos em consideração, de outro lado, o modo como se deu a aprovação jurídica do casamento civil homoafetivo no Brasil, veremos que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou uma mudança na legislação sem que a mentalidade da população antes se transformasse, tanto é que no país ainda há esforços para refrear as conquistas dos direitos homoafetivos. Se pensarmos que na Índia, por exemplo, os direitos avançaram para, em seguida, regredirem, pois os costumes não acompanharam alterações legais, podemos afirmar que os direitos adquiridos pelos homossexuais não estão completamente garantidos, sendo ameaçados constantemente por possíveis retrocessos.

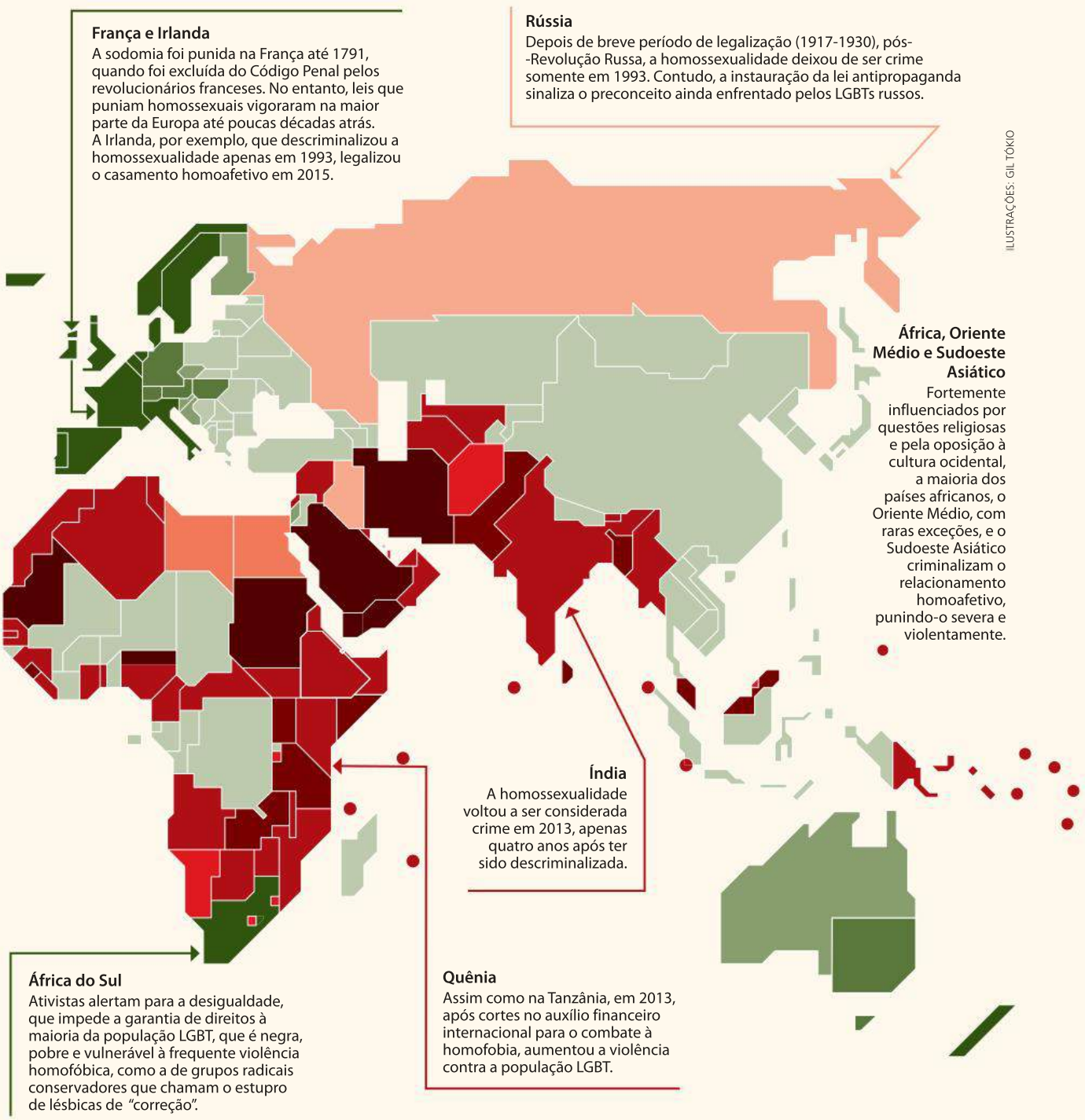
Fontes: Adaptado de: ILGA, LESBIAN AND GAY RIGHTS IN THE WORLD. Disponível em <http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_Map_2014_ENG.pdf >. Acesso em 15 mar. 2016; ILGA, STATE-SPONSORED HOMOPHOBIA. *A world survey of laws*: criminalisation, protection and recognition of same-sex love. Disponível em <http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_SSHR_2014_Eng.pdf>. Acesso em 15 mar. 2016; ONU. *Nascidos livres e iguais*: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional dos direitos humanos, 2012.

Questão

Domesticar e punir o corpo são formas de exercer poder sobre ele. Leia a passagem abaixo e explique, com base nos dados do infográfico, como o poder político controla os corpos.

O poder político [...] teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 23.



ILUSTRAÇÕES: GIL TÓKIO

2 Direitos humanos no cotidiano

Quando se fala em violação dos direitos humanos, é comum as pessoas a associarem à ação de criminosos ou infratores. No entanto, há ofensas a esses direitos praticadas por pessoas comuns de qualquer segmento social, que muitas vezes nem consideram seus atos reprováveis. Esses desrespeitos podem ocorrer no meio familiar, escolar, universitário, profissional, virtual, em todos os lugares por onde elas circulam ou se manifestam.

A psicologia estuda um tipo de comportamento denominado *síndrome do pequeno poder*, que consiste em exorbitar da autoridade quando se possui algum poder sobre pessoas mais fracas ou que dependem do agressor por algum motivo. Vamos exemplificar.

Os homens, de modo geral, têm constituição física mais forte que mulheres, e muitas delas em diversas circunstâncias dependem de maridos ou companheiros, condição que as torna vítimas frequentes de abusos e de violência explícita. A Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, criou instrumentos para coibir e punir atos de violência contra mulheres. Mais recentemente, a Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015, incluiu o feminicídio no rol de crimes hediondos.

Registramos a seguir trechos de uma entrevista concedida pela desembargadora Maria Berenice Dias (1948), que, em 1973, se tornou a primeira mulher a ser nomeada juíza no Rio Grande do Sul. Ela, entre outras coisas, relata a presença do preconceito contra a mulher nos exames para ingresso na magistratura e no decorrer de seu exercício. Com relação às causas que julgou, comenta:

> "Sempre foi muito barato bater em mulher", diz, ao lembrar os tempos pré-Maria da Penha. "Esses casos ficavam diluídos no juizado especial ao lado de crimes de pequeno potencial ofensivo, briga com vizinho, roubo de bicicleta, virava cesta básica".

UOL Notícias – Cotidiano. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/08/sempre-foi-barato-bater-em-mulher-diz-maria-berenice-dias-1-juiza-do-rs.htm>. Acesso em 15 mar. 2016.

Feminicídio: homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, causado por violência doméstica e familiar.

Em seguida, opina:

> Houve um desvirtuamento do Dia da Mulher. De um dia que marca a luta, a morte das mulheres, virou comemoração. Podemos comemorar essa lei do feminicídio, é um avanço. Essa história de cumprimento, flor, levar para jantar é horrorosa. Ainda temos muito o que lutar. Os avanços acontecem, mas não na velocidade necessária.

Idem, ibidem.

De acordo com a mesma lógica do pequeno poder, constatamos que nem sempre a relação entre pais e filhos é serena, fato confirmado por índices relativamente altos de crianças espancadas ou sujeitas a castigos humilhantes sob a falsa justificativa de educar com "severidade". Além das ocorrências no próprio lar, os excessos podem acontecer nas escolas, quando alunos são maltratados e professores sofrem desrespeito e até violência física. Existem também casos de empresas que exploram mão de obra infantil e outras que empregam em condições análogas à escravidão. Pela internet, o risco manifesta-se sobretudo por meio de redes de pedofilia, combatidas com a ajuda do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990.

E o que dizer de torcidas organizadas que agridem criminosamente oponentes como se fossem inimigos? Casos como esses se repetem sempre que um grupamento mobiliza forças extremas capazes de manifestação agressiva. Em crimes de linchamentos, a turba leva cada um dos participantes a perder o controle de si mesmo, movidos por preconceitos como racismo e homofobia ou mesmo de caráter religioso.

O caso específico do trote universitário

Outro exemplo marcante é o chamado "trote", evento que marca o início do ano letivo de cursos universitários e consiste no acolhimento dos novatos, os "bichos", pelos "veteranos". O que deveria ser um congraçamento torna-se ocasião para ofensas, humilhações, selvagerias, com efeitos danosos como a desistência dos estudos e até a morte.

O filósofo Theodor Adorno (1903-1969), testemunha dos tempos da Alemanha nazista, adverte sobre o perigo que representa a identificação cega com o "coletivo" e cita explicitamente a selvageria dos trotes como um dos precursores da violência nazista.

Se no Brasil não tivemos a experiência nefasta do nazismo, recebemos a herança escravocrata que ainda hoje motiva veteranos de universidades importantes a agirem como senhores de escravos. Assim comenta o sociólogo José de Souza Martins:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A via do deboche, da humilhação do outro, pode ser também indicativa de que os praticantes desses trotes perfilham e aplaudem o que há de pior na sociedade em que vivemos. [...] destaco alguns [trotes] que expressam a selvageria da mentalidade reacionária e ultradireitista dos que nesse agir mostram-se continuadores da cultura do capitão do mato. Os calouros de arquitetura da UFBA foram recebidos por um boneco enforcado, negro, recoberto com seus nomes. O negro vitimado pelo tronco e pela chibata ainda pena no imaginário de gente que, 127 anos depois da Abolição, pensa como pensava o senhor de escravos. [...] Tivemos mais de um século para aprender a respeitar as diferenças como legítimo direito de cada um e ainda há entre nós quem insista em tratar o outro como peça e mercadoria.

MARTINS, José de Souza. Ritual de moagem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 2015. Caderno Aliás, p. E2.

A lista de ofensas aos diretos humanos não termina com esses exemplos, que se espalham de norte a sul, e seria vã a tentativa de esgotá-la, mas já serve para mostrar que as organizações que tratam dos direitos humanos não têm como tarefa apenas "defender bandidos". Constatamos que intervenções a fim de assegurar a dignidade humana podem muito bem se estender para o território daqueles que se dizem "do bem" – os que não são socialmente marginalizados.

3 Noção de justiça

A defesa dos direitos humanos é relativamente recente, se considerarmos o século XVIII como marco das ideias iluministas que até hoje estão presentes nos projetos civilizatórios. Vejamos como foi esse percurso.

A discussão a respeito das relações humanas nos leva a indagar sobre a justiça. Entre seus diversos sentidos, a justiça pode ser compreendida como "dar a cada um o que é seu". Embora verdadeira, com base nessa primeira afirmação, é possível chegar a conclusões diferentes do que hoje entendemos por justiça. Por exemplo, na época da aristocracia, os nobres eram considerados superiores aos demais, cabendo-lhes, por justiça, um quinhão maior de benefícios e felicidade do que aos demais, que ali estavam para servi-los. A situação era ainda pior em sociedades escravagistas, nas quais a humanidade do escravo era reduzida à condição de "mercadoria".

Para que não haja distorções ao se aplicar a ideia de justiça, há situações em que é necessário recorrer à equidade (igualdade): ser justo é realizar a igual distribuição de benefícios e obrigações, para que todos recebam o que lhes é devido por justiça.

Assim Comte-Sponville define a equidade:

Virtude que permite aplicar a generalidade da lei à singularidade das situações concretas: é um "corretivo da lei", escreve Aristóteles [...], que permite salvar o espírito desta quando a letra não basta para tanto. É a justiça aplicada, justiça em situação, justiça viva, e a única verdadeiramente justa.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 197.

Por exemplo, quem tem necessidade especial de locomoção necessita de direitos especiais, como rampas de acesso para cadeirantes; nos casos de tributação, o imposto proporcional (por exemplo, 5% para todos) seria injusto para os mais pobres em comparação com a aplicação progressiva, que eleva a taxa imposta aos mais ricos.

Fazer justiça pressupõe igualmente o cumprimento de obrigações. O motorista precisa obedecer às regras de trânsito, em respeito à segurança de si mesmo e das demais pessoas, passageiros e pedestres.

Com os exemplos, percebemos que o conceito de justiça não se restringe às relações éticas entre pessoas, mas também estabelece conexões no âmbito das instituições políticas.

4 Direito natural: jusnaturalismo

Quando os povos antigos começaram a discutir a noção de justiça, distinguiram *direito natural* e *direito positivo*: os gregos foram os primeiros a indagar se a justiça deriva da natureza ou se nasce da própria lei. Essas primeiras tentativas deram origem às teorias do jusnaturalismo, para as quais o direito natural prevalece sobre o direito positivo. O *direito natural* é eterno e imutável, válido em qualquer lugar e em todos os tempos, é anterior e eticamente superior ao direito positivo; segue uma longa tradição oral, portanto não é escrito. Ao passo que o *direito positivo* é criado pelo ser humano e instituído pelo costume ou pela norma escrita.

Na Idade Média, influenciados pelo cristianismo, os juristas consideravam que o direito natural está além deste mundo: a verdadeira justiça não é a humana, mas a divina; desse modo, os textos legais deveriam harmonizar-se com as normas religiosas.

Etimologia

Jusnaturalismo. Do latim *jus*, *juris*, "direito", de onde vem "direito natural".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teóricos da modernidade

As ideias de direito, poder e justiça passaram por mudanças na modernidade. Desde o século XVI, iniciou-se o processo de dessacralização das esferas do saber (arte, ciência, filosofia, política, direito), que reivindicavam autonomia em relação aos dogmas religiosos, como a noção de estado de direito.

Com o surgimento das monarquias nacionais e o desenvolvimento do capitalismo, outras concepções de poder foram elaboradas para ajustar-se aos novos tempos. Foi importante a reflexão de Nicolau Maquiavel (1469-1527), que inaugurou o pensamento político moderno ao analisar o tema do poder de modo inédito, recusando interpretações utópicas de um ideal do "bom governante" ou justificativas teológicas medievais. Para ele, o poder é forjado nas relações humanas e, como tal, visa à ação eficaz e voltada para os acontecimentos políticos.

Apresentamos na sequência conceitos de Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Beccaria, responsáveis por elaborar as teorias que favoreceriam a nova percepção dos direitos humanos.

Dessacralização: o que deixou de ser sagrado; o mesmo que laicização, isto é, tornar laico, não influenciado por dogmas religiosos.

Para refletir

Entre os povos da Antiguidade oriental, a justiça baseava-se na "Lei de Talião", cujos princípios eram resumidos pela expressão "Olho por olho, dente por dente". Ou seja, o culpado por um crime deveria ser condenado à pena equivalente ao dano que causou: cortar a mão de quem rouba, matar quem matou, castrar quem estupra. Dizer que essa lei significou avanço pode hoje parecer estranho, mas representou a tentativa de interromper as vinganças desproporcionais entre as famílias, que faziam sucessivas vítimas. Atualmente seria um procedimento justificável? Dê sua opinião sobre esse tipo de punição.



Coluna em que está inscrito o Código de Hamurábi (c. 1760 a.C.). O mais conhecido dos documentos jurídicos mesopotâmicos tem como um dos princípios a chamada "Lei de Talião".

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

a) Thomas Hobbes

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) deu ao tema do poder o primeiro tratamento jurídico na modernidade. Para ele, o ser humano é movido por paixões naturais, portanto seu objetivo não é fazer o bem para os outros nem salvar a própria alma, mas satisfazer seus próprios desejos e interesses, mesmo que para isso seja necessário prejudicar alguém.

A premissa hobbesiana não é propriamente pessimista, mas filosoficamente útil para pensar o tema do poder com realismo, sem ilusões: a hipótese do filósofo é que, na ausência de um Estado forte e centralizado, os indivíduos tenderiam a tratar cada um apenas em benefício de si mesmo, situação que tornaria a vida de todos precária, violenta, terrível e curta. Por isso, o desafio consiste em domar esse poder, controlando-o artificialmente.

O direito, encarado até então como atividade ética e prudencial, como fenômeno anterior e independente da noção de Estado, passou a identificar-se com o próprio Estado, que, na visão hobbesiana, deve ser o detentor exclusivo da produção jurídica. Nota-se aqui uma novidade: a construção artificial do Estado, o qual realiza a construção artificial do direito, ao mesmo tempo que se transforma em instrumento para assegurar a paz. Apenas assim seria possível uma vida tranquila, protegida da agressão dos outros.

b) John Locke

Outra contribuição veio do filósofo inglês John Locke (1632-1704), um dos teóricos do liberalismo do século XVII. Para ele, a propriedade é "tudo o que pertence" a cada indivíduo, ou seja, sua vida, sua liberdade e seus bens. Portanto, mesmo quem não possui bens é proprietário de sua vida, de seu corpo, de seu trabalho e, por consequência, dos frutos desse empenho.

Essa reflexão representava o novo interesse pela autonomia do sujeito – não mais dominado por governos absolutos, no que se opunha a Hobbes –, bem como pela condenação da escravidão e da servidão. A concepção de liberdade de Locke, contudo, não era ampla, pois apenas os que possuíam fortuna tinham condições de usufruir plena cidadania e, portanto, de votar ou ser votado. Ressalta-se, desse modo, o elitismo que persistiu na raiz do liberalismo, já que a liberdade e a igualdade defendidas eram de natureza abstrata, geral e puramente formal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

c) Jean-Jacques Rousseau

No século XVIII, as noções de liberdade e igualdade avançaram com a original concepção política firmada na *vontade geral* (do povo), elaborada pelo "cidadão de Genebra" (Suíça) Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Aspectos avançados do seu pensamento decorrem do entendimento de que cada cidadão pode transferir sua liberdade e seus bens apenas para a comunidade (interpretada como um corpo único) da qual ele faz parte. O conceito-chave de vontade geral sustenta a ideia de *soberania popular* – que não se aliena –, da qual participam igualmente todos os cidadãos e não apenas os mais ricos, o que assegura a liberdade de cada um.

Que conclusão podemos tirar de teorias tão diversificadas?

Na modernidade discutiu-se um rol crescente de direitos considerados naturais e inatos, universais e atemporais, a começar pelos direitos à vida e à segurança (Thomas Hobbes), até chegarmos aos direitos à liberdade (John Locke) e à igualdade (Jean-Jacques Rousseau).

d) Immanuel Kant

As teorias examinadas teciam os conceitos sobre a formação do Estado moderno, bem como os de liberdade e autonomia do cidadão. A expressão mais clara dessa busca ocorreu com o pensamento do filósofo Immanuel Kant (1724-1804), expoente do Iluminismo alemão, ao defender a dignidade humana, como se constata no seguinte trecho:

> Todo ser humano tem um direito legítimo ao respeito de seus semelhantes e está, por sua vez, obrigado a respeitar todos os demais. A humanidade ela mesma é uma dignidade, pois o ser humano não pode ser usado meramente como um meio por qualquer ser humano (quer por outros, quer, inclusive, por si mesmo), mas deve sempre ser usado ao mesmo tempo como um fim. [...] Mas exatamente porque ele não pode ceder a si mesmo por preço algum (o que entraria em conflito com seu dever de autoestima), tampouco pode agir em oposição à igualmente necessária autoestima dos outros, como seres humanos, isto é, ele se encontra na obrigação de reconhecer, de um modo prático, a dignidade da humanidade em todo outro ser humano. [...] Contudo, não posso negar todo respeito sequer a um homem corrupto como um ser humano, não posso suprimir ao menos o respeito que lhe cabe em sua qualidade como ser humano, ainda que através de seus atos ele se torne indigno desse respeito.
>
> KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003. p. 306-307.

e) Cesare Beccaria

O jurista italiano Cesare Beccaria (1738-1794), em sua obra *Dos delitos e das penas*, aplica ideias iluministas ao direito. O autor manifesta-se contra as penas tão comuns na história humana: tortura, infâmia, julgamento secreto, suplício. Declara-se também contra a pena de morte e a vingança. Aclamado pelos filósofos enciclopedistas quando esteve na França, ao voltar à sua terra, Milão, sofreu acusação de heresia. É significativo refletir sobre como as ideias demoram para frutificar devido à intolerância e a preconceitos arraigados.

É preciso lembrar que, durante o século XVII e parte do XVIII, a burguesia ainda não havia conquistado o poder político e lutava contra as pressões de regimes absolutistas, como era o caso da França, da Espanha e de Portugal.

Pensadores do século XVIII, especialmente liberais e iluministas, entendiam que os homens gozavam de direitos naturais, universais e absolutos. Esse teor é evidente na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), da França pós-revolucionária. Essas declarações e inúmeros outros discursos e documentos marcaram a ascensão definitiva da burguesia. Reflexos dessas ideias se fizeram sentir no Brasil em várias tentativas de independência.

5 Positivismo jurídico: crítica ao jusnaturalismo

Na passagem do século XVIII para o XIX, instalou-se uma nova fase política e jurídica, quando diversos países, sob a influência do pensamento iluminista, promulgaram sua Constituição. Foi nesse período que os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – conquistaram autonomia, substituindo a antiga ordem, na qual o rei detinha em suas mãos o controle dos três Poderes.

Todo cidadão, mesmo sem título de nobreza, poderia reivindicar participação em um dos três Poderes, com a ressalva de que aquele que integrasse um deles ficaria impedido de participar dos outros dois. Desse modo, concretizava-se a proposta de divisão dos Poderes concebida por Montesquieu (1689-1755) na primeira metade do século XVIII.

Além da Constituição, alguns países promulgaram códigos de direito, que hierarquicamente estavam submetidos ao primeiro documento – a Constituição ou Carta Magna.

Inato: o que nasce com o indivíduo; portanto, o que é natural no ser humano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na França, o Código Civil de 1804, também conhecido como Código de Napoleão, representou uma novidade jurídica significativa. Antes desse Código, ao avaliar um caso, os juízes invocavam costumes e valores morais da época, dispositivos legais de códigos antigos e obsoletos, como o Código de Justiniano (século VI d.C.), e o que entendiam ser as normas de direito natural. Por consequência, o direito vigente tornou-se confuso, uma vez que o juiz não tinha elementos que fundamentassem sua decisão. Com a promulgação do Código de Napoleão, o juiz deveria julgar sempre com base na lei registrada em documento.

Constituía-se, então, a liberdade política ou liberdade positiva, garantida por leis.

Elaboração teórica do direito positivo

Com a promulgação de constituições e códigos, o jurista assumiu novos desafios, porque a noção de direito natural tornou-se estranha ao mundo jurídico e ilegítima como fundamento de decisão: esboçava-se, assim, a substituição do direito natural (jusnaturalismo) pelo direito positivo, dando origem à teoria do *positivismo jurídico*.

No século XX, o filósofo e jurista austríaco Hans Kelsen (1881-1973) propôs a forma mais elaborada do *positivismo jurídico*, ao sustentar que a norma de direito positivo pode ser válida mesmo que seja injusta. Ele justifica sua posição afirmando que a justiça é um valor relativo: por mudar de acordo com o tempo e o espaço, não pode ser usada como critério adequado para fundamentar a validade da norma jurídica. Com Kelsen configurou-se a ciência do direito, como descrição do direito como ele é, e não como ele deveria ser em relação à justiça.

Em outras palavras, Kelsen separa moral e direito: como os valores morais são relativos, o aborto pode ser justo para uns e injusto para outros, mas, na medida em que a sua proibição torna-se a lei vigente, é válida como norma jurídica.

6 Declaração Universal dos Direitos Humanos

No século XX, o mundo sofreu os horrores de duas guerras mundiais e a Alemanha foi palco da extrema barbárie do governo totalitário nazista contra milhões de seres humanos, confinados e executados em campos de extermínio.

Positivo: no contexto, o que é existente de fato, estabelecido; no direito, a lei instituída, o que se opõe à lei natural. Não confundir com o sentido de "fatos concretos", como no positivismo de Auguste Comte.

Logo após essas atrocidades, em 1948, na recém-criada Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), os Estados-membros assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que representou um verdadeiro marco.

Embora as decisões da ONU não tenham a mesma força que as normas jurídicas instituídas internamente em cada país, as nações participantes da Assembleia firmaram consenso e inspiraram outros tratados de direitos humanos. Sua novidade consistiu em expressar, pela primeira vez, a proteção dos direitos humanos em documento de alcance internacional.

Desde 1948, portanto, a proteção dos direitos humanos deixou de ser matéria de exclusivo interesse interno de um Estado para se tornar tema de interesse de grande parte da comunidade internacional. Aprendemos com o século XX que o Estado, por meio de governos autoritários, pode converter-se no grande violador dos direitos de seus próprios cidadãos.

Desenvolveu-se, assim, um novo sistema jurídico internacional de proteção dos direitos humanos, Estados deficientes ou omissos em seu dever de proteger esses direitos passaram a ser juridicamente responsabilizados pelo direito internacional. Sabemos muito bem que acordos e leis não alteram costumes – nem preconceitos – em um passe de mágica, mas não há como negar que provocam mudanças, ainda que lentas.

7 As três gerações dos direitos humanos

Vejamos como os relatos feitos até aqui compõem a descrição de três gerações (ou dimensões) dos direitos humanos.

A *primeira geração dos direitos humanos* ocorreu na época da Revolução Francesa, com as novas ideias de liberdade e autonomia individuais, lentamente gestadas desde o século XVII. No século seguinte, as ideias iluministas ampliaram as reivindicações com base na autonomia do sujeito e na garantia de sua dignidade. Essas foram as conquistas que examinamos até o século XVIII.

A *segunda geração dos direitos humanos* teve início no século XIX, período em que a Europa fervilhava ideias anarquistas, comunistas e socialistas. Elas criticavam os ideais liberais e denunciavam como enganosa a alegação de que o povo teria participação na política.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para os revolucionários, a suposta liberdade burguesa só era possível à custa da miséria da classe operária, muitas vezes submetida a condições cruéis e desumanas de trabalho e sem acesso a nenhum dos três Poderes. Contra a liberdade burguesa, reivindicavam a igualdade material e social de todos os indivíduos.

A questão que tomava corpo era, portanto, o confronto entre liberdade e igualdade. As lutas que adentraram o século XX exigiram do Estado assegurar a todo e qualquer cidadão direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles, o acesso gratuito e de qualidade à educação e à saúde, além de fomentar o desenvolvimento cultural e artístico. Vários direitos sociais foram incorporados nos documentos, por exemplo: limitação da jornada de trabalho, garantias contra o desemprego, proteção da maternidade, estabelecimento de idade mínima para trabalhos industriais e noturnos etc.

A ampliação do conceito de cidadania teve em vista o direito de participação ativa no exercício dos Poderes estatais (Legislativo, Executivo, Judiciário). E mais, a liberdade de usufruir uma gama de direitos, como liberdade de pensamento, de expressão, culto religioso, associação e iniciativa comercial, entre outros – e que, portanto, deveriam ser respeitados pelo Estado.

A *terceira geração dos direitos humanos* nasceu no século XX, com ênfase nos *direitos coletivos*. Assim explica a socióloga Maria Victoria Benevides Soares:

> Referem-se esses [direitos coletivos] à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico. Direitos sem fronteiras, ditos de "solidariedade planetária". Assim sendo, testes nucleares, devastação florestal, poluição industrial e contaminação de fontes de água potável, além do controle exclusivo sobre patentes de remédios e das ameaças das nações ricas aos povos que se movimentam em fluxos migratórios (por motivos políticos ou econômicos), por exemplo, independentemente de onde ocorram, constituem ameaças aos direitos atuais e das gerações futuras.
>
> SOARES, Maria Victoria Benevides. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 61.

8 Características dos direitos humanos

A ordem internacional a partir de 1948 apresenta algumas inovações, como os conceitos de *universalização*, *indivisibilidade* e *participação*, características dos direitos humanos.

a) Universalização

Os direitos humanos são universalizáveis, mas não são universais, pois não são eternos, imutáveis, cósmicos nem religiosos, como se acreditou ao longo da história. Ao contrário: os direitos humanos são valores históricos. Trata-se de invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Os direitos humanos são universalizáveis em determinada época, após debate e consenso; portanto, resultam da convenção de países que integram a ONU em determinado período.

b) Indivisibilidade

Os direitos humanos conquistados nas três gerações são indivisíveis: cada um desses direitos não se supera nem se exclui. Os direitos humanos, por serem indivisíveis, acumulam-se e são fortalecidos.

Em outras palavras, os direitos civis e políticos, próprios do discurso liberal da cidadania (direitos de primeira geração), devem ser conjugados aos direitos econômicos, sociais e culturais, que defendem a igualdade (direitos de segunda geração).

Atualmente reivindica-se, também, o direito à paz, à preservação do ambiente e do patrimônio da humanidade etc. Como vimos, são direitos de terceira geração, que não pertencem a este ou àquele indivíduo, mas ao gênero humano.

c) Participação

A democratização da política interna dos países não apenas facilita como possibilita e estimula a participação da sociedade civil no palco da política internacional. Um dos objetivos desse engajamento é, sem dúvida, o aperfeiçoamento de mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos.

O *status* do indivíduo modificou-se na Nova Ordem Internacional. Os Estados assumiram a obrigação de garantir o respeito aos direitos humanos dentro de seu território. Porém, se falharem nessa tarefa, o indivíduo que tiver seus direitos violados poderá recorrer a organismos internacionais para se defender do próprio Estado em que nasceu.

Basta verificar a atuação dos defensores dos direitos humanos durante as ditaduras na América do Sul. Naquela época, eram atendidas vítimas de detenção arbitrária, tortura e assassinato, atos realizados por agentes do regime. As vítimas pertenciam à classe média, como advogados, jornalistas, estudantes e religiosos, além de camponeses, indígenas e operários que atuavam em movimentos sindicais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comissão Nacional da Verdade

É verdade que o acesso a organismos de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), é ainda tímido e deficiente. Mas é possível constatar avanços, pois durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), por exemplo, o acesso era bem mais difícil do que nos últimos anos, quando o Estado brasileiro cumpriu decisão da CIDH de esclarecer os crimes contra a humanidade praticados por militares com o apoio de outras instituições civis.

Com essa intenção, em maio de 2012 foi instalada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujas atividades focavam resgatar a memória histórica do país, bem como o direito daqueles que desconheciam o paradeiro dos corpos de familiares assassinados pelo regime. Após inúmeros relatos de testemunhas, sobreviventes e agentes públicos envolvidos que se dispuseram a falar, o documento apresentado em dezembro de 2014, além de analisar o conteúdo das entrevistas, contabilizou o número de mortos e desaparecidos.

No entanto, apesar de ainda persistirem muitas lacunas, também não foi possível encaminhar os relatórios para julgamento nas instâncias jurídicas competentes, devido à Lei da Anistia assinada em 1979, em pleno regime ditatorial, que concedeu perdão para ambos os lados – Estado e seus opositores. Na contramão do que fizeram outros países da América do Sul, que julgaram e puniram militares responsáveis por violações dos direitos humanos durante a ditadura militar.

9 Democracia e direitos humanos

Com a recuperação da ordem democrática, as atuações a favor dos direitos humanos de civis se expandiram, exigindo soluções jurídicas para violências de vários tipos. Não só para aquelas praticadas pela polícia, mas também para as que ocorrem em outros setores da sociedade civil, como as relacionadas a racismo, trabalho infantil e escravo, educação, saúde, meio ambiente, presos políticos, desigualdade de gênero e tantas outras.

Hoje, quando alguém expressa em rede social, *blog* ou jornal alguma opinião contrária ao governo, quando uma pessoa sem recursos exige da prefeitura de sua cidade os remédios necessários para o tratamento de sua doença, quando alguém escolhe livremente a profissão que exerce, a cidade onde mora, a religião que professa, a escola que frequenta, ou acusa uma fábrica de poluir os rios, esse alguém em todos os casos age de acordo com os direitos humanos ou os reivindica.

Podemos emitir nossa opinião política para apoiar ou divergir. Tivemos acesso ao sufrágio universal, à emancipação feminina, à garantia dos direitos das minorias (negros, indígenas, homossexuais, pessoas com deficiência). A criminalização da tortura e da violência contra a mulher também tem sido alcançada com muito esforço. Todos esses são exemplos do longo percurso de construção da justiça social.

No entanto, ainda há muito, muito mesmo, a ser conquistado – alguns temas, como a criminalização da homofobia, ainda exigem persistentes lutas para que encontrem amparo jurídico. E o principal empecilho é quase sempre a incapacidade de superar preconceitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO CONTEÚDO



Após a morte, no Complexo do Alemão, do menino Eduardo de Jesus Ferreira, manifestantes protestam na cidade do Rio de Janeiro, 2015. Investiga-se que Eduardo tenha sido baleado por um policial. A tragédia expõe a urgência de debater a violência e o uso da força, inclusive pelo Estado.

Leitura complementar

O que é o racismo?

"Ao questionarmos sobre o problema do racismo, deveríamos talvez nos obrigar a fazer referência a dois tipos dissímiles de perguntas; a primeira, e a mais habitual delas, seria a seguinte: 'O que é o racismo?'; a segunda, radicalmente diferente da primeira – e ainda em aparência mal formulada gramaticalmente – deveria ser esta outra: 'Quem é o racismo?'.

Em relação à primeira das perguntas, [o sociólogo francês] Michel Wieviorka revela a existência de diversas expressões que representam, numa escala progressiva, diferentes graus do 'perigo do fenômeno' racista; essas formas ou expressões visíveis em que o racismo se manifesta seriam: o preconceito, a segregação, a discriminação e a violência racial. Vejamos, ainda que de modo muito superficial, qual seria o significado dado pelo autor a cada uma dessas palavras e/ou níveis do 'perigo' racista.

O *preconceito* conferiria aos seus portadores, aos seus donos, isto é, aos membros de um grupo dominante, uma forma de serem conscientes das suas posições de privilégio e hierarquia. Segundo o autor, trata-se de uma forma rudimentar de xenofobia ligada à defesa de uma identidade coletiva e/ou comunitária: o preconceito é assim colocado, assim estabelecido e assim determinado no discurso para não 'ferir' e para 'proteger' as identidades consideradas apropriadas, quer dizer, as identidades próprias, isto é, as identidades (inventadas, produzidas, fabricadas como) normais.

A *segregação* é um conceito que se formula em certo modo em sua ligação com uma ideia específica da espacialidade relacional entre o 'eu' e o 'outro', entre o 'nós' e o 'eles'. O indivíduo ou o grupo que é considerado o objeto do racismo, quer dizer, 'o outro' e 'eles', acaba sendo confinado em espaços 'próprios' que não poderão ser abandonados a não ser em condições tanto ambíguas quanto restritivas.

A *discriminação*, por sua vez, é um tipo de tratamento diferencialista, quer dizer, uma produção específica de alteridade, que penaliza aquilo que no Ocidente foi e é nomeado, ainda hoje, com o eufemismo de 'minorias'. A operação de discriminação consiste, primeiro, na diminuição, na redução do outro – e também a relação do outro com os 'seus' outros – e, em segundo lugar, em dotar todos esses outros, assim 'diminuídos', de uma única possibilidade de interpretação dos seus valores e das suas normas. A uma minoria, a qualquer minoria, lhe é dado para si própria um referente idêntico de representações: haveria assim uma única forma fixa permitida possível de se pensar, de se olhar, de se perceber, de se julgar, de se nomear etc. o interior desse grupo.

A *violência racial* não seria outra coisa que o fato de tornar intencionais e explícitas todas as três expressões anteriores. Enquanto o preconceito, a segregação e a discriminação permaneceriam em estado 'latente', 'não intencional', 'de um modo discursivo', a violência, segundo Wieviorka, é o seu rosto material, o seu movimento exterior, a sua força visível, a sua ação última e final. [...]

Aos poucos que nos vamos afastando de uma concepção sociológica do racismo, voltamos à nossa segunda pergunta, muito menos habitual: 'quem é o racismo?'. [...]

Na aula de 7 de janeiro de 1976, Foucault considera que o racismo é a condição de aceitabilidade da matança, numa sociedade na qual a norma, a regularidade, a homogeneidade constituem as suas principais funções sociais. [...]

Assim, a questão da raça foi absorvida pelo Estado como uma estratégia discursiva constituída por técnicas médicas e normalizadoras. O Estado começou a mudar aquilo que tinha sido o sentido plural das raças pelo sentido singular de raça. E em virtude desse efeito discursivo, é que ao final do século XIX aparece já o racismo de Estado, um racismo que é, ao mesmo tempo, de natureza biológica e centralizadora. Para Foucault, há dois exemplos bem claros do racismo de Estado durante o século XX: o racismo nazista, expresso na proteção biológica da raça; e o racismo soviético, que, em oposição ao anterior, consiste já não em uma transformação dramática da ideia de 'raças' pela ideia de 'raça', mas em uma mudança silenciosa, pausada, pensada em seus mínimos detalhes e, por isso, de ordem cientificista. Mas em ambos os casos há alguns elementos em comum que permitem responder à nossa questão anteriormente formulada – 'De quem é o racismo?':

a) é o Estado quem é racista; o racismo pertence ao Estado;

b) ter o direito à morte, ter o poder da morte: essa é a fundamentação do racismo."

SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância. In: GALLO, Silvio; SOUZA, Regina Maria de (Orgs.). *Educação do preconceito*: ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Editora Alínea, 2004. p. 75-78.

Dissímile: dessemelhante; diferente; diverso.

Alteridade: Condição do que é outro, do que é distinto.

Questões

1. Qual é a relação entre *preconceito* e *identidade coletiva*?
2. Em cidades brasileiras onde a maioria da população se autodeclara negra ou parda, existem bairros (geralmente considerados "nobres") habitados por mais de 90% de brancos. Que conceito se aplica a essa realidade?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual é a diferença entre jusnaturalismo e positivismo jurídico?
2. O que mudou no conceito de poder, desde a Idade Moderna?
3. Que importância tiveram Rousseau e Kant para a instauração dos direitos dos indivíduos?
4. Identifique as três gerações de direitos humanos, localizando-as no tempo e conforme suas características principais.
5. Por que na divisão dos Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário "aquele que integra um dos Poderes fica impedido de fazer parte dos outros dois"? Qual é a vantagem disso para a democracia?

Aplicando os conceitos

6. No século XVIII, o jurista italiano Cesare Beccaria condenou as penas cruéis e a tortura, abrindo a discussão a respeito dos direitos humanos. Em que medida esse tema ainda é atual?
7. A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Configura-se, assim, como uma ação que tem em vista a violência de gênero.

.....

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 15 mar. 2016.

.....

Com base nesse texto, atenda às questões.

a) Pesquise sobre o significado do nome "Lei Maria da Penha".
b) Que motivos sociais e históricos justificariam essa Lei?
c) O que a Lei identifica como violência psicológica? Comente por que esse tipo de violência nem sempre é reconhecido como tal.

8. Leia a citação e atenda às questões.

.....

[...] representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo. Quando se examina o largo espectro das lutas populares, nos últimos anos, pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais. Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada do poder identificado com o poder do Estado, mas é luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. Por outro lado, no registro social, observa-se que as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social [...].

CHAUI, Marilena. Direitos humanos e medo. In: FESTER, Antonio Carlos (Org.). *Direitos humanos e...* São Paulo: Brasiliense; Comissão Justiça e Paz de São Paulo, 1989. p. 34-35.

.....

a) Quais são os dois registros principais das lutas pelos direitos populares mais recentes? Nomeie suas características esquematicamente.
b) Com um colega, identifiquem movimentos atuais que exemplificam os dois tipos de registro.

9. Analise a tirinha abaixo e atenda às questões.



Vida e obra de Terêncio Horto (2015), tirinha de André Dahmer.

a) Qual é a crítica do cartunista André Dahmer?
b) Analisando o caso do uso de animais em pesquisas científicas, comente sobre o paralelo entre direitos humanos e direitos dos animais.

Dissertação

10. Com base na definição dada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, redija uma dissertação que apresente seu ponto de vista sobre a questão dos refugiados.

.....

Ninguém é refugiado por gosto ou opção. Ser refugiado significa mais do que ser estrangeiro. Significa viver no exílio e depender de outros para satisfazer necessidades básicas como a alimentação, o vestuário e a habitação.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. *Direitos humanos e refugiados*. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_20.pdf>. Acesso em 29 fev. 2016.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 19

Política antiga e medieval



TIZIANO VECELLIO – GALERIA NACIONAL, LONDRES

Alegoria do tempo governado pela prudência (1550-1565), pintura de Tiziano Vecellio.

Os principais objetivos deste capítulo são: identificar as principais teorias políticas da Grécia clássica ao fim da Idade Média, distinguir e comparar formas de governo, diferenciar a sofocracia de Platão da politeia de Aristóteles, caracterizar a política de natureza normativa e prescritiva, compreender as relações Estado-Igreja na Idade Média, identificar as rupturas do período pré-renascentista.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: democracia, justiça, retórica, sofocracia, formas de governo, politeia, Estado, Igreja, agostinismo político, política normativa.

Ampliando as possibilidades de compreensão da tela *Alegoria do tempo governado pela prudência*, pode-se informar os alunos sobre a análise das pinturas de Tiziano feita pelo teórico da história da arte Erwin Panofsky, que identifica a figura do idoso com o autorretrato do pintor, a do meio com o filho predileto (e mais prudente) e a outra com seu jovem neto. De fato, a imagem, além da aplicação à vida de cada um de nós, pode referir-se também à política. Destacamos a virtude da prudência para o bom governante, conforme a política normativa do pensamento grego representado por Aristóteles, quando nascia o conceito filosófico da política. Vale comparar com a "Leitura complementar" de Francis Wolff, presente no final do capítulo, na qual o filósofo estabelece relação entre política e história, não mais apenas a história individual, mas da cidade, entendida como qualquer grupamento social organizado que precisa manter a memória de sua história para fazer a boa política.

O pintor italiano Tiziano Vecellio (c. 1490-1576) representou nessa tela uma alegoria da prudência: três faces humanas (na juventude, na maturidade e na velhice) e três animais (respectivamente, o cão, o leão e o lobo). O próprio artista escreveu no alto da tela: "[da experiência] do passado, o presente age prudentemente para não estragar a ação futura". Segundo alguns, os animais, de acordo com a arte egípcia, representariam igualmente cada um dos três períodos.

O que pensar dessa alegoria? Os filósofos gregos, sobretudo Aristóteles, atribuíam ao bom governante a virtude da prudência, e a tela de Tiziano representa as três características do governante prudente: a memória, a inteligência e a previdência. A inteligência deve ser usada na temporalidade, ou seja, pela memória, aproveitando a experiência do passado, e pela previdência, pensando no futuro, nas consequências de suas ações.

Previdência: capacidade de prever.

1 Política como teoria

Costuma-se dizer que a democracia nasceu na Grécia, mais propriamente em Atenas. Embora tenha durado pouco tempo, surgiu como uma proposta original que ao longo dos tempos fecundou teorias e sonhos de liberdade e igualdade dos mais diversos teores.

Por terem sido os gregos os primeiros a filosofar, também foram eles os primeiros a refletir criticamente sobre política. Por isso, afirma-se que eles "inventaram" a política, o que não significa que outros povos já não tivessem exercido poder político, mas que apenas entre os gregos foram elaboradas teorias sobre a capacidade humana de refletir sobre a organização da vida coletiva.

Neste capítulo, veremos como as concepções teóricas dos gregos do período clássico marcaram profundamente a tradição ocidental. As concepções de política, desligadas dos mitos dos ancestrais e centradas nas leis racionais da cidade, tiveram continuidade na Idade Média, então adaptadas à visão religiosa do mundo.

2 Atenas no período clássico

Na pólis grega destacavam-se dois lugares: a acrópole e a ágora. A acrópole constituía a parte elevada, que servia de ponto de defesa da cidade e local privilegiado para a construção do templo. Na ágora, praça central destinada às trocas comerciais, os cidadãos reuniam-se para debater os assuntos da cidade e resolver problemas legais.[1]

Os principais legisladores atenienses – Drácon, Sólon e Clístenes – foram responsáveis por destacar o caráter humano das leis e não mais o divino. Aos poucos eles promoveram a ideia de cidadania, possibilitando a todos os cidadãos atenienses a participação na assembleia do povo, na qual eram eleitos os funcionários do Estado. O apogeu da democracia em Atenas ocorreu no século V a.C., quando Péricles era governante.

Para saber mais

O período clássico da filosofia grega centralizou-se na figura de Sócrates (c. 470-399 a.C.) e de seu discípulo Platão (c. 428-347 a.C.). Os sofistas também fizeram parte dessa época, como discutido no capítulo 9, "A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média".

[1] O período da formação das cidades-Estado é apresentado de maneira mais ampla no capítulo 2, "As origens da filosofia".

3 Os sofistas e a retórica

No novo modelo de democracia, a justiça tornou-se política e mais objetiva, pois o critério do justo e do injusto sustentava-se na lei escrita, válida para todo cidadão. Coube aos filósofos sofistas, no século V a.C., elaborar teoricamente o ideal democrático da nova classe em ascensão, a dos comerciantes enriquecidos, que passaram a ser considerados cidadãos da pólis, com direito ao exercício do poder, desde que não fossem estrangeiros.

De acordo com o historiador da filosofia Werner Jaeger, os sofistas exerceram influência muito forte ao ensinarem retórica, que é a arte de bem falar, de utilizar a linguagem em um discurso persuasivo. É bem verdade que esse tipo de educação se destinava à elite intelectual, àqueles bons oradores capazes de pronunciar discursos convincentes e oportunos em assembleias públicas.

No entanto, Sócrates e seus discípulos acusavam os sofistas de superficialidade e de pronunciar discursos vazios, ao enfatizarem a persuasão, e não a verdade da argumentação. A visão depreciativa dos sofistas perdurou até o século XIX, quando houve uma revisão historiográfica visando reabilitar o prestígio da sofística.

4 Teoria política de Platão

O pensamento político de Platão encontra-se sobretudo nas obras *A República* e *Leis*. Em estilo agradável, muitas vezes poético e com alegorias, Platão escreve diálogos em que seu mestre, Sócrates, é o principal interlocutor.

Ateniense de família aristocrática e fascinado pela política, sofreu pesados reveses ao tentar convencer Dionísio, o Velho, rei da Sicília, a aplicar suas teorias. Inicialmente bem recebido, após sérias desavenças foi vendido como escravo. Reconhecido e libertado por um rico armador, não desistiu do seu projeto político, retornando duas vezes à Sicília. Embora mais cauteloso, não obteve sucesso, e a amargura dessas tentativas frustradas transparece em *Leis*, sua última obra.

O século V a.C., "época das luzes" da Grécia, terminou tristemente com a derrota de Atenas na guerra contra Esparta, a condenação e a morte de Sócrates e as convulsões sociais que agitaram a cidade, fatos que acentuaram em Platão o descrédito na democracia.

Persuasão: ação de convencer, de levar a crer ou aceitar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Utopia platônica: *A República*

No livro VII de *A República*, Platão ilustra seu pensamento com a famosa alegoria da caverna: várias pessoas acorrentadas em uma caverna desde a infância tomam por realidade sombras projetadas na parede. Se um dos prisioneiros conseguir se desprender e contemplar lá fora o mundo à luz do Sol, ao retornar terá dificuldade em convencer os que ficaram de que o conhecimento deles é ilusório. A alegoria deu margem a interpretações diversas, entre as quais destacamos uma relativa ao conhecimento e outra à política.[2]

Do ponto de vista do conhecimento, aqueles que se libertam das correntes elevam-se da opinião à ciência, alcançando o verdadeiro conhecimento. Tornam-se, então, filósofos e por isso devem retornar ao meio das pessoas comuns para orientá-las no reto caminho do saber.

É possível também uma interpretação política, que decorre da pergunta: "Como influenciar aqueles que não veem?". Cabe ao sábio ensinar, procedendo à educação política, pela transformação das pessoas e da sociedade, desde que essa ação se oriente pelo modelo ideal contemplado. Mais que isso, apenas o filósofo deve governar.

Platão imagina então a utopia da cidade de Calípolis, com base no princípio de que as pessoas ocupam lugares e funções diversas na sociedade por serem de naturezas diferentes. Propõe que o Estado, e não a família, assuma a educação das crianças até os 7 anos, a fim de evitar a cobiça e os interesses decorrentes de laços afetivos e relações humanas inadequadas. O Estado orientaria para que não se consumassem casamentos entre desiguais, com o objetivo de alcançar melhores condições de reprodução e, ao mesmo tempo, criar instituições para a educação coletiva das crianças.

[2] Ver relato detalhado no capítulo 9, "A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média".

Educação das três classes

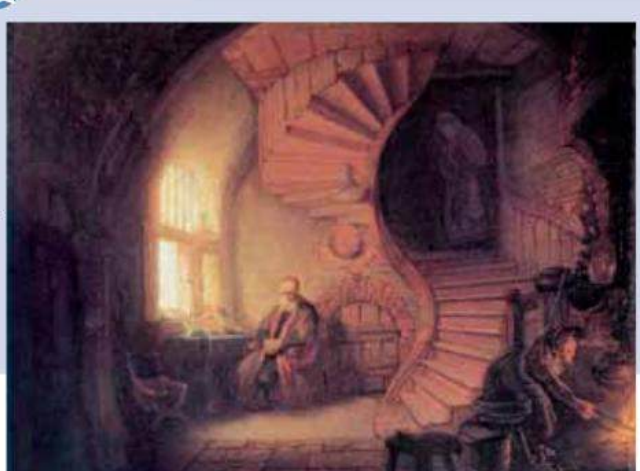
Platão tem em vista preparar e encaminhar indivíduos para exercerem funções fundamentais da vida coletiva em três classes de atividades divididas da seguinte forma:

- Até os 20 anos, todos são educados da mesma maneira; após a identificação do tipo de alma, ocorre a primeira seleção: aqueles que possuem "alma de bronze" dedicam-se à agricultura, ao artesanato e ao comércio, cabendo-lhes, portanto, a *subsistência da cidade*. A virtude por excelência desse grupo é a temperança, pela qual deveriam controlar os desejos de prazer.
- Os demais continuam os estudos por mais 10 anos, até a segunda seleção: aqueles que têm "alma de prata" são destinados à guarda do Estado, à *defesa da cidade*. A virtude dos guerreiros é a coragem, exercida pelo domínio sobre o caráter irascível de sua alma.
- Os mais notáveis, que sobraram das seleções anteriores, por terem "alma de ouro", são instruídos na arte de pensar a dois, ou seja, na arte de dialogar. Estudam filosofia, fonte de toda a verdade, que eleva a alma até o conhecimento mais puro. Aos 50 anos, aqueles que passaram com sucesso pela série de provas são admitidos no corpo supremo de magistrados. Cabe a eles o governo da cidade, por serem os únicos a ter a ciência da política. Como homens mais sábios, sua função é manter a cidade coesa. Também seriam os mais justos, uma vez que justo é aquele que conhece a justiça. Como virtude principal, a justiça constitui a condição de exercício das outras virtudes.

Etimologia

Utopia. Do grego *outopós*, "em nenhum lugar": aquilo que ainda não existe, mas pode vir a ser.
Calípolis. Do grego *kalós*, "belo", "beleza", e pólis, "cidade": cidade bela.

Para refletir



REMBRANDT VAN RIJN – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Na cena pintada por Rembrandt, a luz que atravessa a janela ilumina o ambiente, dando cor ao filósofo. Uma escada sugere algo que se busca em um nível superior do conhecimento: seria a verdade, que, segundo Platão, só os filósofos seriam capazes de alcançar?

O filósofo em meditação (1632), pintura de Rembrandt.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sofocracia: o rei-filósofo

Para Platão, a *política* é a arte de governar pessoas com o seu consentimento e o *político* é aquele que conhece a difícil arte de governar. Portanto, só poderia ser chefe quem conhecesse a ciência política. Decorre desse raciocínio que a democracia é um regime inadequado, porque a igualdade só é possível na repartição dos bens, mas nunca no igual direito ao poder. Para o Estado ser bem governado, é preciso que "os filósofos tornem-se reis, ou que os reis tornem-se filósofos". Desse modo, Platão propõe um modelo aristocrático de poder, não de uma aristocracia da riqueza, mas daquela em que o poder é confiado aos mais sábios. Ou seja, trata-se de uma sofocracia.

A esse respeito, diz Platão:

> Será então o momento de conduzir à consumação final aqueles que, aos 50 anos, tiverem saído ilesos das provas a que se submeteram. Os que tiverem distinguido em todos os atos de sua conduta e em todos os ramos do conhecimento serão compelidos a dirigir o olhar da alma para o ser que ilumina todas as coisas; a enxergar o bem em si e a utilizá-lo como modelo para governar, cada um por sua vez, e durante o resto de sua vida, a cidade, os particulares e a si próprios. Deverão consagrar à filosofia uma grande parte do seu tempo e, chegando a sua vez, carregar nos ombros o peso das funções políticas e da direção das questões públicas tendo em mira apenas o bem da cidade, com a convicção, não de que executam uma função honrosa, mas de que cumprem um dever iniludível.
>
> PLATÃO. *A República*. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 84.

O rigor do Estado concebido por Platão ultrapassa em muito a proposta de educação. Como para ele a virtude suprema é a obediência à lei, o legislador tem de conseguir seu cumprimento, em primeiro lugar, pela persuasão, aguardando a atuação consentida dos cidadãos livres e racionais. Caso não o consiga, deve recorrer à força: a prisão, o exílio ou a morte. Do mesmo modo, a censura é justificável quando visa à manutenção do Estado.

Formas de governo

Platão foi o primeiro pensador a refletir, na sua utopia, sobre a melhor forma de governo, a sofocracia. Observando a política real de seu tempo, ele alerta para o poder degenerado, em que o governo não respeita as leis nem visa à justiça coletiva, mas defende o interesse de pessoas ou grupos. O filósofo estava convencido de que, após uma série de governos justos, a tendência é decair, devido à negligência dos magistrados das cidades, à dissidência interna ou às guerras.

As formas de governos degenerados são quatro, descritas no livro VIII de *A República*:

- Timocracia: governo que cultua o impulso guerreiro e o desejo de honrarias.
- Oligarquia: poder exercido pelos mais ricos.
- Democracia: poder atribuído ao povo, entendido como os mais pobres. Para Platão, na forma democrática de governo prevalece a demagogia, característica do político que manipula e engana, pois o povo é considerado incapaz de adquirir a ciência política. A pretensão à igualdade democrática é falaciosa, porque a verdadeira igualdade baseia-se no valor pessoal, que é sempre desigual, já que uns são melhores do que outros.
- Tirania: governo de um só, que assume todos os poderes, geralmente em decorrência dos abusos da democracia; com o tempo, o tirano age em proveito próprio, gerando a pior forma de governo, sem ter como objetivo o bem comum. O tirano é a antítese do magistrado-filósofo.

Para Platão, as formas de governo baseiam-se no tipo de "alma" predominante. Daí os riscos de degeneração: os corajosos guerreiros se tornariam violentos; os ricos oligarcas acentuariam sua cobiça; os pobres, desejosos de liberdade e igualdade, promoveriam a anarquia. Portanto, o bom governante é corajoso, moderado, justo e sábio.

Iniludível: que não admite dúvida.

Etimologia

Sofocracia. Do grego *sophos*, "sábio", e *kratía*, "poder": "governo dos sábios".
Timocracia. Do grego *thymós*, termo vago que inclui diversos tipos de afetividade (para Platão significa "irascibilidade", "cólera", daí "honra", "coragem"), e *kratía*, "poder": "governo de guerreiros".
Oligarquia. Do grego *olygarkhía*; *olýgos*, "pouco", e *arkhé*, "governo": "governo de poucos".
Demagogia. Do grego *dêmos*, "povo", e *agogós*, "conduzir": "o que conduz o povo".
Tirano. Do grego *týrannos*, que tem dois sentidos: "soberano", "aquele que é superior"; ou, de acordo com a forma degenerada de governo, "aquele que põe a força a serviço da injustiça".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Teoria política aristotélica

Aristóteles (c. 384-322 a.C.), discípulo de Platão, mas crítico de seu mestre, elaborou uma filosofia original. Recusou o autoritarismo da utopia platônica, por considerá-la impraticável e inumana. Fez críticas à sofocracia, por atribuir poder ilimitado a apenas uma parte do corpo social, os mais sábios. Não aceitou que a família fosse dissolvida nem que a justiça, virtude por excelência do cidadão, pudesse desvincular-se da amizade, da *philía*.

Amizade e justiça

O termo *philía*, embora se traduza por "amizade", assume sentido mais amplo quando se refere à cidade: significa a concordância entre pessoas com ideias semelhantes e interesses comuns, que resulta na camaradagem, no companheirismo. Daí a importância da educação na formação ética dos indivíduos, por prepará-los para a vida em comunidade.

A amizade não se separa da justiça. Essas duas virtudes se relacionam e se complementam, fundamentando a unidade que deve existir na cidade. Se a cidade é a associação de iguais, a justiça é o que garante o princípio da igualdade. Justo é o que se apodera da parte que lhe cabe, é o que distribui o que é devido a cada um.

No entanto, ao relacionar justiça e igualdade, Aristóteles não se refere à igualdade simples ou aritmética, mas à *justiça distributiva*, segundo a qual a distribuição justa é a que leva em conta o mérito das pessoas: não se dá o igual para desiguais, já que as pessoas são diferentes.

Do mesmo modo, a *justiça comutativa* (ou corretiva) é a que corrige os erros da justiça distributiva, a fim de restaurar a equidade. Mesmo que as pessoas sejam desiguais no mérito, elas devem ter o necessário para sua vida, por isso a cidade deve impedir a má distribuição de riquezas e oportunidades, além de, dependendo do caso, punir comportamentos injustos.

A justiça liga-se intimamente ao império da lei, pela qual a razão prevalece sobre as paixões cegas. Retomando a tradição grega, a lei é, para Aristóteles, o princípio que rege a ação dos cidadãos, é a expressão política da ordem natural, sejam elas as leis escritas, sejam as não escritas, trazidas pelo costume.

Quem é cidadão?

Na obra *Política*, Aristóteles discute o que se pode entender por *cidadania*. Assim ele afirma:

> Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nem nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados; para outros encargos não há limitações de tempo no exercício de funções públicas (por exemplo, os jurados e os membros da assembleia popular).
>
> ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. p. 78.

Aristóteles adverte que há outros tipos de cidadania, dependendo da constituição vigente na cidade, e que essa definição se aplica à cidadania em uma democracia constitucional (ou politeia).

Ainda que na Atenas democrática os artesãos estivessem entre os cidadãos, caso fossem homens livres e nativos da cidade, Aristóteles prefere excluir da cidadania a classe dos artesãos, comerciantes e trabalhadores braçais em geral. Em primeiro lugar, porque a ocupação não lhes permite o tempo de ócio necessário para participar do governo; em segundo lugar, porque, reforçando o desprezo que os antigos tinham pelo trabalho manual, esse tipo de atividade embrutece a alma e torna quem o exerce incapaz da prática de uma virtude esclarecida.

Vale lembrar ainda a polêmica justificativa de Aristóteles à escravidão:

> Se as lançadeiras tecessem e as palhetas tocassem cítaras por si mesmas, os construtores não teriam necessidade de auxiliares e os senhores não necessitariam de escravos.
>
> Idem, ibidem. p. 18.

Para Aristóteles, homens livres e concidadãos aprisionados em guerras não deveriam ser escravizados, mas sim os "bárbaros" – nome genérico atribuído aos não gregos –, que, por serem considerados "inferiores", possuíam disposição natural para a escravidão. Recomendava apenas que o tratamento do senhor ao escravo não fosse cruel, que até perdurassem laços afetivos, como nas antigas famílias dos tempos homéricos, quando os escravos pertenciam ao lar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir

Com base na citação de Aristóteles sobre a escravidão, discuta com um colega a respeito de outros tipos de inferiorização que ainda existem nos dias atuais.

Formas de governo

Aristóteles recolheu informações sobre 158 constituições existentes, além de estabelecer uma *tipologia das formas de governo* que se tornou clássica, cujos critérios de distinção são os seguintes:

a) No critério de número, o governo pode ser monarquia (governo de um só), aristocracia (governo de um pequeno grupo) ou politeia (governo constitucional da maioria).

b) No critério de valor (axiológico), as três formas são boas se visam ao interesse comum; e são más, corrompidas, degeneradas, se objetivam o interesse particular. A cada uma das três formas boas descritas correspondem, respectivamente, três formas degeneradas:

- Tirania: governo de um só, visando ao interesse próprio.
- Oligarquia: governo dos mais ricos ou nobres.
- Democracia: governo em que a maioria pobre governa em detrimento da minoria rica.

O quadro esclarece a classificação:

FORMAS DE GOVERNO			
		Critérios de valor	
		Boas	Corrompidas
Critérios de número	Um	Monarquia	Tirania
	Poucos	Aristocracia	Oligarquia
	Muitos	Politeia	Democracia

Para Aristóteles, a monarquia, a aristocracia ou a politeia constituem igualmente formas corretas e adequadas de exercício do poder. Embora prefira as duas primeiras, reconhece que na politeia, um tipo de democracia constitucional, a tensão política que sempre deriva da luta entre ricos e pobres poderia ser mais bem controlada. Nesse aspecto, se um regime conseguisse conciliar esses antagonismos, seria mais fácil assegurar a paz social.

Aristóteles retomou o critério já usado no campo da ética, segundo o qual a virtude sempre está no meio-termo. Aplicando o critério da mediania às classes que compõem a sociedade, descobre na *classe média* – constituída pelos indivíduos que não são muito ricos nem muito pobres – as condições de virtude para criar uma política estável, já que a possibilidade de ocorrência de revoltas seria menor.

6 Conceito grego de bom governo

Ainda que recusasse a utopia de seu mestre Aristóteles, aspirava igualmente a uma cidade justa e feliz. Assim ele afirma:

> Se dissemos com razão na *Ética* [a *Nicômaco*] que a vida feliz é a vivida de acordo com os ditames da moralidade e sem impedimentos, e que a moralidade é um meio-termo, segue-se necessariamente que a vida segundo esse meio-termo é a melhor – um meio-termo acessível a cada um dos homens. O mesmo critério deve necessariamente aplicar-se à boa ou má qualidade de uma cidade ou de uma constituição, pois a constituição é um certo modo de vida para uma cidade.
>
> Idem, ibidem. p. 143.

Nessa citação percebe-se a característica comum às teorias políticas da Grécia antiga, que se orientava pela busca de parâmetros do bom governo. De fato, existe uma ligação indissolúvel entre a vida moral e a política, na medida em que as questões do bom governo, do regime justo, da cidade boa dependem da virtude do bom governante. Em decorrência disso, o bom governante deve ter a virtude da *prudência* (*phrónesis*), pela qual será capaz de agir visando ao bem comum. Trata-se de virtude difícil, nem sempre alcançável.

Tanto Platão como Aristóteles elaboraram, dessa forma, teorias políticas de *natureza descritiva*, porque se trata de uma reflexão com base na descrição dos fatos, mas também de *natureza normativa* e *prescritiva*, uma vez que pretende indicar quais são as boas formas de governo. E essas normas estão estreitamente ligadas à ideia do bom governante.

7 Idade Média: política e religião

No primeiro período da Idade Média, o Império Romano esfacelou-se em diversos reinos bárbaros. O desejo de unidade de poder, de restauração da unidade perdida, expressou-se no fortalecimento e na difusão do cristianismo, que passou a representar o ideal de Estado universal.

Não por acaso, os intelectuais pertenciam às ordens religiosas e, consequentemente, as principais questões filosóficas baseavam-se nas relações entre fé e razão, esta sempre subordinada àquela. Porque, se a fé é o conhecimento mais elevado e o critério adequado da verdade, não cabe à filosofia buscar a verdade, mas apenas demonstrá-la racionalmente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado e Igreja

De acordo com a concepção religiosa que então se firmava, a natureza humana está sujeita ao pecado e ao descontrole das paixões, cabendo ao Estado o papel de intimidação para todos agirem retamente. Daí a estreita ligação entre política e moral, a começar pela exigência de formação do governante justo, não tirânico, capaz de obrigar todos a obedecer aos princípios da moral cristã. Segundo essa concepção religiosa, configuram-se duas instâncias de poder: a do Estado e a da Igreja.

- A natureza do Estado é secular, temporal, voltada para as necessidades mundanas, e sua atuação se exerce pela força física.
- A Igreja é de natureza espiritual, voltada para a salvação da alma, e deve encaminhar o rebanho para a religião por meio de educação e persuasão.

De início os religiosos receavam os textos gregos, por serem obras pagãs, mas, com as devidas interpretações e adaptações à fé cristã, os pensadores medievais aderiram inicialmente ao platonismo e depois ao aristotelismo. Não por acaso, as duas orientações marcaram os principais períodos medievais: a Patrística, com nítida influência neoplatônica, e a Escolástica, mais focada nos textos de Aristóteles.

8 Patrística: Agostinho, bispo de Hipona

O nome *Patrística* derivou do trabalho dos chamados "Padres da Igreja", que desde o século II elaboraram o pensamento cristão, tendo por base a *Bíblia* e obras clássicas adaptadas ao ideário cristão. Apesar de pertencer ainda à Antiguidade, a Patrística é abordada quando se estuda a Idade Média porque suas ideias fertilizaram todo o período medieval, que teve início de fato no século V.

Seu principal representante foi Agostinho (354-430), bispo de Hipona (no Norte da África), região que pertencia ao Império Romano. Seu destaque se deve à extraordinária criação intelectual e ao esforço para converter não cristãos.

A cidade de Deus

A cidade de Deus, obra de Agostinho, trata de teologia e filosofia da história, escrita quando o Império Romano desabava com as invasões bárbaras e a religião cristã ainda não era muito aceita.

Ao discutir sobre as relações entre política e religião, refere-se às duas cidades: "cidade de Deus" e "cidade terrestre". À cidade terrestre cabe zelar pelo bem-estar das pessoas e pela garantia de justiça. A cidade de Deus, ao contrário do que se poderia pensar, não é apenas o reino divino que se sucede à vida terrena, porque as duas cidades não estão apartadas, mas constituem dois planos de existência na vida de cada um. Todos vivem a dimensão terrena vinculada à sua história natural, à moral, às necessidades materiais e ao que diz respeito a tudo o que é perecível e temporal.



BRIDGEMAN IMAGENS/KEYSTONE BRASIL – BIBLIOTECA GENEVIEVE, PARIS

Iluminura do século XV em edição francesa de *A cidade de Deus*, de Agostinho. Nessa obra, o filósofo refuta as críticas mais comuns ao cristianismo e acusa o paganismo.

Por sua vez, a dimensão celeste corresponde à comunidade dos cristãos, a qual vive da fé e se inspira no amor a Deus. A cidade terrestre é o reino do pecado e será aniquilada no fim dos tempos. A cidade de Deus opõe a graça ao pecado e a eternidade à finitude.

Agostinismo político

A repercussão da teoria das duas cidades, à revelia do autor, desembocou na doutrina chamada "agostinismo político", que influenciou todo o pensamento político medieval. Essa teoria aborda o confronto entre o poder do Estado e o da Igreja e defende a superioridade do poder espiritual sobre o temporal. A tensão entre os dois poderes assumiu diferentes expressões no decorrer do período medieval.

Embora a oposição entre Estado e Igreja já viesse de longa data, foi o beneditino Bernardo de Claraval, no século XII, que formulou de maneira mais expressiva o pensamento político-religioso medieval, por meio da figura da "luta das duas espadas":

> A espada espiritual e a espada material pertencem, uma e outra, à Igreja; mas a segunda deve ser manejada a favor da Igreja e a primeira pela própria Igreja; uma está na mão do padre, a outra na mão do soldado, mas à ordem do padre e sob o comando do imperador.
>
> CLARAVAL, Bernardo de. In: TOUCHARD, Jean. *História das ideias políticas*. Lisboa: Europa-América, 1970. p. 81. v. 2.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9 Escolástica: Tomás de Aquino

No século XIII, apogeu da Escolástica, destacou-se o monge dominicano Tomás de Aquino, responsável por elaborar a grande síntese do aristotelismo e pela densa discussão a respeito das verdades teológicas da fé cristã.

Os tempos eram outros: o renascimento das cidades e a intensificação do comércio, o debate das ideias nas universidades e a provocação das heresias constituíam desafios à ortodoxia religiosa. Tomás de Aquino também mudou o enfoque dos temas políticos e, sob a influência de Aristóteles, debruçou-se sobre questões como a natureza do poder e das leis e o tema clássico do melhor governo. Além disso, ampliou as discussões a respeito do direito internacional, ao indagar sobre os princípios que deveriam presidir as relações entre os diversos Estados para garantir a paz.

Coerente com a visão religiosa do mundo, Aquino concluiu que o Estado conduz o ser humano até determinado ponto, quando então é necessário o concurso do poder da Igreja, sem dúvida superior, para cuidar da dimensão sobrenatural de seu destino. Embora mantivesse a hierarquia entre as duas instâncias, atenuou sem dúvida os excessos da doutrina nascida do conflito entre Igreja e Estado.

Atento ao risco da tirania, Tomás de Aquino entendia a paz social como resultado da unidade do Estado e valorizava a virtude do governante, dando continuidade à versão da política normativa grega que prescreve o comportamento virtuoso do governante.

Quem é?

Tomás de Aquino (1225-1274) nasceu na Itália, tornou-se monge dominicano e foi canonizado pela Igreja Católica. Aquino realizou a mais completa adequação do pensamento aristotélico ao cristianismo e promoveu intenso debate sobre as relações entre razão e fé, concebendo a filosofia como "serva da teologia". De sua obra, destacam-se a *Suma teológica*, a *Suma contra os gentios* e *Questões disputadas*.



MONDADORI PORTFOLIO/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Tomás de Aquino (século XV), pintura atribuída a Pedro Berruguete.

10 Tempos de ruptura

Paralelamente às elaborações teóricas que justificavam a teocracia, a sociedade medieval transformava-se. Surgiam anseios de laicização da política, isto é, de uma orientação não religiosa, o que se deveu às inumeras mudanças na Europa Ocidental, como a revitalização de centros urbanos e o surgimento de novas cidades, a expansão do comércio, a fundação de universidades, o aumento do intercâmbio entre os povos (iniciado com o movimento das Cruzadas), possibilitando aos europeus o contato com o conhecimento produzido pelos árabes. Essas mudanças deram condições à expressão de ideias consideradas heréticas pela Igreja Católica, por divergirem de seus dogmas.

A partir do século XII, a Igreja criou a Inquisição (ou Santo Ofício), com tribunais que condenavam as heresias, os "desvios da fé". Recorria-se à delação anônima, ao julgamento sem advogados, à tortura. As penas variavam da prisão perpétua à condenação à morte, geralmente na fogueira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.





FOTOS: AMBROGIO LORENZETTI – PALÁCIO PÚBLICO, SIENA

Alegoria do bom governo e *Alegoria do mau governo* (1337-1340), afrescos de Ambrogio Lorenzetti. Nas imagens, é clara a intenção pedagógica de distinguir as virtudes do bom governo (acima) dos vícios do mau governo (ao lado), conforme a tradição teórica da política medieval, que identificava o tirano com o próprio demônio.

Teóricos pré-renascentistas

Até 1250 a Itália se encontrava dividida em pequenos Estados independentes sob a tutela de imperadores alemães. A interferência da Igreja nos negócios políticos e o desejo de imperadores alemães de recuperar o poder sobre a Península Itálica desencadearam a luta de facções entre *guelfos* (partidários do papa) e *gibelinos* (partidários do imperador). Estes representaram, em última instância, o ideal de secularização do poder, que se opunha à intervenção política da Igreja.

Vários teóricos do final da Idade Média podem ser considerados pré-renascentistas, não por provocarem alterações políticas imediatas, mas por darem início a uma lenta e profunda transformação no sentido de valorizar o poder do Estado em detrimento do poder pontifício.

Entre eles, destacou-se Dante Alighieri (1265--1321), poeta italiano, mais conhecido como o autor de *A divina comédia*, mas que também escreveu *A monarquia*, obra em que introduz teses naturalistas e propõe a eliminação do papel mediador do papa. Segundo ele, Deus, criador da natureza, nos dotou de livre raciocínio e de vontade, que nos permitem a perfeita condução do Estado.

Assim ele diz:

.....

> Ao duplo fim do homem é necessário um duplo poder diretivo: o do sumo pontífice que, segundo a revelação, conduz o gênero humano à vida eterna, e o do imperador que, segundo as lições da filosofia, dirige o gênero humano para a felicidade temporal. [...] Assim, torna-se evidente que a autoridade temporal do monarca desce sobre ele, sem qualquer intermediário.

ALIGHIERI, Dante. *A monarquia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 231. (Coleção Os Pensadores)

.....

Dante colocou a autoridade temporal e política como independente da autoridade do papa e da Igreja ao admitir que o governante depende diretamente de Deus – e não do papa –, o que de certo modo prenuncia a doutrina do direito divino dos reis e o fortalecimento da monarquia na Idade Moderna.

Ainda na Itália, Marsílio de Pádua (c. 1275--1343) defendeu o governo secular, portanto uma política separada do poder papal e com base na vontade popular. Para ele, o único meio de regular as relações sociais encontra-se na elaboração das leis, instrumento que garante a cidadania.

Na Inglaterra, Guilherme de Ockham (c. 1285--1347), franciscano e teólogo, recorreu às Escrituras e à Patrística para criticar a indevida ingerência da Igreja nas leis civis. Pensadores do declínio da Idade Média prenunciavam as novas expressões de poder civil que se sobrepunham ao poder eclesiástico: o particularismo nacional predominando sobre o universalismo da Igreja.

O conjunto desses fatos e teorias concorreu para a valorização dos poderes seculares e o fortalecimento da soberania do Estado, levados a efeito na Idade Moderna pela aliança entre burguesia e reis, como aborda o próximo capítulo.

Para refletir

A pintura ao lado representa, na parte esquerda inferior, os que descem, condenados ao inferno; e na montanha com sete patamares estão os que sobem ao purgatório, com esperança de purgar (limpar) seus pecados e ganhar o céu. É assim que Dante relata o destino dos pecadores em *A divina comédia*, poema que, além das críticas morais feitas aos homens de seu tempo, também revela seu posicionamento político. Leia o trecho do Canto XVI do "Purgatório":

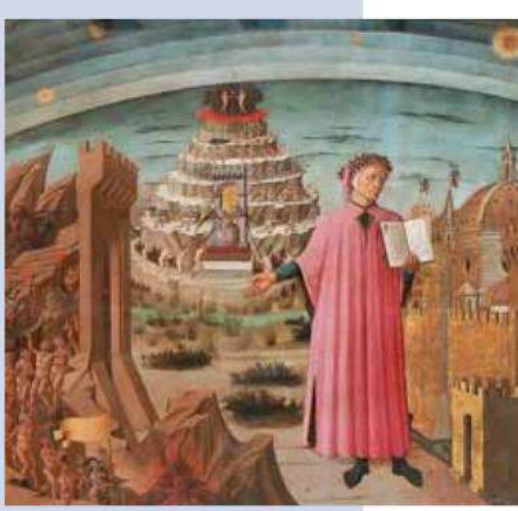
.....

> Bem haja Roma, que ao bom mundo, então,
> ergueu dois sóis, por revelar a estrada
> ali da terra, e aqui da salvação.
> Mas um o outro eclipsou, e uniu-se a espada
> à pastoral; e, juntos, claramente,
> não podem bem cumprir sua jornada.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia* (Purgatório, Canto XVI, versos 106-111). 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 151. v. 2.

.....

Observe que os "dois sóis" a que Dante se refere são os dois poderes, o temporal e o espiritual, que na Roma antiga estariam separados e, no seu tempo, unidos. Explique o que significam essas estrofes do ponto de vista da teoria política de Dante Alighieri. Compare o teor desses versos com a posição de Agostinho.



DOMENICO DI MICHELINO – CATEDRAL SANTA MARIA DEL FIORE, FLORENÇA

Dante e seu poema (1465), afresco de Domenico di Michelino.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Da política até a *Política* de Aristóteles

"Já se conseguiu dizer que a filosofia fala grego. É possível. Em todo caso, é certo que a política, sim, fala grego. Não se pode, com efeito, falar acerca de política sem a língua grega: 'tirania', 'monarquia', 'oligarquia', 'aristocracia', 'plutocracia', 'democracia'... todo o nosso vocabulário político saiu dela. E, em primeiro lugar, a própria palavra política. A palavra tanto quanto a coisa. A política, de fato, a própria ideia de política, é o produto de um momento singular em que se cruzaram, em nossa história, dois frutos da história grega: um novo modo de pensar surgido por volta do século VI a.C., fundado no livre exame e na interrogação sobre o fundamento de todas as coisas, encontrou um modo livre e novo de viver juntos, surgido no século VIII a.C., chamado pólis. Produto desse cruzamento, a política é a prática da pólis que se tornou consciente de si própria, ou, inversamente, a investigação sistemática aplicada à pólis. É, numa palavra, o livre pensamento de uma vida livre. 'Política' é, com efeito, uma dessas palavras curiosas (como a palavra 'história') que designam ao mesmo tempo uma 'ciência' e o seu objeto: entende-se efetivamente por ela um conjunto de práticas às quais os homens se dedicam para coexistir, e também o estudo objetivo dessas mesmas práticas. (Da mesma forma, a história é ao mesmo tempo o devir das sociedades e o seu estudo.) Ora, de certa maneira, um não anda sem o outro: enquanto o político não se deu ao olhar dos homens como um objeto que se possa estudar e interrogar por ele próprio, os homens 'não fizeram' política. Sem dúvida, antes do aparecimento da política, já existiam sociedades, e os homens se acomodavam a elas, bem ou mal, para viverem juntos. Mas, enquanto não *pensaram* aquilo que viviam como algo que pertencia a um domínio que chamamos de político, isto é, como *algo que dependia deles*, eles não poderiam, especificamente falando, fazer política (e a recíproca, *a fortiori*, é verdadeira): submetiam-se a um poder como a um destino, contra o qual nada se pode fazer, uma vez que não existe enquanto tal, tão próximo está daquilo que se é; um poder, frágil ou todo-poderoso, mas sempre vindo do alto, no qual mal se distinguem a autoridade do chefe, a irrecusabilidade da tradição e o temor aos deuses. E assim como um povo sem memória histórica não tem verdadeiramente história, uma vez que não pode agir sobre ela, da mesma forma um povo sem a consciência de um domínio próprio das coisas da cidade não pode agir politicamente, uma vez que não sabe que a política é aquilo que lhe pertence. Aquilo que a própria existência da pólis permitiu, na vertente das práticas (a política que se faz), a existência do pensamento racional o permitiu, na vertente da consciência reflexiva (a política que se estuda). E esta foi desde logo descritiva e normativa: pois poder pensar a maneira pela qual se vive politicamente, poder distanciar-se dela para tomá-la como objeto, já é simplesmente pensar que se poderia não viver assim (mas viver de outro modo). Se a política é aquilo que depende de nós, depende de nós também que ela seja outra, e, por que não?, perfeita. O pensamento político clássico se deu sempre esses três objetivos: pensar o que é a vida política, o que ela poderia ser e o que ela deveria ser."

WOLFF, Francis. *Aristóteles e a política*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 7-9. (Coleção Clássicos e Comentadores)

***A fortiori*:** expressão latina que significa "com mais motivo", "com maior força", "com mais razão".

Questões

1. Que relação o filósofo francês contemporâneo Francis Wolff estabelece entre política e história?
2. Responda às questões a seguir.
   a) Identifique no final do texto quais são os três principais objetivos do pensamento clássico sobre a política.
   b) Explique por que esses objetivos continuam importantes na atualidade.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Os sofistas, mestres da retórica, ensinam a arte da persuasão. Quais são as vantagens desse instrumento na democracia e quais seus riscos?
2. Faça um quadro comparativo entre Platão e Aristóteles, indicando as semelhanças e diferenças entre suas concepções de política.
3. Na Idade Média, o que muda e o que representa continuidade em relação à política grega?
4. O que é agostinismo político?

Aplicando os conceitos

5. O fragmento a seguir trata da obra *A cidade de Deus*, de Agostinho. Leia-o e responda às questões.

.....

Quando a cidade terrestre infringe suas próprias leis e as da justiça o que acontece? Simplesmente os cidadãos da cidade celeste, que são membros daquela, continuam a observar as leis que a cidade terrestre fez profissão de esquecer. Na desordem que resulta do desprezo geral das leis, os justos têm muito a sofrer e a perdoar. [...] Enquanto a sociedade civil observa as leis que ela deu a si mesma, do mesmo modo os membros da cidade de Deus, que são parte dela, parecem observá-las. Tudo se passa como se ambos visassem unicamente a ordem e a paz da cidade terrestre em que habitam. Desde então, todavia, sua maneira de observar as leis é muito diferente, pois os cidadãos da cidade terrestre a consideram como um fim, ao passo que os justos trabalham para mantê-la como um simples meio para alcançar a cidade de Deus.

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus; Discurso Editorial, 2007. p. 339-340.

.....

a) O que impulsiona a defesa das leis nas duas cidades?
b) Pode-se dizer que a ideia de *cidade terrestre* rivaliza com a de *cidade de Deus*? Justifique.

6. Leia os itens de um documento do século XI, atribuído ao papa Gregório VII, e atenda às questões.

.....

III. Apenas o pontífice romano pode depor ou absolver os bispos. [...]

IX. O papa é o único homem a quem todos os príncipes beijam os pés. [...]

XII. É-lhe permitido depor os imperadores. [...]

XVIII. A sua sentença não deve ser reformada por ninguém e apenas ele pode reformar as sentenças de todos os outros.

XIX. Não deve ser julgado por ninguém. [...]

XXVII. O papa pode dispensar o cumprimento do juramento de fidelidade feito aos injustos.

TOUCHARD, Jean (Org.). *História das ideias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. p. 44-45. v. 2.

.....

a) Identifique nessas prescrições a influência da doutrina do agostinismo político.
b) No século XIV, quais foram as críticas feitas por Dante Alighieri e Marsílio de Pádua?

7. Com base na citação, atenda ao que se pede.

.....

O que dissemos a propósito da cidade e de sua construção não é uma quimera vã. Sua execução é difícil, mas viável, como dissemos, de uma única maneira: quando assumirem o poder dos governantes – um ou vários – que, sendo verdadeiros filósofos, desprezam as honras que hoje disputam, por considerá-las indignas de um homem livre e despojado e têm na mais alta estima a retidão – e as honras que dela decorrer – assim como a justiça, que considerarão como a mais importante e a mais necessária de todas as coisas.

PLATÃO. *A República*. Brasília: Editora UnB, 1985. p. 85.

.....

a) Explique em que sentido a afirmação de Platão fundamenta a concepção de sofocracia.
b) Qual é a posição de Aristóteles a respeito?
c) A concepção do governante justo faz parte do pensamento dos dois filósofos. Explique como esse aspecto constitui uma característica importante da concepção política antiga e medieval.

8. Leia a citação e atenda ao que se pede.

.....

Hoje "democracia" é um termo que tem uma conotação fortemente positiva. Não há regime, mesmo o mais autocrático, que não goste de ser chamado de democrático. [...] Ao contrário, no tradicional debate sobre a melhor forma de governo, a democracia foi quase sempre colocada em último lugar, exatamente em razão da sua natureza de poder dirigido pelo povo ou pela massa, ao qual foram habitualmente atribuídos os piores vícios da licenciosidade, do desregramento, da ignorância, da incompetência, da insensatez, da agressividade, da intolerância.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 375.

.....

a) Justifique a afirmação de Bobbio tendo como base as teorias políticas de Platão e de Aristóteles.
b) Ainda hoje, mesmo nas sociedades democráticas, muitas pessoas mantêm a mesma opinião dos gregos com relação à "massa" popular. Analise os motivos e posicione-se a respeito.

Dissertação

9. Redija uma dissertação sobre o simbolismo da ágora entre nós. Quais seriam nossos espaços efetivos de discussão democrática?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 20

Da construção do Estado moderno ao liberalismo



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – GALERIA DIJOL, PARIS

Robespierre e Saint-Just sendo levados para a guilhotina (1884), pintura de Alfred Mouillard.

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender a novidade da concepção política de Maquiavel, distinguir o conteúdo das duas principais obras de Maquiavel, identificar as teorias contratualistas, distinguir as concepções de soberania, caracterizar as mudanças éticas, políticas e econômicas do liberalismo, compreender o que é a autonomia dos três Poderes, distinguir as posições de Stuart Mill e Tocqueville e identificar as contradições da colonização.

Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: mito do maquiavelismo, *virtù*, fortuna, jusnaturalismo, soberania, estado de natureza, contrato social, vontade geral, liberalismo, autonomia dos Poderes, utilitarismo.

Para tratar dos Estados modernos, pode-se analisar a legitimidade das condutas para se atingir e manter o poder. Pode-se retomar o debate sobre "poder" e "força", iniciado no primeiro capítulo desta unidade. Se no passado muitos governos se sustentaram por meio da força e do medo infligidos aos cidadãos e súditos, hoje essa forma de exercer o poder tem sido repudiada por nações e organismos internacionais, o que coincide com o fortalecimento de ideais democráticos.

Com a execução de Robespierre e seus companheiros, em julho de 1794, encerrava-se a contradição do governo jacobino. Instaurado para a defesa dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, iniciada cinco anos antes, ele foi capaz de implantar uma política que suspendeu as liberdades civis e combateu com grande violência aqueles que eram considerados seus opositores. A repressão foi tamanha que essa fase da história da França ficou conhecida como o Grande Terror. Acontecimentos similares ocorreram no século XX, quando o ideal de igualdade da teoria marxista foi imposto pela Revolução Russa de 1917 e mantido pela força e pela perseguição aos dissidentes, até com execuções.

1 Formação do Estado moderno

O Estado moderno configurou-se pelo monopólio de fazer e aplicar leis, cunhar moedas, recolher impostos, gerir a administração dos serviços públicos, ter um exército e ser o único a dispor do uso legítimo da força. Essas mudanças já se implantavam desde o final do século XIV na maior parte das monarquias nacionais europeias com o fortalecimento do poder real.

Neste capítulo, veremos como foram fundamentadas teoricamente as diretrizes políticas da modernidade, de início com Maquiavel, responsável por criar uma nova concepção sobre a autonomia da política. Na sequência, os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau elaboraram os principais conceitos do liberalismo fortalecidos no decorrer do século XIX.

2 Maquiavel e a autonomia da política

Ao contrário da maioria das nações europeias, a Alemanha e a Itália, no século XVI, permaneciam fragmentadas em inúmeros Estados sujeitos a disputas internas e a hostilidades entre cidades vizinhas e de outras nações. A Itália sofria especialmente com a ganância de outros países, como Espanha e França, que assolavam a península com ocupações intermináveis.

Na Itália dividida, o florentino Nicolau Maquiavel observava com apreensão a falta de estabilidade política de diversos principados e repúblicas que dispunham cada um de sua própria milícia, geralmente formada por mercenários. Nem mesmo os Estados pontifícios deixavam de formar seus exércitos.

Maquiavel republicano

Afirmar que Maquiavel foi um republicano talvez cause estranheza. A leitura apressada de sua obra *O príncipe* desencadeou o *mito do maquiavelismo*. Atribuía-se a Maquiavel a defesa do mais completo imoralismo político. Chamamos pejorativamente de "maquiavélica" a pessoa sem escrúpulos, traiçoeira, astuciosa, que, para atingir seus fins, usa de má-fé e nos engana com tanta sutileza que não percebemos a manipulação de que somos vítimas. Como expressão dessa conduta, costuma-se atribuir a Maquiavel, de maneira descontextualizada, a famosa máxima "Os fins justificam os meios", muito citada mas pouco compreendida.

Etimologia

República. Do latim *res publica*, significa "coisa pública". Republicano é o governo que expressa a vontade popular e que está voltado para o bem comum.

Para nos contrapormos à análise pejorativa da política maquiaveliana, examinaremos algumas características de duas obras: *O príncipe*, a mais conhecida, e *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, na qual Maquiavel desenvolve ideias republicanas.

Quem é?



SANTI DE TITO – PALÁCIO VELHO, FLORENÇA

Nicolau Maquiavel (século XVI), pintura de Santi de Tito.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um intelectual que teorizou a respeito de política, mas também um político que vivenciou na prática a luta pelo poder em Florença. A cidade, que tradicionalmente esteve sob a influência da família Médici, encontrava-se por uma década governada pelo republicano Soderini, que convidou Maquiavel para ocupar a Segunda Chancelaria da República. Após a deposição de Soderini, os Médici voltaram à cena política. Acusado de se opor ao novo governo, Maquiavel foi preso e torturado, recolhendo-se, em seguida, para escrever as obras que o consagraram: *O príncipe*, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* e *A arte da guerra*. Escreveu também a famosa comédia *A mandrágora*, além de poemas e ensaios diversos.

O príncipe e *Comentários*

À primeira vista, na obra *O príncipe*, Maquiavel parece defender o absolutismo e o imoralismo. Após explicar que pretendia entender a verdade dos fatos e não criar utopias políticas, diz:

> Muita gente imaginou repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. [...]
>
> E ainda que não lhe importe [ao príncipe] incorrer na fama de ter certos defeitos, defeitos estes sem os quais dificilmente poderia salvar o governo, pois que, se se considerar bem tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governante.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 69. (Coleção Os Pensadores)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Vamos agora comparar essa citação com um trecho de *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Em meio a inúmeras manifestações de defesa do poder popular, Maquiavel diz:

> Finalmente, lembrarei [...] que se as monarquias têm durado muitos séculos, o mesmo acontece com as repúblicas; mas umas e outras precisam ser governadas pelas leis: o príncipe que se pode conceder todos os caprichos é geralmente um insensato; e um povo que pode fazer tudo que quer comete com frequência erros imprudentes. Se se trata de um príncipe e de um povo submetido às leis, o povo demonstrará virtudes superiores às do príncipe. Se, neste paralelo, os considerarmos igualmente livres de qualquer restrição, ver-se-á que os erros cometidos pelo povo são menos frequentes, menos graves e mais fáceis de corrigir.
>
> MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 182.

As duas obras foram escritas simultaneamente, ou seja, Maquiavel não "mudou de ideia". Podemos interpretar a aparente contradição como a leitura de dois momentos distintos da ação política, que dependem da boa percepção do governante:

- Inicialmente, a ação do príncipe na Itália dividida devia visar à conquista do poder e a mantê-lo a qualquer custo.
- Posteriormente, alcançada a estabilidade, seria possível e desejável a instalação do governo republicano. E mais: o conflito é reconhecido como parte constituinte da atividade política, que se realiza pela conciliação de interesses divergentes. Não seria isso a democracia?

Virtù e fortuna

Para descrever a ação do príncipe, Maquiavel usa as expressões italianas *virtù* e fortuna.

Virtù significa "virtude", no sentido grego de força, valor, qualidade de lutador e guerreiro viril. Príncipes de *virtù* são governantes especiais, capazes de realizar grandes obras e provocar mudanças na história. Não se trata, portanto, do príncipe virtuoso conforme preceitos da moral cristã (bondade e justiça, por exemplo), mas daquele que tem a capacidade de perceber o jogo de forças da política para então agir com energia, a fim de conquistar e manter o poder.

Fortuna, em sentido comum, significa "acúmulo de bens, riqueza". Sua origem é a deusa romana Fortuna, que representa a abundância, mas também é a que move a roda da fortuna (ou roda da sorte). Especificamente no contexto de Maquiavel, *fortuna* significa "ocasião", "acaso", "sorte": para agir bem, o príncipe não deve deixar escapar a ocasião oportuna. De nada adiantaria ser virtuoso, se o príncipe não soubesse ser ousado, mas precavido para aguardar a ocasião propícia, aproveitando o acaso ou a sorte das circunstâncias, como observador atento do curso da história.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL/ BIBLIOTECA MUNICIPAL, ROUEN

Essa iluminura (século XIV) representa a roda da fortuna como símbolo da mutabilidade do poder: enquanto uns o alcançam, outros caem em desgraça.

No entanto, a fortuna de pouco serve sem a *virtù*, pois pode transformar-se em mero oportunismo. Por isso, Maquiavel distingue entre o príncipe de *virtù*, que é forçado pela necessidade a usar da violência visando ao bem coletivo, e o tirano, que age por capricho ou interesse próprio.

Ética e política

Maquiavel estabeleceu uma distinção entre moral política e moral pessoal, uma vez que a ação política não deve se orientar por qualquer hierarquia de valores dada *a priori*, como propunha a concepção grega do "bom governante". Ao contrário, a nova ética política analisa as ações tendo em vista os resultados que serão alcançados na busca do bem comum.

Nessa perspectiva, a nova moral da política estava centrada em critérios de avaliação *do que é útil à comunidade*: se o que define a moral na política é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo. Por isso, às vezes, pode ser legítimo o recurso ao mal (emprego da força coercitiva do Estado, guerra, espionagem, métodos de violência etc.). O pensamento de Maquiavel nos leva à reflexão sobre a situação ambivalente do governante: se aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida colherá fracassos sucessivos, tornando-se um político incompetente. Portanto, a moral política visa ao bem comum.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Autonomia da política

Percebe-se na teoria de Maquiavel o esforço para criar uma concepção de política distanciada da política normativa dos gregos, que privilegiava a imagem do "governante virtuoso" e que, desse modo, atrelava a política à moral individual. Ao propor sua secularização, Maquiavel desligou a política da tutela das normas *a priori* ou da moral religiosa, para inaugurar uma nova maneira de conceber a moral na política: nesse caso, os valores não são dados de antemão, mas dependem da realização dos interesses coletivos. Cabe, portanto, ao próprio governante inventar caminhos.

Há, no entanto, a ameaça do poder abusivo: o governante absoluto, em circunstâncias críticas e graves, ao recorrer à chamada "razão de Estado", corre o risco de se permitir violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas. Nesse estágio, o poder depara-se com o tênue fio entre o uso legítimo da força e seu abuso. Por isso, atualmente o conceito de razão de Estado é contestado, em regimes democráticos, pela exigência de transparência dos atos dos governantes.

Democracia e conflito

Outra novidade da teoria republicana de Maquiavel foi a elaboração da moderna concepção de ordem, não a ordem hierárquica, que cria a harmonia forçada, mas a que resulta do conflito. Trata-se de radical mudança de enfoque, uma vez que as utopias costumam valorizar a paz de uma sociedade sem antagonismos, o que significa não reconhecer a realidade do mundo humano em constante confronto.

Maquiavel percebeu que o conflito constitui fenômeno inerente à atividade política, e que esta se faz justamente com base na conciliação de interesses divergentes. A liberdade resulta de forças em luta, num processo contínuo de equilíbrio tenso entre forças antagônicas.

Para refletir

Durante a ditadura militar no Brasil, o general Médici gabava-se de que em seu governo (1969-1974) não houve greves nem conflitos. No entanto, omitia-se que vigorava rigoroso controle estatal, com recurso à censura, tortura, prisões e homicídios. Podemos dizer que esse tipo de "tranquilidade" significa ordem e paz?

3 Soberania e Estado moderno

Vimos que, desde o século XVI, as monarquias nacionais da Inglaterra, da Espanha e da França vinham-se fortalecendo, fundamentadas pela teoria do direito divino dos reis. No século XVII, o absolutismo real já enfrentava inúmeros movimentos de oposição, apoiados em ideias liberais nascentes. No plano político, a teoria do direito divino dos reis recebia críticas cada vez mais intensas, revelando a tendência do pensamento à laicização.

Direito natural e soberania

As teorias jusnaturalistas foram importantes no processo de oposição ao absolutismo. O conceito de direito natural já existia, consistindo na defesa de uma lei universal ditada pela razão humana. No entanto, frequentemente essa lei estava ligada à lei divina, considerada superior. Foi na Idade Moderna que o conceito de direito natural tornou-se laico, desvinculado da religião.

O holandês Hugo Grócio (1583-1645), principal teórico do jusnaturalismo, defendeu um direito universalmente válido para todos os povos, ditado pela razão e independente da religião.* O chamado "direito das gentes" forneceu as bases para o que viria a ser o direito internacional.

Outro conceito importante da modernidade foi o de *soberania*, desenvolvido pelo jurista francês Jean Bodin (1530-1596). Para Bodin, a soberania mantém a unidade entre todos os membros do corpo republicano. O Estado soberano é o que tem a posse de um território no qual o comando sobre seus habitantes se faz pela centralização do poder. Nesse caso, a força torna-se poder legítimo e de direito.

Teorias contratualistas

Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau foram os pensadores que elaboraram uma vertente teórica derivada do jusnaturalismo: o *contrato social*. Com base na hipótese do *estado de natureza*, em que o indivíduo viveria como dono exclusivo de si e dos seus poderes, os contratualistas se perguntavam sobre o motivo que teria levado as pessoas a aceitarem o poder do Estado.

Procuravam, desse modo, explicar a origem do Estado. Buscar essa origem não significa determinar o seu "começo", por isso o termo deve ser entendido no sentido lógico e não no cronológico, ou seja, como a "razão de ser" do Estado ou princípio, no sentido de fundamento.

Ao se perguntarem sobre qual seria a base legal do Estado que lhe confere legitimidade do poder, esses filósofos afirmam fundamentar-se na *representatividade* e no *consenso*. Ao responder à questão, vejamos como cada um deles chegou a diferentes conclusões.

* O jusnaturalismo é abordado também no capítulo 18, "Direitos humanos".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Hobbes e o poder absoluto do Estado

Thomas Hobbes (1588-1679), inglês de família modesta, conviveu com pessoas da nobreza, recebendo apoio e condições de ampliar sua cultura. Teve a oportunidade de contatar com Descartes, Francis Bacon e Galileu. Dedicou-se, entre outros assuntos, ao problema do conhecimento, tema básico das reflexões do século XVII, representando a tendência empirista. Neste capítulo, examinamos sua contribuição para o pensamento político, analisado nas obras *De cive* e *Leviatã*.

Vale lembrar que Hobbes viveu em um século turbulento, abalado por desavenças entre reis e parlamentos e por guerras civis. Numa dessas guerras houve a decapitação do rei inglês Carlos I.

Vejamos como Hobbes entendeu o estado de natureza, que tipo de pacto preconizou e que soberania reivindicava.

Estado de natureza e contrato social

Para Hobbes, no estado de natureza, o ser humano tem direito a tudo:

> O *direito de natureza*, a que os autores geralmente chamam *jus naturale*, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e, consequentemente, de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.
>
> HOBBES, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 82. (Coleção Os Pensadores)

A situação de indivíduos deixados a si próprios é de anarquia, o que gera insegurança, angústia e medo porque, onde predominam interesses egoístas, cada um torna-se lobo para outro lobo. As disputas provocam a guerra de todos contra todos, com graves prejuízos para a indústria, a agricultura, a navegação, o desenvolvimento da ciência e o conforto dos indivíduos.

Na sequência do raciocínio, Hobbes pondera que o indivíduo reconhece a necessidade de renunciar à liberdade total, contentando-se com a mesma liberdade de que os outros dispõem. A renúncia à liberdade só tem sentido com a transferência do poder por meio de um *contrato social*. A nova ordem é, portanto, celebrada mediante um pacto, pelo qual todos abdicam de sua vontade em favor de "um homem ou de uma assembleia de homens, como representantes de suas pessoas". Se não é sociável por natureza, o ser humano o será por artifício: o medo e o desejo de paz levam os indivíduos a fundar um estado social e a autoridade política, abdicando de seus direitos em favor do soberano.

Soberania absoluta

Para Hobbes, o poder do soberano deve ser absoluto, isto é, total e ilimitado. Ser absoluto significa estar "absolvido" de qualquer constrangimento. Portanto, o indivíduo abdica da liberdade ao dar plenos poderes ao Estado a fim de proteger sua própria vida e sua propriedade.

Cabe ao poder soberano julgar sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, não podendo ninguém discordar, pois tudo o que o soberano faz é investido da autoridade consentida pelo súdito. Por isso, é contraditório dizer que o governante abusa do poder: não há abuso quando o poder é ilimitado.

Vale aqui desfazer o mal-entendido dos que identificam em Hobbes um defensor do absolutismo real. Para Hobbes, o Estado tanto pode ser monárquico, quando constituído por apenas um governante, como formado por alguns ou muitos, por exemplo, uma assembleia. O importante é que, uma vez instituído, o Estado não seja contestado.

O poder do Estado é exercido pela força, pois só a iminência do castigo pode atemorizar os indivíduos. É o soberano que prescreve leis, escolhe conselheiros, julga, faz a guerra e a paz, recompensa e pune. E ainda pode censurar opiniões e doutrinas contrárias à paz. Quando, afinal, o próprio Hobbes pergunta se não é muito miserável a condição de súdito diante de tantas restrições, conclui que nada se compara à condição dissoluta de indivíduos sem senhor ou às misérias da guerra civil.



STEFANO BIANCHETTI/CORBIS/LATINSTOCK

Detalhe colorizado do frontispício da obra *Leviatã* (1651), de Thomas Hobbes. Empunhando os símbolos do poder civil e do religioso, o poder do Estado absoluto é representado como um gigante cuja carne é a mesma de todos que delegaram a ele sua defesa.

5 Locke e a política liberal

John Locke (1632-1704), filósofo inglês, era médico e descendia de burgueses comerciantes. Refugiado na Holanda após envolvimento com acusados de conspirar contra a Coroa, retornou à Inglaterra no mesmo navio em que viajava Guilherme de Orange, responsável pela consolidação da monarquia parlamentar inglesa.

Do ponto de vista da teoria política, suas ideias, expressas na obra *Dois tratados sobre o governo civil*, fecundaram os fundamentos do liberalismo nascente e incentivaram as revoluções liberais ocorridas nas Américas e na Europa.

Estado de natureza e contrato social

Assim como Hobbes, Locke analisou as dificuldades de viver em estado de natureza, o que exige a aceitação de um contrato social para constituir a *sociedade civil*. De acordo com essa teoria, apenas o pacto torna legítimo o poder do Estado.

Diferentemente de Hobbes, porém, Locke não descreve o estado de natureza como um ambiente de guerra e egoísmo. O que então levaria os indivíduos a delegar o poder a outrem? Para Locke, os riscos das paixões e da parcialidade são muito grandes no estado de natureza e podem desestabilizar as relações entre os indivíduos. Por isso, visando à segurança e à tranquilidade necessárias ao gozo da propriedade, todos consentem em instituir o corpo político.

Como jusnaturalista, Locke estava convencido de que os direitos naturais humanos subsistem para limitar o poder do Estado. Em última instância, justificava o direito à insurreição, caso o governante traísse a confiança nele depositada.

Instituições políticas

O caráter liberal da política de Locke revela-se na distinção estabelecida entre público e privado, âmbitos que devem ser regidos por leis diferentes. Assim, o poder político não deve, em tese, ser determinado por condições de nascimento, bem como cabe ao Estado garantir e tutelar o livre exercício da propriedade, da palavra e da iniciativa econômica.

Desse modo, um aspecto progressista do pensamento liberal é a concepção parlamentar do poder político, que dependeria apenas das instituições políticas, e não do arbítrio dos indivíduos. Para Locke o Poder Legislativo é o poder supremo, ao qual devem subordinar-se todas as outras instituições.

Como representante dos ideais burgueses, Locke enfatizou a preservação da propriedade no sentido amplo como "tudo o que pertence" a cada indivíduo, ou seja, sua vida, sua liberdade e seus bens. Portanto, mesmo quem não possui bens é proprietário de sua vida, de seu corpo, de seu trabalho.

A concepção de liberdade em Locke, entretanto, não é ampla no sentido de seu alcance, pois apenas os que possuem riqueza significativa têm plena cidadania, podendo votar e ser votados. Ressalta-se, desse modo, o elitismo que persistia na raiz do liberalismo, já que a igualdade defendida era de natureza abstrata, geral e puramente formal. Quando só os mais ricos gozam de plena cidadania, não existe possibilidade de igualdade real.

Para refletir

Pode parecer óbvio que somos proprietários de nosso corpo, mas naquele momento reconhecer essa situação representou um avanço. Pense no caso de ex-colônias, como o Brasil, onde existiu escravidão legal até o século XIX. Na sua opinião, ainda hoje, o que pode desafiar as conquistas do liberalismo nascente?

6 Montesquieu e a autonomia dos Poderes

Montesquieu (1689-1755) nasceu na França, filho de família nobre. Seu nome era Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu. Recebeu formação iluminista e cedo se tornou crítico severo e irônico da monarquia absolutista decadente, bem como do clero.

Em *O espírito das leis*, sua obra mais importante, trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares. Ao analisar as relações das leis com a *natureza* e o *princípio* de cada governo, Montesquieu desenvolve uma *teoria do governo* que alimenta as ideias do *constitucionalismo*, pelo qual a autoridade é distribuída por meios legais, para evitar o arbítrio e a violência.

Essas ideias encaminham-se, com Montesquieu, para a melhor definição da separação ou *autonomia dos Poderes*, ainda hoje uma das pedras angulares do exercício do poder democrático. Refletindo sobre o abuso do poder dos reis, Montesquieu conclui que "Só o poder freia o poder", daí a necessidade de cada Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – manter-se autônomo e constituído por pessoas diferentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A proposta da divisão dos Poderes não se encontrava em Montesquieu com a clareza que se costumou posteriormente lhe atribuir. Em outras passagens de sua obra, ele não defende uma separação tão rígida, pois o que pretendia de fato era realçar a relação de forças e a necessidade de equilíbrio entre elas.

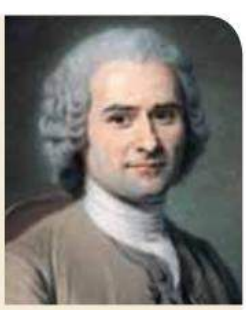
A concepção de Montesquieu influenciou a redação do artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789: "Toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e determinada a separação dos Poderes não tem Constituição".

7 Rousseau e a soberania inalienável

Jean-Jacques Rousseau, suíço que viveu na França no século XVIII, criticou o absolutismo real e fundamentou sua teoria com base no pacto social que legitima o governo. O filósofo emprestou à ideia de pacto a originalidade do conceito de *soberania inalienável*.

Quem é?

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filho de um relojoeiro de poucas posses, nasceu em Genebra (Suíça) e viveu desde 1742 em Paris. Ganhou o prêmio da Academia de Dijon ao contrariar a pergunta: "O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?". Na contramão das esperanças iluministas depositadas no poder da razão, Rousseau não via com otimismo o desenvolvimento da técnica e do progresso. Fez amizade com Diderot, filósofo do grupo iluminista do qual participavam Voltaire, D'Alembert e D'Holbach. Convidado a escrever os verbetes sobre música da *Enciclopédia*, circulava nesse meio como elemento destoante. As principais ideias políticas de Jean-Jacques Rousseau estão nas obras *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, *Emílio*, obra renovadora da pedagogia, *Do contrato social* etc.



MAURICE QUENTIN DE LA TOUR – MUSEU ANTOINE LÉCUYER, SAINT-QUENTIN

Retrato de Jean-Jacques Rousseau (1753), pintura de Maurice Quentin de La Tour.

Estado de natureza e contrato social

Rousseau examina o estado de natureza de maneira mais otimista do que seus antecessores contratualistas: os indivíduos viveriam em equilíbrio com suas poucas necessidades, cuidando da própria sobrevivência, até o surgimento da propriedade, quando uns passam a trabalhar para outros, gerando escravidão e miséria.

Rousseau cria a hipótese de um homem que teria vivido tranquilamente antes de socializar-se, até ser introduzida a desigualdade, que o corrompeu. Esse homem hipotético é designado por Rousseau como "bom selvagem". Trata-se, portanto, de um falso pacto social que coloca as pessoas sob grilhões. Há que se considerar a possibilidade de outro contrato verdadeiro e legítimo, pelo qual o povo esteja reunido sob uma só vontade.

Soberano e governo

De acordo com Rousseau, o contrato social, para ser legítimo, origina-se do consentimento necessariamente unânime. Cada associado se aliena totalmente ao abdicar sem reservas de todos os seus direitos em favor da comunidade. O indivíduo abdica de sua liberdade pelo pacto, mas, como ele próprio é parte integrante e ativa do todo social, ao obedecer à lei, obedece a si mesmo e, portanto, é livre: "A obediência à lei que se estatuiu a si mesma é liberdade". Isso significa que, para o filósofo, com o contrato o povo não perde a soberania, porque o Estado criado por ele não está separado dele mesmo.

Sob certo aspecto, essa teoria é inovadora por distinguir os conceitos de *soberano* e *governo*, atribuindo ao povo a *soberania inalienável*. Cada associado nada perde de fato, porque a soberania do povo, manifestada pelo poder de legislar, é inalienável, isto é, não pode ser representada.

O ato pelo qual o *governo* é instituído pelo povo não submete este àquele. Não há um "superior", pois os depositários do poder não são senhores do povo, podendo ser eleitos ou destituídos conforme a conveniência. Os magistrados que constituem o governo estão subordinados ao poder de decisão do soberano e apenas *executam* as leis.

O conceito de vontade geral

Rousseau preconiza a *soberania popular*, isto é, a participação de todos os cidadãos nas deliberações legislativas que dizem respeito à sua sociedade. Distingue também dois tipos de participação na comunidade: como soberano, o povo é ativo e considerado *cidadão*, mas, ao exercer igualmente a soberania passiva, assume a qualidade de *súdito*. Então, o mesmo indivíduo é cidadão quando faz a lei e é súdito quando a ela obedece e se submete.

Na qualidade de povo incorporado, o soberano dita a vontade geral, cuja expressão é a lei. O que vem a ser a *vontade geral*? É melhor antes distinguir entre *pessoa pública* (cidadão ou súdito) e *pessoa privada*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- A pessoa privada tem uma vontade individual que geralmente visa ao interesse egoísta e à gestão de bens particulares. Se somarmos as decisões com base em *benefícios individuais*, teremos a *vontade de todos* (ou *vontade da maioria*).
- A pessoa pública é o indivíduo particular que também pertence ao espaço público, participando de um corpo coletivo com *interesses comuns*, expressos pela *vontade geral*.

Nem sempre, porém, o interesse da pessoa privada coincide com o interesse da pessoa pública, pois o que beneficia a pessoa privada pode ser prejudicial ao coletivo. A vontade de todos, portanto, não se confunde com a vontade geral, pois o somatório de interesses privados tem outra natureza que a do interesse comum.

Encontra-se aí o cerne do pensamento de Rousseau, que reconhece autonomia e liberdade na capacidade de se submeter a uma lei, erguida acima de si, mas por si mesmo. A pessoa é livre na medida em que dá o livre consentimento à lei, como salienta:

> Aquele que recusar obedecer à vontade geral a tanto será constrangido por todo um corpo, o que não significa senão que o forçarão a ser livre, pois é essa a condição que, entregando cada cidadão à pátria, o garante contra qualquer dependência pessoal.
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 42. (Coleção Os Pensadores)

Embora seja contratualista e se posicione contra o absolutismo, Rousseau ultrapassa o elitismo de Locke ao propor uma visão mais democrática de poder, o que empolgou políticos como Robespierre e leitores como Marx. Aspectos avançados do pensamento de Rousseau estão na denúncia dos que abusam do poder conferido pela propriedade, bem como no conceito de *vontade geral*.

Para saber mais

Costuma-se dizer que Rousseau provocou uma "revolução copernicana" na educação. Como Copérnico, que ao propor a teoria heliocêntrica inverteu o sistema astronômico vigente centrado na Terra, a concepção pedagógica de Rousseau colocou a criança no centro do processo educativo, lugar antes reservado ao mestre.

8 Liberalismo clássico

A Revolução Gloriosa (1688-1689), na Inglaterra, foi uma conquista da burguesia, que exigiu do rei a convocação regular do Parlamento, sem o qual ele não podia fazer leis ou revogá-las, cobrar impostos ou manter um exército. O *habeas corpus*, instituído a fim de evitar prisões arbitrárias, impede que qualquer cidadão permaneça preso indefinidamente sem ser acusado diante dos tribunais, a não ser por meio de denúncia bem definida. Essas ideias subverteram as concepções políticas nos séculos XVII e XVIII.

Etimologia

Habeas corpus. Do latim, significa literalmente "possuir seu corpo". Juridicamente, é a proteção ao direito de liberdade de locomoção, quando ameaçado por autoridade.

Conceito de liberalismo

Na linguagem comum costumamos chamar de "liberal" a pessoa tolerante e generosa ou a que trabalha por conta própria, como médicos, dentistas e advogados. Aqui não tratamos desses significados, mas do *conjunto de ideias éticas, políticas e econômicas da burguesia*, em oposição à visão de mundo da nobreza feudal.

Interessava à burguesia separar Estado e sociedade, constituída esta última pelo conjunto de atividades particulares dos indivíduos, sobretudo as de natureza econômica. Essa separação reduziria igualmente a interferência do privado no público, já que o poder procurava outra fonte de legitimidade, diferente da tradição e das linhagens de nobreza.

Liberalismo: três aspectos

O liberalismo pode ser entendido com base em pelo menos três enfoques: político, ético e econômico.

O *liberalismo político* constituiu-se contra o absolutismo real e buscou nas teorias contratualistas a legitimação do poder, não mais fundado no direito divino dos reis nem na tradição e na herança, mas no consentimento dos cidadãos. Decorreu dessa maneira de pensar o aperfeiçoamento das instituições do voto e da representação, a autonomia dos Poderes e a limitação do poder central.

O *liberalismo ético* supõe o prevalecimento do estado de direito, que rejeita o arbítrio, as prisões sem culpa formada, a tortura, as penas cruéis e estimula a tolerância para com as crenças religiosas; para tanto, defende os direitos individuais, como liberdade de pensamento, expressão e religião.

O *liberalismo econômico* opôs-se inicialmente à intervenção do poder do rei nos negócios, exercida por meio de procedimentos típicos da economia mercantilista, como concessão de monopólios e privilégios. A teoria da economia liberal consolidou-se com o escocês Adam Smith (1723-1790) e o inglês David Ricardo (1772-1823), que defendiam a propriedade privada dos meios de produção e a economia de mercado fundada na livre-iniciativa e competição.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

9 Liberalismo inglês: o utilitarismo

No século XIX, a Inglaterra era considerada o país mais poderoso do mundo, pois o império colonial britânico expandira-se por diversos continentes. Vivia-se o apogeu da Revolução Industrial, que criou uma ordem propriamente contemporânea, com novos parâmetros econômicos e sociais.

O florescimento do capitalismo industrial prometia a era do conforto e do bem-estar. As discrepâncias entre riqueza e pobreza, entretanto, estavam longe de ser superadas. Esses fatores explicam as discussões a respeito de reforma social, entre liberais, e de revolução, entre socialistas.

Nesse contexto, desenvolveu-se a teoria do utilitarismo, com a intenção de estender aqueles benefícios a todas as pessoas. Seus principais representantes foram Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873).

Na busca por um instrumento de renovação social, Jeremy Bentham criticou as resoluções liberais que levam ao egoísmo e elaborou a teoria utilitarista. De acordo com o "princípio de utilidade", o único critério para orientar o legislador é criar leis que promovam a felicidade para o maior número de cidadãos.

Para favorecer a igualdade, Bentham afirmava ser importante garantir subsistência, abundância e segurança, assim como eleições periódicas, o sufrágio livre e universal e liberdade de contrato.

John Stuart Mill, incorporado à corrente utilitarista, modificou-a profundamente, interpretando o liberalismo de acordo com uma aspiração mais democrática. Atento ao sofrimento das massas oprimidas, defendeu a coparticipação dos trabalhadores nos lucros da indústria, bem como a representação proporcional na política, a fim de permitir a expressão de opiniões minoritárias. Acirrado defensor da absoluta liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade, valorizava o debate de teorias conflitantes.

Do ponto de vista moral, o utilitarismo representa uma expressão atualizada do hedonismo grego. Ao destacar a busca do prazer e tomar o "princípio de utilidade" como critério para avaliar o ato moral, conclui que o bem é o que possibilita a felicidade e reduz a dor e o sofrimento. Mas, como o utilitarismo enfatiza o caráter social, esse bem deve beneficiar o maior número de pessoas.

Muito aceito no século XIX, o utilitarismo suscitou, no entanto, inúmeras controvérsias. Uma delas seria o critério para decidir quais são os prazeres superiores, quais devem ser desprezados e como conciliar o interesse pessoal com o coletivo.

Para saber mais

Para os utilitaristas, a verdade depende dos resultados práticos alcançados pela ação, o que não significa reduzir grosseiramente a verdade à utilidade. Uma proposição é verdadeira quando "funciona", isto é, quando permite nos orientar na realidade, levando-nos de uma experiência a outra. O utilitarismo influenciou as teorias pragmatistas no século XX.

10 Liberalismo francês: igualdade ou liberdade?

Enquanto na Inglaterra e nos Estados Unidos as instituições políticas e sociais consolidavam os ideais liberais, a França enfrentou nos séculos XVIII e XIX experiências difíceis e contraditórias, após a esperança de "liberdade, igualdade e fraternidade", representada pela Revolução Francesa em 1789. Por exemplo, o governo jacobino, declaradamente ultrademocrático, radicalizou-se instaurando o Terror (1792-1794); e, pouco mais tarde, em 1804, Napoleão Bonaparte foi coroado imperador.

Era natural que alguns liberais conservadores temessem a tênue separação entre *igualdade/democracia* e *liberdade/tirania*.

Tocqueville: riscos do igualitarismo

Alexis de Tocqueville (1805-1859), aristocrata de nascimento e conhecido como o "Montesquieu do século XIX", analisou com lucidez as contradições de seu tempo. Esteve nos Estados Unidos, onde recolheu informações para sua obra mais famosa, *Democracia na América*.

Tocqueville tinha plena consciência de que a implantação da democracia seria inevitável, mas seu grande desafio consistia em conciliar liberdade e igualdade. Ele temia a excessiva concentração de poderes no Estado, cujo resultado seria a tirania ou o surgimento de uma sociedade de massa, que anularia as diferenças individuais, levando ao conformismo da opinião e à "tirania da maioria".

Para evitar desequilíbrios, o filósofo julgava importante a promulgação de leis que garantissem liberdades fundamentais e a vigilância constante por meio do exercício da cidadania. Ao examinar a ênfase de Tocqueville nos temores quanto aos riscos do igualitarismo, alguns autores destacam o traço aristocrático da sua visão de mundo. A propósito da tensão entre liberdade e igualdade, Norberto Bobbio (1909-2004) comenta a respeito de Tocqueville:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

[...] dividido como estava entre admiração-inquietude pela democracia e a devoção-solicitude pela liberdade individual, trazia dentro de si o dissídio entre liberdade e igualdade. Lembram-se da célebre frase com que ele encerra sua obra maior? "As nações modernas não podem evitar que as condições se tornem iguais; mas depende delas que a igualdade as leve à escravidão ou à liberdade, à civilização ou à barbárie, à prosperidade ou à miséria."

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 270-271.

11 Hegel: uma nova concepção de Estado

Georg W. F. Hegel (1770-1831), filósofo alemão, acompanhou os acontecimentos que marcaram um ponto de ruptura da história: a derrocada do mundo feudal e o fortalecimento da ordem burguesa. A resolução dessa contradição dialética é apontada por Hegel como uma tarefa da razão.

A crítica hegeliana às concepções liberais que o antecederam pode ser compreendida se nos reportarmos à sua concepção dialética, da qual resultou um novo conceito de história: o presente é retomado como resultado de longo e dramático processo; por isso, a história não é a simples acumulação e justaposição de fatos acontecidos no tempo, mas fruto de verdadeiro engendramento, de um devir cujo motor interno é a contradição dialética.

A concepção de Estado hegeliana nega a tese contratualista vigente nos dois séculos anteriores porque o indivíduo não escolhe o Estado, mas é por este constituído. Ou seja, não há como pensar o indivíduo em estado de natureza, porque ele é sempre um indivíduo social.

De acordo com a concepção dialética hegeliana, o Estado sintetiza, numa realidade coletiva, a totalidade dos interesses contraditórios entre os indivíduos. Vejamos como ocorrem as contradições:

- A família é a síntese dos interesses contraditórios entre seus membros.
- A sociedade civil é a síntese que supera as divergências entre as diversas famílias. Hegel foi o primeiro a usar a expressão "sociedade civil" dando-lhe um sentido novo, que corresponde à esfera intermediária entre família e Estado. Esse espaço é o lugar das atividades econômicas e, portanto, nele prevalecem os interesses privados, sempre antagônicos entre si; por isso, é também o lugar das diferenças sociais entre ricos e pobres e da rivalidade dos profissionais entre si. Conforme o movimento dialético, as esferas da família e da sociedade civil não devem ser entendidas como formas anteriores ou exteriores ao Estado, pois na verdade só existem e se desenvolvem dentro dele.
- O Estado representa a unidade final, a síntese mais perfeita que supera as contradições existentes entre o privado e o público e que põem em perigo a coletividade. No Estado, cada um tem a clara consciência de agir em busca do bem coletivo, sendo por excelência a esfera dos interesses públicos e universais.

12 Contradições do século XIX

Embora as ideias de liberdade e igualdade fizessem parte da agenda do século XIX, nesse período ainda persistiram inúmeras contradições: nem sempre a implantação das aspirações liberais conciliou interesses econômicos e aspectos éticos ou intelectuais; e permaneceram sem solução questões econômicas e sociais que afligiam a crescente massa de operários nos grandes centros da Europa.

Além disso, a expansão do capitalismo estimulou ideias imperialistas que justificaram a colonização e, por essa razão, países europeus "democráticos" não abriram mão do controle econômico e político sobre suas colônias.

Aliás, os primeiros estudos de antropologia, como ciência nascente, explicavam a diversidade de culturas com base no conceito de evolução social, de modo que os "povos tribais" constituiriam um estágio "primitivo" que todas as sociedades "evoluídas" já teriam ultrapassado. Enquanto durou, essa interpretação forneceu elementos para que muitos justificassem a colonização com o argumento equivocado de levar a "civilização" a povos ditos bárbaros.



PHOTO BY ND/ROGER VIOLLET/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Dançarinas javanesas na Exposição Universal de Paris (1889). Da ilha de Java, na Indonésia, foram exibidas ao público europeu como exemplares do "exótico".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Por que a política?

"A moral é solitária (ela só vale na primeira pessoa); toda política é coletiva.

É por isso que a moral não poderia fazer as vezes de política, do mesmo modo que a política não poderia fazer as vezes de moral: precisamos das duas, e da diferença entre as duas!

Uma eleição, salvo excepcionalmente, não opõe bons e maus, mas opõe campos, grupos sociais ou ideológicos, partidos, alianças, interesses, opiniões, prioridades, opções, programas… Que a moral também tenha uma palavra a dizer é bom lembrar (há votos moralmente condenáveis). Mas isso não nos poderia fazer esquecer que ela não faz as vezes nem de projeto nem de estratégia. O que a moral propõe contra o desemprego, contra a guerra, contra a barbárie? Ela nos diz que é preciso combatê-los, claro, mas não como temos maiores oportunidades de derrotá-los. Ora, politicamente, é o como que importa. Você é a favor da justiça e da liberdade? Moralmente falando, é o mínimo que se espera de você. Mas, politicamente, isso não lhe diz nem como defendê-las nem como conciliá-las. Você deseja que israelenses e palestinos tenham uma pátria segura e reconhecida, que todos os habitantes de Kosovo possam viver em paz, que a globalização econômica não se produza em detrimento dos povos e dos indivíduos, que todos os idosos possam ter uma aposentadoria decente, todos os jovens uma educação digna desse nome? A moral aplaude, mas não lhe diz como aumentar nossas possibilidades de, juntos, alcançar esses objetivos. E quem pode acreditar que a economia e o livre jogo do mercado bastam para tanto? O mercado só vale para as mercadorias. Ora, o mundo não é uma. Ora, a justiça não é uma. Ora, a liberdade não é uma. Que loucura seria confiar ao mercado o que não é para se comercializar! Quanto às empresas, elas tendem, antes de mais nada, ao lucro. Não as critico por isso: é a função delas, e desse lucro todos nós necessitamos. Mas quem pode acreditar que o lucro baste para fazer que uma sociedade seja humana? A economia produz riquezas, e riquezas são necessárias, e nunca serão demais. Mas também precisamos de justiça, de liberdade, de segurança, de paz, de fraternidade, de projetos, de ideais… Não há mercado que os forneça. É por isso que é preciso fazer política: porque a moral não basta, porque a economia não basta e, portanto, porque seria moralmente condenável e economicamente desastroso pretender contentar-se com uma e outra.

Por que a política? Porque não somos nem santos nem apenas consumidores, porque somos cidadãos, porque devemos ser cidadãos e para que possamos permanecer cidadãos. [...]

Não basta esperar a justiça, a paz, a liberdade, a prosperidade… É preciso agir para defendê-las, para aprimorá-las, o que só se pode fazer eficazmente de forma coletiva e que, por isso, passa necessariamente pela política. Que esta não se reduza nem à moral nem à economia, já insisti o bastante. O que não significa, lembremos para terminar, que ela seja moralmente indiferente ou economicamente sem alcance."

COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da filosofia.* São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 34-36.

Questões

1. Com base no texto de Comte-Sponville e no estudo realizado neste capítulo sobre Maquiavel, compare como os filósofos defendem que moral e política coexistem.
2. Podemos dizer que o utilitarismo inglês, pensado à luz da teoria de Comte-Sponville, é um tema ético e/ou político?
3. Às vezes, no "vale-tudo" da propaganda eleitoral, certos candidatos se dizem "do bem" ou então que são bons maridos, bons pais ou bons empresários. Essas qualificações valem para apreciar se serão bons políticos? Justifique sua resposta com base nos conceitos de moral pessoal e de moral política.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. O que é maquiavelismo e por que esse mito não se aplica a Maquiavel?
2. Diversos filósofos dos séculos XVII e XVIII eram jusnaturalistas. Explique essa afirmação.
3. Qual foi a importância das teorias contratualistas no movimento contra o absolutismo? Em que medida elas representaram o interesse de secularização do poder?
4. Compare Stuart Mill e Tocqueville, considerando a distinção entre as duas concepções de liberalismo e a relação entre *liberdade* e *igualdade*.

Aplicando os conceitos

5. Leia a citação e atenda às questões.

Encontra-se a liberdade política unicamente nos governos moderados. Porém, ela nem sempre existe nos Estados moderados: só existe nesses últimos quando não se abusa do poder; mas a experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar dele; vai até onde encontra limites. Quem o diria! A própria virtude tem necessidade de limites. Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o Poder freie o Poder.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 156. (Coleção Os Pensadores)

a) Explique qual é o significado e a importância dessas palavras de Montesquieu.

b) Discuta com um colega se o conteúdo da citação ainda é atual.

6. Explique a frase de Rousseau, usando os conceitos de sua teoria política.

O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 28. (Coleção Os Pensadores)

7. Leia a citação de Locke e atenda às questões.

Poderão afirmar que, sendo a idolatria um pecado, não pode ser tolerada. Se disserem que a idolatria é um pecado e, portanto, deve ser escrupulosamente evitada, esta inferência é correta; mas não será correta se disserem que é um pecado e, portanto, deve ser punida pelo magistrado. Não cabe nas funções do magistrado punir com leis e reprimir com a espada tudo o que acredita ser um pecado contra Deus.

LOCKE, John. *Carta acerca da tolerância*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 24. (Coleção Os Pensadores)

a) Que característica do liberalismo pode ser identificada nessa citação de Locke?

b) Dê exemplos de fatos que ainda ocorrem na política do mundo contemporâneo que contrariam esse princípio.

8. Analise o significado das duas citações de Stuart Mill a seguir, explicando por que são contraditórias, considerando que a segunda refere-se a povos tribais.

Cada um é o único guardião autêntico da própria saúde, tanto física quanto mental e espiritual.

[...]

O despotismo é uma forma legítima de governo quando se está na presença de bárbaros, desde que o fim seja o progresso deles e os meios sejam adequados para sua efetiva obtenção.

Citado em: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 67.

9. Analise a tirinha de Laerte, que ridiculariza um comportamento típico de colonizador.



Tirinha de Laerte (2003).

Dissertação

10. Há quem pense não estarmos "preparados para a democracia" e defenda que "o povo brasileiro ainda não sabe votar e, portanto, precisa de tutela até chegar à maioridade política". Como você avalia essa maneira de pensar? Justifique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 21

Teorias socialistas



© BANCO DE MEXICO DIEGO RIVERA & FRIDA KAHLO MUSEUMS TRUST, MEXICO, D.F./AUTVIS, BRASIL, 2016 – PALÁCIO NACIONAL, CIDADE DO MÉXICO

O México hoje e amanhã (1934-1935), mural de Diego Rivera.

Os principais objetivos deste capítulo são: identificar os movimentos socialistas, distinguir materialismo dialético de materialismo histórico, caracterizar o conceito de modo de produção, relacionar alienação com ideologia, caracterizar anarquismo e distinguir as teorias socialistas do século XX.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: socialismo utópico, proletariado, materialismo dialético, materialismo histórico, modos de produção, luta de classes, alienação, ideologia, anarquismo e intelectuais orgânicos.

O mural *O México hoje e amanhã*, de Diego Rivera, representa a coerção e o violento controle da massa trabalhadora pela elite burguesa, proprietária dos meios de produção. A pintura, contudo, não retrata uma postura passiva dos explorados. O artista escolhe figurar o proletariado como um corpo contestador, que age com firmeza na defesa de suas ideias. Entre os líderes, além de elementos extraídos das próprias fileiras operárias, há a imagem de Karl Marx, que pensou a luta de classes existente no capitalismo.

Diego Rivera (1886-1957), artista mexicano, distinguiu-se na arte muralista, tendo pintado inúmeros afrescos nos quais sobressai seu engajamento na causa socialista. No mural *O México hoje e amanhã*, encomendado para o Palácio Nacional mexicano, Rivera expressa o que pensa sobre a política do seu tempo: no centro, em enquadramento, a vida de ricos burgueses, do clero, de políticos e militares; ao redor, os trabalhadores, o povo sofrido e os movimentos de oposição (observe a faixa onde se lê *huelga*, "greve"); e, no alto, centralizada, a figura de Marx apontando para um futuro promissor.

1 Fortalecimento do proletariado

No início do século XIX, as revoluções burguesas do século anterior encontravam-se ameaçadas pelas forças conservadoras representadas pela nobreza e pelo clero, ansiosas para restaurar o absolutismo e excluir a burguesia do poder político. O embate dessas forças desencadeou, em 1830 e 1848, grandes movimentos liberais e nacionais. Iniciados na França, logo se estenderam para outros países europeus.

Desde 1848, inspirado de início nas ideias do socialismo utópico, o proletariado procurava opor-se ao pensamento liberal, deixando mais clara a cisão entre burgueses e proletários.

Nesse período, conturbado por agitações políticas, agravou-se a situação social em consequência de transformações na economia, decorrentes da passagem para a grande indústria e o capitalismo de monopólio. Essas alterações vinham ocorrendo desde o século XVIII, quando a Revolução Industrial implantara o maquinismo, acelerando o processo de confinamento do operário nas fábricas. Configurava-se, então, em todos os seus contornos, a nova classe do proletariado.

As cidades adensavam-se com a massa de operários, mal acomodados em moradias precárias e em fábricas insalubres, recebendo baixos salários. Miséria, jornada de trabalho excessiva e exploração de mão de obra infantil configuravam um estado de injustiça social gerador de protestos e anseios por mudança.

A ordem burguesa foi colocada à prova pelas teorias socialistas e comunistas matizadas nas mais diversas interpretações e com diferentes propostas de ação, desde reformistas até revolucionárias.

Os operários criaram organizações para negar o paternalismo, formar a consciência de classe e emancipar o proletariado. Sindicatos, conselhos operários, comissões de fábrica, comitês de greve e jornais operários agitavam o ambiente social e político, desencadeando movimentos de reivindicação. Em 1864, foi fundada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que estimulou a realização de congressos em diversos países.

Etimologia

Proletariado. Do latim *proletarius*, "do povo", "das classes desfavorecidas". Por sua vez, deriva de *proles*, "prole", "descendência", "filhos". Ou seja, as "posses" dos pobres são os filhos.



HONORÉ DAUMIER – MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

O vagão de terceira classe (1862), pintura de Honoré Daumier. No século XIX, Daumier fez uma dura crítica social às condições de vida dos trabalhadores.

2 Socialismo utópico

A denominação *socialismo utópico* foi criada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que a ela contrapuseram o que chamaram de *socialismo científico*. O termo *utópico*, apesar de uma conotação positiva, assumia aqui o sentido pejorativo de algo irrealizável. Embora reconhecessem a importância dessas teorias como precursoras da conscientização do proletariado, consideravam-nas inócuas por serem paternalistas e por acreditarem que apenas pela via pacífica seria possível suprimir as injustiças sociais.

Os teóricos do socialismo elaboraram teorias distintas e propuseram soluções diversas, mas é possível observar alguns traços comuns entre eles. Por exemplo, nem sempre os socialistas utópicos reconheciam o antagonismo entre burguesia e proletariado, admitindo a possibilidade de reformar a sociedade mediante a boa vontade e a participação de todos.

Criticavam a ganância da classe rica, os políticos parasitas e o individualismo burguês, que impediam a igualdade e a liberdade de todos. Algumas sugestões consistiam na organização de colônias cooperativas que excluíssem a propriedade privada ou na associação voluntária de pessoas vivendo em comunidade.

Para saber mais

Os principais socialistas utópicos foram o britânico Robert Owen (1771-1858) e os franceses Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Teoria marxista

Em uma Alemanha agitada e repleta de problemas, surgiu o *marxismo*, teoria elaborada por Marx e Engels. Além da colaboração ideológica, Engels era industrial e pôde, por diversas vezes, ajudar Marx financeiramente nos momentos mais críticos de sua vida pessoal.

Escreveram juntos *A ideologia alemã* e *A sagrada família*. Embora suas ideias fossem gestadas em conjunto, Marx redigiu sozinho: *A miséria da filosofia*, *Contribuição à crítica da economia política* e *O capital*, entre outras obras. De Engels destacam-se: *Anti-Dühring*, *Dialética da natureza* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Para elaborar suas teorias, estudaram a filosofia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) – mais especificamente o conceito de dialética e uma nova concepção de história –, os filósofos do socialismo utópico e Ludwig Feuerbach (1804-1872), bem como foram leitores dos economistas ingleses Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). De acordo com Marx, nas *Teses sobre Feuerbach*, o erro de teorias anteriores estava em analisar o ser humano abstratamente, desvinculado da sua realidade, que só poderia ser compreendida no conjunto das relações sociais.

Materialismo dialético

Para o *materialismo dialético*, os fenômenos materiais são *processos* e o espírito não é consequência passiva da ação da matéria, podendo reagir sobre aquilo que o determina. Portanto, ao contrário do idealismo de Hegel, para Marx, a matéria é o dado primário, a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, pois é reflexo da matéria.

No dizer de Engels,

> [...] a dialética de Hegel foi colocada com a cabeça para cima ou, dizendo melhor, ela, que se tinha apoiado exclusivamente sobre sua cabeça, foi de novo reposta sobre seus pés.
>
> ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Antologia filosófica*. Lisboa: Estampa, 1971. p. 136.

A dialética é a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três fases: *tese*, *antítese* e *síntese*. Ou seja, explica-se o movimento da realidade pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese.

Outra categoria fundamental para entender a dialética é a de *totalidade*: o todo predomina sobre as partes que o constituem. Isso significa que as coisas estão em constante *relação recíproca*, e nenhum fenômeno da natureza ou do pensamento pode ser compreendido isoladamente, fora dos fenômenos que o rodeiam. Os fatos não são átomos, mas pertencem a um todo dialético e como tal fazem parte de uma estrutura.

Materialismo histórico

O *materialismo histórico* é a teoria que aplica os princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o nome indica, é a explicação da história por fatores materiais, econômicos e técnicos.

Marx inverteu o processo da explicação da história apenas pela ação de "grandes homens", conquistadores, legisladores, príncipes, ou até pela intervenção divina. Para o marxismo, no lugar de personagens, está a luta de classes. Embora possamos tentar definir o ser humano pela consciência, pela linguagem, pela religião, o que fundamentalmente o caracteriza é o modo pelo qual reproduz suas condições de existência. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem ou pensam, e sim do modo pelo qual produzem os bens materiais necessários à sua vida.

Para Marx, a sociedade estrutura-se em dois níveis: *infraestrutura* e *superestrutura*.

a) A *infraestrutura* constitui a *base econômica* e engloba as relações do ser humano com a natureza, no esforço de produzir a própria existência. Assim, de acordo com o clima (árido ou chuvoso) e os instrumentos de trabalho (pedra, madeira, metal ou eletrônicos), desenvolvem-se certas técnicas que influenciam as *relações de produção*, ou seja, o modo pelo qual os seres humanos se organizam na divisão do trabalho social. É nesse sentido que, na história, encontramos relações de senhores e servos, de capitalistas e proletários.

b) A *superestrutura* constitui o caráter *político-ideológico* da sociedade, que é formado por dois aspectos:

- *Estrutura jurídico-política* representada pelo Estado e pelo direito; conforme Marx, o Estado e as leis estariam a serviço da classe dominante.
- *Estrutura ideológica* representada pela consciência social, isto é, a forma como os indivíduos se organizam a partir de crenças religiosas, literatura, artes, filosofia, concepções de ciência etc.; para Marx, as expressões culturais refletem as ideias e os valores da classe dominante e, desse modo, tornam-se instrumentos de dominação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Filosofia da práxis

Ao analisar o *ser social*, Marx desenvolveu uma nova antropologia, segundo a qual não existe "natureza humana" idêntica em todo tempo e lugar. Se o existir decorre do agir, o indivíduo se autoproduz à medida que transforma a natureza pelo trabalho. Como o trabalho se apoia numa ação coletiva, a condição humana depende de sua existência social. Ao mesmo tempo, o trabalho é um projeto, e como tal depende da consciência que antecipa a ação pelo pensamento. Com isso se estabelece a dialética pensar-agir e teoria-prática. É nesse sentido que a filosofia marxista é também conhecida como *filosofia da práxis*.

Relações de produção e luta de classes

Dissemos que a compreensão dialética da história pressupõe o conflito e a contradição. Vejamos como Marx explica esse processo por meio dos conceitos de *relações de produção*, *forças produtivas* e *modos de produção*.

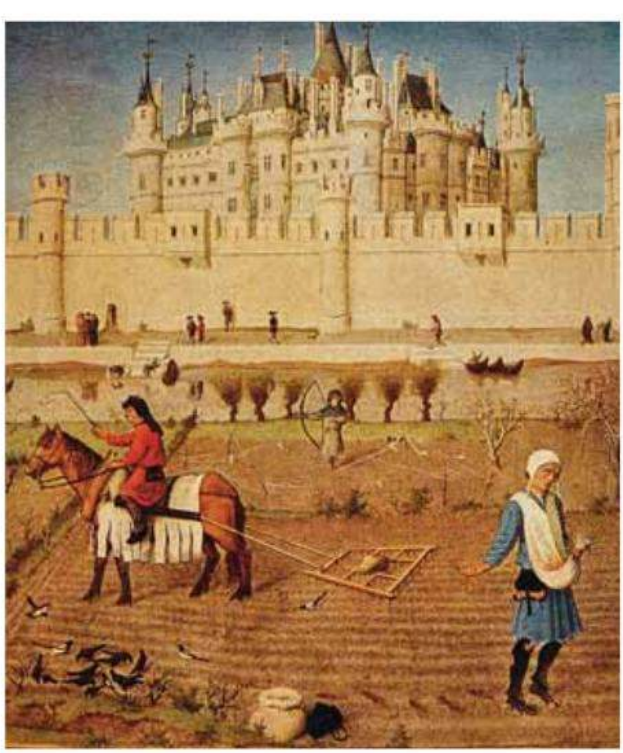
- *Relações de produção* são as maneiras como os seres humanos, com base em determinadas condições naturais, se organizam para executar a atividade produtiva, estabelecendo a divisão do trabalho social.
- *Forças produtivas* são o conjunto formado por clima, água, solo, matérias-primas, máquinas, mão de obra e instrumentos de trabalho. As forças produtivas sofrem alterações quando, por exemplo, instrumentos de pedra são substituídos pelos de metal, a agricultura passa a utilizar novas técnicas de irrigação, plantio e adubagem do solo.
- *Modos de produção* são as maneiras de organização das forças produtivas em determinadas relações de produção num dado momento histórico. Por exemplo, no modo de produção capitalista, as forças produtivas, representadas sobretudo pelas máquinas do sistema fabril, determinam as relações de produção, caracterizadas pela existência do dono do capital e do operário assalariado.

As forças produtivas, no entanto, só podem desenvolver-se até certo ponto, pois, ao atingirem um estágio avançado, tornam-se inadequadas e entram dialeticamente em contradição com as antigas relações de produção. Surge, então, a necessidade de uma nova divisão de trabalho.

Para melhor esclarecer, vejamos como Marx analisa o surgimento do modo de produção feudal e a passagem para o modo de produção capitalista:

- O *modo de produção feudal* surgiu na Idade Média como resultado da contradição instaurada pelo regime escravista, típico das relações de produção da Antiguidade. Para restaurar a economia, que entrara em crise, foram necessárias novas relações de produção, nas quais a base econômica passou a ser a propriedade dos meios de produção do senhor feudal. O servo trabalhava um tempo para si e outro para o senhor, que, além de cobrar impostos, se apropriava de parte da produção servil.
- O *modo de produção capitalista* foi a nova síntese que derivou das ruínas do sistema feudal, ou seja, da contradição entre a tese (senhor feudal) e a antítese (servo). Desses conflitos nasceu uma nova figura, o burguês: os servos que iam para a cidade e habitavam os burgos (arrabaldes das cidades), dedicando-se ao artesanato e ao comércio. Enquanto as cidades ganhavam autonomia do senhor feudal, a jovem burguesia conseguia aos poucos desenvolver novas formas produtivas (substituição de manufaturas pelas fábricas) e estabelecer novas relações de produção.

Práxis: Karl Marx chama de práxis a ação humana transformadora da realidade. Esse conceito não se identifica propriamente com a prática, mas significa a união dialética da teoria e da prática porque, ao mesmo tempo que a consciência é determinada pelo modo como é produzida a existência, também a ação humana é projetada, refletida, consciente e capaz de modificar a teoria.



IRMÃOS LIMBOURG – MUSEU CONDÉ, CHANTILLY

Iluminura do livro francês *As mui ricas horas do duque de Berry* (século XV). Os instrumentos de trabalho (forças produtivas) medievais determinaram as relações de produção do sistema feudal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No modo de produção capitalista surgiu outra relação antitética entre o burguês, que é o detentor do capital, e o proletário, que nada possui e vende sua força de trabalho.

De acordo com Marx, da antítese entre esses dois polos antagônicos, burguesia e proletariado, surge a *luta de classes*, o confronto entre duas classes quando lutam por seus interesses.

A mais-valia

O sistema capitalista sustenta-se pela produção de mercadorias. Como produto do trabalho, o valor da mercadoria é determinado pelo total de trabalho socialmente necessário para produzi-la. O operário vende ao capitalista a única mercadoria que possui, ou seja, sua força de trabalho. O valor da força de trabalho baseia-se naquilo que seria necessário para a subsistência e a reprodução de sua capacidade de trabalho, isto é, alimento, vestimenta, moradia, educação dos filhos etc. O salário deve, portanto, corresponder ao custo da própria manutenção e a de sua família.

Na obra *O capital*, no entanto, Marx explica que, na verdade, o desenvolvimento do capitalismo pressupõe a exploração do operário: o capitalista o contrata para trabalhar durante certo período de horas, a fim de alcançar determinada produção, mas, por ficar disponível todo o tempo, produz mais do que foi calculado. Portanto, a força de trabalho pode criar um valor superior ao estipulado inicialmente, mas a parte do *trabalho excedente* não é paga ao operário, e serve para aumentar cada vez mais o capital.

Denomina-se *mais-valia*, portanto, o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista.

Alienação e ideologia

Com a descrição da mais-valia, Marx configura o caráter de exploração do sistema capitalista. De imediato, o operário não é capaz de reverter o quadro porque se encontra *alienado*. O que significa *alienação*? Conferindo o sentido etimológico desse termo, apresentado no capítulo 5, "Trabalho, consumo e lazer", constatamos que a alienação consiste na perda da posse de um bem.

Para entender, é preciso saber que Marx retoma a temática hegeliana do trabalho como condição de liberdade. É pelo trabalho que o ser humano se confronta com a natureza e, ao mesmo tempo que a modifica, também transforma a si mesmo, humanizando-se.

No entanto, Marx nega que a ordem econômica do capitalismo seja capaz de possibilitar igualdade entre as partes, porque o trabalhador perde mais do que ganha. O produto do trabalho é apropriado pelo burguês, que determina salário, horário e ritmo de trabalho. Nesse caso, o trabalhador deixa de ser o centro de si mesmo para ser comandado de fora, por forças que não mais controla. O resultado é tornar-se estranho, alheio a si próprio: é esse o fenômeno da alienação.

No contexto capitalista, ao vender sua força de trabalho mediante salário, o operário também se transforma em mercadoria. Ocorre, então, o que Marx chama de *fetichismo da mercadoria* e *reificação do trabalhador*.

- O *fetichismo* é o processo pelo qual a mercadoria, um ser inanimado, adquire "vida", porque os valores de troca tornam-se superiores aos valores de uso e passam a determinar as relações humanas, ao contrário do que deveria acontecer.
- A *reificação* é a "coisificação" do trabalhador, porque o indivíduo é transformado em mercadoria. A "humanização" da mercadoria leva à desumanização da pessoa.

Por sua vez, a ideologia é o que faz com que a alienação não seja percebida. Vimos que, segundo Marx, as ideias, as condutas e os valores que permeiam a concepção de mundo de determinada sociedade representam interesses da classe dominante. Ao serem estendidas às classes dominadas, como se fossem universais, ajudam a manter a dominação e o *status quo*. Desse modo, a ideologia camufla a luta de classes ao representar a sociedade como una, harmônica e sem conflitos.

Crítica ao Estado

Marx avalia que a ideologia oculta o fato de que o Estado expressa interesses da classe dominante. Trata-se de uma concepção negativa, pela qual o Estado seria responsável por perpetuar as contradições sociais e que só aparentemente visaria ao bem comum. Portanto, o Estado seria um mal a ser extirpado.

Decorre desse pressuposto a necessidade da *revolução*, seguida por um Estado provisório, a *ditadura do proletariado*, período de fortalecimento da classe operária e de enfraquecimento da burguesia. Essa primeira fase corresponderia ao *socialismo*, regime em que ainda persistem a burocracia e os aparelhos estatal, repressivo e jurídico. A segunda fase, chamada *comunismo*, define-se pela supressão da sociedade de classes e, finalmente, pelo desaparecimento do Estado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 Anarquismo: principais ideias

É comum as pessoas relacionarem anarquismo com "caos", "bagunça", mas não se trata disso. O princípio que rege o anarquismo é a preferência por alternativas de organização voluntária em oposição ao Estado, interpretado como instituição nociva e desnecessária. Para os anarquistas, o Estado e a propriedade contribuíram em determinado momento histórico para o desenvolvimento humano, mas depois começaram a restringir sua emancipação. Além do Estado, os anarquistas repudiam a estrutura eclesiástica hierarquizada e defendem o ateísmo como condição de autonomia moral, livre de dogmas e da noção de pecado.

O anarquismo baseia-se na organização não coercitiva, regida pela cooperação e pela aceitação dos membros da comunidade. Na ausência de instituições autoritárias, as tendências cooperativas humanas não encontrariam impedimentos para florescer, desenvolver-se e realizar a ordem social.

Na sociedade estatal, a ordem social é artificial, estabelecida numa pirâmide de poder, que define a estrutura da sociedade por meio de decisões hierárquicas impostas de cima para baixo. Na sociedade anarquista, com cooperação voluntária, a ordem social expressa-se naturalmente. Por isso, os anarquistas repudiam igualmente a criação de partidos, que tendem a se burocratizar e a centralizar o poder.

Os movimentos anarquistas pretendem inverter a pirâmide de poder do Estado por meio do princípio da descentralização, na forma mais direta de relação presencial. As decisões seriam tomadas nos núcleos vitais das relações sociais, ou seja, nos bairros e em locais de trabalho. Quando esse encontro não for possível, por envolver outros segmentos, deverão ser criadas federações para manter contínua participação, colaboração e consulta direta.

Representantes e movimentos

Os anarquistas foram contemporâneos de Marx, mas dele se distanciaram por não concordarem com a teoria da ditadura do proletariado. Acusaram-no de não perceber que a rígida oligarquia de funcionários públicos e tecnocratas tenderia a se perpetuar no poder.

Etimologia

Anarquismo. Do grego *an*, "sem", e *arkhé*, "princípio", "governo", "poder", ou seja, "sem governantes".

Mikhail Bakunin (1814-1876), o mais brilhante anarquista, nasceu em família de ricos aristocratas russos. Tornou-se revolucionário graças à influência do francês Pierre-Joseph Proudhon, um dos chamados "socialistas utópicos". Bakunin participou de rebeliões e esteve preso na Sibéria. Sua obra é vigorosa e apaixonada, embora muitas vezes abandonasse seus escritos em prol da militância.

As ressonâncias do movimento concretizaram-se no Brasil, no início da República Velha, com um grupo de italianos instalado no interior do Paraná, onde fundaram a Colônia Cecília, nos moldes de uma comunidade anarquista.

Ainda entre nós, o anarcossindicalismo organizou-se no começo do século XX com a urbanização decorrente da industrialização, na luta contra a opressão patronal. Era um movimento atuante não só na preparação das greves, mas na difusão do ideal anarquista por meio de escolas e jornais.

Após a Segunda Guerra Mundial, o anarquismo ressurge e recrudesce na década de 1960 com o ativismo de jovens de vários países da Europa e da América, que culminou no movimento estudantil de 1968, iniciado em Paris.

Para saber mais

Hélio Oiticica (1937-1980), neto do anarquista José Oiticica (1882-1957), teve sua formação fortemente influenciada pelo avô. Por opção da família, não frequentou a escola até os 10 anos, sendo educado pela mãe. Foi pintor, escultor, artista plástico e *performer*. Participou do Grupo Frente, marco da arte concreta no Brasil. O espírito anarquista está presente na produção artística de Hélio Oiticica: experimental, contestadora e inovadora.



PROJETO HÉLIO OITICICA

Seja marginal, seja herói (1968), obra de Hélio Oiticica. Essa obra é uma denúncia à violência repressora da ditadura militar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Socialismo do século XX

A Revolução de 1917 ocorreu na Rússia, país de monarquia absolutista (czarismo) e de economia semifeudal, que começara a industrializar-se apenas no final do século XIX. Entre os teóricos que repensaram Marx e Engels no início do século XX, destacou-se Lênin (1870-1924), cujo verdadeiro nome era Vladimir Ilitch Ulianov. Sob o seu comando, em 1922, formou-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a unificação de Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia. O marxismo-leninismo tornou-se doutrina oficial com a supressão da propriedade privada dos meios de produção, a planificação econômica, a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das fábricas.

Após a morte de Lênin, seu sucessor, Joseph Stálin (1879-1953), dirigiu a URSS durante quase 30 anos com mão de ferro. Nesse período, o Estado foi de tal modo fortalecido que se transformou em Estado totalitário.*

Para saber mais

Na década de 1960, devido ao temor de que o comunismo fizesse adeptos, diversos países da América do Sul, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, foram submetidos a governos ditatoriais, com perseguições que terminavam em prisão, tortura, exílio ou "desaparecimento" de acusados. Um indicativo da tensão existente foi a formação da guerrilha urbana pelos grupos revolucionários na luta contra a ditadura.

Gramsci: intelectuais orgânicos

Antonio Gramsci criticou o marxismo tradicional expresso na interpretação rígida da relação entre infraestrutura e superestrutura. Ao analisar o papel dos intelectuais, sua teoria tornou mais flexível a relação entre os âmbitos econômico e ideológico-político. Para ele, o Estado capitalista não se impõe apenas pela coerção e violência explícitas, mas também por consenso, por persuasão. Esse é o papel das instituições da sociedade civil, como Igreja, escolas, partidos políticos, imprensa, por meio das quais a ideologia da classe dominante é difundida e preservada.

Gramsci explica o processo de formação dos intelectuais pelo conceito de *hegemonia*. Uma classe social é hegemônica quando capaz de elaborar sua própria visão de mundo, ou seja, um sistema convincente de ideias pelas quais se conquista a adesão dos membros da comunidade.

A classe dominada, por sua vez, permanece desorganizada e passiva, e mesmo as eventuais rebeliões não modificam a situação de dependência se não for construída a própria consciência de classe. O proletariado necessita, então, de *intelectuais orgânicos*, assim denominados porque surgem "organicamente", de suas próprias fileiras, e contrapõem-se aos intelectuais tradicionais. Ao constituírem a concepção de mundo dos dominados, esses intelectuais expressam "a consciência da missão histórica" do proletariado.

Gramsci valoriza a atuação do partido como organizador das massas, a fim de tornar possível a unificação da teoria com a prática, ou seja, da ação revolucionária com a transformação intelectual.

O pensador e militante italiano destacou também o papel da escola na democratização da cultura e do saber, desenvolvendo vários estudos sobre o tema. Propôs a educação centrada no valor do trabalho e com a tarefa de superar as dicotomias entre o fazer e o pensar, entre cultura erudita e cultura popular. Para tanto, a escola classista burguesa precisaria ser substituída pela *escola unitária*, assim intitulada por oferecer educação idêntica para todas as crianças, a fim de desenvolver nelas habilidades tanto do trabalho manual como do intelectual.

Quem é?



UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Antonio Gramsci. Foto da década de 1910.

Antonio Gramsci (1891-1937) nasceu na ilha de Sardenha e teve infância pobre. Estudou literatura em Turim e foi um dos mais importantes teóricos italianos, além de ativista político e jornalista atuante. Preso em 1926 pela ditadura fascista de Mussolini, permaneceu no cárcere até pouco antes de sua morte. Durante esse período, escreveu muito e criticou o dogmatismo do marxismo oficial, que, ao petrificar a teoria, impedia a prática revolucionária. Influenciou estudos sobre cultura popular, na tentativa de superar a dicotomia com a cultura erudita. Sua contribuição à pedagogia repercute ainda hoje na defesa da escola unitária e na superação da divisão entre o pensar e o fazer. Suas principais obras são *Concepção dialética da história*, *Os intelectuais e a organização da cultura*, *Literatura e vida nacional* e *Cadernos do cárcere*.

* Consultar o capítulo 17, "A construção da democracia".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6 Escola de Frankfurt: teoria crítica

A Escola de Frankfurt surgiu na Alemanha em 1925, representada por Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm e Jürgen Habermas, entre outros. Os frankfurtianos formularam a *teoria crítica* da sociedade, na qual destacam temas de natureza sociológico-filosófica como: autoridade, autoritarismo, totalitarismo, família, cultura de massa, liberdade e o papel da ciência e da técnica.

A *teoria crítica* da sociedade opõe-se ao que chamam de *teoria tradicional*. Nela, incluem a herança marxista e as diversas interpretações desse pensamento, embora direcionem críticas tanto ao dogmatismo de leninistas e stalinistas como à concepção naturalista da história, devido ao seu caráter determinista e evolucionista, posição reconhecida como típica do positivismo predominante no final do século XIX.

De acordo com a visão determinista, em dado momento o capitalismo produziria de maneira irreversível a alienação e a pauperização crescente da classe operária, até que explodiria a revolução e a vitória inevitável do socialismo. Desse modo, a violência seria elemento necessário e constitutivo do progresso para, de um estágio "inferior", chegar a outro necessariamente "melhor".

Entretanto, os frankfurtianos criticam a noção de progresso e condenam a violência. Analisando as sociedades tecnocráticas, altamente tecnicizadas e racionalizadas, denunciam a perda de autonomia do sujeito, docilizado tanto pela sociedade industrial totalmente administrada como pelas extremas regressões à barbárie representada pelos Estados totalitários.

7 Fim da utopia socialista?

Quando Mikhail Gorbachev (1931) subiu ao poder na União Soviética em 1985, iniciou uma série de mudanças de reestruturação da economia e reformas nas instituições políticas, visando à renovação dos quadros da velha e autoritária elite burocrática dirigente. Libertou os presos políticos e garantiu imprensa livre e liberdade individual. Numa sequência, os diversos países que compunham a chamada "cortina de ferro" foram libertando-se da tutela da União Soviética, que, por sua vez, voltou a ser denominada Rússia.

Mais recentemente, intelectuais de porte procuram adequar o marxismo à nova realidade do mundo globalizado e submetido ao neoliberalismo, a fim de criticar o capitalismo financeiro. Entre eles, destacam-se: Perry Anderson, Pierre Bourdieu, Noam Chomsky, Giorgio Agamben, István Mészáros, Slavoj Žižek e Antonio Negri.

O rápido desencadear dos fatos históricos que marcaram o final do século XX provocou espanto de todos os lados. Para os socialistas, porém, o sonho da sociedade igualitária não acabou, mesmo porque o chamado "socialismo real" nunca foi de fato o socialismo esperado.

Quanto ao capitalismo, não consegue esconder suas contradições. A injusta repartição das riquezas que a sociedade produz é revelada por altos índices de miséria no mundo inteiro. Embora tenha conseguido produzir conforto e riqueza, o capitalismo não soube distribuí-los com equidade: a igualdade continua a ser um sonho.



JOSEF KOUDELKA/MAGNUM/MAGNUM PHOTOS/LATINSTOCK

Confronto entre manifestantes e tropas do Pacto de Varsóvia, em Praga (antiga Tchecoslováquia), em 1968.

Em 1968, a Tchecoslováquia era um Estado satélite da União Soviética quando teve início a Primavera de Praga, movimento que visava implantar o "socialismo com rosto humano". O movimento durou pouco, sendo prontamente reprimido pelas tropas soviéticas. Na foto, a cena chama a atenção pela disparidade de forças no enfrentamento de um tanque soviético. Apesar de afinados com o marxismo, os frankfurtianos opunham-se a esse tipo de agressão à liberdade.

Leitura complementar

Prefácio à obra *Contribuição à crítica da economia política*

"Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de 'sociedade civil'; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. [...] A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com essa organização social termina, assim, a Pré-história da sociedade humana."

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 23.

Questões

1. "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência." Explique em que sentido essa frase é indicativa do materialismo marxista.
2. Identifique no texto o que Marx designa por infraestrutura e por superestrutura.
3. O que Marx quer dizer quando afirma que os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Qual foi a importância do socialismo utópico e quais críticas Marx e Engels lhe destinaram?
2. Explique: *fetichismo* e *reificação* são dois lados da mesma moeda chamada "alienação".
3. Quais são as principais ideias do anarquismo?
4. "O Estado é uma instituição que representa o interesse do bem comum." Critique essa afirmação usando conceitos marxistas.

Aplicando os conceitos

5. Com base na citação abaixo, explique como Karl Marx e Friedrich Engels entendem o conceito de *história*.

.....

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 39.

.....

6. Leia a citação de Marx e responda às questões.

.....

[A espoliação do trabalho consiste] no fato de que o trabalho é exterior ao operário, isto é, que não pertence ao seu ser; que, no seu trabalho, o operário não se afirma, mas se nega; que ele não se sente satisfeito aí, mas infeliz; que ele não desdobra aí uma livre energia física e intelectual, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito. É por isso que o operário não tem o sentimento de estar em si senão fora do trabalho; no trabalho, sente-se exterior a si mesmo.

MARX, Karl. Esboço de uma crítica da economia política. In: *Os filósofos através dos textos*: de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1997. p. 250.

.....

a) Que conceito foi usado por Marx para explicar o fenômeno da espoliação do trabalho?
b) Há pessoas (e às vezes os próprios trabalhadores) que atribuem a situação de pobreza ao destino ou à incompetência. Como Marx explica a dificuldade de se perceber a causa real dessa espoliação?

7. Com base no trecho a seguir, responda às questões.

.....

Eu aceito com entusiasmo o lema que afirma "O melhor governo é aquele que menos governa"; e gostaria de vê-lo posto em prática de forma sistemática. Uma vez posto em prática, ele acabaria resultando em algo que também acredito: "O melhor governo é aquele que não governa"; e quando os homens estiverem preparados, será exatamente este o tipo de governo que irão ter.

THOREAU, Henry. Resistência ao governo civil. In: WOODCOCK, George (Org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981. p. 182.

.....

a) Explique por que o trecho é adequado à concepção anarquista.
b) Justifique a crítica que os anarquistas fizeram à ditadura do proletariado.

8. Leia o seguinte texto de Gramsci e responda às questões.

.....

Se a filosofia da práxis afirma teoricamente que toda verdade tida como eterna e absoluta teve origens práticas e representou um valor provisório (historicidade de toda concepção do mundo e da vida), é muito difícil fazer compreender praticamente que uma tal interpretação seja válida também para a própria filosofia da práxis, sem com isso abalar as convicções que são necessárias para a ação. [...] Por isso, ocorre também que a própria filosofia da práxis tenda a se tornar uma ideologia no sentido pejorativo, isto é, um sistema dogmático de verdades absolutas e eternas.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 116-117.

.....

a) Explique qual foi a mudança realizada por Gramsci no conceito marxista de ideologia.
b) Em que sentido podemos usar o final das afirmações de Gramsci para fazer uma crítica ao socialismo implantado por Stálin na União Soviética?

9. Com base na citação abaixo, explique por que Marx pode ser um dos "pensadores da suspeita".

.....

A suspeita dirigida contra a filosofia é um fenômeno típico do fim do século XIX [...]. Suspeita-se que a compreensão e a consciência mais ou menos imediatas [...] que o homem tem de si mesmo (enquanto indivíduo e enquanto membro de uma sociedade) sejam mistificadas, errôneas e enganadoras.

HOTTOIS, Gilbert. *Do Renascimento à pós-modernidade*. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. p. 231.

.....

10. Investigue a etimologia e o significado do termo "utopia" e em seguida explique como esse conceito tanto pode ser interpretado de modo pejorativo como pode significar algo positivo e necessário para o ser humano.

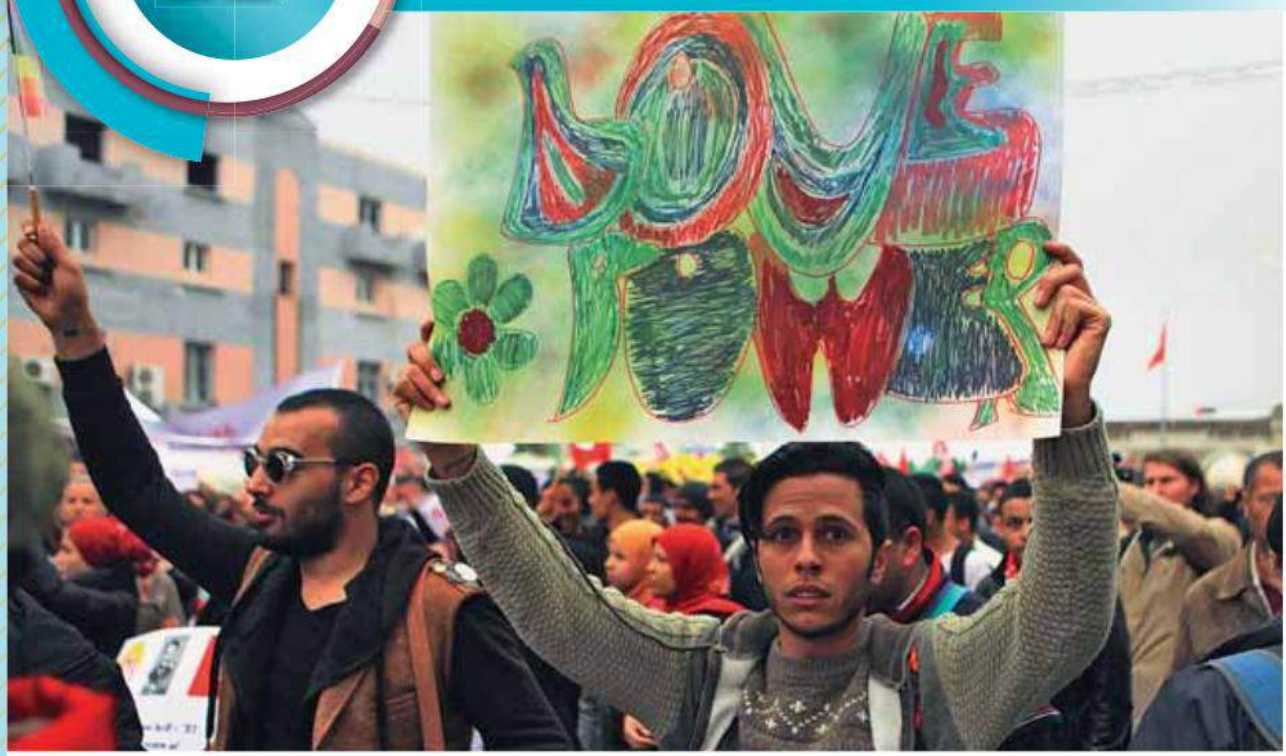
Dissertação

11. Desenvolva, por meio de uma dissertação, um dos tópicos abaixo.
    - Entre liberalismo e socialismo, defendo...
    - Entre liberalismo e socialismo não defendo nenhum deles, mas sugiro...

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 22

Política contemporânea



YASSINE GAIDI/ANADOLU AGENCY/AFP

Participantes do Fórum Social Mundial de 2015, em Túnis (Tunísia).

Os principais objetivos deste capítulo são: identificar diversos tipos de liberalismo, compreender o contexto da teoria keynesiana, diferenciar o liberalismo de esquerda da social-democracia, caracterizar neoliberalismo, analisar a questão da desigualdade, identificar elementos da crise de representação política e refletir sobre desafios políticos da atualidade.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: liberalismo, Estado de bem-estar social, liberalismo de esquerda, neoliberalismo e representação política.

Pode-se propor aos alunos um debate sobre o que representam encontros como o Fórum Social Mundial. No século XXI, emergem e se fortalecem espaços de foro internacional criados com o intuito de promover a troca de experiências e ideais democráticos. Nesses espaços, a construção democrática de alianças permite o enfrentamento das estruturas organizativas e econômicas globais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O sociólogo Ruy Braga esclarece como se dá a organização do Fórum Social Mundial (FSM):

"A diversidade política dessas organizações somada à escala internacional de suas demandas fez com que a direção do FSM optasse pela forma organizativa de rede, evitando a adoção de um sistema mais hierarquizado de organização. A ideia de que o fórum seria um 'espaço aberto' dedicado tanto ao debate democrático de ideias quanto à elaboração de propostas dos movimentos da sociedade civil a fim de desafiar o neoliberalismo não apenas expressou a diversidade setorial e geográfica dos participantes, como também logrou orientar esses primeiros esforços de articulação do 'movimento dos movimentos'."
BRAGA, Ruy. Insurgência precária: o Fórum Social Mundial. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2015/11/09/insurgencia-precaria-o-forum-social-mundial/>. Acesso em 19 mar. 2016.

Com o pulsar das políticas econômicas contemporâneas, surgiu simultaneamente a necessidade de críticas e questionamentos que se concentrassem na análise de questões sociais. O Fórum Social Mundial (FSM), encontro anual organizado por diversos movimentos sociais ao redor do mundo, é um exemplo de momentos em que as nações se reúnem com o objetivo de discutir o ideário neoliberal e suas consequências danosas na dinâmica das sociedades. Em 2001, foi realizado na cidade de Porto Alegre (RS) o primeiro desses encontros, com o mote "Um outro mundo é possível". Na ocasião, redigiu-se uma Carta de Princípios, na qual constam as noções que norteiam os encontros, entre elas:

> 1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo [...].
>
> Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. Disponível em <https://fsm2015.org/pt-pt/carta-de-principios-do-forum-social-mundial>. Acesso em 10 mar. 2016.

Em março de 2015, foi a vez de Túnis – capital da Tunísia, um dos países que viveram a Primavera Árabe – sediar o evento. O tema abordado nesse fórum foi "Direitos e dignidade".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

1 Contexto histórico

O século XX assistiu ao confronto entre ideais de liberdade do Iluminismo e situações de extrema crueldade, como duas guerras mundiais, lançamento de bombas atômicas no Japão, horror de campos de extermínio de regimes totalitaristas, além de ditaduras em países sul-americanos. Atos terroristas das mais diversas orientações políticas e religiosas anteciparam outros incidentes igualmente graves que ocorreriam no início do século seguinte. A crescente globalização acelerou movimentos migratórios de países pobres em direção aos mais ricos, acirrando o sentimento de xenofobia. Enquanto antigos desafios permanecem em pauta, novos nos surpreendem, exigindo a reinvenção da democracia.

2 Liberalismo social

O ideal do Estado não intervencionista, que preconiza o mercado livre para sua autorregulação, constituiu a grande meta do liberalismo clássico, fundado pelos pensadores contratualistas do século XVII. Trata-se do Estado *minimalista*.

Vejamos como a teoria liberal assumiu posições diferentes por conta da inclinação ora para a defesa das liberdades, ora para a igualdade de oportunidades, conforme as circunstâncias das exigências econômicas, sociais e políticas.

No século XX, surgiram tendências como *liberalismo de esquerda*, *socialismo liberal* ou *liberal-socialismo*, o que pode parecer uma extravagância pela ambiguidade ao unir conceitos contraditórios, aparentemente inconciliáveis: o livre mercado e o controle estatal da economia.

De fato, extremas desigualdades sociais levaram alguns a admitir que a ênfase na economia livre deveria ser atenuada, a fim de ampliar a igualdade de oportunidades. A reformulação dos princípios do liberalismo decorreu de acontecimentos históricos como a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que marcou a década de 1930 pela depressão econômica: falências, desemprego e inflação geraram graves tensões sociais.

A crise do modelo capitalista desencadeou a experiência totalitária na Alemanha e na Itália, enquanto a Inglaterra e os Estados Unidos buscaram soluções diferentes que pudessem evitar tanto o perigo do nazismo como a tentação do comunismo. Novas medidas tomadas encaminharam o liberalismo para a tendência que podemos chamar de *liberalismo social* – teoria que revê o papel do Estado na economia.

Keynes: o Estado de bem-estar social

Desde o início do século XX, a Inglaterra implantava medidas assistenciais, como seguro nacional de saúde e sistema fiscal progressivo. No entanto, nas décadas de 1920 e 1930, o Estado interveio na produção e distribuição de bens, com forte tendência em direção ao *Welfare State* (Estado de bem-estar social), cuja base teórica foi oferecida pelo economista John Maynard Keynes. Nos anos 1940, já se admitia que qualquer cidadão teria direito a emprego, seguro contra invalidez e doença, proteção na velhice, licença-maternidade e aposentadoria, o que fez aumentar significativamente a rede de serviços sociais garantidos pelo Estado.

Nos Estados Unidos, ideias semelhantes orientaram o presidente Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) a elaborar o plano econômico conhecido como *New Deal* (Novo Acordo), que introduziu o dirigismo estatal durante a depressão da década de 1930. O governo concedeu crédito para empresas, interveio na agricultura, financiou a construção de grandes obras públicas para amenizar a alta taxa de desemprego e adotou procedimentos assistenciais de atendimento a trabalhadores.

As teorias keynesianas exerceram influência da década de 1930 até a de 1970, quando passaram a ser criticadas pela tendência neoliberal.

Quem é?



WALTER SANDERS/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

John Maynard Keynes. Foto da década de 1940.

John Maynard Keynes (1883-1946), economista e filósofo inglês, seguidor da tendência democrática de Stuart Mill (1806-1873), aliou eficiência econômica e liberdade individual, com enfoque em justiça social. Essa reviravolta representou um revisionismo econômico, por recusar o *laissez-faire* da economia clássica. Como crítico das teorias tradicionais do livre mercado – isto é, da chamada "mão invisível" –, propôs medidas de intervenção do Estado para garantir a regulação da economia, com investimentos para empresas e pleno emprego. O keynesianismo influenciou a implantação do *Welfare State*, que marcou a economia mundial após a crise de 1929 e a recuperação de países devastados pela Segunda Guerra Mundial.

Etimologia

Laissez-faire. Do francês, literalmente "deixem fazer", mote da não interferência do Estado na economia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



© THE GEORGE AND HELEN SEGAL FOUNDATION, SEGAL, GEORGE/AUTVIS, BRASIL, 2016. JAMES P. BLAIR/CORBIS/LATINSTOCK

Depressão no limite da subsistência (1999), obra de George Segal. Nessas esculturas feitas de bronze, homens em fila representam o sofrimento dos atingidos pela devastação econômica da Grande Depressão de 1929.

Bobbio: liberalismo de esquerda

Na Itália fascista – e contra ela – floresceram teorias que visavam desencadear movimentos de cunho popular (e não burguês) e de resgate de ideais socialistas, embora adaptadas ao liberalismo, daí o nome *liberalismo de esquerda*. Em vez de simplesmente se oporem ao marxismo, extraíam dele elementos positivos, repudiando, sobretudo, a concepção revolucionária de Marx. Trata-se de uma espécie de "terceira via", que recusa a tese de que liberalismo e socialismo seriam inconciliáveis, admitindo que a passagem de um para o outro poderia ser gradual e pacífica.

O liberalismo de esquerda foi responsável pela fundação do efêmero *Partito d'Azione* (Partido da Ação), em 1942, no qual o jurista e filósofo Norberto Bobbio (1909-2004) conciliou a atividade e a reflexão políticas. Militante político, participou de polêmicas em jornais e revistas, criticando a injustiça no mundo capitalista e o estado de não liberdade dos países em que foi implantado o socialismo real. Escreveu diversas obras, entre as quais se destacam: *Teoria geral da política*; *A era dos direitos*; *Qual socialismo?: discussão de uma alternativa*; *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*; *Liberalismo e democracia*.

Ao lado de outros teóricos, como John Rawls (1921-2002), Bobbio propôs o *neocontratualismo*, em que, diferentemente das antigas teorias, o pacto não se limita apenas à explicação da origem do Estado. Segundo esse pensamento, as forças sociais devem continuar agindo sem cessar, em processo renovado e constante.

O governo democrático seria, portanto, uma *policracia* (múltiplos poderes), isto é, o poder irradia-se pela sociedade civil, entendida como um conjunto de organizações não estatais na esfera das relações entre indivíduos e grupos. O Estado torna-se, então, ponto de encontro da diversidade e do embate de forças para concretizar o pacto social. Bobbio defende a democratização da vida social na sua totalidade, estendendo mecanismos de discussão e livre decisão para setores como trabalho, educação, lazer e vida doméstica.

3 Neoliberalismo

Teorias de intervenção estatal na economia deram sinais de desgaste em razão de frequentes dificuldades dos Estados em arcar com responsabilidades sociais assumidas. Desde a década de 1940, alguns teóricos, como o austríaco Friedrich von Hayek (1899-1992), defendiam o retorno às medidas do livre mercado. Antikeynesiano por excelência, Hayek acusava o Estado previdenciário de ser paternalista, criticando nele a "miragem da justiça social".

Para retomar o ideal do Estado minimalista, o neoliberalismo pretendia restringir a ação do Estado a policiamento, justiça e defesa nacional, o que, de acordo com os neoliberais, implicaria seu fortalecimento devido à redução dos pesados encargos sociais de outros setores.

Durante a década de 1980, Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente com o presidente Ronald Reagan (1911-2004) e a primeira-ministra Margaret Thatcher (1925-2013), representaram a nova onda neoliberal. No Brasil, no mesmo período, essa tendência confirmou-se com a privatização de instituições estatais e o fim da reserva de mercado, procedimento este que impedia a compra de produtos estrangeiros, com a intenção de garantir a produção nacional. Porém, entre nós, contraditoriamente, o processo esbarrava em outras medidas de nítida intervenção estatal, como sucessivos planos heterodoxos de controle da economia para conter a inflação.

Os liberais regozijaram-se com a derrocada do socialismo após a queda do muro de Berlim, em 1989, e contrapuseram ao fracasso da economia planejada do "socialismo real" o pretenso sucesso da economia de mercado. E o que é, afinal, o "capitalismo real"?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É importante reconhecer os enganos do socialismo real, mas também o fato de que o capitalismo não reflete apenas luzes. O lado sombrio fez parte de sua expansão: colonização da América do século XVI ao XVIII; imperialismo na África e na Ásia no século XIX; implantação de multinacionais nos países não desenvolvidos no século XX; acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) com países mais pobres, transformados em eternos devedores. Laços de dependência econômica sempre resultaram em recorrente dependência política. De fato, ao indicar os países mais ricos do mundo, não se conta sequer uma dezena entre as nações existentes.

Crise financeira mundial

Numa sociedade com injusta repartição de bens e desigualdade de renda, os contratos de trabalho deixam de ser tão livres quanto se espera em democracias, principalmente quando elevado número de pessoas sofre com desemprego, analfabetismo e baixos salários.

Exemplo desse desequilíbrio foi a crise financeira mundial de 2008, desencadeada pelo aquecimento do mercado imobiliário de agências financiadoras estadunidenses. Ações financeiras artificiais – porque sem lastro, sem garantia real – criaram um "castelo de cartas" fácil de desmoronar.

A crise extrapolou os limites dos Estados Unidos, afetando a economia mundial. Governos de diversos países precisaram intervir para nacionalizar bancos e injetar fortunas na economia. A Islândia, cuja economia foi uma das primeiras a ser atingida, passou de próspero país a nação à beira da falência. A crise ressoou na China, forçando o governo a investir fortunas para contornar o desemprego.

Medidas de austeridade impostas a diversos países atingidos pela crise colocaram em risco a União Europeia e a estabilidade do euro, fazendo com que Portugal, Espanha, Itália e Grécia, especialmente, enfrentassem dificuldades ampliadas por altos índices de desemprego. Nesses países, o drástico empobrecimento desencadeou protestos contra as severas medidas econômicas.

O capital no século XXI

Em 2014, o economista francês Thomas Piketty publicou a obra *O capital no século XXI*, que gerou grande polêmica devido à constatação da tendência de crescimento da fortuna dos ricos e de aumento da desigualdade, caso não sejam alteradas as bases da economia atual.

Embora Piketty reconhecesse as dificuldades de propor soluções para a desigualdade, uma das hipóteses sugeridas consiste na polêmica taxação dos mais ricos por meio de imposto progressivo. Ao se referir à pequena fatia de 1% dos mais ricos, o autor esclarece que ela não se restringe a proprietários, mas inclui altos executivos que destinam seus elevados salários a aplicações financeiras, valores antes voltados para a produção, o que impacta indústria e serviços. É a lógica perversa da riqueza produzindo riqueza pela atividade de rentistas.

Em visita ao Brasil, o economista francês confirmou sua crença no liberalismo e defendeu uma urgente mudança de rumo no sentido de controle mais democrático do capital – com procedimentos que ainda precisariam ser inventados. A situação social, econômica e política indica a necessidade de alterações para salvar a democracia, se considerarmos os postulados de liberdade e igualdade a ela inerentes.

Ele advertiu também que suas conclusões se apoiam nas constatações expostas em seu livro, mas reconheceu que daí para a frente não se trataria de determinismo, e sim de fazer escolhas certas. Uma das hipóteses sugeridas encontra-se na taxação dos mais ricos por meio de um imposto progressivo. E acrescentou:

> [...] a história da renda e da riqueza é sempre profundamente política, caótica e imprevisível. O modo como ela se desenrolará depende de como as diferentes sociedades encaram a desigualdade e que tipo de instituições e políticas públicas essas sociedades decidem adotar para remodelá-la e transformá-la. Ninguém pode saber como isso tudo há de evoluir nas próximas décadas. As lições do passado são, ainda assim, muito úteis, uma vez que nos ajudam a enxergar com mais clareza as escolhas com as quais talvez nos confrontemos no próximo século e o tipo de dinâmica que prevalecerá.
>
> PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 41.

Para alguns, porém, a exigência de regulação mais ativa do governo indicaria o fim da era neoliberal, com o fracasso do modelo do "Estado mínimo". Outros defendem que se tornou impossível voltar ao keynesianismo, por perceberem que o mundo mudou, exigindo transformações das estruturas econômicas e políticas da democracia. Que caminho poderemos tomar?

Rentista: aquele que vive de renda.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para saber mais

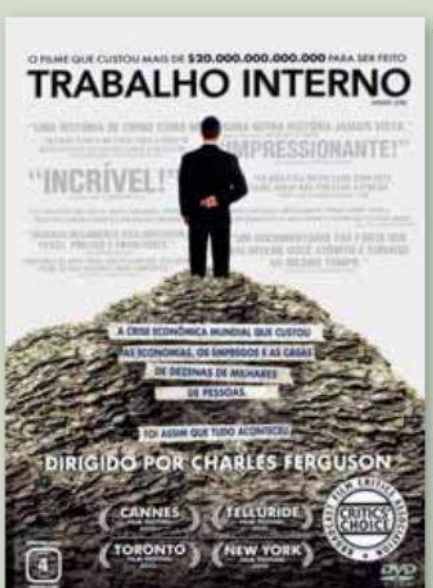
De acordo com o procurador da Fazenda Nacional, Heráclio Camargo, a Constituição brasileira de 1988 prevê o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que ainda não foi regulamentado. Sobre a falta de regulamentação, comenta:

.....

> [...] isso diz muito da dinâmica da sociedade brasileira. Como o poder econômico tem um peso grande na vida política, é difícil dissociarmos o sistema tributário que existe na prática da formação de nossa representação política. O que quero dizer é que aquela tradição patrimonialista e oligárquica à qual me referi é o que nos leva à representação política que perpetua esse sistema tributário disfuncional, porque regressivo.

CRUZ, Christian Carvalho. Quem tem medo de imposto? Entrevista com Heráclio Camargo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 abr. 2015. Caderno Aliás, p. E2.

.....



REPRODUÇÃO

Cartaz do documentário *Trabalho interno* (2010), do diretor Charles H. Ferguson.

O documentário *Trabalho interno*, de 2010, dirigido por Charles H. Ferguson, ganhou diversos prêmios, inclusive o Oscar do ano seguinte. Entrevistas com altos executivos da área financeira, acadêmicos de economia de universidades prestigiadas, jornalistas e declarações de políticos desde Reagan a Obama esclarecem os passos da eclosão da "bolha" que provocou a crise econômica de 2008 e sua repercussão mundial. O colapso financeiro, provocado por ganância e corrupção, fez com que milhões de pessoas perdessem moradia e emprego, afetando a saúde financeira de diversas nações.

4 Desafios da democracia contemporânea

Por que tantos detalhes sobre os últimos acontecimentos sociais, econômicos e políticos das duas primeiras décadas do século XXI? Por serem essenciais para entender a dimensão da crise que afeta a democracia contemporânea.

Sabe-se que o conceito de *crise* pressupõe aspectos negativos e positivos. Os primeiros dizem respeito à sensação de "desordem", pela qual somos impelidos a nos desacomodar de uma estrutura aceita até então. Por sua vez, uma crise também pode alertar para o nascimento de algo diferente, que se manifesta com aspectos que precisariam ser clarificados para a reinvenção de uma nova ordem. Neste capítulo, a intenção é destacar elementos sinalizadores da necessidade de mudança a fim de preservar a democracia.

Representação política

No século XVII, filósofos contratualistas, como Hobbes e Locke, contrapuseram-se à antiga ordem política aristocrática, apoiada no direito divino dos reis. Embora divergissem em vários aspectos, focavam em suas teorias o pacto social, a *legitimidade do poder* e as novas propostas de *representação política*.

Vale ressaltar que Rousseau, então no século XVIII, mesmo que preservasse algumas semelhanças com os demais contratualistas, recusou o modelo representativo e defendia a *soberania popular*, pela qual o povo não aliena a liberdade e o poder de legislar. A proposta, inexequível em sociedades civis populosas – diferentes de Genebra (Suíça), onde nasceu o filósofo –, tem reaparecido sob alguns aspectos, com leis que garantem projetos de democracia semidireta, mesmo que ainda precários, em virtude de restrições e do controle do poder central.

No século XVIII, Montesquieu contribuiu com diretrizes visando à separação dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, com a justa recomendação de sua independência; alertando para que, no caso de um dos Poderes extrapolar suas prerrogativas, ele pode ser freado pelos outros.

Patrimonialista: relativo ao patrimônio, conjunto de bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou empresa.

Oligárquico: relativo à oligarquia, regime político em que o poder é exercido por poucos, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A história nos revela que nem sempre isso foi possível, sobretudo em crises que culminaram na instauração de ditaduras e regimes totalitários nos quais o Poder Executivo se sobrepôs aos demais.

No entanto, têm surgido novas críticas à legitimidade do atual modelo de representação política. Trata-se de avaliações de âmbito internacional, não restritas apenas à realidade brasileira, que revelam a necessidade de *democratizar a democracia*: o que se observa é a demanda por maior participação popular.

Melhor dizendo, a crise atual é inerente à expressão "democracia representativa", que desde o início tentou conciliar dois conceitos conflituosos: *democracia* e *representação*. Pois, se entendermos democracia como governo do povo, a representação consiste na seleção de apenas alguns que governam, e os critérios para conceder o poder a "alguns" nem sempre têm sido os mais democráticos. Basta conferir a longa luta pela igualdade, perseguida dia após dia pelos excluídos, geralmente vistos como "inferiores", incapazes de assumir postos de poder.

A discrepância é revelada pelo exemplo do sufrágio universal: no início do Estado liberal, predominou o voto censitário, em que só votavam e podiam ser votados os que detinham posses. No mundo ocidental, muito lentamente ampliou-se o acesso ao voto, embora a inclusão de mulheres date apenas do século XX, e a conquista desse direito seja bem mais recente para analfabetos.

A esse respeito, o filósofo franco-argelino Jacques Rancière (1940) comenta:

> Essa ampliação significou historicamente duas coisas: conseguir que fosse reconhecida a qualidade de iguais e de sujeitos políticos àqueles que a lei do Estado repelia para a vida privada dos seres inferiores; conseguir que fosse reconhecido o caráter público de tipos de espaço e de relações que eram deixados à mercê do poder da riqueza. [...] Significou também lutas contra a lógica natural do sistema eleitoral, que transforma a representação em representação dos interesses dominantes e a eleição em dispositivo destinado ao consentimento.
>
> RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 73.

De acordo com Rancière, as conquistas graduais da igualdade sempre correram riscos de regressão, porque nossas democracias se baseiam em Estados que encontram meios de dominação oligárquica e isso se deve ao "ódio à democracia", ou seja, à recusa renitente de integrar os sempre considerados "inferiores". Isso nos faz lembrar de Platão, que desdenhava a democracia recém-nascida, embora sua proposta política escolhesse os melhores entre os mais sábios, e não entre os mais ricos.

Comunicação em rede

O que mudou no mundo contemporâneo e pede novas reflexões foi o recurso às redes sociais, esses poderosos instrumentos de mobilização. A "convocação" por via digital de grupos com ideologias diferentes consegue rapidamente reunir pessoas em locais específicos, para tornar públicas ideias e reivindicações. Assim comenta Pierre Lévy:

> A cibercultura surge como a solução parcial para os problemas da época anterior, mas constitui em si mesma um imenso campo de problemas e de conflitos para os quais nenhuma perspectiva de solução global já pode ser traçada claramente. As relações com o saber, o trabalho, o emprego, a moeda, a democracia e o Estado devem ser reinventadas, para citar apenas algumas das formas sociais mais brutalmente atingidas.
>
> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 246.

Desde 2011 constatamos exemplos clássicos de multidões reunidas em praça pública, seja em países do Norte da África dominados por longas tiranias, seja em Nova York e em grandes centros do mundo ocidental impactados pelos efeitos da crise financeira de 2008. No Brasil, as mobilizações começaram em junho de 2013, focadas no Movimento Passe Livre (MPL), que criticava o aumento de tarifas de transporte público. Outros movimentos surgiram com demandas específicas e, em 2015, assumiram caráter mais amplo, abrangendo a luta pela garantia de direitos sociais (educação, saúde, trabalho, moradia, segurança etc.), além de críticas à corrupção.

Se concordarmos que a democracia se encontra em constante repensar e em reinvenção, será preciso refletir sobre a voz das ruas. Até mesmo estimular a multiplicidade de manifestações, apesar das inúmeras dificuldades que esse desafio representa, já que a massa costuma ser heterogênea e carregar ideologias opostas, disputando o mesmo espaço muitas vezes com confronto, o que prejudica o debate de ideias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Corroborando as análises feitas até aqui, mas levantando outros aspectos, o professor Francisco Foot Hardman, do departamento de Teoria e História Literária da Unicamp, contrapõe o dinamismo das redes sociais ao sistema partidário burocrático e ultrapassado, incapaz de atender às reivindicações com presteza. Mas adverte sobre seu radicalismo, porque o "ambiente virtual produz um rebaixamento acentuado da educação pública – e este, por sua vez, provoca um afastamento da política. Essa facilidade de se apresentar e dizer algo é vendida como valor democrático, mas, sabidamente, não tem nada a ver com democracia". Quanto às mútuas agressões na mídia virtual, alerta que a "intolerância é a antessala da violência. E a violência é a negação da política".*

Destaca-se, nessa citação, não só a necessidade de reconhecer o fenômeno das redes sociais, contraposto à lentidão burocrática de representações partidárias, mas também o risco de disseminar ódio e preconceitos, o que impede o diálogo. E, quando se fala em violência, não se quer dizer apenas depredação do patrimônio e agressões físicas, mas a violência de palavras que humilham e desrespeitam o antagonista. O fenômeno da violência não se limita às discussões políticas na rede ou na rua; ele se faz sentir na discussão de outros temas em que prevalece a ausência de civilidade, virtude que não se restringe às "boas maneiras", mas principalmente à ética do respeito à dignidade.

Por sua vez, a desilusão com a política pode levar à negação da própria cidadania, quando se apela à "ordem autoritária", atitude que sinaliza um descaso ou o pouco conhecimento dos trágicos períodos de ditaduras sul-americanas e, na Europa, de totalitarismos de direita e de esquerda. Por isso, importa a ampla e universal educação para que se possa assumir a plena cidadania. Que venham, então, os cidadãos para as ruas, mas tragam consigo a memória histórica do seu país.

De acordo com estudiosos que analisam o contexto histórico e internacional da crise do neoliberalismo, tem ficado relativamente clara a necessidade de reformulação da *representação política*, sobretudo porque a era do capitalismo financeiro fortaleceu mais ainda a ligação entre dinheiro e poder. Entre os extremos do *laissez-faire* e do estatismo, devem existir fórmulas mais justas de fazer política.

A crise atual pode significar a exigência de alternativas, de novas estruturas políticas, sociais e econômicas que permitam a gestão dos patrimônios público e privado, de modo a impedir privilégios e a oferecer oportunidades de trabalho e de acesso aos bens produzidos pela sociedade de maneira mais justa.

Para saber mais

É comum e válido cidadãos indignarem-se com a corrupção, sem esquecerem que do outro lado sempre há o corruptor. Mas por que pouco se fala da *sonegação*, essa "irmã pobre" da corrupção? Talvez, por não despertar a mesma repulsa, até porque a sonegação é um tipo de crime que não conflita com os "costumes" aceitos no dia a dia. É o que ocorre quando alguém pergunta "Com nota ou sem?" e o cliente prefere "sem nota", pois o produto ou serviço ficaria mais barato; ou quando se justifica a compra de produtos "piratas" com a desculpa de que os originais estão "muito caros". Desse modo, tem início a aprendizagem e a aceitação tácita da sonegação de impostos, esquecendo-se de que esse tipo de ação é também roubo de dinheiro público.



Recruta zero (2015), tirinha dos cartunistas Greg e Mort Walker. Quem declina das próprias escolhas corre o risco de se submeter à vontade alheia.

* Entrevista de Francisco Foot Hardman para Sonia Racy. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar. 2015. Caderno 2, p. C2.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Explique qual foi a posição de Norberto Bobbio diante da questão *liberdade e igualdade no liberalismo*.
2. Sob que aspecto o keynesianismo contraria princípios do liberalismo?
3. Cite e explique algumas características do neoliberalismo.
4. O que foi a crise financeira mundial de 2008 e quais foram suas consequências?

Aplicando os conceitos

5. Leia a citação e a interprete do ponto de vista das mutações do capitalismo.

> Os anos [19]20 e [19]30 assinalam um grande passo para a constituição do *Welfare State*. A Primeira Guerra Mundial, como mais tarde a Segunda, permite experimentar a maciça intervenção do Estado, tanto na produção (indústria bélica) como na distribuição (gêneros alimentícios e sanitários). A grande crise de 1929, com as tensões sociais criadas pela inflação e pelo desemprego, provoca em todo o mundo ocidental forte aumento das despesas públicas para a sustentação de emprego e das condições de vida dos trabalhadores.
>
> REGONINI, Glória. Verbete Estado de bem-estar social. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1986. p. 419.

6. Com base na citação do filósofo Jacques Rancière, indique e comente um desafio à democracia.

> Não é o amor pela riqueza nem por qualquer bem que perverte a vontade, é a necessidade de pensar sob o signo da desigualdade. A esse respeito, Hobbes fez um poema mais atento do que o de Rousseau: o mal social não vem do primeiro que pensou em dizer "Isso me pertence"; ele vem do primeiro que pensou em dizer: "Não és igual a mim". A desigualdade não é a consequência de nada, ela é uma paixão primitiva; ou, mais exatamente, ela não tem outra causa, a não ser a igualdade. A paixão pela desigualdade é a vertigem da igualdade, a preguiça diante da enorme tarefa que ela requer, o medo diante de um ser racional que se respeita a si próprio. É mais fácil se comparar, estabelecer a troca social como um comércio de glória e de desprezo em que, a cada inferioridade que se confessa, recebe-se, em contrapartida, uma superioridade. Assim, a igualdade dos seres racionais vacila na desigualdade social.
>
> RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*: cinco lições sobre a emancipação intelectual. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 115-116.

7. Quais têm sido as vantagens e desvantagens para a democracia das discussões sobre política nas redes sociais?
8. Leia a citação do texto do filósofo francês Francis Wolff e analise a notícia de jornal a respeito do indígena Luciano Quezo, do ponto de vista de sua atuação política.

> Um povo sem memória histórica não tem verdadeiramente história, uma vez que não sabe agir sobre ela, da mesma forma um povo sem a consciência de um domínio próprio das coisas da cidade não pode agir politicamente, uma vez que não sabe que a política é aquilo que lhe pertence.
>
> WOLFF, Francis. *Aristóteles e a política*. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2001. p. 8.

A cada dia, o estudante Luciano Ariabo Quezo, 25, percebia que a língua portuguesa ocupava mais espaço na aldeia indígena onde nasceu, e "engolia" sua língua materna, o umutina-balatiponé. Preocupado com a situação, especialmente após a morte de um ancião – um dos poucos que só falava o idioma nativo –, ele resolveu escrever um livro [didático] bilíngue para tentar evitar o desaparecimento da língua de sua família. Quezo é natural de uma reserva na região de Barra do Bugres (MT), onde cerca de 600 pessoas falam o idioma. Aluno do último ano do curso de letras da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), em São Carlos, no interior paulista, [...] [seu] livro aborda as narrativas do povo, o artesanato, a história da comunidade e o corpo humano.

TOLEDO, Marcelo. Indígena escreve livro para evitar extinção da língua de sua aldeia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2015. Caderno Cotidiano, p. C4.

Dissertação

9. Leia o trecho selecionado e, em seguida, redija uma dissertação posicionando-se sobre as expectativas da política desde o século XVIII. Não deixe de considerar se as ocorrências do século XX e começo do século XXI oferecem motivos para pessimismo.

> Ao final do século XVIII, Kant deu uma resposta afirmativa à pergunta se "o gênero humano está em constante progresso em direção ao melhor". [...] Ao longo de todo o século XIX, os fautores do progresso consideraram que progresso científico, progresso social e progresso moral avançavam lado a lado ou, mais precisamente, que o progresso científico estava destinado a arrastar atrás de si tanto o progresso social quanto o progresso moral. Mas quando, neste século [XX], diante da explosão imprevista da Primeira Guerra Mundial e com a hecatombe sem precedentes que a ela se seguiu, a mesma ideia de progresso foi questionada e dela derivaram a depreciação, a derrisão e a dessacralização daquilo que agora é chamado depreciativamente "o mito do progresso", caímos, como sempre ocorre na reação a ideias recebidas, no excesso oposto.
>
> BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2000. p. 666.

Derrisão: riso zombeteiro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Colóquio

Duas visões sobre a representação política

Mais de três séculos separam o *Segundo tratado sobre o governo civil*, de John Locke, publicado em 1690, e a obra *Primeiro como tragédia, depois como farsa*, do filósofo esloveno Slavoj Žižek, lançada em 2009. O primeiro autor consagrou-se como um dos maiores defensores da representação político-parlamentar, desenvolvendo a teoria de que os homens, por meio do pacto pelo qual formam a sociedade civil, aceitam que um ou mais representantes façam as leis de acordo com o que expressa o poder supremo, que emanaria da própria comunidade. Žižek, por outro lado, defende que nas democracias o povo só tem a ilusão de ser representado pelos governantes, que legislam em interesse próprio. O que se entende como a "crise da democracia" seria a percepção, por parte do cidadão comum, de que o seu poder de decisão política é irrisório, o que provocaria tentativas de alterar essa situação.

Texto 1

O poder do legislador emana da sociedade

"O grande objetivo dos homens quando entram em sociedade é desfrutar de sua propriedade pacificamente e sem riscos, e o principal instrumento e os meios de que se servem são as leis estabelecidas nesta sociedade; a primeira lei positiva fundamental de todas as comunidades políticas é o estabelecimento do Poder Legislativo; como a primeira lei natural fundamental, que deve reger até mesmo o próprio Legislativo, é a preservação da sociedade e (na medida em que assim o autorize o poder público) de todas as pessoas que nela se encontram. O Legislativo não é o único poder supremo da comunidade social, mas ele permanece sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade um dia o colocou; nenhum edito, seja de quem for sua autoria, a forma como tenha sido concebido ou o poder que o subsidie, tem a força e a obrigação de uma lei, a menos que tenha sido sancionado pelo Poder Legislativo que o público escolheu e nomeou. Pois sem isso faltaria a esta lei aquilo que é absolutamente indispensável para que ela seja uma lei, ou seja, o consentimento da sociedade, acima do qual ninguém tem o poder de fazer leis; exceto por meio do seu próprio consentimento e pela autoridade que dele emana. Por isso, toda a obediência que pode ser exigida de alguém, mesmo em virtude dos vínculos mais solenes, termina afinal neste poder supremo e é dirigida por aquelas leis que ele adota; jamais um membro da sociedade, pelo efeito de um juramento que o ligaria a qualquer poder estrangeiro ou a qualquer poder subordinado na ordem interna, pode ser dispensado de sua obediência ao Legislativo e agir por sua própria conta; da mesma forma, também não é obrigado a qualquer obediência contrária às leis adotadas, ou que ultrapasse seus termos; seria ridículo imaginar que um poder que não é o poder supremo na sociedade possa se impor a quem quer que seja."

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 162-163.

Texto 2

A crise da representação

"Na democracia, cada cidadão comum é de fato um rei – mas um rei numa democracia constitucional, um monarca que decide apenas formalmente, cuja função é apenas assinar as medidas propostas pelo Governo Executivo. É por isso que o problema dos rituais democráticos é semelhante ao grande problema da monarquia constitucional: como proteger a dignidade do rei? Como manter a aparência de que o rei toma as decisões, quando todos sabemos que isso não é verdade? Trótsky estava certo então em sua crítica básica à democracia parlamentar: não é que ela dê poder demais às massas não instruídas, mas que, paradoxalmente, apassive as massas, deixando a iniciativa para o aparelho do poder estatal [...]. Por conseguinte, o que chamamos de 'crise da democracia' não ocorre quando os indivíduos deixam de acreditar em seu poder, mas, ao contrário, quando deixam de confiar nas elites, que supostamente sabem por eles e fornecem as diretrizes, quando vivenciam a angústia que acompanha o reconhecimento de que 'o (verdadeiro) trono está vazio', de que a decisão agora é *realmente* deles. É por isso que, nas 'eleições livres', há sempre um aspecto mínimo de boa educação: os que estão no poder fingem educadamente que não detêm de fato o poder e nos pedem para decidir livremente se queremos lhes dar o poder – num modo que imita a lógica do gesto feito para ser recusado."

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 114-115.

Questões

1. Por que, para Locke, nos regimes políticos representativos nenhum legislador poderia atuar sem o consentimento da sociedade?
2. Explique a afirmação de Žižek de que, na democracia, cada cidadão é um monarca que toma as decisões apenas formalmente.
3. Aponte a principal divergência entre os dois textos.

Filme Adeus, Lênin!

Dir.: Wolfgang Becker | **País:** Alemanha | **Ano:** 2003 | **Dur.:** 118 min

O enredo do filme se passa quando a Alemanha está prestes a se reunificar. Nesse período, uma das personagens fictícias, a sra. Kerner, moradora da Alemanha Oriental e grande defensora do regime comunista, entra em coma. Fica inconsciente durante oito meses, tempo suficiente para o país sofrer uma significativa mudança, com a implantação do capitalismo. Temendo a reação da mãe, cuja saúde está fragilizada, seu filho Alexander opta por esconder as transformações pelas quais o país passou nos últimos meses. Para isso, se utiliza de várias estratégias, como adulterar noticiários ou recuperar roupas e alimentos pré-unificação, para criar a impressão de que tudo continua como era antes. Nesse processo, acaba redescobrindo seu país e pensando naquilo que ele poderia ter sido e não foi.

Fique atento

- Aos símbolos que remetem ao capitalismo, muito presentes no filme, construindo uma atmosfera de país em transformação.
- À manipulação da história e da realidade que Alexander realiza para poupar sua mãe.
- Aos aspectos positivos e negativos da reunificação alemã, segundo a perspectiva do filme.

Analise e responda

1. Em certo momento, Alexander percebe que o país que criara para sua mãe tinha um tipo de socialismo sob o qual ele gostaria de ter vivido. Quais são, no entanto, os elementos do regime comunista criticados no filme e rejeitados pelo personagem?
2. Como o filme retrata o capitalismo? De forma elogiosa ou crítica? Explique.

Documentário Junho – o mês que abalou o Brasil

Dir.: João Wainer | **País:** Brasil | **Ano:** 2014 | **Dur.:** 72 min

O documentário *Junho – o mês que abalou o Brasil* aborda as manifestações que se alastraram pelo Brasil durante o mês de junho de 2013. Traz coberturas jornalísticas, entrevistas com membros dos movimentos sociais que participaram das manifestações, bem como análises de filósofos, sociólogos e jornalistas sobre o grande movimento que tomou as ruas, na tentativa de esclarecê-lo ou de simplesmente refletir sobre suas causas e seus significados.

Fique atento

- À diversidade de opiniões e interpretações que as manifestações suscitam.
- Aos discursos, também bastante diversos, dos cidadãos que foram às ruas para se manifestar.
- À imagem que o documentário cria dos políticos.

Analise e responda

1. No documentário, uma das teorias elaboradas pelos especialistas para explicar o grande fluxo de pessoas nas manifestações seria a crise da representatividade política. Do que se trata essa crise? Você concorda que ela exista?
2. Outro tema que o documentário aborda é o papel das redes sociais nas manifestações. Comente sobre o potencial político dessas novas mídias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE VI

Filosofia das ciências

As filosofias antigas morreram lenta e relutantemente durante a Renascença. À medida que Copérnico, Tycho e Kepler gradualmente provaram que as teorias de Aristóteles e Ptolomeu sobre o Universo estavam erradas, as pessoas perceberam que a Terra não é o centro do Universo e que ela se move ao redor do Sol. Mas as forças da razão defrontaram-se com as forças da política e do poder – desafiar os ensinamentos rigorosamente aristotélicos da Igreja Católica Romana custou a Giordano Bruno a vida, e a Galileu, a liberdade.

BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 27.



Capítulos

23 **Ciência, tecnologia e valores**, 300

24 **Ciência antiga e medieval**, 308

25 **Revolução Científica e método das ciências naturais**, 317

26 **O nascimento das ciências humanas**, 335

A condenação de Galileu Galilei (1564-1642) pela Inquisição Católica ocorreu em 1633. Isaac Newton (1642-1727) tornou-se cavaleiro do Reino Unido em 1705, recebendo da rainha Ana o título de *sir*. Festejado como o mais célebre cientista de sua época, foi enterrado com honrarias na Abadia de Westminster em 1727. Esses fatos mostram a rapidez com que a ciência moderna conquistou reconhecimento.

Daí em diante, a ciência tornou-se cada vez mais importante, sobretudo pelos resultados fantásticos alcançados com sua aplicação na tecnologia. Estaria, no entanto, a ciência livre das injunções do poder, sejam elas religiosas, econômicas ou políticas? Essas questões permeiam o debate entre *ciência* e *filosofia* que estabelecemos nesta unidade.

Questões

1. Segundo a charge, que relação pode existir entre poder e conhecimento?
2. Na sua opinião, atualmente, a produção do conhecimento científico pode estar submetida a algum poder? Justifique sua resposta.



JEF MALLETT © 2009 JEF MALLETT/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

Frazz (2009), tirinha de Jef Mallett.

CAPÍTULO 23

Ciência, tecnologia e valores



REPRODUÇÃO – GALERIA TATE, LONDRES

As irmãs Cholmondeley (c. 1610), pintura de autoria desconhecida.

Os principais objetivos deste capítulo são: distinguir senso comum e ciência; caracterizar método científico; compreender a importância da comunidade científica; identificar valores relacionados à ciência; e analisar a responsabilidade social do cientista.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: ciência; senso comum; método científico; comunidade científica; valores cognitivos, éticos e políticos; e responsabilidade social.

Essa pintura inglesa do século XVII, de autor desconhecido, traz em seu canto inferior esquerdo a curiosa inscrição: "Duas irmãs da família Cholmondeley que nasceram no mesmo dia, se casaram no mesmo dia e tiveram filho no mesmo dia".

Apesar da distância no tempo, a obra que retrata as irmãs gêmeas não idênticas (os olhos não são da mesma cor e há pequenas diferenças nas feições) possibilita refletir sobre diferenças ou semelhanças genéticas, remetendo a temas atuais relacionados à existência humana.

Hoje, existem vários organismos geneticamente modificados, como algumas variedades de vegetais resistentes a pragas ou que permitem colheitas maiores, uma linhagem de porcos (chamados de P33) que podem vir a fornecer tecidos para transplantes em humanos, cabras que produzem leite com proteína antimicrobiana e uma grande variedade de organismos que fornecem hormônios, enzimas e outras substâncias para experiências biomédicas.

Qual é o limite para experiências como essas? Quais serão as consequências evolutivas de manipulações? Quais são os riscos das experiências para a vida humana? Questões como essas impõem a necessidade de uma revisão de valores, principalmente os éticos.

Propomos o debate de uma das fundamentais questões bioéticas: autorizar a manipulação genética de embriões humanos pode levar à eugenia? Para enriquecer a discussão, vale apresentar aspectos da Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1997.

"[...] Artigo 2
a) A todo indivíduo é devido respeito à sua dignidade e aos seus direitos, independentemente de suas características genéticas.
b) Esta dignidade torna imperativa a não redução dos indivíduos às suas características genéticas e ao respeito à sua singularidade e diversidade. [...]
Artigo 4
O genoma humano em seu estado natural não deve ser objeto de transações financeiras. [...]
Artigo 6
Nenhum indivíduo deve ser submetido a discriminação com base em características genéticas, que vise violar ou que tenha como efeito a violação de direitos humanos, de liberdades fundamentais e da dignidade humana."
Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf>. Acesso em 28 mar. 2016.

1 Que caminho devo tomar?

Lewis Carroll (1832-1898) era professor de matemática na Universidade de Oxford quando escreveu *Alice no País das Maravilhas*. A seguir, a transcrição do diálogo entre Alice e o Gato Cheshire, personagens da obra.

.....

— Gato Cheshire... quer fazer o favor de me dizer qual é o caminho que eu devo tomar?

— Isso depende muito do lugar para onde você quer ir — disse o Gato.

— Não me interessa muito para onde... — disse Alice.

— Não tem importância então o caminho que você tomar — disse o Gato.

— ... contanto que eu chegue a algum lugar — acrescentou Alice como uma explicação.

— Ah, disso pode ter certeza — disse o Gato — desde que caminhe bastante.

In: DUBOS, René. *O despertar da razão*. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1972. p. 165.

.....

O trecho acima foi selecionado pelo professor de medicina ambiental René Dubos. Veja seu comentário ao relacioná-lo com pesquisas científicas:

.....

A resposta do Gato tem sido frequentemente citada para exprimir a opinião de que os cientistas não sabem para onde o conhecimento está levando a humanidade e, além disso, não se importam muito. Diz-se que a ciência não pode oferecer objetivos sociais porque os seus valores são intelectuais e não éticos. [...] Mas é provável que a ciência possa contribuir para formular valores e, assim, estabelecer objetivos, tornando o homem mais consciente das consequências de seus atos. A necessidade de conhecimento das consequências, no ato de tomar decisões, está implícita na observação do Gato de que Alice chegaria certamente a algum lugar se caminhasse bastante. Desde que esse algum lugar poderia revelar-se bem indesejável, é melhor fazer escolhas conscientes do lugar para onde se quer ir.

Idem, ibidem.

.....

Com base nesses textos, iniciamos o capítulo concordando com a interpretação de Dubos: a ciência não é um saber neutro, desinteressado, puramente intelectual e à margem do questionamento social e político acerca dos fins de suas pesquisas.

2 Senso comum

O senso comum é o conhecimento que nos situa no cotidiano para compreendê-lo e agir sobre ele. Mais propriamente, trata-se de um conjunto de crenças, já que quase sempre se constitui pela tradição, de modo espontâneo e não crítico. Em diversas situações, a ciência precisou se posicionar contra o que parecia evidente; por exemplo, a convicção da imobilidade da Terra e do movimento do Sol em torno dela.

No entanto, não há como desprezar esse conhecimento tão universal que é o senso comum, por representar também o esforço para resolver problemas do dia a dia, buscando soluções muitas vezes bastante criativas. Tampouco desconsiderar o grande volume de saberes já construídos ao longo da história humana e cuja aplicação mostrou-se fecunda.

De fato, antes de a física ser incorporada ao método científico inaugurado no século XVII, diversos povos já sabiam como flutuar embarcações, construir palácios, aquedutos, sistemas de irrigação etc. Antes de nascer a biologia como ciência, os médicos já identificavam inúmeras doenças e seu tratamento. Antes do surgimento da química, oficinas de metalurgia e de tingimento aperfeiçoavam suas técnicas.



Calvin e Haroldo (1986), de Bill Watterson. Mesmo que a investigação científica tenha contribuições a dar para a gastronomia, no cotidiano basta a experiência proporcionada pelo senso comum, o que Calvin aparentemente não tem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Distinção entre senso comum e ciência

Por que esses exemplos ainda não constituíam *conhecimento científico*, pelo menos no sentido que passamos a entendê-lo desde o século XVII? Vejamos algumas diferenças entre *senso comum* e *ciência*, de acordo com a especificidade de cada um desses conhecimentos.[1]

Particular/geral

O conhecimento proporcionado pelo senso comum é *particular* por se restringir a pequenas amostras da realidade, que servem de base a generalizações muitas vezes apressadas e imprecisas. Os dados observados costumam ser selecionados de maneira pouco rigorosa, de modo que seja atribuído a todos os objetos o que vale para um deles ou para um grupo insuficiente de objetos observados.

As leis científicas, porém, são *gerais* no sentido de valer para todos os casos que se assemelham aos casos observados, o que é possível porque as explicações da ciência são *sistemáticas* e *controláveis pela experiência*, permitindo alcançar conclusões gerais.

Afirmações como "O peso de qualquer objeto depende do campo de gravitação" ou "A cor de um objeto depende da luz que ele reflete" ou, ainda, "A água é uma substância composta de hidrogênio e oxigênio" são válidas para todos os corpos, todos os objetos coloridos ou para qualquer porção de água, e não apenas para aqueles que foram objeto da experiência.

Fragmentário/unificador

O conhecimento espontâneo é *fragmentário*, pois nem sempre reconhece conexões em situações em que elas poderiam ser verificadas. Por exemplo, pelo senso comum não é possível perceber qualquer relação entre o orvalho da noite e o "suor" que aparece na garrafa retirada da geladeira; nem entre a combustão e a respiração, que é uma forma de combustão discreta relacionada à queima dos alimentos no processo digestivo para obter energia.

Já o conhecimento científico é *unificador*, por possibilitar conexões, às vezes de modo bastante abrangente, como ocorreu com Isaac Newton. Segundo relatos, Newton teria intuído a lei da gravitação universal ao associar a queda de uma maçã à "queda" da Lua. Ou seja, a Lua não cai sobre a Terra porque está a uma distância em que sofre atração terrestre, mas não o suficiente para cair sobre ela: se por acaso se aproximasse um pouco mais, haveria de cair. Essa é uma maneira simples de explicar o caráter unificador da teoria da gravitação universal, que nos permite associar fenômenos aparentemente tão díspares como o movimento da Lua, as marés e a trajetória de projéteis.

Subjetivo/objetivo

O senso comum é frequentemente *subjetivo*, porque depende do ponto de vista individual e pessoal, pois pode ser condicionado por sentimentos ou afirmações arbitrárias. Por exemplo, a dificuldade em reconhecer o valor profissional de alguém que nos inspire antipatia. Ao observar o comportamento de povos com costumes diferentes dos nossos, tendemos a julgá-los com base em nossos valores e considerá-los estranhos, ignorantes ou até desagradáveis.

Já o mundo construído pela ciência aspira à objetividade. Chama-se *objetivo* o conhecimento imparcial, que independe de preferências individuais e permite confronto com pontos de vista de outros especialistas. Suas conclusões podem ser testadas e confirmadas por qualquer outro membro competente da comunidade científica.

Ambiguidade/rigor

Para ser objetiva, a ciência dispõe de uma *linguagem rigorosa* cujos conceitos são definidos para evitar *ambiguidades*, tornando-se cada vez mais precisa à medida que utiliza a matemática para transformar qualidades em quantidades.

A "matematização" da ciência adquiriu grande importância no método de Galileu. Ao estabelecer a lei da queda dos corpos, Galileu mediu o espaço percorrido e o tempo que um corpo leva para descer um plano inclinado e, ao final das observações, registrou a lei numa formulação matemática. Instrumentos de medida, como balança, termômetro, dinamômetro, telescópio etc., também permitem ao cientista ultrapassar a percepção imediata, imprecisa e subjetiva da realidade. É bem verdade que as ciências humanas não dispõem de igual rigor, porque o componente qualitativo de seus objetos não pode ser reduzido à quantidade.[2]

Diferentemente do senso comum, as explicações científicas são formuladas em enunciados *gerais*, alcançados pelo exame de diferenças e semelhanças das propriedades dos fenômenos, de modo que um pequeno número de princípios explicativos possa *unificar* um grande número de fatos. É assim que a ciência se constrói de maneira mais *objetiva* e *rigorosa*.

[1] Adaptado de NAGEL, Ernest. *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires: Paidós, 1978. p. 15-26.

[2] Consultar o capítulo 26, "O nascimento das ciências humanas".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Método científico

O conhecimento científico é conquista recente da humanidade, datando de cerca de 400 anos. Na Antiguidade grega, ciência e filosofia achavam-se ainda vinculadas e se separaram apenas no século XVII, com a Revolução Científica iniciada por Galileu.

A ciência moderna nasceu ao determinar seu objeto específico de investigação com métodos confiáveis, capazes de estabelecer melhor controle desse conhecimento. O rigor dos métodos científicos demarca um conhecimento sistemático, preciso e objetivo que permite a descoberta de relações universais entre os fenômenos, a previsão de acontecimentos e também a ação transformadora sobre a natureza de maneira mais segura e previsível.

Desde a modernidade, as ciências vêm-se multiplicando na busca do próprio caminho, ou seja, seu método. Cada ciência tornou-se uma ciência particular ao delimitar seu campo de pesquisa e estabelecer procedimentos específicos restritos a setores distintos da realidade: a física trata do movimento dos corpos; a química, da sua transformação; a biologia, do ser vivo. Desde o século XX, constituíram-se ciências híbridas, como bioquímica, biofísica, mecatrônica, a fim de resolver problemas que exigem, ao mesmo tempo, o concurso de mais de uma ciência.[3]



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

Julgamento de Galileu (1633), pintura de autor desconhecido. A pintura retrata o julgamento de Galileu Galilei pelo Tribunal do Santo Ofício em Roma, no início do século XVII. Galileu foi obrigado pela Igreja Católica a renegar a teoria heliocêntrica. Reza a lenda, porém, que ele teria murmurado, referindo-se à Terra: "*E pur, si muove!*" ("E, no entanto, ela se move!").

[3] Consultar o capítulo 25, "Revolução científica e método das ciências naturais", no qual são analisadas as características do método das ciências da natureza.

4 Comunidade científica

Uma comunidade científica pode ser entendida como o conjunto dos indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como possuidores de conhecimentos específicos na área da investigação científica. Membros dessa comunidade avaliam-se reciprocamente a respeito dos resultados de suas pesquisas, utilizando diversos canais de comunicação, como congressos, revistas especializadas, conferências e sociedades científicas.

Não faz tanto tempo que as grandes realizações científicas eram fruto de gênios individuais, mas atualmente a ciência resulta de trabalho em equipe, o que é relevante para estabelecer e alterar o método científico e a produção da ciência.

É nesse sentido que o filósofo belga Gérard Fourez (1937) comenta:

> Afinal, um laboratório terá uma boa *performance* tanto por seu pessoal ser bem organizado e ter acesso a aparelhos precisos como por raciocinar corretamente. A fim de produzir resultados científicos, é preciso também possuir recursos, acesso às revistas, às bibliotecas, a congressos etc. É preciso também que, nas unidades de pesquisa, a comunicação, o diálogo e a crítica circulem. O método de produção da ciência passa, portanto, pelos processos sociais que permitem a constituição de equipes estáveis e eficazes; subsídios, contratos, alianças sociopolíticas, gestão de equipes etc. Mais uma vez, a ciência aparece como um processo humano, feito por humanos, para humanos e com humanos.
>
> FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 94-95.

Mesmo assim, não é possível considerar essas conclusões como indubitáveis. É preciso superar a falsa ideia de conhecimento científico como "certo" e "infalível", pois há muito de construção nos modelos científicos. Às vezes, até teorias incompatíveis entre si podem ser aceitas; por exemplo, tanto a teoria corpuscular como a teoria ondulatória permaneceram válidas por explicar aspectos diferentes do fenômeno luminoso. Além disso, a ciência encontra-se em constante evolução, e suas teorias são, de certo modo, provisórias, ainda que comprovadas com recursos de que dispõem até o momento.

Participar de uma comunidade científica, no entanto, não significa que a aceitação de qualquer teoria pela maioria exija adesão sem crítica dos demais. Assim justifica o filósofo e cientista anglo-polonês Jacob Bronowski (1908-1974):

Independência e originalidade, discordância, liberdade e tolerância: tais são os primeiros requisitos da ciência, e estes são os valores que, de si própria, exige e forma.

A sociedade de cientistas deve ser uma democracia. Apenas se pode manter viva e crescer por uma tensão constante entre a dissidência e o respeito; entre a independência das opiniões dos outros e a tolerância para com elas. O ponto fundamental do problema ético é fundir as necessidades particulares e públicas.

BRONOWSKI, Jacob. *Ciência e valores humanos*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1979. p. 68.



DAN KITWOOD/CANCER RESEARCH UK/GETTY IMAGES

Dois dos pesquisadores que estão entre os mais de 4 mil cientistas, médicos e enfermeiros envolvidos em estudo sobre o câncer na Universidade de Cambridge (Reino Unido), 2014. Desde Arquimedes, a ciência foi um trabalho para inventores e gênios solitários, mas atualmente ela é realizada por equipes de grandes laboratórios, financiados por empresas multinacionais, universidades e governos.

5 Ciência e valores

Que valores são importantes na atividade científica? Em primeiro lugar, a ciência visa ao valor cognitivo, isto é, o cientista quer conhecer, sem ter em vista, inicialmente, a aplicação prática do conhecimento. No entanto, veremos que o trabalho científico envolve, além de aspectos cognitivos, valores éticos e políticos.

Valores cognitivos

Examinaremos inicialmente três características que garantem o valor cognitivo da ciência: imparcialidade, autonomia e neutralidade.

Imparcialidade

A *imparcialidade* consiste em aceitar como científicas apenas teorias que passaram pelo crivo de rigorosos padrões de avaliação. O método utilizado deve ser explicitado e a série de dados empíricos que sustentam a conclusão pode ser verificada por qualquer membro da comunidade científica.

Já ocorreram situações de fraude em que, por diversas circunstâncias, não houve condições de a teoria ser desmascarada. Um exemplo de parcialidade mal-intencionada foi a "descoberta" de um crânio e de uma mandíbula em 1911, na Inglaterra, atribuídos a um ancestral hominídeo. O arqueólogo Charles Dawson (1864-1916) juntou um crânio humano relativamente recente à mandíbula de um símio, escureceu as peças e limou os dentes. Apenas quarenta anos depois, por meio de novas técnicas de datação, foi constatada a fraude. Não se sabem os motivos da parcialidade do arqueólogo, que certamente feriu normas éticas, mas seu interesse não foi cognitivo, ou seja, não visava conhecer a realidade como tal.

Autonomia

A *autonomia* depende da possibilidade de independência das investigações. Conforme seria preferível, instituições científicas deveriam estar livres de pressões externas para definir agendas voltadas para a produção de teorias imparciais e neutras.

Exemplo de perda de autonomia foi o caso de Galileu, julgado e condenado pela Inquisição por ter levantado a hipótese heliocêntrica, em oposição ao geocentrismo vigente. Na primeira metade do século XX, na então União Soviética, Joseph Stálin (1879-1953) apoiou Trofim Lysenko (1898-1976), biólogo que contraditava as leis de Gregor Mendel (1822-1884), que até hoje é considerado o "pai" da genética. Por questões ideológicas, cientistas mendelianos soviéticos foram perseguidos e presos, um tipo de censura política à liberdade e à autonomia de cientistas.

Neutralidade

O conhecimento científico é *neutro* porque, em tese, não deve atender a nenhum outro valor além do cognitivo. No processo de investigação propriamente dito, as convicções pessoais no campo da moral e da política não deveriam interferir no andamento do processo e nas conclusões científicas. Ou seja, aspectos como nacionalidade, etnia, religião e classe social dos cientistas são irrelevantes para que se alcance a verdade científica. No entanto, quando um desses fatores interfere na pesquisa, isso resulta em prejuízo à ciência, por fazê-la perder a objetividade ao dar maior peso a fatores subjetivos e extrínsecos à investigação, como interesses econômicos, políticos, religiosos etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Valores éticos e políticos

O conhecimento científico precisa ser neutro, além de imparcial e autônomo, a fim de garantir racionalidade e objetividade nas observações e pesquisas. No entanto, sob outros aspectos, a neutralidade científica pode tornar-se uma ilusão. Não se trata de incoerência, mas do reconhecimento de que o poder da ciência e da tecnologia é ambíguo, já que pode estar a serviço do conjunto da humanidade ou restrito a apenas parte dela. Portanto, toda atividade técnica e científica deve indagar quais são os fins que orientam os meios utilizados, o que exige reflexões de caráter moral e político.

Exemplos disso são as altas cifras destinadas a pesquisas que dependem de apoio financeiro de instituições públicas e privadas, interessadas em subvencionar trabalhos que as beneficiem, nem sempre focados na saúde e no bem-estar da maioria das pessoas. É o caso da "indústria da guerra", que, há muito, alimenta a corrida armamentista e exige constante avanço científico e tecnológico.

Com base em sucesso obtido com a aplicação de experiências e técnicas científicas em animais, possibilidades de clonagem de seres humanos também têm sido objeto de debates acalorados. Por sua vez, o temor de que cientistas se encaminhem para a clonagem humana tem desviado importantes discussões a respeito de pesquisas com células-tronco que não dependem do embrião propriamente dito, mas da medula óssea ou do cordão umbilical. As vantagens das novas pesquisas estariam na prevenção e na cura de diversas doenças.

Em resumo, procedimentos metodológicos da ciência tendem a ser neutros quando têm em vista apenas a racionalidade científica, mas não em relação aos fins que orientam as pesquisas nem quanto aos objetivos a que se destinam suas descobertas. Estas últimas colocam em questão debates éticos e políticos, que devem ser realizados pelos cientistas.

Para refletir

Com seu colega, discuta por que um arquiteto precisa estar atento a questões éticas e políticas, além do conhecimento técnico. Acrescente algum fato que ilustre a argumentação.

6 Responsabilidade social do cientista

Pelo que vimos, a ciência não se resume à neutralidade da procura do "saber pelo saber", porque se encontra permeada por indagações éticas e políticas, o que se configura pela responsabilidade social da qual o cientista não pode abdicar.

Essas constatações nos obrigam a refletir sobre a formação do cientista, que não se restringe ao aprendizado de conteúdos, metodologias e práticas de pesquisa. Mais do que isso, o futuro cientista adquire condições de examinar pressupostos de seu conhecimento e de sua atividade quando se descobre como pertencente a uma comunidade e capaz de identificar valores subjacentes à sua prática.

O papel da filosofia com relação à ciência e suas aplicações encontra-se na investigação dos *fins* e das *prioridades* a que a ciência se propõe, na análise das condições em que se realizam as pesquisas e nas consequências do uso das técnicas.



CHRIS MCGRATH/GETTY IMAGES

A construção iluminada nessa foto foi a única que restou de pé em Hiroshima (Japão) após a explosão da bomba atômica lançada pelos Estados Unidos em agosto de 1945. Mantida no mesmo estado, hoje faz parte do Memorial da Paz e é símbolo de apelo ao fim das armas nucleares e para que ninguém se esqueça de atos bárbaros praticados por nações civilizadas. Em frente, a população acende lanternas de papel flutuantes com mensagens de paz para lembrar o lançamento da bomba. Essa triste lembrança nos faz pensar na importância da reflexão ética sobre os fins para os quais usamos a tecnologia, o fruto ambíguo da ciência contemporânea.

Cerimônia em frente ao Memorial da Paz, em Hiroshima (Japão), lembra as vítimas da bomba atômica. Foto de 2015.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

O porquê da filosofia em um programa de ciências

"'Por que dar um lugar à filosofia na formação dos cientistas?'. Poderíamos perguntar também: 'Por que um curso de informática para um químico?', ou: 'Por que um curso de ciências naturais para um matemático?'. A essas questões não existe uma resposta científica: a resposta é do âmbito de uma *política* universitária. Impõem-se matérias em um programa porque 'se' (ou seja, aqueles que têm o poder de impor programas) considera que essas matérias são necessárias seja para o bem do estudante, seja para o bem da sociedade; trata-se sempre do 'bem' do modo como os organizadores das formações o representam, de acordo com seus projetos e interesses próprios.

Em certos países, o legislador pensou que um universitário diplomado não pode ser pura e simplesmente identificado como um puro técnico. Considerou que os universitários, já que a sociedade lhes dará um certo poder, devem também ser capazes de examinar com certo rigor questões que não sejam concernentes à sua técnica específica. Trata-se de uma escolha política e ética, no sentido de que aqueles que a fizeram julgaram que seria irresponsável formar 'cientistas' sem lhes dar uma certa formação nesse domínio humano (isso nos remete ao fato de que a universidade não forma 'matemáticos', 'físicos', 'químicos' etc., de maneira abstrata, mas seres humanos que cumprirão um certo número de funções sociais, as quais os levarão a assumir responsabilidades).

Sem dúvida, também, além do interesse para a sociedade em ter cientistas capazes de refletir, alguns políticos da universidade consideraram que não seria 'ético' submeter pessoas jovens ao condicionamento que é uma formação científica sem lhes dar uma espécie de antídoto pelo viés das ciências humanas (dizer que consideramos que algo não é 'ético' equivale a dizer que não gostaríamos de um mundo onde essa coisa acontecesse).

A propósito dessas decisões políticas, assinalamos um fato empírico. Pesquisas mostraram (Holton, 1978) que, em nossa sociedade, há mais estudantes que se pretendem 'apolíticos', ou não interessados pelas questões que fujam ao campo de suas técnicas entre aqueles que se destinam às ciências, do que entre aqueles que escolhem outras áreas. Os que escolhem a ciência prefeririam ser menos implicados nas questões relativas à sociedade. Pode-se perguntar por quê? Talvez porque facilmente podemos imaginar os cientistas em uma espécie de torre de marfim!

De qualquer modo, a 'política' desta obra é constituir um contrapeso a essa tendência, propondo uma abordagem filosófica. Nasceu junto a uma decisão de política universitária inserindo no programa um curso de filosofia e outros cursos de formação humana. Esta prática de 'contrapeso' existe também, aliás, no interior das próprias disciplinas científicas. Desse modo, recusar-se-á a formar um físico teórico sem lhe dar ao menos alguns exercícios de laboratório; é igualmente uma decisão de política universitária. As decisões no campo da política universitária que elaboram os programas são sempre um agregado de compromissos tentando responder ao que diferentes grupos, muitas vezes opostos por suas concepções e/ou interesses, consideram 'bom' para aqueles que seguem a formação e/ou para a sociedade... e também – ainda que isso seja muitas vezes dissimulado – para os seus próprios interesses."

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 25-27.

Questões

1. Explique sob que aspecto o filósofo belga Gérard Fourez reconhece a importância do estudo de filosofia em cursos de formação científica.
2. Explique por que para o cientista, ao se perguntar sobre "O que é ciência?" ou "Qual é a importância da ciência?", sua resposta certamente não será científica, mas filosófica.
3. Escolha uma profissão que exija conhecimentos científicos. Depois, em grupo, discutam que temas filosóficos de natureza ética e política seriam importantes para a formação desses profissionais. Por exemplo, médico, advogado, agrônomo, economista, administrador de empresas etc.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Faça um quadro comparando as características do *senso comum* e as do *conhecimento científico*.
2. Explique o que significa *objetividade científica*. Em seguida, dê exemplos com base em seus próprios estudos de diversas ciências.
3. Qual é a importância do método científico?
4. Quais são o papel e a importância da comunidade científica?
5. Estabeleça a distinção entre valores cognitivos, éticos e políticos na ciência.

Aplicando os conceitos

6. Leia o texto e atenda às questões.

A ciência [...] procura remover tudo o que for único no cientista, individualmente considerado: recordações, emoções e sentimentos estéticos despertados pelas disposições de átomos, as cores e os hábitos de pássaros, ou a imensidão da Via Láctea [...]. Poentes e cascatas são descritos em termos de frequências de raios luminosos, coeficientes de refração e forças gravitacionais ou hidrodinâmicas. Evidentemente, essa descrição, por mais elucidativa que seja, não é uma explicação completa daquilo que realmente experienciamos.

KNELLER, George. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 149.

a) Com base na citação de George Kneller, identifique as vantagens e as limitações da ciência em relação a outros tipos de conhecimento.
b) Identifique no texto os elementos que indicam o caráter objetivo da ciência.

7. Identifique, na citação a seguir, as características da pesquisa científica contemporânea.

A descoberta [da molécula do DNA, em 1953] de [Francis] Crick e [James] Watson foi o ponto culminante de oitenta anos de pesquisas realizadas por numerosos cientistas. Durante seu trabalho conjunto de dezoito meses, Crick e Watson avançaram por trinta ou quarenta etapas discerníveis, umas bem-sucedidas, outras malogradas, no caminho para a solução decisiva, cada etapa derivando ou dependendo de um fato ou teoria científica existente, e cada qual atribuível a um predecessor ou contemporâneo – pessoas como Bragg, Chargaff, Pauling, Donohue, Wilkins e Franklin.

BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 373.

8. Leia a citação e responda às questões.

Aqueles que pensam que a ciência é neutra do ponto de vista ético, confundem as descobertas da ciência, que o são, com a atividade da ciência, que o não é.

BRONOWSKI, Jacob. *Ciência e valores humanos*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1979. p. 69.

a) Reescreva o texto de maneira mais clara.
b) Explique a que sentido de neutralidade o texto se refere.

9. Leia o texto abaixo e atenda às questões.

As estratégias adotadas na pesquisa tecnocientífica atual têm uma relação de reforço mútuo não somente com os valores do progresso tecnológico, mas também com valores que dão a maior importância ao crescimento econômico. É isto que ameaça os valores democráticos – por ser a pesquisa científica cada vez mais colocada sob o controle das corporações (*agrobusiness*, corporações farmacêuticas e de energia etc.) e agências de governo que são sensíveis aos interesses corporativos. [...] Isso quer dizer que a pesquisa que é muito importante para fortalecer os valores democráticos não está sendo conduzida, ou que recursos inadequados estão disponíveis a ela. Por exemplo, segurança alimentar é essencial para o bom funcionamento da democracia [...]. A pesquisa necessária para o fortalecimento dos projetos de soberania alimentar (e para testar seu potencial total) não é capaz de obter os recursos adequados enquanto a ciência do "interesse privado" é dominante.

LACEY, Hugh. Entrevista: Hugh Lacey. In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: EPSJV, v. 7, n. 3, p. 625-626, nov. 2009/fev. 2010.

a) O que Hugh Lacey entende por ciência do "interesse privado" e a que tipo de ciência ela se contrapõe?
b) Reflita sobre o vasto número de pessoas que, em todos os continentes, sofrem com a insegurança alimentar. Na sua opinião, esse problema deveria ser tratado com o auxílio da ciência?

Dissertação

10. Redija uma dissertação sobre a questão ética do uso de animais em experiências científicas. Esse procedimento é usual há muito tempo; no entanto, com a novidade da discussão sobre o direito dos animais, o tema tem sido objeto de revisão, seja para evitar o sofrimento animal, seja no sentido extremo de extinção do procedimento. Antes de redigir a dissertação, faça uma pesquisa em livros ou *sites* de ciências, como também de ONGs protetoras de animais, a fim de ampliar seus conhecimentos sobre o assunto. Não se esqueça de indicar a referência da bibliografia utilizada e de usar aspas quando recorrer a citações.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 24

Ciência antiga e medieval



Alegoria da aritmética (1503), gravura que ilustra a obra *Margarita philosophica*, do humanista alemão Gregor Reisch (1467-1525), uma enciclopédia bastante popular nas escolas e universidades europeias no período. A imagem representa Pitágoras utilizando uma espécie de ábaco e Boécio calculando com algoritmos. Os dois grandes pensadores foram relacionados como a síntese de quase dez séculos do conhecimento matemático e científico.

ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA PARIS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os principais objetivos deste capítulo são: compreender como surgiu o conceito de ciência na Grécia, caracterizar a cosmologia platônica, identificar a importância da biologia aristotélica, distinguir a física de Aristóteles de sua astronomia, identificar o caráter científico da mecânica de Arquimedes, analisar a influência religiosa na ciência medieval, compreender a novidade da Escola de Oxford e caracterizar a contribuição árabe para a ciência europeia. Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: questões cosmológicas, lugar natural, teleologia, geocentrismo, hierarquização do cosmo e alquimia.

Pode-se destacar que, embora a ciência tenha encontrado desenvolvimento entre os egípcios e mesopotâmicos, é no mundo grego que ela se distancia do pensamento mítico e da mera aplicação prática, para se vincular à filosofia na busca de demonstrações racionais. Sua influência perdurou no período medieval, com raras exceções, até a ciência moderna.

A propósito da conquista da Grécia pelos romanos no século II a.C., o poeta Horácio (65-8 a.C.) comentou que "A Grécia conquistada conquistou o feroz vencedor", ou seja, a cultura grega foi apropriada pelos latinos. No século V d.C., início da Idade Média, viveu o erudito Severino Boécio (480-524), considerado "o último dos romanos e o primeiro dos escolásticos". Conhecedor de grego e de latim, era leitor dos clássicos gregos, principalmente de filosofia. Divulgou a obra de Platão e traduziu textos de lógica de Aristóteles. Por sua vez, os cristãos adaptavam à fé a herança greco-romana pagã.

Veremos, neste capítulo, como a filosofia grega expandiu-se, assumindo contornos diferentes no decorrer do tempo.

1 Filosofia e ciência

A filosofia surgiu na Grécia por volta do século VI a.C., mais propriamente nas colônias gregas da Jônia e da Magna Grécia.[1] Conhecida como filosofia pré-socrática, representou um esforço de racionalização para desvincular-se do pensamento mítico. Caracterizou-se por abordar questões cosmológicas e especular sobre a natureza do mundo físico e sua origem, o princípio de todas as coisas.

Naquele período, filosofia e ciência encontravam-se vinculadas: era o "filósofo natural" que se debruçava sobre questões científicas porque a ciência grega ainda não tinha um método próprio.

Geometria e medicina

Nas civilizações mais antigas do Egito, da Índia e da China, já eram conhecidas diversas propriedades geométricas, mas sempre visando à aplicação prática. Foram os gregos pré-socráticos que, por meio de demonstrações racionais, desenvolveram a geometria de forma puramente abstrata.

Tales de Mileto (c. 640-548 a.C.), matemático e astrônomo, é considerado o mais antigo filósofo. É atribuída a ele a demonstração dos triângulos semelhantes: "Dois triângulos são semelhantes quando eles têm ângulos correspondentes congruentes e segmentos correspondentes de medidas proporcionais". Também teria calculado a altura de uma pirâmide comparando a sombra dela com a sombra de uma estaca de madeira. Como astrônomo, teria previsto um eclipse solar.

Outro pioneiro da geometria foi o filósofo Pitágoras de Samos (século VI a.C.), para quem o número é o princípio de onde deriva a harmonia da natureza. Demonstrou vários teoremas e estudou as relações proporcionais entre os diferentes comprimentos de uma corda, bem como alterações de tensão ou espessura que mudam os sons emitidos pela lira.

Com a medicina ocorreu semelhante processo de racionalização da prática, ao desvincular-se tanto quanto possível de superstições e magia, desde a atuação de Hipócrates de Cós (c. 460-377 a.C.), conhecido como o "pai" da medicina. Contou com a colaboração de colegas e discípulos para elaborar o *Corpus hipocraticum* (Coleção hipocrática), título latino da obra que identifica várias doenças e formas de tratamento, além de orientações para uma vida saudável.

Hipócrates observou efeitos do clima e do meio ambiente na saúde e desenvolveu a teoria dos humores (ou líquidos corporais), aceita até o século XVII. Ainda hoje ele é lembrado no tradicional "juramento hipocrático", o comprometimento ético de profissionais da saúde para o exercício de sua atividade.

2 Platão: geometria e teorias cosmológicas

A concepção científica de Platão (c. 428-347 a.C.) baseia-se na *teoria das ideias*. Para ele, a razão tem dificuldade em atingir o verdadeiro conhecimento por causa da deformação que os sentidos inevitavelmente provocam; porém, cabe a ela depurar os enganos, para que se possa ter a verdadeira contemplação das ideias. O propósito de Platão é elevar o conhecimento da simples *opinião* até a *ciência*, o conhecimento do ser verdadeiro.[2]

No pórtico da Academia de Platão, existiam os seguintes dizeres: "Não entre aqui quem não souber geometria". Para o filósofo, a matemática é fundamental para tornar possível o conhecimento, porque descreve as realidades não sensíveis e é capaz de se dissociar dos sentidos e da prática. Na geometria, a figura sobre a qual raciocinamos não depende da figura sensível que representa, já que uma bola real é sempre imperfeita, enquanto a ideia de esfera é abstrata e perfeita.

O diálogo *Timeu*, conhecido também como *Sobre a natureza*, reúne teorias cosmológicas, físicas e fisiológicas. Na síntese científica levada a efeito nessa obra, Platão incorpora observações pessoais e conhecimentos recolhidos de seus contemporâneos e predecessores, como os quatro elementos de Empédocles (c. 483-430 a.C.) e algumas teses dos pitagóricos. O professor Marco Zingano realça o fascínio do esforço intelectual de Platão no período em que a reflexão sobre a ciência se iniciava. Mas completa:

> Porém, tal fascínio é temperado por um igualmente inegável distanciamento da experiência e do senso comum. Seu legado é, assim, duplo. De um lado, a aventura da ciência teve nele um momento extraordinário, que a marcou, aliás, por vários séculos. A razão tem nele seu primeiro e infatigável elogio. Por outro lado, Platão foi longe demais, exigindo de si e de seus discípulos um certo desprezo do mundo da experiência que terminou por impedir um maior desenvolvimento da ciência. [...] Filósofos e cientistas modernos encontraram nele a inspiração decisiva, a força do pensamento.
>
> ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002. p. 58. (Coleção Imortais da Ciência)

[1] Consultar o capítulo 2, "As origens da filosofia".

[2] Consultar o capítulo 9, "A busca da verdade: Antiguidade e Idade Média".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Aristóteles: física e astronomia

Aristóteles (c. 384-322 a.C.), discípulo de Platão, recusou o mundo separado das ideias platônicas, voltando-se para a realidade concreta. Tampouco deu continuidade à valorização da matemática como instrumento indispensável para alcançar a ciência, porque para ele a matemática só nos diz sobre a quantidade, mas não explica a natureza das coisas. Valorizou a observação, habilidade por ele desenvolvida nos estudos de zoologia, e aperfeiçoou a lógica, instrumento intelectual para garantir rigor na argumentação.

Física: teoria do lugar natural

O termo grego *phýsis*, que traduzimos por "física", significa propriamente "natureza", por isso não deve ser confundido com o que entendemos pela ciência de mesmo nome. Refere-se ao conjunto do que atualmente denominamos física, biologia, química, geologia etc.; compõe-se de todos os seres da natureza em movimento.

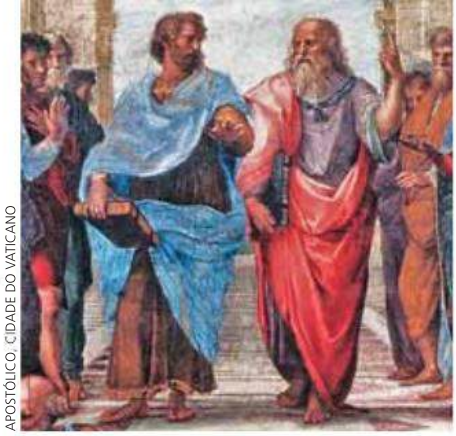
Em sua obra *Metafísica*, Aristóteles explica que o movimento é a transição do corpo que busca o estado de repouso no seu *lugar natural*. Para esclarecer como os corpos se encontram em constante movimento retilíneo em direção ao centro da Terra ou em sentido contrário a ele, recorre à teoria dos quatro elementos de Empédocles (terra, água, ar e fogo).

Distingue, então, características intrínsecas aos corpos pesados e leves:

- corpos pesados (graves), como terra e água, tendem para baixo, pois esse é o seu lugar natural;
- corpos leves, como ar e fogo, tendem para cima.

Com essa teoria Aristóteles explica a *queda dos corpos*: um corpo cai porque sua essência é tender para baixo e seu movimento só é interrompido se algo impedir seu deslocamento. Enquanto o movimento natural é o da pedra que cai ou do fogo que sobe, o movimento violento é o da pedra lançada para cima, da flecha arremessada pelo arco, movimento que necessita, durante toda sua duração, de um motor unido ao móvel, já que, suprimido o motor, o movimento cessará.

Para os gregos, não havia necessidade de explicar o repouso, pois a própria natureza do corpo o justifica. O que precisaria ser explicado é o movimento violento (ou forçado), porque, nesse caso, a ordem natural – de tudo tender ao repouso – é alterada pela aplicação de uma força exterior.



RAFAEL SANZIO – PALÁCIO APOSTÓLICO, CIDADE DO VATICANO

Detalhe de *A escola de Atenas* (1506-1510), afresco de Rafael Sanzio. Nessa obra, Platão aparece apontando para o alto (o mundo das ideias) e Aristóteles indicando a realidade concreta.

Biologia: a zoologia

Embora a ciência de Aristóteles tenha sido mais valorizada pelas suas contribuições no campo da física e da astronomia, é preciso fazer justiça aos cuidadosos estudos de zoologia, resultados de viagens em que observou atentamente considerável número de animais.

As descrições decorreram não só de observação, mas também de práticas de dissecação para estudar suas estruturas anatômicas. Classificou cerca de 540 espécies de animais e estabeleceu relações entre elas. Devemos a Aristóteles a descrição da evolução embrionária das aves, dos costumes das abelhas, do acasalamento dos insetos, além de inúmeras observações sobre a vida marinha, tendo concluído que a baleia é um animal mamífero.

Nessas investigações, Aristóteles recorreu ao método indutivo-dedutivo, por ele próprio descrito de modo pioneiro na obra *Organon*, destinada à explicitação das regras da lógica.[3] Aplicando esses princípios à zoologia, percebeu que cada ruminante observado com estômago de quatro câmaras não possuía dentes incisivos superiores, o que o fez concluir pela generalização desse fenômeno como característica dessa subordem animal.

Embora a abordagem dos procedimentos aristotélicos seja mais ampla do que nesse exemplo, existem limitações da ciência aristotélica decorrentes do fato de que, apesar da realização dos experimentos, o nível de *experimentação* não foi alcançado (procedimento para testar e provar as teorias).

A ordem teleológica da natureza

De acordo com Aristóteles, explicar algo é dar suas causas, por isso desenvolveu a teoria das quatro causas: as causas material, formal, eficiente e final. A matéria é aquilo de que uma coisa é feita; a forma é aquilo que a faz ser o que é, e não outra coisa; a causa eficiente diz respeito ao que ou a quem produz o objeto; a causa final refere-se ao objetivo que levou à sua criação, o fim a que se destina.

[3] Consultar o capítulo 8, "Lógica: aristotélica e simbólica".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Apesar de todas as quatro causas serem importantes, nos tratados de física, a causa final tornou-se preponderante. Assim, a concepção aristotélica da ordem da natureza é fundada na teleologia, ou seja, todos os seres têm um fim, um desígnio. Por exemplo, os seres vivos tendem a atingir a forma que lhes é própria e o fim a que se destinam, do mesmo modo que a semente tem em potência a árvore que virá a ser, e as raízes adentram no solo com o fim de nutrir a planta.

Assim explica o professor Marco Zingano:

> A teleologia, ou explicação por fins, é particularmente visível na biologia aristotélica. Pertence aos patos essencialmente a função de nadar. Por que eles têm os pés membranosos? Porque têm como fim nadar. O fim explica o meio. Em uma passagem premonitória, que se encontra no tratado *Das partes dos animais*, Aristóteles critica Anaxágoras [...], pois este afirmava que o homem era o animal mais inteligente porque tinha mãos. A explicação é inversa, retruca Aristóteles: nós temos mãos porque somos os mais inteligentes. É porque somos racionais que a natureza nos deu as mãos. O fim é dado antes e determina o meio. [...] No entanto, Anaxágoras estava certo; Aristóteles, errado.
>
> ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*: o fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002. p. 96.

A concepção teleológica foi aceita até ser descartada no século XIX pelas descobertas da teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882), que se baseia nas variações das espécies biológicas por meio do acaso e pela seleção natural.

Astronomia: o Universo finito

A observação do movimento dos astros é muito antiga. Povos como os babilônios já manifestavam esse interesse 2 ou 3 mil anos antes de Cristo, mas foram os gregos que, pela primeira vez, explicaram racionalmente o movimento dos astros e procuraram entender a natureza do cosmo.

Apesar da ênfase grega voltada para a razão, persistia ainda certa mística nessas explicações, porque, ao associar a perfeição ao repouso, a cosmologia grega desenvolveu uma concepção estática do mundo. Diferentemente da física, na qual prevalecia a noção de movimento como imperfeição, os corpos celestes seriam perfeitos.

Etimologia

Teleologia. Do grego *télos*, "fim". No contexto, explicação pelos fins. Não confundir com teologia, o estudo de Deus.

O círculo era privilegiado pelos gregos como forma perfeita, pois o movimento circular não tem início nem fim, volta sobre si mesmo e continua sempre, configurando um movimento sem mudança, que se distingue do movimento retilíneo dos imperfeitos corpos terrestres. Acrescente-se a isso a concepção do Universo finito, limitado pela esfera celeste, fora do qual não há lugar, nem vácuo, nem tempo.

Contudo, de onde viria o movimento inicial? Para Aristóteles, Deus é o Primeiro Motor Imóvel, que determina o movimento da última esfera, a esfera das estrelas fixas, transmitido por atrito às esferas contíguas, até a Lua, na última esfera interna. No centro estaria a Terra, imóvel.

Modelo geocêntrico e hierarquização do cosmo

Nas teorias astronômicas da Antiguidade e da Idade Média, prevaleceu o geocentrismo, modelo que concebe a Terra como imóvel no centro do Universo. Essa tradição teve início com Eudoxo (c. 408-355 a.C.), um dos discípulos de Platão, e foi confirmada por Aristóteles. Mais tarde, por Cláudio Ptolomeu (c. 90-168), matemático, geômetra e astrônomo, uma das últimas grandes personalidades de Alexandria, cuja obra *Almagesto* representa o mais importante referencial da astronomia geocêntrica da Antiguidade. Esse tratado matemático e astronômico exerceu influência durante toda a Idade Média até ser contestado por Copérnico e Galileu.

Outra característica importante na cosmologia aristotélica é a hierarquização do cosmo: o Céu tem uma natureza superior à da Terra. Sob essa perspectiva, o Universo está dividido em:

- *Mundo supralunar*. Constituído pelos Céus, que incluem, na ordem, Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno e, finalmente, a esfera das estrelas fixas. Os corpos celestes são constituídos pelo éter (que não se confunde com a substância química hoje conhecida); sua natureza é cristalina, inalterável, imperecível, transparente e imponderável; o éter é também chamado de "quinta-essência", em contraposição aos quatro elementos (terra, água, ar e fogo). Os corpos celestes são incorruptíveis, perfeitos, não sendo passíveis de transformações; e o movimento das esferas é circular, que é o movimento perfeito.
- *Mundo sublunar*. Corresponde à região da Terra que, embora imóvel, é o local dos corpos em constante mudança, portanto perecíveis, corruptíveis, sujeitos a movimentos imperfeitos, como o retilíneo para baixo e para cima. Os elementos constitutivos são os quatro elementos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



ANDREAS CELLARIUS – COLEÇÃO STAPLETON, LONDRES

Mapa celeste (1660-1661), de Andreas Cellarius, publicado por Johannes Janssonius em Amsterdã. O modelo geocêntrico de Ptolomeu: esférico, finito, contornado pela esfera das estrelas fixas.

Considerações sobre Aristóteles

A física aristotélica é qualitativa, porque construída sobre princípios que definem as coisas, e dessas definições são deduzidas as consequências. Apesar disso, os gregos não matematizaram a física, com exceção de Arquimedes, como veremos. É bem verdade que Aristóteles valorizou a indução em suas fartas observações biológicas. Embora suas observações fossem pertinentes, não recorreu à experimentação, fato que pode ser entendido pela resistência dos gregos em utilizar técnicas manuais em áreas de investigação, para eles restritas ao saber puramente teórico.

Ao enveredar pela procura das causas, a ciência antiga desembocou na discussão da essência dos corpos. Por isso, trata-se de uma ciência filosófica, originada em princípios metafísicos e centrada na argumentação.

4 Alexandria e a escola helenística

Quando a Grécia foi conquistada pelos macedônios, em 338 a.C., teve início um processo de interação cultural denominado "helenismo". Ao expandir as fronteiras do Império, Alexandre Magno levou a cultura grega para pontos distantes, ao mesmo tempo que possibilitou as influências orientais no Ocidente.

Após a divisão do Império de Alexandre, foi fundado em Alexandria, na foz do Nilo, um avançado centro de estudos constituído por escolas de diversas ciências, um museu e a famosa biblioteca, que por muitos séculos atraiu intelectuais proeminentes de vários locais do mundo antigo. A biblioteca de Alexandria, centro cultural do helenismo, sofreu diversos danos, desde um incêndio no século I a.C. a saques ao longo dos tempos, até ser totalmente destruída no século VII.

Euclides e Arquimedes: geometria e mecânica

No centro de estudos de Alexandria, destacou-se a contribuição de Euclides, que, de 320 a 260 a.C., fundou e dirigiu a escola de matemática. Com a obra *Elementos*, sistematizou o conhecimento teórico, dando-lhe os fundamentos ao estabelecer os princípios da geometria, os conceitos primitivos e os postulados.

Os *conceitos primitivos* são o ponto, a reta e o plano, que não se definem, enquanto os *postulados* são enunciados que devem ser aceitos sem demonstração, por exemplo: "Uma linha reta pode ser traçada de um para outro ponto qualquer". Tais princípios constituem o ponto de partida sobre o qual se constrói o edifício teórico de qualquer demonstração.

Outra ciência desenvolvida no centro cultural de Alexandria foi a mecânica, que teve suas bases estabelecidas por Arquimedes (c. 287-212 a.C.), nascido na Sicília, e que teria passado um tempo em Alexandria. A fama de Arquimedes nos remete a relatos envoltos em lendas. Para defender Siracusa, quando assediada pelos romanos, Arquimedes teria construído engenhos mecânicos (catapultas) para lançar pedras e incendiado navios por meio de um sistema de lentes de grande alcance.

Arquimedes transpôs seus artefatos da dimensão puramente técnica ou prática para a especulação teórica e científica, ao utilizá-los para estabelecer o princípio da hidrostática (lei do empuxo), um dos princípios fundamentais da mecânica. Além disso, redigiu um tratado de estática, formulou a lei de equilíbrio das alavancas e fez estudos sobre o centro de gravidade dos corpos.

Galileu reconheceu em Arquimedes o único cientista grego que mais se aproximou de aspectos fundamentais da experimentação moderna, por realizar medidas sistemáticas, determinar a influência de cada fator que atua no fenômeno e enunciar o resultado sob a forma de lei geral.

5 Herança grega no Ocidente cristão

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 e a implantação do modo de produção feudal, a cultura greco-romana quase desapareceu. A herança cultural grega foi preservada nos mosteiros pelos monges, únicos letrados em um mundo onde a maioria não sabia ler. A religião cristã impôs-se como elemento agregador de inúmeros reinos bárbaros formados após sucessivas invasões. À medida que seus chefes se convertiam ao cristianismo, a Igreja Católica tornava-se soberana absoluta da vida espiritual do mundo ocidental.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

À medida que as obras de Platão – e bem depois as de Aristóteles – eram traduzidas, preservava-se a concepção de ciência greco-latina. Entretanto, como o saber subordinava-se a critérios religiosos, diversos teólogos adaptaram o pensamento antigo à fé cristã. Na Idade Média, costuma-se destacar dois períodos importantes: a Patrística, com Agostinho de Hipona (354-430), seu principal expoente, influenciado pelo neoplatonismo; e a Escolástica, com Tomás de Aquino (1225-1274), que aproveitou as então recentes traduções da obra de Aristóteles.

Além de Platão e Aristóteles, a ciência medieval pouco aproveitou da herança helenística de Alexandria, bem como das pesquisas dos árabes, a que vamos nos referir adiante.

Os instrumentos disponíveis eram rudimentares. Não havia sido inventado qualquer aparato para medir temperatura ou ampliar a visibilidade, e os dispositivos utilizados para medir o tempo não eram rigorosos, restringindo-se a ampulhetas, clepsidras (relógios de água) e relógios de sol.

Como os recursos disponíveis ainda eram incipientes para que se procedesse à matematização do mundo físico, houve relutância ou impossibilidade para incorporar a experimentação e a matemática nas ciências da natureza. A retomada do pensamento aristotélico reforçou a concepção qualitativa da física, e a astronomia geocêntrica permaneceu como a última palavra até o século XVI.

Exceções à tradição medieval: a Escola de Oxford

As questões religiosas afastavam filósofos de indagações sobre a natureza, mas algumas posições divergentes indicam pontos de ruptura que prepararam de certo modo a crise do modelo científico da tradição greco-medieval. Com a revitalização dos centros urbanos e a expansão do comércio, a economia capitalista emergente necessitava de um outro saber, mais prático e menos contemplativo. De importância notável foram as universidades que começaram a despontar no século XII, como a de Paris e a de Oxford.

Na Inglaterra, a Escola de Oxford era constituída por frades franciscanos, que representaram a renovação da filosofia e das ciências medievais. De acordo com alguns autores, a reintrodução das obras de Aristóteles, traduzidas pelos árabes, e de muitas outras no Ocidente deveu-se a Robert Grosseteste (c. 1175-1253) e aos seus seguidores.

Grosseteste viveu na Inglaterra e estimulou a mentalidade científica experimental na primeira metade do século XIII. Professor em diversas universidades, ensinou matemática e ciência natural e escreveu textos sobre astronomia, som e óptica, campo em que desenvolveu uma teoria original sobre a luz. Estimulou a pesquisa, classificou as ciências e esboçou os passos do procedimento científico, como observação, levantamento de hipóteses e sua confirmação.

Roger Bacon (1214-1294) – principal discípulo de Grosseteste em Oxford – lecionou para frades franciscanos. Aplicou o método matemático à ciência da natureza, tendo realizado diversas tentativas para torná-la experimental, sobretudo no campo da óptica. Roger Bacon, apesar de argumentar que "ver com os próprios olhos" não é incompatível com a fé, não conseguiu demover os medievais da desconfiança gerada por qualquer tipo de experimentação. Como se interessava por astrologia e alquimia, sofreu várias perseguições e foi acusado de introduzir "novidades perigosas", não adequadas ao mundo escolástico, motivo pelo qual foi preso.

Alquimistas: o prelúdio da química

A alquimia surgiu de especulações de artesãos metalúrgicos. Sua origem é remota, tanto na China como no Egito, embora o nome alquimia e alambique – um de seus instrumentos – tenha origem árabe. Apesar da intolerância religiosa, essa prática tornou-se muito conhecida no Ocidente cristão no século XIII. A alquimia foi responsável pelo desenvolvimento de noções sobre ácidos e seus derivados, pela descoberta de novas substâncias químicas, pelo processo para extração de mercúrio e pelas fórmulas para preparar vidro e esmalte, procedimentos que mais tarde fariam parte da química.



BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL – MUSEU DE TESSE, LE MANS

Um alquimista em sua oficina (século XVII), pintura de David Teniers, o Jovem. De acordo com intérpretes, a busca da "pedra filosofal" tinha significado metafórico de transformação e aperfeiçoamento humano, assim como o "elixir da longa vida" significava cuidado com a saúde.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Contudo, o saber oficial sempre desdenhou dessa atividade, por estar vinculada às práticas manuais, além do que as técnicas descobertas eram guardadas em segredo, e os documentos, de difícil leitura, envoltos em aura mística. Muitas vezes as explicações teóricas antropomórficas conferiam às substâncias inorgânicas características de seres vivos, como se fossem compostos de corpo e alma.

Os alquimistas acreditavam na transmutação, isto é, na transferência do espírito de um metal nobre para a matéria de metais comuns. Surgiu dessa crença a busca da "pedra filosofal", que permitiria transformar qualquer substância em ouro. O "elixir da longa vida" foi outro projeto da alquimia medieval. Para a Igreja, essas práticas tinham um caráter herético e foram proibidas pelo papa João XXII, em 1317. A Inquisição perseguia os infratores com rigor e muitas vezes condenava-os à fogueira sob acusação de bruxaria.

Apesar dos aspectos místicos e das proibições da Igreja, não se pode negar a importância da alquimia na descoberta de substâncias químicas e no desenvolvimento de técnicas de laboratório que exigiam instrumentos experimentais.

6 Influência árabe

A religião islâmica foi fundada pelo profeta Maomé na Península Arábica no século VII e expandiu-se por diversas regiões do Oriente Médio e, depois, por todo o norte da África, alcançando o sul de Portugal e da Espanha no início do século seguinte.

Os árabes tinham conquistado significativo conhecimento científico desde o século VIII, quando já circulavam textos de astronomia e matemática em Bagdá (capital do atual Iraque). Traduziram obras gregas e alexandrinas e, no século seguinte, fundaram a Casa da Sabedoria, centro irradiador de conhecimento.

Os árabes trouxeram a tradição de estudos que se estendiam por áreas como astronomia, óptica, geografia, geologia e meteorologia; criaram observatórios astronômicos; já conheciam álgebra e faziam uso de algarismos, a notação de números assimilada dos indianos. Também traduziram obras de Platão, Aristóteles e Plotino, o que foi importante para a formação de filósofos árabes.

Foi notável a atuação de Averróis (1126-1198) na Península Hispânica. Nascido em Córdoba, viveu em Sevilha e no Marrocos, foi médico, astrônomo e filósofo. Na discussão dos embates entre fé e razão conservou certo progressismo, defendendo a laicidade da ciência e a sociedade civil separada da Igreja. Respeitado comentarista de Aristóteles, Averróis foi responsável pela retomada do pensamento aristotélico no Ocidente cristão.



GODONGUIG/GETTY IMAGES

A mesquita de Córdoba (Espanha) deslumbra pela arquitetura e beleza de ornamentos. É tão grande que, no século XIII, após a reconquista cristã, uma pequena parte de suas colunas foi demolida para a construção de uma catedral gótica em seu interior. Foto de 2013.

Tomás de Aquino, principal representante cristão da Escolástica, deve a Averróis o primeiro contato com Aristóteles, cujas obras só então foram traduzidas para o latim. No entanto, o chamado "averroísmo" foi motivo de perseguição pela Igreja, temerosa da influência de interpretações islâmicas da versão árabe.

7 Decadência da Escolástica

No final da Idade Média, a Escolástica padecia com o autoritarismo de seus seguidores, afeitos a posturas dogmáticas, contrárias à reflexão, obstruindo as pesquisas e a livre investigação. O *princípio da autoridade*, ou seja, a aceitação cega de afirmações contidas em textos bíblicos e livros de grandes pensadores, sobretudo Aristóteles, impedia qualquer inovação.

O rigor do controle da Igreja exercia-se nos julgamentos do Santo Ofício (Inquisição), órgão que julgava doutrinas consideradas heréticas e punia transgressores. O processo contra Giordano Bruno (1548-1600), acusado de panteísmo, teve o desfecho trágico da fogueira por defender a doutrina da infinitude do Universo e por concebê-lo como um conjunto que se transforma continuamente. Talvez por temer o mesmo destino de Bruno, Galileu tenha abjurado suas convicções no século seguinte.

As estruturas rígidas defendidas na Idade Média podem ser comparadas à forte divisão hierárquica dentro e fora da Igreja naquele período. Encontramos semelhanças desse modelo na astronomia medieval, que reproduz o desejo de permanência de uma ordem estabelecida: a hierarquia estaria na superioridade dos Céus sobre a Terra, o que nos leva a pensar como a ciência é uma construção histórica.

A resistência dos intelectuais que se opunham às mudanças seria rompida com o crescimento do poder econômico e político da burguesia e, concomitantemente, com o desenvolvimento do capitalismo comercial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Um método para chegar a uma verdade provável

No romance *O nome da rosa*, ambientado na Idade Média, mais precisamente em 1327, Umberto Eco escreve a história de um franciscano inglês, Guilherme de Baskerville, e seu discípulo, o noviço Adso de Melk, que chegam a um mosteiro dominicano na Itália a fim de investigar o assassinato de vários frades. Guilherme é um filósofo e foi esta uma das inúmeras conversas entre ele e seu discípulo:

"'Diante de alguns fatos inexplicáveis deves tentar imaginar muitas leis gerais, em que não vês ainda a conexão com os fatos de que estás te ocupando: e de repente, na conexão imprevista de um resultado, um caso e uma lei, esboça-se um raciocínio que te parece mais convincente do que os outros. Experimentas aplicá-lo em todos os casos similares, usá-lo para daí obter previsões, e descobres que adivinhaste. Mas até o fim não ficarás nunca sabendo quais predicados introduzir no teu raciocínio e quais deixar de fora. E assim faço eu agora. Alinho muitos elementos desconexos e imagino as hipóteses. Mas preciso imaginar muitas delas, e numerosas delas são tão absurdas que me envergonharia de contá-las. Vê, no caso do cavalo Brunello, quando vi as pegadas, eu imaginei muitas hipóteses complementares e contraditórias: podia ser um cavalo em fuga, podia ser que montado naquele belo cavalo o Abade tivesse descido pelo declive, podia ser que um cavalo Brunello tivesse deixado os sinais sobre a neve e um outro cavalo Favello, no dia anterior, as crinas na moita, e que os ramos tivessem sido partidos por homens. Eu não sabia qual era a hipótese correta até que vi o despenseiro e os servos que procuravam ansiosamente. Então compreendi que a hipótese de Brunello era a única boa, e tentei provar se era verdadeira, apostrofando os monges como fiz. Venci, mas também poderia ter perdido. Os outros consideraram-me sábio porque venci, mas não conheciam os muitos casos em que fui tolo porque perdi, e não sabiam que poucos segundos antes de vencer, eu não estava certo de não ter perdido. Agora, nos casos da abadia, tenho muitas belas hipóteses, mas não há nenhum fato evidente que me permita dizer qual seja a melhor. E então, para não parecer tolo mais tarde, renuncio a ser astuto agora. Deixa-me pensar mais, até amanhã, pelo menos.'

Entendi naquele momento qual era o modo de raciocinar do meu mestre, e pareceu-me demasiado diferente daquele do filósofo que raciocina sobre os princípios primeiros, tanto que o seu intelecto assume quase os modos do intelecto divino. Compreendi que, quando não tinha uma resposta, Guilherme se propunha muitas delas e muito diferentes entre si. Fiquei perplexo.

'Mas então', ousei comentar, 'estais ainda longe da solução...'.

'Estou pertíssimo', disse Guilherme, 'mas não sei de qual'.

'Então não tendes uma única resposta para vossas perguntas?'

'Adso, se a tivesse ensinaria teologia em Paris.'

'Em Paris eles têm sempre a resposta verdadeira?'

'Nunca', disse Guilherme, 'mas são muito seguros de seus erros'.

'E vós', disse eu com impertinência infantil, 'nunca cometeis erros?'.

'Frequentemente', respondeu. 'Mas ao invés de conceber um único erro imagino muitos, assim não me torno escravo de nenhum.'"

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 350-351.

Despenseiro: encarregado da despensa, onde são guardados mantimentos.

Apostrofar: no contexto, interpelar, interrogar.

Questões

1. Na obra ficcional do escritor italiano Umberto Eco, Guilherme é um frade franciscano. Tendo em vista o que lemos no capítulo, qual seria a orientação de Guilherme no que diz respeito à ciência?
2. Ao responder que, se tivesse certezas, lecionaria teologia em Paris, Frei Guilherme critica a maneira pela qual a ciência era tratada no seu tempo. Explique por quê.
3. Em que sentido o pensar do frade está mais próximo do que hoje se entende por ciência?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Em que consiste a teoria do lugar natural para Aristóteles? Que tipo de ciência decorre dessas explicações?
2. Com base na concepção grega da hierarquia do mundo sublunar e do supralunar, explique por que a física e a astronomia aristotélicas constituem ciências absolutamente diversas.
3. Explique por que Arquimedes representa uma exceção na mentalidade científica antiga.
4. Sob que aspectos a ciência medieval identifica-se com concepções gregas e em que medida delas se distancia?

Aplicando os conceitos

5. Com base na citação, responda às questões.

Tal como em relação ao Egito, uma visão da medicina nos auxiliará a avaliar o conhecimento biológico dos mesopotâmios. Ela também empregava a magia e a adivinhação, pois os meios mágicos, assim como os científicos, eram usados no tratamento de moléstias ou na cura de doenças, enquanto, ao aplicar seus remédios, um médico procuraria o auxílio da adivinhação para prever o possível sucesso de suas poções. Como em todas as civilizações primitivas, os mesopotâmios empregaram largamente as drogas produzidas a partir de ervas. [...] não há dúvida de que eles reconheceram a hidropisia, a febre, a hérnia, a sarna e a lepra, bem como vários problemas de pele e outras afecções que atingiam o cabelo, a garganta, os pulmões e o estômago, e tinham remédios para o tratamento desses distúrbios.

RONAN, Colin A. *História ilustrada da ciência*: das origens à Grécia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 35. v. 1.

a) Sob que aspectos a medicina dos egípcios e mesopotâmios, bem como a de todos os povos da Antiguidade remota, distingue-se da medicina grega?

b) Explique em que sentido também a matemática, a física e a astronomia mereceram dos gregos tratamento diferente do concedido por outros povos antigos.

6. Considerando a pergunta "Por que os animais têm olhos?", observe as duas explicações a seguir e identifique qual obedece à perspectiva teleológica. Justifique sua resposta.

a) Os animais têm olhos porque a sensação é um dos fins para os quais existem esses animais, um dos caracteres essenciais do animal.

b) Como os animais têm olhos, eles veem.

7. Leia a citação e responda às questões.

Ernest Renan, filósofo francês do século XIX, foi quem primeiro detectou a influência de Averróis em Santo Tomás, afirmando: "Santo Tomás é, ao mesmo tempo, o maior adversário e – pode-se afirmar sem paradoxo – o primeiro discípulo do grande comentador. Santo Alberto Magno deve tudo a Avicena; Santo Tomás, como filósofo, deve quase tudo a Averróis".

COSTA, José Silveira da. *Averróis*: o aristotelismo radical. São Paulo: Moderna, 1994. p. 57. (Coleção Logos)

a) Por que Tomás de Aquino é considerado o maior adversário e o maior discípulo de Averróis?

b) Qual foi a importância dos árabes para a ciência ocidental?

8. Leia a citação de Giordano Bruno, extraída de um diálogo no qual ele expõe suas ideias, e responda às questões.

Continue a fazer-nos conhecer o que é verdadeiramente o céu, os planetas e todos os astros; como são distintos, uns dos outros, os infinitos mundos; como um espaço infinito não é impossível, mas necessário; como um tal efeito infinito se ajusta a uma causa infinita. [...] Ridicularize as diversas esferas móveis e as estrelas fixas. [...] Destrone-se a ideia de esta terra ser única e propriamente centro do Universo. Desterre a fé ignóbil na existência de uma quinta-essência. Dê-nos a demonstração da igual composição deste nosso astro e mundo à de quantos astros e mundos podemos ver. [...] Aniquile os motores extrínsecos juntamente com os limites destes céus. [...] Torne evidente que o movimento de todos provém da alma interior, a fim de que, com a luz de semelhante contemplação, a passos mais seguros, possamos proceder rumo ao conhecimento da natureza.

BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o Universo e os mundos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 96-97. (Coleção Os Pensadores)

a) Giordano Bruno foi julgado e morto pela Inquisição. Identifique no texto os elementos considerados heréticos pelos inquisidores.

b) Analise as consequências de interferências religiosas (ou políticas) para a livre expressão do pensamento.

9. O juramento solene feito pelos médicos, atribuído a Hipócrates, é repetido ainda hoje em cerimônias de formatura. Seu conteúdo, por condizer à realidade da Grécia antiga, distancia-se em muito de nosso contexto. Leia o texto a seguir, do médico Drauzio Varella, e redija uma dissertação sobre a humanização da ciência, isto é, sobre a "responsabilidade social" no exercício científico.

Sem desmerecer o valor científico de Hipócrates, observador de raro talento, que fugiu das explicações religiosas e sobrenaturais, deixou descrições precisas de enfermidades desconhecidas na época e abriu caminho para a medicina baseada em evidências, repetir o juramento escrito por ele sem fazer menção ao papel do médico na preservação da saúde e na prevenção de doenças na comunidade é fazer vistas grossas à responsabilidade social inerente à profissão.

VARELLA, Drauzio. O juramento de Hipócrates. Disponível em <http://drauziovarella.com.br/drauzio/o-juramento-de-hipocrates/>. Acesso em 23 mar. 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 25

Revolução Científica e método das ciências naturais



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU E GALERIA DE ARTE DE DERBY

Filósofo dando uma aula sobre o planetário (1766), pintura de Joseph Wright de Derby.

Os principais objetivos deste capítulo são: contextualizar a Revolução Científica do século XVII, comparar as concepções científicas de Aristóteles e Galileu, compreender a novidade da síntese newtoniana, identificar as transformações do método científico, caracterizar o método experimental, distinguir as ciências modernas, caracterizar a crise dessas ciências e analisar a diversidade da epistemologia contemporânea.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: teorias geocêntrica e heliocêntrica, método experimental, geometrização do espaço, teoria da gravitação universal, ciências da natureza, teoria evolucionista, geometrias não euclidianas, epistemologia, falseabilidade ou refutabilidade e paradigma.

Essa tela remonta ao período em que a nova ciência da física despertava o interesse do público: um filósofo faz uma demonstração sobre o sistema solar, utilizando um modelo mecânico para mostrar os movimentos da Terra e da Lua em torno do Sol, que é simulado por uma lâmpada a gás. Repare como a observação atenta do cientista, que tudo anota, é conciliada com o olhar curioso das crianças debruçadas sobre o planetário.

Um século antes da conclusão dessa pintura a ciência já instigava tanto os olhares leigos quanto as grandes mentes. Isaac Newton publicou em 1687 sua obra-prima, *Princípios matemáticos de filosofia natural*, completando o trabalho iniciado por Galileu Galilei no início daquele mesmo século. O impacto de sua teoria da gravitação universal revolucionou o que até então se sabia a respeito do movimento dos astros em torno do Sol.

Homens de negócio não ficaram de fora e passaram a investir na atividade científica. Os observatórios de Paris (1667) e de Greenwich (1675) foram criados com a intenção prática de ajudar a navegação e o comércio ultramarino, e proliferaram as academias de ciências em países como Itália, Inglaterra, França e Alemanha, voltadas para o estudo mais teórico da ciência.

Pode-se observar, ainda, o contraste entre a condenação de Galileu, em 1633, e o fato de Newton ter sido sagrado cavaleiro pelo governo inglês, em 1705, honraria que nunca fora concedida a um estudioso das ciências. Que revolução ocorrera em tão pouco tempo para exaltar-se um cientista de tal maneira? Em primeiro lugar, a visão religiosa do mundo viu-se ameaçada pela nova ciência, na qual não havia lugar para a causalidade divina. Ao separar *razão* e *fé*, Galileu buscava a verdade científica independentemente das verdades reveladas, o que não significava pregar o ateísmo, mas reconhecer que a fé não era um elemento a se considerar na ciência. Outro impacto decorreu da descentralização do cosmo. Essa subversão da ordem provocou inevitável ansiedade: a Terra havia se transformado em simples planeta na imensidão do espaço infinito. Também o lugar do ser humano no mundo era questionado. A mudança na orientação dos governos em relação às pesquisas científicas justificava-se pelas inúmeras conquistas no campo das ciências, obtidas tanto na formulação de leis naturais do ponto de vista teórico como no desenvolvimento da tecnologia.

1 Uma nova mentalidade

Em sua obra *Pensamentos*, Blaise Pascal (1623-1662) escreveu: "O silêncio desses espaços infinitos me apavora". Essa frase explicita a angústia para quem, no século XVII, vivenciou a substituição da teoria geocêntrica – aceita durante mais de vinte séculos – pela teoria heliocêntrica. A nova teoria não apenas retirou a Terra do centro do Universo, mas também desintegrou uma construção estética que ordenava os espaços e hierarquizava o "mundo superior dos Céus" e o "mundo inferior e corruptível da Terra".

A questão, no entanto, não era apenas científica. Se fosse, Galileu Galilei (1564-1642) não teria sido obrigado a se retratar publicamente e abjurar sua teoria, tampouco teria sido recolhido à prisão domiciliar. Há algo mais que se quebra, além da ordem cósmica, entre as causas que antecedem esse período, assombrando também a ordem social estabelecida.

Ao examinar o contexto histórico em que ocorreram transformações tão radicais, percebe-se que elas não se desligavam de outros processos igualmente marcantes: aumento das atividades comerciais, o que propiciou maior circulação de valores e informações; crescimento de centros urbanos e fortalecimento da burguesia; formação de Estados nacionais na Europa Ocidental, oferecendo condições para movimentos reformistas que questionavam o poder centralizador da Igreja Católica; aperfeiçoamentos técnicos e inovações tecnológicas, o que modificou a relação do homem com a natureza. Desse modo, surgia um novo indivíduo, confiante na razão e no poder de transformar o mundo.

Uma explicação possível para justificar a mudança ocorrida é que a nova classe comerciante, constituída pelos burgueses, impôs-se pela valorização do trabalho em oposição ao ócio da aristocracia.

2 Características do pensamento moderno

A valorização da razão e do pensamento crítico pelos renascentistas (séculos XV e XVI) e o questionamento da autoridade papal pelos movimentos reformistas religiosos (século XVI) possibilitaram a mudança de valores na Europa Ocidental. Entre as características decorrentes desse momento histórico destacam-se:

- *Antropocentrismo*: o indivíduo moderno coloca a si próprio no centro dos interesses e das decisões. Às certezas da fé, contrapõe-se a capacidade de livre exame. E até na religião adeptos da Reforma defendem o acesso direto ao texto bíblico, dando a cada um o direito de interpretá-lo.
- *Racionalismo*: o poder exclusivo da razão de discernir, distinguir e comparar opôs-se ao critério da fé e da revelação. A atitude polêmica perante a tradição revelava recusa do dogmatismo.
- *Saber ativo*: o saber adquirido devido à aliança entre ciência e técnica deve retornar à realidade para transformá-la.
- *Método*: o rompimento entre a ciência e a filosofia aristotélico-escolástica instigou intelectuais na busca de novos métodos de investigação filosófica e científica.

3 Galileu e o método

Uma das expressões mais claras do racionalismo, que vigorou na Idade Moderna, foi o interesse pelo método como instrumento capaz de proporcionar um conhecimento mais seguro. Destacaram-se as reflexões de René Descartes, Francis Bacon e John Locke, no âmbito da filosofia, e de Galileu Galilei, Johannes Kepler e Isaac Newton, no campo da ciência.

A aplicação do método experimental na prática científica por Galileu representou verdadeira revolução: a ciência rompia com a filosofia aristotélico-escolástica e buscava novos caminhos. Com o método experimental, o renascimento das ciências no século XVII não representou uma simples evolução, mas uma verdadeira ruptura que implicou outra concepção de saber.

Veremos agora como Galileu relacionou a hipótese copernicana do heliocentrismo às leis da mecânica, ligando a ciência da astronomia à física: nascia, então, a física moderna e uma nova noção de astronomia.

Quem é?

Galileu Galilei (1564-1642), físico, astrônomo e filósofo italiano, foi responsável pela superação do aristotelismo e pelo advento da concepção moderna de ciência. Revolucionou a astronomia ao introduzir o modelo heliocêntrico, já esboçado por Nicolau Copérnico, aperfeiçoando-o com cálculos matemáticos e raciocínio lógico. Ao renegar a concepção geocêntrica, sofreu uma perseguição política e religiosa. Condenado pela Inquisição, foi obrigado a abjurar publicamente suas ideias e permaneceu confinado em prisão domiciliar a partir de 1633. Entre outras obras, escreveu *O ensaiador*, *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo*, *Discursos e demonstrações matemáticas sobre duas novas ciências*.



Galileu Galilei (1636), pintura de Justus Sustermans.

IMAGNO/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para saber mais

Em novembro de 1992, o Vaticano anunciou a reabilitação oficial de Galileu. Entre os seis cientistas indicados pelo papa João Paulo II para formar a comissão de estudos da Pontifícia Academia de Ciências, encontrava-se o brasileiro Carlos Chagas Filho.

A nova física

Lembremos como era a explicação de Aristóteles para o movimento: corpos pesados caem porque tendem para baixo, por ser este seu "lugar natural"; ao passo que os corpos leves tendem naturalmente para o alto. Desse modo, a física aristotélica era qualitativa, porque se baseava na compreensão de uma suposta "natureza" pesada ou leve dos corpos.

Galileu, porém, não se interessava em explicar *por que* os corpos caem, mas *como* eles caem. A fim de apurar a observação e facilitar a experiência, recorreu a técnicas e instrumentos que pudessem auxiliá-lo, dispondo, em sua oficina, de recursos como plano inclinado, termômetro, telescópio e relógio de água (clepsidra). Embora ainda fossem engenhocas um tanto primitivas, mostraram-se suficientes para abandonar a ciência especulativa e caminhar em direção à construção de uma ciência ativa.

Por meio do método experimental, Galileu elaborou a descrição quantitativa dos fenômenos. Desprezando aspectos de cor, odor e sabor, que são qualidades subjetivas, investigou o espaço físico nos seus aspectos objetivos, ou seja, naqueles em que se pode aplicar um tratamento matemático.

Lei da queda dos corpos

Galileu descreveu a lei da queda dos corpos após repetidas experiências com uma esfera percorrendo um plano inclinado, a fim de medir as relações constantes e necessárias entre o tempo e o espaço percorrido. Em seguida, a lei foi traduzida numa forma geométrica, de modo que a união entre experimentação e matemática permitisse abrir caminho para a física moderna – fruto, portanto, de uma verdadeira Revolução Científica.

Assim explica Galileu:

> A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o Universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras: sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.
>
> GALILEI, Galileu. *O ensaiador*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 119. (Coleção Os Pensadores)

Vale ressaltar que, em geral, o procedimento de Galileu era indutivo, isto é, partia dos fatos em direção às leis. Mas nem sempre foi assim, pois, em certas circunstâncias, realizou "experiências mentais" ao imaginar situações sem verificação empírica, das quais, contudo, é possível tirar conclusões. Por exemplo, de acordo com o conceito de inércia de movimento, um objeto permanecerá indefinidamente em movimento retilíneo uniforme, a não ser que uma força como a de atrito atue sobre ele. Ora, isso não acontece de fato nos movimentos que observamos cotidianamente, pois existe o atrito, mas pode ser pensado como se ocorresse. O que garante a validade científica a processos intelectuais desse tipo é submeter situações hipotéticas à comprovação.



GIUSEPPE BEZZUOLI – MUSEU DE ZOOLOGIA, FLORENÇA

Galileu realizando a experiência do plano inclinado (1841), afresco de Giuseppe Bezzuoli. Com o plano inclinado, Galileu introduz a medida e a experimentação na física nascente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Astronomia e geometrização do espaço

O geocentrismo era de certo modo confirmado pelo senso comum: percebemos que a Terra é imóvel e que o Sol gira à sua volta. No próprio texto bíblico, lê-se uma passagem em que Deus fez *parar o Sol* para que o povo eleito continuasse a luta enquanto houvesse luz, o que sugere *o Sol em movimento e a Terra fixa*.

No século XVI, o monge Nicolau Copérnico (1473-1543) publicou *Das revoluções dos corpos celestes*, obra em que expõe o heliocentrismo, mas que permaneceu pouco conhecida até o início do século XVII, quando a hipótese ressurgiu por meio de Galileu e Kepler, com abordagem matemática e experimental mais adequada.

O telescópio proporcionou a Galileu descobertas valiosas: para além das estrelas fixas, haveria ainda infindáveis mundos; a superfície da Lua é rugosa e irregular; o Sol tem manchas; e em torno de Júpiter existem quatro luas! Como isso seria possível? O que os aristotélicos reconheciam até então era o Universo finito, a Lua e o Sol, compostos de substância incorruptível e perfeita, e Júpiter, engastado em uma esfera de cristal (dessa forma, não poderia ter luas que a perfurassem).

Os fenômenos da física e da astronomia, antes explicados de acordo com as diferenças de natureza de corpos perfeitos e imperfeitos, tornam-se homogêneos, já que não há mais como reconhecer a incorruptibilidade do mundo supralunar: desfaz-se, portanto, a diferença entre Terra e Céus. Além disso, à consciência medieval de um "mundo fechado", é contraposta a concepção moderna do "Universo infinito".

Em 1638, quando Galileu, já cego, ainda se encontrava em prisão domiciliar, um discípulo conseguiu que a obra *Discursos e demonstrações matemáticas sobre duas novas ciências* fosse publicada na Holanda à revelia da Inquisição. Após esse último e importante trabalho, em que ligou a ciência astronômica à física, pode-se dizer que nascia a física moderna e uma nova concepção de astronomia.



LUISA RICCIARINI/LEEMAGE/AFP – MUSEU DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, FLORENÇA

Telescópio de Galileu Galilei (c. 1610).

O filósofo francês de origem russa Alexandre Koyré (1892-1964), ao explicar as grandes mudanças ocorridas no século XVII, diz que elas pareciam redutíveis a duas ações fundamentais e estreitamente relacionadas entre si, que ele caracterizou como a *destruição do cosmo* e a *geometrização do espaço*. Isso significa que o espaço heterogêneo dos lugares naturais tornou-se homogêneo; despojado das qualidades, passou a ser quantitativo e, portanto, mensurável. Podemos dizer que houve uma "democratização" dos espaços, pois todos se tornam equivalentes, nenhum é superior ao outro. Negada a diferença entre a qualidade dos espaços celestes e terrestres, é possível admitir que as leis da física se aplicam igualmente a todos os corpos do Universo.

4 Síntese newtoniana

Os resultados obtidos por Galileu e Descartes na física e na astronomia, bem como os dados acumulados por Tycho Brahe (1546-1601) e as leis das órbitas celestes de Kepler, possibilitaram a Isaac Newton (1642-1727) a elaboração da *teoria da gravitação universal*. As leis formuladas anteriormente referiam-se apenas a aspectos particulares dos fenômenos considerados. O sistema newtoniano cobre a totalidade de certo setor da realidade e, portanto, realiza a maior síntese científica sobre a natureza do mundo físico.

Newton nasceu no ano em que morria Galileu (1642). Em 1687, publicou a obra *Princípios matemáticos de filosofia natural* (conhecida pelo título latino *Principia*), que no início trata do ramo da física denominado mecânica até chegar à demonstração de todo o sistema solar.

De acordo com relato não comprovado, Newton teria intuído a ideia da força de atração de todos os corpos do Universo ao observar a queda de uma maçã. Naquele momento, uma intuição o teria levado à teoria da gravitação, segundo a qual "A força de atração é proporcional às massas e inversamente proporcional ao quadrado das distâncias". A esse propósito, o escritor francês contemporâneo Paul Valéry comenta que o gênio de Newton consistiu em dizer que a Lua cai, enquanto todos bem veem que ela não cai. Ele queria dizer que, se a Lua saísse de sua órbita e se aproximasse da Terra, certamente cairia sobre ela, tal qual uma maçã atraída pela gravidade terrestre.

As teorias de Newton estimularam o desenvolvimento da ciência e permaneceram como parâmetros indiscutíveis durante duzentos anos, até que, na primeira metade do século XX, o modelo newtoniano foi suplantado pela teoria da relatividade geral, de Albert Einstein (1879-1955), e pela física quântica, fruto do estudo de cientistas como Einstein, Heisenberg (1901-1976) e muitos outros. Isso não significa abandonar totalmente a teoria newtoniana, mas reconhecer os limites dela, já que se aplica a restrito setor da realidade. Quando se trata do microcosmo (interior do átomo) ou do macrocosmo (Universo), a teoria newtoniana mostra-se insuficiente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5 Caráter histórico das teorias científicas

As ciências avançam de acordo com os problemas que desafiam a compreensão dos cientistas. Mesmo quando solucionados, surgem outros exigindo novas pesquisas. Assim diz o filósofo George Kneller:

> O problema solucionado é um elo na cadeia de problemas e suas soluções, pelos quais a ciência avança. De modo geral, uma nova teoria é fonte muito fecunda de problemas, devido às predições que gera.
>
> KNELLER, George F. *Science as a human endeavor*. New York: Columbia University Press, 1978. (Tradução nossa)

O movimento da ciência revela, portanto, o caráter histórico e provisório das conclusões. O que nos interessa em um primeiro momento é indagar sobre os procedimentos dos cientistas diante dos problemas. Em outras palavras, qual é o método (ou quais são os métodos) das ciências nascentes?

A definição rigorosa do método científico aproximou a possibilidade de conhecer segredos da natureza, com base na profunda confiança na ordem e na racionalidade do conhecimento do mundo. Inicialmente restrito à física e à astronomia, o método científico universalizou-se, servindo de modelo e inspiração a outras ciências particulares, que foram destacando-se aos poucos do corpo da "filosofia natural".

Classificação das ciências

À medida que as ciências tornavam-se autônomas, surgia a necessidade de classificá-las. Atualmente, costuma-se considerar:

- *ciências formais*: matemática e lógica;
- *ciências da natureza* (ou *ciências naturais*): física, química, biologia, geologia, geografia física etc.;
- *ciências humanas* (ou *ciências culturais*): psicologia, sociologia, antropologia, economia, história, geografia humana, linguística, etnologia etc.

As classificações, embora ajudem a sistematizar e a organizar o conhecimento, são sempre provisórias e insuficientes, tanto é que, atualmente, pesquisadores tendem a ultrapassar os limites dessas ciências, concebendo *ciências híbridas* – assim chamadas por romperem fronteiras clássicas, ao reunir simultaneamente especialidades novas de áreas diversas. Por exemplo, estudos de genética reúnem especialistas de engenharia, informática, medicina e biologia.

Sobre a bioengenharia, exemplo de ciência híbrida, esclarece o professor brasileiro Isaac Epstein:

> A bioengenharia no seu sentido bioquímico estuda métodos para conseguir biossínteses de produtos animais e vegetais. No seu sentido médico, a bioengenharia provê meio artificial para corrigir funções morfológicas ou fisiológicas defeituosas. Os bioengenheiros são cientistas e técnicos interdisciplinares que usam a engenharia, a física e a química para desenvolver instrumentos ou engenhos que imitam as ações de seres vivos, próteses, órgãos artificiais etc.
>
> EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica*: 96 verbetes. Campinas: Pontes, 2002. p. 43.

Veremos na sequência o método experimental das ciências naturais implantado desde o início da modernidade.

6 Método experimental

O método experimental das ciências da natureza em tese seria constituído pelas etapas de observação, hipótese, experimentação, generalização (lei) e teoria. Porém, nem sempre essa ordem é cumprida, porque podem ocorrer variações no procedimento, dependendo da intuição do pesquisador ou do acaso.

Comecemos com um exemplo clássico que permite identificar as etapas do método científico realizado por Claude Bernard (1813-1878), médico e fisiólogo francês conhecido por suas experiências em biologia e também pelas reflexões sobre o método experimental. Trata-se de um experimento com coelhos:

a) Claude Bernard percebeu que coelhos trazidos do mercado tinham a urina clara e ácida, característica de animais carnívoros (observação).

b) Como sabia que urina de coelhos é turva e alcalina, por serem herbívoros, supôs que aqueles coelhos não se alimentavam havia muito tempo e transformaram-se, pela abstinência, em verdadeiros carnívoros, vivendo do seu próprio sangue (hipótese).

c) Bernard variou o regime alimentar dos coelhos, dando a alguns alimentação herbívora e, a outros, carnívora; repetiu a experiência com um cavalo (controle experimental ou experimentação).

d) No final, enunciou que "em jejum todos os animais se alimentam de carne" (generalização).

A seguir, passamos à explicação de cada etapa da experiência de Bernard.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Observação

A observação cotidiana é com frequência fortuita, feita ao acaso, nem sempre orientada por propósitos específicos. A observação científica, ao contrário, é rigorosa, precisa, metódica, com a intenção de explicar os fatos e, mais do que isso, já orientada por uma teoria. No exemplo dos coelhos, o fato de a urina estar clara e ácida despertou a atenção de Claude Bernard, porque ele já sabia que os animais herbívoros têm urina turva e alcalina.

Perguntamos: será que a observação decorre sempre com base apenas nos fatos? Mas quais fatos? Quando observamos, já privilegiamos alguns aspectos entre inúmeras informações caoticamente recebidas. Por exemplo, duas pessoas diante da mesma paisagem não a registram da mesma maneira, porque o olhar humano é dirigido por uma *intenção*, e, portanto, *tende* para certos pontos, e não para outros.

Com maior razão, o olhar científico orienta-se por pressupostos que escapam ao leigo quando, por exemplo, observa uma lâmina ao microscópio e nota apenas cores e formas. Os fatos nunca constituem o dado primeiro para um cientista porque ele se encontra inicialmente diante de um *problema* que se impõe e exige a *observação interpretativa*, com base no conhecimento de uma teoria que o ensina a interpretar o que é observado. Em outras palavras, a *observação científica está impregnada de teoria*.

Por fim, quando apenas os sentidos não bastam para a observação acurada, o cientista recorre a instrumentos que lhe ofereçam mais precisão e menos subjetividade. Por exemplo, há mais precisão e objetividade em medir a temperatura pelo termômetro do que pelo tato.

Hipótese

A hipótese é a explicação provisória dos fenômenos observados, uma interpretação antecipada que deverá ser ou não confirmada. Diante da interrogação sugerida pelo problema, a hipótese propõe uma solução. Portanto, desempenha o papel de reorganizar fatos de acordo com uma ordem e de buscar meios para resolver o "problema" colocado pela observação.

Qual é a *fonte* da hipótese? Para ser formulada, não depende de procedimentos mecânicos, mas de engenhosidade. Por isso, nessa etapa do método científico, o cientista pode ser comparado ao artista que, inspirado, descobre uma nova maneira de expressar o fenômeno investigado. Muitas vezes a construção de hipóteses resulta de um *insight*, processo heurístico (de invenção e descoberta).

***Insight*:** termo inglês que significa "iluminação súbita".

Para mostrar que a hipótese não é algo que "salta aos olhos", lembremos como um problema no cotidiano de uma cidade permitiu a descoberta da pressão atmosférica. Em 1643, ao limpar os poços de água de Florença, percebeu-se que a água não subia mais de 10,33 metros. Evangelista Torricelli (1608-1647), físico e matemático discípulo de Galileu, elucidou o problema pela hipótese da pressão atmosférica. Torricelli testou sua hipótese da seguinte maneira: encheu um tubo com mercúrio – que é cerca de 14 vezes mais pesado que a água –, mergulhou-o em um recipiente de mercúrio e viu que o líquido do tubo desceu até a altura de 76 centímetros, e não mais. A parte livre do tubo era o vácuo.

Além dessa descoberta, Torricelli estabeleceu a lei do escoamento dos líquidos e inventou o barômetro – que mede a pressão atmosférica e as variações do clima. Assim podemos saber por que atletas que moram numa cidade praiana precisam adaptar-se à altitude de uma cidade como La Paz, na Bolívia, situada a mais de 3.600 metros acima do nível do mar, onde o ar fica mais rarefeito.

Não convém, entretanto, mistificar a formulação da hipótese, apresentando-a como algo misterioso, pois a intuição adivinhadora depende de conhecimentos prévios, dos quais a descoberta representa apenas o momento culminante. O próprio Isaac Newton disse a respeito dos movimentos dos corpos celestes, que o levaram a conceber as leis básicas da mecânica: "Mantive o tema constantemente diante de mim e esperei até que as primeiras centelhas se abrissem pouco a pouco até a luz total".[1]



IVAN RYLKA

Altímetro indicando ponto da Cordilheira do Himalaia a 5.345 metros de altitude. Foto de 2011. O altímetro é uma espécie de barômetro que indica a altitude com base na pressão atmosférica. É atribuída a Torricelli a invenção do barômetro, em 1643.

[1] Citado em BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 74.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Critérios de valor da hipótese

Passemos agora ao exame dos critérios usados para julgar o valor ou a aceitabilidade das hipóteses. Vejamos alguns deles.[2]

- *Relevância*: podemos inventar as mais mirabolantes hipóteses para explicar um fenômeno, mas apenas algumas serão relevantes, por apresentarem maior poder explicativo e de previsão que outras, pela sua abrangência e precisão.
- *Possibilidade de ser submetida a testes*: a hipótese deve ser passível de teste empírico, o que pode dificultar sua realização. Como observar radiações, elétrons, partículas e ondas, por exemplo? O astrônomo Urbain Le Verrier (1811-1877), ao observar o percurso de Urano, percebeu uma anomalia que apenas seria esclarecida se existisse um outro planeta ainda desconhecido. Com base nas leis de Newton, calculou não só a massa do planeta hipotético como também a distância em relação à Terra, o que permitiu a outro astrônomo, chamado Johann Galle (1812-1910), confirmar a hipótese ao identificar Netuno em 1846.
- *Compatibilidade com hipóteses já confirmadas*: uma característica da ciência é a abrangência de diversas hipóteses compatíveis entre si, compondo um todo coerente, que exclui enunciados contraditórios. O exemplo de Le Verrier confirma essa coerência buscada pela ciência. No entanto, não convém superestimar o terceiro critério, porque às vezes a incompatibilidade com teorias anteriores pode indicar um novo caminho válido a ser investigado. Foi o caso da teoria da relatividade, quando conflitou com a teoria newtoniana.

Experimentação

A experimentação consiste em uma observação provocada para fim de controle da hipótese. Enquanto a observação é o estudo dos fenômenos como se apresentam naturalmente, a experimentação é o estudo dos fenômenos em condições determinadas pelo experimentador.

Um exemplo clássico de controle experimental – além do já citado de Claude Bernard – foi realizado por Louis Pasteur (1822-1895) com ovelhas, na França, quando criadores estavam sofrendo perdas no rebanho devido ao bacilo do carbúnculo, agente causador de doença infecciosa e letal. Pasteur preparou uma vacina com bactérias enfraquecidas de carbúnculo e levantou a hipótese da imunização. Separou 60 ovelhas da seguinte maneira:

a) em 10 não aplicou tratamento algum;

b) vacinou 25, nas quais inoculou após alguns dias uma cultura contaminada pelo bacilo do carbúnculo;

c) não vacinou as 25 restantes, em que inoculou a cultura contaminada.

Depois de algum tempo, verificou que as 25 ovelhas não vacinadas morreram, as 25 vacinadas sobreviveram e, comparadas às 10 que não tinham sido submetidas a tratamento, constatou que não sofreram alteração de saúde.

A experimentação proporciona condições privilegiadas de observação, porque permite:

- repetir os fenômenos;
- variar as condições de experiência;
- tornar mais lentos os fenômenos muito rápidos (por exemplo, o plano inclinado de Galileu tornou possível observar a queda dos corpos);
- simplificar os fenômenos (por exemplo, para estudar a variação de volume, mantém-se constante a pressão dos gases).

Vimos que toda observação está impregnada de teoria, o que é igualmente verdadeiro para a experimentação. Por exemplo, é impossível observar diretamente a evolução darwiniana, que se processou durante muitas gerações. Mesmo assim, é uma hipótese válida, na medida em que unifica e torna inteligível grande número de dados, como veremos adiante.

Contudo, quando a experimentação refuta a hipótese – o que acontece inúmeras vezes –, o cientista deve recomeçar a busca de outra hipótese, e outra, e mais outra...



TALLANDIER/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – COLEÇÃO PARTICULAR

Ao centro, Louis Pasteur e crianças mordidas por cães infectados com o vírus da raiva. Foto de 1885. As pesquisas do cientista francês contribuíram para descobertas sobre a propagação de microrganismos e para a prevenção de doenças, como o caso da vacina antirrábica, descoberta no mesmo ano dessa foto.

[2] Adaptamos alguns exemplos de COPI, Irving. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978. p. 386-391.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Generalização

A análise dos fenômenos nos conduz à formulação de *leis*, enunciados que descrevem regularidades ou normas. Na fase de experimentação, analisamos as variações dos fenômenos e, observadas as relações constantes, torna-se possível generalizar. Por exemplo, se a temperatura de um gás aumentar, mantida a mesma pressão, então seu volume aumentará. Descobre-se aí a relação constante entre os fenômenos: sempre que a temperatura do gás aumentar, seu volume aumentará e não poderá deixar de aumentar.

Tipos de generalização

As generalizações podem ser de dois tipos: as leis empíricas e as leis teóricas.

a) *Leis empíricas* (ou *leis particulares*) são inferidas de casos particulares. Por exemplo, "O calor dilata os corpos" ou a lei da queda dos corpos, a lei dos gases etc. Nem sempre, porém, é possível alcançar uma universalidade rigorosa. Nesses casos, existem *leis estatísticas* apoiadas em probabilidades, procedimentos especialmente valiosos em casos como sistemas com um grau acentuado de acaso. Por exemplo, questões sobre mutação em biologia.

b) *Leis teóricas* (ou *teorias propriamente ditas*) são leis mais gerais e abrangentes que se caracterizam pelo caráter unificador e heurístico.

- *Caráter unificador* consiste na abrangência da teoria ao reunir diversas leis particulares sob uma perspectiva mais ampla. Por exemplo, a teoria da gravitação universal de Newton engloba leis referentes a domínios distintos, como as leis planetárias de Kepler (1571-1630) e a lei da queda dos corpos de Galileu.
- *Caráter heurístico* consiste no poder de descoberta. A teoria da gravitação universal permite calcular a massa do Sol e dos planetas, explicar as marés etc.

Portanto, a teoria não só unifica o saber adquirido, articulando leis isoladas, como também é fecunda ao possibilitar novas investigações.

7 Ciência como construção

Até aqui, distinguimos *hipótese*, *lei* e *teoria*, mas, na verdade, também as leis e teorias são hipotéticas e admitem diferentes graus de comprovação, dependendo dos testes a que foram submetidas. Ainda que haja grande diferença entre uma hipótese não comprovada pelos fatos e outra suficientemente testada, esta última poderá ser contestada sob algum aspecto, como aconteceu com a teoria da gravitação universal de Newton diante da teoria de Einstein.

Consideremos, ainda, o exemplo da teoria da luz. Newton admitia a emissão corpuscular da luz, enquanto Fresnel (1788-1827), no século XIX, desenvolveu a teoria ondulatória. Qual teoria é a verdadeira? As duas são incompatíveis entre si, mas explicam diversos fenômenos ópticos, como a refração, a reflexão e a interferência.

Afinal, o que podemos esperar de uma lei? O físico e filósofo da ciência Pierre Duhem (1861-1916) afirma:

> Os termos simbólicos que ligam uma lei da física [...] são abstrações produzidas por um trabalho de análise lento, complicado, consciente, o trabalho secular que elaborou as teorias físicas. [...] Segundo a adoção de uma ou outra teoria, a lei muda de sentido, de sorte que ela pode ser aceita por um físico que admite tal teoria e rejeitada por um outro físico que admite outra teoria. [...] uma lei da física é uma relação simbólica cuja aplicação à realidade concreta exige que se conheça e que se aceite todo um conjunto de teorias.
>
> DUHEM, Pierre. Algumas reflexões acerca da física experimental. In: *Ciência e filosofia*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 4, p. 109-110, 1989.

O sucessivo alternar de teorias que se completam, se contradizem ou são abandonadas indica que a ciência não é um conhecimento "certo", "infalível", tampouco as teorias são "reflexos" do real. Em discussões de filósofos da ciência, a teoria científica aparece como uma *construção mental*, como hipótese de trabalho, modelo, função pragmática que facilita previsão e ação, descrição de relações entre elementos, mas nunca garante certeza definitiva.

Como veremos adiante, Thomas Kuhn recorre ao conceito de paradigma para designar a visão de mundo assumida em consenso pela comunidade científica em determinado momento histórico.

8 Desenvolvimento das ciências da natureza

Após a física e a astronomia estabelecerem seus métodos, constituíram-se outras ciências, como a química e, no século XIX, foi a vez das ciências biológicas e da medicina.

Química

Os alquimistas medievais, apesar das perseguições sofridas, conseguiram realizar grande quantidade de observações sobre a natureza química dos corpos, com inegável contribuição em trabalhos de laboratório, que resultaram de estudo racional e cuidadoso de minerais e metais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O francês Antoine Lavoisier (1743-1794) é considerado o "pai" da química por desenvolver um trabalho fecundo e de rigorosa experimentação. Introduzindo na química medidas exatas, serviu-se de inúmeros instrumentos de precisão, como termômetro, barômetro e outros que aperfeiçoou. Ao verificar a constância dos pesos das substâncias, teve a intuição do *princípio de conservação da massa*: "Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma". Descobriu ser falsa a teoria clássica dos quatro elementos e comunicou à Academia Francesa de Ciências que a água resulta da combinação de átomos de oxigênio e de hidrogênio.

Com Pierre-Simon Laplace (1749-1827), Lavoisier estudou o calor e inventou o calorímetro. Revelou de maneira científica e racional as propriedades do oxigênio no processo de combustão e de respiração, suplantando a antiga teoria do flogisto.



SONNET SYLVAIN/HEMIS/CORBIS/LATINSTOCK

Reconstrução do laboratório de Antoine Lavoisier, com aparelhos e instrumentos utilizados pelo cientista, Museu de Artes e Ofícios, Paris. Foto de 2007. A química constituiu-se ciência no sentido moderno com Lavoisier – morto precocemente entre os guilhotinados da Revolução Francesa.

Ciências biológicas

Ainda no século XVIII, o sueco Carl Lineu (1707--1778) realizara um trabalho de sistematização dos seres vivos, ao elaborar detalhada classificação. Mas foi no século seguinte que as ciências biológicas alcançaram significativo impulso.

Já nos referimos ao trabalho de Louis Pasteur ao salvar um rebanho de ovelhas por meio de rigorosa pesquisa experimental. Em 1875, num memorável ataque à teoria da geração espontânea, Pasteur lançou as bases da ciência da bacteriologia ao descobrir que as moléstias são causadas por germes. Contribuiu, assim, para avanços da medicina, desenvolvendo técnicas eficazes, como a vacina contra a raiva, e métodos de higiene necessários para evitar a febre puerperal (após o parto), causadora de mortes frequentes de mães e de seus bebês. Além disso, estudos sobre fermentação contribuíram para aumentar a durabilidade dos vinhos, técnica estendida a outros líquidos e conhecida ainda hoje como "pasteurização".

Na fisiologia, destacou-se o médico e filósofo da ciência Claude Bernard, por explicitar e aplicar o método experimental da física e da química, como vimos neste capítulo, ao relatar a curiosidade despertada pela alteração da urina de coelhos, quando comprados em mercado.

Darwin: evolução das espécies

O trabalho de Charles Darwin (1809-1882), naturalista inglês, é considerado um marco na biologia no século XIX. Ele reuniu e organizou os conceitos que já circulavam no período e, com novas pesquisas, acumulou evidências para fundamentar sua teoria da evolução das espécies.

Em 1831, Darwin participou de uma viagem ao redor da Terra a bordo do navio Beagle, passando a maior parte dos cinco anos de viagem em terra firme, para realizar observações e coletas de material biológico e geológico. Com esse material, ele percebeu que indivíduos da mesma espécie apresentam variações entre si, já que determinadas características diferenciadas podem torná-los mais bem adaptados ao ambiente do que outros da mesma espécie. Seres mais bem adaptados teriam mais chances de deixar descendentes, de modo que, se as características herdadas pela geração seguinte tornarem os indivíduos que as possuem mais aptos ao ambiente, eles acabarão tornando-se mais comuns naquela população. Darwin chamou esse processo de *seleção natural*.

O resultado de suas investigações foi apresentado na obra *A origem das espécies*, publicada em 1859. A teoria evolucionista abrange todos os animais, inclusive os seres humanos, constatação que só foi amplamente esclarecida em estudos posteriores, nos quais mostra que descendemos originalmente de algum ancestral simiesco há muito extinto, provavelmente o mesmo antepassado de antropoides ainda existentes.

A conclusão de Darwin tornou-se possível após ler uma obra do economista inglês Thomas Malthus (1766-1834), como ele próprio relata no trecho:

Flogisto: ou flogístico, seria um fluido que, conforme se pensava, explicava a combustão; em grego, o termo significa "inflamável".

Simiesco: relativo a símio, macaco.

Em outubro de 1838, isto é, quinze meses após ter iniciado minha pesquisa sistemática, aconteceu estar lendo, por entretenimento, a obra de Malthus sobre a população. Estando bem preparado para apreciar a luta pela sobrevivência que se trava em todo lugar, surgiu-me a ideia de que, sob tais circunstâncias, variações favoráveis seriam preservadas e as não favoráveis, destruídas. O resultado deste mecanismo seria a formação de novas espécies. Daí em diante tinha finalmente uma teoria em que trabalhar.

DARWIN, Charles. Autobiografia. In: EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica*: 96 verbetes. São Paulo: Pontes, 2002. p. 139.

Até as descobertas de Darwin, prevalecera a concepção estática do mundo e dos seres que nele existiam. Essa convicção era reforçada por diversas crenças religiosas que atribuem a Deus a criação de todas as coisas. Como o próprio Darwin supôs, sua obra passou por críticas apaixonadas e foi considerada herética.

Para refletir

Observe, na citação autobiográfica de Darwin, como se configurou a criação da hipótese da seleção natural. Compare com o que foi visto neste capítulo no tópico sobre hipótese.

Evolucionismo ou criacionismo?

Ainda hoje, grupos de inspiração religiosa adeptos do criacionismo opõem-se ao darwinismo, sobretudo os que creem na criação divina de acordo com o livro Gênesis, da *Bíblia*. Entre as diversas linhas de adesão ao criacionismo, as mais radicais são antievolucionistas, que, apoiadas na versão bíblica, rejeitam a origem humana de um ancestral simiesco. Outros, mais moderados, reconhecem as evidências científicas da evolução de plantas e animais, mas atribuem a Deus uma ação contínua nessa evolução.

Em contraposição aos criacionistas, os cientistas argumentam que a fé não deve ser tomada como critério de avaliação de uma teoria científica. Desde a Idade Moderna, a ciência separou-se da religião e tornou-se laica, admitindo apenas o que pode ser testado de maneira objetiva e amplamente discutido na comunidade científica.

A postura do cientista não significa desrespeito ou negação de crenças pessoais, mas não aceita a fé como critério de fundamento para teorias científicas, por não se coadunar com a exigência de evidência empírica e de rigor do método científico. As verdades da fé são irrefutáveis, porque derivam de revelação divina e devem ser aceitas sem crítica, o que contraria a possibilidade de revisão de qualquer conclusão científica.

Genética

Apenas seis anos após a publicação de *A origem das espécies*, o monge austríaco Gregor Mendel (1822-1884) apresentou os resultados de uma experiência com ervilhas. Ele procedeu ao cruzamento de sucessivas sementes com a combinação de sete caracteres, como cor, forma, altura etc., alcançando resultados estatísticos importantes para elucidar fatores da hereditariedade. Note-se que, pela primeira vez, um biólogo usava a matemática em um campo que aparentemente a dispensava.

Curiosamente, o trabalho de Mendel permaneceu quase desconhecido, até que, em 1900, Hugo de Vries (1848-1935) baseou-se nele para explicar que a evolução resultava de saltos repentinos, por *mutações*. Pouco depois, em 1909, Thomas Hunt Morgan (1866-1945) incorporou o termo "gene" para referir-se aos "fatores hereditários" mendelianos.

Tomavam impulso os estudos de genética, cujo pico se deu com a notável descoberta da molécula do DNA, em 1953, pelo inglês Francis Crick (1916-2004) e o estadunidense James Watson (1928). Para chegar a essa descoberta e entender a estrutura molecular dos genes e como eles controlam as células, foi preciso reunir, na primeira metade do século XX, cientistas de diversas disciplinas, como bioquímica, biofísica e microbiologia.

Outros pesquisadores já sabiam que as moléculas de DNA eram longas cadeias de átomos com largura constante em todo o comprimento. Crick e Watson conseguiram explicar como os átomos se organizavam e se duplicavam, concebendo o que passou a ser conhecido como *modelo da dupla-hélice*. Segundo esse modelo, a molécula de DNA consiste em duas hélices enroladas uma na outra, como uma escada em espiral, com "degraus" compostos de pares de grupos de átomos químicos.

A descoberta da molécula de DNA esclareceu o fenômeno da hereditariedade ao explicar como os ácidos nucleicos dirigem a produção de proteínas, cuja sequência é única em cada pessoa. Vislumbrada a possibilidade de interpretar o plano genético de qualquer organismo vivo, na década de 1970 começou a destinar-se vultoso financiamento do governo estadunidense ao Projeto Genoma.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Algumas vantagens da descoberta estão na prevenção de doenças e no seu tratamento, apesar de polêmicas provocadas por inúmeros aspectos éticos e legais que exigem discussão. A estes se juntam os mais diversos temores e mitos, sobretudo no que se refere ao uso de transgênicos, à clonagem humana e à utilização de células-tronco.

9 Crise da ciência

Por ter sido tão significativo o desenvolvimento da ciência até o século XIX, não era possível negar a excelência do seu método. Filosofias como o positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903) traduziam o otimismo generalizado que exaltava a capacidade de transformação humana em direção a um mundo melhor.

Algumas novidades, no entanto, golpearam rudemente as concepções clássicas, originando o que se chamou de *crise da ciência moderna*. São elas as geometrias não euclidianas e a física não newtoniana.

Geometrias não euclidianas

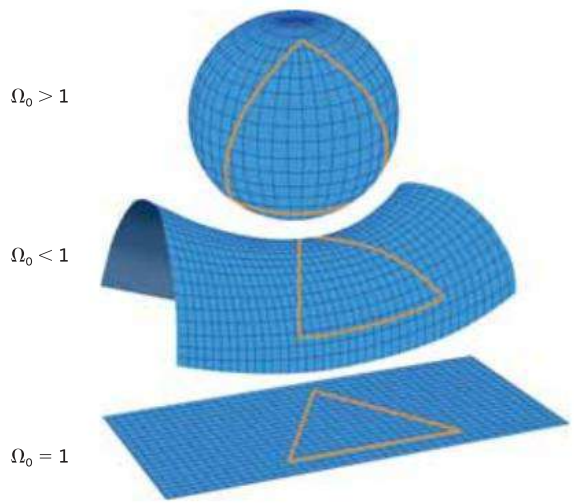
As geometrias não euclidianas são assim chamadas por se tratar de modelos apoiados em axiomas que contradizem os clássicos postulados de Euclides. Elas surgiram no século XIX, quando matemáticos colocaram em questão o quinto postulado de Euclides, conhecido de maneira simplificada como postulado das paralelas: "Por um ponto fora de determinada reta passa uma e só uma paralela a essa reta". Ao tentarem provar que o quinto não era um postulado, mas um teorema, eles acabaram construindo as bases de outras geometrias.

O russo Nikolai Lobachevsky (1792-1856) não considerou o espaço plano (bidimensional) euclidiano, mas pressupôs um espaço de curvatura negativa, concluindo que seria possível traçar infinitas paralelas a essa reta (geometria hiperbólica).

No final da década de 1850, o matemático alemão Bernhard Riemann (1826-1866) construiu sua geometria em espaço de curvatura positiva, na qual não existem paralelas (geometria elíptica).

Os novos modelos não anulavam a geometria euclidiana, mas desmoronaram o critério de evidência em que os postulados euclidianos pareciam repousar. Como consequência, seria preciso repensar a "verdade" na matemática, que dependia do sistema de axiomas postos de início e tomados como verdadeiros por convenção, assim poderiam ser construídas geometrias igualmente coerentes e rigorosas.

Se esses estudos se mostraram inicialmente desinteressados, voltados apenas para a busca teórica de fundamentos da geometria, mais tarde permitiram avanços, como a elaboração da teoria da relatividade de Einstein.



PAULO MANZI

Visualizando a imagem de cima para baixo, temos o triângulo na geometria elíptica de Riemann, na geometria hiperbólica de Lobachevsky e na geometria plana de Euclides.

Física não newtoniana

A física newtoniana baseia-se em pressupostos do mecanicismo e do determinismo; contudo, no início do século XX, a teoria da relatividade de Einstein subverteu a concepção clássica de Universo, sobretudo devido a descobertas como a curvatura da luz das estrelas. Mais ainda, com o conceito de uma quarta dimensão – o espaço-tempo –, o ritmo da passagem do tempo não é certo nem absoluto: tempo e espaço deixam de ser entidades separadas.

Outra instigante constatação confrontou o princípio do determinismo. Ao lidar com corpos muito pequenos, como elétrons, não se pode recorrer a cálculos da mecânica clássica, por isso a teoria quântica e o estudo do fóton permitiram a Werner Heisenberg formular o *princípio da incerteza*. Como o nome diz, reconheceu-se no campo da ciência uma indeterminação, ou seja, a impossibilidade de medir e de conhecer simultaneamente a posição e a velocidade de uma partícula, como o elétron, por exemplo.

Para saber mais

O cubismo, movimento artístico iniciado em 1907 por Georges Braque (1882-1963) e Pablo Picasso (1881-1973), introduziu na arte conceitos emprestados das geometrias não euclidianas do século XIX e da teoria da relatividade de Einstein: o espaço da pintura passa a ser fragmentado e articulado com o tempo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O que há lá fora?

Nos anos 1920, o estadunidense Edwin Hubble (1889-1953) propôs um modelo de Universo vasto e em expansão, coerente com os últimos dados das observações astronômicas existentes. Suas pesquisas ajudaram a reinterpretar o Universo, fundando a cosmologia moderna.

Em 1923, Edwin Hubble constatou que Andrômeda não era uma nebulosa, mas uma outra galáxia fora da nossa Via Láctea. Utilizando os dados fornecidos pelo telescópio Hooker, o maior do mundo na época, Hubble provou que o Universo não se reduzia à nossa galáxia.

Entre 1923 e 1929, Hubble e Milton Humason, seu assistente, calcularam as distâncias e o movimento de todas as galáxias que registraram. Constataram que estavam se afastando umas das outras, indicando que o Universo está em expansão.

Quebra de paradigmas

O conhecimento científico é produzido com base em paradigmas, que são a visão de mundo assumida em determinado período. Há momentos em que esses paradigmas entram em crise e são substituídos, como nas mudanças ocorridas na concepção do Universo e de sua ordem.

Modelo geocêntrico

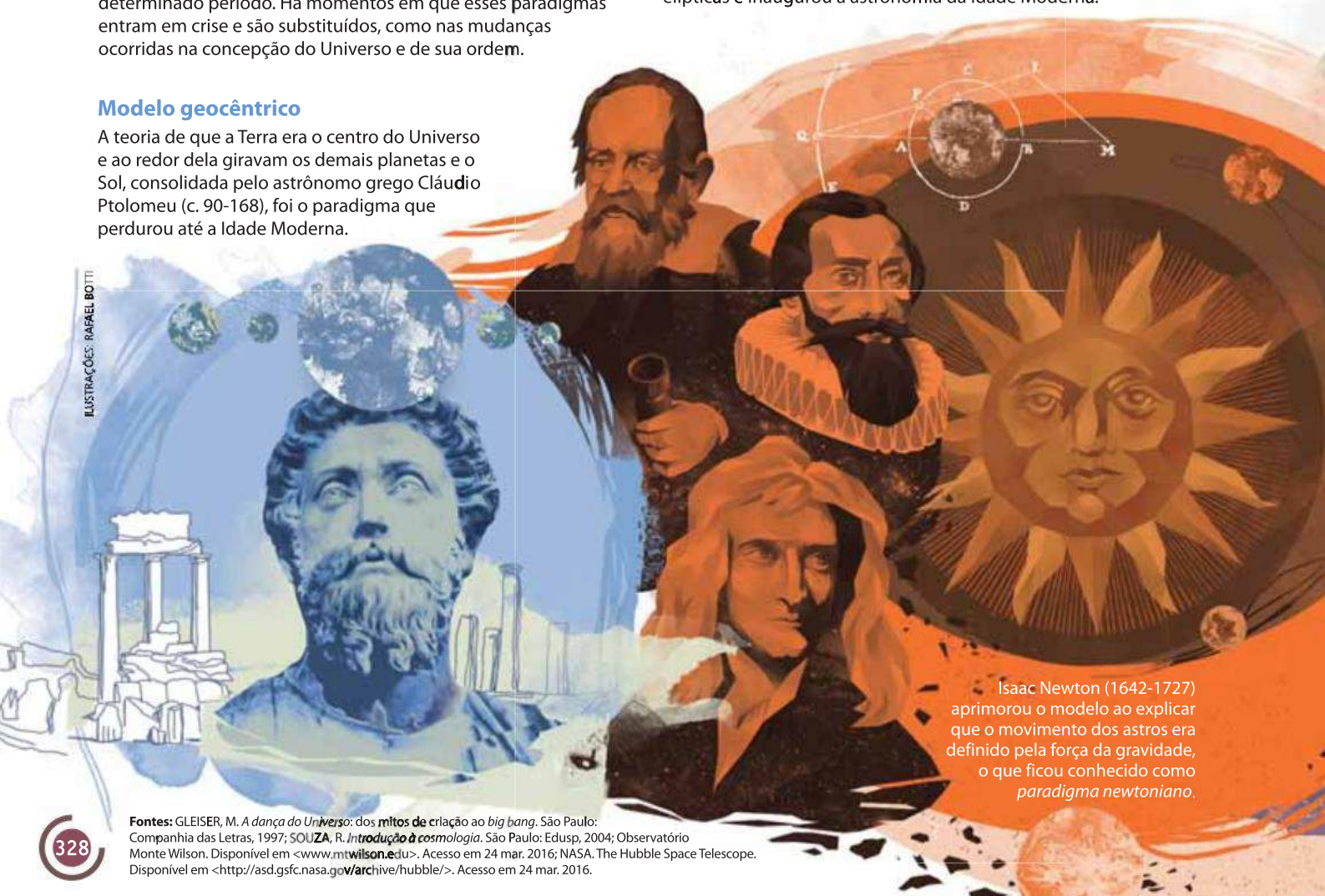
A teoria de que a Terra era o centro do Universo e ao redor dela giravam os demais planetas e o Sol, consolidada pelo astrônomo grego Cláudio Ptolomeu (c. 90-168), foi o paradigma que perdurou até a Idade Moderna.

Questões

1. O senso comum costuma considerar a ciência um conhecimento certo e infalível. Como o conceito de paradigma destrói esse mito ao mesmo tempo que valoriza a ciência?
2. Comente a frase de Gaston Bachelard: "Uma ciência tem a idade de seus instrumentos de medida". (HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Compêndio moderno de filosofia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968. p. 134. v. 2.)

Modelo heliocêntrico

A revolução heliocêntrica foi iniciada com as observações astronômicas de Tycho Brahe (1546-1601) e consolidada, por meio da matemática e do raciocínio lógico, por Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630). A abordagem científica rendeu provas de que a Terra gira ao redor do Sol em órbitas elípticas e inaugurou a astronomia da Idade Moderna.



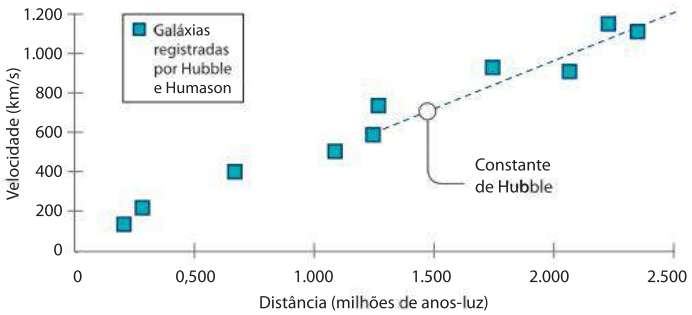
Isaac Newton (1642-1727) aprimorou o modelo ao explicar que o movimento dos astros era definido pela força da gravidade, o que ficou conhecido como *paradigma newtoniano*.

ILUSTRAÇÕES: RAFAEL BOTTI

Fontes: GLEISER, M. *A dança do Universo*: dos mitos de criação ao *big bang*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SOUZA, R. *Introdução à cosmologia*. São Paulo: Edusp, 2004; Observatório Monte Wilson. Disponível em <www.mtwilson.edu>. Acesso em 24 mar. 2016; NASA. The Hubble Space Telescope. Disponível em <http://asd.gsfc.nasa.gov/archive/hubble/>. Acesso em 24 mar. 2016.

Evidências do Universo em expansão

Quanto mais distante uma galáxia, mais rápido ela se afasta de qualquer ponto de referência, nesse caso, a Terra. Veja essa relação linear entre distância e velocidade no gráfico montado por Edwin Hubble.



Se todas as galáxias se afastam umas das outras a essa taxa constante, conhecida como "constante de Hubble", pode-se calcular o tempo que demoraram para tomar suas posições atuais. Esse tempo é a própria idade do Universo, que Hubble, na época, estimou em 2 bilhões de anos.

RAFAEL BOTTI

Modelo atual, Universo em expansão

Embora a hipótese de um Universo com muitas galáxias já tivesse sido proposta desde o século XVIII, Hubble foi o primeiro a conseguir provas científicas da vastidão do Universo.

Em 1990, a Nasa lançou o telescópio Hubble (em homenagem ao astrônomo) com o objetivo de determinar a idade do Universo e enviar imagens das galáxias à Terra. Em um dia, o Hubble circunda a Terra 15 vezes.

Em sua teoria da relatividade geral, Albert Einstein (1879-1955) propôs que o espaço se deforma na presença de matéria de corpos como o Sol. Em vez de estático, como no modelo newtoniano, o Universo teria uma geometria dinâmica. No entanto, faltavam provas observáveis.

Nesse encontro histórico em 1931, Hubble, entre Einstein (à esquerda) e Walter Adams, apresenta as evidências da expansão do Universo. Prevista pelo físico alemão em 1915, a ideia de um Universo dinâmico e expansível só não foi adiante porque não havia provas e parecia sem cabimento à época.

Do centro à periferia do cosmo

Das grandes galáxias, Andrômeda (na foto ao lado) é a mais próxima da Terra. Ainda assim, uma viagem até lá demoraria 2,5 bilhões de anos, à velocidade da luz. Estima-se que existam 100 bilhões de galáxias no Universo.

CRÉDITO DAS FOTOS: 1 - © CALTECH ARCHIVES; 2 - ROBERT GENDLER/NASA/ESA HUBBLE SPACE TELESCOPE IMAGE; 3 - NASA/ESA, S. BECKWITH (STSCI) AND THE HUDF TEAM

10 Cosmologia contemporânea

Questões epistemológicas levantadas no início do século XX intensificaram-se com o avanço tecnológico, que permitiu não só investigar o microcosmo do átomo como o macrocosmo de um Universo em expansão, teoria apresentada por Edwin Hubble (1889-1953) na década de 1930. Em 1990, a National Aeronautics and Space Administration (Nasa) lançou o telescópio Hubble, em homenagem ao cientista, o que permitiu constatar a vastidão do Universo, no qual se estima existir 100 bilhões de galáxias.

Vejamos a definição de cosmologia, de acordo com o professor Epstein:

> A cosmologia estuda o Universo na sua escala mais ampla, tanto espacial como temporal. Este estudo inclui a proposição de teorias concernentes à sua origem, natureza, estrutura e evolução. Na atualidade, predominam os modelos cosmológicos científicos baseados na astrofísica e física das partículas.
>
> EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica*: 96 verbetes. Campinas: Pontes, 2002. p. 102.

Neste capítulo, examinamos, de um lado, as diversas cosmologias aceitas desde a Antiguidade grega; de outro, os séculos que levaram a mudanças de paradigma, embora também em outros períodos tenham existido hipóteses contestadoras. De modo muito singular, a situação atual é um campo fecundo de descobertas, criando a necessidade de se falar em cosmologias que coexistem: tantas são as teorias, constantemente revisitadas por novos modelos para interpretar dados cada vez mais rigorosos.

Astrofísica: física cósmica; ramo da física que estuda a constituição material, propriedades físicas, origem e evolução dos astros.

Física das partículas: ramo da física que estuda as propriedades e a estrutura das partículas elementares, assim como as interações entre partículas e campos.

11 Novas orientações epistemológicas

As crises da ciência no final do século XIX e começo do século XX exigiram uma revisão da concepção de ciência e da sua metodologia. Em outras palavras, a epistemologia contemporânea precisava reavaliar o conceito de ciência, os critérios de certeza, a relação entre ciência e realidade, a validade dos modelos científicos.

Com a intensificação das discussões contemporâneas em torno da ciência, o termo *epistemologia* passou a designar o estudo do conhecimento científico do ponto de vista crítico, isto é, do seu valor. Assim, cabe à epistemologia examinar o valor objetivo dos princípios, das hipóteses e das conclusões das diferentes ciências.

O matemático e filósofo francês Henri Poincaré (1854-1912) afirmou que as teorias não são nem verdadeiras nem falsas, mas úteis, querendo significar que a confiança na infalibilidade da ciência é uma ilusão.

Lógica simbólica

Do mesmo modo que a ciência contemporânea criou uma nova epistemologia, recorreu também a uma nova linguagem, expressa pela lógica simbólica ou matemática.

Muitos dos problemas enfrentados pelos lógicos desde Aristóteles decorriam de equívocos da linguagem que, além de se prestarem a ambiguidades e à falta de clareza, deixavam prevalecer conotações emocionais que perturbavam o raciocínio.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



© SUCESSION MARCEL DUCHAMP/AUTVIS, BRASIL, 2016. BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DE ARTE DA FILADÉLFIA



ELIOT ELISOFON/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

À esquerda, *Nu descendo a escada* (1912), pintura de Marcel Duchamp. À direita, *Duchamp descendo a escada* (1952), foto de Eliot Elisofon. O espaço está completamente fragmentado, e o homem descendo a escada realiza movimento contínuo.

A lógica simbólica ou matemática não difere, em essência, da clássica, mas se distingue dela de maneira notável. Como o nome diz, a lógica simbólica utiliza símbolos para representar proposições e as conexões que se estabelecem entre elas. Por exemplo, são usadas letras do alfabeto, números, parênteses, chaves e outros sinais específicos. Por criar uma linguagem artificial, introduz maior rigor e se configura, portanto, como instrumento eficaz para a análise e a dedução formal.

Círculo de Viena

O Círculo de Viena foi fundado no final da década de 1920 por alguns cientistas, lógicos e filósofos da ciência, liderados por Rudolf Carnap e do qual participaram Otto Neurath e Moritz Schlick, entre outros. Sofreram influência de Einstein, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein, considerados os principais representantes da concepção científica do mundo.

Os filósofos do Círculo de Viena pertenciam ao movimento filosófico do *positivismo lógico* ou *empirismo lógico*. De acordo com essa tendência, o saber científico deve ser expurgado de conceitos vazios e dos falsos problemas metafísicos, submetendo-se ao *critério da verificabilidade*. Isso significa que tudo que não for passível de verificação é desprovido de sentido, por exemplo, enunciados metafísicos, religiosos, estéticos ou qualquer avaliação subjetiva.

A verificação é feita por demonstração ou por experiência. No primeiro caso, trata-se da aplicação da lógica e da matemática, com o objetivo de buscar a coerência interna, enquanto a experiência diz respeito à verificação empírica pela qual chegamos aos enunciados das ciências da natureza. Por isso, as leis científicas são sempre *a posteriori*, porque dependem da experiência, de constatações. Nesse processo, destaca-se o sistema de convenções – os símbolos a que já nos referimos –, pelo qual a lógica simbólica permite a clarificação da linguagem científica.

Uma das conclusões dos filósofos do Círculo de Viena foi a irrelevância teórica da filosofia, já que se trata de conhecimento não empírico e, portanto, não científico. Caberia a ela a função de analisar e clarificar o discurso científico.

Popper e a "falseabilidade"

O filósofo austríaco Karl R. Popper (1902-1994) sofreu inicialmente a influência do Círculo de Viena, para depois criticar esses filósofos, o que explica sua classificação por alguns estudiosos como pós-positivista.

Popper rejeitou o princípio de verificabilidade, porque a indução apresentaria sempre inúmeras dificuldades. Para o filósofo, não há observação pura porque esta já se encontra orientada por uma teoria prévia, ainda que incipiente, ou seja, toda observação científica supõe uma atividade seletiva dos fenômenos que serão investigados.

Nesse sentido, não basta que a teoria seja verificável, mesmo porque nem sempre esse procedimento é viável. Popper propõe, então, a crítica da teoria por meio do princípio da *falseabilidade* ou da *refutabilidade*.

De acordo com esse critério, o cientista imagina uma hipótese e a submete ao levantamento de possíveis maneiras de falseá-la ou de refutá-la pela experiência. Não conseguimos provar que uma teoria universal é verdadeira, mas podemos tentar provar que é falsa. Quando uma teoria resiste à refutação pela experiência, dizemos que está corroborada, ou seja, confirmada como verdadeira.

Portanto, os cientistas avançam quando determinam os limites das conjecturas que utilizam, tentando mostrar que são "falsas", para então substituí-las.

O professor Gérard Fourez (1937) exemplifica:

> [...] se digo que a aceleração de um objeto que cai é constante, trata-se de uma proposição que poderia se revelar falsa por ocasião de uma experiência para a qual se utilizassem critérios precisos; é portanto "falseável". [...] a proposição "Ajo assim porque é do meu interesse agir assim" pode ser compreendida como uma proposição não falseável, na medida em que posso inventar para mim múltiplos interesses que farão com que esses interesses sejam sempre a causa da minha ação. Por exemplo, se não existem interesses financeiros, poderei dizer que há um interesse político, ou afetivo etc., de modo que se agirá sempre por interesse.
>
> FOUREZ. Gérard. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 72-73.

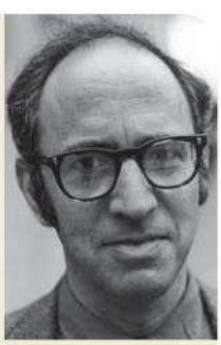
Por meio desse critério, Popper critica a psicanálise e o marxismo, cujos universos teóricos restringem-se às explicações de seus idealizadores e não dão condições de refutabilidade empírica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Kuhn e o conceito de paradigma

Na obra *A estrutura das revoluções científicas*, o filósofo estadunidense Thomas Kuhn desenvolve uma nova noção de paradigma para a ciência. Para ele, o paradigma é a visão de mundo assumida pela comunidade científica, que levanta problemas e apresenta soluções exemplares para a pesquisa futura. Ou seja, a ciência progride pela tradição intelectual do seu tempo. Não se trata de um conceito simples, mesmo porque o próprio Kuhn o define de diferentes modos em sua obra. O importante é compreender que o trabalho científico desenvolve-se com base no modelo consensual adotado pelos cientistas.

Quem é?



BILL PIERCE/THE LIFE IMAGES COLLECTION/GETTY IMAGES

Thomas Kuhn. Foto de 1973.

Thomas Kuhn (1922-1996), filósofo e físico estadunidense, foi aluno e professor da Universidade de Harvard. Após lecionar em outras universidades, concluiu sua carreira acadêmica no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Kuhn defendeu que a transição entre teorias científicas ocorre por meio de "revoluções", iniciadas quando uma teoria entra em crise, isto é, quando surge a necessidade de um novo paradigma que forneça instrumentos mais eficazes para formular e resolver um conjunto de problemas. Sua primeira obra intitula-se *A revolução copernicana*, mas foi no livro *A estrutura das revoluções científicas* que assentou seu público filosófico. Escreveu também *O caminho desde a estrutura* e *A tensão essencial*, entre artigos e capítulos de livros.

Kuhn distingue três momentos de uma ciência:

a) No período *pré-paradigmático* ou *imaturo*, problemas originados no cotidiano pedem explicações que ainda não apresentam consenso.

b) A ciência *normal* consiste no consenso alcançado e o trabalho científico passa a se desenvolver com base no paradigma adotado, que dirige a resolução dos problemas e a acumulação de descobertas.

c) O momento de *crise* ocorre quando o paradigma é questionado porque já não resolve uma série de anomalias acumuladas, processo que pode levar a alguma *revolução científica*.

Por exemplo, o paradigma ptolomaico sustentou o geocentrismo e foi aceito até Copérnico, que colaborou para que surgisse um novo paradigma, o da ciência normal, estabelecido por Galileu e Newton. O paradigma newtoniano e a atividade científica que decorria dele, contudo, foram colocados em xeque pela teoria da relatividade de Einstein.

Em oposição à tradição positivista, que via a ciência de maneira abstrata, rígida e mecânica, a importância de Kuhn consiste em identificar em cada momento histórico dificuldades enfrentadas por teorias tradicionalmente aceitas.

Feyerabend: contra o método

O filósofo Paul K. Feyerabend (1924-1994) questionou de maneira radical a própria racionalidade científica. Abandonou cedo o empirismo, classificando-se como "anarquista epistemológico". Criticou as posições positivistas por considerar que as metodologias normativas não constituem instrumentos adequados de investigação, defendendo, assim, o pluralismo metodológico.

Por uma questão democrática, o filósofo argumenta que, assim como há pluralidade de ideias e formas de vida, a ciência não deve submeter-se à imposição de métodos. A famosa afirmação de que "O único princípio que não inibe o progresso é: *tudo vale*" aparece num livro cujo título sugestivo indica sua posição: *Contra o método*.

Para Feyerabend, o cientista pode fazer aquilo que lhe agrada mais, porque não existe norma de pesquisa que não tenha sido violada. O cientista deve tornar persuasiva a teoria utilizando-se de recursos retóricos por meio de propaganda, a fim de melhor convencer a comunidade científica. Feyerabend cita Galileu como exemplo, que procedeu desse modo para convencer seus pares acerca da hipótese do movimento relativo.

12 Ambiguidade do progresso científico

No esboço sobre o desenvolvimento da ciência, iniciado na Idade Moderna, ficou patente o impulso adquirido por ela durante o século XX. Além de inúmeras descobertas, houve um avanço sem precedentes nas conquistas tecnológicas.

Contudo, é importante acrescentar: se a ciência tem aprofundado o conhecimento do mundo e ampliado os poderes humanos, não há como negar o risco dos seus efeitos maléficos, como a guerra, a desigualdade social e o desequilíbrio ecológico. Esses problemas não se devem propriamente à ciência ou à tecnologia, mas ao uso que delas fazemos, seja individualmente, seja por meio de empresas privadas ou do poder público.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

A política da atividade científica

"Os fatores que se ocultam por trás da satisfação das condições materiais necessárias para o trabalho científico envolvem uma ampla série de interesses outros que não a produção do conhecimento científico. Esse ponto é graficamente ilustrado por Bruno Latour (1987, p. 153-157) num trecho impressionante, em que ele compara a atividade cotidiana de uma cientista num importante laboratório californiano com o diretor do laboratório, a quem se refere como 'o chefe'. A cientista se considera interessada no desenvolvimento da ciência pura e desinteressada das questões políticas ou sociais. Procura distanciar-se do governo e do setor privado, para concentrar-se em sua pesquisa pura. Em compensação, o chefe está sempre envolvido em atividades políticas em todos os níveis, o que muitas vezes lhe vale a zombaria da cientista.

O exemplo de Latour trata da pesquisa de uma nova substância, o pandorin, que promete ter grande significado na fisiologia. Na lista das atividades em que o chefe se envolve numa semana comum, estão as seguintes, entre outras: negociações com as grandes companhias farmacêuticas a respeito do possível patenteamento do pandorin; um encontro com o ministro da saúde francês, onde será discutida a possibilidade de abertura de um novo laboratório na França; uma reunião na Academia Nacional de Ciência, em que o chefe defende a necessidade de mais um subdepartamento; reunião da diretoria da revista médica *Endocrinology*, onde pede mais espaço para sua área e reclama de conselheiros que pouco sabem sobre a disciplina; uma visita ao matadouro local, em que discute a possibilidade de decapitar ovelhas de modo a causar menos danos ao hipotálamo; reunião na universidade, onde propõe um novo programa de curso contendo mais biologia nuclear e informática; discussão com um cientista sueco sobre os instrumentos recentemente criados por ele para detectar peptídeos e possíveis estratégias para desenvolvê-los; e discurso na Associação dos Diabéticos.

Continuemos acompanhando Latour, voltando nossa atenção para o trabalho da cientista no laboratório pouco depois. Descobrimos que ela conseguiu empregar um novo técnico, o que foi possível graças a uma bolsa recebida da Associação dos Diabéticos; há também dois novos estudantes já formados que entraram no campo através dos novos cursos criados pelo chefe. Sua pesquisa beneficiou-se com amostras mais limpas de hipotálamo, que são agora recebidas do matadouro, e com um novo instrumento de grande sensibilidade, recentemente adquirido da Suécia, que aumenta sua capacidade de detectar traços insignificantes de pandorin no cérebro. Os resultados preliminares de sua pesquisa serão publicados numa nova seção de *Endocrinology*. Ela está refletindo sobre um novo cargo que lhe foi oferecido pelo governo francês, para a implantação de um laboratório na França.

Se a cientista da história muito realista de Latour considera-se envolvida na ciência pura, que não é perturbada por questões políticas e sociais mais amplas, ela está muito enganada. A satisfação das condições materiais, que é um pré-requisito para a realização de sua pesquisa, só pode ser obtida como resultado da atividade política, que encerra uma série de interesses sociais, como ilustram as atividades do chefe."

CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: Editora Unesp, 1994. p. 157-159.

Questões

1. O físico e filósofo Alan Chalmers narra o caso de uma cientista que trabalha em um grande laboratório e que se considera interessada em ciência pura, desligada de interesses políticos e econômicos. Com base no texto, responda por que Chalmers e Latour consideram que o interesse da cientista não é realista?
2. Leia o trecho a seguir, apresentado pela Fiocruz, e responda às questões.

.....

Um estudo recente sobre o financiamento mundial de inovação para doenças negligenciadas (G-Finder2, na sigla em inglês) revelou que menos de 5% deste financiamento foi investido no grupo das doenças extremamente negligenciadas, ou seja, doença do sono, leishmaniose visceral e doença de Chagas, ainda que mais de 500 milhões de pessoas sejam ameaçadas por estas três doenças parasitárias.

VALVERDE, Ricardo. Doenças negligenciadas. Disponível em <www.agencia.fiocruz.br/doen%C3%A7as-negligenciadas>. Acesso em 29 mar. 2016.

.....

a) Relacione a notícia com o relato de Chalmers e Latour.

b) Com base nos dados da Fiocruz, importante instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, analise as consequências sociais e econômicas para países emergentes ou para os de extrema pobreza.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Relacione o fortalecimento da burguesia com o surgimento da ciência.
2. Qual é a importância do conceito de *teoria* desenvolvido por Newton?
3. O que distingue a observação científica da experimentação?
4. Qual é a semelhança e a diferença entre *leis empíricas* e *leis teóricas*?
5. O que é "ciência normal" para Thomas Kuhn?

Aplicando os conceitos

6. O texto a seguir é trecho de uma carta enviada por Galileu à madame Cristina de Lorena. Explique-o com base na relação entre *ciência* e *fé*.

.....

Não me sinto na obrigação de acreditar que o mesmo Deus que nos dotou de sentidos, razão e intelecto tencionava descartar o uso destes e por algum outro meio nos dar o conhecimento que com eles podemos obter. [...] A intenção do Espírito Santo é ensinar-nos como se vai para o céu, e não como o céu funciona.

Citado em: BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 64.

.....

7. Leia o trecho e analise por que, embora o teor da citação seja verdadeiro, os benefícios citados não se encontram distribuídos igualitariamente na humanidade.

.....

Entramos no século XX a cavalo. Sairemos dele a bordo de naves espaciais. Ingressamos neste século morrendo de febre tifoide e varíola, e nos despediremos dele tendo vencido essas doenças. Na virada do século XIX, transplantes de órgãos eram inconcebíveis, enquanto na virada deste século [XX] muitos terão sobrevivido porque o coração ou outro órgão vital de uma outra pessoa os sustenta. Em 1900, a expectativa de vida humana era de 47 anos. Hoje é de 75. Adentramos este século [XX] comunicando-nos a curta distância com o recém-inventado rádio. Hoje enviamos sinais e imagens coloridas através de bilhões de quilômetros no espaço.

BRODY, David Eliot; BRODY, Arnold R. *As sete maiores descobertas científicas da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 396.

.....

8. Com base na citação abaixo, explique por que na ciência não há "fato bruto".

.....

O que o físico enuncia como o resultado de uma experiência não é o relato dos fatos constatados; é a interpretação desses fatos, é sua transposição para o mundo abstrato, simbólico, criado pelas teorias que ele considera como estabelecidas.

DUHEM, Pierre. Algumas reflexões acerca da física experimental. In: *Ciência e filosofia*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 4, p. 109-110, 1989.

.....

9. Identifique o filósofo autor da citação abaixo e justifique sua resposta.

.....

[...] testes sistemáticos controlam cuidadosa e seriamente essas nossas conjecturas ou "antecipações" maravilhosamente imaginativas e audazes. Uma vez propostas, não sustentamos dogmaticamente nenhuma de nossas "antecipações". Nosso método de pesquisa não consiste em defendê-las para provar que estávamos certos. Pelo contrário, tentamos contestá-las. Empregando todas as armas de nosso arsenal lógico, matemático e técnico, tentamos provar que nossas antecipações eram falsas.

.....

Dissertação

10. Com base na citação abaixo, redija uma dissertação se posicionando criticamente a respeito de descobertas tecnológicas e/ou científicas recentes que tenham causado grandes mudanças e gerado polêmicas.

.....

Há objetos de estudos que só aparecem em um dado momento histórico. Por exemplo, para que se possa falar da psicologia, é necessário que se tenha uma certa concepção do ser humano como indivíduo. E é somente a partir do século XIX que serão considerados dois estudos particulares do ser humano, um que se aterá principalmente ao ser humano como indivíduo, e o outro, ao ser humano como social, dando nascimento a duas disciplinas: a psicologia e a sociologia.

FOUREZ, Gérard. *A construção das ciências*: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 104-105.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 26

O nascimento das ciências humanas



© CALDER, ALEXANDER/AUTVIS, BRASIL, 2016. DON EMMERT/AFP – COLEÇÃO CHRISTIE'S, NOVA YORK

Flor azul, vermelho perfurado (1960), obra de Alexander Calder.

Os principais objetivos deste capítulo são: identificar as características das ciências humanas, distinguir as metodologias naturalistas (ou positivistas) das humanistas (ou hermenêuticas), caracterizar o método da psicologia comportamental de Skinner, relacionar *Gestalt* e fenomenologia, compreender os conceitos da psicanálise e analisar as tendências das ciências cognitivas. Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: ciências humanas, tendência naturalista, tendência humanista, antropologia, sociologia, psicologia comportamental, psicologia da forma, psicanálise e ciências cognitivas.

O artista estadunidense Alexander Calder (1898-1976) inventou a escultura em movimento, chamada "móbile". O conjunto de materiais e cores se agita de acordo com a intensidade do vento, mudando constantemente suas formas. Pela imprevisibilidade, a escultura de Calder proporciona surpresa e prazer. Por isso é apreciada na sua totalidade, e não em partes.

Da mesma maneira, é necessário esforço para conhecer a natureza e captá-la em seu movimento. É o que nos fizeram ver Hegel, Marx e cientistas como Darwin. Nas ciências humanas, a disposição de avaliar o todo e a atenção para com a imprevisibilidade dos comportamentos são fundamentais para adotar o método que tenha em vista não apenas explicar, mas compreender. A compreensão depende de interpretação e vincula-se com a intencionalidade dos atos humanos.

Sobre a "imprevisibilidade dos comportamentos" e a "intencionalidade dos atos humanos", pode-se propor uma discussão contrapondo a inteligência artificial, para que o aluno perceba esses dois aspectos como diferenciais significativos da inteligência humana. A invenção do computador nos anos 1940 provocou uma notável revolução ao estimular a comparação da mente humana com as tarefas que a máquina conseguia realizar. Levantou-se a hipótese de que talvez nós pensássemos como o computador, ou, então, de que o computador pudesse vir a pensar como um ser humano. De fato, com os programas de informática, os computadores podem calcular, classificar, memorizar dados, resolver problemas, tomar decisões, jogar xadrez, ou seja, realizar comportamentos "inteligentes". Quais seriam as possibilidades e os limites de um computador?

1 Origens das ciências humanas

Desde muito cedo, assuntos sobre comportamento humano foram objetos de estudo da filosofia. No entanto, apenas no final do século XIX as ciências humanas começaram a buscar seu próprio método e algo que as diferenciasse entre si.

A análise do contexto socioeconômico europeu do final do século XIX pode nos ajudar a compreender a urgência das pesquisas que deram origem às ciências humanas. Vale destacar as significativas transformações decorrentes tanto do fortalecimento do capitalismo industrial como da consolidação da burguesia no poder. O crescente êxodo rural e a urbanização acelerada também foram frutos do novo modo de produção instaurado pelas atividades fabris. Em outras frentes, o capitalismo expandia o mercado, recorrendo ao processo de colonização europeia, denominado *neocolonialismo*. Diferentemente do colonialismo do século XVI, focado nos continentes americano e asiático, desta vez extensas regiões da África e da Ásia foram repartidas entre diversas nações europeias.

Os contatos entre burgueses e operários, de um lado, e colonizadores e povos colonizados, de outro, sinalizavam o confronto entre interesses opostos, prestes a explodir. A intenção de expandir o capitalismo entrava em choque com as culturas subjugadas, relutantes diante das condições impostas. Foi nesse contexto que nasceram as ciências humanas, como expressão da necessidade de compreender não só as relações entre os indivíduos, mas também entre as diferentes culturas.

Neste capítulo, destacaremos brevemente a antropologia, a sociologia e, de modo mais extenso, a psicologia.

2 Dificuldades metodológicas das ciências humanas

Enquanto as ciências da natureza têm como objeto algo que se encontra fora do sujeito que conhece, as ciências humanas voltam-se para o próprio sujeito do conhecimento. Podemos, portanto, imaginar as dificuldades enfrentadas por cientistas de algumas áreas, como economia, sociologia, antropologia, psicologia, geografia humana e história, para pesquisar com isenção aquilo que diz respeito tão diretamente ao próprio sujeito – seu objeto de estudo.

Examinemos algumas das dificuldades para estabelecer o *método das ciências humanas*.

a) Complexidade

A complexidade dos fenômenos humanos, sejam psíquicos, sociais, sejam econômicos, resiste às tentativas de simplificação. Em física, por exemplo, ao estudar as condições de pressão, volume e temperatura, é possível simplificar o fenômeno tornando constante um desses fatores. O comportamento humano, entretanto, resulta de múltiplas influências – hereditariedade, meio, impulsos, desejos, memória, bem como da consciência e da vontade –, o que o torna extremamente complexo. Note, por exemplo, a complexidade envolvida em estudar a motivação dos votos numa eleição.

b) Experimentação

É sempre difícil identificar e controlar por experimentos diversos fatores que influenciam os atos humanos, por variados motivos: a natureza artificial dos experimentos controlados pode falsear resultados; a motivação varia conforme os sujeitos e as instruções do experimentador, sugerindo interpretações diferentes; a repetição do fenômeno talvez altere os efeitos, já que o indivíduo, como ser afetivo e consciente, nunca vive uma segunda situação de maneira idêntica à anterior, até porque possui memória.

Além disso, certos experimentos sofrem restrições de caráter ético, ao se indagar, por exemplo, se é lícito submeter pessoas a situações que coloquem em risco sua integridade física, psíquica ou moral. Assim, reações de pânico em um prédio em chamas só podem ser objeto de apreciação eventual após a ocorrência do acidente. Pela mesma razão, a avaliação do sofrimento de pessoas afligidas por atrocidades praticadas em guerra ou por governos tirânicos implica a discussão de normas éticas.

c) Matematicidade

A passagem da física aristotélica para a física clássica de Galileu deu-se pela transformação de qualidades em quantidades, ou seja, a ciência tornou-se mais rigorosa por utilizar a matemática em suas medidas. Ora, esse ideal torna-se problemático se pensarmos nas ciências humanas, por abordarem fenômenos predominantemente qualitativos. Por isso, nos casos de possível aplicação da matemática, recorre-se a técnicas estatísticas, com resultados sempre aproximativos e sujeitos à interpretação.

d) Subjetividade

A subjetividade refere-se às características do sujeito, aquilo que o torna pessoal e singular. Do ponto de vista do conhecimento, os pesquisadores das ciências da natureza aspiram à objetividade, à avaliação aceita por todos da comunidade científica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

No caso das ciências humanas, por serem o homem e suas ações o próprio objeto que se quer conhecer, torna-se mais difícil alcançar a neutralidade, embora ela seja sempre procurada. Como exemplo de risco de subjetividade, destaca-se o esforço de um historiador ao interpretar eventos históricos enquanto ainda estão sendo por ele vivenciados.

e) Liberdade

As regularidades na natureza permitem estabelecer leis e, por meio delas, prever a incidência de um fenômeno. Porém, como aceitar a previsão de comportamentos se admitirmos a liberdade humana? Mesmo quando reconhecemos os condicionamentos sofridos pelo ser humano, seriam eles da mesma natureza e intensidade dos que ocorrem com seres inertes?

O relato de algumas das dificuldades das ciências humanas em constituir seus métodos não significa a inviabilidade de reconhecê-las como ciências, afinal elas estão aí, algumas já consolidadas e outras procurando seu espaço. Além disso, o método escolhido depende, de certa maneira, de pressupostos filosóficos que embasem a visão de mundo do cientista.

3 Diversidade de métodos

A questão colocada pelos primeiros estudiosos era sobre o fundamento epistemológico: "O que é este objeto que se pretende conhecer?". E em seguida: "Que método usar para alcançar esse objetivo?". De modo geral, conforme as respostas dadas a essas questões, podemos identificar duas tendências mais marcantes: a *naturalista* e a *humanista*.

Tendência naturalista

De início, as ciências humanas sofreram influência da teoria positivista de Auguste Comte (1798-1857).[1] De acordo com o positivismo, o conhecimento científico – a exemplo da física – é efetivado por meio de leis provadas com base em fatos concretos. Portanto, para entender problemas sociais, será preciso agir como nas ciências naturais, isto é, por meio de observação, experimento e método comparativo.

Como expressões da tendência naturalista, veremos adiante o método sociológico de Émile Durkheim e a contribuição de Burrhus Frederic Skinner para a psicologia comportamental.

[1] Consultar o capítulo 10, "Filosofia moderna e crise da metafísica".

Tendência humanista ou hermenêutica

Outros estudiosos argumentavam que a especificidade das ciências humanas exige um método diferente daquele das ciências da natureza, daí seu caráter hermenêutico (interpretativo). O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) afirmava que explicamos a natureza, mas *compreendemos* a vida psíquica.

Em grande parte, a *explicação* busca as causas do fenômeno para estabelecer leis, como fez Galileu com a lei da queda dos corpos e Newton com a teoria da gravitação universal. A *compreensão*, por sua vez, depende de interpretação e encontra-se vinculada à intencionalidade dos atos humanos, sempre voltados para motivações diversas, valores e finalidades.

Assim, as ciências humanas procedem à interpretação a fim de decifrar o sentido oculto no sentido aparente. Para os representantes dessa tendência, o estudo desse objeto – o ser humano – pressupõe reconhecer sua complexa individualidade, liberdade e consciência moral.

A tendência humanista, porém, não constitui uma tendência homogênea, por abrigar pensadores de diferentes linhas.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

Cena do episódio "A casa da árvore dos horrores XIII" (2002), da animação *Os Simpsons*. Nesse episódio, o personagem Homer cria clones para livrar-se de suas tarefas. O ser humano não é algo que seja explicado em sua generalidade. Mesmo um clone constituiria outro indivíduo, singular, com história personalíssima.

4 Antropologia

A colonização expôs os contrastes entre hábitos e costumes de culturas bastante diversificadas, o que instigou estudiosos das recém-criadas ciências sociais a centrarem o foco de suas pesquisas em povos não europeus. Desse modo nasceu a antropologia, o estudo de diferentes agrupamentos humanos em seus mais variados aspectos: tipos físicos e biológicos, comportamentos, instituições, costumes, tanto em suas formas atuais como ao longo do tempo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

De início, a antropologia sofreu influência das teorias evolucionistas darwinianas. Para representantes dessa tendência, como o antropólogo Edward Burnett Tylor (1832-1917) e o filósofo Herbert Spencer (1820-1903), a diversidade de culturas seria explicada pela evolução da sociedade, de modo que os povos tribais constituiriam um estágio primitivo pelo qual já teriam passado todas as sociedades "evoluídas" ou "superiores".

O antropólogo alemão Franz Boas (1858-1942) discordava da aplicação da teoria evolucionista à antropologia, rejeitando as ideias de progresso, evolução e superioridade como parâmetro para avaliar o estágio de uma cultura. Para ele, cada cultura apresenta sua especificidade, devido à complexidade dos sistemas de parentesco, crenças e rituais. Essas conclusões basearam-se em *pesquisas de campo*, ou seja, no contato direto com a cultura investigada, em área geográfica pequena e bem definida. Assim, a antropologia adquiria um método para distanciar-se de "teorias" que não passavam de discursos fantasiosos.

Mais tarde, seguidores de Franz Boas criaram o conceito de *relativismo cultural*, justamente para respeitar as especificidades de cada cultura. Esse conceito teve importância na crítica ao *eurocentrismo* e ao *etnocentrismo*. O eurocentrismo consiste em interpretar povos tribais com base no modelo de valores europeus e o etnocentrismo baseia-se na hierarquização das "raças", ao distinguir uma etnia considerada "superior".[2]

BY APIC/GETTY IMAGES



Um dos mais importantes antropólogos, o belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009), dedicou parte de seus estudos às sociedades tradicionais brasileiras. Foto tirada em 1936 na Floresta Amazônica.

5 Sociologia

Os principais responsáveis pelo nascimento das ciências sociais na segunda metade do século XIX e no início do século XX foram Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). Esses pensadores, sem exceção, dedicaram grande esforço à metodologia.

O sociólogo francês Émile Durkheim representou a tendência positivista ao propor a sociologia como ciência objetiva que examinasse os fatos sociais como "coisas". Como essa afirmação causou polêmica, Durkheim argumentou que não se tratava de reduzir fatos sociais a coisas materiais, mas que, na sociologia que se quer científica, os fatos sociais devem ser abordados com os mesmos procedimentos das ciências da natureza. E completa:

> Em que consiste, então, uma coisa? A coisa opõe-se à ideia como o que conhecemos do exterior se opõe ao que conhecemos do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que não é naturalmente compenetrável pela inteligência, tudo aquilo de que não podemos ter uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender na condição de se extroverter por meio de observações e de experimentações [...]. Tratar certos fatos como coisas [...] é ter para com eles uma certa atitude mental; é abordar o seu estudo partindo do princípio de que se desconhecem por completo e que as suas propriedades características, tal como as causas de que dependem, não podem ser descobertas pela introspecção, por mais atenta que seja.
>
> DURKHEIM, Émile. Prefácio da segunda edição. In: *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 378. (Coleção Os Pensadores)

Em seu livro *O suicídio*, Durkheim trata de um fato marcado por elementos psicológicos, mas prefere enfatizar aspectos de pressões sociais, o que torna o fenômeno sociologicamente determinado. Igualmente, em suas reflexões sobre educação, prevalece a concepção determinista, segundo a qual a sociedade impõe os padrões de comportamento.

6 Psicologia: tendência naturalista

O método da psicologia foi influenciado no seu início pela tendência positivista. Surgiu no século XIX na Alemanha, com o trabalho de diversos médicos empenhados em questões relativas à percepção. Tratava-se propriamente de uma *psicofísica*, cujo método quantificava e generalizava a relação entre mudanças de estímulo para verificar efeitos sensoriais correspondentes.

Dentre os pesquisadores destacou-se Wilhelm Wundt (1832-1920), que fundou o primeiro laboratório de psicologia, em 1879, visando realizar processos de controle experimental.

[2] Consultar o final do capítulo 20, "Da construção do Estado moderno ao liberalismo".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Psicologia comportamental: behaviorismo

No início do século XX, ampliaram-se os estudos de psicologia nos Estados Unidos, sobretudo com a psicologia comportamental ou behaviorismo, nome escolhido pelo precursor John B. Watson (1878--1958). A fim de atingir o ideal positivista de objetividade focado no comportamento, Watson abandonou discussões a respeito da consciência, por considerá--la inatingível mediante observação e experimento.

A teoria behaviorista alcançou novo impulso com Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), que continuou a aceitar como objeto de investigação apenas dados comportamentais. Apoiou-se inicialmente na experiência sobre *reflexo condicionado respondente*, realizada pelo russo Ivan Pavlov, mas posteriormente ampliou essa técnica como *reflexo condicionado operante*.

Etimologia

Behaviorismo. Do inglês *behavior*, "conduta". Portanto, "estudo do comportamento".

Reflexo condicionado respondente

O médico russo Ivan Pavlov (1849-1936) estava mais interessado no funcionamento dos fenômenos de digestão e salivação, mas experiências com cães o levaram à explicação da aprendizagem pelo reflexo condicionado.

Pavlov sabia que a visão ou o aroma do alimento provoca salivação, do mesmo modo que o som de uma campainha faz o cão ficar com as orelhas em pé: em ambos os casos, trata-se de *reflexo simples*, porque não aprendido. Resolveu então associar o alimento ao som da campainha sempre que fosse dado alimento ao cão. Observou, após algumas repetições, que bastava soar a campainha para o cão salivar. Isso significa que o som, antes um estímulo neutro para a salivação, tornou-se um estímulo eficaz: criou-se o reflexo condicionado, houve aprendizagem.

O estímulo do alimento é chamado de *reforço positivo*, pois é ele que torna a reação mais frequente, garantindo a manutenção da resposta. Se o reforço não for mais apresentado, a tendência será a extinção da resposta, isto é, desfaz-se o reflexo condicionado.

O reflexo condicionado pavloviano é chamado de *condicionamento respondente* porque resulta da associação com um estímulo externo ao qual se segue uma resposta.

Condicionamento operante

O condicionamento de Skinner é mais complexo que o respondente, pavloviano. Trata-se do *condicionamento operante*, ou skinneriano, que é determinado por suas consequências, e não por um estímulo que o precede.

Um animal faminto é colocado na "caixa de Skinner". Depois de, casualmente, esbarrar diversas vezes em uma alavanca, percebe que o alimento aparece sempre que a aciona; assim, realiza a associação entre alavanca e alimento. Apertar a alavanca é a resposta, dada antes do estímulo, que é o alimento. Skinner criou inúmeras variantes dessas caixas, inclusive aquelas em que o animal age visando evitar uma punição, como saltar para outro local depois de "avisado" por um sinal luminoso ou sonoro, antes que um choque elétrico seja acionado.

Campos de aplicação

As descobertas de Skinner foram amplamente utilizadas nos Estados Unidos em diversos campos da atividade humana. Na instrução programada, por exemplo, o aluno recebe um texto com uma série de espaços em branco para que preencha em nível crescente de dificuldade. Partindo do princípio de que o reforço deve ser dado imediatamente após o ato, de maneira que a cada momento o aluno possa conferir o erro ou o acerto de sua resposta. O processo foi aperfeiçoado na "máquina de ensinar", que pretende substituir o professor em várias etapas da aprendizagem. Técnicas skinnerianas também podem ser utilizadas na educação infantil, visando criar bons hábitos e corrigir comportamentos inadequados.

No tratamento psicológico de certos comportamentos, a terapia comportamental, ou reflexologia, tem por objetivo descondicionar maus hábitos. Processos semelhantes podem ajudar pessoas que têm medo de voar de avião ou de dirigir veículos.

7 Tendência humanista na psicologia

A orientação de filósofos da corrente humanista segue em outra direção, sobretudo os de tendência fenomenológica, para os quais não há fatos objetivos, pois não percebemos o mundo como um dado bruto, desprovido de significados.[3] Ao contrário, o que cada um percebe é um mundo para ele, daí a importância do sentido, da rede de significações que envolvem os objetos percebidos: a consciência "vive" imediatamente como doadora de sentido.

[3] Para mais informações sobre a fenomenologia, consultar o capítulo 11, "Filosofia contemporânea", e o capítulo 15, "A felicidade: amor, corpo e erotismo".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para saber mais

Para a fenomenologia, toda consciência é *intencional*, não há pura consciência, pois toda consciência visa ao mundo. Do mesmo modo, não há objeto em si, independente da consciência que o percebe.

Psicologia da forma

Teóricos da psicologia da forma, ou *Gestalt*, foram explicitamente influenciados pela fenomenologia e, como tal, opuseram-se às psicologias de tendência positivista. Entre os principais representantes estão os alemães Wolfgang Köhler (1887-1967) e Kurt Koffka (1886-1941).

Vejamos como a *Gestalt* descreve a percepção e o comportamento.

A percepção

Em oposição ao positivismo, os gestaltistas afirmam que não há excitação sensorial isolada, porque o objeto não é percebido em suas partes para depois ser organizado mentalmente, mas apresenta-se primeiro na totalidade (na sua forma, na sua configuração) e só depois os detalhes são percebidos.

A *Gestalt* estudou figuras ambíguas em que, dependendo da função dada às linhas, altera-se a relação entre figura e fundo. Isso depende da pregnância, ou seja, de qual figura nosso olhar destaca naquele momento. O conceito de figura e fundo ocorre, por exemplo, ao se observar uma sala repleta de gente. O ambiente é percebido como uma unidade, mas alguns aspectos sobressaem, enquanto outros ficam em segundo plano. Essa perspectiva pode ser alterada se outros aspectos passarem a ser pregnantes, situação em que a forma do ambiente se altera, dependendo do interesse despertado em nós.

Para refletir

Faça uma experiência com seus colegas: peça a eles que observem por dois minutos determinado ambiente, escrevendo depois o que cada um viu. Na sequência, os pequenos relatórios podem ser lidos e comparados.

O comportamento

Toda a abordagem sobre a percepção vale para o comportamento de animais e pessoas. A ação depende da correlação entre o organismo e o meio, de tal modo que o ambiente se apresente como um campo total. Assim, um mesmo espaço estrutura-se de modo diferente se a pessoa o percorre como faminta, fugitiva ou artista.

REPRODUÇÃO



Peça publicitária da organização não governamental World Wide Fund for Nature (WWF), 2009. Esse é um exemplo de figura ambígua, em que a relação entre figura e fundo é alterada dependendo da função dada aos contornos.

Freud: fundador da psicanálise

O médico austríaco Sigmund Freud criou a teoria psicanalítica com base na *hipótese do inconsciente*. Para a psicanálise, todos os nossos atos têm uma realidade exterior representada na conduta externa, mas também carregam significados ocultos que podem ser interpretados. Usando uma metáfora, a vida consciente é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja parte submersa (de maior volume) simboliza o inconsciente.

Outra inovação da psicanálise encontra-se na compreensão da *natureza sexual da conduta humana*. A energia que preside os atos humanos é de natureza pulsional, que Freud denomina libido, embora a sexualidade não se reduza à genitalidade – isto é, aos atos que se referem à atividade sexual propriamente dita –, porque seu significado é muito mais amplo, abrangendo toda e qualquer forma de gratificação ou busca do prazer.

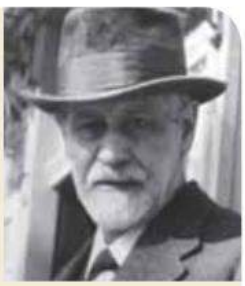
Pulsional: relativo à pulsão. Na psicanálise, as pulsões são forças internas que provocam tensões. As pulsões são de diversas naturezas, entre as quais, as sexuais e as de autoconservação.

Etimologia

***Gestalt*.** Do alemão, "forma", "configuração". No contexto, é a teoria que considera os fenômenos psicológicos como totalidades organizadas, ou seja, como configurações.
Libido. Do latim *libitus*, "desejo", "vontade". Na psicanálise, conceito de complexa definição, entendido como manifestação dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Quem é?



MP/PORTFOLIO/LEEMAGE/AFP

Sigmund Freud. Foto de 1920.

Sigmund Freud (1856-1939) nasceu em Freiberg, na Morávia, região que pertencia ao Império Austro-Húngaro. Fez medicina em Viena e trabalhou com o neurologista francês Jean-Martin Charcot (1825-1893), que tratava mulheres histéricas por meio de hipnose. Escreveu com Joseph Breuer (1842-1925) a obra *Estudos sobre a histeria (1893-1895)*. Abandonou a hipnose pela técnica da associação livre e desenvolveu a teoria psicanalítica. Em 1899, publicou *A interpretação dos sonhos*. Escreveu ainda: *Psicopatologia da vida cotidiana*, *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, *Cinco lições de psicanálise*, *O futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na cultura*.

As três instâncias do aparelho psíquico

Ao descrever o aparelho psíquico, Freud delimita três instâncias diferenciadas: id, ego e superego.

- O *id* (do latim, "isto") constitui o polo pulsional da personalidade, o reservatório primitivo da energia psíquica; seus conteúdos são inconscientes, alguns inatos e outros recalcados.
- O *ego* (do latim, "eu") é a instância que age como intermediária entre o id e o mundo externo; em contraste com o id, que contém as pulsões, o ego enfrenta conflitos para adequá-las pela razão às circunstâncias. Por isso, o ego é também a sede do superego.
- O *superego* (ou "supereu") é o que resulta da internalização das proibições impostas pela educação, de acordo com os padrões da sociedade em que se vive.

As forças antagônicas que agem no ego exigem do indivíduo um ajuste regulador, o *princípio de realidade*, pelo qual equaciona a satisfação imediata dos desejos, adequando o *princípio do prazer* às condições impostas pelo mundo exterior.

Quando o conflito é muito grande e o ego não suporta a consciência do desejo, este é rejeitado, o que determina o processo designado como *repressão*. No entanto, o que foi reprimido não permanece no inconsciente, pois, sendo energia, precisa ser expandido. Reaparece, então, na forma de sintomas, que podem ser decifrados na sua linguagem simbólica. Caso os sintomas permaneçam obscurecidos pelo desconhecimento das causas, as consequências são as neuroses ou até desordens mais graves.



CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © WATTERSON/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK

O melhor de Calvin (1995), tirinha de Bill Watterson. Nessa tira, podemos fazer uma correlação divertida com as três instâncias do aparelho psíquico. Calvin festeja a satisfação da força do id (trancar sua amiga Suzi no armário); a mãe de Calvin representa o superego, que impõe padrões de convívio social; e o tigre Haroldo simboliza o princípio de realidade do ego consciente (a travessura terá como consequência um castigo certo).

Associação livre

Há várias maneiras de sondagem do inconsciente e, para Freud, os sonhos são o caminho real e privilegiado. O que recordamos de um sonho é o seu *conteúdo manifesto*, que às vezes nos parece incoerente e absurdo. No entanto, todo sonho oculta um *conteúdo latente*, a ser descoberto pela decifração do seu simbolismo. Para tanto, Freud propôs a técnica da associação livre, pela qual o próprio indivíduo, seguindo o fluxo espontâneo das ideias, dá pistas para ser descoberto o sentido oculto.

Além dos sonhos, os atos falhos e os chistes são fenômenos psíquicos que fornecem elementos adequados à interpretação. Os atos falhos são pequenos deslizes, como esquecimentos, trocas de nomes ou lapsos de linguagem aparentemente involuntários, mas que podem ser interpretados porque "traem" algum segredo. O chiste consiste em gracejos feitos sem aparente intenção de ofender ou seduzir, mas que revelam forças agressivas ou eróticas reprimidas.

Para saber mais

Algumas pessoas procuram significados fixos para os sonhos, como se houvesse símbolos universais; outras têm a expectativa de que cabe ao terapeuta interpretar o sonho, quando, na verdade, tudo se inicia nas associações feitas pelo próprio sujeito que sonha.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Psicanálise e cultura

Em *O mal-estar na cultura* – que alguns traduzem como *O mal-estar na civilização* –, Freud reflete sobre o efeito da repressão dos instintos agressivos e sexuais e seus resultados na cultura, capazes de provocar perigoso estado de frustração. Ao observar que as forças agressivas e egoístas precisam ser controladas para permitir o convívio humano e a vida moral, Freud se pergunta em que medida essa renúncia pode ser autodestrutiva a ponto de comprometer a felicidade. Conclui com pessimismo que o indivíduo paga um alto preço para civilizar-se.

8 Ciências cognitivas

As ciências cognitivas nasceram na década de 1950, embora houvesse pesquisas anteriores desse tipo. Elas se constituíram de modo multidisciplinar, com a participação, de início, da psicologia, da linguística e de estudos sobre inteligência artificial. Na sequência, outras áreas contribuíram para esclarecer como ocorre o conhecimento: etologia, sobre o comportamento animal; antropologia, pela comparação de diversas culturas; psiquiatria, com o estudo de transtornos mentais; neurociências, que fazem o mapeamento do cérebro.

Neurociências

Ainda no final do século XIX, pesquisas de diversos cientistas levaram à descoberta dos neurônios e à descrição de seu funcionamento, o que descortinou a dinâmica do sistema nervoso. Muitos estudos sobre visão e localização de áreas cerebrais específicas foram realizados ao longo do século seguinte.

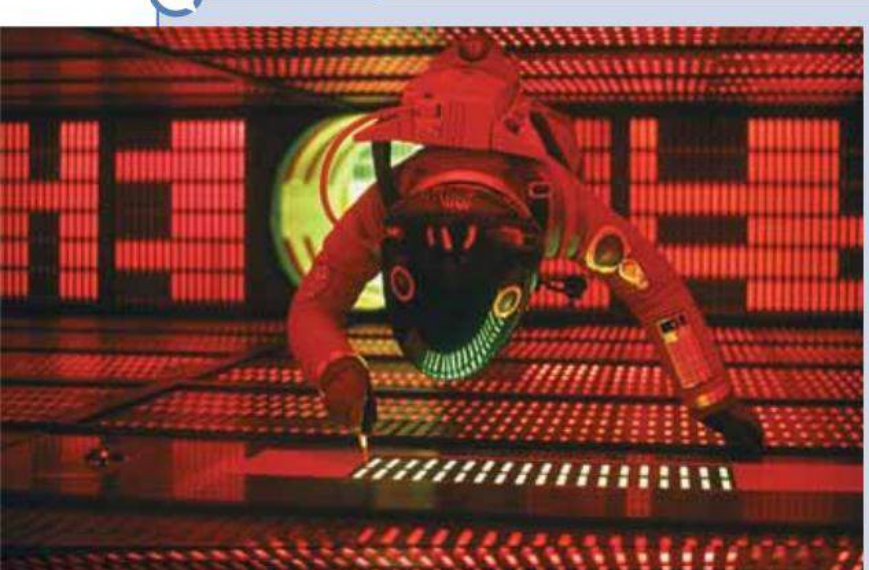
Na década de 1980, o avanço tecnológico na área médica, sobretudo o desenvolvimento de novas técnicas de diagnóstico por imagem, como ressonância magnética e tomografia, tornou possível conhecer melhor o funcionamento cerebral. Se de início a neurociência era um estudo para biólogos e médicos, tornou-se depois uma *ciência interdisciplinar*, com a participação de áreas as mais diversas, como psicologia, filosofia, física, química, engenharia, antropologia, ciências da computação e muitas outras.

Pode-se dizer que, dessa maneira, as neurociências refinaram discussões que vinham de longa data. Com as descobertas, teorias antigas foram consideradas reducionistas por relacionarem fenômenos mentais exclusivamente a processos neurológicos, quando na verdade se constatava que o funcionamento do psiquismo é mais plástico. Ou seja, não há como negar o suporte cerebral da atividade intelectual, mas ela é flexível porque depende da aprendizagem e, consequentemente, de fatores culturais e sociais, além de se adaptar de maneiras diferentes a situações adversas.

Vários neurocientistas têm realizado experiências de que participam pesquisadores estadunidenses, suíços e brasileiros, a fim de tentar controlar membros artificiais com a atividade cerebral. Experiências similares já tinham sido feitas com macacos, que conseguiram acionar um braço robótico para alcançar uma banana – realizadas pela equipe do brasileiro Miguel Nicolelis (1961), à frente de um centro de referência em neurociência em Natal (RN), além de pesquisas na Universidade de Duke (Estados Unidos).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para refletir



ARCHIVES DU 7E ART/MGM/GLOW IMAGES

Em livros ou filmes, a ficção científica tem explorado o tema dos robôs humanizados. Desde a obra *Frankenstein* (1818), da inglesa Mary Shelley, ao clássico filme de Stanley Kubrick *2001, uma odisseia no espaço* (1968), a relação entre criador e criatura desafia a imaginação – e os temores – do ser humano. Os produtos que criamos com auxílio da técnica seriam maravilhas ou artefatos perigosos? Como poderiam ser interpretadas as produções que abordam essa temática?

Cena do filme *2001, uma odisseia no espaço* (1968), do diretor Stanley Kubrick. No filme, Hal 9000 é uma inteligência artificial que auxilia no controle de uma nave espacial e é representada visualmente por câmeras que emitem uma luz avermelhada.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Explique por que a liberdade, considerada uma condição humana, dificulta – embora não impeça – a constituição do método das ciências humanas.
2. Qual é a diferença entre o reflexo condicionado respondente e o operante?
3. Um bebê esbarra casualmente em um brinquedo que emite sons. Após perceber outras vezes o mesmo efeito, passa a tocá-lo intencionalmente para ouvir o som. Por meio de um reforço (o prazer da audição), a criança aprendeu um novo comportamento: sempre que tocar no brinquedo terá a satisfação do desejo. Explique se esse tipo de condicionamento ocorrido com o bebê é pavloviano ou skinneriano. Justifique sua resposta.
4. Qual é a crítica dos gestaltistas às psicologias inspiradas no positivismo?
5. Considerando que Émile Durkheim estabeleceu uma metodologia que visava à objetividade da ciência sociológica para examinar os fatos sociais como "coisas", responda às questões.
   a) Em que orientação filosófica se baseia essa orientação metodológica?
   b) O que Durkheim entende por examinar os fatos sociais como coisas?
6. Ao se posicionar diante das orientações metodológicas das ciências humanas vigentes no seu tempo, Wilhelm Dilthey afirmou que "Explicamos a natureza, mas compreendemos o homem". Comente essa afirmação.

Aplicando os conceitos

7. Na citação abaixo, identifique a orientação de Comte e explique qual é a consequência dessa afirmação para a escolha do método na psicologia.

[...] o espírito humano pode observar diretamente todos os fenômenos, exceto os seus próprios. Pois quem faria a observação? [...] Ainda que cada um tivesse a ocasião de fazer sobre si tais observações, estas, evidentemente, nunca poderiam ter grande importância científica. Constitui o melhor meio de conhecer as paixões sempre observá-las de fora. Portanto todo estado de paixão muito pronunciado, a saber, precisamente aquele que será mais essencial examinar, necessariamente é incompatível com o estado de observação.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 19-20. (Coleção Os Pensadores)

8. "*Rhodes must fall*" ("Rhodes tem de cair") foi o mote que culminou com a retirada do monumento dedicado a Cecil Rhodes do centro do *campus* da Universidade da Cidade do Cabo (UCT – University of Cape Town), África do Sul. Magnata inglês, Rhodes foi primeiro-ministro da então Colônia do Cabo no final do século XIX e arrebanhou fortuna com o trabalho de negros em minas de diamantes. Masixole Mlandu, líder do movimento de estudantes que conseguiu a retirada do monumento, disse:

Crescemos com a inferioridade gravada no corpo, privados da nossa própria terra, desconectados de nós mesmos [...], é esse até hoje o verdadeiro legado de Rhodes.

In: PEDRO, Francisco C. Na África do Sul, caem os ícones da colonização. *CartaCapital*, São Paulo, 8 maio 2015. Disponível em <www.cartacapital.com.br/revista/848/caem-os-icones-da-colonizacao-5435.html>. Acesso em 24 mar. 2016.

Considerando o que vimos a respeito de como os europeus do século XIX se posicionavam com relação aos povos colonizados, comente esse fato.



CHARLIE SHOEMAKER/GETTY IMAGES/AFP

Monumento dedicado a Cecil Rhodes é removido por guindaste no *campus* da Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul). Foto de 2015.

9. Leia o trecho abaixo e identifique a tendência metodológica, justificando sua resposta.

Quaisquer que tenham sido as declarações de princípio de Freud, as investigações psicanalíticas resultam de fato não em explicar o homem pela infraestrutura sexual, mas em reencontrar na sexualidade as relações e as atitudes que anteriormente passavam por relações e atitudes de consciência, e a significação da psicanálise não é tanto a de tornar biológica a psicologia quanto a de descobrir um movimento dialético em funções que se acreditavam "puramente corporais", e reintegrar a sexualidade no ser humano.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 218.

Dissertação

10. Elabore uma dissertação com base no tema: "As feridas narcísicas". Freud chamou de "feridas narcísicas" acontecimentos que desde a modernidade golpearam a autoestima da humanidade: com Copérnico (heliocentrismo), o homem deixou de estar no centro do Universo; com Darwin (evolucionismo), deixou de ser o centro do reino animal; com o próprio Freud (inconsciente), deixou de ser o centro de si mesmo. A esses três, pode-se acrescentar Marx (luta de classes), com o qual o ser humano deixou de ser o centro da história.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Colóquio

Discussões a respeito do domínio humano sobre a natureza

Entre os séculos XVI e XVII, Francis Bacon se dedicaria a questões voltadas à ciência. Defendia que o conhecimento possibilitaria o domínio do homem sobre a natureza, passo importante na emancipação humana. Os períodos seguintes assistiram ao amplo desenvolvimento da técnica, mas que trouxe consigo uma contradição. Se, por um lado, a tecnologia tem o potencial de fornecer instrumentos que melhoram a vida das sociedades, por outro, ela pode levar ao esgotamento dos recursos naturais, entre outros efeitos nocivos, comprometendo as condições de existência do próprio planeta. É com base no diagnóstico dos problemas ambientais enfrentados na contemporaneidade que o filósofo francês Félix Guattari (1930-1992) desenvolverá sua crítica à ciência nos moldes baconianos, preconizando uma nova maneira de nos relacionarmos com a técnica, da qual não se pode desvincular as problemáticas éticas e políticas.

Texto 1

Conhecimento e domínio sobre a natureza

"[...] Só então poderemos dizer ter colocado nas mãos dos homens, como justo e fiel tutor, as suas próprias fortunas, estando o intelecto emancipado e, por assim dizer, liberto da menoridade; daí, como necessária, segue-se a reforma do estado da humanidade, bem como a ampliação do seu poder sobre a natureza.

Pelo pecado o homem perdeu a inocência e o domínio das criaturas. Ambas as perdas podem ser reparadas, mesmo que em parte, ainda nesta vida; a primeira com a religião e com a fé, a segunda com as artes e com as ciências. Pois a maldição divina não tornou a criatura irreparavelmente rebelde; mas, em virtude daquele diploma: *Comerás do pão com o suor de tua fronte*[4], por meio de diversos trabalhos (certamente não pelas disputas ou pelas ociosas cerimônias mágicas), chega, enfim, ao homem, de alguma parte, o pão que é destinado aos usos da vida humana."

BACON, Francis. *Novum organum*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 218.

Texto 2

Para onde a técnica nos leva?

"Chernobyl [...] [revelou] brutalmente os limites dos poderes técnico-científicos da humanidade e as 'marchas a ré' que a 'natureza' nos pode reservar. É evidente que uma responsabilidade e uma gestão mais coletiva se impõem para orientar as ciências e as técnicas em direção a finalidades mais humanas. Não podemos nos deixar guiar cegamente pelos tecnocratas dos aparelhos de Estado para controlar as evoluções e conjurar os riscos nesses domínios, regidos no essencial pelos princípios da economia de lucro. Certamente seria absurdo querer voltar atrás para tentar reconstituir as antigas maneiras de viver. Jamais o trabalho humano ou o hábitat voltarão a ser o que eram há poucas décadas, depois das revoluções informáticas, robóticas, depois do desenvolvimento do gênio genético e depois da mundialização do conjunto dos mercados. A aceleração das velocidades de transporte e comunicação, a interdependência dos centros urbanos [...] constituem igualmente um estado de fato irreversível que conviria antes de tudo reorientar. De uma certa maneira, temos que admitir que será preciso lidar com esse estado de fato. Mas esse lidar implica uma recomposição dos objetivos e dos métodos do conjunto do movimento social nas *condições de hoje*. Para simbolizar essa problemática, que me seja suficiente evocar a experiência de Alain Bombard na televisão quando apresentou duas bacias de vidro: uma contendo água poluída, como a que podemos recolher no porto de Marselha e na qual evoluía um polvo bem vivo, como que animado por movimentos de dança; a outra, contendo água do mar isenta de qualquer poluição. Quando ele mergulhou o polvo na água 'normal', após alguns segundos, vimos o animal se encarquilhar, se abater e morrer."

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 20. ed. Campinas: Papirus, 2009. p. 24-25.

[4] Gênesis, 3, 19.

Questões

1. Qual é a concepção de ciência desenvolvida por Francis Bacon no trecho citado?
2. Como Guattari encara os efeitos da racionalidade tecnocrática?
3. Em sua opinião, o modo de Bacon entender o papel da ciência tem muitos adeptos ainda hoje?

Filme O jogo da imitação

Dir.: Morten Tyldum | **Países:** Reino Unido; Estados Unidos | **Ano:** 2014
Dur.: 114 min

O filme é inspirado na vida do matemático inglês Alan Turing, que criou uma máquina para quebrar os códigos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Nesses anos, o cientista já refletia sobre a inteligência artificial e realizava inventos que dariam origem aos computadores modernos. Vemos a relação problemática do personagem com os militares e acompanhamos o modo como a ciência e a técnica alteraram os rumos da guerra e de sua própria vida.

Fique atento

- À relação direta entre deter conhecimentos científicos e obter vantagens nos conflitos bélicos.
- À montagem do filme, que contrapõe o interior dos laboratórios às cenas dos campos de batalha.
- À delicada relação entre *ética* e *ciência* durante esse período da história.

Analise e responda

1. Quando finalmente consegue desvendar os códigos nazistas, por uma questão estratégica, Turing opta por manter segredo. Comente essa escolha e elabore uma reflexão sobre o papel da ciência no contexto de guerra.
2. O filme transmite a ideia de que a ciência é desvinculada dos valores sociais sob os quais ela se desenvolve?

Livro Androides sonham com ovelhas elétricas?

Autor: Philip K. Dick | **Editora:** Aleph | **Ano:** 2014

Nessa obra de ficção científica do escritor estadunidense Philip K. Dick (1928-1982), a Terra está quase completamente desabitada em decorrência da Guerra Mundial Terminus, que dispersou uma poeira radioativa em todo o planeta. Os humanos que restaram emigraram, em sua maioria, para outros planetas. Os que aqui permaneceram estavam sob a constante ameaça de sofrerem alterações genéticas decorrentes da radioatividade, transformando-se em seres especiais, completamente marginalizados na pequena sociedade que se manteve.

Nesse cenário apocalíptico, vive o caçador de androides Rick, responsável por identificar e conter os robôs que fugiam de Marte e tentavam levar uma vida livre, passando-se por humanos no planeta Terra. Temas como a inteligência artificial e os riscos da tecnologia voltada para fins bélicos são as bases desse romance.

Fique atento

- Ao duplo processo de humanização das máquinas e maquinização dos humanos realizado na narrativa.
- Às pequenas sutilezas, na fala e nos gestos, que permitem identificar os androides.
- Às descrições do planeta Terra pós-guerra nuclear.

Analise e responda

1. O sintetizador de humor é uma aparelhagem bastante utilizada pelos personagens da obra, capaz de definir quais sentimentos e estados de humor experimentarão. O que você acha desse tipo de procedimento? Esse tipo de tecnologia nos desumanizaria?
2. A ficção científica fala de mundos imaginários, mas levanta questões importantes sobre a realidade que nos cerca. Quais alertas o livro sugere sobre o desenvolvimento científico irrefletido?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE VII

Estética



ANDRÉ DIB/FULSAR IMAGENS

Fachada da Igreja de São Francisco de Assis, projetada por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Foto tirada em Ouro Preto (MG), 2015.

Vale observar que o ideal arquitetônico, tanto do ponto de vista funcional como da beleza, sofre alterações constantes no decorrer da história e que essas mudanças podem ser notadas num mesmo espaço. Nas duas fotografias reproduzidas aqui, é nítida a influência dos séculos XVIII, XIX e XX. Não se pode esquecer que, embora a obra projetada por Frank Gehry e Vlado Milunić se destaque na imagem (página seguinte), no seu entorno predominam construções dos séculos XVIII e XIX.

Capítulos

27 **Estética: introdução conceitual**, 348

28 **Cultura e arte**, 355

29 **Arte como forma de pensamento**, 362

30 **A significação na arte**, 371

31 **Concepções estéticas**, 379

A estética dita *teórica* ou *geral*, quando se propõe determinar qual a característica ou conjunto de características comuns que se encontram na percepção de todos os objetos que provocam a *emoção estética*, é dita *prática* ou *particular* quando estuda as diferentes formas de arte.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 343-344.

Leia o texto acima e observe as imagens. O que esses dois edifícios têm em comum? Como podemos aplicar o conceito de belo para os dois se são tão diferentes? Na página anterior, temos uma igreja barroca mineira, tombada como patrimônio histórico, construída entre 1766 e 1810. Abaixo, um edifício assimétrico, com formas orgânicas, imprevisível, construído no final do século XX para abrigar um banco holandês em um quarteirão de prédios neobarrocos datados dos séculos XVIII e XIX; seu estilo é conhecido como desconstrutivista.

Questões

O fato de considerarmos as duas construções como obras de arte arquitetônicas nos leva a formular algumas perguntas:

1. O que é uma obra de arte?
2. O conceito de belo é universal ou é relativo a um tempo e a um período?
3. O gosto varia de sujeito para sujeito ou é algo universal?
4. Por que a estética tem ligação com a arte?

Discuta em grupo e anote as conclusões. Esses são os temas que vão nos guiar nesta unidade.

ANDREA PUCC/GETTY IMAGES



Casa dançante, edifício projetado pelos arquitetos Vlado Milunić e Frank Gehry. Foto tirada em Praga (República Tcheca), 2015.

CAPÍTULO 27

Estética: introdução conceitual



© MUNIZ, VIK/AUTVIS, BRASIL, 2016 – COLEÇÃO PARTICULAR

Natureza-morta com maçãs (a partir de Cézanne), de Vik Muniz, 2004.

Os objetivos deste capítulo são: compreender que a estética é um ramo da filosofia; compreender que o gosto, como julgamento sem preconceitos, é formado a partir da convivência com a obra de arte; entender o significado da polêmica sobre a subjetividade e objetividade do gosto por meio da história da filosofia; dinstinguir a experiência estética de outras experiências a partir de suas características próprias; e compreender que a recepção estética não impõe regras externas à obra para julgá-la.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: estética; gosto; valores estéticos; belo; feio; preferência; e experiência estética.

É comum que a arte contemporânea incorpore objetos e temáticas do cotidiano, o efêmero e os valores difundidos pelos meios de comunicação. No caso da obra de Vik Muniz, pode-se pesquisar outras referências para que os alunos notem os materiais não usuais com que o artista escolhe trabalhar.

Essa obra de Vik Muniz, parte da série *Quadros de revistas*, apresenta-nos uma natureza-morta. Ela nos faz pensar em outro artista e em outra obra do século XX: o pintor pós-impressionista Paul Cézanne e sua *Natureza-morta com maçãs*. Seria então uma cópia? Não.

De um lado, se imaginarmos as criações de Cézanne, teremos densas camadas de tinta a óleo aplicadas sobre uma tela, recorrendo tanto a pincéis como a espátulas. De outro, ao observarmos a obra reproduzida acima, veremos que um furador de papel e revistas parecem ter substituído os instrumentos usuais na composição da obra. Trata-se de uma releitura, como se convencionou chamar em arte contemporânea, ou seja, é uma apropriação de uma obra do passado em outro contexto. Nesse caso, o artista, fiel ao seu gosto pela pesquisa de materiais, refaz a pintura de Cézanne com pequenos círculos de papel de revista colados de maneira sobreposta. Ao final, ele fotografa o resultado.

Quem é?

Vik Muniz nasceu em São Paulo em 1961 e divide-se entre Nova York e Rio de Janeiro. Trabalha desde 1988 em séries nas quais usa materiais inusitados, como açúcar, chocolate e lixo. Compõe as imagens com materiais instáveis sobre superfícies e depois as fotografa. As fotografias em edições limitadas são o produto final de seu trabalho. Sua pesquisa gira em torno dos materiais, da conservação e da circulação de obras efêmeras.



ZUMAPRESS/EASYPIX BRASIL

Vik Muniz. Foto de 2015.

1 Conceito e história do termo estética

Embora a arte faça parte do mundo humano desde a Pré-história e tenha ocupado lugar de grande importância em todas as civilizações, a palavra *estética* só foi introduzida no vocabulário filosófico em 1750, pelo filósofo alemão Alexander Baumgarten. Referia-se à cognição por meio dos sentidos, ou seja, o *conhecimento sensível*. Mais tarde, passou a usar o termo com referência à percepção da beleza, especialmente na arte.

Para Baumgarten, a estética tem exigências próprias em termos de verdade, pois alia a sensação e o sentimento à racionalidade. A estética, para ele, completa a lógica e deve dirigir a faculdade do conhecer pela sensibilidade. Define a beleza estética como "a perfeição, à medida que é observável como fenômeno do que é chamado, em sentido amplo, gosto, é a beleza".[1]

Kant daria continuidade a esse uso, utilizando a palavra *estética* para designar os julgamentos de beleza, tanto na arte quanto na natureza. Mais tarde, no século XX, a constatação da existência de muitos valores estéticos além da beleza levou o objeto da estética a deixar de ser "a produção voluntária do belo".

Mais recentemente, o conceito foi ampliado para referir-se a julgamentos e avaliações, como também às qualidades de um objeto, às atitudes do sujeito para considerar o objeto e, principalmente, à experiência prazerosa que o indivíduo pode ter diante de uma obra de arte. Mais importante do que tudo, o *estético* passou a denominar outros valores artísticos, que não só a beleza no sentido tradicional.

Por isso, enquadramos a *estética* em um ramo da filosofia que estuda racionalmente os valores propostos pelas obras de arte e o sentimento que suscitam nos seres humanos.

Ao estudar a história das artes, entretanto, encontramos expressões como: estética renascentista, estética realista, estética socialista etc. Nesses casos, a palavra *estética*, usada como substantivo, designa *um conjunto de características formais que a arte assume em determinado período*, que corresponde ao que chamamos de *estilo*. Esse é um significado restrito do termo *estética*, que atualmente também pode ser trocado por *poética*: "conjunto de princípios estéticos, explícitos ou implícitos, que orientam a atividade de um escritor, artista ou movimento literário ou artístico".[2] A poética, portanto, vai além dos princípios estéticos, na medida em que estes precisam aparecer em uma prática determinada.

É nesse sentido que podemos falar da poética de Vik Muniz ou de Ismael Nery. A de Vik Muniz é pós-modernista porque inclui o uso de materiais do cotidiano, como lixo, revistas picadas, açúcar etc., além da releitura de obras de outros artistas e da fotografia. O principal, entretanto, é o seu modo próprio de ver o mundo.

Quem é?

Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), filósofo alemão, deu o primeiro curso de estética em 1742. Esse curso foi a base do livro *Estética* (escrito originalmente em latim, com o título de *Aesthetica*), que ficaria inacabado até a morte do filósofo, em 1762. Graças a ele, a filosofia foi enriquecida com essa nova área do conhecimento.



EDUARDO FRANCISCO

Alexander Gottlieb Baumgarten. Ilustração a partir de um retrato do século XVIII.

Etimologia

Estética. Do grego *aisthesis*, significa "faculdade de sentir", "compreensão pelos sentidos", "percepção totalizante".

[1] HUISMAN, Denis. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 123.

[2] Definição para o verbete *poética* no *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora. Disponível em ‹www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/po%C3%A9tica›. Acesso em 28 mar. 2016.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

2 O belo e o feio: a questão do gosto

O que é a beleza? Será possível defini-la objetivamente? Ou será uma noção eminentemente subjetiva, isto é, que depende de cada um?

A beleza

De Platão ao classicismo, os filósofos tentaram fundamentar a objetividade da arte e da beleza. Para Platão, a beleza é a única ideia que resplandece no mundo. Se, por um lado, ele reconhece o caráter sensível do belo, por outro, continua a afirmar sua essência ideal, objetiva, porque existe no mundo das ideias. Segundo o pensamento platônico, somos obrigados a admitir a existência do "belo em si" independentemente das obras individuais que, na medida do possível, devem aproximar-se desse ideal universal. O classicismo vai ainda mais longe, pois deduz regras para o fazer artístico com base no *belo ideal*, fundando a *estética normativa*. É o objeto que passa a ter qualidades que o tornam mais ou menos agradável, independentemente do sujeito que as percebe.

Para saber mais

Para uma visão mais aprofundada sobre a objetividade da arte e da beleza, leia o item "O naturalismo na arte grega", no capítulo 31, "Concepções estéticas".

Nos séculos XVII e XVIII, do outro lado da polêmica, os filósofos empiristas Locke e Hume relativizam a beleza, uma vez que ela não é uma qualidade das coisas, mas só o sentimento na mente de quem as contempla. Por isso, o julgamento de beleza depende tão somente da presença ou ausência de prazer em nossas mentes. Todos os julgamentos de beleza, portanto, são verdadeiros, e todos os gostos são igualmente válidos. Aquilo que depende do gosto e da opinião pessoal não pode ser discutido racionalmente, donde o ditado: "Gosto não se discute". O belo, portanto, não está mais no objeto, mas nas condições de recepção do sujeito.[3]

No século seguinte, Kant, na tentativa de superar a dualidade objetividade-subjetividade, debruça-se sobre os *julgamentos estéticos*, ou de beleza, e não sobre a *experiência estética*. Afirma que o belo é "aquilo que agrada universalmente, ainda que não se possa justificá-lo intelectualmente". Para ele, o objeto belo é uma ocasião de prazer, cuja causa reside no sujeito. O princípio do *juízo estético*, portanto, é o sentimento do sujeito, e não o conceito do objeto. Entretanto, esse sentimento é despertado pela presença do objeto. Embora seja um sentimento, portanto, subjetivo, individual, há a possibilidade de universalização desse juízo, pois as condições subjetivas da faculdade de julgar são as mesmas em cada ser humano.

Belo, portanto, é uma qualidade que atribuímos aos objetos para exprimir certo estado da nossa subjetividade. Por isso, não há uma ideia de belo nem pode haver regras para produzi-lo. Há objetos belos, modelos exemplares e inimitáveis, como trata o último capítulo desta unidade.

Hegel, em seguida, introduz o conceito de história ao estudo do belo, e, a partir do século XIX, a beleza muda de face e de aspecto através dos tempos. Essa mudança (devir), que se reflete na arte, depende mais da cultura e da visão de mundo vigentes do que de uma exigência interna do belo.

Objetividade: julgamento fundado sobre a observação do objeto que tem validade para todos os indivíduos, não somente para este ou aquele.

Subjetivo: que é individual, válido para cada sujeito; baseado em valores, preferências, limites e possibilidades individuais.

[3] Para mais informações sobre o belo e o gosto, conferir o capítulo 31, "Concepções estéticas".



O melhor de Calvin (1992), tirinha de Bill Watterson. Para Calvin, como para grande parte das pessoas que não têm familiaridade com as propostas da arte de vanguarda e da arte contemporânea, a vanguarda abriga toda e qualquer coisa, com ou sem valor estético.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hoje, de uma perspectiva fenomenológica, consideramos o belo como uma qualidade de certos objetos singulares que nos são dados à percepção. Beleza é, também, a imanência total de um sentido ao sensível. O objeto é *belo* porque *realiza sua finalidade*, é *autêntico*, verdadeiramente *segundo seu modo de ser*, isto é, por ser um objeto singular, sensível, *carrega um significado que só pode ser percebido na experiência estética*. Não existe mais a ideia de um único valor estético que seja base para julgarmos todas as obras. Cada objeto singular estabelece seu próprio tipo de beleza.

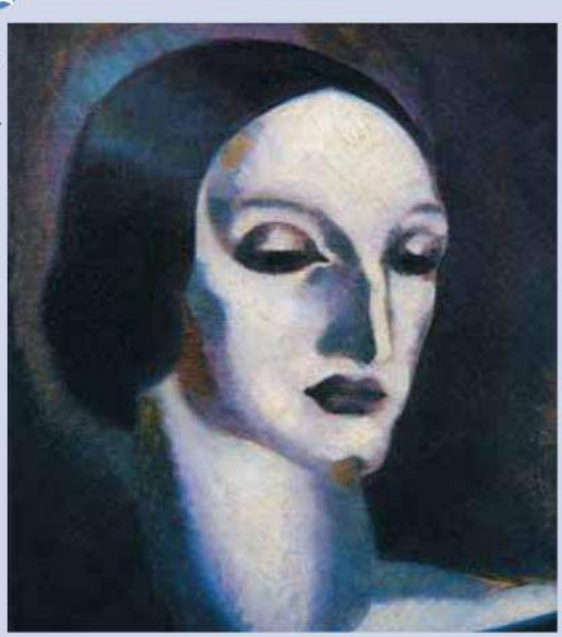
O feio

A questão do feio está implícita na problemática do belo. Por princípio, o feio não pode ser objeto da arte. No entanto, podemos distinguir, de imediato, dois modos de representação do feio:

- a representação do assunto "feio";
- a forma de representação feia.

No primeiro caso, embora o assunto "feio" tenha sido banido do território artístico durante séculos (pelo menos desde a Antiguidade grega até a época medieval), no século XIX ele foi reabilitado.

Para refletir



ISMAEL NERY – COLEÇÃO PARTICULAR

Retrato de Adalgisa, pintura de Ismael Nery. Óleo sobre cartão, 34,6 cm x 26,5 cm.

Nessa obra, o artista retrata sua esposa, tendo por tema não a pessoa dela propriamente, mas o ser humano e sua postura diante do mundo e de si mesmo. Você acha que é um retrato feio ou bonito? Explique por que essa pintura indica a busca pela figura humana ideal, ou seja, por que é uma figura tipo.

No momento em que a arte rompe com a ideia de *ser cópia do real* para ser considerada criação autônoma com a função de *revelar as possibilidades do real*, ela passa a ser avaliada de acordo com a autenticidade da sua proposta e sua capacidade de falar ao sentimento, como aborda o capítulo 29, "Arte como forma de pensamento".

No segundo caso, trata-se de percebermos que o problema do belo e do feio foi deslocado do assunto para o modo de representação. Só haverá obras "feias" na medida em que forem malfeitas, isto é, que não corresponderem plenamente à sua proposta. Em outras palavras, se houver uma obra feia – neste último sentido –, não haverá obra de arte.

Gosto e subjetividade

O conceito de gosto não deve ser encarado como uma preferência arbitrária e imperiosa da nossa subjetividade.

Quando o gosto é entendido desse modo, ele se refere mais a si mesmo do que ao mundo dentro do qual se forma, e esse tipo de julgamento estético decide o que prefiro em virtude do que sou. Passo a ser a medida absoluta de tudo (aquilo de que eu gosto é bom e aquilo de que eu não gosto é ruim), e essa atitude só pode levar ao dogmatismo e ao preconceito.

A subjetividade em relação ao objeto estético precisa estar mais interessada em *conhecer*, entregando-se às particularidades de cada objeto, do que em *preferir*. Nesse sentido, *ter gosto é ter capacidade de julgamento sem preconceitos*. É a própria presença da obra de arte que forma o gosto: torna-nos disponíveis, supera as particularidades da subjetividade, converte o particular em universal. Segundo o filósofo francês Mikel Dufrenne (1910-1995), a obra de arte:

> [...] convida a subjetividade a se constituir como olhar puro, livre abertura para o objeto, e o conteúdo particular a se pôr a serviço da compreensão em lugar de ofuscá-la fazendo prevalecer as suas inclinações. À medida que o sujeito exerce a aptidão de se abrir, desenvolve a aptidão de compreender, de penetrar no mundo aberto pela obra. Gosto é, finalmente, comunicação com a obra para além de todo saber e de toda técnica. O poder de fazer justiça ao objeto estético é a via da universalidade do julgamento do gosto.
>
> DUFRENNE, Mikel. *Phénoménologie de l'expérience esthétique*. Paris: PUF, 1967. p. 100. v. 2. (Tradução nossa)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 A atitude estética

Apreciar as qualidades estéticas de uma obra de arte é bem diferente de notar suas propriedades físicas: tamanho, peso, material de que é feito. Seu valor econômico, de troca, também não entra em consideração na apreciação estética. Costuma-se dizer que a experiência estética, ou a experiência do belo, é gratuita, é *desinteressada*, ou seja, não visa a um interesse prático imediato. Só nesse sentido podemos entender a gratuidade dessa experiência; jamais como inutilidade, uma vez que ela responde a uma necessidade humana e social.

Ressalte-se que a experiência estética:

- não visa ao conhecimento lógico, medido em termos de verdade;
- não tem como alvo a ação imediata;
- não pode ser julgada em termos de utilidade para determinado fim.

Algumas vezes essa atitude desinteressada é chamada de "contemplativa". Não nos enganemos, entretanto, com o significado dessa palavra. A contemplação não se opõe à ação: ao contrário, ela é também uma ação, pois é percepção ativa, que envolve a antecipação e a reconstrução. É o que se verifica na experiência musical (por ser uma arte temporal, precisamos reter na memória as notas já tocadas para poder seguir a melodia); nas artes visuais (sobretudo em seus aspectos formais, como a relação da figura com o fundo, as formas, cores e tonalidades, os diferentes planos etc.); na literatura (a estrutura narrativa).

Por exemplo, nosso interesse pela obra de Vik Muniz, que abriu este capítulo, não é guiado pelo fato de estarmos com fome. O interesse é pelo uso incomum de círculos de papel colorido formando a imagem que foi fotografada; pelo fato de que esse método de certa forma relembra o pontilhismo (ou a sobreposição de pontos coloridos para formar as cores secundárias e terciárias), usado por alguns impressionistas. Todos esses aspectos formais da obra de arte contribuem para que possamos fazer uma leitura de seus significados.

4 A recepção estética

A experiência estética é a *experiência da presença* tanto do objeto estético como do sujeito que o percebe. Nenhum argumento racional ou conjunto de regras poderá nos convencer de que um objeto é belo se não pudermos percebê-lo por nós mesmos, se não estivermos frente a frente com ele.

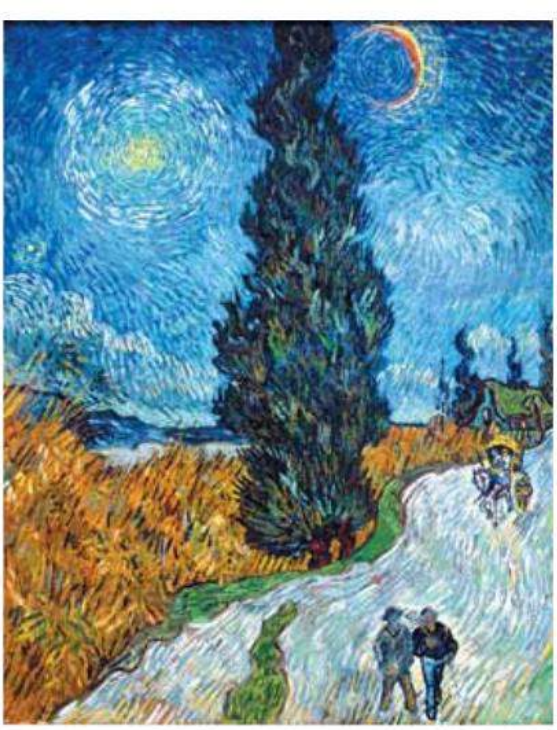
A obra de arte, como já dissemos, pede uma recepção justa, que se abra para ela e ao mesmo tempo não lhe imponha normas externas. Essa recepção tem por finalidade o desvelamento do objeto, por meio de um sentimento que o acolhe e lhe é solidário.

A obra de arte espera que aquele que a aprecia "jogue seu jogo", isto é, entre no seu mundo, de acordo com as regras ditadas pela própria obra para que seus múltiplos sentidos possam aparecer.

O espectador, ao acolhê-la, atualiza as possibilidades de significado da arte e testemunha o surgimento de algumas significações contidas na obra. Outros irão vê-la, e outros significados surgirão.

5 A compreensão pelos sentidos

Agora fica mais fácil entender a definição de estética como "compreensão pelos sentidos" e "percepção totalizante". A arte desafia o nosso intelecto tanto quanto as nossas capacidades perceptivas e emocionais. Quando nos expomos a uma obra de arte – seja ela erudita, seja popular – de peito aberto, sem preconceitos e sem impor limites à experiência, todo o nosso ser, tudo o que somos, pensamos e sentimos se faz presente e contribui para o surgimento de um sentido no sensível. Ao mesmo tempo, cada experiência estética educa o nosso gosto, torna a nossa sensibilidade mais aguda, nos enriquece emocional e intelectualmente, por meio do prazer e da compreensão que essa experiência nos proporciona.



VINCENT VAN GOGH – RIJKSMUSEUM, AMSTERDÃ

Estrada com cipreste e estrela (1890), pintura de Vincent van Gogh. O pintor holandês compreendia o valor emocional das cores, que dão um "estilo grandioso para as coisas", e usava-as pelo seu valor expressivo. Nessa tela, as cores justapostas e as pinceladas que formam linhas curvas dão movimento à cena retratada.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

A solução da antinomia do gosto: do indivíduo ao sujeito

"O racionalismo clássico e o empirismo sensualista apresentam, embora por motivos contrários, o mesmo defeito: ambos levam a fundamentar o 'senso comum' que se cria em torno do objeto belo, de modo tal que a subjetividade se vê, por assim dizer, reificada e, por isso mesmo, negada. Nos clássicos, a personalidade própria do autor de um juízo de gosto dissolve-se numa razão universal que se comporta de maneira dogmática para com o particular. Nos empiristas, a particularidade dos sujeitos parece estar, num primeiro momento, preservada. Porém, a intersubjetividade acha-se ao final reduzida a um princípio puramente material, à ideia de uma estrutura psíquica e orgânica comum a uma espécie de indivíduos. A partir daí a experiência estética não exige mais nada que seja especificamente humano, o belo apenas é uma variedade do agradável e a arte e culinária, o modelo da estética em geral.

.....

> [...] a faculdade de julgar em geral é a faculdade que consiste em pensar o particular como compreendido no universal. Se o universal (a regra, o princípio, a lei) é dado, então a faculdade de julgar, que subsume o particular ao universal, é determinante [...]. Se é dado só o particular, e se a faculdade de julgar deve encontrar o universal (que lhe corresponde), ela é simplesmente reflexionante.
>
> E. KANT. *Crítica da faculdade de julgar*, Introdução, IV.

.....

É nesses termos que Kant realiza a partilha entre o juízo de conhecimento, juízo determinante, e o juízo de gosto, juízo reflexionante. Com essa simples distinção, Kant já se situa no oposto do classicismo racionalista, que confunde juízo estético e juízo de conhecimento. Kant considera impossível o estabelecimento de uma 'arte poética' que venha a ser uma verdadeira ciência de produção do belo. Portanto é a noção de reflexão que se deve destacar, já que nela se situa claramente a originalidade da posição kantiana.

O termo reflexão – unívoco em Kant tanto na *Crítica da razão pura* quanto na *Crítica da faculdade de julgar* – designa, muito geralmente, uma atividade intelectual caracterizada por cinco momentos. Um breve exemplo poderá servir aqui de ilustração e preparar a análise do juízo estético. Para forjar o conceito empírico de um conjunto de objetos que nos são desconhecidos – por exemplo, uma variedade de árvores ainda não classificadas –, é preciso realizar uma classificação. Ao se compararem semelhanças, ao se fazer abstração de diferenças julgadas secundárias, chegar-se-á a reagrupar numa classe comum os objetos considerados e, desse modo, a criar um conceito empírico ao qual se poderá atribuir um nome. Nessa operação simples, os cinco momentos constitutivos da reflexão – do julgamento reflexionante – já estão presentes."

FERRY, Luc. *Homo aestheticus*. A invenção do gosto na era democrática. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 126-128.



© SUCCESSION MARCEL DUCHAMP/ AUTVIS, BRASIL, 2016. BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU DE ISRAEL, JERUSALÉM

A fonte (1917), obra de Marcel Duchamp. Os *ready-made* são objetos industrializados reutilizados como arte, como um mictório ou uma roda de bicicleta.

Questões

1. O juízo de gosto é determinante ou reflexionante? Por quê?
2. Quais são os cinco momentos da reflexão?
3. Procure identificar o valor estético de *A fonte*, de Duchamp.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Explique o que é *ter gosto*. Dê exemplos.
2. Por que existe pluralidade de *valores estéticos*?
3. Como você explica a atitude contemplativa ou desinteressada em arte?

Aplicando os conceitos

4. Como o uso de círculos de papel de revista contribui para o significado da obra de Vik Muniz apresentada no início do capítulo?
5. Reveja a tira de Calvin, apresentada no tópico "O belo e o feio: a questão do gosto", e atenda às propostas a seguir.
   a) Você acha que Calvin tem o gosto educado? Por quê?
   b) O discurso que ele faz no segundo quadro justifica a apresentação do boneco de neve como obra de arte?
   c) Há ironia na tira apresentada? Justifique.
6. Leia os textos seguintes e explique-os com suas palavras, indicando a que tipo de pensamento sobre a beleza e o gosto eles se filiam.
   a) Texto de uma carta publicada em 1887, no jornal *Le Temps*.

.....

Nós, escritores, pintores, escultores, arquitetos, amantes apaixonados da beleza até agora intacta de Paris, vimos protestar com todas as nossas forças e toda a nossa indignação, em nome do bom gosto francês menosprezado, da arte e da história francesas ameaçadas, contra a ereção, no coração de nossa capital, da inútil e monstruosa Torre Eiffel, que a mordacidade pública, tantas vezes rica de bom senso e espírito de justiça, já batizou de "Torre de Babel".

ECO, Umberto. *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 346.

.....

   b) Comentário feito em uma exposição de arte.

.....

Nem morta eu queria isso pendurado na minha casa!

.....

7. Procure diferentes usos da palavra *estética* em seu cotidiano e dê exemplos. Como, em cada caso, esses usos estão ligados à noção de beleza?

Pesquisa

8. Faça uma comparação entre a ideia de beleza no romantismo e no realismo, usando obras literárias para fundamentar suas afirmações.

Dissertação

9. Elabore uma dissertação com base no seguinte texto.

.....

No começo da década de 1960, Fayga (Ostrower) era o emblema da fase áurea vivida pela gravura brasileira, e sua obra nos oferecia a experiência de uma beleza tranquila e soberana. (...) Obra e artista vinham... envoltas numa aura. [...] Não se tratava, porém, como esta última palavra poderia sugerir, de um perigoso desvio romântico, nem de simples admiração diante de uma carreira de sucesso. Resultava, antes, de nossa imbatível crença na grandeza do espírito humano e de nossa abertura para uma compreensão de índole sensível, *aesthetica* no sentido original grego do termo, das mensagens inefáveis a cujo âmbito a arte pertence. Refletia ainda a lapidar qualidade de uma gravura que se tornava até, em certo sentido, pedagógica, graças à limpidez de seus desígnios e à completa adequação entre ideia, processo e resultado.

ARAÚJO, Olívio Tavares de. *O olhar amoroso*: textos sobre arte brasileira. São Paulo: Momesso, 2002. p. 177.

.....

CAPÍTULO 28

Cultura e arte



ALEXANDRE ORION – COLEÇÃO DO ARTISTA

Metabólica 13 (2004), grafite seguido de registro fotográfico da série *Metabiótica*, de Alexandre Orion.

Esse grafite foi feito em um muro da cidade de São Paulo. O trabalho de Alexandre Orion, entretanto, não é só fazer grafites bem-humorados; vai mais além: espera o momento apropriado para fotografar o grafite, quando há uma interação espontânea com transeuntes.

Às vezes, espera dias para obter a imagem que deseja.

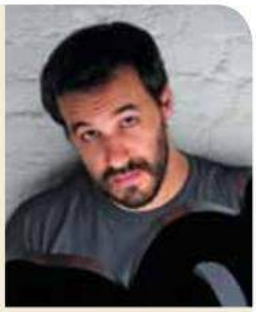
Nessa obra específica, o que temos? Um telefone público ou "orelhão" na extrema esquerda, sendo usado por um rapaz. Na parede ao fundo, vemos uma fila de pessoas e até um animal que parecem esperar que o telefone seja desocupado para então poderem fazer sua ligação. O humor é dado pelos "tipos" inusitados que compõem a fila: uma mulher sentada em uma cadeira, um homem nu em pé, um homem de terno empunhando uma arma, uma pessoa com traje de astronauta e uma foca equilibrando uma bola no focinho.

Opõe a vida real à ficção e questiona o fato de a fotografia retratar algo real. Sem dúvida nos faz rir: a cidade está representada com seus tipos inesperados, curiosos, amedrontadores, engraçados, diferentes, em contraste com a normalidade da vida cotidiana. É São Paulo.

Os objetivos principais deste capítulo são: distinguir a *cultura* da *arte*; conceituar cultura sob o ponto de vista estrito e antropológico; conceituar indústria cultural e caracterizar o público da cultura de massa. Sugerimos que alguns termos sejam destacados ao longo do capítulo: grafite, cultura *hip-hop*, cultura, arte, indústria cultural e gosto médio.

Na vida cotidiana, o termo cultura é utilizado de maneira muito vaga: gastronomia, usos e costumes, dança de rua e contemporânea, livros, tudo é posto sob o mesmo rótulo. Não se faz, por exemplo, distinção entre o que é literatura e um livro de entretenimento. Daí a necessidade de se conceituar os termos arte e cultura para melhor entendimento. Cada uma tem seu momento na vida humana.

Quem é?



ALEXANDRE ORION

Alexandre Orion. Foto de 2015.

Alexandre Orion, fotógrafo, grafiteiro e artista multimídia, nasceu em 1978, na cidade de São Paulo. Fez seu primeiro grafite aos 13 anos. Seus principais projetos foram: *Metabiótica*, em que questiona a verdade em fotografia, e *Ossário*, em que usou a técnica de grafite reverso, isto é, em vez de pintar as imagens, criava-as ao remover a fuligem das paredes de túneis. Além dessa técnica, o artista utiliza um processo chamado polugrafia, que é a impressão por meio da coleta direta da fuligem expelida por escapes de caminhões, formando desenhos que geralmente remetem à morte.

Para refletir

Observe com atenção o grafite. Ele tem conotações políticas? Explique.

1 Cultura *hip-hop*

O grafite é expressão da cultura urbana das ruas, da cultura das minorias sem voz. É um ato de contravenção, o que configura ação menos grave que crime. Por essa razão, para essas minorias, grafitar torna-se um símbolo de coragem, uma vez que seus praticantes correm o risco de punição.

O grafite é um dos elementos da cultura *hip-hop*, que se manifesta de diversas formas artísticas, entre elas a música *rap* ou MC, a dança *break*, a figura do *disc jockey* (alguém que cria batidas rítmicas articulando diversos elementos musicais), entre outras manifestações. Os grafiteiros muitas vezes participam de outros aspectos dessa cultura e praticam sua atividade em áreas nas quais tanto a música quanto a dança de rua se desenvolvem, tornando, assim, a ligação entre grafite e *hip-hop* mais intensa.

Alguns grafiteiros tornaram-se artistas contemporâneos, como é o caso de Jean-Michel Basquiat e Keith Haring, nos Estados Unidos, e de OSGEMEOS, no Brasil; outros, em maior número, têm sua obra reconhecida como arte de rua, arte pública ou arte urbana, exposta em muitas galerias de arte, como é o caso do estadunidense John Fekner, do britânico Banksy e dos brasileiros Nunca, Zezão e Titi Freak, entre outros.

Quais são as diferenças entre *cultura* e *arte*? O que está contido em cada um desses universos? São esferas que interagem ou são estanques?

Etimologia

Grafite. Do grego *gráphein*, "escrever"; deriva da palavra italiana *graffito*, que significa "incisão em pedra ou parede", revelando as cores ou o material subjacente.

2 Os sentidos de cultura

O termo *cultura* tem uma série de significados diferentes, embora próximos, o que causa muita confusão conceitual e dificuldades.

Etimologia

Cultura. Do verbo latino *colere*, que significa "cultivo", "cuidado com as plantas, os animais e tudo o que se relaciona com a terra, como a agricultura". Designava também o cuidado com os deuses, de onde vem a palavra "culto"; e o cuidado com as crianças (puericultura), com sua educação, referindo-se ao cultivo do espírito. É neste último sentido que o termo é usado até hoje.

Sentido antropológico

Do ponto de vista da antropologia, o termo *cultura* refere-se a tudo o que o ser humano faz, pensa, imagina, inventa, porque ele é um ser cultural. Não sendo capaz de viver somente guiado por seus instintos, ele é levado a construir "ferramentas" que possam ajudá-lo a se instalar no mundo, a sobreviver, a desenvolver sua humanidade. A essas "ferramentas" dá-se o nome de *cultura*.

A cultura, no sentido etimológico, é o cultivo do ser em seu processo de humanização: é a atribuição de significados ao mundo e a nós mesmos, significados esses que são passados adiante e modificados de acordo com as necessidades de cada grupo.

A cultura sempre responde a desejos e necessidades dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral. Por isso, a cultura é plural, dinâmica e diversificada.

A cultura, além de mediar nossa relação com o mundo, também age como elemento de união entre certo grupo de pessoas que adotam os mesmos usos, costumes e valores e torna a vida segura e contínua para a sociedade humana. Ela dá o sentido de pertencimento, isto é, de fazer parte de determinado grupo que, além da língua, divide também vocabulário, sotaque, modos de vida, valores etc.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A cultura ainda proporciona a possibilidade de autoprodução e de prazer. Explicando: se o indivíduo não nasce humano, mas se torna humano ao longo da vida, ele se produz durante esse processo de humanização. Ele aprende a falar, a se comunicar, a se comportar em sociedade com base em padrões de sua cultura; aprende também a agir, a desejar, a criar. Constrói a si mesmo *dentro* do grupo social e *com* o grupo social, com a ajuda do coletivo.

Com essa visão ampla de cultura, tudo no mundo humano é cultura, não existindo um único aspecto que não seja cultural.



MARCO ANTONIO SÁ/PULSAR IMAGENS

Festa do Bumba meu boi em São Luís (MA), junho de 2013. Festa típica do Nordeste, narra a história de um escravo que mata o boi mais bonito de seu senhor para satisfazer o desejo da amada, que está grávida.

Sentido estrito: a arte

Voltando ao problema do que é chamado "cultura", apelemos para o senso comum: é só abrir o jornal e ler o caderno de cultura para entendermos o uso que se faz dessa palavra. O termo *cultura*, em sentido específico, diz respeito à produção ligada às diferentes práticas artísticas, ou seja, às manifestações que fazem uso das linguagens artísticas, sejam populares, sejam eruditas. É por isso que muitos autores reservam o termo *cultura* para designar as artes.

Essa produção tem uma característica muito interessante: existe independentemente de relações utilitárias ou práticas. Um templo grego ou uma igreja gótica tem valor que vai além da função utilitária de abrigar as práticas religiosas. Eles aparecem, figuram entre as coisas do mundo e se apoderam de nossa atenção, de nosso sentimento, comovendo-nos, revelando significados internos que são atualizados a cada geração.

3 Diferenças entre arte e cultura

Segundo José Teixeira Coelho Netto, a cultura é criação coletiva dirigida para a comunidade, reforçando seu modo de ser. A arte, ao contrário, é criação individual e dirigida para o indivíduo. Mesmo as artes coletivas, como o cinema, o teatro, a dança, são autorais, isto é, revelam a visão de um criador ou diretor.

A cultura é uma necessidade, pois para viver em sociedade é necessário aprender a cultura local: a língua, os modos de vida, os valores etc. Já a arte não é necessária para a vida humana. Pode-se viver sem arte. Ninguém é obrigado a produzir ou desfrutar a arte: ela é um privilégio para quem a faz e para quem a aprecia, uma vez que é fruto de um desejo forte e intenso.

A cultura é útil para instrumentalizar os indivíduos a viver em sociedade, a enfrentar novos desafios. A arte, por sua vez, é gratuita, ou seja, transcende todo e qualquer fim que se proponha para ela, amplia a esfera da presença do ser, enriquece o indivíduo, ajuda no seu desenvolvimento propriamente humano.

A cultura é comunicação, pois, para ser útil, deve ser comunicada. Seu significado circula pela sociedade. A arte expressa um universo. Sua abordagem é interpretativa: não qualquer interpretação, mas a interpretação competente que leva em consideração tudo que está em jogo na obra.

A finalidade social da cultura é reconfortar, tranquilizar, permitir que o indivíduo encontre seu lugar. A cultura traz estabilidade para a comunidade e para o indivíduo. Integra o social a si mesmo e cada um ao coletivo. Segundo Teixeira Coelho Netto, "A cultura cuida do outro", dá a ele identidade. Já a arte é uma obra de risco, envolve o jogo que desestabiliza, desintegra tanto quem a faz quanto quem a recebe. Ela não cuida do outro. A arte incomoda.

Quem é?

José Teixeira Coelho Netto nasceu em Ribeirão Preto, em 1944, formou-se em direito na Universidade de São Paulo (USP), foi professor titular e criou a área de Políticas Culturais na Escola de Comunicações e Artes (ECA). Grande polemista, aborda a arte de pontos de vista insólitos, mas sempre instigantes. Foi diretor do Museu de Arte Contemporânea (USP) e curador-coordenador do Museu de Arte de São Paulo (MASP).



MASTRANGELO REINO/FOLHAPRESS

José Teixeira Coelho Netto. Foto de 2011.

O discurso da obra de cultura é construído pela agregação do que é conhecido, do que já existe e é preservado, sendo importante, por isso, o aprendizado sobre como é e sempre foi feito. Por exemplo, o artesanato, de tempos em tempos, agrega um novo material (em geral mais barato ou mais fácil de ser manipulado) ou uma nova tecnologia, mas a aparência do objeto continua sendo semelhante. O discurso da arte, diferentemente, rompe com o que existe ou desconstrói o que existia antes, envolvendo, portanto, a desconstrução criativa e o desaprendizado. O artista precisa desaprender como se fez arte até então, para descobrir seu modo de fazê-la por meio da experimentação. Mesmo o uso de imagens do passado na arte contemporânea não é uma simples imitação, mas transcriação feita com os olhos do presente.

E, por último, a cultura pode ser explicada, esclarecida para pessoas de outra cultura que, com treino (que cria o hábito), poderão ver a obra de cultura do modo "certo", já que seu discurso é convergente. A obra de arte, entretanto, não pode ser explicada, porque ela propõe uma multiplicidade de sentidos (é divergente). Cada um se aproxima da arte de acordo com sua experiência, dos valores de seu mundo, de seu código, recriando, para si, os sentidos da obra.

4 Indústria cultural e cultura de massa

Indústria cultural é um termo cunhado pelos filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, na década de 1940, para designar a arte na sociedade capitalista industrial.

A indústria cultural surge como parte da industrialização e da economia baseada no consumo de bens. Sem a sociedade de consumo, não teríamos a indústria cultural, como é hoje conhecida. Na produção industrial, a arte é produzida como mercadoria, seguindo os padrões comerciais que possam ser facilmente reproduzidos, para ser consumida pelo maior número possível de pessoas. O produto dessa indústria fica sujeito às leis da oferta e da procura. Isso leva à reificação da obra, ou seja, ela se torna uma coisa, um objeto de desejo. As coisas passam a ser medidas de avaliação de tudo, inclusive do próprio ser humano. Quando a pessoa é tratada como objeto, ela perde a dignidade, pode ser usada por outros como instrumento, já que não tem autonomia e autodireção; é intercambiável com outros e pode ser destruída a qualquer momento, uma vez que sua subjetividade foi negada. A obra de cultura passa pelos mesmos processos: perde sua condição de única; deixa de ser um sentido que resplandece no sensível e passa a ser intercambiável, pois seu valor é o de coisa; pode também ser destruída ou trocada por outra. Segundo Teixeira Coelho Netto:

> Nesse quadro, também a cultura – feita em série, industrialmente, para o grande número – passa a ser vista não como instrumento de crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa. É produto feito de acordo com as normas gerais em vigor: produto padronizado, como uma espécie de *kit* para montar, um tipo de pré-confecção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome. Uma cultura perecível, como qualquer peça de vestuário. Uma cultura que não vale como algo a ser *usado* pelo indivíduo ou grupo que a produziu e que funciona, quase exclusivamente, como valor de troca (por dinheiro) para quem a produziu.
>
> COELHO NETTO, José Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 11-12. (Coleção Primeiros Passos)

Como consequência, o ser humano aliena-se, afasta-se do todo que dá sentido à vida: o produto da indústria cultural não o leva ao conhecimento, a fazer perguntas e a romper paradigmas. Ao contrário, reforça o já conhecido.



JOHN PARRA/HUBLOT/GETTY IMAGES

Fabricante suíça de relógios lança linha comemorativa da Copa do Mundo de Futebol, 2014. Na caixa do produto, é reproduzida obra do artista brasileiro Romero Britto. O exemplo ilustra a ligação entre arte e mercadoria na sociedade de consumo.

Cultura de massa

Massa é um conceito bastante ambíguo e geral: número indeterminado de pessoas, como se constituíssem um todo homogêneo para o qual é feita a produção da indústria cultural.

Para atender a esse todo heterogêneo, inventou-se o conceito de *gosto médio*, isto é, aquilo de que a maioria dos consumidores gosta.

A indústria cultural usará os padrões desse gosto, isto é, um repertório bastante limitado de signos dentro de uma linguagem específica, repertório esse já bastante conhecido, para produzir uma grande variedade de produtos mais ou menos parecidos. Em vez de criar um produto, ela adapta algo que já existe, utilizando a *pausterização*, que consiste em retirar o que a obra apresenta de expressivo, de novo, de específico, para oferecer um produto genérico que possa ser aceito pelo gosto médio dos consumidores.

Como exemplo, podemos citar a montagem das novelas ou de minisséries que tem como base as obras literárias: o que fica do livro é basicamente a história e, mesmo assim, sem muitos de seus detalhes. O modo como é usada a linguagem verbal – característica das obras de literatura – perde-se nessa tradução. Outro exemplo é o da música, mais especificamente o *rap*, que, de música de contestação contra as condições de vida da periferia – de certa forma restrita ao público que a produzia –, acabou virando grande sucesso na televisão e em baladas e *shows* das classes média e alta, perdendo sua força original.

O público da cultura de massa

O público dessa produção – considerado massa, como já dissemos, sem características individualizantes – é um conceito abstrato, isto é, não existe uma única pessoa que encarne a ideia de massa concretamente. Como não tem consciência de si, como ser social, não pode fazer exigências, consome o que lhe é dado, torna-se passivo, e é incapaz de fazer escolhas, de examinar as várias produções para saber o que lhe oferecem, o que mais lhe convém. Sua ligação com a produção cultural de massa é aleatória, depende do momento, não sendo uma ligação vivencial, que o leve a se reconhecer. Por isso, pode consumir qualquer coisa enquanto for moda, passando de um gênero a outro sem problemas. A cultura é mais um item descartável de sua vida.

Ora, essa inconstância e rotatividade no consumo é tudo o que a indústria cultural pode querer: se nada é durável, se o público pede novidades o tempo todo, mais a indústria vai produzir e vender para saciar esse mercado.

O grande perigo dessa cultura transmitida pelos meios de comunicação de massa (jornais, revistas, televisão, rádio, internet etc.), segundo ainda Horkheimer e Adorno, é tornar grande parcela do público em um rebanho de seres passivos, incapazes de transformar a própria realidade.

Passados quase oitenta anos da análise feita por esses filósofos, vemos que os efeitos da indústria cultural e da cultura de massa não foram tão maléficos como previsto. O público entende que os meios de comunicação de massa oferecem entretenimento ou passatempo, com produtos repetitivos na forma ou no conteúdo, que pouco exigem de nós e não nos levam a questionar a realidade. Eles têm o efeito de apaziguar mentes cansadas. Essa é uma necessidade do ciclo biológico da vida, como diz Hannah Arendt.

Em contraponto ao entretenimento, o lazer, ou seja, o tempo livre de obrigações profissionais e familiares, deverá ser usado como desejarmos, com atividades de autorrealização, que nos ajudem a descobrir quem somos, a desenvolver o nosso potencial criativo e a nossa capacidade de criar significados para a nossa vida e para o mundo que nos rodeia.

Portanto, o desenvolvimento da compreensão de qualquer linguagem artística, bem como a prática da criação ou do consumo da arte, de modo não utilitário e visando o prazer pessoal como um fim em si só pode se dar como lazer.

5 Arte e cultura

A arte é, sem dúvida, uma pequena parte da cultura, entendida aqui em seu sentido antropológico, mas uma parte privilegiada, fruto do desejo e acolhida pelo sentimento, livre das obrigações, dos deveres a serem cumpridos. Ninguém é obrigado a fazer arte ou a gostar dela.

A cultura aponta para o mundo como ele é, com hábitos, costumes, valores que nos aproximam dos outros indivíduos do grupo. A arte aponta para possibilidades do mundo, tira-nos do habitual, rompe os costumes, propõe outros valores.

A arte nos faz estender e ampliar aquilo que somos porque passamos a ver o mundo e a nós mesmos sob luzes diferentes. Ela afina nossa sensibilidade: ensina a ter aguda percepção dos estímulos que vêm dos nossos sentidos e a relacioná-los com conteúdos próprios – nossas lembranças, vivências pessoais e informações que já temos – e com o mundo em que vivemos.

A arte, enfim, é uma ocasião de prazer porque nos oferece a compreensão profunda do mundo e de nós mesmos.

Já a cultura de massa e a indústria cultural estão ligadas à cultura e não à arte, pois reiteram o que já sabemos, têm efeito tranquilizante sobre seu público, oferecendo entretenimento e passatempo que não propiciam a compreensão mais profunda do mundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Não matarás

"Um adolescente caminha na arena de terra iluminada por holofotes, rodeada por uma arquibancada. Observa as cadeiras vazias, separadas do palco por placas de madeira. Para, encolhe a barriga e estica uma das pernas para trás. Depois, torce a coluna e, devagar, descreve um delicado círculo com o braço. Deixa passar assim, colado ao corpo, um touro inexistente.

No outro extremo da praça, um jovem agita uma capa. Do lado de dentro do apetrecho, o tecido é amarelo como uma gema de ovo. Por fora, a capa é cor-de-rosa. Um de seus colegas se agacha, segura um par de chifres e, fingindo ser um touro, investe contra o pano – que o matador faz passar por cima dele, roçando o focinho. Ninguém diz nada, mas a vontade óbvia é de gritar *olé*!

Outro rapaz toma o florete nas mãos e fere o ar. Treina o golpe repetidas vezes. Já são nove da noite. Os alunos da Escola Taurina, que desde 1976 forma profissionais para o espetáculo símbolo da Espanha, continuam a praticar os gestos que, esperam, um dia vão poder empregar contra animais de verdade. Por essa sala de aula já passaram alguns dos heróis da tauromaquia, um mundo com códigos, rituais e estética próprios, hoje sob fogo cruzado de embates políticos, liderados por defensores dos direitos de animais. [...]

Coube a Celia Mayer, conselheira da prefeitura [de Madri] responsável pela gestão de esportes e cultura, a decisão administrativa de retirar a subvenção à Escola Taurina. 'A verba pública não tem de ser aplicada ao maltrato de animais e à exposição das pessoas'. [...]

A região da Catalunha, por exemplo, foi mais longe e simplesmente proibiu a prática, em 2010. Parte do impulso contrário à tauromaquia vem do Partido Animalista, sigla criada em 2003 e dedicada sobretudo a combater as touradas. Laura Duarte, uma de suas líderes, considera insuficiente a mera retirada dos subsídios. 'Não podemos permitir uma festa que consiste em maltratar e torturar um animal', disse. 'Cultura não é necessariamente uma coisa boa. Não queremos apagar a história, mas tradições como essa têm que ser deixadas no passado.'

A ideia da tauromaquia como um traço cultural complica a questão: o touro é um animal onipresente no país. As estradas do interior estão coalhadas de gigantescas silhuetas taurinas, outrora *outdoors* do conhaque Osborne. A publicidade de bebidas alcoólicas, porém, foi proibida nas rodovias há mais de vinte anos, e os letreiros brancos anunciando o produto foram pintados de preto. Os contornos dos animais, contudo, foram mantidos pelo governo espanhol por já fazerem parte da paisagem e de uma estética cultural. São monumentos.

Festas populares ligadas a touros foram realizadas na Península Ibérica por romanos, visigodos e árabes, e uma modalidade semelhante à tauromaquia contemporânea já aparecia em relatos medievais. A estética e o cerimonial hoje em vigor remontam ao início do século XX, mas desde então vêm sendo aprimorados. Os estilos individuais de matadores como Belmonte e Joselito, por exemplo, influenciaram os movimentos corporais das gerações posteriores. Pouco a pouco, ao longo dos séculos, a tourada chegou ao formato atual, dividido em três partes: uma para espetar o touro e examinar sua bravura, outra para estocar bandeiras em seu torso e uma última para, bem, matá-lo."

BERCITO, Diogo. Não matarás. *Piauí*, ed. 110, p. 81-82, dez. 2015.

O Parlamento da Catalunha proibiu as touradas em julho de 2010, atendendo a uma petição popular com 180 mil assinaturas, mas a medida entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Questões

1. Por que a tauromaquia é uma tradição cultural na Espanha?
2. Você concorda com a afirmação de que "Cultura não é necessariamente uma coisa boa"? Por quê?
3. Qual é o problema ético proposto contra a continuidade da tradição da tauromaquia?

ATIVIDADES

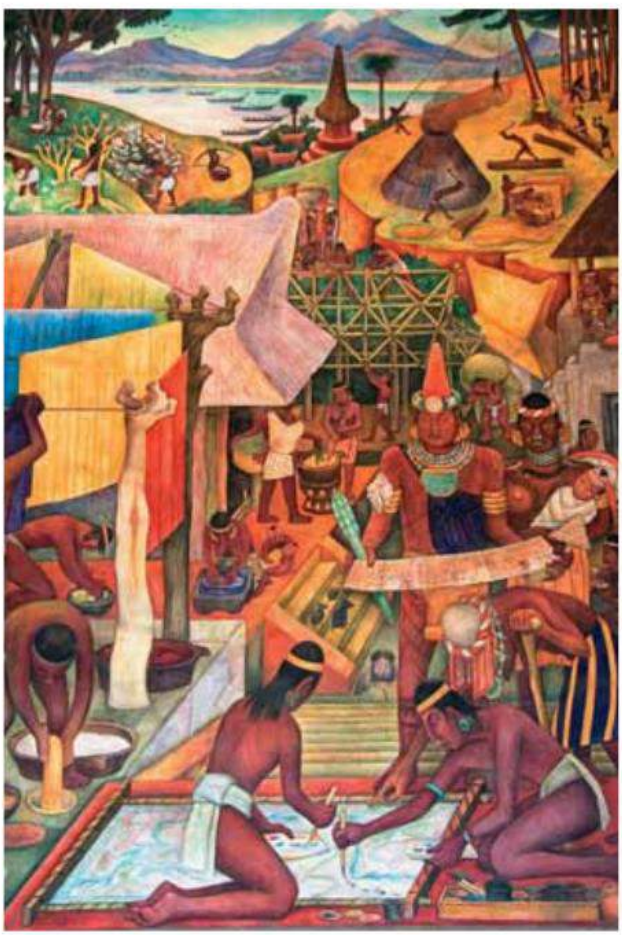
Revendo o capítulo

1. Como você explica a possibilidade de existirem várias culturas que coexistem em um mesmo tempo e espaço?

2. Cite algumas características da arte que a distinguem da cultura.

Aplicando os conceitos

3. A imagem a seguir é de um mural pintado em 1942. Ele faz parte de um projeto, executado nas paredes do Palácio Nacional do México, para contar a história do país a fim de que a população, em grande parte analfabeta na época, tivesse conhecimento dela. É uma obra que conjuga aspectos culturais e artísticos. Você pode distingui-los?



A cultura Tarascan ou Purépecha de Michoacán (1942), mural de Diego Rivera.

© BANCO DE MEXICO DIEGO RIVERA & FRIDA KAHLO MUSEUMS TRUST, MEXICO, D.F./AUTVIS, BRASIL, 2016 – PALÁCIO NACIONAL, CIDADE DO MÉXICO

4. Discuta a dificuldade de uso da definição antropológica de cultura em função de sua amplitude.

5. O artesanato é cultura ou arte? Por quê?

6. As telenovelas são cultura ou arte? Por quê?

7. Comente a seguinte afirmação: "A cultura, ao mesmo tempo que nos permite fazer parte do mundo, pertencer a um grupo e reconhecer quem somos, também impõe limites ao que podemos ser".

Pesquisa

8. Escolha uma manifestação folclórica que você conheça bem, descreva-a, relate sua origem e analise-a valendo-se das características da cultura discutidas no capítulo.

9. Pesquisa sobre a indústria cultural brasileira. Esta atividade também pode ser orientada pelo professor de história, que poderá dar o contexto histórico e social do país nos anos 1950 e 1960. O objetivo é que o aluno conheça melhor as várias facetas da indústria cultural e saiba relacioná-la com a história recente do país.
   - Quando ela tem início?
   - Quais as condições socioeconômicas para sua existência?
   - Quais seus principais produtos?
   - Quais os meios de divulgação desses produtos?

Dissertação

10. Com base no trecho a seguir, elabore um texto com o tema: "O *hip-hop* é um movimento cultural ou político?".

O *hip-hop* teria nascido em 1968, baseado em dois movimentos: a maneira como se transmitia a cultura dos guetos americanos e, daí o nome, no jeito da dança popular da época, que reunia saltar (*hop*) e movimentar os quadris (*hip*). Ao chegar ao Brasil, nos anos 1980, a ligação entre cultura, dança e lazer se estreitou a ponto de deixar no ar a pergunta: é um movimento cultural ou político? [...] "É por meio do canto, da dança e do grafite que os participantes do *hip-hop* demonstram suas posições políticas e ideológicas. Para eles, o fazer político não está reservado somente para os que se especializam nessa área. Com suas rimas no *rap*, seus passos no *break* e imagens transmitidas em seus desenhos reproduzidos nos grafites, estão assumindo uma posição política e fazendo aliança com outras formas de expressão que são, a um só tempo, políticas, sociais e culturais", explica João Batista de Jesus Felix.

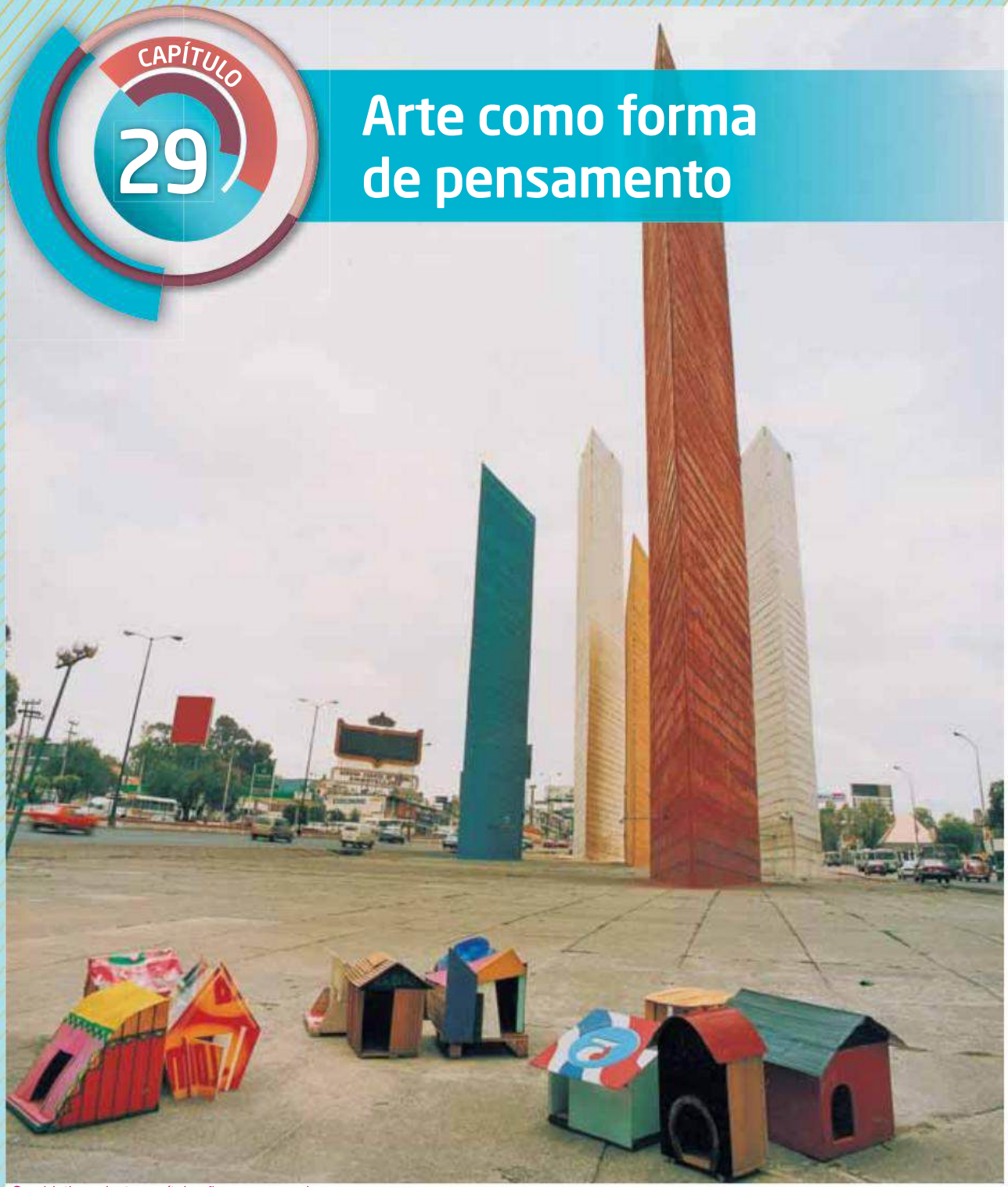
[...] Para o pesquisador, o *hip-hop* é um degrau a mais alcançado pela população negra e pobre brasileira que fez do seu lazer uma forma de protesto contra a violência e as condições a que são submetidos pela sociedade.

HAAG, Carlos. Quem não sabe dançar improvisa. In: *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 142, p. 81-83, dez. 2007.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 29

Arte como forma de pensamento



ROCHELLE COSTI – COLEÇÃO DA ARTISTA

Casa própria (1999), obra de Rochelle Costi.

O que chama sua atenção nessa imagem?

A foto é de uma instalação de conjuntos de miniaturas de casas de cores alegres, construídas com restos de madeira em uma praça diante de torres de arquitetura contemporânea, na Cidade do México.

As oposições são várias: de tamanho, cor, estilos e estética. Os espaços vazios também chamam atenção: não há protagonistas que habitam essas casas. Uma das premissas da artista, em suas séries, é a de que ao lado de nossa realidade existe sempre outra, escondida ali, atrás da própria imagem. Como podemos preencher o vazio dessas casas e do sonho da casa própria?

Os objetivos deste capítulo são: compreender a arte como mais um modo de o ser humano transformar a experiência vivida em conhecimento; compreender o papel da imaginação na arte; analisar a abrangência, a novidade e a adequação como componentes da criatividade; caracterizar as funções pragmática ou utilitária, naturalista e formalista, bem como os critérios para reconhecê-las. Sugerimos destacar alguns termos ao longo do capítulo: imaginação; conhecimento intuitivo; criatividade; pensamentos divergente e convergente; inspiração; sentimento; emoção; funções pragmática, naturalista e formalista da arte; e conhecimento pela arte.

Este capítulo também aborda as questões do papel da imaginação e da criatividade na arte, assim como as funções da arte ao longo dos séculos. Sugerimos iniciar o assunto perguntando aos alunos o que eles entendem por imaginação e criatividade e, com essa base, construir os conceitos. As funções pragmática e naturalista são de fácil compreensão. A função formalista é mais abstrata e requer que se perceba que forma e conteúdo influenciam um ao outro. É sempre bom iniciar o estudo com exemplos concretos, retirados da história da arte ou da arte popular mais conhecida pelos alunos.

1 Arte é conhecimento intuitivo do mundo

Assim como o mito e a ciência, a arte também vai aparecer no mundo humano como forma de transformar a experiência vivida em objeto de conhecimento, dessa vez por meio do sentimento.

O entendimento do mundo não se dá somente por meio de conceitos logicamente organizados, que, pelo fato de serem abstrações genéricas, estão longe do dado sensorial, do momento vivido. Ele também pode se dar pela intuição, pelo conhecimento imediato da forma concreta e individual, que não fala à razão, mas ao sentimento e à imaginação. É o que se chama "conhecimento intuitivo".

O verdadeiro artista intui a forma organizadora dos objetos ou eventos sobre os quais focaliza sua atenção. Ele vê, ou ouve, o que está por trás da aparência exterior do mundo. Por exemplo, a *Marcha nupcial*, de Mendelssohn (1809-1847), normalmente executada em casamentos durante a entrada da noiva, tem a estrutura do sentimento da alegria. O andamento é rápido e as notas concentram-se nas partes mais agudas da escala, com os clarins anunciando que é chegada a hora da celebração. Já a *Marcha fúnebre*, de Chopin (1810-1849), apresenta a forma da tristeza: o andamento é lento, a tonalidade é grave e o tema é repetitivo.

Todo artista percebe, pela capacidade seletiva e interpretativa de seus sentidos, formas que não podem ser nomeadas, que não podem ser reduzidas a um discurso verbal explicativo, pois precisam ser sentidas, não explicadas. Com base na intuição, o artista não cria cópias da natureza, mas símbolos dela e da vida humana. Esses símbolos são obras de arte, objetos sensíveis, concretos, individuais, que representam analogicamente – ou seja, por semelhança de forma – a experiência vital intuída pelo artista. Por exemplo, a tela de Mondrian (1872-1944) *Broadway Boogie Woogie* não pode reproduzir figurativamente o ritmo da música, mas representa uma analogia da vivência do artista em relação a ela.

Essa apreensão do concreto, do imediato, do vivido é transportada para a obra de arte e torna-se também objeto concreto para o espectador.

Quando apreciamos uma obra de arte, o fazemos por meio dos nossos sentidos: visão, audição, tato, cinestesia e até olfato. Com essa percepção sensível, podemos intuir a vivência que o artista expressou em sua obra, uma visão nova, interpretação inédita da natureza e da vida. O artista atribui significados ao mundo por meio de sua obra. O espectador lê esses significados nela depositados. Segundo Ernst Cassirer (1874-1945):

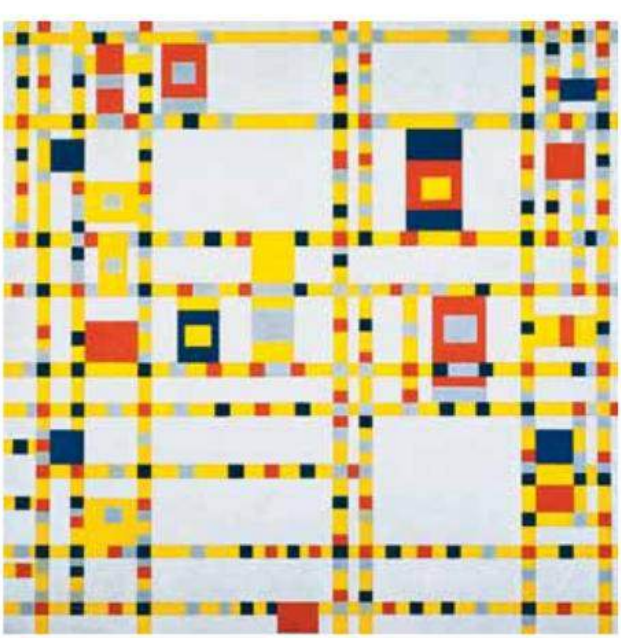
> [Essa] interpretação só é possível em termos de intuição e não de conceitos, em termos de forma sensível e não de signos abstratos.
>
> CASSIRER, Ernst. *Symbol, myth, and culture*: essays and lectures of Ernst Cassirer, 1935-1945. New Haven: Yale University Press, 1979. p. 175. (Tradução nossa)

Podemos, então, dizer que na obra de arte o importante não é o tema em si, mas o tratamento que lhe é dado, que o transforma em símbolo de valores de determinada época.

A luz, a cor, o volume, o peso, o espaço, como dados sensíveis, não são experimentados da mesma maneira na vida do dia a dia e na arte. Em arte, esses mesmos dados são usados para alargar o horizonte de nossa experiência sensível. Nossa apreensão da realidade pode ser alterada pelo uso incomum de cores ou sons, pela organização inusitada de um espaço, pela textura ou forma dada a um material.

Voltando à série *Casa própria* – fotografia de Rochelle Costi que abre o capítulo –, podemos dizer que nossa apreensão da realidade foi alterada pelo uso dos contrastes entre a imagem das miniaturas de casas e as torres.

O artista, portanto, não copia o que é; antes, cria o que poderia ser e, com isso, abre as portas da imaginação.



PIET MONDRIAN – MUSEU NACIONAL DE ARTE MODERNA, PARIS

Broadway Boogie Woogie (1942), pintura de Piet Mondrian. O artista intui a forma organizadora do ritmo e sua vitalidade, para os traduzir em uma alternância de formas geométricas nas cores amarela, vermelha, azul e cinza.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O papel da imaginação na arte

Imaginar, segundo Comte-Sponville (1952), é representar imagens interiormente, inclusive e sobretudo quando o que se representa está ausente.

A imaginação vai servir de mediadora entre o vivido e o pensado, entre a presença bruta do objeto e a representação, entre a acolhida dada pelo corpo (os órgãos dos sentidos) e a ordenação do espírito (pensamento analógico).

A imaginação assume várias formas: ela pode ser a capacidade de formar imagens mentais a partir de objetos que conhecemos – como ao nos lembrarmos da fisionomia de um amigo, de um som, gosto, cheiro e até do nosso corpo se movendo num salão de dança. Essa é a imaginação *reprodutiva*.

Mas há também a imaginação *criativa*, que não depende de termos a percepção prévia de algo, isto é, não tem por base o que existe concretamente. Temos capacidade de criar imagens mentais do que não existe. Esse tipo de imaginação é provocadora: incentiva-nos a ver o que não está lá, criamos amigos invisíveis, monstros terríveis, lugares paradisíacos. É desse tipo de imaginação que se serve o artista.

A imaginação, ao tornar o mundo presente em imagens, nos faz pensar. Saltamos dessas imagens para outras semelhantes, fazendo uma síntese criativa. O mundo imaginário assim criado não é irreal. É, antes, pré-real, isto é, antecede o real porque aponta suas possibilidades em vez de fixá-lo numa forma cristalizada. Por isso, a imaginação alarga o campo do real percebido, preenchendo-o de outros sentidos.

Os antigos e os clássicos, que acreditavam na função naturalista da arte, desconfiavam da imaginação. Os românticos e os modernos consideram-na a faculdade criadora por excelência.

Arte e criatividade

Criar, em sentido estrito, é produzir algo com base no nada. Como desde o nascimento estamos inseridos em um mundo humano, cultural, a criação humana é sempre uma produção nova e singular dentro de um contexto dado. Ela é diferente da descoberta, porque esta pressupõe a existência prévia de algo a ser descoberto ou revelado.

A criatividade exige um sujeito criador, isto é, a pessoa inventiva, que produz e dá existência a algum produto que não existia anteriormente. Esse produto pode ser um objeto palpável, uma ideia, uma imagem, uma teoria ou outra coisa.

Existem alguns critérios para medir a criatividade. São eles: a *abrangência* de seus efeitos, isto é, do quanto revoluciona o nosso universo do saber ou as crenças estabelecidas; a *novidade* ou *inovação*; e a *adequação* à situação ou ao problema apresentado. Por isso, a obra verdadeiramente criativa traz algum tipo de novidade que nos obriga a rever o que já conhecemos e a dar-lhe nova organização.

No caso do artista e sua obra, a inovação aparece na maneira como o problema é retratado ou esclarecido, oferecendo, assim, uma nova compreensão das possibilidades do mundo humano. A inovação surge, geralmente, quando se revelam insuspeitados parentescos ou semelhanças entre fatos já conhecidos que não pareciam ter nada em comum.

Quando falamos de criatividade artística, portanto, nos referimos a obras ou artistas que apresentam um novo modo de olhar-sentir-compreender os problemas de uma época. Toda obra de arte criativa e abrangente oferece, assim, uma nova visão da realidade humana.

Para criar, é necessário desenvolver um tipo de comportamento denominado *exploratório*, isto é, dedicar-se a "explorar" as possibilidades, "o que poderia ser", em vez de se deter no que realmente é. Para isso, necessita-se da imaginação. Por essa razão, um dos sentidos de criar é *imaginar*. Imaginar é a capacidade de ver além do imediato, do que é dado, de criar possibilidades novas. É responder à pergunta: "Se não fosse assim, como poderia ser?". Se dermos asas à imaginação, se deixarmos de lado nosso senso crítico e o medo do ridículo, veremos que somos capazes de encontrar muitas respostas para essa pergunta. Esse é o chamado "pensamento divergente", que leva a muitas respostas possíveis. É o contrário do "pensamento convergente", que leva a uma única resposta, considerada certa. Por exemplo, para a pergunta: "Quem inventou a lâmpada elétrica?", só há uma resposta certa: "Thomas Alva Edison" (1847-1931). Para a pergunta "Como seria a vida sem energia elétrica?", há inúmeras respostas possíveis. A primeira envolve memória; a segunda, imaginação.

A inspiração

E qual seria o lugar da inspiração?

Na verdade, a inspiração é resultado de um processo de fusão de ideias, que acontece em nosso subconsciente. Diante de um problema ou de uma situação qualquer, obtemos as informações consideradas fundamentais sobre o assunto. Nosso subconsciente passa, então, a lidar com esses dados, fazendo uma espécie de jogo associativo entre os vários elementos. A imaginação é ativada para propor todas as possibilidades, por mais inverossímeis que sejam. Desse jogo subconsciente surgirão em nossa consciência sínteses e novas configurações dos dados sobre as quais trabalhará nosso intelecto, pesando, julgando e adequando-as ao problema ou à situação. Ao surgimento dessas sínteses em nossa consciência, damos o nome de "inspiração".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tanto o artista quanto o cientista trabalham intelectualmente a inspiração. O artista tem de formular um projeto, ou seja, escolher conceitos, sentimentos ou ideias que deseja representar ou o tipo de obra que deseja criar para, então, decidir entre materiais, técnicas e estilos mais adequados à sua produção. Também o cientista tem de elaborar e testar suas hipóteses para chegar a uma nova teoria ou a um novo produto.

Arte e sentimento

Na experiência estética, a imaginação manifesta, ainda, o acordo entre natureza e sujeito, numa espécie de comunhão cuja via de acesso é o sentimento.

> O sentimento acolhe o objeto, reunindo as potencialidades do eu numa imagem singular. É toda nossa personalidade que está em jogo, e o sentimento despertado não é o sentimento de uma obra, mas de um mundo que se descortina em toda sua profundidade, no momento em que extraímos o objeto de seu contexto natural e o ligamos a um horizonte interior. Esse sentimento, portanto, "não é emoção, é conhecimento".
>
> DUFRENNE, Mikel. *Phénoménologie de l'expérience esthétique*. Paris: PUF, 1967. p. 471. v. 2. (Tradução nossa)

Vejamos as diferenças entre sentimento e emoção. O termo *emoção*, etimologicamente, refere-se à agitação física ou psicológica e é reservado para os níveis profundos de agitação, quando rompe com a estabilidade afetiva.

O sentimento, por outro lado, é uma reação cognitiva, de reconhecimento de certas estruturas do mundo, cujos critérios não são explicitados. É percepção das tensões expressas pelos aspectos estáticos e dinâmicos das coisas e dos fenômenos, como forma, tamanho, tonalidade, altura. Essas tensões são tão perceptíveis quanto o espaço ou a quantidade.

Etimologia

Emoção. Do latim *motio*, "perturbação" (causada pela febre).

Podemos, então, dizer que o sentimento esclarece o que motiva a emoção, na medida em que são essas tensões percebidas que causam a agitação psicológica.

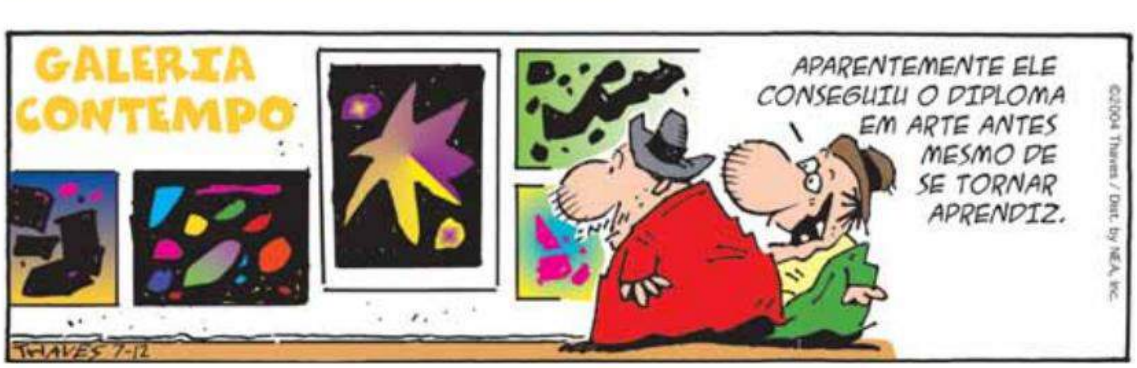
A emoção é uma resposta; é uma maneira de lidarmos com o sentimento. A alegria expressa pelo riso, por exemplo, é o modo pelo qual lidamos com o sentimento do cômico. O conhecimento trazido pelo sentimento é irrefletido e supõe certa disponibilidade para acolher o afetivo; é abertura para a empatia. Em outras palavras, é sentir como se estivéssemos no lugar do outro. É preciso lembrar que sempre podemos nos negar a essa disponibilidade, pois ela pressupõe certo engajamento no mundo: a finalidade não é pensá-lo nem agir sobre ele; é tão somente senti-lo em sua profundidade.

O sentimento, na sua função de conhecimento, alcança, para além da aparência do objeto, a expressão, que é o poder de emitir signos e de exteriorizar uma interioridade, isto é, de manifestar o que o objeto é para si. Mas essa expressão, em arte, ocorre sempre por intermédio de um meio específico.

O artista não escolhe seu meio (vídeo, pintura, dança, fotografia etc.) como um meio material externo e indiferente. As palavras, as cores, as linhas, as formas, os desenhos, os sons não são somente meios materiais de produção; são condições do pensar artístico, momentos do processo de criação e parte integrante e constituinte da sua expressão. O projeto do artista condiciona o meio e o material, que, por sua vez, condicionam as técnicas e o estilo.

Tudo isso reunido forma a linguagem da obra, sua marca inconfundível, seu significado sensível. Em virtude dessa ligação indissolúvel entre significante e significado na obra de arte, para Dufrenne:

> [...] o objeto estético é, em primeiro lugar, a apoteose do sensível, e todo seu sentido é dado no sensível.
>
> DUFRENNE, Mikel. *Phénoménologie de l'expérience esthétique*. Paris: PUF, 1967. p. 425. v. 2. (Tradução nossa)



Frank & Ernest (2004), tira de Bob Thaves. A tirinha causa humor porque a emoção do artista escapa à compreensão do personagem.

FRANK & ERNEST, BOB THAVES © 2004 THAVES/DIST. BY UNIVERSAL UCLICK FOR UFS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Por isso, a obra de arte não pode ser traduzida para outra linguagem. Quando contamos um filme a alguém, ele perde a maior parte de seu significado, pois sua forma sensível de imagem desapareceu. A obra de arte pode, quando muito, inspirar outra, e então teremos um filme baseado em um livro, uma música inspirada em um quadro etc. São obras diferentes, no entanto.

Para refletir

Quais elementos de uma pintura podem comunicar o sentimento? Pense nos elementos da linguagem pictorial: suporte, linha, cor, textura e composição para refletir sobre a expressão do sentimento.

Quem é?



REPRODUÇÃO

Mikel Dufrenne. Foto sem data registrada.

Mikel Dufrenne (1910-1995), filósofo francês, dedicou-se ao estudo da estética. Em 1953, publicou o trabalho mais completo sobre estética do ponto de vista fenomenológico, discutindo tanto o objeto estético quanto a percepção estética, a imaginação, a inspiração e a atitude estética. Ainda é fonte de pesquisa e inspiração para estudos nessa área. Publicou, entre outras obras, *Fenomenologia da experiência estética*, *O poético*, *A estética e as ciências da arte* e *A personalidade básica*.

2 Funções da arte

Dependendo do propósito e do tipo de interesse com que alguém se aproxima de uma obra de arte, podemos distinguir três funções principais para a arte: *pragmática* ou *utilitária*, *naturalista* e *formalista*.

Função pragmática ou utilitária

Dentro dessa visão, a arte serve ou é útil para alcançar um fim não artístico, isto é, ela não é valorizada por si mesma, mas só como meio de alcançar outra finalidade. Tal é a função pragmática da arte.

Os fins não artísticos variam muito no curso da história. Na Idade Média, por exemplo, já que a maior parte da população era analfabeta, a arte serviu para ensinar os principais preceitos do catolicismo e para relatar as histórias bíblicas. Essa é uma finalidade pedagógica da arte.

Na época da Contrarreforma, a arte barroca foi bastante utilizada para emocionar os fiéis, mostrando-lhes a grandeza e a riqueza do reino do céu, numa tentativa de segurá-los dentro da Igreja Católica, ameaçada pela Reforma Protestante. Na medida em que os argumentos racionais não conseguiam se manter diante das críticas dos protestantes, a via que restava para a Igreja Católica era a emocional. Esse é outro exemplo da arte sendo usada para finalidades religiosas.

No início do século XX, por ocasião da implantação das Repúblicas Soviéticas, o realismo socialista teve por finalidade retratar a melhoria das condições de vida do trabalhador e as principais personagens da Revolução Socialista, como um meio para despertar o sentimento cívico e manter a lealdade da população. A própria arte engajada, que floresceu entre o final da década de 1950 e início da de 1960, pretendia conscientizar a população sobre sua situação socioeconômica.

Portanto, a arte pode ter finalidades pedagógicas, religiosas, políticas ou sociais.

Os critérios para avaliar uma obra de arte seriam: o critério moral do valor da finalidade a que serve (se a finalidade para a qual a obra foi criada ou é usada for boa, a obra será boa); e o critério de eficácia da obra em relação à finalidade (se o fim visado for atingido, a obra será boa). Como vemos, esses critérios são exteriores à obra, pois dizem respeito a valores aos quais a obra vai servir, portanto, ela não é encarada do ponto de vista estético.



JULIUS KIELAITIS/SHUTTERSTOCK

Escultura de operário e camponesa instalada em Vilnius (Lituânia) durante o período em que a cidade fora anexada pela União Soviética. Foto de 2014. Essa obra é característica do estilo do realismo socialista soviético. Glorifica o papel dos trabalhadores e sua luta por emancipação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Função naturalista

A função naturalista refere-se ao interesse pelo conteúdo da obra, ou seja, pelo que ela retrata, em detrimento de sua forma ou aparência.

A obra é encarada como um espelho, que reflete a realidade e nos remete diretamente a ela. Em outras palavras, a obra tem a função referencial de nos enviar para fora do mundo artístico, para o mundo dos objetos retratados. Por isso, uma escultura de D. Pedro I, por exemplo, serviria, nessa perspectiva, para remeter-nos ao homem e ao político, ao que ele representou num determinado momento histórico brasileiro. Deixaríamos em segundo plano a leitura da escultura propriamente dita, isto é, valores como qualidade técnica, expressividade, criatividade, pois nosso interesse estaria voltado somente para o assunto tratado.

Essa atitude em relação à arte surge bastante cedo. Ela aparece na Grécia, no século V a.C., nas esculturas e pinturas que "imitam" ou "copiam" a realidade. Essa tendência caracterizou a arte ocidental até meados do século XIX, quando surgiu a fotografia. A partir de então, a função da arte, especialmente da pintura, teve de ser repensada e houve uma ruptura com o *naturalismo*.

Os critérios de avaliação de uma obra de arte do ponto de vista da função naturalista são:

- A *correção* da representação que permite a identificação do assunto.
- A *inteireza*, ou seja, o assunto deve ser representado por inteiro.
- O *vigor*, que confere poder de persuasão se a situação representada for imaginária. Exemplos desse critério são as figuras de gárgulas, que, em geral, protegiam igrejas e lugares sagrados.

Função formalista

Finalmente, a função formalista, como o próprio nome indica, preocupa-se com a forma de apresentação da obra. A forma contribui decisivamente para o significado da obra de arte e, portanto, é o único dos interesses que se ocupa da arte como tal e por motivos que não são estranhos ao âmbito artístico.

Desse ponto de vista, buscamos, em cada obra, os princípios que regem sua organização interna: os elementos que entraram em sua composição e as relações entre eles. Não importa o tipo de obra analisada: pictórico, escultórico, arquitetônico, musical, teatral, cinematográfico, todos comportam uma estruturação interna de signos selecionados com base em um código específico. Há, nessa função, uma valorização da experiência estética como um momento em que, pela percepção e pela intuição, temos uma consciência intensificada do mundo.

O critério pelo qual uma obra de arte será avaliada, na perspectiva formalista, é sua capacidade de sustentar a contemplação estética de um público cuja sensibilidade seja educada e madura, isto é, que conheça vários códigos e esteja disponível para encontrar na própria obra suas regras de organização.

Para ilustrar essa função, analisemos a foto *Open air screen* (Tela ao ar livre), feita por Wim Wenders (ver página seguinte).

Em primeiro lugar, precisamos estabelecer o quadro de referências para proceder à análise. Esses elementos são dados pela própria obra: é uma foto de arte, feita por um dos maiores cineastas da atualidade. O interesse não é o lugar retratado, portanto, ela não é naturalista. O interesse é o poético.



Foto panorâmica de Paris tirada do alto da Catedral de Notre-Dame, 2015. Gárgulas ou quimeras são seres imaginários que, por causa de sua aparência amedrontadora, protegem os locais onde são colocadas. Esta foi representada com tamanho vigor que nos convence da possibilidade de sua existência.

MATTEO COLOMBO/ GETTY IMAGES



WIM WENDERS – COURTESY WENDERS IMAGES

Tela ao ar livre (2007), fotografia de Wim Wenders.

Essa foto faz parte de um projeto intitulado *Lugares, estranhos e quietos*, composto de 60 fotos, que já resultou em três exposições e na publicação de catálogos referentes a essas mostras. Segundo o artista, por estar sempre na estrada, fazendo seus filmes, gosta de andar a esmo, perder-se e reencontrar-se nos lugares mais estranhos. E, curiosamente, todos apresentam a qualidade da quietude.

Observando a foto, notamos que mais da metade dela é dominada pelos tons azul do céu e cinza do chão de pedregulhos. A outra metade é tomada pelo vermelho das cadeiras, o verde da vegetação e o amarelo do palco e da parede.

A perspectiva é construída com as filas de cadeiras vermelhas que conduzem nosso olhar para o ponto focal da foto: a parede amarela, no palco elevado, que ocupa o meio da imagem. Essa é uma construção renascentista do espaço. O objeto mais importante encontra-se no ponto central.

Ainda do ponto de vista formal, vemos que a horizontalidade da imagem, conferida pelas cadeiras vermelhas, pelo palco, pela parede e até pelas copas das árvores, é contrabalanceada pela verticalidade da palmeira, do lado direito.

A parede pode servir como tela de cinema: assim como as sombras das copas das árvores estão nela projetadas, um filme também o será. E o lugar, vazio, espera pelo filme e por seu público. É o lugar onde tudo é possível.

Podemos, por essas razões, perceber que a obra apresenta uma unidade orgânica (entre forma visual e conteúdo) perceptível ao público treinado que se depara com ela.

Por fim, é importante observar que é apenas para fins didáticos que podemos separar as funções da arte. Na verdade, elas podem apresentar-se juntas. Às vezes, para que uma obra tenha finalidade pedagógica, sua função naturalista sobressai. Outras vezes, a função estética sobrepõe-se às outras. Por essas razões, é o modo como nos aproximamos de qualquer obra de arte que vai determinar sua função naquele momento. Em si, todas as obras que são verdadeiramente de arte são capazes de sustentar a contemplação estética de um observador sensível e treinado.

Quem é?



CHRISTIAN MARQUARDT/GETTY IMAGES

Wim Wenders. Foto de 2015.

Wim Wenders (1945), cineasta, dramaturgo, fotógrafo e produtor alemão, nasceu em Düsseldorf (Alemanha). Estudou medicina e filosofia, mas não concluiu seus estudos. Em 1966, mudou-se para Paris para tornar-se pintor. Foi gravurista ao mesmo tempo que assistia a até cinco filmes por dia. Retornou à Alemanha em 1967 e ingressou na Universidade de Televisão e Filme de Munique. Tem cerca de 40 filmes entre ficção e documentários.

3 O conhecimento pela arte

A arte é um modo privilegiado de conhecimento intuitivo que se realiza por meio de uma obra concreta e individual, que fala mais ao sentimento do que à razão. A arte abre as portas para que possamos compreender múltiplas possibilidades do mundo vivido. Ela altera o modo como vemos a realidade ao mostrar outros mundos possíveis. Trata-se de um tipo específico de conhecimento: o conhecimento pela arte.

Isso é concretizado por meio da imaginação criativa, que permite, de um lado, que o artista crie obras sobre o que não existe e, de outro, que o público as receba preenchendo-as de sentido.

Esse sentido será encontrado por meio do acolhimento da obra pela afetividade, ou seja, deixando que ela afete nossos sentimentos.

Por isso, o conhecimento que a experiência estética de uma obra nos oferece não se resume ao conhecimento de um objeto, de uma pessoa, de uma paisagem, de um artista, mas de todo um mundo de valores, de propostas, de desejos, e ao conhecimento de nós mesmos: nossas reações a esse mundo descortinado também revelam quem somos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Estilos de vida e técnica

"'Heroicização da vida cotidiana', segundo a expressão de Baudelaire, a atitude moderna se dedica assim àquilo que advém no presente. Trata-se de se harmonizar com as novas condições de vida produzidas pela Revolução Industrial, de inventar novos modos de pensamento e estilos de vida. Essa atitude, que se caracteriza pela busca de uma existência correta em relação às circunstâncias, requer uma ética cujas bases Baudelaire estabeleceu com notável lucidez: a modernidade, explica ele, é uma paixão pela época, uma moral da moda que implica princípios de ação e uma filosofia geral. Para os visitantes do Salão dos Recusados de 1863, a pintura impressionista marcava, antes de mais nada, uma ruptura moral com um sistema ideológico. O que queriam ver em *Olympia* os contemporâneos de Manet senão o sinal de um comportamento transgressor, ou seja, uma prostituta recebendo uma visita? O autor de *Almoço na relva* é criticado por seus temas escabrosos e vulgares, suas mulheres nuas cercadas de homens endomingados. Suas obras escandalizaram pela imoralidade, posto que as pessoas estavam cegas diante da pintura em si e do vazio metafísico que ela manifesta. O impressionismo, ao afirmar a autonomia do espaço pictórico, coloca igualmente a questão de uma possível adequação do ser humano ao tempo que passa, o problema de sua relação com o *Zeitgeist*, o espírito do tempo. Assim, mais do que um novo estilo, a modernidade constitui uma nova relação com o mundo. É o que percebe Paul Klee, quando descreve os movimentos artísticos em termos comportamentais em sua *Teoria da arte moderna*: 'O impressionismo se abre passivamente para a natureza, aborda-a num estado de total disponibilidade visual e procura conhecê-la em seus efeitos ópticos'. (KLEE, Paul. *Théorie de l'art moderne*. Gênova: Denoël-Gonthier, 1971. p. 5.)

Os estilos de vida são modos de pintar, e vice-versa. Para a geração dos impressionistas, ir até o motivo não representava apenas a possibilidade de um realismo óptico capturando os estados cambiantes da luz: ao fincar seu cavalete no meio da natureza, eles sistematizam um comportamento. A invenção da pintura com óleo em tubo, nos anos 1830-1840, contribuiu para o desenvolvimento da pintura ao ar livre, oferecendo uma solução prática para esse desejo de mobilidade: doravante, é possível trabalhar em qualquer lugar.

Degas, e depois Seurat, frequentam os cafés-concertos, Toulouse-Lautrec acampa nas espeluncas e cabarés, Manet pinta *A música nas Tulherias* ou *Um bar no Folies-Bergère*. A pintura moderna gera novos comportamentos, de que o mito do 'artista maldito' não demora a reunir grosseiramente as nuances (essa vulgata seria explorada por Rodolphe Murger em *Scènes de la vie de bohème* [Cenas da vida boêmia], 1849). [...] A rapidez de execução dos croquis, método acessível ao viajante, iria representar outra contribuição fundamental para essa época ávida de cadernetas e diários íntimos. Há de ser rápido, cercar o 'pitoresco' e o 'vivo': Claude Monet trabalha assim em várias telas ao mesmo tempo, de modo a captar um raio luminoso. A partir dos anos 1860, a pintura frente ao modelo torna-se um novo credo, e o ritmo imposto ao viajante incita ao croqui ligeiro. [...] Entre o aprimoramento dos meios de transporte, a invenção da tinta em tubo e da fotografia, novas ferramentas permitiam assim o advento de novos modos de vida, os quais vinham, por sua vez, influenciar as práticas pictóricas.

Posto que existia uma máquina de reproduzir o real, a fotografia, a salvação da pintura passava pela subjetividade. Os impressionistas, tal como a câmera fotográfica, retratam o jogo cambiante da luz sobre as formas, mas através do filtro de uma sensibilidade expressiva e enfatizando a materialidade do suporte. Assim, a problemática moderna começa, como observa Roland Barthes, no momento em que 'se toma consciência daquilo que está morto' e com a decisão de assumir essa perda. Pois os modernos estão longe de uma fascinação pelo universo da técnica: assim como Baudelaire diferenciava a modernidade do progresso esse efeito funesto da 'progressiva dominação da matéria', os modernos reagem às formas emergentes do presente criando possíveis relações entre o fugaz e o duradouro. Uma posição, por assim dizer, de equilibrista. Mas os pintores impressionistas acaso não conciliam os mecanismos da percepção revelados pela fotografia com as exigências da tradição pictórica?"

BOURRIAUD, Nicolas. *Formas de vida*: a arte moderna e a invenção de si. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 30-32.

Questões

1. Qual é o tema do texto?
2. O que Baudelaire quer dizer com "heroicização da vida cotidiana"?
3. Como essa atitude influencia os artistas impressionistas? Dê exemplos.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Em que sentido se pode dizer que a arte é conhecimento? Como esse conhecimento se distingue do conhecimento científico e do filosófico?
2. Qual é o papel da imaginação na arte?
3. Como podemos saber que uma obra é criativa?

Aplicando os conceitos

4. Exponha argumentos para justificar aproximações naturalista, pragmática e formalista das seguintes obras:
   a) *Casa própria*, de Rochelle Costi (ver início do capítulo).
   b) Uma história em quadrinhos.
   c) Um filme documental.
5. Comente o seguinte trecho, à luz dos conceitos apreendidos no texto deste capítulo.

.....

A questão que a psicologia cognitiva tenta responder é: como sentimento e pensamento ordenam a experiência e condicionam o comportamento? Enquanto o pensamento luta em direção à objetividade e à suspensão dos fatores emocionais, o sentimento é um processo essencialmente subjetivo que procura melhorar e aprofundar o contexto emocional da experiência.

NEWMAN, J. Feeling as a cognitive process. *Bulletin of Psychological Type*, 1987. p. 18. (Tradução nossa)

.....

6. Na obra *Olympia* (1863), de Édouard Manet, quebrou-se o código da dupla moralidade masculina, mostrando ao público uma prostituta, que normalmente era procurada pelos homens em lugares privados e com discrição. Era um assunto proibido do cotidiano trazido à luz. Retome a "Leitura complementar" (página 369), observe a imagem e responda ao que se pede:
   a) Descreva a imagem.
   b) Quem é a mulher representada? O que fazia?
   c) Onde foi apresentada essa tela? Para qual público?
   d) Que interpretação se pode fazer dessa exibição pública de uma prostituta na época?



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU D'ORSAY, PARIS

Olympia (1863), pintura de Édouard Manet.

7. Leia o trecho de Orhan Pamuk transcrito abaixo e explique o que ele quer dizer com a primeira frase, à luz das características da arte. Em seguida, escolha um livro que tenha lido para as aulas de literatura e explique como o autor "entrou em outra forma e lhe deu vida".

.....

"E se eu acordasse um dia e visse que tinha me transformado em uma imensa barata, o que aconteceria comigo?" Por trás de todo grande romance está um autor cujo maior prazer consiste em entrar em outra forma e dar-lhe vida – um autor cujo impulso mais forte e criativo é pôr à prova os limites de sua identidade.

PAMUK, Orhan. *A maleta do meu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 46-47.

.....

8. Leia o texto de Gilda Naécia Maciel de Barros sobre a peça *Rei Édipo*, de Sófocles, e responda: qual aspecto da vida e de nós próprios é discutido no texto?

.....

Não foi sem razão que Aristóteles, na *Poética*, ao estabelecer os princípios de uma teoria da tragédia, considerou *Rei Édipo* uma peça exemplar. Todavia, o caráter paradigmático deste texto parece-nos ultrapassar as exigências formais da teoria aristotélica para se impor a nós, ainda hoje, como obra de valor perene e sempre atual. De fato, no teatro sofocliano experimentamos a especial sensação de nos colocarmos diante de nós próprios, do desafio que representa o fato de existirmos e de, existindo, assumir a decisão de escolher o sentido de ser.

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Rei Édipo*: culpa e existência. Disponível em <www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1923313>. Acesso em 30 mar. 2016.

.....

9. Observe a imagem da escultura em Vilnius, na página 366, e discuta como o realismo socialista pode cercear a imaginação, a criatividade e a inspiração dos artistas.

Dissertação

10. Desenvolva uma dissertação conforme os temas do seguinte texto:

.....

É neste sentido de aparecimento à nossa percepção que uma obra de arte constitui uma forma. Pode ser uma forma permanente como a de um edifício ou de um vaso ou de um quadro, ou uma forma transiente, dinâmica, como a de uma melodia ou de uma dança, ou ainda uma forma sugerida à imaginação, como a passagem de eventos puramente imaginários, aparentes, que constitui uma obra literária. Mas é sempre um todo perceptível, com identidade própria; como um ser natural, tem um caráter de unidade orgânica, autossuficiência, realidade individual...

LANGER, Susanne. A importância cultural da arte. In: *Ensaios filosóficos*. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 82.

.....

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 30

A significação na arte



EDUARDO VERDERAME

Phantasmata (2015), intervenção de Regina Silveira, XII Bienal de Havana (Cuba).

O ser humano está continuamente atribuindo significados ao mundo. A essa atividade damos o nome genérico de "leitura". Portanto, não lemos apenas os textos escritos, mas lemos igualmente outros tipos de textos, não verbais, aos quais também atribuímos significados. A arte constitui-se em um texto muito especial, pois a atribuição de significados está presa à sua forma sensível de apresentação e é inseparável dela.

A obra de Regina Silveira foi apresentada na XII Bienal de Havana (Cuba), em 2015. É uma intervenção urbana, isto é, aparece em um espaço público da cidade, e foi feita com técnica de grafite, na região portuária de Havana.

Vemos uma rua, com transeuntes, no centro da qual foram demarcadas, em amarelo e em forma de flecha, uma faixa central e 18 faixas a 45 graus, como as que encontramos em vagas de estacionamento. Doze desses espaços estão ocupados por insetos, helicóptero, barco, tanque de guerra, míssil, motocicleta e automóveis. Todos podem se locomover, todos podem parar ou estacionar. Cada um remete à história de Cuba: os carros que transitam por lá são antigos e remendados, uma vez que o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos por 50 anos não permitia a importação de veículos novos; os barcos remetem não só à área portuária, mas também aos inúmeros barcos de refugiados que deixavam a ilha e tentavam chegar a Miami; o míssil lembra o fato de que Cuba foi base para os mísseis da União Soviética, durante a Guerra Fria; os tanques fazem lembrar a própria revolução cubana e a repressão durante a ditadura de Fidel Castro.

Esses são apenas alguns dos significados que podemos ler na obra, que parece tão simples, de Regina Silveira.

O capítulo tem por objetivos levar os alunos a distinguir a *informação estética* de outros tipos de informação; compreender a função poética como transgressão de código; identificar os vários níveis de interpretação das imagens e de obras de arte; compreender a necessidade da educação em arte e aprender a ler uma imagem.

Nesse contexto, é essencial exercitar a leitura de imagens, habilidade requerida não só no vestibular como na vida. Há duas leituras já feitas que podem servir de modelo. Entretanto, só pela prática a habilidade será desenvolvida. Por essa razão, sugerimos usar imagens de propaganda, as demais apresentadas no livro e outras relacionadas ao universo do aluno.

Quem é?



EDUARDO VERDERAME

Regina Silveira. Foto de 2015.

Regina Silveira (1939), gaúcha de Porto Alegre, começou a fazer aulas de desenho e pintura aos 11 anos. Formou-se nessas artes em sua cidade natal. Defendeu mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo, onde era professora. Tem um extenso currículo de exposições no Brasil e no exterior. Pesquisadora incansável, explora várias mídias e suportes em sua arte, que reflete sobre os mecanismos tanto da percepção do mundo quanto do conhecimento humano.

1 A especificidade da informação estética

Segundo José Teixeira Coelho Netto,[1] a informação estética, ao contrário da informação semântica, não é necessariamente lógica. Ela pode ou não ter uma lógica semelhante à do senso comum ou à da ciência. Ela também não precisa ter ampla circulação, isto é, não há necessidade de que um público numeroso tenha acesso a ela. A informação estética continua a existir mesmo dentro de um sistema de comunicação restrito, até interpessoal, ou mesmo quando não há nenhum receptor apto a acolhê-la. Outra característica da informação estética que a diferencia da informação semântica é o fato de não ser traduzível em outras linguagens. Quando dizemos "O tempo hoje está ruim", podemos traduzir a informação semântica contida nessa frase para qualquer outra língua, sem perda da informação original.

No entanto, quando vemos uma cena de tempo ruim num filme, observamos a qualidade da cor, a força do vento, da chuva ou da neve, a vegetação, os ruídos ou o silêncio, a névoa, a qualidade da luz e inúmeros outros detalhes que nos são mostrados pelas câmeras e nos causam determinado sentimento. Essa informação estética não pode ser traduzida para qualquer outra linguagem sem ser mutilada, isto é, sem perder parte de sua significação.

A informação estética apresenta, ainda, outro aspecto distintivo, que é o fato de não ser esgotável numa única leitura. Por exemplo: a informação sobre as más condições climáticas de um dia qualquer só me conta algo de novo na primeira vez em que for dada. Ela se esgota. O que não ocorre com a cena de tempo ruim de um filme.

Na primeira vez que lemos um livro ou ouvimos uma música, recebemos certa quantidade de informações; na segunda leitura ou audição, podemos receber outras informações; anos mais tarde, ainda outras. Essa característica de inesgotabilidade permite que as obras de arte não envelheçam nem se tornem ultrapassadas. A obra de arte é aberta, no sentido de que ela própria instaura um universo bastante amplo de significações que vão sendo captadas, dependendo da disponibilidade dos receptores.[2]

2 A forma

Roman Jakobson (1896-1982), conhecido linguista russo, definiu algumas características da função poética da linguagem e ampliou muito a noção do poético. Com ele, a função poética ganha dimensão estética, podendo ser aplicada a outras formas artísticas além da poesia.

Função poética da linguagem: a transgressão do código

A função poética da linguagem, segundo Jakobson, caracteriza-se por estar centrada sobre a própria mensagem, isto é, por chamar a atenção sobre a forma de estruturação e de composição da mensagem. A função poética pode estar presente tanto numa propaganda, num *outdoor*, quanto numa poesia, numa música ou em qualquer tipo de obra de arte.

Mas como se atrai a atenção para a própria mensagem? Para que isso aconteça, é necessário sair do habitual, daquilo a que estamos acostumados e, por isso mesmo, nem percebemos mais. É necessário, enfim, transgredir o código consagrado. Ao usar o código de maneira incomum, a forma de apresentação da mensagem chama nossa atenção pela sua força poética. Isso fica bastante claro na poesia. As palavras de que nos servimos para escrever um poema ou para nos comunicarmos no dia a dia são fundamentalmente as mesmas.

Na fala diária, no entanto, não prestamos atenção à forma das palavras, porque o que nos interessa para que a comunicação se efetive é seu conteúdo semântico. A poesia, ao contrário, nos desperta para essa forma. Vamos examinar um trecho do poema de Arnaldo Antunes:

[1] COELHO NETTO, José Teixeira. *Introdução à teoria da informação estética*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 9-16.

[2] ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

se ânsia mansa
não ex
iste
o que é isto
que pers ins res
(de mim
não des)
iste?

ANTUNES, Arnaldo. *Agora aqui ninguém precisa de si.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 51.

O poeta chama a atenção para a construção da mensagem quando brinca com os verbos *existe*, *persiste*, *insiste*, *resiste* e *desiste*, que, além de rimarem entre si, têm a grafia alterada pela separação das duas últimas sílabas. Também transgride o código ao separar as sílabas desses mesmos verbos. É quase um haicai pela sua concisão e objetividade. Vale ressaltar que essa subversão não é gratuita, pois contribui para o significado da obra.

Com essa discussão sobre a função poética, que leva necessariamente à transgressão dos códigos habituais e consagrados, podemos justificar por que, no capítulo 4, "Linguagem e pensamento", incluímos as linguagens artísticas entre as que são estruturadas de forma mais flexível. Se romper o código é uma característica própria da arte, nenhum código artístico pode ser inflexível nem exercer força coercitiva sobre a produção dos artistas.

O papel das vanguardas artísticas

A ênfase dada à forma da obra de arte e às transgressões do código nos leva a examinar o papel das vanguardas artísticas. *Avant-garde*, em francês, é um termo militar que designa o grupo de soldados que avança à frente da guarda ou batalhão. Transferindo o termo para a área artística e cultural, também designa os desbravadores, os que fazem o "reconhecimento do terreno", os que ampliam o espaço da linguagem artística por meio de experimentações.

É a vanguarda que rompe os estilos, que propõe novos usos do código. Atrás dela vêm os batalhões, ou seja, os outros artistas, considerados seguidores, que formam as escolas. Nesse momento, o que era novo e constituía uma transgressão do código passa a ser, outra vez, o habitual, o código consagrado.

Por essas razões, a linguagem da vanguarda cultural e artística é sempre difícil de entender. É por isso que temos certa dificuldade em compreender as obras expostas nas bienais, os filmes de arte, o teatro experimental, a música dodecafônica e assim por diante. Todas essas obras instituem um novo repertório de signos e novas regras de combinação e de uso. Leva algum tempo, e muita convivência com o mundo artístico, para que possamos dominar e compreender os novos códigos e linguagens. A existência das vanguardas, no entanto, é imprescindível à manutenção da fermentação cultural.

No campo das artes, não podemos falar em progresso. O conceito de progresso envolve ideias de melhoria e superação, absolutamente estranhas ao mundo artístico. A arte do século XX ou XXI não é melhor nem pior que a arte grega ou a renascentista. É apenas diferente, porque responde a questões colocadas pelo ser humano e pela cultura atuais. Os artistas de vanguarda são exatamente os que levantam essas questões antes que a maior parte da sociedade as tenha percebido e respondem-nas trabalhando a linguagem e a forma sensível de suas obras.

Haicai: forma de poesia japonesa surgida no século XVI, composta de três versos, com cinco, sete e cinco sílabas.

Dodecafônico: sistema de organização dos doze sons da escala cromática de modo que sejam tratados como equivalentes, e não hierarquicamente, como no sistema tonal tradicional. Foi criado na década de 1920 pelo compositor austríaco Arnold Schönberg.



CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1987 WATTERSON/DIST BY UNIVERSAL UCLICK

Calvin e Haroldo (1987), tira de Bill Watterson. Essa história em quadrinhos quebra o código consagrado, uma vez que o desenho não está contido pelo "quadro".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 O conteúdo

Interpretar uma obra de arte é buscar compreendê-la e apreciá-la. Isso exige que melhoremos nosso nível atual de compreensão e apreciação.

A interpretação da obra de arte, ou seja, a atribuição de significados pelo espectador, dá-se em vários níveis.

O primeiro nível é o do sentimento. Sentir-se conectado à obra e seguir seu ritmo interno são modos próprios de decodificação que acontecem na experiência estética. O sentimento apresenta-se como uma unidade não dissociável da experiência, isto é, ele só pode acontecer na presença da obra.

O segundo nível de interpretação se dá por meio do pensamento e envolve a análise cuidadosa da obra. Como se pode fazer essa análise?

Em primeiro lugar, precisamos realizar um levantamento da forma, em termos descritivos. Em outras palavras, fazemos a descrição da obra. Para isso, é necessário conhecer alguns aspectos fundamentais das linguagens artísticas. Por exemplo, a linguagem teatral difere da linguagem cinematográfica. Se formos analisar, portanto, um espetáculo teatral, precisamos antes saber o que caracteriza a linguagem específica do teatro.

Em seguida, descrevemos a obra do ponto de vista denotativo. A leitura denotativa corresponde ao que realmente vemos ou ouvimos. Por exemplo, antes de percebermos que se trata do afresco *Última ceia*, de Leonardo da Vinci, vemos, representados na parede, treze homens atrás de uma mesa, de frente para nós, agrupados três a três, exceto a figura central, com determinado tipo de indumentária, fazendo tais gestos etc. Essa descrição dos signos que aparecem na obra e de como se combinam é muito importante, pois nos fornece dados para estabelecermos relações que não são tão evidentes, mas que se encontram implícitas na obra. Por isso é imprescindível que façamos uma descrição detalhada, cuidadosa, a mais completa possível.

Finalmente, fazemos a leitura conotativa. Ao ler um livro, por exemplo, levantam-se os significados conotativos de cada signo e dos signos combinados entre si. Ao se colocar uma figura sobre determinado fundo, combinar cores, sons ou formas, associar uma música a uma imagem, os significados de cada signo vão sendo alterados pelos significados dos outros signos, formando um espesso tecido de significações que se entrecruzam. No levantamento dessas conotações, precisamos sempre considerar a época e o lugar em que a obra foi criada. Por exemplo, no Renascimento, o unicórnio simbolizava a virgindade. Se desconhecermos essa informação, a interpretação de uma obra desse período em que apareça tal símbolo será deficiente.

Por outro lado, além do significado conotativo cristalizado, podemos encontrar outros significados na perspectiva de nossa época. Por isso, para podermos penetrar na significação mais profunda de qualquer obra de arte, são necessários conhecimentos de história geral, de história da arte e dos estilos, dos valores e da filosofia da época em que a obra foi criada, a fim de podermos situá-la em seu contexto. Precisamos, também, estar engajados no nosso tempo para podermos perceber o que a obra nos diz hoje.

Por isso dizemos que a arte nos traz o conhecimento de um mundo e não somente o conhecimento de uma obra. A arte instaura um universo de significações que jamais é esgotado, que ultrapassa em muito a intenção do autor.[3]

Esquematicamente, podemos representar esse processo da seguinte forma:



Vejamos um exemplo de como fazer uma leitura analítica possível de uma obra de arte visual de Sandra Guinle.

Cenas infantis é um projeto que a artista vem desenvolvendo desde 2002, no qual recupera as brincadeiras de seu tempo de menina no interior de São Paulo. Ela se lembra de ter começado, aos 4 ou 5 anos, a moldar em barro as coisas que via ao seu redor.

Denotativo: relativo à denotação, significado primeiro e imediato de um signo (palavra, imagem etc.).

Conotativo: relativo à conotação, significado segundo, figurado, às vezes subjetivo, dependente da experiência pessoal de um signo.

[3] Ver os capítulos 27, "Estética: introdução conceitual", e 29, "Arte como forma de pensamento".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brincar é uma atividade aprendida com os mais velhos e é indispensável para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social da criança. Ajuda a desenvolver a imaginação e a inteligência, as habilidades no convívio social e o controle das emoções.

Esta é uma escultura em bronze, medindo 40 cm de altura, 27 cm de largura e 17 cm de profundidade. Representa uma figura feminina em pé, de vestido curto, os braços erguidos, equilíbrio instável e um aro ao redor da cintura.

Para todos os que tiveram essa experiência, é a imagem de uma menina brincando com o bambolê. A infância é um tema caro à artista, que relata: "Desde pequenina aprendi a viver da terra e respeitar o tempo de cada estação. Brincava na beira dos rios, tomava banho de chuva e ser feliz era o maior compromisso de toda criança".



SANDRA GUINLE – COLEÇÃO DA ARTISTA

Bamboleando (2005), escultura de Sandra Guinle.

Do ponto de vista formal, a figura é estilizada, enfatizando sua verticalidade. A sinuosidade do corpo e a oposição entre os braços erguidos, voltados para a esquerda, e o bambolê, totalmente jogado para a direita em uma diagonal ascendente, mostram o movimento.

Há ainda o contraste entre o material usado – o bronze, que é pesado – e a leveza transmitida pela figura. Essa impressão de leveza é conseguida pelo comprimento e pela delicadeza das pernas e dos braços e de seu posicionamento; pela sinuosidade do corpo e pela posição da cabeça e dos cabelos.

Momento prazeroso da infância, o abandono do corpo e da mente à brincadeira, ao momento, à vulnerabilidade e à ingenuidade em um instante de alegria. Isso é o que pode nos dizer essa obra, além de provocar certa nostalgia por um tempo que se foi.

Desse modo, a obra, que inicialmente parecia uma simples brincadeira, enche-se de sentido, torna-se bela. E nos emociona, causa alegria e satisfação. É o sentimento de completude.

Para saber mais

Muitas brincadeiras foram criadas em centros urbanos muito antigos e foram difundidas aos poucos para outras regiões, países e continentes através da história. Um exemplo é o bambolê, um brinquedo usado desde o Egito Antigo. Feito originalmente de madeira ou vime, nos anos 1950 foi um dos primeiros brinquedos do mundo a ser confeccionado em plástico, um material totalmente inovador dentro da indústria dos brinquedos e que, por isso, se transformou num fenômeno de massa, sendo vendido aos milhões em todo o mundo.

Disponível em <www.sandraguinle.com.br>. Acesso em 30 mar. 2016.

Quem é?



INÊS LAMPREIA – ACERVO DA ARTISTA

Sandra Guinle. Foto de 2011.

Sandra Guinle nasceu em Monte Mor, no interior de São Paulo. Sua formação foi iniciada em 1997, na Arquitec, em Campinas, onde fez cursos de história da arte, cerâmica, pintura e desenho. De 1998 a 2001, estudou na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Engajada em projetos sociais, ministra oficinas e palestras para crianças da periferia. *Cenas infantis* faz parte de um projeto social abrigado no Museu do Brinquedo da Faculdade de Educação da USP, na cidade de São Paulo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

4 A educação em arte

Se a interpretação de uma obra de arte depende de termos conhecimento não só das várias linguagens como também da história da arte, dos estilos e dos movimentos, a educação em arte terá papel fundamental em nossa capacidade de compreender a arte.

A educação em arte propõe a convivência com o maior número possível de obras, seja em museus e galerias, seja nas praças, muros da cidade e até em cemitérios, seja nas mãos de um bom artesão, nos cinemas, na televisão e no rádio. Muitas obras passam despercebidas, por isso é preciso querer procurá-las e vê-las de um modo especial.

Quanto mais ampla for essa convivência com os tipos de arte, os estilos, as épocas e os artistas, melhor. É só por meio desse contato aberto e eclético que podemos afinar nossa sensibilidade para as nuanças e sutilezas de cada obra, sem querer impor-lhe nosso gosto e nossos padrões subjetivos, que são marcados historicamente pela época e pelo lugar em que vivemos, bem como pela classe social a que pertencemos.

> Lembraremos, ainda, que é na frequentação da obra que a intersubjetividade pode se dar. É através dela que podemos "encontrar" com o autor, sua época e também com nossos semelhantes. É pelas veredas não racionais da arte que a frequentação permite descobrir e percorrer, que nos "sintonizamos" com o outro, numa relação particular que a vida cotidiana desconhece. Terreno da intersubjetividade, a arte nos une, servindo de lugar de encontro, de comunhão intuitiva; ela não nos coloca de acordo: ela nos irmana.
>
> COLI, Jorge. *O que é arte*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 126. (Coleção Primeiros Passos)

Em seguida, precisamos aprender a sentir. Em nossa sociedade, dada a importância atribuída à racionalidade e à palavra, não é raro tentarmos enquadrar a arte nesse tipo de perspectiva.

Assumimos, então, tamanha distância da obra que não é possível recebê-la por meio do sentimento. No entanto, o sentimento, como já dissemos, não é a emoção descabelada. No sentimento, a emoção é despida de seu conteúdo material e elevada a outro estado: retirado o peso da paixão, permanecem o movimento e as oscilações do sentir em comunhão com os objetos.

Finalmente, já fora da experiência estética, podemos chegar ao nível da recepção crítica, da análise intelectual da obra, do julgamento de seu valor, que é o trabalho do crítico e do historiador da arte. Para essa tarefa, só a convivência com a obra não basta. É necessário o conhecimento histórico dos estilos, da linguagem de cada arte, além de um profundo conhecimento da cultura que gerou cada obra.

Por tudo isso, fica claro o cuidado que o educador, seja ele de museu, seja de escola, e os pais devem ter ao escolher, para seus alunos e filhos, as exposições ou mesmo as vivências artísticas em artes visuais, música, teatro, dança. É importante não infantilizar a cultura, menosprezando a capacidade de crianças e adolescentes ou do público carente culturalmente de compreender por meio do sentimento, de estabelecer diálogos imaginativos, de buscar informação.

5 A importância de saber ler uma imagem

No mundo contemporâneo, vivemos cercados por imagens visuais de todos os lados. Das indicações de trânsito às propagandas, dos ícones do computador à imagem televisiva e cinematográfica e aos grafites, pichações, decalques e ilustrações nos muros, enfim, a imagem parece prevalecer em nossa vida. Já se disse que a palavra perderá seu lugar privilegiado na comunicação humana.

Podemos discutir a validade dessa afirmação, mas não podemos negar a importância que a imagem tem hoje. Por isso, aprender a ler a imagem, isto é, os modos como lhe atribuímos significados, é um passo que nos leva à compreensão mais profunda de nossa sociedade e de nossa vida.

Dentre as imagens, destacamos as de arte por serem mais difíceis de decodificar, uma vez que a informação estética exige: conhecimento específico de linguagens artísticas e de história da arte; conhecimento do contexto de produção da obra; e disponibilidade interna para entender a arte pelas suas propostas. Além disso, ela é inesgotável em uma única leitura e não pode ser traduzida para outra linguagem sem perder parte de seu conteúdo. Todas essas características fazem da atribuição de significados às obras de arte uma tarefa que necessita de aprendizado específico, que se dá na convivência com elas, educando nossa sensibilidade. Essa é a grande tarefa de pais e educadores.

Intersubjetividade: comunicação das consciências individuais, umas com as outras, realizada com base na reciprocidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Leitura complementar

Contra a interpretação

"A *transparência* é o valor mais alto e mais liberador da arte – e da crítica – hoje. Transparência significa luminosidade da coisa em si, das coisas que são o que são. Essa é a grandeza, por exemplo, dos filmes de Bresson e Ozu e de *La Règle du Jeu* (A Regra do Jogo), de Renoir.

Outrora (digamos, para Dante), era quem sabe revolucionário e criativo executar obras de arte de modo que pudessem ser experimentadas em vários níveis.

Agora não é mais. Isso reforça o princípio da redundância, que é a maior aflição da vida moderna. Outrora (numa época em que a arte erudita era escassa), era quem sabe revolucionário e criativo interpretar obras de arte. Agora não é mais. Decididamente agora não precisamos incorporar mais Arte a Pensamento, ou Arte a Cultura.

Agora, a interpretação pressupõe a experiência sensorial da obra de arte, e avança a partir daí. Agora, isto não pode mais ser considerado um pressuposto. Pensemos na mera multiplicação das obras de arte que se oferece a cada um de nós, acrescentada aos sabores, odores e visões conflitantes do ambiente urbano que bombardeiam nossos sentidos. A nossa é uma cultura baseada no excesso, na superprodução; a consequência é uma perda constante da acuidade de nossa experiência sensorial. Todas as condições da vida moderna – sua plenitude material, sua simples aglomeração – combinam-se para embotar nossas faculdades sensoriais. E é à luz das condições de nossos sentidos, das nossas capacidades (e não das de outra época), que a tarefa do crítico deve ser avaliada.

O que importa agora é recuperarmos nossos sentidos. Devemos aprender a *ver* mais, *ouvir* mais, *sentir* mais.

Nossa tarefa não é descobrir o maior conteúdo possível numa obra de arte, muito menos extrair de uma obra de arte um conteúdo maior do que já possui.

Nossa tarefa é reduzir o conteúdo para que possamos ver a coisa em si.

Agora, o objetivo de todo comentário sobre arte deveria visar tornar as obras de arte – e, por analogia, nossa experiência – mais e não menos reais para nós. A função da crítica deveria ser mostrar *como é que é*, até mesmo o *que é que é*, e não mostrar o que significa."

SONTAG, Susan. Contra a interpretação. In: *Contra a interpretação*. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 22-23.

Robert Bresson (1901-1999): um dos maiores cineastas franceses do século XX.

Yasujiro Ozu (1903-1963): cineasta de grande importância no Japão, conhecido por tratar de um Japão em transformação.

Jean Renoir (1894-1979): cineasta francês que, com seu realismo poético, abriu as portas para a *nouvelle vague* (nova onda).

Dante Alighieri (1265-1321): autor de *A divina comédia*.



WILLIAM E. SAURO/NEW YORK TIMES CO./GETTY IMAGES

Foto de Susan Sontag em 1978. A escritora Susan Sontag (1933-2004), formada pela Universidade de Harvard, destacou-se nas décadas de 1960 e 1970 como uma das principais críticas de arte.

Questões

1. O que é a transparência da arte para a autora?
2. Por que a interpretação pressupõe a experiência sensível da obra de arte?
3. Qual é a tarefa do crítico de arte?
4. Como você pode relacionar o que é dito nesse texto com o que foi discutido no decorrer do capítulo sobre a interpretação?

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Como se caracteriza a informação estética?
2. Quais são os passos para se analisar uma obra de arte?

Aplicando os conceitos

3. Com base na leitura do texto abaixo sobre interpretação, faça o que se pede.

A obra de arte é divergente, sua interpretação é impossível ou sua interpretação é uma sofisticação: o programa de sua abordagem só pode ser investigativo, não explicativo. Para a obra de arte, o processo de aproximação é a hermenêutica, que se justifica quando o que está em jogo é uma multiplicidade de sentidos (a confusão: vários sentidos fundidos num bloco não analisável, isto é, não divisível; o individual é o não discreto, aquilo que não se pode determinar) e, pode-se dizê-lo, de interpretações.

COELHO NETTO, José Teixeira. *A cultura e seu contrário*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p. 148.

a) Por que, segundo o autor, não se pode explicar uma obra de arte?
b) Procure o significado de hermenêutica e diga por que é diferente de interpretação.

4. Observe a tira do Recruta Zero e atenda às seguintes propostas.

a) De qual pressuposto parte o Recruta para fazer sua crítica?
b) Discuta a importância da educação em arte.

5. Analise a seguinte frase com base no conceito de interpretação.

O crítico de arte Jacob Klintowitz acredita que são as interpretações da arte – e não a obra em si – que podem desencadear um conflito.

RAGAZZI, Ana Paula. "Arte" discute a amizade masculina. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 set. 1999. Acontece. p. 3.

6. Leia o trecho a seguir, de Sebastião Uchoa Leite, e faça o que se pede.

No caso da tradução, como interpretação, cada tradução é uma variação de um mesmo objeto, não se conhecendo traduções exatamente iguais. Coloca-se, então, o paradoxo da tradução ser ao mesmo tempo um duplo do texto traduzido e um texto totalmente novo. Mas, paradoxo que se superpõe, o texto novo está condicionado ao texto inicial ou texto-fonte. É a transcrição de um código linguístico para outro, submetendo-se a certas regras, como a procura de equivalências. Interpreta, mas não improvisa, não sendo, por isso, uma interpretação fluida.

LEITE, Sebastião Uchoa. O paradoxo da tradução poética. In: *A interpretação*. 2º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 242.

a) Comente o texto com base na discussão sobre interpretação da obra de arte.
b) Qual é a diferença entre traduzir um texto e interpretar uma obra de arte?



Recruta Zero (2012), tira de Greg e Mort Walker.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 31

Concepções estéticas



Nomes (1989), obra de Jac Leirner. Vista da exposição na Estação Pinacoteca I, São Paulo (SP), 2011.

Os objetivos do capítulo são: compreender a historicidade dos conceitos de belo e valor estético, situar obras de arte dentro das principais correntes estéticas, balizar o aprofundamento do estudo da unidade de estética.
Sugerimos que ao longo do estudo alguns termos sejam destacados: naturalismo, estilização, racionalismo estético, academismo, estética normativa, romantismo, simbolismo, pós-modernismo, desconstrução da forma, arte africana e arte indígena brasileira.

Este capítulo pode ser usado quase como um manual de correntes estéticas. Não fará sentido para o aluno ler e decorar cada uma delas sem ter um contexto que explique sua importância. Por isso, deve ser consultado durante a leitura dos outros capítulos, quando surgir a necessidade de aprofundamento de conhecimentos, seja de uma corrente estética, seja de um pensador específico.

O conceito de belo é eminentemente histórico. Cada época, cada cultura e cada obra de arte tem seu padrão de beleza próprio.

Na contemporaneidade, exemplificada aqui pela obra de Jac Leirner, é comum a construção de obras que fazem menção ao cotidiano por meio do material, do suporte ou da temática, inclusive pelo uso de objetos já existentes.

Essa obra de Jac Leirner faz parte de uma série chamada *Nomes*, já exibida em vários museus e galerias no Brasil e no exterior. Ela é composta de diversas sacolas de compras de várias partes do mundo, com nomes e logotipos de lojas que ainda existem e outras que já desapareceram. A artista, filha de um colecionador de arte, coleciona objetos do cotidiano por anos a fim de fazer suas obras. Depois, seleciona, ordena e apresenta. As sacolas são forradas e costuradas de acordo com seu potencial plástico, formando um verdadeiro mosaico multicolorido.

A artista sempre parte de objetos e materiais, por assim dizer, "dos outros". Materiais que pertencem a todos. Seu valor de uso, dentro do ciclo do consumo, é negado e diluído para adquirir uma nova identidade, como elemento de uma obra de arte. Obra que também coloca em questão o tempo: o tempo do colecionar e o tempo da memória contido em objetos do passado e do presente.

Jac Leirner dialoga com as propostas de Marcel Duchamp, ao usar objetos do cotidiano como material para fazer arte; com o minimalismo, pelo uso das séries, isto é, várias obras que apresentam pequenas variações entre si; e com a *pop art*, pela escolha de materiais que fazem parte da cultura popular.

Suas obras ainda dão margem a outras questões: a arte deve ter função crítica? Uma obra deve sempre seguir a tradição e usar materiais convencionais, como a tela, o chassi sobre o qual ela é esticada ou a madeira? Será que, em outras épocas, essa obra da série *Nomes* seria considerada arte?

Para ajudar a responder a essas perguntas, vamos examinar as várias correntes estéticas que vieram determinar as relações entre arte e realidade, o estatuto e a função da obra de arte.

Quem é?



GREG SALIBA/ANFOLHAPRESS

Jac Leirner.
Foto de 2014.

Jac Leirner (1961) é uma premiada artista paulista. Formou-se em artes plásticas na Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, em 1984. Participou da Bienal de São Paulo em 1983 e 1989 e da Bienal de Veneza em 1990. Foi artista residente do Walker Art Center, nos Estados Unidos, e do Museu de Arte Moderna de Oxford, Inglaterra. Deu aulas em universidades do Brasil e do exterior.

1 Arte grega e o conceito de naturalismo

O naturalismo constitui uma noção fundamental que marcou profundamente grande parte da arte ocidental, da Grécia antiga até o final do século XIX, com interrupção durante a Idade Média.

O naturalismo, segundo o crítico inglês de arte Harold Osborne (1905-1987), pode ser definido como a ambição de colocar diante do observador uma semelhança convincente das aparências reais das coisas. A admiração pela obra de arte, nessa perspectiva, advém da habilidade do artista em fazer a obra parecer ser o que não é, parecer ser a realidade, e não a representação.

Na atitude naturalista, podemos distinguir algumas variações, dentre as quais as mais importantes são o *realismo* e o *idealismo*.

O naturalismo realista mostra o mundo como ele é, nem melhor nem pior. É característico, por exemplo, da arte renascentista do século XV.

Já o naturalismo idealista retrata o mundo nas suas condições mais favoráveis. Na verdade, mostra o mundo como desejaríamos que fosse, melhorando e aperfeiçoando o real. É o padrão da arte grega, que não retrata pessoas reais, mas pessoas idealizadas.

O naturalismo foi uma atitude dominante na arte ocidental por muitos séculos, com exceção do período medieval. Com o movimento impressionista, no século XIX, houve outra ruptura com essa atitude, pois os artistas passaram a dar primazia às variações da luz, e não aos objetos representados. Essa mudança de atitude deve-se, em parte, ao aparecimento da fotografia, que fixa as imagens do mundo de forma mais rápida, econômica e precisa do que a tela pintada. Por essa razão, os artistas, principalmente os pintores, tiveram de repensar a função da arte e o espaço específico da pintura.

O naturalismo na arte grega

Na Grécia antiga não havia a ideia de artista no sentido que hoje empregamos, uma vez que a arte estava integrada ao cotidiano. As obras de arte dessa época eram utensílios (vasos, ânforas, copos), edificações (templos) ou instrumentos educacionais. O artífice que os produzia era considerado um trabalhador manual, do mesmo nível do agricultor ou do ferramenteiro. Ele era um artesão, tinha domínio da *techné*, numa sociedade que considerava o trabalho manual menos digno que o intelectual.

Platão (c. 428-347 a.C.) recusa-se a dar valor autônomo ao que chamamos de "arte". Para ele, existe uma ordem metafísica e ética no mundo, sendo tarefa da filosofia descobri-la por meio do pensamento racional. A arte só poderia ter valor se representasse corretamente essa ordem ou nos ajudasse a agir de acordo com ela. Contudo, Platão reconhece o poder da poesia sobre a alma humana e dá indícios de que aprecia os prazeres que ela proporciona.

Com relação à beleza, termo que ele usa com sentidos diferentes – entre eles o de desejabilidade, valor de troca e agradabilidade à visão e à audição –, ela não está relacionada às artes. Platão critica, inclusive, os sofistas e retóricos por não saberem distinguir entre o que é belo, porque dá prazer, do que é genuinamente bom e benéfico. Para ele, a beleza em si é uma forma, acessível somente ao intelecto.

Etimologia

Techné. Palavra de raiz grega, abrange tanto a habilidade manual de fazer alguma coisa, principalmente em metal, como o saber fazer e as profissões ligadas ao trabalho manual. Designava também a arte, para a qual não havia um nome específico, uma vez que ela envolvia esse "saber fazer" manual.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Platão faz a crítica da beleza no mundo sensível, dizendo que é variável (algo pode ser belo em um momento e não em outro) e relativa (algo é belo em relação a algum aspecto, mas não a outros; é belo para um observador e não o é para outro). De outro lado, a beleza como forma não é variável, "sempre é: não se torna, nem acaba, não brilha, nem desvanece".[1]

Nesse período (séculos V e IV a.C.), a função da arte era criar imagens de coisas reais, que tivessem aparência de realidade. Para que esse objetivo fosse atingido, foram desenvolvidas técnicas que permitiam produzir cópias da aparência visível das coisas.

Temos de admirar a fidelidade anatômica das esculturas gregas, como a *Vitória de Samotrácia* e o *Discóbolo*. Essa atitude perante a arte está fundada sobre o conceito de mimese.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU VICTORIA & ALBERT, LONDRES

Essa escultura é uma representação idealizada do esportista no momento de maior concentração, quando se prepara para arremessar o disco. A harmonia da composição é dada pela intersecção de dois segmentos de linha curva. Um se inicia na mão que segura o disco, passa pelos ombros, desce pelo outro braço e chega ao pé esquerdo, que está atrás. O outro liga esse mesmo pé à cabeça, passando pela curvatura das costas. Apesar da concentração do corpo, o rosto permanece tranquilo. Isso faz parte do idealismo da arte naturalista grega.

Discóbolo, cópia romana em mármore do original feito pelo ateniense Míron, por volta de 450 a.C.

Para Platão, a mimese seria a imitação não da ideia (essência universal) da coisa, mas de sua aparência, isto é, de um objeto concreto e particular. Além disso, só se pode imitar algo de um ponto de vista, não de todos, resultando em uma imitação parcial, e não exata. Portanto, ela está longe da verdade.

No polo oposto, Aristóteles afirma que a mimese é natural para as pessoas desde a infância, por ser um modo de aprendizado. A mimese resulta em conhecimento porque copia corretamente o objeto e o simplifica.

Entretanto, é no sentido de cópia ou reprodução exata e fiel da realidade que a palavra "mimese" passa a ser adotada pela teoria naturalista. E as obras de arte, nessa perspectiva, são avaliadas de acordo com o padrão de correção estabelecido por Platão.

Para saber mais

Mimese, termo originado do grego *mímesis*, é normalmente traduzido por "imitação", mas significava muito mais que isso para os gregos. Para Platão, as palavras "imitam a realidade". Nesse caso, a tradução mais correta para mimese talvez fosse "representar", e não "imitar". Para Aristóteles, a arte "imita" a natureza. Arte, para ele, no entanto, engloba todos os ofícios manuais, indo da agricultura ao que hoje chamamos de "belas-artes". Por isso, a arte como *poiesis*, ou seja, "construção", "criação gerada do nada", "passagem do não ser ao ser", imita a natureza no ato de criar, e não a aparência das coisas.

2 A estética medieval e a estilização

Na Europa Ocidental, durante a Idade Média, não houve grande interesse pelas artes, consideradas coisas terrenas ligadas à cultura pagã, capazes de prejudicar o fortalecimento da alma e do espírito.

Entretanto, por causa do analfabetismo generalizado das populações dos feudos, a Igreja Católica utilizou-se da pintura e da escultura para fins didáticos, ou seja, para ensinar religião e infundir o temor do julgamento final e das penas do inferno.

As obras de arte assumiram a condição de símbolos que manifestavam a natureza divina e canalizavam a devoção do homem para a divindade suprema.

Por isso, a postura naturalista é abandonada em prol da estilização, isto é, da simplificação dos traços, da esquematização das figuras e do desapego aos detalhes individualizantes. A estilização respondia melhor à necessidade de universalização dos princípios da religião cristã.

A arte bizantina do mesmo período mostrava extraordinária homogeneidade desde sua codificação, no século VI, até a queda de Constantinopla, em 1453. Preocupada com a expressão religiosa e com a tradução da teologia em forma de arte, a Igreja Ortodoxa Bizantina padronizou a expressão artística, abolindo a representação do volume em pinturas e mosaicos, preferindo as figuras chapadas e as figuras humanas com vestes de linhas sinuosas.

[1] PLATÃO. O banquete. In: *Diálogos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 42. (Coleção Os Pensadores)

Mantidas suas características próprias, tanto no Ocidente quanto no Império Bizantino prevaleceu a ideia de que a beleza não era um valor independente dos outros, mas o refulgir da verdade no símbolo.

A obra de arte, assim, nos permitiria alcançar a visão direta da perfeição da natureza divina. Desse ponto de vista, a beleza era uma qualidade mais bem apreendida pela razão do que pelos sentidos e correspondia ao pensamento religioso dessa época, marcado pelo desejo de ascender do mundo sensual das sombras, das aparências, à contemplação direta da perfeição divina.

Agostinho

Agostinho de Hipona (354-430) ultrapassou a noção da mimese platônica porque considerava a arte humana um símbolo do significado da arte de Deus. À pergunta "Uma coisa é bonita porque nos agrada ou nos agrada porque é bonita?", ele responde: "Agrada porque é bonita".

Agostinho elaborou "uma rigorosa teoria do belo como regularidade geométrica"[2]. Ao tratar da ordem e da música, considera o número como medida de comparação que leva à ordenação das partes iguais dentro de um todo integrado e harmônico.

O gosto pela proporção e o próprio conceito de beleza como ordenação dos objetos ao que deve ser pressupõem um conceito anterior da ordem ideal, dado por iluminação divina. Não podemos nos esquecer das origens platônicas do pensamento agostiniano em que o ideal precede o real, sendo este mera cópia daquele. Esse conceito ideal de beleza fundamenta a objetividade do julgamento da beleza real, concreta, e é fonte das normas para a produção do belo.

Tomás de Aquino

Coube a Tomás de Aquino (1225-1274) retomar o pensamento de Aristóteles, ao qual teve acesso por meio das traduções árabes, e recuperar o mundo sensível que havia sido considerado fonte de pecado durante quase toda a Idade Média. Adaptou o conceito de "forma" que justifica a existência das coisas individuais.

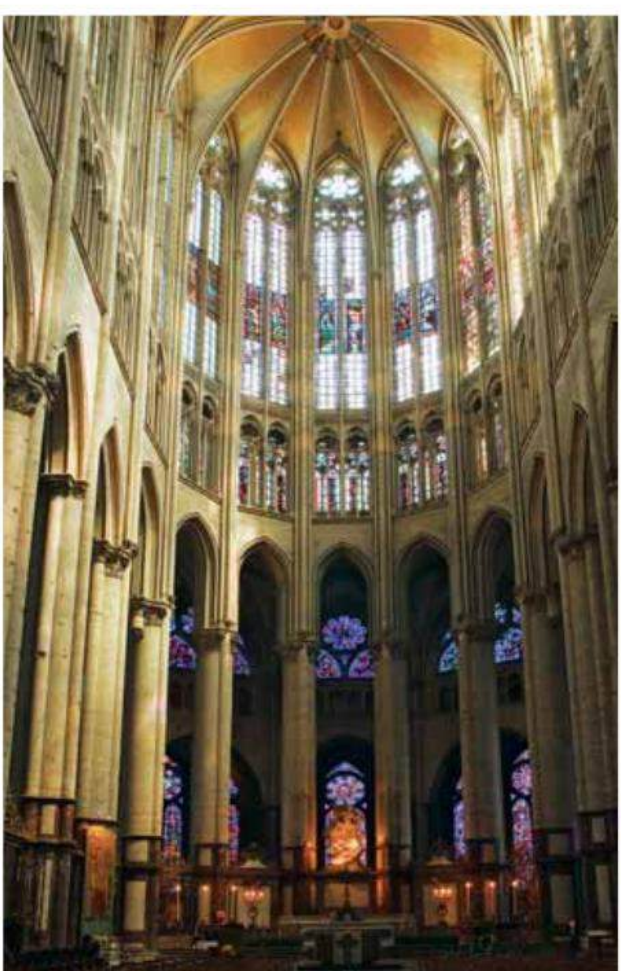
Afirmava que as formas dependiam de Deus e tinham a chave do ser das coisas: são elas que conferem unidade, verdade, bondade, ou seja, que permitem que as coisas individuais possuam, por derivação, os atributos transcendentais de Deus.

Se o mundo é criação de Deus, terá as marcas de sua origem e será a encarnação simbólica do logos divino. Pode, assim, ser objeto de nossa atenção e interpretação.

Para Tomás de Aquino, assim como para Agostinho, beleza e bondade não eram consideradas atributos diferentes: eram modos diferentes de olhar aspectos diversos das mesmas coisas. A beleza é o aspecto agradável da bondade, pois o belo é agradável à cognição, ao passo que o bom está relacionado ao desejo.

Tomás de Aquino estabeleceu três condições para a beleza: integridade ou perfeição; devida proporção ou harmonia entre as partes; claridade ou luminosidade, ou seja, o resplandecer da forma em todas as partes da matéria.

Resumindo, podemos dizer que a essência da beleza em geral consiste na resplandecência da forma sobre partes da matéria proporcionalmente ordenadas.



YANN GUICHAOUA/EASYPIX BRASIL

Catedral de São Pedro (construção iniciada em 1255), Beauvais (França), vista do coro. Um belo exemplo de arquitetura gótica, que enfatiza a verticalidade e, metaforicamente, a ligação com Deus no céu. A abóbada dessa catedral tem 48 metros de altura e as paredes internas foram quase totalmente substituídas por vitrais, uma vez que colunas e contrafortes externos dão sustentação ao edifício.

[2] ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 61.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3 Naturalismo renascentista

O Renascimento artístico, ocorrido entre os séculos XIV e XV na Europa, passou a dignificar o trabalho do artista ao elevá-lo à condição de trabalho intelectual.

Nesse contexto, as artes foram buscar um naturalismo crescente, mantendo estreita relação com a ciência empírica que despontava na época e fazendo uso de todas as suas descobertas e elaborações em busca do ilusionismo visual. A perspectiva científica, a teoria matemática das proporções, que possibilitam a criação da ilusão da terceira dimensão (profundidade) sobre uma superfície plana, e as conquistas da astronomia, da botânica, da fisiologia e da anatomia foram incorporadas às artes.

Além de ser criação da inteligência e imitação da natureza, a estética renascentista era regida pela ideia de que a beleza é propriedade objetiva das coisas, consistindo na ordem, na harmonia e na proporção, expressas matematicamente. Na visão do Renascimento, a arte tinha atingido a perfeição na Antiguidade, que, por isso, merecia ser estudada.

O naturalismo renascentista distingue-se do naturalismo grego porque utiliza as conquistas da ciência para atingir um realismo cada vez maior nas representações.

4 Racionalismo e academismo: a estética normativa

René Descartes (1596-1650) não elaborou uma teoria estética, mas seu método e suas conclusões em relação à teoria do conhecimento foram decisivos no desenvolvimento da estética neoclássica.

A busca da clareza conceitual, do rigor dedutivo e da certeza intuitiva dos princípios básicos invadiu o campo da teoria da arte. Artistas e críticos identificaram o seguir a natureza com o seguir a razão, uma vez que a natureza humana consiste em ser racional.

Por isso, o racionalismo estético, nos séculos XVII e XVIII, tentou estabelecer normas sólidas para o fazer artístico, mediante a dedução de um axioma fundamental que pode ser expresso nos seguintes termos: a arte é uma imitação da natureza, que inclui o universal, o normativo, o essencial, o característico e o ideal. A natureza deve ser representada em abstrato, com as características da espécie. O princípio básico da arte, portanto, continua a ser a imitação, embora de cunho idealista.

Posteriormente, esses princípios foram reduzidos a um sistema, dando origem ao academismo, isto é, ao classicismo ensinado pelas academias de arte. Era a chamada "estética normativa", que estabeleceu regras para o fazer artístico, limitando a criatividade e a individualidade da intuição artística. O academismo acabou por estrangular a vida da atitude naturalista na arte, abrindo espaço para indagações e propostas novas.

5 Os empiristas ingleses

Para John Locke (1637-1704), a beleza não é uma qualidade das coisas em si, mas um sentimento na mente de quem as contempla.

Uma vez que os julgamentos de beleza não se referem a nenhum objeto fora do sujeito, somente ao sentimento de prazer trazido à tona pela percepção do objeto, eles só se referem a si mesmos. Sua verdade ou falsidade depende apenas da presença ou ausência de prazer na mente de quem os percebe.

Parece, então, que não pode haver um padrão de gosto, pois, assumindo que somos capazes de detectar a presença e a ausência de prazer em nossa mente, todos os julgamentos de beleza serão verdadeiros e, por isso, todos os gostos igualmente válidos.

David Hume (1711-1776), outro empirista, apresenta uma divisão do "mecanismo do gosto" em dois estágios:

- O primeiro é perceptivo, isto é, aquele em que percebemos qualidades nos objetos.
- O segundo é um estágio afetivo, no qual sentimos o prazer da beleza ou o desprazer da "deformação", ativados pela percepção dessas qualidades.

Uma vez que passamos pelos dois estágios para chegar ao julgamento da beleza, as diferenças nesses julgamentos se dividem em duas categorias: as puramente afetivas, que surgem somente no segundo estágio, e as da percepção, que surgem no primeiro estágio.

Quando as diferenças de gosto são puramente afetivas, não podemos considerar um gosto superior ou inferior ao outro, como sustenta Locke. Quando, entretanto, as diferenças decorrem da percepção, podemos ter um padrão para considerar um gosto superior ao outro.

Segundo Hume, temos um padrão para preferir certas percepções a outras. O fato de existirem obras de arte universais, que agradam a muitas pessoas por séculos e em várias partes do mundo, demonstra que a mente naturalmente tem prazer na percepção de certas propriedades, o que significa que a mente opera com base em "princípios de gosto".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Hume aponta duas fontes da diferença de gosto: os diferentes humores dos indivíduos e as diferentes culturas, ou seja, as maneiras e opiniões particulares de uma época ou sociedade. E, por causa dessas diferenças no gosto, afirma que o padrão só existe quando juízes verdadeiros dão um veredito conjunto.

Ao distinguir meras diferenças de gosto das diferenças originadas da percepção e ao defender que essas últimas têm um padrão na realidade da matéria, Hume oferece uma base valiosa para a compreensão das normas estéticas.

6 Kant e a crítica do juízo estético

A *Crítica da faculdade do juízo*, elaborada em 1790, é o tratado que funda a estética filosófica moderna, pois integra a teoria estética a um sistema filosófico completo cuja influência é tão clara hoje quanto nas décadas posteriores à sua publicação.

Immanuel Kant (1724-1804) fez o exame crítico da faculdade humana de sentir prazer, descobrindo o terceiro ramo da filosofia, que se juntaria à filosofia teórica (metafísica) e à filosofia prática (ética), cujas bases são os princípios *a priori*. O filósofo ocupa-se do julgamento estético, expressando de maneira lógica muitas das ideias e doutrinas dos estetas ingleses do século XVIII e modelando-as em um sistema coerente. Parte da seguinte questão: há condições *a priori* para se fazer julgamentos com base no prazer, ou seja, o julgamento de que algo é belo?

> A epistemologia e a metafísica kantianas propõem a divisão entre sensibilidade e entendimento. "Sensibilidade é a habilidade passiva de ser afetado pelas coisas por meio das sensações".
>
> CRAWFORD, Donald. Kant. In: GAUT, B.; LOPES, D. M. (Ed.). *The Routledge companion to aesthetics*. 2. ed. Londres; Nova York: Routledge, 2005. p. 56. (Tradução nossa)

O entendimento, por outro lado, não é sensível. É a faculdade de produzir pensamentos. A experiência dá-se pela síntese desses dois poderes da mente: a sensação material é apreendida e ordenada dentro de um conceito, resultando em um pensamento ou julgamento. Ao julgamento de que algo é belo, Kant dá o nome de "julgamento de gosto".

Ele distinguiu o juízo estético dos juízos sobre outras fontes de prazer e dos juízos de utilidade e de bondade. Estabeleceu, também, a distinção entre percepção estética e formas de pensamento conceitual ("Belo é o que agrada independentemente de um conceito"), indo contra a estética cartesiana e racionalista.

Em seguida, dividiu a beleza em duas espécies: a beleza livre, que não depende de nenhum conceito de perfeição ou uso; e a beleza dependente desses conceitos. Os juízos estéticos, para Kant, estão relacionados à primeira espécie de beleza.

Julgamento: para Kant, significa experiências que resultam em uma afirmação sobre algo ou, mais genericamente, a consciência de que algo acontece.

O prazer desinteressado

Para que se possa fazer o julgamento de gosto, é preciso que o objeto desse julgamento gere em nós uma satisfação ou insatisfação totalmente desinteressada, isto é, não relacionada ao uso que o objeto possa ter para nós. Quando se diz que algo é belo, diz-se que ele produz satisfação.

Pelo conceito de prazer desinteressado, Kant diferencia os juízos estéticos dos juízos morais, dos juízos sobre a utilidade e dos juízos com base no prazer dos sentidos. A experiência do belo se dá no sensível e independe de qualquer interesse de outro tipo.

> O gosto é a faculdade de julgar um objeto ou um modo de representação por uma satisfação ou insatisfação inteiramente independentes do interesse. Ao objeto dessa satisfação chama-se belo.
>
> KANT, Immanuel. *Introdução à crítica do juízo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 253. (Coleção Os Pensadores)

Para Kant, portanto, a beleza reside primordialmente na atitude desinteressada do sujeito em relação a qualquer experiência.

O prazer universal

Os julgamentos de gosto não podem ser demonstrados, isto é, não pode haver uma regra que force alguém a reconhecer algo como sendo belo.

Julgar a beleza implica sentir prazer imediatamente na experiência com o objeto. O prazer pode ser universalmente comunicável se for apoiado não na mera sensação, mas em um estado de espírito que seja também universalmente comunicável. E, já que os únicos estados de espírito universalmente comunicáveis são os cognitivos, de algum modo o prazer do belo deve ter sua base na cognição. O julgamento do belo não faz referência a um conceito, mas é baseado na cognição em geral, isto é, no livre jogo das faculdades cognitivas: imaginação e entendimento, em mútua harmonia. Ele toma uma forma conceitual, pois definimos beleza como se fosse uma propriedade das coisas: "Isso é bonito".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O prazer do belo vem da percepção da forma do objeto, em contraste com as sensações ou os conceitos que ele desperta. Por isso, a estética kantiana é chamada "formalista".

O que garante a universalidade dos juízos estéticos é o fato de que todos os seres humanos têm a mesma faculdade de julgar, assim como a razão também é idêntica para todos. Todos sentem prazer na experiência do belo porque ele se funda no elemento subjetivo necessário ao conhecimento em geral e que todas as pessoas têm – caso contrário, não haveria comunicação.

A teoria estética kantiana é sistemática e global, relacionando nossa experiência e nosso julgamento da beleza e da arte a conceitos epistemológicos, metafísicos e éticos. Sua teoria influenciou Hegel, Schiller, Schopenhauer, Nietzsche e muitos escritores e filósofos do século XX.

7 Estética romântica

As ideias fundamentais da estética do romantismo, desenvolvida na Europa ao longo de um século (meados do século XVIII a meados do XIX), podem ser resumidas pelas expressões: gênio, imaginação criadora, originalidade, expressão, comunicação, simbolismo, emoção e sentimento.

Kant afirmava: "Para se julgar objetos belos, torna-se necessário o gosto; mas para as belas-artes é necessário o gênio". O filósofo descreveu o gênio artístico de tal maneira que influenciou os românticos, dando origem ao mito do gênio: alguém de uma pequena elite, dotado de uma extraordinária e inexplicável capacidade criativa. As ideias kantianas de que mesmo o gênio precisava fazer esforço e ser treinado e que a imaginação criativa precisava da disciplina do entendimento foram deixadas de lado. Para os românticos, a criatividade não envolvia esforço, prática ou disciplina, uma vez que sublinhavam somente seus aspectos irracionais.

Visto dessa forma, o gênio era essencialmente original e expressava sua natureza superior por meio de obras pelas quais as pessoas comuns entrariam em contato com ele e comungariam com sua personalidade.

A imaginação, por sua vez, passou a ser vista como faculdade captadora da verdade, acima da razão e, às vezes, superior a ela e ao entendimento, sendo um dom especial do artista.

Era, ao mesmo tempo, criadora e reveladora da natureza, dentro de uma visão romantizada do idealismo transcendental kantiano que circunscrevia a forma da experiência à capacidade configuradora da mente.

É a imaginação que nos permite compreender os sentimentos dos outros e comunicar-lhes os nossos. Por seu poder de recombinar impressões sensíveis e dados da experiência, é fonte de invenção e originalidade. O conceito romântico de imaginação criadora não era, como vemos, um conceito psicológico e jamais foi claramente definido.

Quanto ao simbolismo, outra marca do período romântico, adquire especial relevância a ideia de que a obra de arte é um símbolo, é a encarnação material de um significado espiritual.

Enfim, o romantismo concebe a arte como expressão das emoções pessoais de um artista cuja personalidade genial torna-se o centro de interesse.



THE ART ARCHIVE/CORBIS/LATINSTOCK – MUSEU DO LOUVRE, PARIS

Oficial de infantaria ao ataque (1812), pintura de Théodore Géricault. Tela de três metros de altura, essencialmente dinâmica, cria uma visão glamorosa da violência nas batalhas napoleônicas de Austerlitz e Iena, embora não nos conduza a uma reflexão sobre elas.

8 Modernidade e formalismo

A revolução estética iniciada no século XVIII, quando se propôs a atenção desinteressada como marca da percepção estética e o sentimento como forma de cognição, foi completada nos últimos cem anos, passando a apreciação estética a ser o único valor das obras de arte.

É essa independência da obra de arte tanto em relação à intenção do autor quanto a valores e propósitos não propriamente estéticos que vai caracterizar a produção do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A ruptura do naturalismo

No momento em que o ser da arte não é representar naturalisticamente o mundo nem promover valores, sejam eles sociais, morais, religiosos ou políticos, torna-se possível encontrar a especificidade da arte como promotora da experiência estética. Ao lado disso, encontramos o repúdio à estética sistemática e certo ceticismo quanto às possibilidades de definição da beleza.

A nova atitude estética advém do estado de espírito cauteloso, empírico e analítico que não quer generalizar, mas que se mantém atento às características individuais de cada forma de arte. Isso possibilitará a cada uma empreender experimentações, na busca da sua linguagem específica e característica.

Com a dissolução da atitude naturalista, os artistas passam a menosprezar o assunto ou tema das suas obras para valorizar o fazer a obra de arte. Qualquer assunto serve, ou mesmo nenhum assunto, como é o caso da arte abstrata e da música atonal.

Desse modo, a obra de arte adquire um estatuto próprio de obra, isto é, ela não tem a função de representar nenhum aspecto da realidade exterior, pois é a própria realidade. Realidade especial, diferente da realidade do nosso cotidiano: realidade da obra de arte.

Apesar de essa ruptura ter condicionado praticamente toda a produção artística do século XX, a postura naturalista continuou a predominar em outros campos, principalmente nos meios de comunicação de massa, como televisão, cinema e rádio.



LUCA CARRA/MONDADORI PORTFOLIO/ELECTA/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL – MUSEU NOVECENTOS, MILÃO

Composição (1954), pintura de Alfredo Chighine. A abstração informal nada representa fora da tela. O que torna essa obra de Alfredo Chighine bela é a combinação de cores, formas e contrastes.

Formalismo

O formalismo é uma concepção acerca da natureza da arte com implicações importantes para os limites da apreciação artística.

Clive Bell (1881-1964), famoso crítico inglês, por sua vez, negava que a pintura se limitasse à representação e às emoções associadas à representação de acontecimentos, lugares e pessoas, sustentando que o tema real de uma pintura devesse ser o que chamava de "forma significativa": o jogo de arranjos surpreendentes, de linhas, cores, formas, volumes, vetores e espaços.

A defesa empreendida por Bell da atitude formalista foi extremamente importante para o desenvolvimento da estética filosófica no século XX. Ao definir arte como a forma significativa, preconizava que a verdadeira obra de arte de pintura dirige-se à imaginação, estimulando o público a apreender a obra como uma configuração organizada de linhas, cores, formas, espaços etc. Rejeitou tanto a noção de que a pintura fosse uma imitação da natureza (naturalismo) como uma expressão das emoções de seu criador (expressionismo).

Pode-se estender a visão de Bell da pintura para outras artes: a música seria a apresentação temporal da forma aural (auditiva); a dança e a arquitetura modernas têm na forma sua principal característica; embora não se possa negar o conteúdo representacional na literatura, esse conteúdo serviria a procedimentos literários como estruturas narrativas, estruturas de cada tipo de poema, alternância de pontos de vista etc., como defendiam os formalistas russos. O formalismo proposto por Bell para as artes visuais, especialmente a pintura e a escultura, tornou-se uma teoria da arte bastante ampla e muito importante para a apreciação e a crítica de arte.

Entretanto, podem-se fazer algumas críticas à sua abrangência. Embora seja muito adequado para a interpretação da arte moderna e de vanguarda, o formalismo não explica os *ready-made*, os objetos comuns selecionados e apresentados como arte a fim de provocar *insights* conceituais, pois eles não têm forma significativa. Além disso, o conceito de forma significativa é bastante vago para poder ser aplicado a todo tipo de arte e passar a ser um critério do que é ou não é arte.

9 Pós-modernismo

Vivemos em uma época de pós-tudo. A velocidade da transmissão da informação na sociedade pós-industrial, dominada pelos meios de comunicação de massa, pelos microcomputadores, pela internet e pela comunicação por satélites, faz surgir uma estética adequada a essas condições de vida.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O pós-modernismo, movimento iniciado na arquitetura italiana dos anos 1950, coloca-se como reação à busca da universalidade e racionalidade, propondo a volta do passado por meio de materiais, formas e valores simbólicos ligados à cultura local.

Da arquitetura, passa para as artes plásticas (*pop art* dos anos 1950 e 1960), a literatura (o novo romance francês) e o teatro, com os *happenings*, as *performances*, até chegar às intervenções.

O termo, portanto, começou a ser usado por artistas e chegou à filosofia quando os pós-estruturalistas e desconstrutivistas (Derrida, Baudrillard, Lyotard) passaram a ter grande influência nos Estados Unidos.

Os filósofos pós-modernistas criticam a ideia de que se pode chegar à verdade – como as coisas são em si – por meio das faculdades naturais. Para eles, o acesso às coisas é mediado pela linguagem que constrói o que erradamente supomos ser o mundo real. São também contra a ideia de que há uma natureza humana partilhada por todos que nos dá a racionalidade. Afirmam, ao contrário, que a racionalidade é uma construção histórica e cultural, e não uma capacidade natural.

Postulados do pós-modernismo

Os principais postulados do pós-modernismo sobre a arte são:

- Não é possível haver uma interpretação verdadeira de uma obra.
- Uma obra de arte não é boa nem tem propriedades formais intrínsecas; o mérito artístico é função das contingências históricas e culturais.
- A arte e os produtos culturais humanos, em geral, moldam a cognição humana de tal maneira que se torna impossível ir além das narrativas, textos, discursos, "vocabulários" ou paradigmas dominantes a fim de estabelecer sua verdade e, desse modo, sua adequação.

Derrida

Com respeito à interpretação e à avaliação da obra de arte, Jacques Derrida critica a ideia modernista de que é possível chegar a interpretações verdadeiras da arte, pois as obras têm significados estáveis e inerentes a elas. Ele afirma que não há fatos extratextuais ou extralinguísticos que possam ser apreendidos diretamente nem que possam servir para conter o sentido derivado de um sistema de signos, sejam verbais ou não verbais (um texto, uma pintura, um filme etc.). Tudo o que se tem é um sistema de signos dentro do qual cada um adquire significado contextualmente, por meio da relação com outros. Esse é o jogo dos signos: mudança e reconfiguração constantes das relações dos signos e das palavras entre si, com a consequente mudança dos significados.

Derrida defende que é possível desconstruir os modos pelos quais signos e conceitos são tradicionalmente relacionados uns aos outros. Dessa forma, é sempre possível descobrir novos significados e, no processo, oferecer diferentes interpretações igualmente plausíveis.

Por isso, o objetivo da interpretação não é encontrar significados ocultos na obra, mas fazer um jogo de significados. Fixar-se em qualquer um deles seria arbitrário, pois é somente uma das variadas possibilidades que estão abertas.

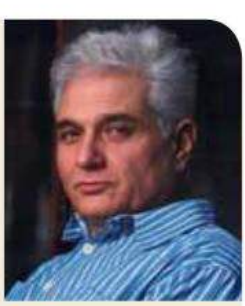
***Happenings*:** espetáculos teatrais sem um texto definido que se constroem com a interação atores-público.

***Performances*:** referem-se a espetáculos, seja de teatro, música, seja de artes visuais, que se utilizam de várias linguagens artísticas.

Intervenções: manifestações artísticas que interferem na vida cotidiana da cidade.

Quem é?

Jacques Derrida (1930-2004), filósofo argelino, mudou-se para a França, onde fez curso superior, e depois para a Bélgica, onde completou sua formação. Critica o lugar central que o discurso racional ocupa em nossa tradição intelectual e propõe o método da desconstrução, que consiste em desfazer um texto a partir do modo como foi organizado para revelar seus múltiplos significados. Os instrumentos da desconstrução são a repetição, a polissemia e a diferença, com influência sobre a crítica literária contemporânea.



ULF ANDERSEN/GETTY IMAGES

Jacques Derrida. Foto de 1988.

Características da estética pós-moderna

A estética pós-moderna caracteriza-se pela desconstrução da forma. No romance, no cinema, no teatro, não há mais uma história a ser contada ou personagens fixos. As coisas vão acontecendo, aparentemente sem ligações causais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Caracteriza-se ainda pelo pastiche e ecletismo, que permitem juntar as coisas mais variadas e até mesmo antagônicas na mesma obra; pelo uso da paródia, discurso paralelo que comenta e, em geral, ridiculariza o discurso principal; pelo uso da metalinguagem, isto é, da citação de outras obras; pela incorporação do cotidiano e da estética dos meios de comunicação de massa; pela efemeridade, ou pequena duração, de muitas de suas obras. Não existe um estilo único, tudo vale dentro do pós-tudo.

10 Pensamento estético no Brasil

É difícil separar totalmente a atividade de crítica de arte daquela que propõe novas questões estéticas, porque o crítico também pensa a arte, não abstratamente, mas valendo-se de certas obras. Há críticos importantes no Brasil que fundamentam seu trabalho no conhecimento profundo da história da arte. Aracy Amaral, Walter Zanini, Angélica de Moraes, Lisette Lagnado e Maria Hirszman, na área de artes visuais; Helena Katz, na dança; Ismail Xavier, Amir Labaki e Jean-Claude Bernardet, no cinema; Enio Squeff e Miguel Wisnik, na música; Mariângela Alves de Lima, no teatro; entre tantos outros. Na verdade, antes de serem críticos de arte, eles são intelectuais, às vezes também artistas, que pensam a linguagem específica à qual se dedicam para poder analisar as características da produção em arte.

De outro lado, temos a própria produção artística: artistas apresentam suas obras, instauram suas poéticas particulares, dando continuidade ao que já foi produzido, criando "famílias com similaridades" – para não usar o termo escolas, que não tem mais sentido na contemporaneidade – ou rompendo com essa "tradição" e abrindo novos caminhos. Às vezes, esses mesmos artistas se posicionam e refletem sobre suas linhas de trabalho, escrevem manifestos, dos quais advêm termos como *estética da fome*, *estética tropicalista* etc.

Se levarmos em conta, entretanto, a ideia de que uma das características do filósofo é a de se posicionar criticamente diante da tradição, a fim de compreender as questões de seu tempo e elaborar um novo discurso, veremos que será somente na segunda metade do século XX que os intelectuais passarão a exercer esse papel no meio artístico brasileiro. Nesse momento, eles vão além da análise e da crítica das obras ou movimentos para criar, seguindo o panorama das artes de seu tempo, novas categorias de análise, indicando e discutindo a mudança de paradigmas, bem como a importância destes no contexto da cultura local e global.

Entre eles, cumpre destacar a atuação de Anatol Rosenfeld, em literatura e teatro; Benedito Nunes e Mario Pedrosa, nas artes plásticas; Décio Pignatari, analisando a mídia; e José Teixeira Coelho Netto. Este último tem se distinguido por sua produção crítica em várias áreas: teatro, arquitetura, cinema, artes visuais, de acordo com o espírito pós-moderno em que as claras fronteiras entre as artes foram derrubadas, prevalecendo a crítica da cultura como um todo. Seus textos levantam polêmicas cruciais com a desconstrução de paradigmas estabelecidos.

Mesmo com a atuação desses pensadores, a reflexão estética no Brasil ainda não forma um corpo teórico consistente.

11 Outras estéticas

Até aqui, analisamos somente as correntes estéticas que enformaram e foram significativas para a arte ocidental. A arte oriental – chinesa, japonesa, coreana, islâmica etc. –, as artes de povos ou grupos pertencentes a sociedades tradicionais, como os bosquímanos australianos, os vários povos indígenas estadunidenses, canadenses, brasileiros, africanos, entre outros, partem de pressupostos bastante diferentes.

Discutiremos um pouco os pressupostos da arte africana e da arte indígena brasileira em função de sua relevância para a arte e cultura do país. Vamos, em primeiro lugar, indicar os pontos em comum entre elas.

Em geral, tanto uma como outra são artes anônimas, criadas para refletir a identidade de grupo, bem como seus usos e costumes e sua visão de mundo.

A arte tem função pedagógica ou religiosa, não existindo a ideia da arte pela arte. A questão estética surge da necessidade da beleza, do cuidado do fazer, do apuro técnico para objetos do cotidiano e, principalmente, para objetos de culto e ritual. Tanto para os grupos das variadas etnias africanas quanto para os grupos indígenas brasileiros, os objetos de arte têm também a função de comunicação: da pertença a um grupo, do lugar social do indivíduo, do sexo, da idade e da condição social da própria comunicação.

Pastiche: refere-se a obras artísticas criadas usando a imitação de determinado estilo ou a colagem de obras já existentes. Até o pós-modernismo, tinha conotação pejorativa.

Ecletismo: combinação de diferentes estilos históricos em uma mesma obra, sem com isso produzir um novo estilo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Arte africana[3]

Embora cada etnia tenha suas especificidades, é possível distinguir vários traços comuns à arte africana tribal subsaariana, isto é, da África negra.

Há várias etapas importantes para a boa ordem da sociedade e para a preservação da harmonia entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos: o nascimento, a aquisição de um nome, a excisão, a circuncisão, o casamento, a morte. Cada uma dessas etapas será acompanhada por uma cerimônia que exigirá certos objetos, danças, rezas, músicas.

A arte africana está sempre entre dois polos estéticos opostos: a tendência ao naturalismo e à abstração geométrica. A escolha de uma ou outra tendência depende da função exercida pelo objeto de arte: religiosa, cultural, ritual ou mágica. Existem na África mais de trezentos estilos artísticos diferentes.

As máscaras são objetos de saber e incluem não somente a peça que recobre o rosto e a cabeça, como também a roupa, a música, a dança e o conjunto de homens que estão a serviço delas. Cada máscara representa um mito e, atrás dele, um poema da literatura oral passada de geração a geração. A qualidade da forma, como a harmonia das cores, deve encantar. Segundo Haynes, "É ela, e não o portador, que provoca a exaltação e a admiração que contribuem para a formação do sentimento estético". As cerimônias nunca são pura representação, pois sugerem a presença do outro, do herói mítico. A máscara protege quem esconde o próprio rosto para ser outro.

As esculturas de figuras são objetos de dever, criadas para honrar os antepassados com os cultos. É por intermédio delas que a comunicação com os mortos se estabelece. Em geral, são guardadas em altares erguidos no fundo das casas e seu uso é privado. A multiplicação dessas figuras nos altares remete sempre ao arquétipo formal do ancestral titular, reforçando a ligação da filiação entre as gerações. Obedece à lei da frontalidade, construída sobre um plano vertical, com duas metades absolutamente simétricas. Para compensar a rigidez da escultura, entretanto, há pequenas rotações de cabeça, torso e membros que lhe conferem uma impressão de vida.

Excisão: retirada, amputação do clitóris das meninas. Essa prática cruel vem sendo condenada sistematicamente como violação dos direitos humanos.

[3] Este item se refere às aulas sobre arte africana ministradas pelo colecionador Christian Haynes no Museu de Arte de São Paulo (Masp), no primeiro semestre de 2011.



PHOTO SCALA, FLORENCE/CHRISTIE'S IMAGES – COLEÇÃO CASA DE LEILÕES CHRISTIE'S, LONDRES

Relicário africano Fang (século XX). Era uma figura confeccionada para cultos religiosos e tinha fins mágicos. Observe a estilização dos traços do rosto.

Os adornos corporais, encontrados nas necrópoles do mundo todo, eram sinal de riqueza e de prestígio dentro da concepção de vida desses povos, além de responderem a uma necessidade de embelezar o corpo. Na África, muitas vezes, o ornamento é um amuleto de natureza sagrada, que protege dos perigos, dos maus espíritos e das doenças. Antigamente, eram usados sobre os corpos nus, acompanhados de pinturas corporais e escarificações (ranhuras feitas na pele) que reforçavam as marcas comunitárias. As partes do corpo mais ornamentadas eram a cintura, o pescoço, o torso, os punhos e também a cabeça, o nariz e até os cotovelos e tornozelos.

Ainda hoje as pinturas corporais contribuem, como uma vestimenta ritual, para a despersonalização, confirmando a ruptura na ordem do cotidiano. São executadas com desenhos de linhas retas, triângulos, círculos e outras figuras geométricas. Há, ainda, os adornos de cabeça – a deformação artificial da cabeça, considerada um lugar privilegiado, é o ponto de partida para a metamorfose do corpo e torna-se um objeto de deleite visual. A elaboração do penteado, bem como das escarificações, deve ser considerada um ato de socialização.

A arte africana, com a qual os artistas europeus entraram em contato no início do século XX, foi uma das influências mais importantes para o desencadeamento do modernismo nas artes visuais.

Para saber mais

O pintor francês Henri Matisse contou que, em 1906, comprou uma máscara do Congo em uma loja em Paris, entusiasmando seu amigo Picasso, que usou essa influência para terminar *Les demoiselles d´Avignon*, quadro que tinha deixado inacabado havia alguns anos. Segundo André Derain, artista francês, a "selvageria" da arte africana foi um estímulo para a arte europeia deixar o naturalismo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Arte indígena

A arte indígena brasileira é ligada aos mitos de origem de cada tribo, cada povo, apresentando grande diversidade. Segundo Lux Vidal:

> [...] a obra de arte faz parte da história e das experiências atuais de uma sociedade; sua especificidade, autonomia e seu valor estético não a separam absolutamente das outras manifestações materiais e intelectuais da vida humana. No mundo tribal, [...] a arte funciona como modo de comunicação. Disso emana a força, a autenticidade e o valor da estética tribal.
>
> VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo indígena*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Edusp, 1992. p. 14; 17.

As primeiras manifestações de arte indígena que temos no país são de arte rupestre, datadas de 12 mil a.C. São figurativas, mas não realistas, pois existe um código formal para a representação de figuras humanas e animais. A evolução estilística leva à geometrização da forma das figuras e a traçados geométricos; os temas também são novos: combates, lutas e execuções. Na Amazônia, houve culturas sofisticadas entre 5 mil e 1,1 mil a.C., que deixaram exemplos de cerâmica – vasos antropomórficos e estatuetas – na Ilha de Marajó e bacia do Rio Tapajós. Deve-se a diversidade decorativa dessa cerâmica ao uso de diferentes técnicas, como a incisão, a pintura, a excisão e o escovamento.

Tal qual a arte africana, a função da arte indígena é a comunicação, ou seja, contar os mitos de fundação de cada etnia, transmitindo a cultura de geração a geração.

A pintura corporal, em geral, é reservada para as situações cerimoniais. É uma linguagem ligada à estrutura social e tomada como referência na definição de papéis e relações sociais. Serve para marcar as etapas da vida e os eventos dos quais o indivíduo participa. Os padrões da pintura corporal oferecem uma representação simbólica dos princípios organizadores das relações entre pessoas e grupos da sociedade.

A plumária é uma das manifestações mais impactantes das culturas nativas. É constituída por objetos confeccionados com penas e plumas de aves, associadas a outros materiais. Pelo menos trinta etnias brasileiras expressam-se por meio da arte plumária. Nesse caso, não há distinção entre arte e artesanato, pois todos os objetos incorporam elementos de fruição estética e afirmações étnicas. Eles apresentam variedade de formas e de cores e todos são voltados para o embelezamento do próprio corpo. Alguns são usados no cotidiano, mas os mais elaborados destinam-se a festividades, empregados em rituais de grande apelo cenográfico, como danças, gestos, pinturas corporais e música.



MUSEU NACIONAL DA DINAMARCA, COPENHAGUE

Manto tupinambá, produzido com penas de guará. Esse manto, confeccionado por indígenas brasileiros, era utilizado em rituais pelo pajé da tribo. A peça foi levada para a Europa por Maurício de Nassau, governador dos territórios ocupados pelos holandeses no Nordeste do país na primeira metade do século XVII.

Para os antropólogos Darcy Ribeiro (1922-1997) e Berta Ribeiro (1924-1997), só é arte plumária quando fica evidente o trabalho da imaginação, da sensibilidade e de uma artesania requintada.

Arte indígena e aculturação

O encanto da arte plumária tem atraído a atenção de quase todos os museus do mundo, bem como dos turistas e, hoje, essa arte corre um grande perigo de tornar-se meramente um objeto decorativo, com a perda de suas funções originais. Com a aculturação de muitas tribos, os costumes vão-se modificando e atualmente nenhuma das 206 etnias indígenas brasileiras pratica a arte plumária em sua plenitude.

No desenho também ocorrem mudanças, principalmente quando o suporte não é o corpo, mas o papel. Há uma mudança estilística, sobretudo na representação humana, depois que os índios saem do isolamento e sofrem a influência da catequização e da escolarização. Passam, então, a utilizar, também, as normas de expressão gráfica vistas nos livros, nas fotografias e até mesmo no cinema e na televisão.

12 Como ficamos?

Retomemos a pergunta feita no início do capítulo, sobre a obra *Nomes*, de Jac Leirner: em outras épocas, ela seria considerada uma obra de arte? Faça o exercício de responder a partir do que aprendeu sobre as correntes estéticas.

Somente após a ruptura do naturalismo e o advento do modernismo é que a experimentação iconoclástica de Jac Leirner pode ser admirada como obra de arte, como um objeto no mundo, que nada representa de fora dele.

Compreendemos que o desenvolvimento das concepções estéticas é histórico, pois cada época e cada lugar propõem questões diferentes para o ser humano. Contudo, o que é permanente é a presença da arte e do estético no mundo humano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Revendo o capítulo

1. Explique a ligação entre beleza, bondade e verdade na estética medieval.
2. Explique a posição empirista em relação à beleza.
3. Qual é o foco da análise de Kant sobre a estética?
4. Como o romantismo explica a questão da genialidade?
5. Explique, com suas palavras, os principais postulados do pós-modernismo e suas características.

Aplicando os conceitos

6. Considerando o que você aprendeu sobre estética e o desenvolvimento da linguagem artística, discuta o texto que se segue, justificando suas afirmativas.

O período compreendido entre os séculos XVI e XIX concentra a maior parte das obras, como é natural, considerando que o advento da fotografia fez a pintura enveredar por outros caminhos. O detalhe, então, foi desaparecendo da tela. "A partir de meados do século XIX, com Turner, Monet e o impressionismo, o mundo começa a se dissolver e com ele a sua imagem e o próprio detalhe", diz o curador [Teixeira Coelho]. [...]

Enquanto a imagem da pintura se dissolvia, "velando o mundo aos poucos", a fotografia "o desvendava", conclui Teixeira Coelho, citando as primeiras sequências de pessoas e animais em movimento (entre 1877 e 1878) registradas pelo fotógrafo inglês Eadweard J. Muybridge (1830-1904). Ao inventar o *zoopraxiscope*, em 1879, ele antecipou não só o moderno projetor cinematográfico como escancarou as portas do mundo, obrigando a pintura a trocar a representação pela interpretação do real, o que a fragmentação cubista fez com sucesso.

GONÇALVES FILHO, Antonio. A intenção revelada na obra de arte. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, C9, 1º nov. 2013.

7. Observe as imagens das duas obras reproduzidas a seguir. Qual delas é pós-moderna? Justifique.



DIEGO VELAZQUEZ – GALERIA DORIA PAMPHILJ, ROMA

Retrato do papa Inocêncio X (1650), pintura de Diego Velázquez.



© THE ESTATE OF FRANCIS BACON/AUTVIS, BRASIL, 2016 – CENTRO DE ARTE DE DES MOINES

Estudo do retrato do papa Inocêncio X (1953), pintura de Francis Bacon.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ainda a beleza

Os textos a seguir tratam da questão da beleza de maneira complementar. São dos filósofos Arthur C. Danto (1924-2013), que defende uma estética do sentido em detrimento de uma estética da forma, e Mikel Dufrenne (1910-1995), importante fenomenólogo.

Texto 1

A beleza destronada

"O que se segue a partir do apagamento conceitual não é que a arte seja indefinível, mas que as condições necessárias para que alguma coisa seja arte devem ser bastante gerais e abstratas para servir para todos os casos imagináveis, e, principalmente, que sobra muito pouco do nosso 'conceito de arte' que possa embasar o desenvolvimento de uma definição real. Em *A transfiguração do lugar-comum*, defendi duas condições que podem ser resumidas da seguinte maneira: 'X é uma obra de arte se corporificar um significado', cujo principal mérito reside em sua fraqueza. Falta em minha protodefinição, como em todas as definições dos anos 1960 que conheço, qualquer referência à beleza, que teria sido, certamente, uma das primeiras condições estabelecidas pelo analista conceitual da virada do século XX. A beleza desapareceu não só da arte proposta nos anos 1960, como também da filosofia da arte da década. Nem poderia fazer parte da definição de arte quando tudo pode ser arte, quando nem tudo é belo. [...] Mas a beleza raramente apareceu nas revistas de arte a partir dos anos 1960 sem um riso desconstrutivista. Não muito depois do estabelecimento, em 1925, da Fundação em Memória de John Simon Guggenheim, os fundadores entenderam que seus principais beneficiários eram 'homens e mulheres devotados a fazer avançar as fronteiras do conhecimento e da criação da beleza'. Arte era tacitamente definida em termos de criação de beleza e a criação de beleza é equiparada a fazer avançar as fronteiras do conhecimento. [...] Mas referências à criação de toda e qualquer beleza desaparecem do vocabulário do National Endowment for the Arts (NEA), uns quarenta anos depois, não só porque a beleza tinha saído da agenda artística em 1965, mas também porque [...] seus patrocinadores viam os artistas como fontes de ideias que poderiam ter valor na agenda nacional para vencer a Guerra Fria.

Nesses anos, entretanto, a arte moderna foi deixada de lado como subversiva e destrutiva e essencialmente antiamericana por figuras como o deputado federal George A. Dondero, do estado de Michigan, que escreveu: 'A arte moderna é comunista porque é distorcida e feia, porque não glorifica nosso lindo país, nosso povo risonho e alegre e nosso progresso material. Arte que não embeleza nosso país, em palavras simples, arte que todo mundo possa compreender, traz insatisfação. Portanto, opõe-se ao nosso governo e aqueles que a criam e promovem são nossos inimigos'."

DANTO, Arthur C. *The abuse of beauty:* aesthetics and the concept of art. Chicago: Open Court, 2006. p. 25-27. (Tradução nossa)

Texto 2

O belo

"Julga nossa época o belo de um modo diferente? Por certo, ela se acautela, mais do que nunca, contra todo dogmatismo: ela se esforça em fazer justiça a todos os estilos reunidos no museu imaginário, ela condescende com a extraordinária renovação das formas plásticas e sonoras que tanto o gênio da invenção, quanto o contato com as artes dos selvagens suscitam nos artistas. Por causa disso deve ser ela interditada de julgar? Alguns pensam assim e, com o pretexto de reprimir a expressão de preferências subjetivas, se aplicam em dar uma acolhida igual a todas as obras sem jamais escolher entre elas: a palavra belo desapareceu de seu vocabulário. Atitude hipócrita ou preguiçosa. Em primeiro lugar, porque a arte não renunciou à beleza. As buscas mais desconcertantes – aquelas que, às vezes, escandalizam um gosto esclerosado pelos hábitos ou preconceitos – visam à beleza. Nós só as podemos apreciar se tomarmos em conta que elas obedecem à lógica criadora dessa busca do belo e da perpétua exigência de renovação que ela comporta na medida em que o belo se inventa mas não se imita. [...]

Mas o que é, então, o belo? Não é uma ideia ou um modelo. É uma qualidade presente em certos objetos – sempre singulares – que nos são dados à percepção. É a plenitude, experimentada imediatamente pela percepção do ser percebido [...]. Perfeição do sensível, antes de tudo, que se impõe como uma espécie de necessidade e logo desencoraja qualquer ideia de retoque. Mas é também imanência total de um sentido ao sensível, sem o que o objeto seria insignificante: agradável, decorativo ou deleitável, quando muito. O objeto belo me fala e ele só é belo se for verdadeiro."

DUFRENNE, Mikel. *Estética e filosofia.* São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 44-46. (Coleção Debates, 69)

Questões

1. Ambos os textos discutem o desaparecimento da beleza na arte. Como cada um apresenta o seu ponto de vista?
2. Como o conceito de mimese pode auxiliar na explicação do abandono do conceito de beleza?

Filme Lixo extraordinário

Dir.: Lucy Walker | **Países:** Reino Unido; Brasil | **Ano:** 2010 | **Dur.:** 99 min

Para compor suas obras, o artista plástico brasileiro Vik Muniz (1961) recorre a materiais que não costumam ser utilizados com fins artísticos. Nesse documentário, vemos o trabalho que desenvolveu com detritos recolhidos no Jardim Gramacho – no município de Duque de Caxias (RJ) –, que foi considerado o maior aterro sanitário da América Latina, até a sua desativação, em 2012. O documentário mostra ainda a vida dos catadores que trabalhavam no aterro e o contato dessas pessoas com a arte.

Fique atento

- À incorporação de materiais do cotidiano na elaboração de obras de arte.
- À tentativa, promovida pelas obras de Vik, de quebrar a distância entre vida e arte.
- À transformação na postura das pessoas retratadas no documentário ao longo do processo de filmagem.

Analise e responda

1. O documentário retrata pessoas de classes sociais bastante desfavorecidas, com pouco acesso à educação formal e a bens culturais. Discuta a importância do acesso dos cidadãos aos bens culturais.
2. Como a inserção dessas pessoas no mundo da arte trouxe outro significado para a vida delas?

Livro Poema em quadrinhos

Autor: Dino Buzzati | **Editora:** Cosac Naify | **Ano:** 2010

Nesse livro, o escritor e desenhista italiano Dino Buzzati (1906-1972) compõe uma história em quadrinhos com base no mito grego do poeta Orfeu, que desceu até o mundo dos mortos a fim de resgatar sua amada Eurídice. Na versão de Buzzati, Orfeu é Orfe, um roqueiro milanês que procura por Eura, sua amada desaparecida, percorrendo uma versão bastante particular do mundo dos mortos.

Fique atento

- Ao trabalho imagético de Dino Buzzati.
- À complementaridade, na construção do sentido da história, entre o poema e as ilustrações.
- À atualização pela qual passou a narrativa mitológica.

Analise e responda

1. Reflita sobre o procedimento de transformar um elemento da cultura clássica em uma história em quadrinhos.
2. Explique a complementaridade entre as linguagens textual e imagética nessa obra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.